



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Luis Claudio Palermo

**Entre o poder de agência dos atores sociais e a estrutura: uma análise sobre
o papel do negro na historiografia recente da escravidão brasileira**

Rio de Janeiro

2020

Luis Claudio Palermo

Entre o poder de agência dos atores sociais e a estrutura: uma análise sobre o papel do negro na historiografia recente da escravidão brasileira

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marcia de Almeida Gonçalves

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

P156 Palermo, Luis Claudio.
Entre o poder de agência dos atores sociais e a estrutura: uma análise sobre o papel do negro na historiografia recente da escravidão brasileira / Luis Claudio Palermo. – 2020.
341 f.

Orientadora: Marcia de Almeida Gonçalves.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Escravidão – Brasil – Teses. 2. Historiografia – Teses. 3. Brasil – História – Teses. I. Gonçalves, Marcia de Almeida. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 326(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Luis Claudio Palermo

Entre o poder de agência dos atores sociais e a estrutura: uma análise sobre o papel do negro na historiografia recente da escravidão brasileira

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 02 de setembro de 2020.

Banca Examinadora:

Prof^ª Dr^ª Marcia de Almeida Gonçalves (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Daniel Pinha Silva
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof^ª Dr^ª Beatriz Gallotti Mamigonian
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo
Universidade Federal de Ouro Preto

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Maria da Glória Alves, e ao meu pai, Pasquale Antonio Palermo, por serem a base, referência e fundamento de tudo que sou.

À Rayane Lorena Soares de Araújo Ribeiro, pelo amor, companheirismo e por ter a paciência de ser a audiência para minhas reflexões teóricas em quase todas as situações do nosso dia a dia.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, começando por meu falecido pai (Pasquale Antonio Palermo) que estará sempre presente em cada célula de meu corpo e em minhas referências de pensamento e ação, minha mãe (Maria da Glória Alves), presença e referência precisamente igual a meu pai, meu irmão (Marcos Pascoal Palermo, porém conhecido “mundialmente” por Cacau), meus sobrinhos (Matthaus Gomes Palermo e Marinnah Gomes Palermo), minha cunhada (Lis Gomes Palermo), meu primo (Jorge Luis Barisson Palermo) e ao amigo-irmão que escolhi e conquistei durante minha vida (João Ricardo Amando Ferreira). Vocês formaram, sem dúvida nenhuma, minha a base sentimental, subjetiva, moral, ética, intelectual etc.

À minha namorada, Rayane Lorena Soares de Araújo Ribeiro, pelo amor mais forte do mundo que experimentei ter e pela paciência de ouvir minhas “resenhas” críticas sobre problemas sociais sempre recheadas de referências teóricas, mesmo nas noites de sextas, sábados e domingos. É uma mulher que contribui diariamente para que eu pense sempre em ser uma pessoa melhor. Como eu cresço diariamente com sua companhia inteligente, sensível e amorosa! Agradeço também por ter me feito conhecer os bichinhos que mais me amam no mundo: Lion (o mais maravilhoso cachorrinho de todos os tempos... que felicidade ver esse bichinho fazendo festa quando eu chego!), Félix e Tekka (um gatinho e uma gatinha que são os mais maravilhosos de todos).

Uma menção bastante honrosa a todos amigos e amigas de minha convivência, desde a infância, quando eu era um moleque que só vivia na rua, não queria nada com os estudos e não parava em casa para quase nada, só queria saber de jogar futebol, essa grande paixão da minha vida que me acompanha até hoje nos jogos do maior clube do mundo, meu Flamengo, é claro! Todas essas pessoas que, aqui, por força da circunstâncias, estão anônimas; todas elas contribuíram, de alguma forma, na minha formação como homem, como intelectual, como amigo etc. Agradeço a todos porque a vida não é nada natural, é uma construção social e, em função disso, as experiências nos moldam, formam-nos e nos vão dirigindo para que consigamos chegar ao que somos hoje, ou seja, uma possibilidade entre muitas de ser o que somos.

Devo um agradecimento intelectual e humano muito especial à minha orientadora, Márcia de Almeida Gonçalves. Muito obrigado por ter me ensinado tanto sobre teoria da história, sobre história intelectual e sobre memória nas duas disciplinas que fiz com você. Reitero que não me refiro somente aos aprendizados intelectuais, que são a base da relação orientador-orientando, refiro-me à dimensão humana, à sensibilidade em compreender o outro,

à postura profissional e aos aprendizados docentes. Que grande sorte que tive! Fui agraciado em te escolher para me orientar. Obrigado também por me entender, por compreender meu ritmo como estudante, por respeitar esse ritmo, mas saber também “puxar a corda” na hora em que a situação está um pouco fora do eixo, no que se refere ao bom desenvolvimento de pesquisa. Saiba que me senti “livre para voar”, mas sempre sabendo que podia contar com a “asa” de uma grande figura para me orientar e salvar, caso meu caminho ou “plano de voo” se configurasse numa aventura mal planejada por um estudante em processo de aprendizado. Sempre me senti feliz por desfrutar de liberdade porque sabia que minhas dificuldades seriam elegantes, sensíveis e competentemente resolvidas e reajustadas por você. Hoje, ao orientar algum aluno ou alguma aluna na graduação, inspiro-me grandemente em você. Que referência! Sei que nunca vou conseguir seu nível de ajustamento na relação orientador-orientando. Mas saiba que suas lições estarão sempre como um paradigma a ser mobilizado e alcançado por mim. Obrigado também pela parceria intelectual que me fez crescer demais na História. Se eu logrei alguns êxitos em concursos públicos, se eu consegui formatar um caminho para a minha tese, se eu consegui encontrar um caminho argumentativo, tudo isso foi porque tinha você sempre dizendo não exatamente o que fazer, mas orientando sobre a melhor forma de pensar as questões. Queria, de coração, que esta tese conseguisse alcançar o nível que sua orientação mereceu, o nível que espelhasse seus conselhos e as análises que você ofereceu para este trabalho. Sei que só posso te agradecer, nunca corresponder à altura. Esse sempre foi um dilema que tive que ter coragem de enfrentar durante a escrita da tese. Por isso, antes que você termine a leitura desta tese, eu digo que dei o meu melhor, dentro de minhas limitadas condições! Eu precisava dar o meu melhor e sua orientação merecia mais que o meu melhor.

Agradecimento aos professores do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UERJ), mais especial ainda aos que me deram aulas nessa jornada do doutorado, prof. Daniel Pinha, prof. Antonio Edmilson Martins Rodrigues e professora Lúcia M. Paschoal Guimarães, além de minha orientadora, professora Márcia de Almeida Gonçalves. Como eu aprendi sobre teoria da história, sobre Machado de Assis, sobre história intelectual e sobre historiografia com vocês, meus grandes mestres. Muito obrigado pela generosidade, pelo comprometimento, pelas lições e também pelo ensino do que é ser professor-pesquisador. Dialogando, de alguma forma, com a música do João Nogueira, estejam certos que este espelho nunca vai se quebrar.

É importantíssimo deixar registrado o grande agradecimento à banca de qualificação desta tese. Agradecer, novamente, à prof.^a Márcia de Almeida Gonçalves e ao prof. Daniel Pinha. Neste caso, o agradecimento é pelo fato de terem tido a paciência de ter lido o material de pesquisa com esmero e dedicação, além das dicas teóricas de grande peso para o

encaminhamento desta tese. Agradeço enormemente a disponibilidade, as contribuições intelectuais e teóricas, assim como a imensa generosidade do prof. Ricardo Henrique Salles. Agradeço as dicas de pesquisa e também o material que ele prontamente me enviou, a fim de me posicionar sobre questões historiográficas atuais.

Estendo o agradecimento aos integrantes que disponibilizaram seu tempo para compor a banca de avaliação final desta tese. Antecipadamente, agradeço demais por dividirem comigo seus conhecimentos através de suas contribuições críticas. Portanto, além da orientadora, agradeço demais à prof.^a Dr. Beatriz Mamigonian, ao prof. Dr. Daniel Pinha, ao prof. Dr. Rafael Marquese e ao prof. Dr. Valdeci Araujo. Fiquei feliz demais em contar com cada um de vocês em minha avaliação.

Agradeço também a duas instituições importantes na minha trajetória acadêmica e profissional, na medida em que me deram bases materiais e intelectuais para meu desenvolvimento: FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, pela bolsa de doutorado concedida que me permitiu desenvolver meus trabalhos de pesquisa, e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) por ser uma instituição que me acolheu desde o mestrado, passando por uma especialização e chegando ao doutorado. É muito carinho, amor e respeito por esta instituição! A UERJ resiste e será eterna!

RESUMO

PALERMO, Luis Claudio. *Entre o poder de agência dos atores sociais e a estrutura: uma análise sobre o papel do negro na historiografia recente da escravidão brasileira*. 2020. 341 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Riode Janeiro, 2020.

A historiografia da escravidão negra ocorrida no Brasil é o tema desta tese. O objeto de estudo é a historiografia recente, posterior aos anos 2010. A pesquisa visou compreender como a historiografia recente tem operacionalizado uma questão teórica cara à produção de conhecimento histórico: a relação entre agência e estrutura. A reflexão crítica acerca da historiografia foi operacionalizada em conexão com princípios metodológicos da história intelectual. Em decorrência, contexto de enunciação e recepção dos referenciais teóricos, além de uma visão de processo histórico foram chaves heurísticas empregadas na análise das teses de doutorado selecionadas, com vistas a compreender como os(as) pesquisadores(as) se apropriam ou rebatem outras referências teóricas. Por isso, a apresentação da tese ocorre em perspectiva histórica, a fim de deixar claro tanto as continuidades quanto as mudanças na história da historiografia do tema. Foi elaborado, como ponto de partida, uma grade de inteligibilidade histórica construída a partir da experiência de leitura e trajetória acadêmica do pesquisador, o que possibilitou criar um guia de referência de análise para as teses recentes selecionadas. Em razão disso, foi possível inseri-las nos debates clássicos sobre o tema, problematizando suas filiações e suas críticas teóricas. Observou-se, nas teses selecionadas sobre o tema, uma disputa entre pesquisas vinculadas à nova historiografia da escravidão pós-1980 e trabalhos que se balizam no conceito de segunda escravidão. Aqueles criticaram, substancialmente, uma visão teórica estrutural que retiraram os sujeitos da história, ao passo que estes últimos recolocaram, de forma enfática, a estrutura como referente importante a se comunicar com as ações dos sujeitos. No centro dessas disputas teóricas estão a agência e a estrutura protagonizando um clássico dilema que norteia a construção do conhecimento histórico até os dias atuais. Diante da leitura das fontes, três considerações são expostas como resultados da pesquisa: (i) há, desde a nova historiografia da escravidão pós-1980, uma crescente diversificação das estratégias de conhecimento sobre o tema da escravidão; (ii) emergiu, no século XXI, uma proposta teórica baseada no conceito de segunda escravidão, cuja sugestão de pesquisa é que se estude a escravidão do século XIX em comunicação constante com as mudanças operadas na economia-mundo; (iii) a agência escrava permanece, de forma contundente, como uma conquista da nova historiografia da escravidão pós-1980, mas, no contexto atual, a agência foi requalificada porque há exigências de articulação mais fortes com totalidades estruturadas. Esta tese identifica, portanto, que estamos vivendo um novo momento da historiografia da escravidão. Essa é uma indicação deixada por esta pesquisa para que outras possam ampliar nosso conhecimento sobre o cenário atual, de modo a pensarmos melhor sobre esse tema tão importante e tão candente para a nossa vida.

Palavras-chave: Historiografia da escravidão. Teoria da História. Relação agência e estrutura. História intelectual. Pensamento social brasileiro.

ABSTRACT

PALERMO, Luis Claudio. *Between the agency power of social actors and a structure: an analysis of the role of black people in the recent historiography about Brazilian slavery*. 2020. 341 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The historiography of black slavery that occurred in Brazil is the subject of this thesis. The object of study is recent historiography, later than the years 2010. The research aimed to understand how recent historiography has operationalized a theoretical issue that is very important to produce historical knowledge: the relationship between agency and structure. Critical reflection on historiography was made operational in connection with methodological principles of intellectual history. As a result, the context of enunciation and reception of theoretical frameworks, in addition to a view of the historical process, were heuristic keys used in the analysis of selected doctoral theses, with a view to understanding how the researchers appropriate or refute other references. Therefore, the presentation of the thesis occurs in a historical perspective, in order to make clear both the continuities and the changes in the history of the subject's historiography. As a starting point, a grid of historical intelligibility was built based on the researcher's reading experience and academic trajectory, which made it possible to create an analysis reference guide for the recently selected theses. As a result, it was possible to insert them in the classic debates on the theme, questioning their affiliations and their theoretical criticisms. It was observed, in the selected theses on the theme, a dispute between research linked to the new historiography of slavery post-1980 and works that are based on the concept of second slavery. Those criticized, substantially, a structural theoretical view that removed the subjects from history, while the latter emphatically replaced the structure as an important reference to communicate with the subjects' actions. At the center of these theoretical disputes are the agency and the structure leading a classic dilemma that guides the construction of historical knowledge to the present day. In view of the reading of the sources, three considerations are exposed as results of the research: (i) there is, since the new historiography of slavery after 1980, an increasing diversification of knowledge strategies on the theme of slavery; (ii) in the 21st century, a theoretical proposal based on the concept of second slavery emerged, whose research suggestion is to study 19th century slavery in constant communication with changes in the world economy; (iii) the slave agency remains, in a striking way, as an achievement of the new post-1980 historiography of slavery, but, in the current context, the agency has been requalified because there are stronger articulation requirements with structured totalities. This thesis identifies, therefore, that we are living in a new moment in the historiography of slavery. This is an indication left by this research so that others can expand our knowledge about the current scenario, in order to think better about this topic so important and so burning for our life.

Keywords: Historiography of slavery. Theory of History. Agency and structure relationship. Intellectual history. Brazilian social thought.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O CLÁSSICO VIÉS CULTURAL DE GILBERTO FREYRE	42
1.1 A importância intelectual de Gilberto Freyre e do livro Casa-grande & senzala	43
1.2 A miscigenação como fator preponderante em nossa formação	47
1.3 A ênfase na relação senhor-escravo como uma metonímia das complexas interações sociais	55
1.4 Apontamentos de alguns limites presentes na perspectiva de Gilberto Freyre ..	62
2 A CLÁSSICA INTERPRETAÇÃO MARXISTA PRESENTE NAS OBRAS DE INTEGRANTES DA ESCOLA PAULISTA DE SOCIOLOGIA	68
2.1 A importância de Caio Prado Júnior e do paradigma marxista	69
2.2 A dialética marxista e o conceito de totalidade como cruciais para se interpretar a escravidão ocorrida no Brasil	75
2.2.1 <u>Fernando Henrique Cardoso: a relação senhor-escravo na sociedade escravocrata rio-grandense</u>	78
2.2.2 <u>Octavio Ianni: a relação senhor-cativo e as metamorfoses do escravo negro na região de Curitiba</u>	86
2.3 Apontamentos de alguns limites presentes nas perspectivas de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni	92
3 A HISTORIOGRAFIA SE RENOVA NOS ANOS 1980 E 90: NOVOS OBJETOS, NOVOS APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS E NOVAS VISÕES SOBRE A ESCRAVIDÃO QUE OCORREU NO BRASIL	100
3.1 Novas propostas teóricas operacionalizadas pela historiografia da escravidão brasileira	103
3.1.1 <u>A assunção de uma nova pauta teórica de pesquisa: a aposta na complexidade inscrita nas relações sociais e no poder de agência dos cativos</u>	109
3.1.2 <u>Uma nova concepção de tempo como ferramenta heurística para compreender as relações sociais escravistas</u>	113
3.2 Algumas das pesquisas que propuseram novas perspectivas para a historiografia da escravidão brasileira posterior aos anos 1980	118

3.2.1	<u>Uma reação à perspectiva econômica presente na historiografia do período 1950/70: a ênfase no protagonismo político do escravo.....</u>	121
3.2.2	<u>A senzala e as famílias cativas sob outras perspectivas: os fundamentos político e cultural presentes na relação senhor-escravo.....</u>	135
3.2.3	<u>Uma via alternativa ao biônimo violência-paternalismo: novas contendas em torno da complexa relação senhor-escravo.....</u>	147
4	DIVERGÊNCIAS TEÓRICAS NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XX PARA O XXI: PROPOSTAS CRÍTICAS À HISTORIOGRAFIA PÓS-1980	153
4.1	A escravidão em perspectiva comparada e global: tecendo conexões que visam fundamentar um conhecimento sobre o escravismo.....	167
4.2	A escravidão dentro de um quadro de articulação entre o Brasil e a economia global.....	180
5	EM BUSCA DE UM LUGAR NA HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NEGRA BRASILEIRA: DISCUSSÕES TEÓRICAS PRESENTES NA PRODUÇÃO ATUAL	192
5.1	A intrincada tarefa de selecionar “os peixes na tábua do peixeiro”: a escolha das teses como fontes de pesquisa	193
5.2	“No meio do caminho tinha uma pedra [...]”: situando a tese em debates sobre a historiografia da escravidão negra ocorrida no Brasil	201
5.2.1	<u>Teses que dialogam criticamente com a historiografia clássica.....</u>	203
5.2.2	<u>Teses que dialogam criticamente com a historiografia da escravidão pós-1980</u>	222
5.2.3	<u>Tese que critica a historiografia baseada no conceito de segunda escravidão</u>	242
6	UM DEBATE SOBRE AGÊNCIA E ESTRUTURA NA HISTORIOGRAFIA RECENTE DA ESCRAVIDÃO NEGRA OCORRIDA NO BRASIL.....	250
6.1	Seguindo a trilha da historiografia pós-1980: diferentes formas de operacionalizar a relação agência-estrutura	252
6.1.1	<u>A longa duração que confere sentidos culturais e políticos para as ações dos sujeitos histórico.....</u>	254
6.1.2	<u>O cotidiano como meio de analisar as ações dos sujeitos históricos.....</u>	261
6.1.3	<u>Em torno da referência teórica da micro-história: em busca da complexidade inscrita na relação entre senhores e escravos</u>	267
6.1.4	<u>Acompanhando a trajetória dos escravizados e priorizando a agência.....</u>	274
6.2	Pesquisas que se baseiam no conceito de segunda escravidão: uma nova posição sobre a relação agência e estrutura	283

6.3	A relação agência-estrutura: uma discussão realizada no cenário atual.....	299
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	313
	REFERÊNCIAS	327

INTRODUÇÃO

Uma das mais belas canções da Música Popular Brasileira (MPB) foi escrita por Antônio Carlos Belchior. A canção se chama “Como nossos pais” e foi notabilizada na linda e formidável voz da cantora Elis Regina Carvalho Costa, a nossa eterna Elis Regina. Em um trecho, o compositor assinala o seguinte: “Minha dor é perceber que apesar de termos feito tudo o que fizemos, ainda somos os mesmos e vivemos, ainda somos os mesmos e vivemos como os nossos pais”.¹

Para além da crítica política e contextual que a música nos permite promover e alcançar, a ideia aqui, ao usá-la, é pinçar dois elementos: o primeiro alude à visão que o autor externa mostrando sua relação com o tempo, pois, apesar de tudo que fizeram, ele identifica que “ainda somos os mesmos”. Uma articulação temporal que remete às mudanças e permanências; a segunda remete à dupla reflexão que o autor faz, uma sobre os acontecimentos (apesar de termos feito tudo que fizemos) e outra sobre como enxerga tais acontecimentos (ainda somos os mesmos).

A lembrança da música nos convida a refletir sobre uma das questões mais presentes na produção do conhecimento histórico: o descolamento entre o que aconteceu (a experiência) e a análise reflexiva sobre o que aconteceu (representação do que ocorreu).² Inspira-nos porque, de acordo com Reinhart Koselleck, o moderno conceito de história se constituiu a partir do desenvolvimento filosófico em que o conceito se forjou como ““História em si e para si”, articulando “muitos dos sentidos antigos”.³

A História como conceito incorporou tanto as histórias particulares quanto os sentidos antigos de história. Tornou-se, portanto, um “terreno” explorável por reflexões diversas, haja vista que, ao nos remeter à História, estamos dentro de um mesmo conceito, estamos discutindo dentro de um mesmo constructo. Assim, “[...] Novos significados, que antes não se conseguiam resumir linguisticamente num conceito único foram agregados: a História como processo, como

¹ Conferir a letra da música na íntegra em: <https://www.lettras.mus.br/elis-regina/45670/>. Consulta realizada em 7 de maio, às 10h:05min.

² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. O autor aponta para as palavras em alemão *Geschichte* e *Historie* indicando diferentes acepções, o que não acontece em português, por exemplo. KOSELLECK, Reinhart [et. al]. *O conceito de História*. Tradução René E. Gertz. 1ª Reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 133. Cf. MARTINS, E. C. R. “Conhecimento histórico e historiografia brasileira contemporânea”. *Revista Portuguesa de História*, v. 42, p. 197-219, 2011.

³ KOSELLECK, Reinhart [et. al]. Op. cit., 2016, p. 38, aspas do autor.

progresso, como evolução ou como necessidade. “História” se transforma num amplo conceito de movimento”.⁴

O que é primordial destacar, como corolário, é o fato de a História passar a ter uma postura reflexiva sobre si mesma. Nesse sentido, “[...] A importância que teve o fato de a nova realidade da “História como tal” [Geschichte überhaupt] ter conseguido evoluir para o *status* de um conceito através da reflexão está indicada pelo surgimento da palavra paralela “Filosofia da História””.⁵ Ocorre, então, a possibilidade de os pesquisadores pensarem, filosoficamente, a História como conceito geral e refletirem sobre como este campo produz conhecimentos.

Nesse contexto, há um novo paradigma que aponta para a abertura contínua para as possibilidades de crítica e autocrítica, somada à consciência de que a História será reescrita futuramente porque o passado não é mais o referente exemplar.⁶ “Temporalizada e processualizada em uma unicidade contínua, a história não podia mais ser ensinada como exemplo”.⁷ Há a consciência de que o conhecimento histórico tem sua historicidade.⁸ Assim, “[...] O caráter auto-reflexivo do conhecimento histórico talvez seja o maior diferenciador da História no conjunto das ciências humanas”.⁹ Por isso, as pesquisas que remetem à historiografia remontam ao século XIX.¹⁰

A referência do conceito de historiografia que norteia esta tese que ora se enceta não está meramente voltada à sua condição de escrita da história, conforme significado mais amplo e difundido da palavra. Calca-se, pois, numa ênfase operada no âmbito da construção historiográfica, que é pensada tanto em sua historicidade¹¹ quanto ao longo do processo histórico de sua produção.¹² Guarda, destarte, um sentido de construção de uma perspectiva que aparece no texto historiográfico (intratexto), contemplando as condições históricas de sua produção (contexto).¹³ Além disso, (e ao mesmo tempo), o conceito de historiografia comporta a

⁴ Idem, *ibidem*, com grifos do autor.

⁵ Idem, p. 135.

⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Op. cit.*, 2006, p. 319.

⁷ Idem, *ibidem*.

⁸ MALERBA, Jurandir. “Teoria e História da Historiografia”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 11-26 (p. 15).

⁹ Idem, p. 16.

¹⁰ MASTROGREGORI, Massimo. “Historiografia e tradição das lembranças”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 65.

¹¹ MALERBA, Jurandir. *Op. cit.*, 2006, p. 15.

¹² KOSELLECK, Reinhart. *Op. cit.*, 2006, p. 319.

¹³ Cumpre mencionar que esta construção é guiada pela problematização do(a) pesquisador(a), pelo uso de fontes, pela aplicação de uma metodologia e o emprego de referências teóricas. Conferir em: BARROS, José D’Assunção. *O campo da história*. Especialidades e abordagens. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004; Ver também: PRIORE, Mary del. “Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador”. In <http://ahr.upf.br/download/TextoMaryDelPriore2.pdf>. Consulta realizada em 5 de maio, às 10h:25min. Conferir também: MAUAD, Ana Maria. CAVALCANTE, Paulo. *História e Documento*. (v. 1). Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013a, *passim*.

problematização da história da historiografia do tema em jogo, no caso desta tese, a escravidão negra ocorrida no Brasil.

Ao se referir à historiografia, nesta tese, estará em jogo, substancialmente, uma noção conceitual de que se trata de obras analisadas à luz de sua historicidade e contemplando sua visão histórica. Logo, o conceito de historiografia remete a um duplo eixo: contexto e processo histórico. Assim, a ideia de historiografia, aqui presente, remete à escrita da história situada num contexto e enxergada à luz da história da historiografia. Historiografia, então, é vista menos pela dimensão da obra em si e mais pelas inserções que ela tem tanto em seu tempo quanto na história da historiografia.

Colocado o pilar essencial sobre o que é pensado quando se aborda a historiografia, agora, cumpre dar luz precisamente ao tema em pauta nesta pesquisa. De acordo com o que será visto à frente, podemos organizar, em termos gerais, a ideia de que a historiografia sobre escravidão negra ocorrida no Brasil é dividida, por alguns pesquisadores,¹⁴ em três grandes tendências gerais. Tais tendências são marcadas em função de mudanças teórico-metodológicas e interpretativas substanciais que podem ser observadas comparativamente.

A primeira tem como grande protagonista Gilberto Freyre e seu clássico¹⁵ livro *Casa-grande & senzala*.¹⁶ A segunda é aberta pelas pesquisas conduzidas sob a liderança de Florestan Fernandes.¹⁷ Tais pesquisas encontram-se no escopo do que ficou conhecido como Escola

¹⁴ Seguem alguns(mas) que podem representar essa perspectiva: SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. “Escravidão negra em debate”. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998; LARA, Silvia H. “Conectando Historiografias: a escravidão africana e o antigo regime na América portuguesa”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia A. (Orgs.). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português*. (Séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2005.

¹⁵ Ana Carolina Barreto Pereira, em recente artigo publicado, discute com uma questão não incorporada nesta tese, em função de não ter relação com minha trajetória intelectual, conforme será explicado à frente. Trata-se do imperialismo intelectual europeu e estadunidense, assim como sua influência nas escolhas epistêmicas que intelectuais de países não centrais exercem em seus posicionamentos teóricos. Trata-se de uma crítica às referências de pesquisa e de ensino em nível acadêmico, na medida em que essas, de forma frequente, baseiam-se em cânones que vêm de determinados países ou regiões, conforme mencionado acima. Reconhecidamente, essa é uma crítica que caberia à minha pesquisa não somente à trajetória elaborada, mas, também, às estratégias delineadas para as escolhas das teses que foram lidas. Podemos notar que, no material de pesquisa selecionado por mim, não há teses que operam na linha em que Pereira indica. Convém assinalar que também não operam na linha do giro linguístico. Cf. PEREIRA, Ana Carolina Barreto. “Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História”. In: *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88 - 114, abr/jun. 2018, pp. 88-114.

¹⁶ QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Op. cit., 1998.

¹⁷ ESCOSTEGUY FILHO, J. C. “Reflexões sobre agência e estrutura na historiografia da escravidão”. *Revista Tessituras*, v. 6, p. 102-117, 2015. Ver página 102.

Paulista de Sociologia.¹⁸ A terceira está situada num período amplo que abrange os anos pós-1980 e encontra-se difusamente grassada em várias obras.¹⁹

As referências mencionadas acima serão mais bem desenvolvidas ao longo desta tese. No estágio atual do desenvolvimento analítico, vale informar que

[...] Esse é, notadamente, um quadro de referência panorâmico que guarda consigo pelo menos um aspecto positivo e outro negativo. O positivo é que funciona como um mapa amplo de referência cujo objetivo é nortear as discussões interpretativas e teórico-metodológicas no interior do campo. O negativo é que essa forma de abordagem excessivamente abrangente torna obscura algumas dissensões significativas que poderiam estimular debates seminais e enriquecedores para esse tema tão relevante e tão candente.²⁰

Com efeito, lidar com “uma constelação de obras que comportam estilos, narrativas, referências teóricas, interpretações e posições político-ideológicas (entre outras questões) tão distintas não é uma empreitada simples nem fácil; requer esforço coletivo”.²¹ É bom não deixarmos fora do escopo de análise o fato de que, por exemplo, já faz muitos anos que pesquisadores enxergaram que os anos 1980²² “representaram rupturas significativas no tema”.²³

Além da justificativa social quase que autoevidente, dado o fato de a escravidão ser um tema candente, no Brasil, cabe mencionar também que, em termos acadêmicos, parece ser importante que, após tantos anos falando em historiografia pós-1980, façamos uma avaliação analítica e exploratória dessa tendência historiográfica. Portanto, “o núcleo dessa historiografia precisa ser mais bem cartografado”²⁴ e analisado.

Em face do que foi exposto, o interesse desta pesquisa centrou-se na problematização da historiografia escrita recentemente sobre a escravidão negra ocorrida no Brasil. A questão

¹⁸ SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste, Século XIX). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 30.

¹⁹ Rafael Marquese identifica, ao menos, duas linhas historiográficas presentes nos anos 1980. Em síntese, uma se inspira nas “formulações da categoria modo de produção escravista colonial” (Idem, *ibidem*) e a outra no marxismo britânico, especialmente Edward P. Thompson. Ver: MARQUESE, Rafael de Bivar. “As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira”. *Revista de História*, São Paulo, n. 169, p. 223-253, 2013.

²⁰ PALERMO, Luis Claudio. “UMA ANÁLISE SOBRE ASPECTOS DA HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA PÓS-1980: permanências, mudanças e matizes no interior dessa tendência”. In: *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica – CLIO* (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, vol. 37, p. 214-235 (pp. 227-228), Jul-Dez, 2019. Trecho localizado na página 215.

²¹ Idem, *ibidem*. MACHADO, Maria Helena P. T. *Em Torno da Autonomia Escrava: Uma Nova Direção Para a História Social da Escravidão*. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA: São Paulo, v 8, nº16, pp. 143-160, março a agosto, 1988; SCHWARTZ, Stuart. “A historiografia dos primeiros tempos do Brasil moderno. Tendências e desafios das duas últimas décadas. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 175-216, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

²² LARA, Silvia H. Op. cit., 2005, p. 25;

²³ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2019, p. 215.

²⁴ Idem, *ibidem*.

principal foi escrutinar e compreender como as recentes teses de doutorado têm analisado a escravidão negra ocorrida no Brasil, nutrindo especial interesse pela referência teórica empregada por cada pesquisa no sentido de pensar a relação agência-estrutura. O interesse se volta, precisamente, no sentido de compreender como a historiografia tem tratado o papel do negro na formação do Brasil

Com a finalidade de responder à questão principal desta pesquisa, foram utilizadas fontes que correspondem a teses de doutorado recentemente defendidas. Os critérios que envolvem o dificultoso e complexo processo de seleção dessas fontes de pesquisa estão mais bem delineados no quinto capítulo desta tese. Não obstante, cabe, em termos de esclarecimentos iniciais, ilustrar que a seleção dos trabalhos de pesquisa foi orientada, basicamente, por dois parâmetros: o primeiro objetivou circunscrever a investigação somente a teses de doutorado, visto que não haveria tempo hábil para pesquisar também dissertações de mestrado; o segundo foi procurar alguns dos pesquisadores cujos estudos tenham relevância acadêmica²⁵ e estejam ligados, em alguma medida, ao campo de estudos sobre a escravidão negra ocorrida no Brasil. Neste caso, foram especialmente procurados (e selecionados) os estudos cujos temas estão mais relacionados aos conhecimentos que fazem parte da trajetória intelectual, acadêmica e profissional do pesquisador, tais como: famílias cativas, alforrias, trabalho escravo e temas que evoquem, mais fortemente, a relação senhor-escravo.²⁶

O pressuposto é que a amostragem – qualitativamente²⁷ composta – conseguisse construir um quadro geral que representasse, de certo modo, algumas das pertinentes e representativas discussões que são realizadas no campo de estudos sobre a escravidão. A intenção sempre foi cobrir uma gama mais extensa possível de orientadores, ou seja, buscou-se um nível de dimensionamento que estava relacionado ao nível de adequação do material coligido.

²⁵ Conforme explicado à frente, este é um parâmetro que está permeado, em alguma medida, do grau de subjetividade do pesquisador, logo, contempla sua trajetória de leitura. Por outro lado, não se deve negar, de acordo com os debates historiográficos atuais, que os pesquisadores e as pesquisadoras que foram selecionados desfrutam, junto com tantos outros notáveis, de representatividade na historiografia do tema em apreço.

²⁶ Pode-se observar que, tal como frisado na nota de rodapé anterior, o parâmetro adotado na escolha de algumas teses tem relações intrínsecas e inexoráveis com o conhecimento do pesquisador em determinados temas. A premissa é que essa forma de escolha potencializa a leitura, compreensão e interpretação das teses em suas conexões (de conhecimento) e em seus diálogos intelectuais.

²⁷ Sobre o uso da metodologia qualitativa de trabalho de pesquisa, ver: BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis: Vozes, 2005; BARROS, José D'Assunção. Op. cit., 2004, pp 136 e 137. Conferir também: JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

No entanto, o decurso da pesquisa acabou sendo tocado ou afetado por debates extremamente candentes para a história da historiografia,²⁸ por isso, a eleição acabou enviesando no sentido de tentar abarcar o máximo possível um debate relativamente recente que formula uma crítica à historiografia que foi escrita no período pós-1980. O esclarecimento desse debate será realizado mais acentuadamente no capítulo sexto desta tese.

A leitura do material de pesquisa foi realizada com o objetivo de capturar, sobretudo, três elementos cruciais: (i) identificar como a tese operacionaliza a relação agência-estrutura, assim como as interações entre os grupos/camadas sociais; (ii) discutir as formas teóricas empregadas pelos autores para pensar seu problema de pesquisa, o que permite a análise de suas preferências (eleições intelectuais) e suas discordâncias (rejeições intelectuais); (iii) examinar as teorias mobilizadas pela tese, em relação ao panorama de referenciais teóricos presentes na história da historiografia do tema em apreço. Nesta última etapa, a análise das permanências e mudanças, em relação a esse campo, é algo crucial. É por conta dessas três etapas nucleares que a tese pretende oferecer, inicialmente, uma grade de inteligibilidade teórico-metodológica, que é erigida, mais substancialmente, nos capítulos primeiro, segundo e terceiro.²⁹

Foram programadas, ao final das leituras das teses, elaborações de fichas de estudo de cada trabalho, com o intuito de retomar as discussões *a posteriori*, pois tinha a consciência de que cada trabalho poderia (ou seria) estudado em distâncias temporais afastadas. Portanto, visava-se ter uma base para que se pudesse recuperar as análises feitas para cada material (tese) investigado. Assim, ao final da análise de cada tese, ocorreu um fichamento que contemplou os seguintes pontos: título, autor, orientador, ano de publicação, Universidade, característica geral, tema, questão de pesquisa, metodologia, quadro teórico, tese do autor, lógica interna da tese, autores com quem discute, lugar da tese na história da historiografia, como se posiciona acerca da relação agência-estrutura, como operacionaliza ou discute a noção de tempo.

O fichamento das teses foi um trabalho que demandou tempo e bastante esforço intelectual (e até físico). A ideia geral não era trabalhar, necessariamente, com uma quantidade imensurável de teses, uma vez que sabemos o quanto os estudos sobre a escravidão são

²⁸ Cabe lembrar que foi durante a pesquisa que tive contato com o texto programático lançado por Rafael Marquese e Ricardo Salles, criticando a historiografia pós-1980. Essa leitura acabou norteando também as futuras teses. Cf. MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (Orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Brasil, Cuba e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

²⁹ As referências metodológicas criadas para a leitura das teses foram bastante influenciadas pela leitura de WEHLING, Arno. "Historiografia e epistemologia histórica". In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. Outro texto bastante importante foi: MASTROGREGORI, Massimo. Op. cit., 2006.

massivos e bastante presentes nas pesquisas de pós-graduação. O compromisso com o quantitativo seria empreendimento fora do escopo de uma tese. Aliás, cumpre ponderar que, no atual cenário, parece um empreendimento que requer trabalho em equipe.

Por isso, a ênfase recaiu na preocupação em cobrir ou abarcar vertentes distintas, mas preservando uma ideia de selecionar textos que se inserem num debate representativo, em termos teóricos, para a atualidade. O mais importante era buscar um bom quadro de referência teórico que abarcasse não somente uma diversidade de perspectivas, mas que também pudesse espelhar um debate com um acentuado nível de representatividade acadêmica e social, nos estudos sobre o tema em questão.³⁰

Cumpre ilustrar e elucidar, em adição, que as escolhas estavam não somente emolduradas pelo quadro teórico que dá suporte analítico sobre a historiografia da escravidão, mas sofreram injunções do vinco que o pesquisador lhes emprestou. Inevitavelmente, num projeto de pesquisa dessa natureza, ou seja, que necessita de um quadro teórico representativo e, ao mesmo tempo, bem delimitado, as relações entre indivíduo e sociedade se impõem como dialética. Nesse sentido, não há como desconsiderar a trajetória do pesquisador nesse processo de construção da pesquisa.

Portanto, a seleção do material de pesquisa e, mais ainda, o percurso argumentativo, são caudatários de uma conjunção entre problemas teóricos considerados relevantes para a historiografia da escravidão e o percurso acadêmico-profissional que marca a vida do pesquisador. Esse é um processo dialético, algo que já havíamos aprendido com grandes mestres, como Marc Bloch,³¹ por exemplo. Este, tanto quanto outros grandes pesquisadores franceses do início do século XX, apontou para o fato de que a história não é encontrada como fatos brutos a serem resgatados pelo pesquisador. Há um processo dialético em que, ao pensar meu mundo, formulo questões que enformam e informam a construção dos fatos.³²

³⁰ Em função do que foi exposto neste parágrafo, é pertinente trazer, bem sinteticamente, alguns dos textos que referenciaram a composição de um quadro teórico sobre a escravidão que servisse de matriz de escolhas das leituras a serem realizadas, mesmo sabendo que toda a escolha implicaria, ao mesmo tempo, em outras perdas, afinal se trata de uma tese de doutorado, não de um projeto de pesquisa de longo prazo ou de maior fôlego. Cf. LARA, Silvia H. Op. cit., 2005; QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Op. cit., 1998; SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2009; MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2013; MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (Orgs.). Op. cit., 2016.

³¹ Cf. BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

³² Cf. CARR, Edward H. "O historiador e seus fatos". In: CARR, Edward H. *Que é história?* São Paulo: Paz e Terra, 2011, pp. 43-66. O próprio "pai" da observação participante, Bronislaw Malinowski, em seu clássico livro tenta escapar das injunções do papel do autor no processo de pesquisa, buscando os fundamentos das ciências naturais e exatas, mas percebemos, subliminarmente, o quanto sua visão metodológica não consegue tal superação. Interpretação realizada a partir das ideias da tentativa do autor de se desvencilhar de sua objetividade na coleta dos dados "objetivos" que emergem do povoado estudado. Nessa aporia, o autor nos indica deixar "os factos falarem por si", mas o incômodo, no decurso das explicações dele, permanece. Apesar

Essa é uma premissa geral desta pesquisa. É uma referência teórica que acabou influenciando a metodológica. Trata-se de ilustrar, em outras letras, que a abertura para pensar o lugar do sujeito é um referente importante quando analisamos sua entrada no todo social, ou melhor, suas inscrições nos diversos contextos com os quais tem contato. É nesse sentido que a história intelectual tem uma força teórica que impulsionou a fundação da base metodológica, assim como exerceu influência na análise dos autores. Forneceu a base também para se pensar, de forma decorrente, a lógica da exposição do texto, conforme disposto a seguir.

Uma vez explicados os fundamentos que alicerçaram escolhas das teses que foram investigadas, a partir deste ponto são estabelecidas as bases do quadro teórico que orientou esta pesquisa. As discussões realizadas a seguir podem ser consideradas como um mapa de referência que balizou a leitura das fontes nesta pesquisa, especialmente no que concerne aos seus diálogos intelectuais.

A base teórico-metodológica da história intelectual foi crucial na construção de uma arquitetura norteadora do olhar que essa pesquisa realizou para compreender as fontes selecionadas. A história da historiografia da escravidão negra ocorrida no Brasil foi enxergada, portanto, em conexão com princípios da história intelectual, nas bases que se colocam a seguir. Como decorrência, há que se pensar, em alguma medida, na trajetória reflexiva realizada para esta pesquisa antes de se chegar à conclusão acerca dos primados teórico-metodológicos construídos.

O historiador argentino Elías Palti³³ é um dos autores que ajudaram no percurso desenvolvido para a construção de uma base teórico-metodológica empregada nesta tese. Palti argumenta que Arthur Lovejoy corresponde a uma figura importante no campo da história das ideias, uma vez que contribuiu para fundação, na primeira metade do século XX, de uma Escola voltada para o desenvolvimento de estudos concernentes à história das ideias, com sede na Johns Hopkins University.³⁴ Tanto a obra de Lovejoy quanto os trabalhos dessa Escola contribuíram, sobremaneira, no sentido do desenvolvimento dos estudos sobre as ideias, notadamente no período entre os anos de 1940 e 1950.

do caráter objetivista da exposição do autor, percebe-se, de forma subliminar, que ele encontra dificuldade de se desvencilhar de seu papel como pesquisador, de seu lugar de fala, enfim, do papel de sua subjetividade no trabalho de campo. Conferir em: MALINOWSKI, Bronislaw. “Introdução: objeto, método e alcance desta investigação”. In: _____. *Os argonautas do pacífico Ocidental*. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p.17-37 (trecho localizado na página 33).

³³ Dois textos norteadores desse historiador são: PALTÍ, Elías J. “La nueva historia intelectual y sus repercusiones em América Latina”. In: *História Unisinos*, 11(3):297-305, Setembro/Dezembro 2007; PALTÍ, Elías J. “‘Giro lingüístico’ e historia intelectual”. In: _____. *Giro lingüístico e historia intelectual*. 1ª ed. 1ª reimp. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012.

³⁴ PALTÍ, Elías J. Op. cit., 2007, p. 298.

Cumprer-se realçar, a partir do historiador argentino, dois pontos importantes presentes nos postulados de Lovejoy que se tornaram capitais para o desenvolvimento da história das ideias: primeiro, as ideias transcendem seus contextos, pois têm capacidade de circulação. Conseqüentemente, as ideias podem assumir sentidos diferentes em contextos distintos. A partir desse ponto, chega-se à conclusão – como segundo postulado importante - que as ideias contribuem para que os historiadores possam ter uma compreensão geral da história, uma vez que produzem efeitos em nossa “conduta y nuestro modo de experimentar aquellas afecciones que le dieron origen”.³⁵

Por esse caminho, as ideias ganham concretude contextual e, em decorrência, uma justificativa teórica para que possam figurar como objeto de estudos históricos. Podem ser vistas, então, “como proposição ontológica que afirma a existência “real” das idéias *na história* (no sentido de matéria do conhecimento histórico)”.³⁶

Por volta dos anos 1950/1960, a história das ideias, conforme edificada por Lovejoy, passou a conviver com críticas contundentes, demonstrando, destarte, sintomas de esgotamento. Uma das principais críticas é que, especialmente no segundo pós-guerra, “[...] De um modo geral, o que se costumava apontar como deficiente era o excessivo idealismo ou essencialismo”³⁷ presente na forma de análise dos pesquisadores cujo objeto de estudo era as ideias. É como se história das ideias remetesse “a textos nos quais os conceitos articulados” constituíssem “os agentes históricos primários, vindo a seguir as pessoas dos portadores desses conceitos, enquanto as chamadas relações externas são entendidas como simples condições de existência das idéias propriamente ditas”.³⁸

Convém trazer outra crítica feita à história das ideias da linha de Lovejoy. Palti seleciona, por exemplo, crítica que Lewis Namier fez a Lovejoy, em 1955, através do artigo “Human Nature in Politics”. O historiador argentino assinalou que a principal crítica de Namier enfocava na não coerência histórica dos seres humanos, sobretudo no que se refere às suas ideias, uma vez que,

[...] los hombres no han tenido nunca mayores problemas en contradecir sus ideas siempre que lo consideraron necesario. Tomar las mismas como base para comprender el sentido de sus acciones resultaría, por lo tanto, sencillamente ingenuo. En

³⁵ Idem, *ibidem*.

³⁶ FALCON, Francisco. “História das Idéias”. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 15ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp. 91-126. Trecho localizado na página 92, grifos no original.

³⁷ AMBROSINI, Diego Rafael. “As “viradas” lingüística, histórica e interpretativa: novos paradigmas teóricos em História das Idéias e a relação estrutura / agência”. In: *34º Encontro Anual da Anpocs*, setembro de 2010 (ST 34 - Teoria Política: instituição e ação política. Sessão 2 - Ação e Pensamento Políticos: entre o *telos* aristotélico e a teoria política sem *telos*).

³⁸ FALCON, Francisco. Op. cit., 1997, p. 93.

definitiva, lo que Namier ponía en cuestión era la legitimidad misma de la historia intelectual, el objeto de su empresa.³⁹

Esse foi, portanto, um período em que a história das ideias sofreu contestações. Por isso, seus defensores tiveram que lidar com sua legitimação enquanto campo de estudo, haja vista que a história social predominava na produção de conhecimento histórico ocidental.⁴⁰ Em razão do exposto, vale acrescentar que, a partir “[...] des annés 1960, cette histoire des idées a été violemment mise en question par l’histoire sociale qui conteste à la fois ses méthodes et ses objets”.⁴¹

Nessa fase de crise de legitimidade, Palti⁴² assinala as pesquisas realizadas no âmbito da Escola de Cambridge (notadamente Quentin Skinner) e da *Begriffsgeschichte* (sobretudo a história dos conceitos de Reinhart Koselleck) como primordiais no sentido da renovação da história das ideias, a partir dos anos 1960. Essas novas propostas exerceram influência nas novas visões epistemológicas sobre como produzir conhecimentos no campo das ideias.

Sobre o trabalho do historiador dos conceitos alemão Reinhart Koselleck, é importante grifar a distinção que ele faz entre a história dos conceitos e a história social, a fim de registrar, de forma evidente, as diferenças entre elas e, por conseguinte, marcar o valor e o lugar da história dos conceitos para a história social.⁴³ O historiador alemão em pauta argumenta que a força metodológica da história dos conceitos provém da possibilidade de se tratar, conjunta e concomitantemente, espaço e tempo distintos numa perspectiva sincrônica de análise.⁴⁴

Ao mobilizarmos essa chave teórico-metodológica, ganhamos a possibilidade de pensar os conceitos no que eles apresentam de continuidade, ou seja, a possibilidade de estudá-los compondo uma homologia entre as situações distintas, definindo uma espécie de quadro conceitual. Cumpre chamar a atenção para o fato de que, ao mesmo tempo que compomos uma visão sincrônica dos conceitos, podemos observar suas especificidades, ou seja, devemos estar atentos, também, à sua perspectiva diacrônica.

³⁹ PALTÍ, Elías J. Op. cit., 2007, p. 299.

⁴⁰ Vale chamar a atenção para o que Falcon chama de dois grandes adversários da história das ideias. “Como disciplina histórica, a história das ideias, apesar de sua imponente longevidade e prestígio [o autor remete, aqui, aos estudos filosóficos que sempre tiveram as ideias como objeto], teve contra si dois grandes adversários: a tradição marxista e a historiografia francesa dos *Annales*”. Conferir em: FALCON, Francisco. Op. cit., 1997, p. 92, grifo no original.

⁴¹ NOIRIEL, Gerard. “La crise des paradigmes”. In: _____. *Sur la “crise” de l’histoire*. Paris Éditions: Belin, 1996, pp. 123-171.

⁴² PALTÍ, Elías J. Op. cit., 2007.

⁴³ Cf. KOSELLECK, Reinhart. Op. cit., 2006, pp. 97-118, capítulo 5, intitulado “História dos conceitos e história social”.

⁴⁴ Idem, p. 104.

Um exemplo que ilustra os aspectos teórico-metodológicos expostos acima encontra-se na explicação em que Koselleck diferencia palavra de conceito. Esse historiador aponta como pontos importantes na operacionalização dos conceitos a possibilidade de generalização e polissemia. O excerto a seguir ajuda a clarear o argumento:

Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados [diacronia]. O significado e o significante de uma palavra podem ser pensados separadamente. No conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa mesma palavra. *Uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido* [possibilidade sincrônica].⁴⁵

Em síntese, enquanto uma palavra pode ter seu sentido definido pelo uso, os conceitos necessitam, por outro lado, da “totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas”, que lhes conferem um sentido de totalidade ou um corpo edificado.⁴⁶ “[...] De allí deriva la característica fundamental que distingue a un concepto: lo que lo define es, precisamente, su capacidad de trascender su contexto originario y proyectarse en el tiempo”,⁴⁷ sendo usado em distintas situações, a partir de um corpo de matriz referencial a ser aplicado em diversas situações históricas. Desse modo, as palavras são usadas em situações de vida e os conceitos aplicados para compreender situações históricas.

O que importa destacar dessa contribuição complexa e prolífica de Koselleck é que a história dos conceitos favorece a construção de possibilidades que permitem conferir outra dimensão para as ideias. Em vez de apenas se ater à historicidade das ideias num determinado contexto, o teórico alemão nos convida, com efeito, a compreender que os conceitos “contêm possibilidades estruturais”⁴⁸ e, desse modo, não só a diacronia, mas também a sincronia pode (e deve) ser acionada na elaboração dos conceitos.

Portanto, pode-se afirmar, a partir desse historiador alemão, que os conceitos, diferentemente das palavras, “trascienden las esferas de sociabilidad inmediata, [e] sirven de índice de las variaciones estructural”.⁴⁹ Notem que há, implicitamente, nessas propostas arquitetadas por Koselleck, uma ruptura com o postulado das ideias como essências. Não

⁴⁵ Idem, p. 109, com grifos meus.

⁴⁶ Idem, ibidem.

⁴⁷ PALTÍ, Elías J. Op. cit., 2007, p. 300.

⁴⁸ KOSELLECK, Reinhart. Op. cit., 2006, p. 116.

⁴⁹ PALTÍ, Elías J. op. cit., 2007, p. 301.

esqueçamos que, acima, foi apontado que essa era uma das mais caras críticas dirigidas a Lovejoy, pois, para o intelectual alemão, conceitos devem ser apreciados historicamente.

No que se refere ao trabalho da Escola de Cambridge, Palti argumenta⁵⁰ que o historiador britânico Quentin Skinner defendeu que as ideias podem (e devem) ser pesquisadas a partir de seu contexto, contemplando a intencionalidade do autor. Para tanto, o britânico superou o pressuposto de que as ideias têm conteúdo essencial e universal. Desse modo, Skinner “[...] censurava o procedimento-padrão do ‘textualismo’, que consistia, em suas expressões mais caricaturais, em ‘ler e reler’ determinado texto até chegar-se a uma compreensão correta de seu significado”.⁵¹

O historiador inglês propôs, então, que as ideias devem ser compreendidas em seu uso público, pragmaticamente levando-se em consideração seu contexto específico e salientando o diálogo que as ideias têm com outras que estão precisamente presentes em seu tempo. Em razão disso, o pesquisador deve superar a instância meramente textual das ideias e “[...] aceder a la trama de relaciones e intencionalidades por los que dichos textos se constituyen como tales actos de habla”.⁵²

Com base nessas colocações de Palti,⁵³ percebe-se que Skinner visa conectar, dessa forma, intenção autoral, contexto e interlocutores. Em decorrência, o historiador inglês sustenta que há a possibilidade produtiva de se pensar as ideias dentro de um quadro contextual de disputas intelectuais intersubjetivas que nos permitem entrever, de forma não ingênua, os sentidos das ações/ideias dos autores.

Ressalta-se, por essa trilha de análise, a contribuição da Escola de Cambridge, – notadamente Skinner – no que se refere à importância de se levar em consideração o contexto em que se inserem as ideias. Com lastro nesse postulado, as ideias não mais são consideradas como perenes,⁵⁴ mas devem ser situadas precisamente no plano dos usos públicos da linguagem.⁵⁵ Pode-se argumentar, então, que “[...] a abordagem skinneriana da História Intelectual dirige seu foco para o significado (sic) dos textos históricos como manifestações de

⁵⁰ Palti refere-se, muito especialmente, à tese de Quentin Skinner, notadamente levando em consideração o texto “Meaning and Understanding in the History of Ideas”. Cf. Idem, p. 299.

⁵¹ SILVA, Ricardo. “História intelectual e teoria política”. In: *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 301-318, out. 2009. Trecho localizado na página 307.

⁵² PALTÍ, Elías J. op. cit., 2012, p. 31.

⁵³ Idem, *ibidem*.

⁵⁴ Cf. CHAUBET, François. “Enjeu - Histoire des intellectuels, histoire intellectuelle - Bilan provisoire et perspectives”. In: *Vingtième Siècle. Revue d'histoire* 2009/1 (n° 101), p. 179-190. Interpretação feita a partir de trecho localizado na página 181.

⁵⁵ Cf. PALTÍ, Elías J. op. cit., 2007, p. 299.

atos linguísticos intencionais efetuados em determinados contextos de convenções linguísticas e normativas”.⁵⁶

Segundo Palti, a Escola de Cambridge trouxe à baila – para o campo da história das ideias – um primeiro antecedente do chamado giro linguístico.⁵⁷ O argumento desse historiador se fundamenta na premissa de que integrantes dessa Escola, mormente Quentin Skinner e John Pocock, conseguiram problematizar o contexto de emergência dos sujeitos históricos pesquisados por eles. Assim, de acordo com Palti, esses pesquisadores supracitados foram capazes de problematizar o uso das ideias em (inter)relação ao contexto em que os atores (protagonistas das ideias pesquisadas) se inseriam.

De acordo com Francisco Falcon,⁵⁸ a história intelectual se difere da história das ideias, na medida em que

[...] A história intelectual remete a textos bem mais abrangentes, uma vez que ela inclui as crenças não-articuladas, opiniões amorfas, suposições não-ditas, além, é claro, das idéias formalizadas. Além do mais, a história intelectual preocupa-se com a articulação desses temas às suas condições externas [...]. Uma consequência interessante é assim a tendência da história intelectual romper os limites disciplinares estabelecidos já que visa a inserir o estudo das idéias e atitudes no conjunto das práticas sociais.⁵⁹

Em função do que foi delineado, o trabalho desenvolvido por tais pesquisadores colocou em evidência as ideias numa teia de relações contextuais, o que lhes permitiu analisar, pragmaticamente, as vinculações entre a enunciação das ideias e seu contexto (seus interlocutores no período). Assim, “[...] la trama das relaciones linguísticas”⁶⁰ torna-se um fator nuclear e capital para compreender a produção das ideias. Seguindo essa linha de raciocínio, o pesquisador estaria habilitado a “[...] descobrir, tras tales actos de habla, la *intencionalidade* (consciente o no) del agente (su fuerza ilocutiva), es decir, qué hacía éste al afirmar lo que afirmo em el contexto em que lo hizo”.⁶¹

Ao refletir acerca dessa mudança engendrada no núcleo da história das ideias, Palti argumenta que foi estabelecida, desde então, a possibilidade de o pesquisador explorar as ideias não como mera enunciação, mas levar em conta tanto sua relação com os interlocutores quanto com o meio social que envolve o sujeito histórico. Abriu-se, conseqüentemente, um caminho de

⁵⁶ SILVA, Ricardo. Op. cit., 2009, p. 307.

⁵⁷ PALTÍ, Elías J. op. cit., 2007, p. 299.

⁵⁸ FALCON, Francisco. Op. cit., 1997, p. 93.

⁵⁹ Idem, pp. 93-94.

⁶⁰ PALTÍ, Elías J. op. cit., 2012, p. 29.

⁶¹ Idem, ibidem, com grifo do autor.

análise das ideias como discursos; logo, como atos de fala⁶² inscritos temporal, geográfica e socialmente (num contexto). Nessa linha de raciocínio, vale registrar que, “[...] a metodologia contextualista de Skinner concentra-se no estudo da dimensão pragmática do discurso político”.⁶³

Como desdobramento desses debates e do desenvolvimento da história das ideias, Palti indica outra ordem de mudança na teoria do conhecimento. Ela exerceu grande influência na produção do vasto campo das humanidades, sobretudo após os anos 1970. Trata-se da problematização do “contexto de recepção”⁶⁴. Tal mudança está no bojo de um conjunto de “[...] *turns* surgidos na semiótica, na psicanálise, na filosofia, na antropologia e na história”.⁶⁵

Um dos principais *turns* (viradas ou giros) que contribuíram para influenciar a problematização do contexto de recepção é o giro linguístico. Deve-se, com efeito, reconhecer que não existe um único giro linguístico. Trata-se, pois, de um termo polissêmico e que pode assumir múltiplas possibilidades.⁶⁶ Segundo Noiriel, “[...] Le ‘programme’ de recherche annoncé lors du colloque de Cornell em 1980 n’a jamais véritablement été mis en pratique collectivement”.⁶⁷

Não obstante o caráter polissêmico do giro linguístico e de não haver um programa de pesquisa comum claramente identificável, é imperativo selecionar e centralizar, para efeito da discussão que aqui se estabelece, o papel da linguagem como questão epistêmica e ontológica importantes.⁶⁸ Diante do que foi exposto, o núcleo do problema que envolve o contexto de

⁶² Os atos de fala foram propostos por John Langshaw Austin (1911-1960) na formulação e apresentação de doze conferências proferidas na Universidade de Harvard, Estados Unidos da América, em 1955, e publicadas postumamente em 1962, no livro “*How to do Things with words*”. Sua relevância acadêmica reside no fato de que até o período referente aos estudos de Austin, os linguistas, em geral, consideravam a fala como ato meramente descritivo, pois serviriam apenas para relatar um estado de coisas.

⁶³ SILVA, Ricardo. Op. cit., 2009, p. 302. Vale registrar que Skinner, por exemplo, foi criticado por adotar uma perspectiva excessivamente contextualista. Para uma aproximação mais aprofundada desse debate e de algumas respostas dadas pelo pesquisador britânico, sugere-se a leitura do artigo de Ricardo Silva na íntegra. Conferir em: PALERMO, Luis Claudio. “A importância da teoria do agir comunicativo na atualidade: racionalidade, mundo da vida e democracia deliberativa”. In: PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. <http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> ISSN 1984-4352 Macapá, n. 6, p. 01-17, dez. 2013. Discussão apresentada na página 6.

⁶⁴ Cf. PALTÍ, Elías J. op. cit., 2012, p. 35.

⁶⁵ AVELAR, Alexandre de Sá; GONÇALVES, Márcia de Almeida. “Giro linguístico e escrita da história nos séculos XX e XXI – Elementos para um debate”. In: MEDEIROS, Bruno Franco; DE SOUZA, Francisco Gouvea; BELCHIOR, Luna Halabi; RANGEL, Marcelo de Melo; PEREIRA, Mateus H. F. *Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 58, com grifo do autor e da autora.

⁶⁶ Idem, *ibidem*.

⁶⁷ NOIRIEL, Gerard. “La crise des paradigmes”. In: *Sur la “crise” de l’histoire*. Paris: Éditions: Belin, 1996, pp. 123-171. Trecho localizado na página 143. Grifos do autor.

⁶⁸ AVELAR, Alexandre de Sá; GONÇALVES, Márcia de Almeida. Op. cit., 2015 p. 60.

recepção, segundo Palti,⁶⁹ encontra-se no caráter mediador que a linguagem impõe ao pesquisador que investiga a vida humana em sociedade.

Há, desse modo, um questionamento epistemológico de que nosso conhecimento do mundo não ocorreria de forma direta e objetiva. Por essa linha de raciocínio, o conhecimento é tratado como um processo mediado pela linguagem. E tal mediação, cabe registrar, colocaria dificuldades de acesso ao conhecimento de uma realidade⁷⁰. “Por isso, [nesta perspectiva,] a experiência nunca pode ser apartada da linguagem que estrutura suas articulações”.⁷¹

Ao problematizar o contexto de recepção, Palti⁷² coloca em discussão, sinopticamente, a “[...] natureza profundamente histórica e condicionada”⁷³ do relato feito pelo historiador (pesquisador). Em outros termos, “[...] Ya no es el ‘contexto de Maquiavelo’ [do pensador estudado], sino el próprio ‘contexto de Skinner’ [do próprio pesquisador que pesquisa o pensador estudado] el que se convertiría em objeto de estudio”.⁷⁴

As viradas (os *turns*), dentre as quais se perfila o giro linguístico, trouxeram para reflexão histórica, a partir dos anos 1970, não somente o “[...] questionamento significativo de toda e qualquer relação privilegiada entre linguagem e realidade”,⁷⁵ mas, como corolário, uma possibilidade de problematizar, de forma mais evidente, a construção analítica do próprio pesquisador. Tal movimento trouxe à tona o modo de construção do conhecimento do pesquisador, além das possibilidades interpretativas empregadas por ele. Conseqüentemente, estabeleceu-se, no seio das ciências humanas, uma crise “de la hermenéutica tradicional”.⁷⁶

⁶⁹ PALTÍ, Elías J. op. cit., 2012.

⁷⁰ Externo, desde já, que esses argumentos epistemológicos são pertinentes e de grande impacto. Tanto que “[...] As reflexões dos partidários do giro linguístico trouxeram, a nosso ver, incontornáveis ganhos para o historiador” (AVELAR; GONÇALVES, 2015, p. 67). Não obstante, minha posição é que não tornaram o conhecimento das pesquisas apenas realidades produzidas pela linguagem. Sinteticamente, considero que a experiência, apesar do grau de mediação da linguagem, não é totalmente inacessível. Nesse sentido, a análise do historiador (ou seu discurso, seja como for) não está plenamente desprovida de um conteúdo de experiência que dá base para as interpretações. A experiência, portanto, não se resume nem se reduz ao significado linguístico que lhe dá sentido, apesar de ser influenciada, em alguma medida, por tal significado. Logo, a experiência tem um papel importante no conhecimento histórico, especialmente no que toca ao papel político, a fim de pensarmos e discutirmos nossas articulações no tempo histórico. Uma observação: a ideia de articulações no tempo histórico tem uma clara e consciente referência à tese de François Hartog. Ver: HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

⁷¹ AVELAR, Alexandre de Sá; GONÇALVES, Márcia de Almeida. Op. cit., 2015 p. 65.

⁷² PALTÍ, Elías J. op. cit., 2012.

⁷³ AVELAR, Alexandre de Sá; GONÇALVES, Márcia de Almeida. Op. cit., 2015 p. 67.

⁷⁴ PALTÍ, Elías J. op. cit., 2012, p. 35, grifos do autor.

⁷⁵ RANGEL, Marcelo de Mello; ARAÚJO, Valdeí Lopes de. “Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político”. In: *hist. historiogr.*, Ouro Preto, n. 17, abril, 2015, p. 318-332. Trecho localizado na página 321.

⁷⁶ PALTÍ, Elías J. op. cit., 2012, p. 64.

Nesse sentido, os dilemas presentes nas pesquisas realizadas no campo das ciências humanas centraram-se, grosso modo, entre a ênfase na problematização do contexto de emergência das ideias (contexto histórico dos atores sociais estudados) e o realce no contexto de recepção dessas ideias por parte dos pesquisadores (contexto histórico da produção do conhecimento histórico). Em outros termos, as premissas teóricas inscritas nas pesquisas deveriam deter-se mais na compreensão dos sentidos emanados pelas sociedades humanas ou deveriam levar em conta, com maior destaque, a perspectiva do discurso produzido pelo pesquisador? Estava em jogo, pois, uma antinomia entre o objetivismo e relativismo.⁷⁷

Como desdobramento desses dilemas, a crise hermenêutica desencadeou um movimento teórico que incentivou a teoria a mirar sobre si mesma, produzindo o que Palti chama de “el contexto metacrítico”,⁷⁸ que corresponde à terceira dimensão contextual⁷⁹ mencionada por esse autor. Isso ocorreu porque as problematizações colocadas pelas viradas, conforme acima apontado, atravessaram “un nuevo umbral”⁸⁰ no campo teórico, propiciando à história intelectual um desenvolvimento significativo no período após os anos 1970. Com isso, a história intelectual experimentou, logo em seguida, seu período de maior sucesso “[...] à la fin des années 1980 et au long des années 1990”.⁸¹

Os debates adentraram um novo patamar analítico e reflexivo. De forma mais marcante, passou a ser possível, no período que envolvia a produção do conhecimento histórico nos anos 1970/80, colocar em discussão os referenciais teóricos e conceituais que envolvem e referenciam a produção do discurso do pesquisador. Em razão disso, a produção intelectual conseguiu situar um contexto crítico sobre si mesma e, por conseguinte sobre seu próprio contexto de recepção.⁸²

Cumprе evidenciar que a crítica, nesse cenário, “[...] se vuelve entonces doblemente reflexiva y se convierte em uma metacrítica”.⁸³ Foram criadas, então, as condições para se

⁷⁷ Cf. PALTÍ, Elías J. op. cit., 2012. Cabe acrescentar que Ciro Flamarion Cardoso discute essa disputa entre paradigmas rivais, posicionando-se, claramente, a favor de um conhecimento histórico com rigor formal, mesmo diante de suas dificuldades. Ver: CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e paradigmas rivais”. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 15ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp. 1-23.

⁷⁸ PALTÍ, Elías J. op. cit., 2012, p. 51.

⁷⁹ Inicialmente, cumpre apontar que Palti analisa duas dimensões concernentes ao contexto de recepção: a primeira se refere ao contexto de emergência dos atores sociais (quando historicamente os fatos emergem); a segunda está ligada ao contexto do pesquisador que recebe os dados/acontecimentos que surgiram no contexto de emergência. Portanto, a primeira tem relação com os acontecimentos e a segunda com a produção de um conhecimento acerca dos acontecimentos. A terceira dimensão está posta agora. Cf. Idem, p. 51.

⁸⁰ Idem, p. 48.

⁸¹ Cf. CHAUBET, François. Op. cit., 2009, p. 179.

⁸² PALTÍ, Elías J. Op. cit., 2012, p. 49.

⁸³ Idem, p. 48.

problematizar não os discursos críticos, mas “como éstos pueden formarse, intercambiarse y circular socialmente”.⁸⁴ Assim, colocou-se em evidência os discursos críticos (teóricos e conceituais) em relação a seu contexto epistêmico-institucional.⁸⁵

É imperativo e conveniente assinalar que Palti conduz sua argumentação final no sentido de defender não uma perspectiva relativista soberana. A análise do autor a respeito da influência do giro linguístico na história intelectual teve um sentido nuclear e matricial de mostrar que devemos superar as formas tradicionais e ingênuas do objetivismo. Sinopticamente, a análise do historiador argentino intenta explicar como as mudanças trazidas pelo giro linguístico conseguiram potencializar, em termos teóricos, a história intelectual, gerando ganhos, mas sem levá-la ao relativismo total.⁸⁶

Diante do que foi exposto acima, pode-se depreender, a partir da linha de raciocínio de Palti,⁸⁷ que a historiografia tem conexões evidentes com a história intelectual, uma vez que se tornou possível aos historiadores, de forma cada vez mais crescente, problematizar o contexto de recepção e o contexto metacrítico de sua própria produção. Por isso:

[...] el historiador sea mucho más consciente de que el cambio no es algo exterior y “objetivo” que afecta únicamente a los agentes del pasado. También el historiador, el filósofo o el politólogo están localizados en un contexto y forman parte de un mundo en devenir, como la historiade la historiografía y de las ciencias sociales no han dejado de señalar. *Ahora bien, puesto que tanto los objetos observados como el observador son sujetos móviles, la omnipresencia del cambio histórico nos obliga a asumir la inevitable provisionalidad y caducidad de nuestros esquemas interpretativos.*⁸⁸

A tese de Palti é complexa e, em seguida à análise sobre os contextos de recepção e o metacrítico, envereda para discussões com autores importantes no campo da teoria. Tal caminho não interessa mais aos propósitos desta tese que ora se enceta. O propósito capital é reter que, em decorrência dessas discussões, a história da historiografia tem ganhado ferramentas conceituais e teóricas que permitem aos pesquisadores enxergá-la não somente sob a dimensão da história social ou cultural, mas também sob a rubrica da história intelectual. Portanto, a partir dessas referências, pode-se problematizar, no núcleo da análise contido nos trabalhos

⁸⁴ Idem, p. 49.

⁸⁵ Estou situando, neste ponto, uma outra (terceira) dimensão apontadas aqui, a partir de Palti (2012). Se a primeira referia-se ao contexto de emergência e a segunda ao de recepção, agora o historiador argentino chama a atenção para a possibilidade de problematização dos discursos críticos dos pesquisadores. Neste caso, o prefixo meta indica a função de transcendência e reflexão sobre si. Cf. Idem, p. 49.

⁸⁶ Vimos, acima, que Cardoso tem uma posição diferente de Palti. Trata-se de uma postura acidamente mais crítica de Ciro Flamarion Cardoso às mudanças relacionadas ao papel da linguagem e do micro na produção do conhecimento histórico. Ver: CARDOSO, Ciro Flamarion. Op. cit., 1997, p. 23.

⁸⁷ PALTÍ, Elías J. op. cit., 2012.

⁸⁸ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. “Tradiciones electivas. Cambio, continuidad e ruptura en historia intelectual”. In: *Almanack*. Guarulhos, n.07, p.5-26, 1º semestre de 2014. Trecho localizado na página 8, com aspas do autor e grifos em itálicos meus.

historiográficos, questões que remetem à história intelectual, produzindo um diálogo com a história da historiografia.

É importante evidenciar que, sobretudo no período após os anos 1970, os trabalhos historiográficos ganharam uma possibilidade mais robusta de ser problematizados em suas vertentes intelectual e epistemológica. Diante de todo o percurso analítico realizado, a partir de Palti,⁸⁹ cumpre iluminar a afirmação de Chaubet de que a história tradicional das ideias passou “d’une histoire des *significations* [das ideias] à une histoire des intellectuels”.⁹⁰

Diante disso, é preciso ressaltar que duas referências são substanciais para a análise que vem sendo desenvolvida aqui. Elas aparecem, contundentemente, na argumentação de Palti⁹¹ e Fernández Sebastián⁹² sobre a nova história intelectual. Tratam-se, conforme delineado precedentemente, da Escola de Cambridge e da história dos conceitos capitaneada por Koselleck⁹³. Essas referências são evocadas, de forma reiterada, porque contribuíram substancialmente para dar lastro teórico-metodológico ao campo da história intelectual.⁹⁴

Assim, sobretudo a partir dos anos 1960/70, a referência contextual derivada da influência da Escola de Cambridge tornou-se, no âmbito da história intelectual, um dos pontos fortes destacados por muitos autores.⁹⁵ Nessa linha contributiva, de acordo com Ambrosini,⁹⁶ o

⁸⁹ PALTÍ, Elías J. op. cit., 2007; PALTÍ, Elías J. op. cit., 2012.

⁹⁰ CHAUBET, François. Op. cit., 2009, p. 190.

⁹¹ PALTÍ, Elías J. op. cit., 2007; PALTÍ, Elías J. op. cit., 2012.

⁹² FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014.

⁹³ François Chaubet (2009) chama a atenção para a importância dos trabalhos de Michel Foucault, da sociologia histórica bourdieusiana, entre outros, para o campo da história intelectual. Vainfas, por exemplo, mostra-nos que “[...] ao publicar sua *L’archéologie du savoir (Arqueologia do saber)*, em 1969, [Foucault] pôs em xeque os paradigmas ocidentais do conhecimento científico, o racionalismo e o próprio saber histórico”. Mas, este artigo não visa o escrutínio do campo da história das ideias nem da história intelectual, mas apenas trazer à tona teorias, conceitos e teses que dialogam com o propósito aqui delineado. Conferir em: VAINFAS, Ronaldo. “História das mentalidades e história cultural”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus (Elsevier), 1997, pp. 127-162. Trecho localizado na página 136.

⁹⁴ Cumpre chamar a atenção para uma dimensão não colocada em discussão aqui e que remete, fortemente, às pesquisas vinculadas à teoria da recepção. Roger Chartier nos mostra o quanto a produção de sentidos realizadas pelos leitores é algo profícuo para a história cultural. A rigor, para o autor, não há livros que sejam escritos de forma pura ou normativamente feita pela cabeça do (a) autor (a). Isso ocorre porque o texto depende dos suportes em que serão lidos, assim como das condições em que serão lidos. Não somente os textos, mas outros objetos ou expressões da cultura. Por isso, as representações são cruciais para o mundo da cultura, conforme leitura desse teórico em pauta. Nesse sentido, as representações são caudatárias do encontro entre texto, suporte em que foi difundido e a apropriação do público leitor. Tal dimensão é importante demais, porém, foge ao escopo delineado no objeto deste estudo. Tem influência nas discussões? Sim, tem porque as discussões dentro do campo intelectual contemplam as próprias leituras dos (das) intelectuais. Mas, escrutinar essa perspectiva seria demasiado excessivo para este projeto. Por isso, as discussões circunscrevem-se aos debates que são flagrados nos embates travados dentro do âmbito dos textos, de seus contextos (sociais e acadêmicos) e dos embates entre os intelectuais (algo que contempla, também, a forma como as discussões teóricas estão sendo recepcionadas. Conferir em: CHARTIER, Roger. “O Mundo como Representação”. In: *ESTUDOS AVANÇADOS*, São Paulo, 11(5), 1991, pp. 173-191.

⁹⁵ Cf. PALTÍ, Elías J. op. cit., 2007; CHAUBET, François. Op. cit., 2009; SILVA, Ricardo. Op. cit., 2009.

⁹⁶ AMBROSINI, Diego Rafael. Op. cit., 2010, p. 3.

texto do passado só poderia ser compreendido caso se inscrevesse num contexto histórico e linguístico. Logo, o caráter descritivo e, sobretudo, pragmático do texto se sobreporia, nesta perspectiva, à “qualquer inclinação normativa”.⁹⁷

Em complemento à perspectiva contextualista, torna-se preponderante registrar que a matriz de análise edificada pela história dos conceitos – capitaneada por Koselleck – trouxe à baila o caráter primordial de uma análise dos conceitos com base na concatenação entre os níveis temporais.⁹⁸ Segundo Marcelo Gantus Jasmin,

[...] a perspectiva de mudança conceitual adquire traços diacrônicos de dinamismo histórico e acentos claramente hermenêuticos que estão ausentes, ou são muito tênues, nas proposições fundadoras do contextualismo linguístico de Cambridge. Para a história conceitual koselleckiana, continuidades e mudanças conceituais tornam-se temas centrais.⁹⁹

Essa visão koselleckiana “[...] incorporou, então, um elemento teórico-metodológico caro à compreensão acerca da vida humana: a noção de tempo estrutural”.¹⁰⁰ Nesse sentido:

[...] a história passou a ser vista como um campo de conhecimento capaz de articular os acontecimentos singulares e inéditos com a estrutura que dá um tom de integralidade, de continuidade a esses acontecimentos. A história passou a articular, pois, a curta duração com a longa duração; passou a articular uma perspectiva sincrônica com a diacrônica. Nessa fase, os historiadores puderam passar a considerar a história a partir de uma cadeia causal ampla e não trivial.¹⁰¹

Em vista dessas considerações, é pertinente ressaltar que o conceito de “tradiciones electivas”, de Javier Fernández Sebastián,¹⁰² permite concatenar essas duas importantes propostas teórico-metodológicas assinaladas anteriormente associando-as à problematização da recepção dos textos pelos intelectuais.¹⁰³ Ademais, mostra-se uma referência profícua para análises atinentes à história da historiografia, primordialmente no que se refere à

⁹⁷ Idem, *ibidem*.

⁹⁸ Cf. TOMICH, Dale. “A Ordem do Tempo Histórico: a Longue Durée e a Micro-História”. In: *Almanack*. Guarulhos, n.02, p.38-51, 2º semestre de 2011; Conferir a importância de Braudel para uma noção moderna de tempo histórico em: RIBEIRO, Guilherme. “A originalidade historiográfica de La méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II e a concepção braudeliânica de história”. In: *história da historiografia*, ouro preto, número 04, março, 2010, 125-144.

⁹⁹ JASMIN, Marcelo Gantus. “História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares”. In: RBCS Vol. 20 nº 57, fevereiro de 2005, pp. 27-38. Texto pode ser encontrado nas páginas 32-33.

¹⁰⁰ PALERMO, Luis Claudio. “A aceleração do tempo e processo histórico em Reinhart Koselleck e Timothy Brook”. In: *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, n. 09, abr. 2017c, pp. 300-325. Trecho localizado na página 311.

¹⁰¹ Idem, p. 312.

¹⁰² FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014.

¹⁰³ Afirma-se isso porque, segundo Jasmin, a principal crítica recebida pelo contextualismo é a falta de sensibilidade ou consideração para a dimensão da recepção do texto, numa determinado contexto histórico. Há propostas de diversas formas, desde a que coloca a importância da apropriação para a História Cultural, quanto a que coloca o texto como uma aventura interpretativa impossível de ser determinada cientificamente. Conferir em: JASMIN, Marcelo Gantus. Op. cit., 2005, p. 30. No caso de Chartier, a base é: CHARTIER, Roger. Op. cit., 1991.

problematização do contexto de recepção do historiador (seu contexto de escrita amplo) e a seu contexto metacrítico (as discussões intelectuais que se forjam em termos teóricos).

“Tradições eletivas” ou “tradições seletivas”¹⁰⁴ é um conceito cunhado e construído com vistas a contribuir para os estudos ligados à história das ideologias, bem como dos movimentos políticos e sociais, principalmente aos que se inscrevem nos séculos XVIII, XIX e XX. A formulação do conceito é decorrente das discussões enfrentadas por esse historiador sobre a antinomia entre tradição e modernidade.¹⁰⁵

O ponto de partida nuclear do argumento de Fernández Sebastián é que, especialmente na passagem da história moderna à contemporânea, os movimentos sociais e políticos emergentes procuraram enfatizar as mudanças inscritas precisamente no interior de suas propostas, a fim demarcar uma descontinuidade plena e cabal em relação à tradição.

A ideologia inerente a esses movimentos – o liberalismo é um dos que esse pesquisador mais destaca – tratou de salientar, pujantemente, o contraste entre as sociedades modernas e as tradicionais, dando um cariz de total ruptura a tal contraste. Encontra-se, subjacente a essa proposta, uma noção de tempo que não oferece a possibilidade para se pensar as continuidades, visto que o realce, nessa perspectiva, recai eminentemente sobre a ideia de ruptura temporal, o que coloca a tradição com uma representação negativa, problemática, ou seja, como algo a ser efetivamente superado.

O historiador em apreço defende, por outro lado, que esse modelo argumentativo e teórico desconsidera as permanências que são deixadas pela tradição e que sobrevivem ao processo de inovação, mudança ou ruptura inserido em seus discursos. Tendo por base a noção de tempo como um processo, de acordo com o que foi formulado por Reinhart Koselleck¹⁰⁶, o professor da Universidad del País Vasco contrapõe-se a essa antinomia plena (modernidade/tradição) e sustenta que a história intelectual e do pensamento político seja sensível à compreensão temporal mais refinada e que esteja aberta a compreender que “[...] que la invención misma [a inovação] bebe muy a menudo en las fuentes de la tradición”.¹⁰⁷

Para fundamentar sua posição, um dos argumentos mais caros a esse autor é que a tradição não é uma herança meramente recebida do passado, mas sobretudo uma interpretação

¹⁰⁴ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014.

¹⁰⁵ Hobsbawm faz uma análise bem parecida no texto introdutório do livro *A invenção das tradições*. A diferença é que este historiador se preocupa mais fortemente com a ideia de nação associada ao nacionalismo, na transição do século XVIII para o XIX, na Europa. Conferir em: HOBSBAWM, Eric. Introdução. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. pp. 9-23.

¹⁰⁶ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Ediciones Paidés, 2001.

¹⁰⁷ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014, p. 20.

do tempo que é realizada efetivamente no presente.¹⁰⁸ Por isso, o que é deixado pelo passado como herança é algo complexo, multiforme, poliédrico. Logo, os herdeiros do passado têm a capacidade e o poder de selecionar os acontecimentos e produzir angulações que estejam em consonância com suas ideologias, preferências e perspectivas. E essa operação não é realizada sem que sejam colocadas em jogo suas (a dos que vivem no presente) expectativas de futuro.¹⁰⁹ Desde então, portanto, “o futuro não é [era] mais como era antigamente”.¹¹⁰

Seguindo a linha de raciocínio do supracitado autor, depreende-se que a tradição não deve somente ser enxergada como um passado que sobreviveu, mas, eminentemente, “como um legado histórico imaginado y elaborado por el próprio legatario”.¹¹¹ Cabe frisar que, ao propor esse deslocamento analítico, o autor abre, outrossim, uma perspectiva sensível aos embates intersubjetivos.¹¹²

A partir dessa análise, descortina-se uma relação entre passado, presente e futuro que coloca outra hierarquia de importância entre esses extratos do tempo,¹¹³ uma vez que, na perspectiva de Fernández Sebastián (2014), o presente interpreta o passado e o elabora com

¹⁰⁸ Idem, p. 18. Trata-se de um movimento analítico que coloca o presente como uma peça de importância articuladora entre passado, presente e futuro. O presente, neste caso, é a instância articuladora, logo, impregnada de uma posição política em relação à construção realizada. Nesse caso, é importante voltar às clássicas propostas dos historiadores dos *Annales* que enxergavam o papel político como uma potência construtiva da história, na medida em que se opunham a uma historiografia que enxergava no papel do documento um referente que depositava o valor do passado em seu seio. Evidentemente, emergiu um novo conceito de história, em relação ao da Escola Metódica, que dominava as principais cátedras francesas. Conferir em: BLOCH, Marc. Op. cit., 2001. CARR, Edward H. Op. cit., 2011; LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. “A busca dos documentos (Heurística)”. In: Introdução aos Estudos Históricos. São Paulo: Renascença, 1946, pp. 15-31. Para uma discussão sobre este debate entre os autores do século XX e do século XIX, ver: BURKE, Peter. Conferir em: BURKE, Peter. *A escola dos Annales(1929-1989): A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1997.

¹⁰⁹ Problematização similar, em termos de mecânica analítica, é realizada por Fernando Catroga ao discutir a relação entre história e memória. Esse historiador afirma que história e memória são diferentes, mas guardam similaridades. Uma delas é a forma de operação de Re-presentificação da memória cuja mecânica tem o presente como ponto de partida, trazendo à tona o passado de forma re-presentificada, ou seja, uma construção de memória que articula, eminentemente, passado, presente e futuro. Logo, a memória é uma construção sempre presente, contemplando a articulação entre passado, presente e futuro. CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Vol. 1. Universidade de Wisconsin – Madison: Quarteto, 2001.

¹¹⁰ Trata-se de uma referência à canção Índios, composta pela banda “Legião Urbana”. Ver a letra completa em: <https://www.vagalume.com.br/legiao-urbana/indios.html>. Consulta realizada em: 10 de maio, às 12h:22min.

¹¹¹ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014, p. 18.

¹¹² Cumpre lembrar que Michel de Certeau, em seu conhecido livro *A escrita da História* nos mostra que a história é feita a partir de uma operação historiográfica. Esta é composta de um lugar social, uma prática e a escrita. Destaco especialmente, a título do que venho discutindo, o que Certeau chama de um lugar social, que, na minha interpretação, corresponde à interação entre a instituição do saber e as condições singulares que são carregadas na historicidade do pesquisado. Uma conjunção entre o lugar social da pesquisa – no caso de um curso de pós-graduação, o lugar social do programa de pós-graduação e da Universidade à qual está atrelado – e lugar social do pesquisador, pois o lugar social não determina nem encerra todas as possibilidades de explorar o lugar político e social da pesquisa. Há que se ressaltar que o lugar social é onde se realiza a conjunção entre a instituição e os sujeitos. Conferir em: CERTEAU, Michel. “A operação historiográfica”. In: _____. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

¹¹³ Cf. KOSELLECK, Reinhart. Op. cit., 2001.

base numa possibilidade de ação política em seu tempo (presente), com vistas ao futuro. Muda-se, dessa forma, o vetor de compreensão da tradição. Esta deixa de ser formada por uma linha de comunicação do passado ao presente. Por esse raciocínio, o presente e o futuro ganham entonação primordiais na (re)elaboração/(re)construção da tradição, mas não como invenção em si.¹¹⁴

Tradições eletivas é um conceito que tem, portanto, conexões com a seleção de acontecimentos e ideias feitas pelo presente e no presente, contemplando também expectativas de futuro. É um conceito que mobiliza questões “selecionadas, editadas e interpretadas a partir do presente vivenciado pelo sujeito que se recorda [ou pelos grupos que recordam]”.¹¹⁵ Desse modo,

[...] Podemos entender pues las tradiciones electivas de los modernos (a las que podría convenir el lema *ex innovatio traditio*), más que como una herencia recibida de las generaciones anteriores, como un legado histórico imaginado y elaborado por el propio legatario. De entre todos los pasados posibles, cada actor colectivo selecciona de acuerdo con sus preferencias aquellos hechos, autores o episodios históricos en los que de algún modo se reconoce: aquellos que mejor se adaptan a sus necesidades de legitimación y a sus expectativas de futuro.¹¹⁶

O que se pretende reter e evidenciar, com base em Fernández Sebastián, é a contribuição que esses debates teóricos no campo da história intelectual podem oferecer para estudos que remetem à história da historiografia. Cumpre assinalar que tais contribuições apontam para três dimensões que estão envolvidas no processo de construção do conhecimento. Tais dimensões podem ser problematizadas isoladamente ou podem se combinar. São elas: (i) o valor e força do contexto de recepção dos autores; (ii) a proficuidade do contexto metacrítico; (iii) a importância de pensar e problematizar inserção da subjetividade num campo intelectual, evidenciando o vigor presente nas contendas e diálogos intersubjetivos na construção do conhecimento por parte de um pesquisador.¹¹⁷

¹¹⁴ Essa colocação tem o sentido de expressar que Fernández Sebastián visa, em seu texto, distanciar-se do conceito de invenção da tradição de Eric Hobsbawm e Terence Ranger. No entanto, cabe registrar, por outro lado, que Franzini (2014), ao comentar o texto de Fernández Sebastián, pondera que não considera que a “distinção entre tradição eletiva [de Fernández Sebastián] e tradição inventada [de Hobsbawm e Ranger]” seja tão substancial assim, conforme busca fazer Fernández Sebastián. Conferir em: FRANZINI, Fábio. “Inovação, tradição, historiografia: um breve diálogo com Javier Fernández Sebastián”. In: *Almanack. Guarulhos*, n.07, p.33-37, 1º semestre de 2014. Outros textos citados nesta nota: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014; HOBBSAWM, Eric; OP. cit., 1984. pp. 9-23.

¹¹⁵ RIBEIRO, Rayane Lorena Soares de Araújo. *Uma ponte entre conceitos: uma análise da relação entre memória e história na historiografia a partir de alguns autores contemporâneos*. Monografia de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2018, p. 25. A monografia contou com minha orientação.

¹¹⁶ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014, p. 18.

¹¹⁷ Neste caso referente ao item terceiro, há uma inspiração analítica no que Carlos Henrique Armani chama de rede intelectual. Essa rede é algo que se configura complexamente, mas, em síntese, a inspiração se configura

Sobre o “contexto de recepción”,¹¹⁸ é preciso ressaltar que essa referência conceitual de Fernández Sebastián – tradições eletivas – pode ser aplicada aos estudos que remetem à história da historiografia, uma vez que nos ajuda a analisar a escrita da história sob o ponto de vista de sua ligação contextual com o mundo em que são produzidas as obras historiográficas, num constante diálogo de escrita e recepção dos textos. E, nesse sentido, cabem destaques a alguns tipos de fatores que impactam na escrita da história: sociais, políticos, identitários, filosóficos, jurídicos, culturais, econômicos, intelectuais, entre outros possíveis. O mais empregado nesta tese é o contexto intelectual que envolve os autores.

A investigação no âmbito da historiografia demanda que se perscrute, portanto, algumas das vinculações que as pesquisas têm com o tempo presente ou, conforme Mastrogregori, entre as “tradições das lembranças e o presente”,¹¹⁹ numa abordagem próxima à de Fernández Sebastián.¹²⁰ Com base em Mastrogregori, pode-se depreender que o presente abre condições de “*cognoscibilidade* dentro da qual é possível perceber [e recepcionar] o único [exageradamente falando] passado possível”.¹²¹

O que o teórico em apreço deseja expressar é que nossa capacidade cognitiva não é meramente autossuficiente, autopoietica ou autocentrada; nossa cognição dialoga, destarte, com as condições políticas, econômicas, éticas, estéticas, intelectuais, teóricas, religiosas, jurídicas etc.¹²² Por isso, as condições sociais (contexto de recepção do pesquisador) devem ser vistas como um constructo que é socialmente governador (mas não determinante) de nossas percepções e racionalidade. Portanto, há, sinteticamente, uma simbiose entre sujeito/grupo e sociedade, que, no caso desta tese, está consubstanciado na relação entre a perspectiva teórica do autor (que orienta sua produção e sua interpretação de outras obras) e as que estão presentes na história da historiografia da escravidão negra ocorrida no Brasil.

a partir da possibilidade de “apresentar as intenções e motivações concorrentes entre os autores, os modos pelos quais eles configuram uma homogeneidade, bem como suas diferenças, as sociedades nas quais tais autores estão inseridos [...] as culturas às quais eles pertencem, bem como as estruturas argumentativas usadas em comum ao formular suas ideias”. Conferir em: ARMANI, Carlos Henrique. “História intelectual e redes contextuais”. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 137-150, jul. 2013. p. 142.

¹¹⁸ PALTÍ, Elías J. op. cit., 2012, p. 35.

¹¹⁹ MASTROGREGORI, Massimo. “Historiografia e tradição das lembranças”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 65-93. Trecho localizado na página 86.

¹²⁰ As diferenças entre os autores é que Fernández Sebastián se preocupa mais em sublinhar os aspectos ligados ao futuro. Cf. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014.

¹²¹ MASTROGREGORI, Massimo. Op. cit., 2006, p. 75, grifos no original. Cabe lembrar que o historiador português Fernando Catroga, já mencionado antes, tem uma expressão que define bem a importância do contexto. Trata-se do termo “mediação presentista”, que incide tanto na operação de memória, quanto na produção da história como conhecimento. Conferir em: CATROGA, Fernando. Op. cit., 2001, p. 49.

¹²² MASTROGREGORI, Massimo. Op. cit., 2006, p. 75.

Além do “contexto de recepción”,¹²³ é preciso mostrar a proficuidade das referências teóricas discutidas acima para que possa problematizar o “el contexto metacrítico”¹²⁴ do intelectual, autor ou pesquisador. Afirma-se isso porque sua inserção num determinado campo oferece possibilidades de diálogo crítico com teorias, incorporando as que consideram produtivas e rejeitando as que lhe são improdutivas.¹²⁵ Instaura-se, aqui, um caminho analítico-crítico para o historiador que intenta fazer pesquisas sobre a historiografia, visto que se pode estabelecer uma problematização acerca das chaves teóricas mobilizadas por tendências historiográficas, mostrando filiações e afastamentos.

Por isso, não se pode deixar de lembrar que, no contexto metacrítico, também incidem as possibilidades de articulações temporais entre passado, presente e futuro, haja vista que teorias são herdadas, remodeladas, criticadas, rejeitadas, entre outras operações. E tais operações envolvem, em adendo, as expectativas de futuro, ou seja, as possibilidades de disputa em torno dos usos ou das construções do passado.¹²⁶

A terceira dimensão mencionada anteriormente corresponde à subjetividade do pesquisador e sua inserção nas redes de discussão intelectuais. Ora, ao produzir conhecimento sobre algo, um pesquisador não somente dialoga com seu contexto de recepção e seu contexto metacrítico, mas se insere, intelectualmente, em tais contextos.¹²⁷ Nesse sentido, é preciso frisar que sua tese a respeito de algum tema ou questão está recheada não só de contexto de recepção ou metacrítico, mas também de sua posição política, ideológica e intelectual, que o insere tanto nos grupos de parceria intelectuais, como nas contendas que forja com outros intelectuais. Nesse sentido, podemos inferir que a produção do conhecimento também é caudatária das disputas intelectuais que os pesquisadores travam em âmbito teórico, afinal é a teoria que organiza a arquitetura do que será compreendido cognitivamente.¹²⁸

¹²³ PALTÍ, Elías J. op. cit., 2012, p. 35.

¹²⁴ Idem, *ibidem*.

¹²⁵ O “jogo” entre apropriação e recusa pode ser acompanhado na tese de Daniel Pinha sobre a relação entre Machado de Assis e a Modernidade Brasileira. Neste trabalho, o autor nos mostra o quanto Machado de Assis, a partir de uma visão crítica ao receber as ideias europeias que chegavam ao Brasil, exerceu seu lugar intelectual, ora se apropriando do novo, ora valorizando a tradição brasileira como potência a ser considerada tanto para a criação literária, quanto para a análise do mundo. O grande intelectual Machado de Assis nos ensina que esse movimento intelectual é prolífico e primordial na consideração do lugar analítico e político do sujeito. Conferir em: PINHA, Daniel. *Apropriação e recusa: Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira na década de 1870*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

¹²⁶ O historiador português Fernando Catroga (2001) chama a atenção para o fato de que tanto a história quanto a memória operam articulando passado, presente e futuro, tendo o contexto como referência matricial.

¹²⁷ Cf. PINHA, Daniel. Op. cit., 2012.

¹²⁸ JENKINS, Keith. Op. cit., 2001. Esse autor abre a possibilidade de problematizar o lugar subjetivo do pesquisador na produção do conhecimento histórico. E isso é importante. No entanto, esse autor segue um caminho exagerado, sobrevalorizando a função da ideologia na produção do conhecimento histórico, tendo em

Depreende-se, desses debates, que a construção do conhecimento é, portanto, caudatária tanto de valores epistemológicos, como também, em alguma medida, da inserção crítica/política do pesquisador no seu mundo e, por conseguinte, no campo intelectual em que atua e labuta. Nesse sentido, Fernando Catroga, ao abordar o poder mediador que o presente tem na construção do conhecimento histórico, afirma que “[...] a mediação presentista não se esgota na seca análise científica, pois ela implica escolhas que não são social e axiologicamente neutras”.¹²⁹

A partir desses referenciais, o olhar para as fontes torna-se mais atento e desperto para algo que já sabemos há muito tempo, mas que, às vezes, negligenciamos: o conhecimento não é construído de forma somente objetivista. Essa perspectiva deve, pois, ser relativizada. Cumpre registrar que essa relativização não desvalida a epistemologia, mas, sim, abre possibilidades amplas e densas de se problematizar a história da historiografia, a partir de ferramentas e aparatos teóricos da história intelectual. Reconhece-se, por esse caminho, a complexidade inscrita na produção do conhecimento histórico e sua historicidade.

Em face do exposto, é imperioso destacar que o quadro teórico-metodológico edificado norteou o caminho analítico da leitura das fontes e a exploração dos embates teóricos que são realizados entre os pesquisadores. Deve servir, assim, de guia para a leitura crítica da tese a ser realizada.

A arquitetura teórica foi erigida, portanto, a partir da lógica da análise do contexto dos autores, levando especialmente em conta a situação intelectual em que eles se inseriram. Cumpre chamar a atenção que o contexto não foi visto como órbita em que cada autor expõe sua intencionalidade de forma normativa. Segundo Jasmin, uma das críticas às propostas contextualistas de Skinner, por exemplo, reside na falta de consideração no papel da recepção das ideias. Assim, “[...] A cognição, sendo ela mesma produtiva e produtora de significados a partir da tradição em que se inscreve, transforma-se em recepção, tornando essencial que idéias e conceitos sejam apreendidos em seus efeitos”.¹³⁰

Por isso, vale mencionar que, nesta tese, o contexto foi valoroso como reflexão a respeito da forma como o autor se insere nos debates historiográficos, pois uma das apostas

vista que a considera primaz na construção do conhecimento e, conseguintemente, nos estudos historiográficos. Cabe deixar claro que não levo tão em consideração quanto este Jenkins a questão do posicionamento de um autor ao produzir conhecimento histórico. Portanto, a construção da arquitetura teórico-metodológica que embasa esta pesquisa visa mostrar as articulações entre a subjetividade e o campo teórico e intelectual, a fim de descortinar elementos importantes dos debates teóricos que reverberam na construção do conhecimento histórico e nos permite pensar a história da historiografia de um tema.

¹²⁹ CATROGA, Fernando. Op. cit., 2001, p. 49.

¹³⁰ JASMIN, Marcelo Gantus. Op. cit., 2005.

metodológicas é que a mencionada inserção confere um caminho (ou um molde) para a leitura das fontes e para as interpretações dos pesquisadores analisados, incluindo sua visão sobre a historiografia. Nesse caso, foram valorosas demais as questões que concernem aos embates teóricos travados pelos autores, haja vista que tais embates lhes conferem, em alguma medida, um lugar na historiografia. Além disso, ao incorporar os embates, posiciona-se, de alguma forma, as discussões não somente no âmbito da enunciação, mas as faz entrar no plano do circuito social que contempla as formas como as referências teóricas são vistas e recebidas.¹³¹

À noção de contexto, cabe acrescentar a preocupação desta tese com o processo histórico, tendo em vista que as pesquisas acadêmicas não dialogam exclusivamente com autores de sua geração. Nosso diálogo intelectual mobiliza, não raramente, referências teóricas que, ao longo do tempo, mantêm-se –ainda que repaginadas – como importantes nas discussões historiográficas. Destarte, em complemento às discussões que se travam com seu tempo (contexto), foram valorizadas, também, as possibilidades oferecidas pela história da historiografia do tema em pauta.

Por isso, um ponto forte que orienta as análises desenvolvidas, nesta tese, é o cuidado em pensar que os problemas teóricos atuais não nasceram hodiernamente, mas são frutos de uma gestação bem mais longa. Há, decerto, uma visão acerca da história da historiografia como continuidades e mudanças no tempo, valorizando os problemas teóricos clássicos e verificando seus contornos, seus desenhos ao longo do tempo (e sua incidência na historiografia recente).¹³²

Portanto, esses são os referenciais teóricos e metodológicos que balizaram a pesquisa e, conseqüentemente, conferiram um caminho analítico que foi percorrido na tese. A apresentação desse percurso teórico objetivou, decerto, fornecer os pilares usados na pesquisa, assim como mostrar a mecânica operacionalizada.

¹³¹ Num artigo sobre as representações midiáticas sobre a violência urbana, discuti como o circuito social que envolve os jornais O Globo e Extra conferem influência na construção da comunicação feita entre os periódicos citados e seus leitores. Conferir em: PALERMO, Luis Claudio. “A cobertura da mídia impressa e o enquadramento das favelas cariocas na linguagem da violência urbana”. In: *Civitas*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 212-236, jan.-abr. 2018. Ver especialmente seção intitulada: “Influências do circuito social das mídias impressas na forma de comunicação realizada pelo Extra e O Globo”. A ideia de circuito social é influenciada pela leitura de vários autores, dentre os quais: MAUAD, Ana Maria; CAVALCANTE, Paulo. Op. cit., 2013b; FAUSTO NETO, Antônio. *Comunicação e mídia impressa: estudo sobre a Aids*. São Paulo: Hacker Editores, 1999; BRANDÃO, Helena Nagamine. I – Conceitos e fundamentos: enunciação e construção do sentido. In: *Comunicação e análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 19-43; AGUIAR, Leonel Azevedo de. “O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias”. In: *Alceu*, v. 7, n. 13, p. 73-84, 2006.

¹³² Em artigo sobre a historiografia da escravidão, discuti o quanto as permanências fazem parte da produção historiográfica sobre a escravidão. O trecho ajuda a compreender os objetivos: “Em adendo, pretende-se fazer um exercício comparativo que privilegie aproximações (em alguma medida) e afastamentos desses livros em relação à historiografia anterior, salientando, pois, elementos de mudanças e permanências presentes no seio dessa atual tendência”. Conferir em: PALERMO, Luis Claudio. Op cit., 2019, p. 216.

Convém uma ponderação teórica importante: não se deve ler essa arquitetura teórica construída aqui como uma supervalorização do sujeito, mas sim como a problematização de sua inserção num meio intelectual (orientada por discussões de cunho teóricas), o que remete ao clássico problema teórico atinente à relação indivíduo e sociedade, que foi colocado pelas ciências sociais já no século XIX, com vistas à edificação de um modelo com peso científico.¹³³ O que se deseja, com essa assertiva, é assinalar que a produção do conhecimento depende da relação entre o sujeito e as redes de produção intelectual¹³⁴ que fazem parte da história da historiografia do tema que se pesquisa.

Não se trata de afirmar que o sujeito está olhando o passado da forma como lhe convém, como ocorre – conscientemente ou não – na operação cognitiva. Não é isso, pois a base teórica que orienta a análise realizada nesta pesquisa é que os sujeitos estão produzindo conhecimento a partir de um lugar de produção¹³⁵ (contemplando seu contexto, ou seja, pelo menos sua subjetividade e as parcerias intelectuais com as quais dialoga) e inserindo-se nas disputas intelectuais que estão dentro de um campo teórico que emoldura o olhar das pesquisas presentes na história da historiografia de determinado tema.

Tendo em vista que o objeto de estudo desta tese está, precisamente, no levantamento de problemas teóricos relacionados à historiografia da escravidão (notadamente a relação entre agência e estrutura),¹³⁶ a formulação da arquitetura teórica foi erigida com o fito de viabilizar a leitura das fontes (pesquisas), a análise de suas conexões (leitura mútua e intercomunicações em diferentes contextos) e a construção de um percurso reflexivo e narrativo que dê um sentido para o leitor (uma grade de inteligibilidade).

¹³³ Cf. DURKHEIM, Émile. *DE LA DIVISION DU TRAVAIL SOCIAL*. Livre I, II et III. Une édition électronique réalisée à partir du livre d'Émile Durkheim (1893), *De la division du travail social*. Paris: Les Presses universitaires de France, 1967, huitième édition, 416 pp. Collection: Bibliothèque de philosophie contemporaine.

¹³⁴ Cf. ARMANI, Carlos Henrique. Op. cit., 2013, p. 142.

¹³⁵ Cf. CERTEAU, Michel. Op. cit., 1982.

¹³⁶ Inicialmente, cumpre explicar que a noção de agência aplica-se como volição, ou seja, capacidade de escolha, decisão e ação dos sujeitos no mundo. Trata-se de uma referência teórica que visa dar atenção e conferir uma substância concreta para as ações dos sujeitos, diante das limitações e pressões que eles (os sujeitos) sofrem ao viverem, ou melhor, ao agirem no mundo. A noção de estrutura está referenciada, de forma também inicial, como uma composição conjunta de elementos que formam um determinado corpo, que é algo que está presente na sociedade nem necessariamente de forma dada, patente. A noção de estrutura é dependente, portanto, da maneira como, analiticamente, compomos uma visão do todo de uma sociedade; é dependente, pois, da forma como pensamos o enquadramento da ação ou de como pensamos os inter-relacionamentos realizados pelos sujeitos. Ao longo dos capítulos, os conceitos teóricos vão ganhando concretude, à medida que, pragmaticamente, os debates e diálogos teóricos entre os autores ganharem substância. Cf. SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2009, p. 181; Cf. THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva – 2ª edição – Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

É por isso que o sentido da exposição, de acordo com o que se observará à frente, está orientado para a construção de uma grade de inteligibilidade ou um quadro de referência¹³⁷ que fornece um desenho teórico para que se discuta o objeto de estudo. Ao escolher essa forma de apresentação, o objetivo é que o (a) leitor (a) possa, ao percorrer o trajeto expositivo, compreender as ligações entre as escolhas subjetivas (pois as escolhas são caudatárias de meu percurso acadêmico-profissional) e o governo da historiografia sobre elas. É dentro desse espectro que os debates são apresentados ao longo dos seis capítulos que constam desta tese.

Tratou-se – desde o início do projeto de pesquisa – de uma aposta intelectual em cuja base se funda o argumento de que a história da historiografia da escravidão – portanto, vista como um processo – poderia fornecer fulcro e densidade teórica para explorar melhor as discussões teóricas que se realizam recentemente, oferecendo uma leitura dotada de um cordão umbilical. Fazendo jus ao quadro teórico delineado, cumpre informar que é por isso que a tese tem um caminho expositivo que concatena e articula questões caras ao pesquisador e problemas teóricos que, inegavelmente, têm um peso na história da historiografia da escravidão. Esse peso será demonstrado (espera-se!) ao longo da exposição argumentativa, conforme delineado abaixo.

A tese é dividida em seis capítulos. O primeiro lança as bases da tese freyreana sobre o papel do negro na formação do Brasil, indicando, dentre algumas questões, um problema teórico¹³⁸ caro ao sociólogo pernambucano: a questão da proximidade e distanciamento entre senhores e escravos.

O segundo capítulo aborda dois livros importantes da Escola Paulista. Tratam-se dos trabalhos de Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, que, nesta tese, são tomados como pontos de referência de uma historiografia cujos problemas teóricos foram constituídos em oposição ao paradigma freyreano. A base do problema teórico formulado centra-se na força da estrutura como chave analítica prolífica para se compreender as relações entre senhores e escravos, no Brasil.

¹³⁷ Esse quadro de referência foi delineado num artigo escrito por mim recentemente. Evidentemente, a base teórica não é minha, mas a que seleciono dentro de uma constelação de importantes livros lidos na minha trajetória acadêmica. De acordo com o que já foi pontuado, trata-se de um repertório selecionado por mim, mas em diálogo com autores que fazem parte da história da historiografia da escravidão negra ocorrida no Brasil. Cf. PALERMO, Luis Claudio. “Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais”. In: *Dimensões*, v. 39, jul.-dez. 2017a, ISSN: 2179-8869.

¹³⁸ Uma referência teórica que já havia sido trabalhada por mim na pesquisa de mestrado. Cf. PALERMO, Luis Claudio. “O embate de perspectivas entre as matrizes fundadoras do estudo da escravidão brasileira (Gilberto Freyre e a Escola Paulista de Sociologia). 2009. 147f. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo.

O terceiro capítulo traz à tona algumas das obras importantes da historiografia pós-1980. Tais obras foram selecionadas porque fizeram parte da leitura e, acima de tudo, das discussões que fiz ao longo de minha trajetória acadêmica profissional. O grande ponto teórico deste capítulo centra-se na dura crítica que fazem à forma como a historiografia da escravidão anterior (especialmente a que foi analisada no segundo capítulo) operacionalizou o fundamento estrutural em suas pesquisas. Neste caso, o posicionamento da agência cativa como algo importante deve ser destacado.

Já o quarto capítulo busca mostrar que um conjunto de pesquisadores tem, pelo menos desde os anos 2000, tecido críticas à historiografia pós-1980, especialmente no que diz respeito ao abandono da estrutura global econômica como chave de compreensão da escravidão ocorrida no Brasil. Mesmo reconhecendo os ganhos da historiografia pós-1980, os pesquisadores dessa tendência, ancorados no conceito de segunda escravidão, buscam conhecer a escravidão em suas produtivas relações que contemplam o local e o global.

O quinto capítulo visa mostrar como as teses recentes buscam encontrar um lugar, na historiografia do tema em pauta, a partir de uma análise que é derivada de um posicionamento teórico no campo intelectual e que remete, em alguma medida, à grade de inteligibilidade dada pela história da historiografia.

O sexto e derradeiro capítulo discute a operacionalização do problema teórico referente à relação agência e estrutura, tendo por foco a avaliação de seu redimensionamento e requalificação ocorridos neste século. Nesta parte, são apresentadas questões que remetem aos debates recentes que colocam frente a frente dois paradigmas. Em função disso, o capítulo se propõe a fazer uma avaliação da situação historiográfica atual.

Em face do que foi delineado, cumpre assinalar que a exposição seguirá um caminho cujo norte é diacrônico. Não obstante, as análises se esmerarão em pontuar elementos teóricos sincrônicos que nos permitem pensar a história da historiografia da escravidão tanto em perspectiva linear quanto a partir das referências intelectuais e teóricas pretéritas que são acionadas pelos (as) pesquisadores (as).

Por isso, o caminho percorrido pela exposição da tese é, também, uma escolha teórica. Visa-se, com essa operação, mais do que apenas encontrar um recurso narrativo necessário à exposição da tese. Intenta-se, em complemento, fincar balizas que possam, quiçá, contribuir para suscitar outros debates/discussões que coloquem em evidência embates intelectuais e teóricos que se sensibilizem para a reflexão da historiografia da escravidão— notadamente a historiografia recente – numa perspectiva que operacionalize tanto a sincronia quanto a diacronia. Esse é o panorama que se descortina a partir de agora.

1 O CLÁSSICO VIÉS CULTURAL DE GILBERTO FREYRE

O livro do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, cujo título é *Casa-grande & senzala*,¹³⁹ foi publicado em 1933. Este é amplamente considerado como representante do marco inicial da historiografia sobre a escravidão ocorrida no Brasil.¹⁴⁰ A reputação se deve ao fato de seu autor ter analisado a formação do Brasil posicionando a escravidão como uma questão fundamental para a compreensão da história desse país, especialmente no que tange às interações entre os grupos ou camadas sociais.

Segundo Helga Gahyva, o regime servil brasileiro desfrutou de centralidade nas reflexões da geração de 1870,¹⁴¹ mas, após a abolição da escravidão, “a categoria de raça adquiriu preeminência como fator determinante para a compreensão do desenvolvimento histórico do país”.¹⁴² Assim, “não podemos deixar de considerar que a maior parte da intelectualidade da Primeira República abstraía o papel da escravidão como elemento decisivo na formação nacional brasileira”.¹⁴³

Em razão do exposto, este capítulo inicial tem por proposta analisar o lugar intelectual desse sociólogo na historiografia da escravidão brasileira. Visa-se, com essa empreitada, cumprir quatro objetivos centrais: (i) apresentara importância desse pesquisador para a nossa história intelectual; (ii) colocar em destaque sua proposta de pensar a formação do Brasil, a partir de uma visão calcada na miscigenação; (iii) postular que a relação senhor-escravo¹⁴⁴ é uma pauta sociológica,¹⁴⁵ lançada por Freyre, que é fundamental para a historiografia em sua

¹³⁹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006

¹⁴⁰ Cito alguns cujas obras operam sob essa perspectiva: SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste, Século XIX). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; QUEIRÓZ, Suely Robles Reis Op. cit., 1998; LARA, Silvia H. Op. cit., 2005; VAINFAS, Ronaldo. “Colonização, Miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira”. *Tempo*, Niterói, Agosto, v. 8, 1999, pp. 1-12.

¹⁴¹ Sobre a geração de 1870, ver PINHA, Daniel. Op. cit., 2012.

¹⁴² GAHYVA, Helga. “Tempos da Casa Grande: as primeiras críticas à obra inaugural de Gilberto Freyre”. In: *Revista de C. Humanas*, Viçosa, v. 10, n. 2, p. 245-255, jul./dez. 2010, p. 248.

¹⁴³ Idem, p. 248.

¹⁴⁴ Inspirado na leitura da tese de Marcelo Santos Matheus, considero que vale reproduzir uma citação do autor que baliza também a operacionalização dos termos escravos e cativos. Assim afirma Matheus: “Neste estudo, os termos escravo e cativo são utilizados como sinônimos, porém, temos noção que durante o período Moderno, no léxico da língua portuguesa, eles sofreram mudanças, sendo utilizados, em diferentes momentos, com significados diversos”. Conferir em: MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro* (Bagé, c.1820-1870). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

¹⁴⁵ É pertinente frisar que a ênfase nas relações sociais como pauta de pesquisa se caracterizou – entre outras pautas, como, por exemplo, tradição e modernidade e a relação entre ação social e estrutura – como um dos pontos primordiais dos estudos sociológicos, no século XIX, sobretudo a partir de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Para dar substância ao argumento, vale destacar a um caso relevante, que é correspondente aos

tarefa de compreender mais densamente a formação do Brasil; (iv) apontar alguns limites presentes nesse clássico da historiografia brasileira.

1.1 A importância intelectual de Gilberto Freyre e do livro *Casa-grande & senzala*

O livro em questão é considerado um trabalho inovador no campo de estudos sobre a formação do Brasil, notadamente em razão da posição que firmou em sua época. É pertinente destacar que essa obra ofereceu valorosa e inestimada contribuição para o debate que marcou a produção intelectual a respeito do papel do negro no Brasil. Por conseguinte, foi crucial ao perspectivar positivamente o papel da cultura africana na nossa formação, oferecendo outro lugar ao negro, na história do Brasil.

Cabe acrescentar que essa construção analítica contida na tese de Gilberto Freyre foi realizada em compasso com as transformações ocorridas também no plano político, intelectual e cultural do cenário brasileiro¹⁴⁶. Por essa linha de raciocínio, é preciso ressaltar que uma das características marcantes

[...] do ambiente intelectual da Primeira República a polarização entre aqueles que apontavam para a inevitável degeneração de uma nação miscigenada e os que viam no “branqueamento” a otimista possibilidade de ingresso do país no concerto das nações civilizadas. Em comum entre as duas correntes, o postulado da superioridade branca.¹⁴⁷

A tese do sociólogo pernambucano apresentou, portanto, grande valor para o pensamento social brasileiro, uma vez que se contrapôs frontalmente ao pensamento de intelectuais como, por exemplo, Paulo Prado, Oliveira Vianna, Nina Rodrigues, entre outros. Estes seguiam uma linha de análise que considerava que a sociedade brasileira deveria passar

estudos de Georg Simmel, que foi um dos intelectuais que influenciaram a trajetória de Freyre. O sociólogo alemão se preocupou em pensar as modificações nas relações sociais que ocorreram na Europa, em seu processo de urbanização. Segundo ele, as grandes cidades modernas vivenciaram um paradoxo. Ocorreu, nessas cidades, um gradual aumento da proximidade física entre os indivíduos, derivado do adensamento populacional. Mas, tal proximidade não significou uma aproximação social; ao contrário, as pessoas se tornaram, mais e mais, distantes socialmente. Conferir em: SIMMEL, Georg. “As grandes cidades e a vida do espírito”. In: *Mana: estudos de antropologia social*, vol. 11, n. 2, pp. 577-591, outubro, 2005, p. 577.

¹⁴⁶ Conferir em: NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2008, p. 35-115. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13823>. Acesso em: 15 ago. 2014, às 09h e 47min.

¹⁴⁷ GAHYVA, Helga. Op. Cit., 2010, p. 248, com grifos no original.

por um processo de branqueamento, apagando, por essa perspectiva, as marcas da presença negra no Brasil.¹⁴⁸

De acordo com o historiador Ronaldo Vainfas, “[...] O problema racial do Brasil residia, segundo Paulo Prado, [...] nem tanto no negro, mas na miscigenação”.¹⁴⁹ Desse modo,

[...] Até o limiar dos anos de 1930 o que se poderia chamar de historiografia brasileira tratava, pois, a miscigenação, não como problema de investigação, mas como problema moral ou patológico que cabia resolver para o bem da Nação. Poderíamos multiplicar os exemplos de historiadores que trataram do tema com este cariz “raciológico” ou mesmo racista, temperando com a herança colonial as novidades científicas de um Gobineau e outros: João Ribeiro, Pedro Calmon, Pandiá Calógeras – a lista seria vasta e monótona.¹⁵⁰

Em face desse cenário intelectual marcadamente racista¹⁵¹, o sociólogo pernambucano passou a defender que era falsa a premissa que considerava os povos africanos inferiores frente aos europeus. Por exemplo, numa crítica a Nina Rodrigues, Freyre se posiciona acerca da tese que advogava a inferioridade do negro, conforme excerto a seguir:

[...] Aliás, o ponto de partida da tese de Nina Rodrigues, consideramo-lo falso: o da incapacidade da raça negra de elevar-se às abstrações do cristianismo. *Nina Rodrigues foi um dos que acreditaram na lenda da inaptidão do negro para todo surto intelectual*. E não admitia a possibilidade do negro elevar-se até o catolicismo.¹⁵²

Nessa linha de raciocínio, Elide Bastos expõe que as interpretações e posições intelectuais mais visadas pelo intelectual pernambucano eram as que insistiam em ratificar o racismo científico. A autora ajuda-nos a definir, sinteticamente, a atmosfera do período e a importância da obra em apreço, conforme abaixo:

Para a maioria dos autores [da época que Freyre lançou seu livro], este [o povo brasileiro], define-se pela tristeza, preguiça, luxúria, herança das *raças inferiores*. A tese freiriana (sic) desenha-se com precisão: os traços de fraqueza física, a debilidade, a aparente preguiça têm origem social e cultural e não racial; explicam-se pela subnutrição e pela doença. [Freyre] Enfrenta, assim, diretamente as posições do

¹⁴⁸ Conferir em: SILVA, Alberto da Costa e. “Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil”. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000. p. 15-41; SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão social no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; GAHYVA, Helga. Op. cit., 2010, passim.

¹⁴⁹ VAINFAS, Ronaldo. Op. cit., 1999, p. 4.

¹⁵⁰ Idem, ibidem.

¹⁵¹ Ronaldo Vainfas faz uma ponderação que coloca uma solitária exceção ao cenário intelectual do período. Trata-se do médico Manoel Bomfim. Este defendeu, em seus livros, a miscigenação como algo positivo. Contudo, Vainfas argumenta que o mencionado médico tratou a miscigenação não por um viés explicativo cultural, mas sim por meio de uma visão racial, naturalista e médica. “O resultado [da obra intelectual de Bomfim] é uma apologia da mestiçagem concebida em termos de “cruzamento” positivo de espécies, em detrimento das dimensões étnicas e culturais pertinentes à discussão”. Conferir em: VAINFAS, Ronaldo. Op. cit., 1999, p. 5, com grifos no original. Logo, pode-se concluir que Bomfim foi inovador e importante, mas não tira o mérito e o caráter inovador da obra de Freyre, tendo em vista a referência teórica mobilizada pelo sociólogo pernambucano, o que o fez produzir outra interpretação para o papel do escravo negro em nossa formação.

¹⁵² FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006, p. 440, grifos meus.

racismo científico, explicação que fundamenta muitas daquelas reflexões [que predominavam no contexto de lançamento da obra freyreana].¹⁵³

Situando a escravidão como questão central¹⁵⁴ para a compreensão da História do Brasil e a importância do papel do negro em nossa formação, o sociólogo pernambucano em apreço desenvolveu uma interpretação de nosso passado lastreada por uma visão que foi bastante influenciada pelos instrumentos teórico-metodológicos da Antropologia Cultural.¹⁵⁵ Promoveu, destarte, o que Pallares-Burke chamou de “antropologização da história”.¹⁵⁶ Primeiro porque se preocupou com as interações entre grupos sociais; segundo porque operou, heurísticamente, com uma abordagem sincrônica de seu objeto de estudo. Em decorrência disso, foi capaz de se colocar contra uma “longa tradição de história política, jurídica e institucional estudada até então com uma abordagem estritamente diacrônica”.¹⁵⁷

As referências teóricas e metodológicas apontadas colaboraram, em alguma medida, para que o sociólogo em tela conseguisse desenvolver uma sensibilidade capaz de orientar seu olhar e preocupações intelectuais para as relações complexas que foram estabelecidas entre os grupos sociais cruciais na formação do Brasil. Nesse sentido, enfocou, primordialmente (mas não somente), na relação entre senhores e escravos, pois considera que a “história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro”¹⁵⁸. “O resultado [que pode ser auferido do conjunto de sua obra] é a visão total de uma dada sociedade, focalizada, em geral, naquilo que é mais passível de se observar, isto é, a vida do cotidiano”¹⁵⁹.

As mudanças operadas com esse livro não remetem apenas ao conteúdo ou ao plano teórico-metodológico. Deve ser considerada, em acréscimo, a posição que ele marcou no campo intelectual com sua forma de escrita e com sua peculiar maneira de apresentar as ideias. No contexto de seu lançamento, *Casa-grande & senzala* foi considerada, por muitos, ora obra estética moderna, ora escrita rústica, ora ciências sociais, ora um tipo de arte literária. Havia

¹⁵³ BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freyre – Casa-grande & senzala. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. 3ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 221, grifos no original.

¹⁵⁴ Stuart Schwartz argumenta que “a escravidão e o negro tornaram-se os assuntos principais, os *leitmotifs* da historiografia brasileira”. Conferir em: SCHWARTZ, Stuart. “Gilberto Freyre e a História Colonial: uma visão otimista do Brasil”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O imperador das Idéias*. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p. 110, com grifos no original.

¹⁵⁵ LARAIA, Roque de Barros. *Cultura – um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

¹⁵⁶ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Um método antimetódico: Werner Heisenberg e Gilberto Freyre. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O imperador das Idéias*. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2001, p. 34.

¹⁵⁷ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Op. cit., 2001, p. 33. Ao acionar essa ideia de Pallares-Burke, não intento desqualificar a perspectiva diacrônica, mas apenas – e tão somente – destacar uma das características primordiais presentes na epistemologia freyreana. Entendo que a autora mencionada também segue essa diretriz.

¹⁵⁸ FREYRE, Gilberto. Op. Cit., 2006, p. 44.

¹⁵⁹ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Op. cit., 2001, pp. 32-33.

também os que a consideravam tanto ciência como arte ao mesmo tempo¹⁶⁰, o que demonstra a força do autor no campo intelectual e cultural do seu país, nos anos 1930. Cabe também realçar que a maior parte dos críticos do livro reconheceu, no período entre 1933 e 1944, “a capacidade de Freyre em elaborar obra de ciência sem abrir mão dos méritos literários”.¹⁶¹

Ao pesquisar sobre as mais variadas interpretações acerca do livro em apreço e ao analisar os prefácios que Freyre escreveu, Nicolazzi sustenta que essa obra “se redefine, então, não mais apenas como investigação disciplinar ou como outra interpretação do real, mas, acima de tudo, como *prática de escrita*”.¹⁶² Dessa forma, “é notável a maneira como Gilberto articulou sua manutenção [a de *Casa-grande & senzala*] no meio intelectual, utilizando como recurso os próprios méritos literários de sua prosa”¹⁶³. É importante reiterar a tese de que há algo além do aporte antropológico e sociológico que foi operacionalizado por Freyre. Esse algo a mais corresponde a seu estilo literário e poético, sua escrita “viva”, além de sua forma de expressão menos pautada pelo estilo intelectualista.¹⁶⁴

Cumprido destacar outro elemento inovador que pode ser observado no livro clássico em evidência. Trata-se da utilização de fontes históricas de diversas tipologias, como, por exemplo, relatos de cronistas que viajaram ao Brasil; cantigas de época; livros e cadernos manuscritos de receitas de bolo; receitas encontradas em jornais; livros de etiqueta; romances brasileiros (Machado de Assis, Joaquim Manuel de Macedo etc.); iconografia (conforme Debret e Rugendas); retratos a óleo; entre outros tipos.

Esse grau de pioneirismo no uso eclético de fontes de pesquisa fez com que Fernando Henrique Cardoso, um dos principais rivais de Freyre no campo intelectual, afirmasse, em tom elogioso, que hoje “ninguém mais se espanta com a sociologia da vida privada. Há até histórias famosas sobre a vida cotidiana. *Mas nos anos 30* [referindo-se ao livro *Casa-grande & senzala*], *descrever a cozinha, os gostos alimentares, mesmo a arquitetura e, sobretudo, a vida sexual, era inusitado*”.¹⁶⁵

Além desse estilo inovador e do uso de fontes de natureza diversa, de acordo com o que foi apresentado acima, o historiador Peter Burke faz questão de chamar a atenção também para a versatilidade do sociólogo pernambucano, ao identificar que uma

[...] das características mais marcantes e originais da obra de Gilberto Freyre como historiador social era a sua preocupação com o que – seguindo o exemplo dos

¹⁶⁰ NICOLAZZI, Fernando. Op. cit., 2008, p. 65.

¹⁶¹ GAHYVA, Helga. Op. Cit., 2010, p. 250.

¹⁶² NICOLAZZI, Fernando. Op. cit., 2008, pp. 114-115, grifos no original.

¹⁶³ Idem, pp. 114-115.

¹⁶⁴ Idem, pp. 35-43.

¹⁶⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. “Um livro perene”. In: FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006, p. 21, grifos meus.

arqueólogos e dos antropólogos – viemos a denominar ‘cultura material’, ou, mais precisamente, a história da alimentação, do vestuário e das casas e de suas mobílias. [...].

[...] Antes dos anos [19]60, por outro lado, apenas um reduzido número de historiadores levava a cultura material a sério. Entretanto, Gilberto Freyre já estava interessado nesses temas nos anos [19]20 e [19]30. Seu interesse pela comida, em especial pelos famosos doces de Pernambuco, é bem conhecido. Vemos que esse interesse era, pelo menos em parte, um interesse histórico e etnográfico, observando seu ensaio de 1939, *Açúcar: em torno da etnografia da história e da sociologia do doce no Nordeste canavieiro*.¹⁶⁶

1.2 A miscigenação como fator preponderante em nossa formação

Uma vez situadas, sinopticamente, a obra e o autor, é preciso sublinhar que, dentre os principais resultados alcançados por *Casa-grande & senzala*, nos planos intelectual, acadêmico e político, podem ser destacados três pontos que são fundamentais e que se encontram concatenados.

Em primeiro lugar, o livro enfrentou as teses racistas que estavam – conforme apontado anteriormente – impregnadas no pensamento social brasileiro de sua época. Em decorrência disso, pode-se afirmar que Freyre, “não caiu na armadilha do determinismo racial”.¹⁶⁷ Um dos argumentos que preside a tese do sociólogo pernambucano é que foi o sistema escravista e monocultor o grande problema do Brasil, não os grupos sociais que neste país habitaram, muito menos a miscigenação advinda da relação entre esses grupos.

De acordo com um dos argumentos do sociólogo em questão, o sistema escravista e monocultor não seria capaz de prover uma alimentação adequada às populações que aqui viviam, gerando, conseqüentemente, diferenças físicas e psíquicas entre o brasileiro e o europeu (ou outros povos). Assim,

[...] admitida a influência da dieta – influência talvez exagerada por certos autores modernos – sobre o desenvolvimento físico e econômico das populações, temos que reconhecer ter sido o regime alimentar brasileiro, dentro da organização agrária e escravocrata que em grande parte presidiu a nossa formação, dos mais difíceis e instáveis. Por ele possivelmente se explicarão importantes diferenças somáticas e psíquicas entre o europeu e o brasileiro, atribuídas exclusivamente à miscigenação e ao clima.¹⁶⁸

Portanto, o sistema escravista estabelecido no Brasil veio, segundo essa tese, seguido de uma produção que era fortemente ancorada na monocultura. Isso acarretava, entre outros

¹⁶⁶ BURKE, Peter. “A cultura material na obra de Gilberto Freyre”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. Op. cit., 2001, p. 55, grifos no original.

¹⁶⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit., 1993, p. 104.

¹⁶⁸ FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006, pp. 95-96.

problemas, a má alimentação das populações, ocasionando uma defasagem entre povos europeus e os que viviam na colônia. É conveniente lembrar que essa diferença era um dos principais elementos que fazia com que pensadores do período enxergassem a inferioridade do negro em relação ao europeu; era usada, pois, como um tipo de prova argumentativa.

Numa postura contraposta a esses argumentos, o intelectual em apreço pondera que os fatores causadores dos problemas que ocasionaram a inferioridade física do brasileiro, longe de terem sido o clima, a raça e/ou a mestiçagem, deveriam ser explicados pelas consequências do estabelecimento de um sistema escravista e monocultor. A respeito deste tema e seu impacto na formação do Brasil, ele afirma o seguinte:

Do que pouco ou nenhum caso tem feito essa sociologia [Freyre faz uma crítica ao pensamento social do período, que se escorava fortemente no argumento racial para explicar os males do Brasil], mais alarmada com as manchas da mestiçagem do que com as da sífilis, mais preocupada com os efeitos do clima do que com os de causas sociais suscetíveis de controle ou retificação, e da influência que sobre as populações mestiças, principalmente as livres, terão exercido não só a escassez de alimentação, devida à monocultura e ao regime do trabalho escravo, como a pobreza química dos alimentos tradicionais que elas, ou antes, que todos os brasileiros, com uma ou outra exceção regional, há mais de três séculos consomem, é da irregularidade no suprimento e da má higiene na conservação e na distribuição de grande parte desses gêneros alimentícios. São populações ainda hoje, ou melhor, hoje mais do que nos tempos coloniais, pessimamente nutridas.¹⁶⁹

À tentativa do pensamento social do início do século XX em explicar as características comportamentais dos escravos negros que viviam no Brasil Colonial com base numa noção de raça degenerativa e/ou de um clima desfavorável, Freyre, amparado numa visão cuja ênfase era eminentemente cultural, admoestou que

[...] Não se pode acusar de sujos e propagadores de imundície os negros que, quando libertos, deram para barbeiros, dentistas, fabricantes de vassouras de piaçava, importadores de sabão-da-costa; alguns para lavar chapéus-do-chile; as negras para doceiras caprichosas na limpeza dos seus tabuleiros; ou para lavadeiras igualmente asseadas. Profissões cujo exercício, com evidentes preocupações de higiene, em parte os redime da mancha infamante de carregadores de tigre [os que levavam barris de excremento humanos, às vezes, escorrendo sujeira sob a tez dos escravos].¹⁷⁰

Esses três últimos excertos apresentados em destaque acima são, em alguma medida, ilustrativos do que poderia caracterizar como o deslocamento realizado por Freyre no que toca ao papel do escravo em nossa formação. Ele pondera que, caso não fosse a escravidão e a monocultura, a situação do negro escravizado, no período Colonial, seria deveras diferente. Aliás, a formação da população brasileira seria igualmente diferente. Infere-se, pois, que o

¹⁶⁹ Idem, p. 97.

¹⁷⁰ FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006, p. 550.

princípio explicativo empregado não está em fatores determinantes ou determinadores, como, por exemplo, o clima ou a raça, mas sim nos fatores culturais, econômicos e políticos.¹⁷¹

Em função do exposto, esse intelectual deixa-nos o indicativo de que não há uma essência racial degenerativa nem positiva. Ora, podemos depreender que simplesmente não há essência, tendo em vista que, nessa perspectiva, a formação dos sujeitos é caudatária da relação tensional entre os grupos e as condições sociais dadas. Pode-se inferir, pois, que Freyre busca referências contextuais para explicar as diferenças entre os povos, assim como para compreender o papel do negro na formação do Brasil.

Cabe acrescentar que sua referência tem similaridade com a que foi postulada e empregada por Franz Boas, um antropólogo e professor que exerceu, decerto, influência na formação do sociólogo brasileiro¹⁷². De acordo com François Laplantine, as sociedades, na perspectiva adotada por Boas, deveriam ser “realmente consideradas em si e para si mesmas” e, nesse sentido, “cada uma dentre elas adquire o estatuto de uma totalidade autônoma”.¹⁷³

Dando prosseguimento à elucidação dos pontos de destaque em *Casa-grande & senzala*, cumpre mencionar que, em segundo lugar, ao confrontar as ideias racistas que fundamentavam parcela avultada do pensamento social brasileiro, no início do século XX, Freyre defendeu a tese de que a miscigenação, ao invés de se caracterizar como um mal, um problema para a sociedade brasileira, foi, ao contrário, importante e crucial elemento na formação da identidade nacional.

Vale repisar que essa é uma linha de raciocínio diametralmente oposta à interpretação grassada na historiografia do período de escrita do livro em apreço.¹⁷⁴ Por isso, é pertinente realçar as palavras de Ronaldo Vainfas sobre o valor intelectual do sociólogo pernambucano e sua tese acerca da miscigenação:

Para os objetivos deste artigo, o grande livro a destacar é, sem dúvida, o *Casagrande e senzala*, de Gilberto Freyre, publicado em 1933, sobre o qual já muito se escreveu. Foi este livro que produziu verdadeira inflexão no modo de tratar o assunto porque, de um lado, encarou sem pejo a questão da sexualidade inerente à miscigenação racial e o fez de modo distinto do de Paulo Prado, sem associá-la “jesuiticamente” ao pecado da luxúria, evitando “criminalizar” os degredados e associar a embriaguez sexual do primeiro século a perversões de qualquer tipo, relativizando, enfim, com muito brilho

¹⁷¹ Não é demais lembrar que o subtítulo do livro *Casa-grande & senzala* inclui a dimensão econômica matricial da formação do Brasil, que, segundo o autor, é o regime da economia patriarcal.

¹⁷² A respeito da referência intelectual de Franz Boas, conferir em: BASTOS, Elide Rugai. Op. cit., 2001, pp. 215-233. Ver também: VAINFAS, Ronaldo. Op. cit., 1999, p. 6.

¹⁷³ LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. Tradução: Marie-Agnès Chauvel. 9ª impressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996, p. 77.

¹⁷⁴ Ronaldo Vainfas chama a atenção para o quanto Francisco Adolpho de Varnhagen, Capistrano de Abreu e Paulo Prado não seguiram as propostas de Karl von Martius. Por conseguinte, ignoraram o tema da miscigenação como importante. Aliás, Prado, conforme já mencionado, foi peremptório em considerá-la efetivamente um problema. Ver em: VAINFAS, Ronaldo. Op. cit., 1999, pp. 2-4.

a libidinagem desenfreada que nossos intelectuais costumavam atribuir ao índio e sobretudo ao africano.¹⁷⁵

Ainda nessa mesma linha de raciocínio, Evaldo Cabral de Mello sustenta que

[...] a rejeição do anátema a que a mestiçagem havia sido submetida no Brasil pré-1930 representa o grande aporte gilbertiano à cultura brasileira do século que termina [o século XX]. Ninguém fez mais do que ele para transformar a miscigenação de passivo em ativo, de objeto de elucubrações pessimistas em motivo de otimismo nacional, esvaziando o debate herdado do fim do Império e da República Velha sobre as suas conseqüências inapelavelmente negativas para o futuro do país.¹⁷⁶

À noção de raça como algo socialmente degenerativo, o sociólogo pernambucano propôs, destarte, uma perspectiva que enaltecia o lado valoroso e positivo da mistura. E fez isso tendo por referência não uma visão integracionista que poderia ser imputada ao senso comum. Ele o fez fundamentado num conceito de cultura que se contrapunha aos determinismos biológico e geográfico. Reagiu, portanto, ao evolucionismo, mostrando o quanto aprendeu com seu professor Franz Boas, nos anos de 1921 e 1922. Nesse sentido, segundo Laraia, “[...] A principal reação ao evolucionismo, então denominado de método comparativo, inicia-se com Franz Boas (1858-1949), nascido na Westfália (Alemanha)”.¹⁷⁷

Não obstante, segundo Lilia M. Schwarcz, a miscigenação não era uma pauta precisamente inédita, nos anos 1930, com Gilberto Freyre. A autora chama a atenção para o “ensaio vitorioso do naturalista Von Martius para o IHGB [Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro] em inícios do século XIX”.¹⁷⁸ Nele, “Martius afirmou que a chave para se compreender a história brasileira residia no estudo do cruzamento das três raças formadoras de nossa nacionalidade – a branca, a indígena, a negra – esboçando a questão da mescla cultural sem contudo desenvolvê-la”.¹⁷⁹

Nessa mesma trilha, Vainfas também reconhece que a questão relacionada à mistura cultural ocorrida no Brasil já havia sido proposta por Martius, conforme excerto a seguir:

A problemática da mescla cultural na história do Brasil foi colocada em nossos horizontes de investigação desde os começos da historiografia nacional. Apareceu pela primeira vez, sob o rótulo da “miscigenação racial”, como proposta vencedora do concurso promovido na década de 1840 pelo recém-fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Formulou-a o alemão Karl von Martius, naturalista, botânico,

¹⁷⁵ VAINFAS, Ronaldo. Op. cit., 1999, pp. 5-6, aspas do próprio autor.

¹⁷⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. O ‘ovo de Colombo’ gilbertiano. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO; Rosa Maria Barboza de. Op. cit., 2001. p. 24.

¹⁷⁷ LARAIA. Roque de B. *Cultura: um conceito antropológico*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 35.

¹⁷⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit., 1993, p. 324.

¹⁷⁹ VAINFAS, Ronaldo. Op. cit., 1999, p. 2. Cabe lembrar, por outro lado, que Martius considerava como crucial (e principal) o papel do colonizador do branco europeu.

viajante que deixou preciosos registros sobre a natureza e as gentes do Brasil no século XIX.¹⁸⁰

Contudo, não é algo tão simples compararmos uma proposta teórica de pesquisa (no caso de Martius) com a composição prática pujante que se observa em *Casa-grande & senzala*. Por isso,

[...] Em *Como se deve escrever a história do Brasil*, Martius afirmou que a chave para se compreender a história brasileira residia no estudo do cruzamento das três raças formadoras de nossa nacionalidade – a branca, a indígena, a negra –, esboçando a questão da mescla cultural sem contudo desenvolvê-la.¹⁸¹

De qualquer forma, para efeito do que está sendo discutido, aqui, é elucidativo destacar que Lilia Schwarcz reconhece que,

[...] já nos anos 1930, a noção elaborada pelo antropólogo Gilberto Freyre (1930), de que esse era um país racial e culturalmente miscigenado, passava a vigorar como uma espécie de ideologia não oficial do Estado, mantida acima das clivagens de raça e classe e dos conflitos sociais que se precipitam na época.¹⁸²

Como desdobramento dos dois pontos arrolados anteriormente (o combate às teses racistas e a proposta de miscigenação como elemento positivo em nossa formação), ressalto, agora, o terceiro ponto: Gilberto Freyre foi capaz de valorizar a cultura africana, assim como o papel do negro na sociedade brasileira e na formação do Brasil.¹⁸³ Assim, segundo Mamigonian, “[...] A transformação operada no pensamento social brasileiro pelo relativismo cultural trazido da antropologia americana por Gilberto Freyre foi crucial para a valorização da ‘herança’ africana na cultura brasileira”.¹⁸⁴

Essa transformação pode ser notada, sinopticamente, no trecho em que Freyre afirma:

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano.¹⁸⁵

De acordo com Vainfas, o sociólogo pernambucano promoveu uma significativa inflexão em relação à produção intelectual do período da década de 1930, no Brasil. Uma das questões destacadas por esse historiador diz respeito ao fato de Freyre ter ultrapassado o “conceito de ‘raça’ até então em voga, ainda que não o tenha negado de todo, e adotou o de

¹⁸⁰ Idem, p. 2.

¹⁸¹ Idem, ibidem, p. 2, grifos itálicos no original.

¹⁸² SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit., 1993, p. 325.

¹⁸³ Conferir em: NICOLAZZI, Fernando. Op. cit., 2008, p. 86.

¹⁸⁴ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “África no Brasil: mapa de uma área em expansão”. In: *TOPOI* (Rio de Janeiro), vol.5 n° 9, Rio de Janeiro, July/Dec. 2004, pp. 33-53 (p. 35), com grifos no original.

¹⁸⁵ FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006, p. 367.

cultura”.¹⁸⁶ Dessa maneira, conseguiu “entrelaçar o fenômeno da miscigenação étnica e da mescla cultural”. Com isso, “[...] valorizou a fusão das três raças ou a interpenetração das culturas portuguesa, indígenas e africanas na formação do Brasil e seu povo”.¹⁸⁷

Ricardo Benzaquen de Araújo e Alberto da Costa e Silva são ainda mais contundentes ao destacarem a valorização da cultura africana realizada por Freyre, sobretudo se levarmos em consideração o contexto de produção do sociólogo pernambucano. O primeiro argumenta que o clássico autor conseguiu fazer a distinção entre o conceito de raça e de cultura e, por isso, encarou “*positivamente* as contribuições oferecidas pelas diversas culturas negras para a formação da nossa nacionalidade”.¹⁸⁸ O segundo, por sua vez, afirma que o sociólogo em apreço “pôs o negro no centro do cenário, retirando-o da posição ancilar em que o tinham [colocado] Capistrano de Abreu e Manuel Bonfim”.¹⁸⁹

São variados os pontos em que o sociólogo pernambucano realça o valor positivo das contribuições africanas (e de indígenas) à nossa formação: na alimentação, nos cânticos alegres nas festas, na língua falada no Brasil, na religião católica, na alegria presente na vida doméstica, na boa influência que também emanava da senzala, na bondade das mucamas, entre outras. Assim, “[...] Verificou-se entre nós uma profunda confraternização de valores e sentimentos. Predominantemente coletivistas, os vindos das senzalas; puxando para o individualismo e para o privatismo, os das casas-grandes”.¹⁹⁰

Tendo em vista os três pontos elencados e desenvolvidos anteriormente¹⁹¹, vale destacar que a historiadora Suely Robles Reis de Queiróz compreende que *Casa-grande & senzala* pode ser apontado como primeiro momento da historiografia acerca da escravidão brasileira. Isso porque o principal feito de Freyre, nessa obra, foi romper com as ideias sobre a inferioridade das culturas africanas, sobrelevando suas raízes e, por conseguinte, sua importância na formação de um Brasil miscigenado.

Malgrado as críticas que essa autora faz à obra de Freyre, pode-se justificar seu reconhecimento a propósito da importância do sociólogo pernambucano na historiografia brasileira, a partir do trecho a seguir, no qual Queiróz argumenta que ele foi um revolucionário

¹⁸⁶ VAINFAS, Ronaldo. Op. cit., 1999, p. 6, aspas no original.

¹⁸⁷ Idem, p. 6.

¹⁸⁸ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, p. 30, grifos no original.

¹⁸⁹ SILVA, Alberto da Costa e. Op. cit., 2000, p. 26.

¹⁹⁰ FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006, p. 438.

¹⁹¹ Cabe reiterar alguns pontos, a fim de que não se perca o fio condutor do argumento: a posição intelectual antirracista de Freyre, nos anos 1930; sua proposta de explicar a formação do Brasil pela miscigenação; e sua visão reconhecadora dos aspectos positivos da contribuição de africanos e indígenas, na história do país.

[...] quanto ao método – antropológico-cultural –, quanto à originalidade da pesquisa dos fatos e à força de interpretação dos mesmos, [*Casa-grande & senzala*] provocou a mudança de curso das idéias pseudo-científicas sobre a inferioridade da raça negra, ao destacar de modo incisivo as raízes africanas e a importância destas na cultura brasileira.¹⁹²

Diante do que foi exposto, minha interpretação é que não foram apenas (e tão somente) os fatores teórico-metodológicos que auxiliara messe intelectual pernambucano a enfrentar as teses racistas, propor a miscigenação como algo positivo e valorizar o papel do negro e da cultura africana na formação do Brasil. Meu argumento é que, além de sua “bagagem” acadêmica pujante, o contexto intelectual em que Freyre se inseria orientou-o (e até o pressionou) a pensar a formação do Brasil, tendo como ponto nodal a valorização da miscigenação. Isso o permitiu, então, enxergar a contribuição do negro em nosso país. Afinal, esse seria um contraponto claro à visão prevalecente no contexto intelectual em que o autor produziu *Casa-grande & senzala*, ou seja, um período eivado de um pensamento explicitamente racista. Desse modo, a marca política presente na visão do sociólogo pernambucano contribuiu para pavimentar, em alguma medida, um caminho analítico para ele; caminho esse que conjugou teoria/metodologia com a posição política/intelectual do pesquisador.

Sirvo-me, para tal interpretação, de uma chave conceitual da história intelectual, qual seja, o conceito de tradições eletivas¹⁹³. Partindo de Fernández Sebastián, emprego o conceito de tradição eletiva como algo que evidencia o quanto a relação que um intelectual tem com o passado é fruto de uma construção elaborada pelo legatário (o receptor de uma herança ou tradição intelectual). Nesse sentido, ao problematizar a história intelectual, precisamos pensar notadamente no contexto do autor como uma condição de possibilidade de articulação temporal¹⁹⁴. Sendo assim, as ideias herdadas do passado são enxergadas com base nos usos que se fazem delas no presente; mas, cabe ratificar, um presente que articula passado e futuro.

Desse modo, cumpre ressaltar que as tradições, segundo Fernández Sebastián (2014), devem ser vistas menos pelo sentido corriqueiro, quer dizer, de uma tradição que nos deixa um legado e mais pelo sentido invertido, ou seja, de uma tradição que é construída pelos atores sociais do presente. [...]

Em outros termos, o conceito de tradições eletivas contribui para nos mostrar o quanto uma tradição não é meramente recebida, mas, sobretudo, construída a partir de uma dimensão contextual do presente e, inextricavelmente, das expectativas de futuro.¹⁹⁵

¹⁹² QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Op. cit., 1998, p. 104.

¹⁹³ Conferir em: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014.

¹⁹⁴ Para um aprofundamento acerca da articulação entre passado, presente e futuro, na produção historiográfica, indico ainda dois autores clássicos: KOSELLECK, Reinhart. Op. cit., 2006; HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. 1ª Ed.; 2ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

¹⁹⁵ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, p. 326.

Diante do exposto, é necessário lembrar que Freyre defendeu que a miscigenação foi um fenômeno histórico pertencente e, sobretudo, positivo para formação da sociedade brasileira, cuja trama social estava pautada na relação de antagonismos em equilíbrio.¹⁹⁶ Essa defesa estava lastreada tanto por sua posição teórica como por sua visão política e intelectual sobre como interpretar a formação deste país. Assim, ao debater com a produção intelectual do período, ele estruturou sua perspectiva e pavimentou seu caminho analítico sob as bases da miscigenação como algo positivo, contrapondo-se à ideia de que a raça seria um princípio explicativo essencial e essencialista.

A base da proposta contida na tese da miscigenação carrega consigo uma especificidade, um tempero que evidencia aspectos concernentes não somente à epistemologia, mas também atinentes às contendas políticas, intelectuais e até mesmo ideológicas que revestiam o contexto do sociólogo pernambucano. Trata-se, pois, das condições históricas em que se inscreveram o discurso do autor; uma dimensão que não se desvincula, outrossim, da inserção subjetiva do intelectual.

Em artigo acadêmico, tive a oportunidade de desenvolver uma análise sobre a posição de Reinhart Koselleck acerca da relação que o historiador tem com seu tempo, especialmente sublinhando o quanto essa noção ganhou outro cariz, na contemporaneidade histórica. Segue trecho que elucida o argumento:

Desse modo, pode-se depreender, a partir de Koselleck, que a aceleração do tempo e o domínio secular no campo da filosofia permitiram aos teóricos e pesquisadores do campo da história atinarem, deduzirem ou chegarem à conclusão que [, no período referente à Contemporaneidade histórica,] o ponto de observação – o tempo presente do pesquisador – tornou-se crucial para que se entenda a relação dos seres humanos com o tempo (passado e futuro). Conseqüentemente, a própria posição do pesquisador deve ser colocada como relativa, especialmente no que refere ao espaço de espaço de experiência que o cerca e a seu horizonte de expectativa.¹⁹⁷

Além disso, cabe lembrar que, para sustentar seus argumentos contra a interpretação predominante na época, Freyre se utilizou de uma chave de pesquisa bastante mobilizada no campo da sociologia e antropologia, a saber, a ênfase na riqueza presente nas relações entre os grupos sociais¹⁹⁸. Por isso, as relações sociais complexas – dentre as quais a relação senhor-

¹⁹⁶ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Op. cit., 1994.

¹⁹⁷ PALERMO, Luis Claudio. “Tempo e temporalidade: transformações semânticas modernas e alguns desdobramentos na produção do conhecimento histórico”. In: *Temporalidades* – Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 23, V. 9, N. 1, jan./abril, 2017b, pp. 15-38; trecho especificamente localizado na página 30.

¹⁹⁸ Em nota de rodapé, acima, mostrei o quanto Georg Simmel é uma referência importante para a sociologia e antropologia, tendo em vista sua preocupação com as relações sociais, na fase em que a Europa ocidental experimentou a passagem da tradição à modernidade. Conferir em SIMMEL, Georg. Op. cit., 2005. Aduzo que Elide Bastos considera Simmel uma das influências intelectuais mais importantes que Gilberto Freyre teve em sua carreira. Conferir em: BASTOS, Elide Rugai. Op. cit. 2001, pp. 215-233.

escravo foi a mais perseguida por Freyre – tornou-se uma das preocupações centrais do autor, em *Casa-grande & senzala*. Trata-se de uma pauta e, ao mesmo tempo, de um fundamento teórico semeado pelo autor. A ênfase nessa pauta de pesquisa e análise sobre a formação do Brasil é um dos inúmeros motivos que fazem do livro supradito um clássico.

1.3 A ênfase na relação senhor-escravo como uma metonímia das complexas interações sociais

As ferramentas teóricas da antropologia e sociologia contribuíram para que Gilberto Freyre construísse um caminho de pesquisa que valorizou, fundamentalmente, as inter-relações entre os grupos sociais, na formação do Brasil. É a partir da convivência estabelecida entre os sujeitos históricos que esse intelectual constrói sua análise sobre a História do Brasil, sem negligenciar a noção de contexto colonial escravista e monocultor nem o papel das tradições culturais herdadas.¹⁹⁹ É com base nesses fundamentos que se erigem os argumentos do autor, com vistas a compreender os aspectos concernentes às relações sociais inscritas na “formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal”²⁰⁰.

Em razão do exposto, Freyre posicionou a casa-grande como campo de observação fulcral da sociedade.²⁰¹ A justificativa dada pelo autor é que este se configura num local (ou numa perspectiva) em que as diversas e complexas interações entre senhores e escravos se desenvolveram, no Brasil Colonial e Imperial. Nesse sentido:

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *pater familias*, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o ‘tigre’, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério,

¹⁹⁹ De acordo com o que será discutido à frente, no segundo capítulo, a concepção de totalidade presente em Gilberto Freyre é deveras diferente de uma visão estrutural que foi concebida por parcela significativa da historiografia dos anos 1960/70. Para o pesquisador brasileiro dos anos 1930, assim como para seu professor Franz Boas, “um costume só tem significação se for relacionado ao contexto particular no qual se inscreve”. Conferir em: LAPLANTINE, François. Op. Cit., 1996, pp. 77-78. Segundo Laplantine, as pesquisas de Franz Boas eram “conduzidas de um ponto de vista que hoje qualificaríamos como microsociológico” (Idem, p. 77).

²⁰⁰ FREYRE, Gilberto. Op. cit. Trata-se da expressão exposta no subtítulo do livro.

²⁰¹ A perspectiva do autor, nos anos 1930, contemplava uma preocupação em dar conta de um dos pontos primordiais da colonização, ou seja, a relação entre senhor e escravo, no âmbito da fazenda, especialmente no que concerne à casa-grande como lugar em que se desenvolviam aspectos cruciais dessa relação. Vale ressaltar que, em estudos posteriores, sobretudo após os anos 1980, a historiografia passou a se preocupar mais com a complexidade da formação colonial brasileira. Logo, ampliou o espectro dos estudos, no que se refere às formas de trabalho na colônia, bem como à produção econômica não concentrada nas áreas exportadoras. Para uma análise sobre tal ampliação, ver: BLAJ, Ilana. “A escravidão colonial: algumas questões historiográficas”. In: *Rev. Inst. Est. Bras.*, São Paulo, vol. 37, pp. 145-159, 1994.

hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos.²⁰²

Vendo através do ângulo proposto, percebe-se que o autor considera que as relações ocorridas na casa-grande servem como um ponto de partida para se apreender, pelo menos em parte, a complexidade do sistema colonial brasileiro porque “[a] história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro”.²⁰³ Nesse sentido, “[...] A casa-grande venceu no Brasil a Igreja, nos impulsos que esta a princípio manifestou para ser a dona da terra. Vencido o jesuíta, o senhor de engenho ficou dominando a colônia quase sozinho”.²⁰⁴ Além disso, cabe destacar que “[...] A formação patriarcal do Brasil explica-se, tanto nas suas virtudes como nos seus defeitos, menos em termos de ‘raça’ e de ‘religião’ do que em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que foi aqui a unidade colonizadora”.²⁰⁵

Ao perspectivar a relação entre senhor e escravo (representada pela relação entre casa-grande e senzala) como um caminho de pesquisa possível – e produtivo –, o autor em apreço foi capaz de combater, mais uma vez, o paradigma intelectual que desfrutava de primazia, no seu contexto de produção. Em outros termos, as teses racistas estavam pautadas numa angulação dualista de mundo ou, ao menos, numa perspectiva que apostava que o conhecimento concentrado na noção de raça permitiria sobrevir à luz uma visão mais esmerada do mundo.

Por sua vez, Freyre, com base no aparato teórico que lhe era caro, preferiu se posicionar em favor da busca pela diversidade e complexidade como elementos que possibilitariam conhecer o mundo de forma diferente e diferenciada. É nesse sentido que a relação senhor-escravo se torna uma metonímia²⁰⁶ das interações sociais como um todo, uma vez que, ao longo

²⁰² FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006, p. 36.

²⁰³ Idem, p. 44. Reitero o caráter metonímico da análise que depreendo de forma como são propostas questões cruciais em *Casa-grande & senzala*.

²⁰⁴ Idem, p. 38.

²⁰⁵ Idem, p. 34.

²⁰⁶ O uso da expressão tem o sentido de mostrar que a relação senhor-escravo pode ser vista, em Gilberto Freyre, como um exemplo da complexidade do escravismo brasileiro. Meu uso – desde o título atribuído a este subcapítulo – intenta apresentar a relação senhor-escravo como uma representação da complexidade das interações que os escravos tiveram, no Brasil, conforme se pode observar na obra de Freyre, pelo menos na leitura que faço. Segundo o minidicionário da Língua Portuguesa Evanildo Bechara, a “metonímia é uma figura de linguagem em que ocorre a substituição de um nome por outro em virtude de haver entre eles algum relacionamento”. Conferir em: BECHARA, Evanildo. *Minidicionário da Língua Portuguesa Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009, p. 600. É precisamente a isso que me refiro: relação senhor-escravo é uma forma de causar um efeito conciso para que se compreenda que os escravos tinham relações sociais complexas, ou seja, com livres, com seus senhores, com consumidores (no caso dos escravos de ganho) etc.

de *Casa-grande & senzala*, os escravos assumem papéis sociais diversos e interagem com a sociedade de forma não trivial.²⁰⁷

As interações entre senhor e escravos (assim como entre escravos e a sociedade como um todo), na obra desse sociólogo, não se realizaram de forma unívoca; ao contrário, a noção de relação tem uma preocupação explícita (às vezes, aparecendo de forma implícita) demonstrar que os grupos sociais poderiam ora se aproximar, ora se afastar. Logo, não se trata apenas ou tão somente de uma relação de dominação. E essas nuances devem ser capturadas pela lente do pesquisador atento e aberto ao conhecimento amplo e complexo. Em função disso, correspondem a uma herança importante da matriz freyreana.

Em *Casa-grande & senzala*, o autor mostra-nos, portanto, o quanto os cativos buscavam, de alguma forma, a integração, mas também poderiam, em outras situações, apresentarem-se como resistentes à dominação senhorial, que, inegável e evidentemente, era a premissa inicial (e mais geral) da sociedade escravista.²⁰⁸

Já nos anos 1930 – há bastante tempo – o sociólogo pernambucano buscou, a partir das ferramentas teóricas empregadas, fugir do truísmo representado pela perspectiva deque, numa sociedade escravista, os polos ocupados por senhor e escravos estão necessária e constantemente em oposição. Essa é, decerto, uma atitude intelectual que, senão totalmente inovadora, deve ser destacada como corajosa e, sobretudo, esmerada, em termos teóricos. Minha tese é que essa pode ser eleita como uma das características mais marcantes de *Casa-grande & senzala*.

Nessa linha de raciocínio, um conceito importante identificado nessa obra, que nos ajuda a compreender as premissas do autor sobre as interações senhor-escravo, é o de “equilíbrio de

²⁰⁷ “Na hierarquia da escravatura brasileira das grandes fazendas ou engenhos, o status do escravo ia desde o quase pessoa de família ao de quase animal ou quase bicho. De onde a necessidade [...] que experimentavam os anunciantes [vendedores de escravos] de distinguirem, nos anúncios de jornal, cabra-escrava, de cabra-animal”. Conferir em: *Ibidem*, p. 568.

²⁰⁸ Sobre a ênfase excessiva de alguns pesquisadores no caráter violento do sistema escravista, Silvia H. Lara, apesar de não usar Gilberto Freyre nem se basear diretamente nele, procura mostrar, em sua perspectiva, o quanto essa ideia corresponde a um truísmo, logo, é algo cuja obviedade deve ser ampliada pelas pesquisas, que, segundo se depreende da leitura de seu texto, devem incorporar uma perspectiva mais complexa acerca da relação entre senhores e escravos. Essa complexidade pode ser alcançada – seguindo a construção realizada por Lara – precisamente pela ênfase nas relações cotidianas entre escravos e senhores. Portanto, a pesquisadora ou o pesquisador não deve se deter em buscar informações acerca de normas ou teorias (ou somente sobre a violência que marcava uma perspectiva dominadora de senhores sobre cativos), mas, sim, “mergulhar” no cotidiano dos agentes, de modo a compreender como as ações deles se realizaram na prática. Esse é um dos argumentos mais fortes da autora que combate, de forma contundente, a visão simplista acerca da escravidão, propondo uma perspectiva mais complexa e que contribua mais substancialmente para o adensamento de nossa visão sobre esse fenômeno da nossa história. Conferir em: LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1815*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. No entanto, conforme se observará à frente, Lara foi muito criticada também por essa visão. Por ora, deixemos esses debates para os capítulos seguintes.

antagonismos”²⁰⁹. Afirma-se isso porque o mencionado conceito permitiu ao sociólogo pernambucano enxergar a complexidade nas relações estabelecidas entre os sujeitos históricos (entre os grupos também), possibilitando-lhe apreender relações sociais que ora tendiam à aproximação entre tais sujeitos, ora ao afastamento, ora poderiam tender à guerra, ora à paz.²¹⁰ A passagem a seguir é sintomática e fundamentadora do argumento.

Deve-se observar, de passagem, que os frades da Ordem a que pertenceu D. Domingos – a de São Bento – e também do Carmo, foram no Brasil grandes proprietários de terras e de escravos. Frades senhores de engenho. Os de São Bento tratando muito bem os seus negros; deixando os molequinhos brincar a maior parte do dia, cuidado dos negros velhos, arrumando os casamentos entre as raparigas de quatorze e quinze anos e os rapazes de dezessete ou dezoito; facilitando a alforria aos diligentes. Os do Carmo parece que nem sempre primaram pelo bom tratamento dispensado aos escravos; um deles, na Bahia, acabou assassinado de modo bárbaro: cortado em pedacinhos pelos negros.²¹¹

Hermano Vianna chama a atenção para um ponto importante: os críticos não devem perder de vista que a grande questão presente nessa obra de Freyre é a capacidade de o autor concatenar os antagonismos diversos em sua compreensão da formação do Brasil. Em decorrência, sugere uma pista crucial para se compreender a obra: atenção ao conceito de antagonismos em equilíbrio. Segundo Vianna, “[...] *Tudo Casa-Grande & Senzala*, que é assumidamente um ensaio onde faltam ‘conclusões enfáticas’ [...], e não uma tese, parece ter sido construído com uma missão: salvaguardar esse ‘equilíbrio de antagonismos’ sempre precário, fragilíssimo”²¹²

O sociólogo pernambucano afastou-sedas teses cujas ênfases eram deterministas – sejam elas geográficas ou biológicas²¹³ – e de base etnocêntricas. Desse modo, o enredo social, sob cujo seio os grupos formadores da sociedade brasileira atuaram, não foi visto exclusivamente pelo ângulo do conflito, que é inerente a qualquer sociedade. Portanto, uma das grandes qualidades dessa obra é que, em sua perspectiva, os sujeitos históricos (e os grupos também) ora poderiam estar em posições de afastamento, ora em posição de aproximação.

Portanto, afastamento ou aproximação dependeriam das circunstâncias sociais ou da complexidade em que se realizavam as ações. Essa é uma das principais chaves analíticas de

²⁰⁹ FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006, p. 116.

²¹⁰ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Op. cit., 1994.

²¹¹ FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006, p. 528.

²¹² VIANNA, Hermano. “A meta mitológica da democracia racial”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O imperador das Idéias*. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p. 220, grifos no original.

²¹³ Sobre a força dessas teses no século XIX e sua sobrevivência ainda no século XIX, conferir: LARAIA, Roque de B. Op. Cit., 2005, capítulos 1 e 2; SCHWARCZ, Lilia M. Op. Cit., 1993, especialmente capítulo 2.

Freyre na composição de sua pesquisa. É derivado disso que o conceito de equilíbrio de antagonismos se constitui.

Minha tese é que a visão teórica precede o conceito. Por isso, ela deve ser sobremaneira valorizada. Nesse sentido, cumpre expor que, ao posicionar a questão dessa forma, externo minha relativa concordância com Hermano Vianna²¹⁴ de que o equilíbrio de antagonismos é a grande questão de *Casa-grande & senzala*. A concordância parcial se justifica porque compreendo que há uma questão sociológica maior (do que o equilíbrio de antagonismos) e de grande peso. Tal questão— que remete à complexidade inscrita nas interações sociais, políticas, econômicas e culturais – perpassa toda a concepção teórica de Freyre e, por conseguinte, reverbera na sua pesquisa e na exposição textual.

Em face dessa colocação, é importante adicionar que a análise do sociólogo pernambucano também percebeu os limites que o poder de dominação enfrenta ao lidar com a vida prática.²¹⁵ Com essa operação intelectual, foi capaz de enxergar a relação entre senhor e escravo de forma complexa e densa. Vejamos o trecho a seguir em que Freyre é capaz de perceber o exercício do poder como algo complexo, que contempla a dominação em sua face mais visível (representada pelo distanciamento), mas também vislumbra a sua contraface representada pelas possibilidades de inter-relação entre dominadores e dominados.

Vencedores no sentido militar e técnico sobre as populações indígenas; dominadores absolutos dos negros importados da África para o duro trabalho da bagaceira, os europeus e seus descendentes tiveram entretanto de transigir com índios e africanos quanto às relações genéticas e sociais. A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor – de ‘superiores’ com ‘inferiores’ e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala.²¹⁶

Acrescento ainda que, segundo o sociólogo em questão, o equilíbrio de antagonismos não estava presente apenas nas relações entre os sujeitos nem somente nas relações entre os grupos sociais. O antagonismo pode ser flagrado em outras análises feitas pelo autor, como, por exemplo, no equilíbrio entre as dimensões cultural e econômica, entre a cultura europeia e a africana. É o próprio autor quem afirma que:

²¹⁴ VIANNA, Hermano. Op. cit., 2001.

²¹⁵ Para um aprofundamento sobre a relação entre poder normativo e exercício prático de poder, consultar: POOLE, Deborah. “Between Threat and Guarantee: Justice and Community in the Margins of Peruvian State”. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

²¹⁶ FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006, p. 33, grifos no original.

Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, como já salientamos às primeiras páginas deste ensaio, um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura européia e a indígena. A européia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o paria. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo.²¹⁷

Cumprido sublinhar que Ricardo Benzaquen de Araújo define a interpretação freyreana da seguinte maneira:

CGS [Casa-grande & Senzala] dá a impressão de ter sido escrito justamente para acentuar a extrema *heterogeneidade* que caracterizaria a colonização portuguesa, ressaltando basicamente a *ativa* contribuição de diversos e antagônicos grupos sociais na montagem da sociedade brasileira.²¹⁸

Assim, da *mesma* maneira que as distintas influências étnicas e culturais conseguiram combinar-se *separadamente* no português, a violência e a proximidade sexual, o despotismo e a confraternização familiar parecem também ter condições de conviver lado a lado, em um amálgama tenso, mas equilibrado.²¹⁹

A noção de desequilíbrio de antagonismos ofereceu a Gilberto Freyre a possibilidade de enxergar, outrossim, a complexa participação do negro na formação da sociedade brasileira. E enxergou uma participação ativa, cabe ressaltar. Isso mostra o quanto ele valorizou as ações dos negros escravizados que vieram para o Brasil.

Ainda que o trecho seguinte mostre uma visão do autor ancorada numa ideia de cultura que guarda aspectos evolucionistas (vide a expressão “cultura negra mais adiantada”)²²⁰, é preciso sublinhar o reconhecimento explícito da participação dos escravos em nossa formação.

*Os escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil degradados apenas pela sua condição de escravos. Longe de terem sido apenas animais de tração e operários de enxada, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora.*²²¹

A partir do aparato teórico-conceitual empregado, pode-se afirmar que o autor conseguiu vislumbrar algumas das diversas nuances que faziam parte das interações entre senhores e escravos. Dessa forma, em *Casa-grande & senzala*, ora as ações de fugas dos

²¹⁷ Idem, p. 116.

²¹⁸ Idem, p. 53, grifos do autor.

²¹⁹ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, pp. 53-57, grifos no original.

²²⁰ Chamo a atenção para o fato de que a imprecisão e, às vezes, a ambiguidade são marcas que fazem parte de *Casa-grande & senzala*, conforme apontado por Ricardo B. de Araújo. Neste caso, Freyre é capaz de fazer críticas ao evolucionismo, mas, ao mesmo tempo, operar com uma ideia presente na teoria criticada por ele mesmo. Eu creio que essa é uma marca presente na obra por conta do seu estilo ensaístico que oferece tais riscos.

²²¹ FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006, p. 390, grifos meus.

escravos faziam, por exemplo, parte da abordagem do autor, ora os cativos atuavam em defesa de seus senhores nas lutas entre famílias ou cometeram assassinados a mando de seus senhores; ora os escravos foram tratados como um ente “da casa”, ora os molequinhos sofriam com a violência dos filhos dos senhores.

Realço, portanto, que a pauta de pesquisa sensível à relação senhor-escravo— assim como sua sensibilidade às relações entre os escravos e à sociedade como um todo – fez com que o sociólogo pernambucano conseguisse valorizar as ações dos sujeitos históricos e grupos sociais, incluindo nesse rol as ações dos africanos escravizados. Tal pauta reverberou na proposta de exposição do livro, uma vez que este é dividido em capítulos que se ocupam, quase simetricamente²²², em explicar a função ou contribuição de cada povo na formação do Brasil.

A proposta de estudo ancorada nas relações entre os grupos gerou um trabalho cujo resultado valorizou a miscigenação, algumas das diversas (e complexas) ações dos sujeitos históricos e, por conseguinte, as contribuições diversas dos grupos sociais formadores do Brasil. No que concerne à relação entre indivíduo e sociedade, Freyre analisou nossa formação sob o revestimento de um quadro cultural que era decididamente influenciado pelo regime de economia de tipo patriarcal²²³ cuja operacionalização realizada pelo autor visou conferir sentido às relações entre os sujeitos e os grupos que compuseram tal formação.

Em outros termos, a análise das ações dos sujeitos (e dos grupos) e suas contribuições foram realizadas contemplando um contexto cultural cujo esteio para sua formação é precisamente o sistema escravista monocultor representado pelo poder econômico e político do senhor, do patriarca. Portanto, o sociólogo desenvolveu uma análise que está ancorada na relação entre sujeitos históricos e grupos inscritos num determinado contexto²²⁴. Logo, sua perspectiva temporal é eminentemente sincrônica²²⁵ e contexto-dependente²²⁶.

²²² O livro é composto por cinco capítulos. O primeiro aborda a colonização portuguesa, no Brasil, com base em suas características gerais. O segundo analisa os indígenas na formação da família brasileira. O terceiro aborda o colonizador português, enfatizando os antecedentes e predisposições culturais desse povo. O quarto e o quinto tratam do escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro. Ver: FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006.

²²³ É importante reiterar a visão de Freyre acerca de um contexto econômico que fez parte do modelo de colonização que foi colocado em prática, no Brasil; um modelo que se assentou na escolha do empreendimento monocultor escravista controlado, na prática, sob o regime de economia patriarcal. Essa é uma característica da visão de Freyre que marca uma diferença frente à produção historiográfica das décadas de 1960/70, conforme se verá adiante.

²²⁴ Conferir em: LAPLANTINE, François. Op. Cit., pp. 77-78. Sigo a análise que esse autor realiza para Franz Boas e me aproprio dela porque considero que Freyre está na precisamente na mesma chave heurística.

²²⁵ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Op. cit., 2001, p. 33.

²²⁶ MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio; LEITE, Márcia Pereira. “Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?”. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, pp. 47-76. Os autores abordam essa chave analítica para mencionar uma proposta que pensa a coordenação das ações dos diferentes atores sociais moradores de favelas. Como essa chave é usada com base numa inspiração antropológica ligada

É preciso realçar que tão importante quanto frisar o revestimento do regime de economia patriarcal é dar destaque ao fato de o autor não imobilizar sua visão nessa perspectiva, pois o livro em apreço se esmera em mostrar o quanto as contribuições de negros e indígenas foram valiosas, em alguma medida, para a formação da identidade nacional. Desse modo, ainda que Freyre tenha concedido analiticamente ao colonizador português a liderança e o mérito de ser o agente que criou condições à colonização fncada na miscigenação²²⁷, tendo em vista o caráter cosmopolita deste povo, não se deve negar que a valorização da função dos povos africanos na sociedade brasileira é um referencial interpretativo importante no legado deixado por essa matriz de pensamento. E tal caminho só foi possível porque o autor se pautou numa perspectiva aberta a conhecer diferentes ângulos, uma perspectiva que se tornou sensível em enxergar a complexidade inscritas nas interações senhor-escravo (e nas relações entre escravos e sociedade como um todo).

1.4 Apontamentos de alguns limites presentes na perspectiva de Gilberto Freyre

O campo de observação adotado por Freyre constitui-se, fundamentalmente, na relação entre os sujeitos históricos e/ou os grupos sociais. Além disso, sua análise é operacionalizada a partir de um quadro contextual revestido por um sistema escravista e monocultor, em que predominava o regime de economia de tipo patriarcal.

A angulação construída colaborou para que conseguisse valorizar as ações dos sujeitos históricos e as perspectivas diversas inscritas nas interações entre os grupos. Em adendo, esse ponto de vista o ajudou a enxergar que as relações entre cativos e senhores foram complexas, logo, não foram triviais. Por essa linha de raciocínio, tais relações ora poderiam ser de cooperação, visando algum fim julgado por cada parte como conveniente para si, ora de oposição frontal entre as mesmas partes.

Nesse sentido, Gilberto Freyre, por posicionar seu campo de observação bem próximo aos sujeitos e às suas relações, tendo por base as orientações teóricas da Antropologia Cultural, conseguiu visualizar uma sociedade na qual as interações entre senhores e escravos foram mais evidenciadas do que se podia imaginar na época, pelo menos a princípio.²²⁸

ao contexto de vida dos moradores de favelas, eu a emprego comparativamente para pensar a proposta de Freyre.

²²⁷ Conferir em: FREYRE, Gilberto. Op. cit., pp. 276-280.

²²⁸ PALERMO, Luis Claudio. “Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior: uma análise comparativa centrada no contexto de produção e nas referências teóricas dos autores”. In: *Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UnB*, volume 13 | 2 | 2014, p. 188.

Entretanto, os pontos relevantes da obra desse intelectual não devem obscurecer os limites presentes em sua construção e interpretação. O exercício da crítica é a base para se compreender melhor o lugar dos autores e das obras presentes no campo de estudos concernente à historiografia.²²⁹ Enxergar os limites em que se operam determinadas pesquisas é se abrir para conseguir problematizar a própria “historicidade do pensamento histórico”.²³⁰

Em função do exposto, cumpre ponderar, criticamente, que a perspectiva construída em *Casa-grande & senzala* valoriza mais as aproximações entre senhor e cativos do que as dissensões entre eles. Trata-se de uma questão interpretativa,²³¹ logo, é uma visão que considera que o todo da obra apresenta uma determinada visão acerca dessa relação, ou seja, apresenta certa tônica no sentido das aproximações.

Seja por estar investido de uma postura crítica que intentava combater a visão racista primaz da produção científica/intelectual de seu contexto, seja por sua posição política conservadora²³² ou pelo “otimismo em relação ao Brasil e aos brasileiros [, que] foi uma característica essencial da sua obra”,²³³ considero que Freyre realçou, em seu livro, mais os aspectos referentes à aproximação e à integração do negro na sociedade brasileira.²³⁴ Em virtude

²²⁹ Inspiro-me em Tiago Gomes, que, em artigo publicado, faz uma análise sobre as permanências do Antigo Regime historiográfico (representado pela produção do século XIX, tão criticada pela Escola dos *Annales*) na obra do ilustre historiador Marc Bloch. Conferir em: GOMES, Tiago de Melo. “A Força da Tradição a persistência do Antigo Regime historiográfico na obra de Marc Bloch”. In: *VariaHistória*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 443-459, Jul./Dez. 2006. Outra inspiração importante é o texto de Stuart Schwartz, em que o autor faz um reconhecimento, *a posteriori*, sobre a importância de Freyre para nossa historiografia acerca da escravidão. Em decorrência, Schwartz realça elementos caros na obra do sociólogo pernambucano, não sem tecer críticas consistentes.

²³⁰ ESCOSTEGUY FILHO, J. C. Op. cit., 2015, p. 104.

²³¹ É inegável que há, em *Casa-grande & senzala*, passagens em que o autor aborda a vida dura dos cativos. Conferir, por exemplo, em: VIANNA, Hermano. Op. cit., 2001, *passim*; SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2001, *passim*. No entanto, a argumentação aqui construída se fundamenta numa interpretação da obra como um todo.

²³² Minha colocação tem o sentido crítico que remete, efetivamente, à inter-relação entre subjetividade do intelectual (seu lugar pessoal, contando com sua visão de mundo) e sua produção (o que remete ao lugar intelectual que o autor assume na produção do conhecimento). Logo, procuro “[...] Não [...] fechar os olhos para certas orientações políticas subjacentes a Casa Grande & Senzala”. Conferir em: GAHYVA, Helga. “Op. cit., 2010, p. 247. Em complemento, vale ressaltar que sigo Gahyva, na medida em que mostra o quanto a obra de Freyre sofreu críticas de caráter excessivamente ideológico pelos sociólogos da Universidade de São Paulo (USP), na década de 1960/70, especialmente em razão da polarização política no país e pelo fato de Freyre ter apoiado a instauração da ditadura militar brasileira de 1964. Gahyva assume uma postura de manter os olhos abertos à perspectiva política do autor, mas evitando o maniqueísmo exagerado. Ver em: GAHYVA, Helga. Op. cit., 2010, p. 247. Na perspectiva analítica que adoto, tal “maniqueísmo” apontado é prejudicial porque nos coloca mais no campo do não dito do que numa análise cerrada do texto. Eu considero que o autor deve ser enxergado dentro de seu quadro histórico, o que inclui suas visões de mundo. No entanto, essa visão não pode ser empecilho para uma análise bem realizada do texto, ou seja, do que foi precisamente dito por ele. A conjugação dessas duas dimensões garante uma produção de conhecimento mais abalizada.

²³³ SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2001, p. 102.

²³⁴ Ressalto que essa visão não tem relação com uma posição acerca da visão branda da escravidão. Claramente, não é esse o ponto ao qual me refiro. Minha reflexão se centra na chave analítica do autor, que é derivada de uma determinada ênfase. Esse é o ponto da discussão.

disso, o intelectual em apreço deixou de identificar e problematizar, com maior vigor e pujança, “o caráter subalterno pelo qual os africanos entravam na sociedade brasileira”.²³⁵

Esses problemas apresentados nessa obra motivaram alguns pesquisadores a considerar que a perspectiva do sociólogo pernambucano sobre a escravidão carregou, em seu âmago, a tese de que o Brasil foi formado como uma democracia racial.²³⁶ Essa é uma visão exagerada. Parece que ela dialoga mais com a posição conservadora de Freyre do que uma leitura do conteúdo de *Casa-grande & senzala*.²³⁷ Minha interpretação, neste ponto, escora-se mais numa visão cerrada dessa obra.²³⁸

O antropólogo Hermano Vianna faz uma crítica contundente aos que pregam que esse livro de Gilberto Freyre propõe e propaga o mito da democracia racial. Vianna argumenta que essa obra é complexa e deve ser vista pela chave analítica primaz do autor: o equilíbrio de antagonismos. Tal perspectiva permite ao leitor contemplar a riqueza da potencialidade da cultura brasileira. Em razão disso, Vianna procura demonstrar o quanto há, nessa obra clássica

²³⁵ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2014a, p. 188.

²³⁶ Além dos sociólogos da Universidade de São Paulo, nos anos 1950/70, seguem alguns dos outros autores que mencionam esse ponto de vista: FONTELLA, Leandro Goya. FARINATTI, Luís Augusto Ebling. “Acomodação, negação e adaptação: debate historiográfico entre Gilberto Freyre, Jacob Gorender e a historiografia do escravo real (historiografia da escravidão no Brasil)”. In: *Disc. Scientia*. Série: Ciências Humanas, S. Maria, v. 9, n. 1, 2008, p. 126; SOUZA, Maria Elena Viana. “Pluralismo Cultural e Multiculturalismo na Formação de Professores: Espaços para Discussões Étnicas de Alteridade” In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.19, pp.89-100, set. 2005; SOUZA, Maria Elena Viana. “A ideologia racial brasileira na educação escolar”. In: *Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF*. Rio de Janeiro/Niterói: Quartet/EdUFF, 2006, pp. 215-250. Sobre os sociólogos da Universidade de São Paulo, ver: GAHYVA, Helga. Op. cit., 2010, passim.

²³⁷ Hermano Vianna, em sua proposta de debelar a tese de que o livro de Freyre propôs uma visão idílica da formação do Brasil, mostra-nos, competentemente, inúmeras passagens do texto em que o autor aponta a violência, o sadismo etc. contra os negros escravizados e os indígenas. Por isso, ele sustenta (e eu concordo com ele) que *Casa-grande & senzala* deve ser visto como uma obra complexa, em que os antagonismos devem ser percebidos como uma possibilidade de compreender a complexidade de nossa formação. Ver: VIANNA, Hermano. Op. cit., 2001, passim.

²³⁸ A título de fundamentação de minha posição teórico-metodológica, vale lembrar, aqui, o debate que o historiador americano Dominick LaCapra faz com o historiador italiano Carlo Ginzburg e que toca aspectos valorosos para a metodologia e teoria e História. O italiano, segundo LaCapra, tem uma forma de compreensão da história cuja base se finca numa interpretação que extrapola o realismo documental. O historiador americano, por sua vez, propõe uma leitura das fontes que é excessivamente textualista. Ora, a leitura meramente textualista faz o pesquisador perder um conjunto de sentidos que revestem, que circundam o que está dado claramente. E essa perda interpretativa pode ser enorme. Por isso, Le Goff, segundo Ana Maria Mauad e Paulo Cavalcante, já havia nos ensinado que a perspectiva documento-monumento deve valorizar o que não é falado explicitamente pelo documento. Tal movimento analítico abre uma perspectiva deveras produtiva, levando o pesquisador a ter uma leitura não ingênua das fontes. Por outro lado, é preciso ponderamos também que negar o valor do texto ou sempre considerá-lo a partir do que está fora dele é uma operação com riscos envolvidos. Por isso, o próprio Le Goff, segundo Mauad e Cavalcante, incentivou-nos a analisar as fontes históricas contemplando essa dupla acepção: a de documento – preocupando-se com o que claramente ele expõe – e a de monumento – preocupando-se com a necessidade de uma leitura ao arripio (contrária ou além) do que a fonte expõe, o que demanda uma leitura dos documentos a partir de uma série (vários documentos) e das condições contextuais em que estão inseridos. Conferir em: LACAPRA, Dominick. “O queijo e os vermes: o cosmo de um historiador do século XX”. In: *TOPOI* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 293-312, jan./jun. 2015 | www.revistatopoi.org; MAUAD, Ana Maria. CAVALCANTE, Paulo. Op. cit., 2013a, passim.

de Freyre, passagens que ora mostram o caráter violento – e até infernal – acerca da vida do negro escravizado na Colônia e Império, ora assinalam processos de integração e confraternização entre os sujeitos e/ou grupos.²³⁹

Os argumentos de Vianna são deveras pertinentes. Primeiro porque o livro do sociólogo pernambucano não deve ser visto como um texto cuja tese prega que o Brasil se formou como uma democracia racial. Aliás, o próprio Freyre não aborda isso de forma direta e explícita. Logo, essa é uma dedução feita a partir da leitura da principal obra desse sociólogo. Segundo porque, decerto, *Casa-grande & senzala* não aborda somente a aproximação entre senhor e escravos, mas também enfatiza as dissensões. E faz isso claramente em várias passagens.

Não obstante os pertinentes argumentos de Vianna, ratifico minha interpretação. Dessa forma, entendo que, apesar de o texto em causa não propor a tese de que o Brasil foi formado como uma democracia racial, a aproximação entre senhor e escravos compõe, efetivamente, a ênfase principal da obra de Freyre.

Acrescento, em superposição argumentativa, que tal construção analítica fez com que o eminente autor pernambucano não problematizasse, de forma mais categórica, o lugar subalterno ocupado pelo negro, no Brasil Colônia e Império. Nesse sentido, tendo a me aproximar um pouco da ideia de Schwartz, notadamente quando este identifica que há, em *Casa-grande & senzala*, uma perspectiva otimista acerca da formação do Brasil. Não obstante, em vez de reiterar a ideia de otimismo, consoante com Schwartz, prefiro caracterizar essa grande obra de outra forma. Minha posição encontra-se no apontamento da não problematização – de forma robusta – acerca do lugar subalterno ocupado pelo negro em nossa formação.

Ao afirmar isso, sustento minha posição acreditando que, entre as duas posições evidenciadas acima – a que prega que o livro propõe a tese da democracia racial e a que nega tal visão –, há gradações que nos permitem achar um lugar crítico. E a perspectiva adotada aqui, nesta tese, visou tanto apontar os limites da obra de Freyre quanto valorizar as possibilidades construtivas de sua perspectiva para nossas historiografia e história intelectual. Por isso, o exercício da crítica se torna primordial.

É importante fundamentar, em adendo, que uma leitura capaz de situar o texto de Freyre em sua historicidade pode nos fazer compreender o porquê de o autor centrar sua tese mais nas aproximações entre os grupos e sujeitos do que no distanciamento. De acordo com o que foi postulado acima, a ênfase na aproximação entre senhor e escravo reverbera, muito

²³⁹ Cf. VIANNA, Hermano. Op. cit., 2001, passim. Conferir também em: SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2001, p. 115.

provavelmente, uma preocupação do autor em discutir com a tradição intelectual de seu tempo, tradição racista, cabe notar.

O problema, do ponto de vista que adoto, é que o “acento tônico” do autor na miscigenação acabou elidindo espaço sem que as críticas poderiam sobrelevar o lugar subalterno do negro, na formação do Brasil. Portanto, é evidente que ele se esmerou em analisar criticamente os problemas sociais atinentes aos africanos escravizados, no período Colonial e Imperial de nossa história. Mas, advirto que, numa obra tão ampla como *Casa-grande & senzala*, a tese da miscigenação como algo positivo não deveria dar tanta opacidade à possibilidade de se problematizar – com maior destaque do que foi realizado²⁴⁰ – aspectos concernentes ao lugar subalterno do africano escravizado, lugar esse que claramente estava presente nas relações sociais manifestadas nas fontes em que o autor pesquisou.

Concluo essa discussão trazendo à tona outras explicações que justificam a parca problematização acerca do lugar subalterno dos negros escravizados, nessa obra de Freyre. É preciso salientar que tais explicações configuram-se também em críticas adicionais que se posicionam em torno das interpretações do autor e de sua exposição analítica.

Portanto, outra explicação para a não problematização contundente acerca do lugar subalterno do negro, na formação do Brasil, é que Freyre posicionou seu olhar, demasiadamente, nas relações estabelecidas na casa-grande. A consequência da adoção desse campo de observação é que o autor não conseguiu enxergar que a casa-grande era o lugar em que os escravos tinham uma vida predominantemente menos dura e árdua, em comparação aos que eram designados para o trabalho no eito.²⁴¹

Outra explicação que se pode considerar como superposta ao olhar centrado mais na casa-grande remete à miscibilidade do povo português. Segundo o sociólogo pernambucano, a miscibilidade trazida para o Brasil teria sido a base da formação da nossa sociedade, no tocante à relação entre os portugueses e outros povos. A miscibilidade, nessa perspectiva, estaria relacionada aos antecedentes históricos do português, pois esse povo, em razão de ter tido uma formação mais cosmopolita, teria desenvolvido certas predisposições para lidar com a

²⁴⁰ Há partes do livro nas quais Freyre problematiza o preconceito, mostrando como a situação social foi desfavorável para o negro. Cito como exemplo que o autor apresenta, numa passagem, as vantagens e desvantagens dos filhos dos mestiços. Dessa forma, mostra que “[...] não faltam desvantagens: os preconceitos inevitáveis contra esses mestiços. Preconceitos contra a cor da parte de uns; contra a origem escrava, da parte de outros”. Conferir em: FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006, p. 537. Negligenciar essa evidência (e outras) é assumir uma posição errônea frente à obra; uma postura centrada apenas em elementos coligidos fora do texto. Feita essa concessão, informo que meu argumento, portanto, não é que Freyre construiu uma visão idílica sobre a formação do Brasil, mas que sua tese contempla menor destaque aos temas relacionados ao preconceito racial e ao racismo.

²⁴¹ Sigo, neste caso, o argumento desenvolvido por: SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2001, p. 110.

heterogeneidade étnica e cultural, o que não teria ocorrido com outros colonizadores europeus, como, por exemplo, o colonizador inglês.

Portanto, as influências de outros povos e culturas – com as quais o povo português teve contato – favoreceram o amaciamento do espírito lusitano, qualificando-o, segundo Freyre, para lidar melhor com os antagonismos. Assim, por valorizar demasiadamente o que chamou de miscibilidade portuguesa,²⁴² o referido autor não identificou e problematizou contundentemente o preconceito na sociedade brasileira. Nesse sentido, “[...] É por constatar que os portugueses se sentiram sexualmente atraídos por índias, negras e mulatas que Freyre deduz, equivocadamente, a ausência de preconceito racial entre estes colonizadores”.²⁴³

²⁴² FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006, pp. 293-296.

²⁴³ VAINFAS, Ronaldo. Op. cit., 1999, p. 8.

2 A CLÁSSICA INTERPRETAÇÃO MARXISTA PRESENTE NAS OBRAS DE INTEGRANTES DA ESCOLA PAULISTA DE SOCIOLOGIA

A ruptura com a linha teórico-metodológica e interpretativa realizada por Gilberto Freyre ganhou força, paulatinamente, desde os anos 1950. Mas foi entre as décadas de 1960 e 70 que uma determinada produção intelectual e acadêmica passou, efetivamente, a publicar uma perspectiva acerca da escravidão ocorrida no Brasil que era bastante diversa da que fora pensada pelo sociólogo pernambucano.²⁴⁴ Trata-se da produção realizada por sociólogos da Universidade de São Paulo – USP.²⁴⁵

Liderados por Florestan Fernandes, esses pesquisadores compuseram trabalhos que, por sua orientação teórico-metodológica e pelas interpretações que defendiam acerca do papel do escravo, são considerados pertencentes a uma linha historiográfica que foi chamada de Escola Paulista de Sociologia.²⁴⁶ Essa linha ou matriz historiográfica, situada nos anos 1950/70, foi

²⁴⁴ Cumpre um esclarecimento que é importante para a coerência do argumento em relação à historiografia deste período. É muito comum os pesquisadores acionarem que houve uma historiografia da escravidão que, em sentido geral, prevaleceu nos anos 1960/70. O leitor verá que, em diversas partes, prefiro, seguindo, de alguma forma, Mamigonian, o uso que faz menção ao período 1950-70. As razões estão explicitadas neste parágrafo, pois uma parcela dos trabalhos publicados em 1960 foram fruto de pesquisas cujas sementes foram lançadas ainda nos anos 1950. Um exemplo é o livro de Octavio Ianni, que será analisado mais à frente, cuja data de lançamento é 1962. Ver: IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: Editora Difusão Européia do Livro, 1962. Cf. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Op. cit., 2004, p. 35. A autora mostra o quanto as pesquisas sobre os afro-brasileiros cresceram na década de 1950, em franca contestação aos trabalhos de Gilberto Freyre.

²⁴⁵ Suely Robles de Queiróz mostra o quanto os pesquisadores ligados a esse campo de estudo foram importantes na produção intelectual brasileira na segunda metade do século XX. Isso justifica a eleição desse corte ocorrido após os anos 1950/60, com pesquisadores paulistas enxergando a escravidão de forma original. Queiróz elenca alguns representantes: Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Emília Viotti da Costa e Fernando Henrique Cardoso. A autora intitula a mudança derivada dessa nova interpretação de revisionismo. Ademais, cumpre ressaltar que ela chama a atenção para a ampliação do que chama de historiografia revisionista. Sendo assim, oferece destaque também a Clóvis Moura e seu livro *Rebeliões da senzala*. Portanto, cita como exemplo, neste período, pelo menos duas linhas: a dos sociólogos ligados à Universidade de São Paulo e Clóvis Moura, que é um dos pioneiros nos estudos sobre a rebeldia escrava. Conferir em: QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. “Escravidão negra em debate”. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 103-117. Para o que foi afirmado, ver especialmente o intervalo de páginas entre a 105 e a 108.

²⁴⁶ A expressão Escola Paulista de Sociologia não é tão frequentemente usada por pesquisadores em seus artigos acadêmicos ou livros. Há, inclusive, os que preferem se referir não a essa Escola especificamente, mas indicar um panorama mais geral referente à produção acadêmica do período pós 1960/70. Tendo em vista que meu recorte se circunscreve a dois autores que faziam parte dessa Escola, eu prefiro usar tal expressão porque considero que ela confere, em alguma medida, uma referência teórico-metodológica comum a alguns dos pesquisadores citados a seguir e me permite abarcar, cognitivamente, uma matriz intelectual de peso num determinado período. Tal formulação se constitui numa estratégia que permite construir uma lógica de apreensão viável para uma análise dentro da história da historiografia a respeito do tema em pauta nesta tese. Logo, trata-se, evidentemente, de uma generalização que visa, nesta tese, estabelecer uma linha, uma grade de inteligibilidade cujo intento é conferir sentido à produção historiográfica relevante dos anos 1930 (com G. Freyre) até os anos 1970 (com a Escola Paulista de Sociologia). É pertinente acrescentar um autor que usa a expressão Escola Paulista de Sociologia. Trata-se de Robert Slenes. Ele também usa tal expressão, referindo-se ao nome como um apelido conferido frequentemente aos pesquisadores mencionados acima. Ver em:

liderada por Florestan Fernandes e composta de pesquisadores do porte de Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Emília Viotti da Costa.²⁴⁷

A posição dos sociólogos ligados à USP denotava preocupações flagrantemente diferentes das que haviam sido formuladas por Gilberto Freyre. As divergências políticas, ideológicas, teóricas e interpretativas giravam em torno de questões importantes, como, por exemplo, a relação senhor e escravo, o papel do negro e da cultura negra na formação do Brasil, o papel do capitalismo mercantil internacional na escravidão brasileira, entre outras.

Diante dessas colocações, é ilustrativo expor que este segundo capítulo visa colocar em evidência o lugar intelectual da referida matriz historiográfica no campo de estudos atinente ao tema em apreço. Intenta-se, com isso, discutir três pontos cruciais para esse campo de estudo: (i) apresentar a importância intelectual da obra Caio Prado Júnior e do paradigma marxista para os pesquisadores da Escola Paulista de Sociologia; (ii) destacar a perspectiva estrutural como uma chave heurística fundamental para esses pesquisadores pensarem a escravidão e a relação senhor-escravo por outra angulação; (iii) apontar alguns limites presentes nessa matriz clássica de nossa historiografia.

2.1 A importância de Caio Prado Júnior e do paradigma marxista

Na década seguinte ao lançamento do livro *Casa-grande & senzala*, Caio Prado Júnior publicou – mais precisamente em 1942 – *Formação do Brasil Contemporâneo*²⁴⁸. Trata-se de uma obra que marcou o ponto mais culminante da produção desse historiador paulista²⁴⁹ e, por isso, pode ser considerado “um dos livros mais influentes da historiografia brasileira do século XX”.²⁵⁰ Dessa forma, “[a] obra teve grande impacto em diversas áreas das ciências humanas na

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste, Século XIX). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 30.

²⁴⁷ Segundo Escosteguy Filho, a pesquisadora Emília Viotti da Costa apresenta, no que toca ao emprego da teoria marxista, trabalho diferente do que foi realizado pelos integrantes da Escola Paulista de Sociologia. Por isso, não foi empregado seu uso nos debates realizados aqui. Conferir em: ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Op. cit., 2015, p. 110.

²⁴⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 15ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977. Joaquim Falcão destaca também a importância do ano de 1933, pois, nesse ano, ocorreu o lançamento de dois grandes livros: *Casa-grande & senzala* e *Evolução Política do Brasil*. Segundo Falcão, este livro de Caio Prado Júnior correspondeu à “primeira grande interpretação marxista sobre a formação social do Brasil”. Conferir em: FALCÃO, Joaquim. “A luta pelo trono: Gilberto Freyre versus USP”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O imperador das Idéias*. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2001, p. 131-167. Ver especificamente o trecho na página 133.

²⁴⁹ LAPA, José Roberto do Amaral. “Caio Prado Júnior – Formação do Brasil Contemporâneo”. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. 3ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 257-272. O trecho em destaque pode ser encontrado na página 259.

²⁵⁰ IUMATTI, Paulo Teixeira. *Caio Prado Jr*. Uma trajetória intelectual. São Paulo: Brasiliense, 2007, pp. 9-124. O trecho em destaque pode ser encontrado na página 24.

recém-criada estrutura de ensino e pesquisa universitários, confrontada, constantemente, com a bibliografia internacional por gerações de estudiosos das décadas de 1940 a 80”.²⁵¹

O livro do historiador paulista em apreço pode ser reputado como um trabalho relevante de nossa modernidade historiográfica, uma vez que, segundo Iumatti, estava em consonância com alguns dos princípios teóricos utilizados nos grandes centros de pesquisa daquele momento. Em virtude disso, esse trabalho clássico “se encontrava solidamente enraizado nos debates teóricos e historiográficos do século XX, no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa, e incorporava, nem sempre de forma completa, questionamentos vindos das mais diversas áreas do conhecimento”.²⁵²

Formação do Brasil Contemporâneo apresentou referências de pesquisa e uma tese que se afastaram profundamente do que foi defendido pelo sociólogo pernambucano cuja obra foi discutida no capítulo anterior, tanto no tocante à referência teórica quanto no que concerne a aspectos ligados à interpretação sobre a formação do Brasil. Assim,

[...] Sua perspectiva e suas conclusões são diferentes [das de Gilberto Freyre] porque o historiador paulista apresentou a formação do Brasil como consequência da dinâmica da expansão do capitalismo mercantil do mundo Moderno originário na Europa, que foi incorporando áreas de exploração, como o Brasil, por exemplo.²⁵³

A posição teórica do historiador paulista lhe permitiu enxergar os problemas decorrentes da formação do Brasil ou da exploração do país pelas perspectivas macroestrutural e econômica. Essa perspectiva fez com que ele marcasse uma posição intelectual singular na primeira metade do século XX, ao expor alguns dos mais graves problemas decorrentes da formação do nosso país. Sua posição teórica chamava a atenção para o caráter dependente do Brasil na dinâmica do crescente capitalismo global. Nessa linha de raciocínio, a formação do Brasil é caudatária de sua entrada no circuito mercantil de exploração e obtenção de lucro por parte dos portugueses.

O livro em questão é considerado, destarte, um ponto de referência na historiografia brasileira, na medida em que incorpora uma posição marxista muito singular para o período.²⁵⁴ Abriu caminho que exerceu influência na posterior produção da Escola Paulista de Sociologia,²⁵⁵ pois havia, na produção intelectual dos integrantes dessa Escola, algumas preocupações intelectuais que se inspiravam no campo de observação adotado por Prado Júnior,

²⁵¹ Idem, p. 24.

²⁵² IUMATTI, Paulo Teixeira. Op. cit., 2007, p. 18.

²⁵³ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2014a, p. 170.

²⁵⁴ Conferir em: LAPA, José Roberto do Amaral. “Op. cit., 2001, passim; VAINFAS, Ronaldo. Op. cit., 1999, p. 6.

²⁵⁵ VAINFAS, Ronaldo. Op. cit., 1999, p. 9.

como, por exemplo, a origem do nosso subdesenvolvimento, bem como a relação entre escravidão e o sistema colonial.²⁵⁶

A respeito da posição de *Formação do Brasil Contemporâneo* para a historiografia brasileira, José Lapa sustenta que esse livro “parece superar as obras dos demais autores que também se utilizaram do marxismo para tentar decifrar a realidade brasileira, sempre com o objetivo de mudá-la”.²⁵⁷ Conferindo maior amplitude à influência desse livro na nossa historiografia, Iumatti sustenta que

[...] em um contexto de estruturação da vida acadêmica, ascensão da pesquisa sociológica marxista e aparecimento de grandes interpretações sobre as possibilidades e os limites que se apresentavam à libertação econômica e social do país, aquela obra [Formação do Brasil Contemporâneo], pela forma como abordou esses temas, foi uma das principais e por vezes a principal referência a partir da qual intelectuais como Celso Furtado, Manuel Correia de Andrade, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Fernando Novais forjaram novas interpretações sobre as causas de nosso subdesenvolvimento, a natureza e o significado da escravidão e do sistema colonial, as desigualdades regionais e seu acirramento e as chances de superação da posição subalterna do país no sistema capitalista internacional.²⁵⁸

A partir da leitura de Paulo Iumatti e José Lapa, pode-se propor que a importância de Prado Júnior, sobretudo no livro em alusão, deve ser situada, dentre outros fatores, na consistente fundamentação teórica do autor, assim como em sua profunda dedicação à pesquisa documental e bibliográfica. Vale grifar também que o historiador paulista se esmerava em fazer uso “largamente de fontes primárias, bem como da literatura de cronistas, tratadistas e viajantes que escreveram sobre a colônia”.²⁵⁹ Além disso, é preciso realçar sua “‘vocação para o concreto’, isto é, [Prado Júnior] articulava categorias abstratas com descrições detalhadas sobre as condições sociais concretas de organização do Brasil”²⁶⁰.

Outro elemento de valor na pesquisa do historiador paulista, segundo José Lapa, é a capacidade de incorporação dos conhecimentos adquiridos em outros campos. Isso denota a abertura ao conhecimento interdisciplinar presente no espírito do pesquisador em apreço. Tais características, decerto, reverberaram em sua obra. Nesse sentido, ele dialogou com áreas como a Geografia, a Antropologia, a Sociologia, a Geopolítica e a Etnologia.²⁶¹

²⁵⁶ Conferir em: IUMATTI, Paulo Teixeira. Op. cit., 2007, pp. 25-26.

²⁵⁷ LAPA, José Roberto do Amaral. Op. cit., 2001, p. 259.

²⁵⁸ IUMATTI, Paulo Teixeira. Op. cit., 2007, pp. 25-26.

²⁵⁹ LAPA, José Roberto do Amaral. Op. cit., 2001, p. 260.

²⁶⁰ RÊGO, Rubem Murilo Leão. “Caio Prado Jr.: sentimento do Brasil”. In: *Revista USP* (38), São Paulo, p. 78-87, jun.-ago. 1998. Trecho situado na página 80, com aspas no original.

²⁶¹ Conferir em: IUMATTI, Paulo Teixeira. Op. cit., 2007, pp. 31-47; LAPA, José Roberto do Amaral. Op. cit., 2001, p. 259.

Uma vez apresentadas as qualidades do pesquisador, cumpre chamar a atenção para dois dos resultados mais relevantes da obra de Prado Júnior, da qual *Formação do Brasil Contemporâneo* pode ser estimada como crucial.

O primeiro está na identificação e problematização da marca deixada pela experiência colonial brasileira. Tal experiência foi determinante para reproduzir um ciclo de dominação externa e de controle de nossas riquezas e economia. Esse ciclo gerou, conseqüentemente, um processo que revela uma constante exclusão social que está grassada em nosso território. Portanto, na formatação desse modelo colonial, o Brasil funcionou como um grande empreendimento cuja estrutura baseou-se na escravidão africana e na exploração tanto de seus recursos naturais quanto de sua população. Tudo isso foi usado, notadamente, em benefício da metrópole portuguesa.²⁶²

O segundo ponto guarda nexos umbilicais com a experiência de nosso desenvolvimento econômico e modernização. Ainda que se leve em conta o contexto de renovação e diversificação de forças produtivas, a partir de Prado Júnior é possível problematizar que a experiência modernizadora brasileira acabou guardando em seu bojo a reiteração de “traços coloniais”. Seguindo essa linha de raciocínio, o país não foi capaz de romper com o predomínio da influência do capital externo e não conseguiu produzir um mercado consumidor expandido e forte, mesmo em períodos em que sua economia conseguia certo nível de desenvolvimento e se modernizava.²⁶³

Portanto, construída a partir da dialética marxista e tendo como fundamento a história econômica [...], o livro de Prado Júnior propõe uma interpretação da História do Brasil que mostra o quanto a exploração do viés econômico feito predominantemente de fora para dentro produziu uma sociedade excludente, sem operar processos de ruptura significativos com as formas de dominação sociais e econômicas básicas.²⁶⁴

Nesse sentido, “percorrendo a reflexão caiopradiana, pode-se observar que uma das principais características de nosso percurso econômico, político e social se configurou como uma ‘instituição de permanências’”.²⁶⁵Essa instituição de permanências, à qual se refere Rubem Rêgo, remete a não ruptura – por completo – das velhas marcas coloniais brasileiras, marcas essas de um país que se formou a partir de um quadro global de desenvolvimento gradual de uma economia capitalista cujo interesse era a exploração de áreas além-mar.

A não ruptura total com as amarras coloniais brasileiras levou Rubem Rêgo a usar, analiticamente, a tese de Prado Júnior com o fito de chamar a atenção para um processo de

²⁶² SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2001, p. 103.

²⁶³ RÊGO, Rubem Murilo Leão. Op. cit., 1998, p. 84.

²⁶⁴ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2014a, p. 179.

²⁶⁵ RÊGO, Rubem Murilo Leão. Op. cit., 1998, p. 83, com aspas do autor.

“modernização conservadora”²⁶⁶ experimentado pelo país, na primeira metade do século XX. Segundo Rubem Rêgo, “o que o autor [Prado Júnior] ressalta é que as novas formas de organização econômica, de relações sociais entre as classes e de práticas do exercício do poder pagaram, e continuam pagando, seu tributo ao passado [colonial]”.²⁶⁷

Pode-se observar que o quadro teórico que serve de base para Prado Júnior, notadamente em *Formação do Brasil Contemporâneo*, escora-se na valorização de “uma visão de conjunto da história e sociedade brasileira”.²⁶⁸ Essa visão concernente à formação estrutural do Brasil tinha o objetivo de relacionar os problemas do país à herança colonial que, em larga medida, não havia sido superada em seu tempo.

Não se deve negligenciar que esse quadro teórico guarda uma conexão com a posição política do historiador paulista, na medida em que esse pesquisador nutria preocupações concernentes à ampliação da cidadania no seu tempo.²⁶⁹ Tais preocupações ensejaram, em seu espírito crítico, uma visão de conjunto da formação do Brasil. Por isso, esse intelectual buscava explicações estruturais que pudessem dar conta da visão crítica que ele tinha acerca de seu tempo. Assim, é pertinente sublinhar que a “dimensão que mais impressiona na análise caiopradiana é a presença de uma espécie de sentimento [desse intelectual acerca] dos problemas nucleares da experiência brasileira”.²⁷⁰ Em outros termos, o trabalho clássico do historiador paulista

[...] Valia-se, na empreitada destinada a deslindar a especificidade da colonização do Brasil e seu significado para o presente, tanto da leitura minuciosa das fontes quanto de um enfoque sintético, estrutural e comparativo, alimentado pelo marxismo, pela sociologia e pela leitura de livros de história e geografia de outros países. Presente, na maior parte do tempo, de forma implícita e mais sofisticada em *Formação do Brasil contemporâneo*, a comparação – vista como parte do método dialético e usada em uma avaliação que se propunha crítica de esquemas teóricos históricos eurocêntricos e sua aplicação à história brasileira – já havia sido empregada em *Evolução política do Brasil* e exercitada no contato com professores franceses da USP entre 1934 e 1935.²⁷¹

Conforme discutido, o conjunto da obra de Prado Júnior fornece, portanto, base para se compreender a formação do Brasil, assim como se pensar a situação atual do país, sobretudo no que se refere a questões atinentes ao modelo de desenvolvimento brasileiro. Questões como a transição agrária para a modernidade capitalista, o significado histórico e atual da propriedade fundiária, bem como “o recorrente caráter socialmente não integrador e excludente da maioria

²⁶⁶ Idem, p. 86, com aspas do autor.

²⁶⁷ Idem, p. 86.

²⁶⁸ Idem, p. 80.

²⁶⁹ IUMATTI, Paulo Teixeira. Op. cit., 2007, p. 116.

²⁷⁰ RÊGO, Rubem Murilo Leão. Op. cit., 1998, p. 80.

²⁷¹ IUMATTI, Paulo Teixeira. Op. cit., 2007, p. 42, com grifos do autor.

da população brasileira em relação aos padrões modernos de convivência substantivamente democrática e cidadã”²⁷², podem ser consideradas, em conjunto, como questões fundadoras da historiografia brasileira e que ainda exercem influência nos questionamentos de pesquisadores e intelectuais.

Diante do repertório oferecido nas abordagens, nas perspectivas teóricas e nas interpretações que faziam parte da produção intelectual brasileira da primeira metade do século XX, a postura assumida pela Escola Paulista de Sociologia foi a de aproximação da matriz de Prado Júnior, em franco afastamento em relação à linha do sociólogo pernambucano abordado no primeiro capítulo desta tese.

Segundo Joaquim Falcão,²⁷³ Gilberto Freyre foi condenado ao esquecimento pela Universidade de São Paulo (USP) e, conseqüentemente, pelos integrantes da Escola Paulista de Sociologia. Um trecho do texto de Falcão explica seu ponto de vista acerca da contenda entre Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, mostrando como ela foi conduzida pelos pesquisadores da Escola Paulista de Sociologia.

A USP negava a Gilberto [Freyre], às vezes com excessiva veemência, o título de Imperador. Os argumentos eram múltiplos. Florestan [Fernandes], por exemplo, depois de ter reconhecido o compromisso empírico de Gilberto [Freyre], o desqualifica. Numa comparação claramente competitiva com Caio Prado Jr., diz: ‘Não se trata de história metafísica, de uma tentativa de explorar a intuição. Ele (Caio Prado Jr.) não repete Gilberto Freyre, que também forra seus trabalhos de documentação empírica. Mas essa documentação pode ser posta em questão, em qualquer momento, sob critérios de pesquisas mais exigentes. Eu mesmo fui levado a pôr em questão a documentação de Gilberto Freyre, a cada assunto que estudei na trajetória de meu trabalho intelectual. Já isso é impossível com Caio’. Gilberto seria falsamente empírico.²⁷⁴

Por fim, é importante grifar que a referência da obra de Prado Júnior contribuiu para que os pesquisadores da Escola Paulista pensassem a escravidão como um sustentáculo fundamental no processo de acumulação do capital. Cabe lembrar que, para se compreender esse processo, foi produzida uma visão alicerçada na ideia de sistema escravista diretamente ligado ao capitalismo comercial global, que objetivava, substancialmente, o lucro.

Nessa perspectiva, o sistema escravista cumpria uma função primordialmente exploratória, tanto das riquezas brasileiras quanto da mão de obra cativa. E fazia isso com vistas à acumulação de capital. Portanto, para a obtenção máxima do lucro, tornou-se essencial o controle, a repressão e a coerção da mão de obra. É isso que será visto a seguir, ou seja, como

²⁷² RÊGO, Rubem Murilo Leão. Op. cit., 1998, pp. 80-81.

²⁷³ FALCÃO, Joaquim. Op. cit., 2001. p. 131-167.

²⁷⁴ Idem, p. 150, com grifos do autor.

a perspectiva estrutural influenciou a implantação e reprodução do escravismo, impactando fortemente na relação senhor-escravo.

2.2 A dialética marxista e o conceito de totalidade como cruciais para se interpretar a escravidão ocorrida no Brasil

Casa-grande & senzala teve grande impacto no período de seu lançamento, nos anos 1930, junto com outras grandes obras, como por exemplo: *Evolução política do Brasil*, publicada em 1933, de Caio Prado Júnior, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, lançada em 1936. Esses clássicos floresceram num contexto em que a modernização do país trazia novas perspectivas social, política, cultural e intelectual. Sobre esse contexto de efervescência intelectual, Falcão discorre da seguinte forma:

Desde a década de [19]20, surgiam novas faculdades, novos institutos, e novos profissionais: os sociólogos, os antropólogos, os cientistas sociais enfim. A missão não era somente formar profissionais, era também possibilitar uma explicação sobre a formação social do Brasil, que fosse objetiva e científica. E não apenas metafísica e subjetiva como antes fizeram sobretudo as faculdades de direito e seus bacharéis²⁷⁵

É nesse cenário de grande efervescência intelectual que surge, em 1934, a Universidade de São Paulo (USP). Nesse período de “incremento do ensino universitário”,²⁷⁶ as pesquisas acadêmicas traziam consigo a necessidade de adequações aos padrões científicos. Alguns intelectuais “rechaçava[m] a obra inaugural de Freyre”,²⁷⁷ em função de um alegado subjetivismo presente em sua construção de pesquisa. Pode-se lembrar ainda o estilo ensaístico de Freyre, bem como sua prosa e estilo narrativo singulares. Todos os fatores concorrendo para críticas acadêmicas sobre o trabalho inaugural desse sociólogo.

No caso da Universidade de São Paulo (USP), Falcão procura mostrar o quanto o livro de Freyre foi ignorado em cursos acadêmicos; ignorado especialmente por parcela da “comunidade dos jovens e criativos novos cientistas sociais brasileiros”.²⁷⁸ Carlos Guilherme Mota reconhece as “rejeições esporádicas” ao livro do sociólogo pernambucano, mas compreende a questão por outro ângulo. Segundo ele, “[...] Ao examinarmos a recepção de G.

²⁷⁵ FALCÃO, Joaquim. Op. cit., 2001. p. 134.

²⁷⁶ GAHYVA, Helga. Op. cit., 2010, p. 247.

²⁷⁷ Conferir em: GAHYVA, Helga. Op. cit., 2010, p. 247. Gahyva visa mostrar o quanto *Casa-grande & senzala* foi criticado, sobretudo nas universidades, por seu caráter pouco acadêmico. Por outro lado, neste mesmo artigo, mostra o quanto a obra de Freyre também foi bem aceita por outros intelectuais.

²⁷⁸ FALCÃO, Joaquim. Op. cit., 2001. p. 150.

F. [Gilberto Freyre] pela universidade é necessário constatar que [...] de modo geral sua obra foi sendo bem recebida durante longo tempo pelos universitários, pelo menos até 1964”.²⁷⁹ Mota vai além e afirma que “[...] Por certo foi melhor acolhida que a do marxista paulistano Caio Prado Júnior, que embora houvesse ajudado na criação da própria USP [...], não foi convidado para nela ser professor”.²⁸⁰

A ponderação de Mota, decerto, não encontra eco na posição de Falcão sobre a aceitação de Freyre na Universidade de São Paulo, conforme delineado a seguir:

[...] a maioria de cientistas sociais brasileiros da nova geração quando não desqualificava Gilberto [Freyre] como ideólogo do pensamento conservador, filho da República Velha, como escreveu Carlos Guilherme Mota, um dos mais brilhantes influentes ex-alunos de Florestan [Fernandes], retirava-o dos cursos, e o isolava em Apipucos.²⁸¹

É pertinente acrescentar que os anos após 1964 marcaram, nas universidades brasileiras, um período de forte combate às ideias de Freyre. O debate em torno da formação do nosso país ganhou contornos de uma clivagem intelectual. Desse modo,

[...] a atmosfera de polarização ideológica possibilitava nova e oposta interpretação para aquela obra que outrora seduzia os jovens progressistas: desta feita, representativos intelectuais vinculados à esquerda – e, portanto, ao combate à ditadura militar – reduziram Casa Grande & Senzala à “expressão de um estamento dominante”, produto de uma “visão senhorial do mundo”.²⁸²

Suely de Queiróz sustenta que as ideias do sociólogo pernambucano permaneceram sem grandes contestações imediatas. Contudo, depois dos anos 1950 a situação, gradualmente, mudou. A autora elenca alguns fatores responsáveis por essa mudança em relação ao pensamento de Gilberto Freyre: no plano global, podem ser destacados tanto a derrota do nazismo quanto a intensificação da luta do negro estadunidense por igualdade racial e por direitos civis. No plano nacional, podem ser sublinhadas tanto a conscientização das condições periféricas do Brasil quanto o crescimento, no período, da visibilidade das injustiças sociais.²⁸³

O primordial em todo esse panorama intelectual em debate é chamar a atenção para o fato de que, diante desse cenário de mudanças no plano global e brasileiro,

[...] um grupo de autores influenciados por Prado [Caio Prado Júnior] ou com preocupações semelhantes – freqüentemente apelidado “a Escola Paulista de

²⁷⁹ MOTA, Carlos Guilherme. “A universidade brasileira e o pensamento de Gilberto Freyre”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O imperador das Idéias*. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2001, pp. 168-182. Ver especialmente a página 177.

²⁸⁰ Idem, p. 177.

²⁸¹ FALCÃO, Joaquim. Op. cit., 2001. p. 151.

²⁸² Conferir em: GAHYVA, Helga. Op. cit., 2010, p. 247. As aspas da autora visam informar os trechos que pertencem a Carlos Guilherme Mota.

²⁸³ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Op. cit., 1998, pp. 105-106.

Sociologia” – procurou aprofundar sua análise do escravismo, enfatizando como ele [Caio Prado Júnior] a marginalização dos homens livres pobres e a vitimização do escravo por um sistema econômico nefasto”.²⁸⁴

Por essa trilha analítica, é pertinente acrescentar que,

[...] Diante do embate de abordagens da primeira metade do século XX, protagonizado por Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior [...], a postura assumida pela Escola Paulista de Sociologia foi a de aproximação da matriz de Prado Júnior, em franco afastamento em relação à linha freyreana [...]. Assim, o livro de Caio Prado Júnior intitulado *A formação do Brasil contemporâneo* (1942) pode ser considerado uma das contribuições importantes para a emergência dessa nova tendência da historiografia sobre a escravidão brasileira capitaneada por Florestan Fernandes.²⁸⁵

O que pretendo evidenciar é que, a partir da influência da obra de Prado Júnior e outros eminentes autores marxistas chamados de deterministas,²⁸⁶ os pesquisadores da Escola Paulista passaram a pensar a escravidão como base primordial no processo de acumulação do capital. Adotaram, dessa forma, uma angulação posicionada na ideia de sistema escravista diretamente esposado com o capitalismo comercial global.

Portanto, uma das características marcantes nas pesquisas que se fizeram presentes nos autores dessa Escola foi, de acordo com a abordagem do historiador Robert Slenes, o aprofundamento na análise do escravismo, enfatizando, notadamente na marginalização dos homens livres pobres e na vitimização do escravo, ocasionadas por um sistema econômico perverso.²⁸⁷

Sobre os pesquisadores que compuseram a mencionada Escola, a autora Suely de Queiroz afirma o seguinte:

*Para eles, a escravidão é pedra basilar no processo de acumulação do capital, instituída para sustentar dois grandes ícones do capitalismo comercial: mercado e lucro. A organização e regularidade da produção pra exportação em larga escala – de que dependia a lucratividade – impunham a compulsão ao trabalho. Para obtê-la, coerção e repressão seriam as principais formas de controle social do escravo.*²⁸⁸

²⁸⁴ SLENES, Robert W. Op. cit., 1999, p. 30, com aspas no original.

²⁸⁵ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, p. 331, grifos no original.

²⁸⁶ A expressão determinista carrega consigo uma clara angulação crítica que alguns autores e algumas autoras fazem a certa parcela da produção intelectual de cunho marxista. Nesse sentido, Ana Rosa Clochet da Silva, ao analisar o ponto de vista do historiador inglês E. P. Thompson, em relação à teoria marxista, afirma que uma das críticas desse historiador inglês “ao determinismo da teoria marxista ortodoxa” é que “[...] haveria um sentido de determinação de uma infra-estrutura econômica para [ou sobre] uma superestrutura formada pelas demais instâncias da vida social”. Conferir em: SILVA, Ana Rosa Clochet da. “Thompson e a Primeira Geração dos Annales: uma abordagem comparativa a partir das noções de Estrutura e Processo”. In: *História Social*, n. 4/5, p. 91-134, 1998. O trecho citado está localizado especificamente na página 117.

²⁸⁷ Conferir em: SLENES, Robert W., Op. cit., 1999, p. 30.

²⁸⁸ QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Op. cit., 1998, p. 106, grifos meus, com vistas a salientar a importância da estrutura nos trabalhos desses pesquisadores.

Nesse percurso analítico que visa destacar a importância da estrutura para os sociólogos paulistas, é pertinente trazer à baila uma análise que Gabriel Cohn faz sobre o trabalho de Florestan Fernandes, o decano da Escola Paulista cuja liderança intelectual foi primordial para a produção desses pesquisadores apreciados neste capítulo.²⁸⁹

Estudar a revolução burguesa no Brasil significa, para Florestan, reconstruir como se dá nesta particular configuração histórica um processo de proporções mundiais que é simultaneamente econômico, político, social cultural e que se estende até à estrutura da personalidade e às formas de conduta individuais. É um processo multidimensional que está em jogo, e que ocorre em múltiplos níveis. Reconstruir esses níveis nas suas diferenças e nas suas articulações em cada fase do processo é a principal e mais espinhosa tarefa de análise.²⁹⁰

Foi à luz desses paradigmas teóricos que dois dos autores mais destacados dessa Escola construíram seus percursos e pavimentaram seus caminhos intelectuais. Tratam-se de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Ambos estavam inseridos num programa de estudos inicialmente proposto por Florestan Fernandes, com vistas a investigar

[...] *a sociedade escravocrata e o negro no Brasil Meridional (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), executado entre 1955 e 1960 como parte das atividades regulares de pesquisa da cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.*²⁹¹

São os trabalhos desses autores que se tornam objeto de análise desta tese, de modo a que se possa analisar suas perspectivas teóricas e como elas nortearam as interpretações acerca da escravidão e do papel do negro no Brasil Meridional. Objetiva-se, em adendo/complemento ao que foi discutido sobre Gilberto Freyre, estabelecer a composição de um quadro que pode fornecer uma inteligibilidade para pensarmos a produção historiográfica em torno do tema da escravidão brasileira.

2.2.1 Fernando Henrique Cardoso: a relação senhor-escravo na sociedade escravocrata rio-grandense

O sociólogo em questão foi um dos principais nomes da Escola Paulista de Sociologia. Sua pesquisa se concentrou na constituição do regime escravista, na província do Rio Grande.

²⁸⁹ SLENES, Robert W., Op. cit., 1999, p. 30.

²⁹⁰ COHN, Gabriel. “Florestan Fernandes: a revolução burguesa no Brasil”. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. 3ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 395-412. Trecho localizado especificamente na página 396.

²⁹¹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Texto inserido na parte intitulada “Nota à 1ª Edição”, página 21. Os grifos estão no original.

Esse trabalho gerou o livro “*Capitalismo e escravidão no Brasil meridional – o negro na sociedade escravocrata do rio grande do sul*”.²⁹² Segundo o autor, “[...] O tema deste trabalho refere-se aos processos de constituição e desagregação da sociedade escravocrata rio-grandense, vistos a partir da situação social que o negro nela assumia”.²⁹³

Além disso, cumpre expor que esse sociólogo procura, nesse livro, explicar fundamentos teóricos basilares. Segundo ele a pesquisa visa: “[...] analisar a formação de um tipo determinado de sociedade e verificar os efeitos exercidos por seus padrões estruturais sobre o comportamento dos agentes sociais que ocupavam as posições polares no sistema: os senhores e os escravos”.²⁹⁴

A partir de uma vertente teórica ligada ao marxismo, o autor explica as razões que incidiram sobre sua escolha em fazer uso da dialética²⁹⁵ como princípio metodológico²⁹⁶ primordial para compreender as ações sociais dos atores, a fim de relacioná-las com uma totalidade. O uso dessa ferramenta metodológica permitiu-lhe, então, analisar a escravidão e o pós-abolição a partir das inter-relações entre ação e estrutura.

Com base na linha de raciocínio desenvolvida por esse sociólogo, cabe acrescentar que é a dialética que permite reconstruir “interpretativamente [...] ‘uma totalidade concreta’”.²⁹⁷ Nesse sentido, o conceito de totalidade tem uma “uma intenção heurística”,²⁹⁸ na medida em que corresponde ao quadro analítico de referência que permite ao pesquisador conferir sentido aos acontecimentos ou eventos.

Um acontecimento é encarado, nesta perspectiva, como um ponto de partida imediato. A análise do pesquisador deve se valer desse ponto de partida para, com base na dialética, colocar os eventos singulares num quadro de sentido. É nesse momento que a totalidade se constitui como primordial, haja vista que fornece uma operação intelectual capaz de explicar e/ou problematizar os eventos. Assim, “[...] a operação intelectual pela qual se obtém a ‘totalidade concreta’ implica que o movimento da razão e o movimento da realidade [que é provido pelos eventos] sejam vistos através de relações recíprocas, e determinados em sua conexão total”.²⁹⁹

²⁹² CARDOSO, Fernando Henrique. Op. cit., 1977.

²⁹³ Idem, p. 23.

²⁹⁴ Idem, p. 23.

²⁹⁵ João Carlos Escosteguy Filho mostra o quanto a dialética foi uma base metodológica que foi cara aos integrantes da Escola Paulista de Sociologia. Conferir em: ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Op. cit., 2015, p. 108.

²⁹⁶ Ele se refere mesmo à palavra metodológica. Nesta tese, trato a estrutura como uma perspectiva que tem um sentido mais teórico ou, até mesmo, teórico-metodológico.

²⁹⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. Op. cit., 1977, p. 24, com aspas no original.

²⁹⁸ Idem, p. 25, com aspas no original.

²⁹⁹ Idem, p. 27, com aspas no original.

A totalidade concreta, conforme mencionado na citação acima, é dada pela razão, pela consciência do pesquisador de que os eventos estão ligados através de recorrências e de uma condição geral que é capaz de explicar o acontecimento em sua singularidade. Destarte, diferentemente das análises empiristas, que se escoravam, substancialmente, na descrição dos eventos ou na preeminência destes, a dialética permite outro movimento analítico. Em função disso,

[...] Chega-se [...] ao resultado fundamental sobre as possibilidades de aplicação do método dialético da sociologia. Através dele é possível lidar com os fenômenos sociais tanto em função do que possuem de singular e concreto [ação] como em função das normas gerais [estrutura] que se exprimem, como diferenças, nas singularidades.³⁰⁰

Além de fundamentar sua base teórico-metodológica calcada na dialética marxista, Cardoso discorre acerca da relevância do sentido de totalidade que está presente na teoria que adota. Em virtude disso, procura fincar as bases de uma diferenciação crucial entre sua construção analítica e outras de cunho estrutural.

Duas são as explicações de Cardoso para as diferenças sobreditas: a primeira é que o sentido de totalidade, na dialética marxista, leva em conta a interdependência entre ação (ou evento) e estrutura. Logo, na dialética, a totalidade não se configuraria como algo vazio de conteúdo, haja vista que é construída e alimentada pela íntima conexão que guarda com os eventos; a segunda é que, ao levar em conta os eventos, a dialética marxista permite construir uma explicação para as mudanças. O longo, porém importante, excerto exposto a seguir apresenta o que está interpretado nas duas explicações acima:

A análise estrutural na interpretação dialética parte de intuítos explicativos e de pressupostos sobre a realidade social diversos. Sua legitimação metodológica depende da explicação concomitante do processo de constituição dos padrões de integração estrutural. Com essa explicação desvenda-se o sentido que os agentes sociais emprestam às normas [ação dos sujeitos históricos] e se evidencia a qualidade de produto da atividade social concreta que caracteriza toda a estrutura. A análise não resulta nunca na determinação de condições formais [estrutura] que regulam a ação, mas na determinação de uma constelação de significados expressos em normas sociais. As conexões estruturais devem, portanto, ser apresentadas ao mesmo tempo como produtos ‘objetivados’ da atividade social, e nesse sentido como um conjunto de padrões que motivam a ação humana (sistema cuja inteligibilidade se encerra nas relações recíprocas entre normas dadas) e como ‘processo’, isto é, como algo que se está criando pela atividade humana através da negação de um dado estado de coisas e da projeção de um vir-a-ser ainda não configurado socialmente (o que, neste caso, torna explicável em termos de sentido o sistema produzido e o que se está produzindo) [ou seja, uma teoria da mudança].³⁰¹

³⁰⁰ Idem, p. 32.

³⁰¹ Idem, p. 33, com todos os grifos presentes no original.

Os princípios teóricos discutidos acima constituíram-se em eixos norteadores da exposição argumentativa (e narrativa) presente em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Por isso, “[...] As implicações desse procedimento [a dialética] no presente trabalho atingem desde a forma expositiva adotada até as modificações de investigação utilizadas e as técnicas interpretativas empregadas”.³⁰²

Em decorrência do exposto, os dois primeiros capítulos do livro tratam da formação da sociedade do Rio Grande do Sul. Ambos denotam, com efeito, as preocupações do sociólogo em apresentar as bases dos acontecimentos históricos que forjaram uma sociedade escravocrata singular, mas em conexão clara com a formação do Brasil como um todo.

O primeiro capítulo enfatiza especialmente as transformações operadas na economia local e, no bojo dela, as funções dos cativos. Já o segundo capítulo procura explicar o papel da camada senhorial no desenvolvimento da economia gaúcha. Esses dois primeiros capítulos abordam, a partir de acontecimentos concretos e de cunho local, a formação da estrutura produtiva e social da região. Tratam-se de capítulos que visam dar conta da formação da infraestrutura³⁰³ da sociedade rio-grandense.

O terceiro e o quarto capítulos apontam para uma inflexão no rumo da exposição. Ora, se, nos capítulos anteriores, esse pesquisador da Escola Paulista teve como ponto de partida a estruturação de uma sociedade com ênfase em dados históricos importantes, agora, nos capítulos em apreço, ele tem como ponto de apoio a noção de totalidade como produtora de possibilidades analíticas frutíferas para se interpretar a estruturação da sociedade da região. Por isso, é o próprio autor quem admite que “[...] só nos capítulos terceiro e quarto alcança-se realmente a perspectiva totalizadora”.³⁰⁴

Nota-se que a tese presente no livro orienta-se, nesta parte mencionada, para a discussão a respeito do tema principal do trabalho, que é “[...] o processo de constituição de uma totalidade histórica que implicou a dupla alienação de senhores e escravos”.³⁰⁵ Em virtude disso, o argumento transitou da composição da estruturação da economia e sociedade da região, para a análise desses fatores/elementos ligados à totalidade. Nessa parte, o sociólogo faz,

³⁰² Idem, p. 41.

³⁰³ Na leitura do mencionado texto de Fernando Henrique Cardoso, infraestrutura é tomada, substancialmente, como correspondendo às forças de produção, incluindo, neste caso, as condições de produção, os meios de produção e as relações de trabalho em uma determinada sociedade. Assim, “[...] as relações materiais que os homens estabelecem, o modo como produzem seus meios de vida, formam a base de todas as suas relações”. Texto extraído de QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira e OLIVEIRA, Márcia Gardênia. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 67.

³⁰⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. Op. cit., 1977, p. 36.

³⁰⁵ Idem, p. 35. É o próprio autor que define o tema do livro. A citação completa é colocada da seguinte forma: “[...] o tema que se procura desenvolver no livro é o processo de constituição de uma totalidade histórica que implicou [...]”. O grifo em itálico é do próprio Cardoso.

especialmente, uma reflexão detida sobre os papéis de senhores e escravos, assinalando seus lugares no campo econômico, social e político. Tratam-se, pois, de capítulos que visam dar conta da problematização acerca da dominação em nível superestrutural. Por isso, enfoca nos efeitos da estrutura na consciência dos sujeitos históricos.³⁰⁶

Os capítulos quinto e sexto visam expor e discutir a desagregação da ordem escravista, propondo uma explicação acerca da condição do negro na sociedade de classes em formação, após a abolição da escravidão. Ora, se, nos capítulos anteriores, a tônica foi uma análise da condição fundamental da escravidão, agora o foco transmuta-se para a possibilidade de enxergar as mudanças que ocorreram na região, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX.

Nessa parte do livro, a possibilidade de enxergar o tempo como sincrônico e diacrônico é uma premissa destacada pelo sociólogo, notadamente no sentido de produzir um distanciamento de sua perspectiva em relação ao funcionalismo, pois, segundo Cardoso, este último é “[...] cego para compreender a transformação em suas implicações globais”.³⁰⁷ Destarte, o autor usa a dialética como forma de enxergar as possibilidades de permanências e mudanças, tendo como foco a problematização do lugar do negro no cenário brasileiro de transição da mão de obra escrava para a livre.

Em razão disso, nos capítulos derradeiros de *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, a questão da abolição da escravidão, bem como a da substituição da mão de obra do cativo pela do imigrante, tornam-se pontos de destaque. Ademais, as representações do negro na sociedade de classes se impuseram como preocupações cruciais do autor.

Portanto, em sentido geral, o livro de Cardoso reverbera uma análise acerca da sociedade rio-grandense, tendo por referência a relação entre a base e a estrutura, a partir do método dialético. Por esse percurso teórico, é pertinente expor que o texto apresenta a constituição de uma forma de produção em desenvolvimento na região, no transcurso do final do século XVIII e início do XIX, qual seja, a agricultura. Assim, na região do Rio Grande, essa crescente força produtiva, em conjunto com o desejo de maximizar a acumulação (por parte dos senhores), acabou pressionando o incremento de mão de obra escrava, alterando o panorama relativo às relações de produção na região.

³⁰⁶ Na leitura desenvolvida do mencionado texto de Fernando Henrique Cardoso, infraestrutura é tomada, substancialmente, como correspondendo a uma forma de dominação que se construiu e se desenvolveu a partir da estrutura econômica e ideológica do modo de produção escravista.

³⁰⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. Op. cit., 1977, p. 40.

Apesar de, no século XVIII, terem chegado os primeiros escravos nessa região e de eles passarem a fazer parte dessa população, é preciso chamar a atenção para o fato de que o crescimento exponencial dos cativos negros, nessa área, data do início do século XIX. Nessa fase, o quadro da economia gaúcha:

[...] modificou-se completamente quando, depois das invasões castelhanas, a agricultura concentrou-se sobre um efeito, capaz de provocar um fluxo de trocas entre as áreas sulinas e mercados externos a ela. Refiro-me à plantação de trigo. O último quartel do século XVIII e os primeiros anos do século XIX foi, graças à exploração do trigo, um período próspero para a agricultura do Rio Grande. As estatísticas existentes, apesar de discrepantes, indicam o aumento contínuo de exportação de trigo neste período.³⁰⁸

Proporcionalmente ao desenvolvimento econômico da região aludida, Cardoso identifica o incremento substancial do percentual de escravos. Além desse aumento do número de cativos, o autor mostra como se deu a formação de uma elite senhorial fundada no patrimonialismo³⁰⁹ e na força do poder doméstico ou privado. Esse é o cenário que motivou o pesquisador em questão a investigar o papel das classes sociais nessa sociedade escravocrata. Desse modo, a constituição da economia e sociedade dessa região foi baseada nos valores atinentes à acumulação capitalista, utilizando-se do trabalho escravo e baseada no patrimonialismo. Esse é o tripé salientado nessa formação.

Esse tipo de formação emprestou característica marcante para a região. O sociólogo sustenta que o patrimonialismo e regime patriarcal, baseado no regime escravista de exploração da economia, geraram uma sociedade calcada na força pessoal de uma elite; força essa que se conjugou com poderes políticos que conferiram aos senhores lugar privilegiado nessa sociedade. Foi assim que se formou, paulatinamente, uma sociedade escravista em cujo seio senhores e escravos formavam a base principal.

Além disso, o livro em questão discute as estratégias da elite econômica e social, com vistas à consolidação e proliferação do seu domínio, na região pesquisada por Cardoso. O autor chama a atenção para o arbítrio e a violência como características primazes da relação senhor-escravo. Segundo esse sociólogo, “[...] é preciso compreender os mecanismos sociais básicos que mantinham senhores e escravos em cada uma dessas situações em posições determinadas de afastamento recíproco e o conjunto de valores que orientavam seus comportamentos”.³¹⁰ Destarte,

³⁰⁸ Idem, p. 55-56.

³⁰⁹ Trata especificamente da divisão ou doação de terras feita pela coroa portuguesa a particulares, em troca de serviços prestados. Conferir em: CARDOSO, Fernando Henrique. Op. cit., 1977, p. 113.

³¹⁰ Idem, p. 127.

Esse é o cenário que levou Cardoso a investigar o papel das classes sociais na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. A montagem da sociedade dessa região, em sua dimensão infraestrutural, foi baseada nos valores atinentes à acumulação capitalista, utilizando-se do trabalho escravo e baseada no patrimonialismo. [...] A conclusão desse autor é que tais fatores concorreram para moldar a visão de mundo dos atores sociais, [...] gerando uma oposição visceral entre senhores e escravos, uma vez que o fundamento-mor dessa sociedade era, de acordo com o mesmo autor, a dominação senhorial.³¹¹

Por essa linha de raciocínio, o papel dos cativos, na sociedade rio-grandense, encontrava-se desarticulado de uma visão e perspectiva do todo sistêmico. Ora, como o escravo entrava no processo produtivo como uma peça, uma “coisa”,³¹² sua visão de mundo e expectativas de superar sua condição cativa eram quase nulas, tendo em vista que se encontravam enquadradas pelo sistema. Assim, segundo o referido sociólogo, o aparato infraestrutural da sociedade condicionou o comportamento e a consciência dos indivíduos, tendo maior destaque em seu livro a perspectiva dos escravos negros.

Em função do lugar que entrava e ocupava na região do Rio Grande, o escravo negro não desenvolveu, segundo esse integrante da Escola Paulista, uma consciência social que lhe permitisse ter uma visão de sua situação como um todo; logo, foi criada, no escravo negro, a falsa consciência social. Dessa forma,

[...] a possibilidade efetiva de os escravos desenvolverem ações coordenadas tendo em vista propósitos seus era muito pequena. Não tinham condições para definir alvos que levassem à destruição do sistema escravista e não dispunham dos meios culturais (de técnicas sociais ou materiais) capazes e permitir a consecução dos propósitos porventura definidos. Está claro que o processo de aniquilamento pela socialização incompleta e deformadora das possibilidades do escravo reagir como pessoa não era expressamente deliberado pelos senhores. Ele resultava, indiretamente, das próprias condições de trabalho, da representação do escravo como coisa e da aceitação pelos cativos da representação de escravo que lhes era imposta, como se viu acima. Tudo isso, porém, agia de tal forma que tornava o escravo incapaz de reagir coordenadamente contra a situação de espoliação de que era vítima.³¹³

O sociólogo em apreço procura, a partir de sua visão teórica, apresentar uma interpretação que intentava denunciar tanto a situação desumana vivida pelos negros escravizados quanto o lugar subalterno que, majoritariamente, esses personagens históricos ocupavam na região pesquisada. Em decorrência, o autor privilegia a perspectiva que enxergava os cativos como alienados em relação ao processo produtivo como um todo, assim como em relação à sua situação social e também política.

A partir de Cardoso, pode-se inferir que a alienação derivava, primeiramente, do modelo produtivo estruturado e, em seguida, do lugar do cativo nesse modelo. Na ponta desse processo,

³¹¹ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, p. 333.

³¹² CARDOSO, Fernando Henrique. Op. cit., 1977. Ver especialmente capítulo 3.

³¹³ Idem, pp. 146-147.

o autor evidencia outro fator contributivo para a alienação, que se refere às estratégias colocadas em prática pelas elites, a fim de perpetuarem seu poder. Trata-se do “[...] controle (violento) e da dominação exercidas pelo senhor”,³¹⁴ que infligia no escravo, não raramente, marcas físicas. É precisamente diante desse quadro que o sociólogo analisa o papel do escravo na região do Rio Grande.

Há situações em que o sociólogo reconhece a participação ativa do escravo. Ele frisa que essa forma de participação negava a força alienadora do sistema. Exemplos desse reconhecimento são as fugas, o desacato aos senhores e os roubos.³¹⁵ O problema, segundo o intelectual em apreço, é que tais participações dos escravos encontravam-se circunscritas e limitadas a uma reação subjetiva/individual dentro do sistema. Em virtude disso, não correspondiam a uma ação cativa coordenada que demonstrasse a consciência da totalidade e que pudesse promover a dissolução do sistema.

Nesse sentido, vale expor a análise do autor acerca do caso referente às fugas cativas. No que se refere a essas fugas, o sociólogo expõe que “[...] A liberdade assim conseguida ou outorgada não implicava em nenhum momento, porém, modificações na estrutura básica que defina as relações entre senhores e escravos: não abalava a propriedade servil e os mecanismos de sua manutenção”.³¹⁶

Cumprido adicionar que Cardoso não tem apenas uma visão sincrônica da escravidão. Por isso, é preciso destacar que ele discute também a condição dos negros no período posterior à escravidão. No pós-abolição, portanto, não houve, segundo esse intelectual, uma preocupação com a condição do negro (liberto) no processo que marcou a passagem da utilização da mão de obra escrava para a livre. Isso ocorreu porque o abolicionismo, no Rio Grande, não foi um movimento autêntico, isto é, emanado da ação e perspectiva do escravo no processo de generalização da liberdade.

Ao contrário, o que ocorreu, na região em apreço, foi um abolicionismo chamado por Cardoso de emancipacionista, pois girou em torno das propostas e discussões provenientes da elite branca e ensejadas por ela. Sendo assim, o abolicionismo do Rio Grande foi conduzido pelo ponto de vista reacionário dos escravocratas. E estes, evidentemente, não se esmeraram em levar em conta a sociedade como um todo, mas apenas o problema da mão de obra na

³¹⁴ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, p. 333.

³¹⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. Op. cit., 1977, p. 139.

³¹⁶ Idem, pp. 141-142.

sociedade escravista.³¹⁷ Por isso, a ideia de defendida por Cardoso de inautenticidade³¹⁸ do processo emancipacionista.

[...] Neste sentido [...] o abolicionismo em todas as suas formas o Rio Grande do Sul, foi um momento da “falsa consciência”. Mesmo os que quiseram partido do ponto de vista do negro, acabaram por agir conforme os interesses da economia escravocrata em dissolução e, quiçá, no melhor dos casos, conforme os interesses dos que, a qualquer preço, queriam criar as condições para a economia capitalista plena, isto é, desejavam o *trabalho-livre*, pouco se interessando pelo tipo de liberdade que teria o trabalho.³¹⁹

Em face desse cenário, a abolição da escravatura é considerada por Cardoso como uma “revolução de segunda categoria”, na medida em que não produziu mudanças sistêmicas totais, apenas parciais. A partir dessa “revolução”, ocorre o que ele denomina de redefinições nas representações sociais dos negros libertos pela abolição, mas a situação geral desses libertos não se modifica substancialmente.

Ora, se o negro, na sociedade de castas (Colonial e Imperial), era visto preconceituosamente em relação à sua posição social, agora, no pós-abolição, passou a ser enxergado como um “inferior *biológico* na sociedade de classes”.³²⁰ Em virtude disso, o autor chama a atenção para o fato de que os negros, em sua maioria,³²¹ ajustaram-se ao ideal da sociedade burguesa pautada nos brancos como referência positiva; logo, prevaleceu, nessa fase pós-abolição, o “ideal de branqueamento”.³²²

2.2.2 Octavio Ianni: a relação senhor-cativo e as metamorfoses do escravo negro na região de Curitiba

O sociólogo Octavio Ianni foi – assim como Fernando Henrique Cardoso – um dos integrantes da Escola Paulista de Sociologia. A pesquisa dele se concentrou na região de Curitiba. Os trabalhos desses dois sociólogos visavam cobrir um campo de pesquisa definido,

³¹⁷ Cf. Idem, p. 222.

³¹⁸ Ao abordar a palavra inautenticidade, estou interpretando a contraface do que Cardoso chama de abolicionismo autêntico, que seria aquele que deveria incorporar o ponto de vista dos escravos. Chamo a atenção para o fato de que o autor, apesar de considerar o abolicionismo da região como inautêntico, não deixou de evidenciar que esse abolicionismo incorporou um ponto de vista imputável aos escravos: “o desejo da generalização da liberdade e de equalização jurídica entre os homens”. Conferir em: Idem, p. 220.

³¹⁹ Idem, p. 232. Todos os grifos são do próprio autor.

³²⁰ Idem, p. 278, com grifo no original.

³²¹ Cardoso não deixa de destacar que houve ex-escravos que lutaram contra a “espoliação social imposta pelos brancos aos negros”, tentando formular uma “ideologia de negritude”, lutando contra o preconceito, visando reeducar “os brancos [...] para a transformação das condições morais e materiais de existência da comunidade negra”. Apesar de se apresentarem como tentativas grandiosas, “as condições globais de formação da sociedade de classe” não permitiram a inserção do negro “na ordem social na qualidade de iguais aos brancos, tal qual, formalmente, passaram a ser depois da Abolição”. Conferir em: Idem, 1977, p. 279.

³²² Idem, p. 279, com grifo no original.

com o fito de compreender melhor a parte Sul do Brasil. Tratou-se, pois, de um “*programa de investigação sobre a sociedade escravocrata e o negro no Brasil Meridional*”, que “*foi inicialmente proposto por Florestan Fernandes para ampliar o conhecimento sociológico sobre o preconceito racial no Brasil alcançado em trabalhos anteriores de sua autoria e de Roger Bastide*”.³²³

A pesquisa de Ianni derivou no conhecido e importante livro “*As metamorfoses do escravo –apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*”.³²⁴ Esse trabalho de pesquisa investigou a estruturação e as transformações econômicas e sociais, em Curitiba, desde o período colonial até fins do século XIX. Os principais objetivos do livro foram analisar a relação senhor-escravo, bem como identificar e compreender o que o autor chama de “as metamorfoses do escravo”. Um ponto importante que perpassa toda essa pesquisa é a preocupação com as representações sociais dos negros cativos e também dos libertos no pós-abolição.

Ianni também se baseia numa vertente teórica ligada ao marxismo. Desse modo, assim como Cardoso, ele se fundamenta na dialética marxista. O trecho a seguir fundamenta a assertiva anterior: “O tipo de explicação descritiva e interpretativa levada a efeito nesta obra, na medida em que depende do autor, é o resultado da aplicação do método dialético”.³²⁵

Malgrado essa similaridade, é preciso realçar que, em nível teórico, esse sociólogo marca uma diferença diante da posição de Cardoso. Ianni apresenta, em sua exposição, uma preocupação mais forte com a constituição de uma visão estrutural, fincada, mormente, na “noção de estrutura econômico-social”.³²⁶

É evidente que, por estar calcado na dialética, Ianni também apresenta uma preocupação em mostrar a operacionalização heurística do sentido de estrutura concatenando evento e totalidade. Mas, o que pretendo sublinhar é que esse sociólogo leva o conceito de estrutura como um determinante em sua análise. E faz isso de forma contundente, o que não ocorre com a exposição teórica de Cardoso. Em virtude disso, cumpre realçar que, no plano teórico, Ianni considera que

[...] a noção de estrutura econômico-social com que lidamos pretende impor sempre à análise, além dos elementos considerados estritamente sociais, também os fundamentos materiais da organização da vida social, motivo por que a denominamos ‘econômico-social’ e não simplesmente ‘social’.³²⁷

³²³ Idem, p. 21, com todos os grifos presentes no original.

³²⁴ IANNI, Octavio. Op. cit., 1962.

³²⁵ Idem, p. 20.

³²⁶ Idem, p. 21.

³²⁷ Idem, p. 25, grifos no original.

A preocupação teórica mais substancial de Ianni é, portanto, com a noção de estrutura como um conceito historicamente construído e que confere coordenadas³²⁸ para o pesquisador compreender a vida humana em sociedade. Além dessa operacionalização, o intelectual em apreço adiciona uma preocupação em articular a estrutura econômico-social de regiões periféricas (como era o caso de Curitiba, no período Colonial e Imperial) com estruturas exógenas (referindo-se ao panorama Brasileiro e sua inter-relação com o global).

Com base na matriz teórica delineada, discorre acerca da composição da estrutura curitibana, frisando os aspectos ligados à dimensão econômica e social. O pilar econômico, nesse livro em questão, torna-se tanto uma preocupação heurística como também um determinante das polarizações (ou possíveis interações) sociais. É por meio dessa linha de raciocínio que o intelectual em apreço enxerga a sociedade curitibana. Assim,

[...] A análise dialética permite explicar as múltiplas manifestações da consciência social das diversas camadas ou individuais, em termos do modo pelo qual as pessoas estão inseridas no sistema [econômico] e conforme concebem-se a si mesmas e atuam socialmente. Evidenciam-se perfeitamente os limites das determinações do social pelas configurações econômicas, precisamente porque estas absorvem, polarizam, a *práxis* humana, essencialmente social, responsável pelo seu papel criador.³²⁹

É precisamente em função dessa preocupação com a estrutura econômico-social como algo primaz que *As metamorfoses do escravo* se organiza teoricamente. Nesse sentido, é ilustrativo expor que o primeiro e o segundo capítulos externam o objetivo do autor em dar conta da formação curitibana enfocando na composição da economia e do trabalho.³³⁰

O primeiro capítulo aborda o paulatino crescimento do trabalho escravo na região, bem como sua inserção em atividades diversas, especialmente nas fazendas de gado e nos engenhos de mate. No segundo, o pesquisador procura evidenciar aspectos que vão desde a constituição das condições históricas em que se edificou o regime escravocrata, em Curitiba, até sua desagregação.

Uma vez exposta a composição da sociedade em sua perspectiva infraestrutural, o autor explica, no capítulo terceiro, em que medida essas condições econômico-sociais situaram senhores e cativos em lugares hierarquicamente polarizados. Ademais, visa problematizar em que medida esses lugares foram capazes de engendrar o condicionamento da visão de mundo dos atores sociais.

³²⁸ Conferir em: Idem, p. 25.

³²⁹ Idem, p. 21, com grifos no original. Chamo a atenção para perceber que a grafia do livro é mantida conforme escrito no texto, ou seja, mantendo-se as regras de escrita do período em que foi publicado.

³³⁰ Nota-se que essa linha de exposição narrativa segue a mesma trilha da que foi empreendida por Cardoso.

Nos dois últimos capítulos dessa obra, o autor faz um movimento bastante similar ao de Cardoso. Ianni envereda para a discussão a respeito do enfraquecimento do regime escravista e, por conseguinte, seu fim, enfocando em como ficaram as representações sociais do negro no pós-abolição. Trata-se de um movimento que contempla a possibilidade de enxergar o tempo também em sua perspectiva diacrônica. Com isso, esse sociólogo consegue vislumbrar um ponto de vista cotejador a respeito da situação do negro, em Curitiba, contemplando uma análise comparativa entre o período antes e posterior ao fim da escravidão.

A partir dessas considerações, é importante realçar que um dos principais resultados auferidos pela pesquisa deste integrante da Escola Paulista remete aos papéis e funções das camadas senhorial e escrava, na formação do Brasil, contemplando a fase escravista e o pós-abolição. Portanto, em vista da montagem de uma estrutura econômica curitibana calcada, crescentemente, na atividade pecuária e na produção da erva-mate – atividades cada vez mais articuladas ao mercantilismo –, Ianni identifica que, gradualmente, o trabalho escravo se intensificou. Sustenta que,

[...] Da mesma forma que a mineração, ao decair, possibilitou a transferência de homens e cabedais para a pecuária, quando o mercado de mate expandiu-se, por sua vez, ao lado de novos recursos investidos nessa “indústria”, uma parcela proveio das fazendas. Esses setores fundamentais, em conseqüência, dinamizaram a produção de gêneros agrícolas, possibilitando inclusive a exportação de excedentes que, a seu turno, atraíram posteriormente alguns recursos. Essa constitui a direção central do processo de integração econômica da comunidade, apoiada no trabalho cativo.³³¹

Essa estrutura produtiva contribuiu em favor da consolidação dos elementos primordiais para a formação do que chama de “sistema societário de castas, dicotomizado em *senhores e mancípios*, brancos e negros”.³³² Por essa perspectiva, a infraestrutura produtiva engendrou uma sociedade rigidamente hierarquizada. Nessa hierarquização estavam polarizados, principalmente, as “castas” dos senhores e dos cativos.

Em outros termos, é preciso destacar que a formação da infraestrutura econômica curitibana situou as “castas” em seus lugares sociais e contribuiu, conseguintemente, para moldar seus comportamentos. É o excerto seguinte que ajuda a compreender essa lógica explicitada ao longo da argumentação realizada no livro.

[...] A assimetria das relações recíprocas, determinada inicialmente pelo tipo de participação da conjuntura econômica, acabou marcando decisivamente o sistema social, em seus componentes estruturais e funcionais. [...] O escravo e o senhor são constituídos como duas entidades diametralmente distintas. A alienação do cativo se realiza em benefício do senhor, também alienado.³³³

³³¹ Idem, p. 132, com grifos no original.

³³² Idem, p. 134, com grifos no original.

³³³ Idem, p. 177.

Em *As metamorfoses do escravo*, há a construção de uma visão cujo cerne propõe que as camadas sociais indicadas viviam em condição diametralmente oposta.³³⁴ Por essa linha de pensamento, tais camadas tinham minguadas possibilidades de interação, prevalecendo a clivagem que as afastava. Nesse sentido,

[...] O que se pode depreender da análise de Ianni acerca da relação entre senhores e escravos (ou das castas assimetricamente posicionadas na escala social) é que há, metaforicamente abordando a questão, uma linha vertical que os separa e cujo sentido é eminentemente o da dissensão, havendo apenas remotas possibilidades de inter-relação. Nesse sentido, a posição de escravos e senhores é, basicamente, de afastamento, de distanciamento.³³⁵

Além de firmar posição a respeito do distanciamento entre essas mencionadas “castas”, o autor procura explicar o lugar de cada uma delas na estrutura econômico-social. Nesse sentido, os cativos são identificados, primeiramente, como mercadorias que eram compradas e colocadas nos meios de produção. Em seguida salienta que, no plano jurídico, os escravos são considerados como “coisas”,³³⁶ tendo em vista que não tinham uma condição social representada em direitos e não tinham capacidade civil.

Em decorrência de seu lugar no processo produtivo (como mercadoria e força de trabalho exaustiva e repetitiva), da dominação violenta exercida pelo senhor, obrigando o escravo a exercer suas funções, e da condição jurídica de “coisa”, o sociólogo integrante da Escola Paulista conclui que os cativos eram, ideologicamente, alienados.

Na mesma linha de Cardoso, a alienação escrava, sob a perspectiva de Ianni, derivava especificamente da incapacidade desses atores sociais em inter-relacionarem seus lugares no processo produtivo com a lógica de dominação e legitimação do sistema escravista. Por esse ponto de vista, a consciência cativa estava limitada à sua condição de trabalho e restrita a uma perspectiva que se encontrava colonizada pelo processo produtivo e pela consciência da “casta” à qual pertenciam.

³³⁴ É importante destacar que Ianni não mantém essa análise de forma unívoca. Há trechos do livro em que ele admite um nível de proximidade entre senhores e escravos. “Por isso, o comportamento social do cativo em face do senhor e reciprocamente, não corresponde aos limites estritos definidos juridicamente. [...] O código de etiqueta vigente no regime apresenta alternativas que vão desde o tratamento benigno, cordial, paternalista [mas], implicando sempre a manutenção da distância social própria das suas posições sociais relativas, até as sanções físicas”. Conferir em: Idem, pp. 163-164. Portanto, a interpretação que faço da obra é a partir de como ela se apresenta como um todo.

³³⁵ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, p. 335.

³³⁶ IANNI, Octavio. Op. cit., 1962, p. 142-143.

Para ambos os sociólogos em questão, “[...] a posição do escravo como sujeito histórico é, destarte, definida [predominantemente] sob a perspectiva de sua atuação no empreendimento econômico”³³⁷ e de acordo “com o sistema de ações e expectativas dos senhores”.³³⁸

Por isso, o escravo é uma categoria à parte, cujos contornos se exprimem com maior ou menor nitidez ao nível econômico, jurídico, social, cultural e racial. A condição de mercadoria do cativo é provavelmente a expressão mais pura da sua configuração peculiar. Ela dá ao mesmo tempo a medida de sua posição no sistema econômico e no sócio-cultural. Aí está expresso o caráter não humano a que é relegado o semovente pôsto no acervo do senhor como meio de produção, como peça das atividades produtivas.³³⁹

Uma vez discutido os papéis e funções de senhores e cativos dentro da lógica do sistema escravista curitibano e em sua conexão com o mercantilismo global, o intelectual em questão passa a analisar, nos capítulos derradeiros (quinto e o sexto), a situação dos libertos no período pós-abolição. Essa movimentação analítica mostra seu interesse em pensar o lugar dos negros e brancos, a partir de uma perspectiva de tempo que é diacrônica. Nessa parte do livro, a problematização se volta para as mudanças ocorridas na situação dos negros, mas sem deixar de frisar, num exercício de crítica, as permanências.

O sociólogo em questão sublinha que a abolição não ocorreu de maneira abrupta nem catastrófica. “Quando ela [a abolição] se dá, o sistema econômico-social está em condições de recebê-la sem perturbações essenciais”.³⁴⁰ Contudo, é evidente que esse intelectual mostra também que a mudança derivada da extinção da escravidão gerou uma nova situação jurídica para o negro dentro da sociedade curitibana e brasileira. Em função disso, destaca que o abolicionismo não contemplou uma guinada em favor da cidadania do negro, mas apenas uma luta para a transformação do trabalho escravo em livre.³⁴¹ O problema decorrente da extinção do trabalho cativo é, segundo Ianni, que a libertação não foi acompanhada da criação de novas possibilidades para os negros. A perspectiva desse sociólogo a respeito da abolição segue a mesma linha de Cardoso.

O argumento principal desenvolvido em *As metamorfoses do escravo* vai ganhando corpo ao final do livro. É nessa trilha que as metamorfoses tomam um cariz de problematização acerca da situação do negro, numa perspectiva que objetiva conjugar sincronia e diacronia. Nesse sentido, duas são as metamorfoses do escravo que podem ser compreendidas na obra em alusão. A primeira pode ser observada no texto abaixo:

³³⁷ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, p. 335.

³³⁸ IANNI, Octavio. Op. cit., 1962, p. 168.

³³⁹ Idem, pp. 177-178.

³⁴⁰ Idem, pp. 205.

³⁴¹ Idem, pp. 235.

No período de vigência do sistema escravista, Ianni identifica os brancos aos senhores e os africanos aos escravos, não esquecendo de destacar suas respectivas posições sociais assimétricas, o que lhes conferia um afastamento rígido e exemplar. Essa corresponderia à primeira metamorfose do africano, que se transforma em escravo.³⁴²

Após o fim do sistema escravista, ocorre o que pode ser interpretado como uma espécie de segunda metamorfose do escravo, uma vez que, nessa fase, negros e mulatos passaram a carregar uma marca social, em seu corpo, que corresponde a uma permanência do período escravista. Isso ocorreu porque “[...] *Negro e mulato* são categorias produzidas no interior do processo de constituição da sociedade escravocrata”.³⁴³ Logo, em face da dissolução do sistema escravista, “o negro é o escravo transfigurado pela reintegração de camadas assimétricas”.³⁴⁴ O mulato, por sua vez, passou a portar a marca do hibridismo, sendo “manchado” pela evidência de sua pressuposta origem escrava. Assim, “[...] Na sociedade ‘branca’, o mulato é um homem livre estigmatizado pelas marcas raciais do ‘outro’ grupo, daqueles que foram escravos”.³⁴⁵

No jogo analítico que articula o tempo sincrônico e diacrônico, o sociólogo paulista em apreço problematiza, efetivamente, o lugar do africano. Seu argumento é que ele entrou como peça, como mercadoria no processo produtivo. Em decorrência, as condições econômico-sociais tornaram esse africano um escravo cujo valor se realizava, primordialmente, no processo produtivo. Esse processo gerou, no africano, uma condição de ser alienado, um semovente.

Com a desagregação do sistema escravista, os libertos – tanto negros como mulatos – passaram a carregar consigo ganhos jurídicos, mas, igualmente, permanências de um sistema escravista que lhes retirou a condição de pessoa. Sendo assim, Ianni sustenta que negros e mulatos passaram a ser identificados por sua condição física, notadamente em razão de sua cor. Isso obstaculizou, numa nova conjuntura, a integração do negro e do mulato na sociedade pós-escravista.

2.3 Apontamentos de alguns limites presentes nas perspectivas de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni

A construção analítica dos dois integrantes da Escola Paulista de Sociologia mencionados buscou compreender, em síntese, a formação e constituição do Brasil escravista,

³⁴² PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2009, p. 83.

³⁴³ IANNI, Octavio. Op. cit., 1962, p. 248.

³⁴⁴ Idem, p. 248.

³⁴⁵ Idem, p. 248. Aspas no original.

assim como o período pós-abolição. Ambos serviram-se da dialética marxista e de uma perspectiva de tempo que buscou articular permanências e mudanças.

Nesse sentido, dois movimentos teórico-metodológicos foram primordiais, nas obras de Cardoso e Ianni: o primeiro visava concatenar a região do Brasil Meridional estudada por eles com o sentido da colonização,³⁴⁶ ou seja, visava articular a parte ao todo; o segundo intentava problematizar o papel de senhores e cativos, em nossa formação, a fim de relacionar ação e estrutura.

Meu objetivo analítico foi, substancialmente, compreender – com base na leitura dos dois livros – como esses sociólogos problematizaram a situação de senhores e cativos (especialmente destes últimos) em face da constituição do regime escravista e, em seguida, em sua desagregação final. Nesse sentido, é preciso ressaltar que uma das características da linha de pensamento desses sociólogos foi o desenvolvimento da análise do sistema escravista, tendo especial ênfase na “[...] marginalização dos homens livres pobres e a vitimização do escravo por um sistema econômico nefasto”.³⁴⁷

Refletindo a respeito da relação entre agência e estrutura presente na historiografia da escravidão ocorrida no Brasil, o historiador João Carlos Escosteguy Filho defende que seja valorizada a “discussão conceitual e um olhar macroscópico”³⁴⁸ em que se baseavam os autores da Escola Paulista de Sociologia. A fim de valorizar, em alguma medida, o legado dessa Escola, Escosteguy Filho sustenta que algo crucial para a produção do conhecimento histórico é o emprego de uma reflexão que articule a análise sobre a realidade histórica com a estrutura.³⁴⁹

Diante dessas considerações, pode-se concluir que a perspectiva construída pelos autores da Escola Paulista concorreu para que esses sociólogos conseguissem problematizar o lugar ocupado pelo negro no processo produtivo, mostrando o regime de trabalho árduo (e desumano), a exploração da mão de obra, a condição jurídica dos cativos e o preconceito social (e racial) sofrido. Com isso, conseguiram apresentar um panorama geral sobre a nossa formação que contemplava uma visão crítica a respeito da colonização, da forma como o país entrou na rota mercantilista e acerca da função do negro como ser escravizado nesse processo de exploração da colônia.

No entanto, os ganhos alcançados pela obra de integrantes da Escola Paulista de Sociologia não devem obstar o exercício da crítica que, sob um ponto de vista diferente, pode

³⁴⁶ Cf. PRADO JÚNIOR, Caio Prado. Op. cit., 1977.

³⁴⁷ SLENES, Robert W. Op. cit., 1999, p. 30.

³⁴⁸ ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Op. cit., 2015, p. 115.

³⁴⁹ Idem, passim.

fazer florescer os limites presentes nas teses desses intelectuais. Nesse sentido, conforme já mencionado, o historiador Arno Wehling considera “[...] a história da historiografia como ‘laboratório’ [produtivo] do aperfeiçoamento da cientificidade da história”,³⁵⁰ na medida em que esses estudos concernentes à historiografia podem propiciar um constante e seminal aprimoramento do fazer ou refazer a história a partir das chaves analíticas de nosso tempo.³⁵¹

Em função disso, cumpre registrar que o principal problema presente nos trabalhos desses dois sociólogos analisados neste capítulo está na forma como efetivamente empregaram seus referenciais teóricos no processo de pesquisa, emprego este que foi, cabe grifar, diferente do exposto do quadro teórico construído.³⁵² Destarte, a despeito de exporem uma referência teórico-metodológica que intentava conjugar ação e estrutura através da dialética, a construção que realizam, na prática de pesquisa, prende-se excessivamente à estrutura como matriz de explicação das ações dos sujeitos e dos acontecimentos.

O corolário é que emerge – nos livros ou nas pesquisas desses dois integrantes da Escola Paulista – uma visão a respeito da escravidão em que a estrutura econômico-social é capaz de colonizar quase que completamente o poder de agência dos sujeitos e os sentidos que estes sujeitos atribuem aos acontecimentos históricos. A ação dos sujeitos e os acontecimentos tornam-se, nessa matriz, determinados pela estrutura. E isso é realizado de forma mecanicista.

A historiadora Silvia Lara expõe a atmosfera analítica presente na produção de autores desse contexto:

[...] foi sobretudo a ênfase nas análises macroestruturais, que marcaram os anos 1970, que acabou por cristalizar a imagem da “colônia” como um todo homogêneo. Nos debates marxistas dessa época, a expressão “Brasil colonial” passou praticamente a desconsiderar diversidades políticas, geográficas, populacionais, econômicas e cronológicas.

[...] Nas análises históricas, predominou a abordagem quase exclusivamente econômica, e a oposição entre colônia e metrópole tornou-se um elemento central, adquirindo significados sistêmicos. Embora as perspectivas analíticas privilegiassem a escravidão para caracterizar a sociedade ou o modo de produção que havia se formado nas Américas, a dimensão “colonial” era necessariamente invocada para definir o fio condutor e explicativo da história.³⁵³

³⁵⁰WEHLING, Arno. Op. cit., 2006. p. 187.

³⁵¹ Cf. PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2009, p. 6.

³⁵² A dissonância entre explicação teórica e emprego desses referenciais é mais patente em Fernando Henrique Cardoso, haja vista que, em sua exposição teórica, a dialética parece abrir mais espaço para a articulação entre agência e estrutura. No caso de Octavio Ianni, a exposição teórica delineada abre menos espaço para explicar as possíveis articulações entre ação e estrutura.

³⁵³ LARA, Silvia H. “Conectando Historiografias: a escravidão africana e o antigo regime na América portuguesa”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia A. (Orgs.). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português*. (Séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2005. p. 24, com aspas no original.

Cumpra adicionar que o historiador Rafael Marquese, em artigo que defende a importância de se recuperar o sentido de capitalismo global nos estudos que remetem à escravidão ocorrida nas Américas, pondera sobre os “esquematismos” presentes nas pesquisas até a década de 1970. Vejamos a importante exposição do autor:

Depois dessas avaliações [realizadas por ele no artigo], creio ser necessário encerrar o texto com um tom propositivo [para a historiografia atual]. Não vou apresentar uma sugestão de modelo acabado: quero, antes, apontar em linhas muito gerais como é possível voltar a incorporar a dimensão mundial do capital nas análises sobre a escravidão brasileira, *sem recair nos esquematismos vigentes até os anos setenta* e tampouco sem abandonar as conquistas obtidas pela historiografia posterior, como, dentre outras, as análises sobre a diversidade espacial e temporal da escravidão no Brasil, o protagonismo escravo, o mercado interno.³⁵⁴

A consequência do emprego dessa perspectiva teórico-metodológica excessivamente presa à estrutura econômico-social – conforme realizado por Cardoso e Ianni – foi uma análise que, predominantemente, enxergava a relação senhor-escravo sob o prisma da dissensão. As possibilidades de interação entre esses grupos são mencionadas por esses sociólogos, mas sob uma consideração residual e cuja intenção é mostrar o caráter de exceção dessas práticas. Pode-se inferir, então, que a “montagem do sistema escravista criou uma atmosfera (um cenário) que quase completamente dividiu e distanciou brancos e negros”³⁵⁵, com base nas suas “ocupações, atributos morais, psicomotores, etc., para assinalar o universo do ‘nós’ e dos ‘outros’”.³⁵⁶

Não se deve negar que se trata, efetivamente, de uma perspectiva presente na formação do Brasil. O problema é que tal ponto de vista adotado e construído engendrou uma generalização excessiva. Esse movimento os impediu de perceber algo importante na produção do conhecimento histórico-sociológico: a complexidade inscrita nas relações entre grupos e camadas sociais.

Nesse sentido, cumpre expor que o historiador Eduardo Silva mostra o quanto as pesquisas a respeito da historiografia da escravidão brasileira estavam impregnadas de “generalizações mais esquemáticas”.³⁵⁷ Em virtude disso, esse autor pondera que “[...] não podemos pensá-los [os escravos] como um bloco homogêneo apenas por serem escravos”.³⁵⁸

³⁵⁴ MARQUESE, Rafael. “As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira”. *Revista de História*, São Paulo, n. 169, p. 223-253, 2013. O trecho citado está especificamente localizado nas páginas 246-247. Grifos meus para destacar a crítica do autor aos esquematismos presentes na historiografia vigente até os anos 1970.

³⁵⁵ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, p. 335.

³⁵⁶ IANNI, Octavio. Op. cit., 1962, p. 238. Aspas no original.

³⁵⁷ SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 20.

³⁵⁸ Idem, p. 20.

Aqui reside um ponto de forte discordância entre os autores da Escola Paulista mencionados e Gilberto Freyre, especialmente no tocante a um fundamento teórico caro à historiografia da escravidão ocorrida no Brasil, conforme assinalado no primeiro capítulo desta tese. Ora, o sociólogo pernambucano buscou compreender as relações entre escravos e senhores tendo em vista as possibilidades tanto de aproximação quanto de afastamento entre eles, ao passo que os sociólogos paulistas em questão centralizaram suas preocupações de pesquisa na dissensão, no distanciamento. Seguindo essa linha, pode-se propor que

[...] A produção acadêmica da Escola Paulista de Sociologia, conforme exemplificado em Cardoso e Ianni, contrapôs-se à interpretação de Freyre, enfocando no estudo do papel do negro na formação do Brasil sob o prisma dos efeitos deletérios do capitalismo mundial, utilizando uma referência teórica marxista. Como consequência, privilegiaram, no panorama da escravidão brasileira, uma relação de afastamento entre os dominantes (senhores) e dominados (escravos). Assim sendo, esses pesquisadores sobrelevaram as dissensões entre os sujeitos históricos e deram grande ênfase ao afastamento entre as classes senhorial e dos escravos.³⁵⁹

Portanto, assim como discutido no capítulo anterior, a respeito do posicionamento de Freyre sobre a miscigenação, é preciso ressaltar que a dissensão entre senhores e cativos corresponde a uma perspectiva intelectual construída por Cardoso e Ianni, em relação a seu contexto social e intelectual. No plano social, vale destaque à posição política e ideológica desses pesquisadores, em face da situação do negro no Brasil e no mundo.³⁶⁰ Já no que se refere ao plano intelectual, vale acrescentar que

[...] Uma das características principais que pode ser inicialmente destacada é que esses pesquisadores da referida Escola passaram a rivalizar com o paradigma freyreano, propondo, desse modo, uma nova abordagem e interpretação acerca do papel da escravidão na formação do Brasil, estatuindo, gradativamente, uma nova “tradição eletiva”.³⁶¹

Ao argumentarem que predominava, forte e eminentemente, o afastamento entre senhores e cativos,³⁶² na formação do Brasil Colonial e Imperial, Cardoso e Ianni marcam, outrossim, uma posição historiográfica que conjuga teoria/metodologia com suas perspectivas políticas/intelectuais. Em função disso, é preciso acrescentar que

³⁵⁹ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, p. 336.

³⁶⁰ João C. Escosteguy Filho mostra o quanto os intelectuais da Escola Paulista estavam preocupados com a situação do negro na sociedade brasileira e com o racismo sistêmico que fazia (e ainda faz) parte da sociedade brasileira. Conferir em: ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Op. cit., 2015, p. 108.

³⁶¹ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, pp. 330-331. As aspas estão presentes no original para destacar o conceito tomado de empréstimo em: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014, passim.

³⁶² Sílvia H. Lara considera que a perspectiva historiográfica que prevaleceu nos anos 1960/70 conferiu privilégio à ótica senhorial e resultava na exclusão dos escravos. Ela pondera que essa ótica era produzida sem que os autores desejassem que fosse dessa forma. Conferir em: LARA, Sílvia H. “*BLOWIN’ IN THE WIND*”: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. In: *Proj. História*, São Paulo, (12), out. 1995, pp. 43-56. Trecho presente na página 46. Ver também em: LARA, Sílvia H., Op. cit., 2005, p. 25.

[...] A produção intelectual e textual de um pesquisador é coordenada por suas referências teóricas e por seus diálogos com a produção intelectual com a qual tem contato. A leitura de um texto é dotada de maior sentido na medida em que se visa compreender qual é a referência teórica do autor e qual é o debate no qual seu texto se insere, ou seja, qual é a posição que o pesquisador deseja marcar com o seu texto.³⁶³

Retomando a exposição dos limites presentes em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* e em *As Metamorfoses do escravo*, cumpre adicionar que a perspectiva empregada por seus autores acabou conduzindo-os a ler as fontes a partir de um ponto de vista normativo. Desse modo, os escravos aparecem, nos mais destacados argumentos desses sociólogos, como meras forças de trabalho transformadas em “coisas”, em virtude de seu estatuto jurídico. “O problema da coisificação dos escravos ganha então uma dimensão bem mais abrangente [em Perdigão Malheiros e, por conseguinte, na crítica que o autor faz a Fernando Henrique Cardoso]. A definição legal do escravo como ‘coisa’ se transforma também numa condição social”.³⁶⁴ Assim, “[...] A condição jurídica de coisa [...] correspondia à própria condição social do escravo”.³⁶⁵

Investidos do legítimo e pertinente intento de pensar a história a partir dos problemas de sua época, ou seja, do racismo presente na sociedade brasileira do século XX,³⁶⁶ esses autores buscaram denunciar o lugar subalterno do negro na sociedade escravista, tanto quanto o preconceito social existente em nossa formação.

O problema, por outro lado, é que o esquematismo³⁶⁷ empregado na pesquisa levou-os a exatamente desvalorizar o negro como sujeito histórico e – mais ainda – a considerá-lo como sendo incapaz de ações autônomas. Em decorrência, postularam uma visão de que o regime escravista era capaz de reduzir – quase que totalmente – “o africano a um estado de completa anomia social”.³⁶⁸ Trata-se do que Chalhoub definiu como a “teoria do escravo-coisa”.³⁶⁹

Tal teoria – tão difundida na produção historiográfica que é quase supérfluo ficar arrolando nomes de autores – defende a idéia de que as condições extremamente duras da vida na escravidão teriam destituído os escravos da capacidade de pensar o mundo a partir de categorias e significados sociais que não aqueles instituídos pelos próprios senhores.³⁷⁰

³⁶³ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2014a, p. 181.

³⁶⁴ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 36-37. Aspas no original.

³⁶⁵ Idem, p. 38. Trata-se de uma citação de Fernando Henrique Cardoso feita, na íntegra, por Chalhoub, com vistas a destacar o argumento do sociólogo paulista e, ao mesmo tempo, mostrar a interpretação diametralmente oposta que ele (Chalhoub) tem, em relação a Cardoso.

³⁶⁶ ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Op. cit., 2015, p. 108. Neste texto, o autor mostra o quanto autores da Escola Paulista de Sociologia visavam, em suas pesquisas, pensar o escravismo do passado, relacionando-o às permanências de uma sociedade opressora.

³⁶⁷ Cf. MARQUESE, Rafael de Bivar. Op. cit., 2013, p. 246.

³⁶⁸ VAINFAS, Ronaldo. Op. cit., 1999, p. 9.

³⁶⁹ CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990, p. 249.

³⁷⁰ Idem, p. 249.

Com a ideia de coisificação, completa-se o ciclo de análise presente na lógica esquemática dos dois autores que foram os protagonistas deste capítulo. Nesse ciclo de análise, o começo pode ser apontado a partir de uma visão que considera a estrutura econômico-social como determinante da visão de mundo e ações dos sujeitos históricos; afirmo isso, malgrado a exposição teórica de Cardoso e Ianni não ter se constituído precisamente dessa forma.

Como desdobramento, essa chave de leitura engendrou uma visão mecanicista da escravidão, tornando reduzida as chances de esses autores enxergarem possibilidades complexas nas relações entre senhores e cativos. De forma superposta, os sujeitos históricos são tomados a partir de uma leitura normativa³⁷¹ e, com isso, senhores e escravos,³⁷² além de não terem quase nenhuma possibilidade de proximidade, são considerados como peças (ou partes) que se encaixam numa engrenagem sistêmica.

Nestes primeiros dois capítulos da tese, acompanhamos a constituição de um modelo teórico e de um debate historiográfico clássico sobre a escravidão negra ocorrida no Brasil. A partir dos anos 1980, ocorreram mudanças significativas na produção do conhecimento sobre o tema. Essas mudanças colocaram em questionamento alguns dos fundamentos teóricos por vezes excessivamente generalizantes, outras vezes demasiadamente esquemáticos e dualistas, que fizeram parte dessa produção historiográfica dos anos 1930 até 1970. Essas discussões ganharam contornos de contendas que se dirigiram mais fortemente aos autores da Escola Paulista de Sociologia. Contudo, no século XXI, novas propostas críticas retomam, de maneira

³⁷¹ Para essa visão crítica, sirvo-me da proposta lançada por antropólogos a respeito de pesquisas que se centraram na relação – quase sempre conflitante – entre poder normativo do Estado e a concretude das práticas cotidianas. Nesse sentido, os autores enxergam que as margens de um Estado (os escravos podem se inserir nessa perspectiva) não estão meramente submetidas às condições normativas. Embora essas condições exerçam força e poder na vida das pessoas à margem do Estado, essas mesmas margens podem, com suas ações cotidianas, contribuir para a produção da efetiva reconfiguração das normas. Conferir em: DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). Op. cit., 2004. Em adendo, cabe mostrar que João José Reis e Eduardo Silva informam que tratam, no livro *Negociação e Conflito*, das “atitudes concretas” dos cativos, algo que está em consonância com a possibilidade de se enxergar a complexidade inscrita na relação entre norma e prática. Conferir em: SILVA, Eduardo; REIS, João José. Op. cit., 1989, p. 11.

³⁷² Em sua crítica à historiografia que empregou a teoria do “escravo-coisa”, Chalhoub, em *Visões da liberdade*, critica a ideia de coisificação dos cativos. Esse autor argumenta, em linhas gerais, que essa tendência historiográfica – a Escola Paulista de Sociologia – pensava o mundo a partir de uma lógica dada pelas categorias e significados sociais advindo dos senhores. Meu argumento difere um pouco desse. A partir da leitura de F. H. Cardoso e O. Ianni, compreendo que a ideia dos autores é que a visão de mundo dos cativos é caudatária do sistema (e de suas normatividade), o que inclui a dominação senhorial, mas não somente ela. Logo, compreendo que as categorias e significados sociais a partir dos quais os escravos enxergam o mundo são, para Cardoso e Ianni, decorrentes de uma estrutura cujos sentidos ultrapassam a relação senhor-cativo.

requalificada, referenciais teóricos presentes na produção historiográfica da Escola Paulista de Sociologia, tornando o debate ainda mais complexo. São esses posicionamentos teóricos que serão elucidados nos próximos dois capítulos.

3 A HISTORIOGRAFIA SE RENOVA NOS ANOS 1980 E 90: NOVOS OBJETOS, NOVOS APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS E NOVAS VISÕES SOBRE A ESCRAVIDÃO QUE OCORREU NO BRASIL

A Segunda Guerra Mundial inseriu sementes importantes na história do século XX. Em virtude disso, o período posterior a esse acontecimento foi marcado, gradualmente, pelo desenvolvimento dessas sementes, engendrando impactos no campo da produção do conhecimento, incluindo a ciência, a filosofia e as artes. Tendo em vista que “[...] A historiografia não está separada do ambiente intelectual e cultural do qual faz parte”,³⁷³ é preciso realçar o quanto o pós-Segunda Guerra – dentre outras forças conjunturais – concorreu para ensejar crescentes mudanças. Vale destacar que isso ocorreu, em especial, na produção do conhecimento histórico.

Uma dessas mudanças, que interessa diretamente ao argumento aqui desenvolvido, foi a emergência dos testemunhos como algo considerado primordial para se compreender uma angulação singela e sensível acerca do que ocorreu no decurso da Segunda Grande Guerra Mundial. Conseqüentemente, o período em tela trouxe à baila memórias individuais cujos testemunhos fizeram emergir questões tocantes para o mundo.

Dois acontecimentos cruciais que conseguiram sensibilizar o mundo para a importância do testemunho e da memória foram o Tribunal de Nuremberg – iniciado ainda no ano de 1945, ou seja, logo após o fim da Guerra – e o julgamento de Adolf Eichmann – no ano de 1961. Analisando o valor dos testemunhos, para a História, Annette Wieviorka chama a atenção para a força do julgamento de Eichmann, de acordo com o conciso trecho a seguir: “But above all, the Eichmann trial marks the advent of the witness”.³⁷⁴ O destaque dado pela intelectual supradita para tal julgamento, justifica-se pelo fato de o julgamento de Nuremberg ter apresentado uma característica mais burocrática, fundamentando-se em arquivos de papel. Por conseguinte, “[...] Nuremberg ‘failed to reach the hearts of men’”.³⁷⁵

Segundo esse percurso, é pertinente assinalar que, conforme pensamento de Beatriz Sarlo, os anos posteriores a 1970 constataram o aparecimento da subjetividade como algo importante. Segundo a autora, isso ocorreu notadamente a partir do desenvolvimento dos

³⁷³ CALDAS, Pedro Spinola Pereira. “Os *Annales* (II): a escrita do tempo: Fernand Braudel e Jacques Le Goff”. In: TEIXEIRA, Felipe Charbel; CALDAS, Pedro Spinola Pereira. *Historiografia contemporânea*. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012a, pp. 71-102. Trecho localizado na página 74.

³⁷⁴ WIEVIORKA, Annette. “The Witness in History”. In: *Poetics Today*, International Journal for Theory and Analysis of Literature and Communication, Tel Aviv University, Volume 27, Number 2, Summer 2006, pp. 385-397. Trecho encontrado na página 389.

³⁷⁵ Idem, p. 390. Grifos no original.

estudos relacionados à memória. O excerto a seguir nos apresenta uma visão a respeito da transição identificada pela autora na forma de produção de conhecimento em algumas áreas.

Nesse corte entre o novo e o velho, a subjetividade não está em jogo, pelo menos não em primeiro lugar. A crise da idéia de subjetividade vem de outros processos e posições, de grande expansividade para além do campo filosófico, a partir dos anos 1970. O estruturalismo triunfante conquistou territórios, da antropologia à lingüística, à teoria literária e às ciências sociais. Esse capítulo está escrito e tem como título ‘a morte do sujeito’. Quando essa guinada do pensamento contemporâneo parecia completamente estabelecida, há duas décadas [a partir dos anos 1970/80], produziu-se no campo dos estudos da memória e da memória coletiva um movimento de restauração da primazia desses sujeitos expulsos durante os anos anteriores. Abriu-se um novo capítulo, que poderia se chamar ‘O sujeito ressuscitado’.³⁷⁶

Trata-se de um período em que a historiografia ocidental passou a se sensibilizar para questões atinentes às subjetividades, fazendo emergir as ações dos indivíduos como possibilidades de produção de conhecimento em conexão com o coletivo. Diferentemente do que ocorreu, com os *Annales*, por exemplo, em suas duas primeiras gerações,³⁷⁷ a historiografia ocidental posterior aos anos 1970/80 investiu, eticamente,³⁷⁸ na valorização das ações dos sujeitos históricos. Tal investimento intentou, pelo menos em termos teóricos, compreender a construção de sentidos que essas ações guardavam em relação à totalidade, assim como suas possibilidades de ampliar a visão histórica das pesquisas. Um dos objetivos inscritos nessa mudança foi tornar mais complexa as condições epistemológicas para a produção do conhecimento histórico.

A denominada terceira geração dos *Annales*, que floresceu por volta do período pós-1968,³⁷⁹ postulou novas possibilidades de produção do conhecimento histórico. Destaca-se, dentre o conjunto de propostas que foram feitas nessa fase, a preocupação com as ações humanas, algo que já havia sido pensado por Fernand Braudel (na fase correspondente à

³⁷⁶ SARLO, Beatriz. “A crítica do testemunho: sujeito e experiência”. In: SARLO, Beatriz. *Tempo passado: Cultura da memória e guinada e guinada subjetiva*. Companhia das Letras, 2007, pp. 23-44. Trecho retirado da página 30. Os grifos estão no original.

³⁷⁷ A divisão dos *Annales* em primeira, segunda e terceira gerações é proposta por Peter Burke. Conferir em: BURKE, Peter. Op. cit., 1997.

³⁷⁸ São muitos os autores e autoras que chamam a atenção para a necessidade ética de mudança de paradigma no período posterior à Segunda Guerra Mundial, em função de ter emergido, à época, uma dimensão subjetiva dramática, cujo trauma afetou a filosofia, as artes, entre outros campos. Lembro algumas: ARFUCH, Leonor. *Memoria y autobiografía*. Exploraciones en los limites. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2013; SARLO, Beatriz. Op. cit., 2007; GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

³⁷⁹ BURKE, Peter. Op. cit., 1997, p. 79.

segunda geração)³⁸⁰ em sua defesa da história como conhecimento capaz de concatenar três dimensões ou durações temporais.³⁸¹

De acordo com Peter Burke, houve, nessa terceira fase dos *Annales*, uma espécie de reação aos modelos quantitativos e ao “domínio da história estrutural e social”.³⁸² Essa reação foi protagonizada por três correntes: uma mudança antropológica, um retorno à política e um ressurgimento da narrativa.³⁸³ As palavras de Rodrigues contribuem no sentido de adensar os argumentos supramencionados:

Como pensar a descontinuidade a partir de uma tradição historiográfica que tomou o “social” como categoria orientadora? Dialogando com a tradição dos *Annales*, a década de 1970 assiste, na França, à difusão de abordagens que enfrentam essa questão de uma perspectiva muito específica: *alguns autores reassumem a ação dos indivíduos como objeto privilegiado de investigação*. Desse ponto de vista, buscava-se reinterrogar as possíveis relações entre o tempo da ação e os constrangimentos da sociedade e da longa duração.³⁸⁴

Com base nas considerações de Roger Chartier,³⁸⁵ o historiador Felipe Charbel Teixeira apresenta um movimento mais amplo na historiografia ocidental cujo cerne foi, desde as décadas de 1970/80, a “[...] crise dos macromodelos explicativos, como o estruturalismo e marxismo”.³⁸⁶ Seguindo o intelectual francês, o historiador brasileiro afirma que houve, no período em questão, três deslocamentos fundamentais: das grandes estruturas para as redes sociais; dos sistemas de posição (como as categorias profissionais) para situações vividas (como as representações sociais); das normas coletivas para o exame das estratégias singulares. Nesse

³⁸⁰ Fernand Braudel lançou bases para uma metodologia da história que podia concatenar as dimensões ou durações temporais: curta, média e longa. “É este, portanto, o sentido de história total para Fernand Braudel: uma superposição entre três velocidades do tempo”. CALDAS, Pedro S. P. Op. cit., 2012a, p. 90. A curta duração é a que está mais suscetível à ação humana, pois, na curta duração, a vontade consciente das pessoas é visível. Para maiores informações sobre a posição de Braudel, conferir em: RODRIGUES, Henrique Estrada. “Lévi-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 57, 2009, pp. 165-186.

³⁸¹ Cumprir esclarecer que a proposta de Braudel não é ensejada pela preocupação com as ações humanas. Sua discussão tem como ponto de partida as provocações intelectuais das ciências sociais, especialmente da antropologia, que alegava que a história se preocupava demasiadamente com os fatos e pouco com o inconsciente, com o que não é patentemente visto. Braudel, em debate com o antropólogo Claude Lévi-Strauss, argumentou que a história consegue alcançar as estruturas de longa duração (não perceptíveis na ação humana), a partir do tempo. Daí, a articulação entre os três níveis temporais. Conferir em: REIS, José Carlos. “História da História (1950/60) – História e Estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss”. In: *história da historiografia*, número 01, agosto • 2008, pp. 8-18. Ver também: TOMICH, Dale. Op. cit., 2011, p. 40.

³⁸² BURKE, Peter. Op. cit., 1997, p. 93.

³⁸³ Idem, p. 93.

³⁸⁴ RODRIGUES, Henrique Estrada. Op. cit., 2009, pp. 181-182. Grifos meus.

³⁸⁵ Cf. CHARTIER, Roger. “O Mundo como Representação”. In: *ESTUDOS AVANÇADOS*, São Paulo, 11(5), 1991, pp. 173-191.

³⁸⁶ TEIXEIRA, Felipe Charbel. “Novas possibilidades da história política”. In: TEIXEIRA, Felipe Charbel; CALDAS, Pedro Spinola Pereira. *Historiografia contemporânea*. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012, pp. 39-66. Trecho localizado na página 51.

cenário, “[...] Os agentes são compreendidos [...] como sujeitos ativos do processo histórico, [como] seres capazes de modelar suas identidades sociais”.³⁸⁷

Robert Slenes destaca que, junto com as mudanças operadas na história social europeia, a historiografia produzida nos Estados Unidos exerceu forte influência na renovação dos estudos sobre a escravidão brasileira. O tema que impulsiona o argumento desse historiador refere-se às famílias escravas. Segundo ele,

[...] A virada historiográfica representada pelos estudos de Genovese, Gutman e Higman, na verdade, fazia parte de uma mudança de paradigmas na História Social norte-americana e europeia. As pesquisas mais inovadoras caracterizaram-se, com frequência crescente, por um novo enfoque sobre pessoas subalternas – especialmente operários e escravos – vistos agora como ativamente engajados com sua experiência, refletindo sobre ela à luz de sua cultura (e no processo reelaborando essa cultura), e tecendo estratégias de aliança e oposição no encontro com outros agentes históricos.³⁸⁸

Uma vez expostos argumentos que fundamentam a renovação da historiografia ocidental, cumpre informar que este capítulo tem como principal foco discutir a renovação da historiografia pós-1980 a respeito do tema da escravidão ocorrida no Brasil. Tendo em vista que o cerne que se procura atingir é o debate acerca de questões teóricas (e metodológicas), o capítulo está disposto em duas discussões primordiais: (i) a primeira propõe elementos cruciais que compõem a renovadora proposta feita pela historiografia pós-1980; (ii) em seguida, visa-se mostrar como essas propostas se realizaram em alguns dos trabalhos importantes, nesse período da historiografia, procurando elucidar as divergências, contendas e/ou diferentes possibilidades teórico-metodológicas que surgiram no interior dessa tendência historiográfica.

3.1 Novas propostas teóricas operacionalizadas pela historiografia da escravidão brasileira

A produção intelectual brasileira não ficou alheia às mudanças ocorridas na historiografia ocidental. Em adendo, é conveniente chamar a atenção para algumas condições que, no plano interno brasileiro, concorreram para estimular debates cujo núcleo era propor caminhos para a historiografia. E a escravidão ocorrida no Brasil foi um tema em torno do qual floresceram importantes debates teórico-metodológicos.

³⁸⁷ Idem, p. 51.

³⁸⁸ SLENES, Robert W. Op. cit., 1999, p. 39.

O período referente aos anos 1970/80 correspondeu à expansão e consolidação da pós-graduação, no Brasil,³⁸⁹ assim como ocorreu a “profissionalização em escala nacional do ofício do historiador”.³⁹⁰ Em decorrência, as pesquisas desenvolveram-se em maior volume, havendo, dessa forma, a ampliação dos profissionais dedicados a tal tarefa.³⁹¹ O impacto no âmbito da historiografia da escravidão foi mais bem percebido no decurso dos anos 1980.

Os historiadores faziam visitas aos arquivos e, “com pesquisa empírica intensiva em materiais manuscritos antes inexplorados”,³⁹² procuravam se servir de novas fontes,³⁹³ com o intuito de buscar respostas aos seus questionamentos de pesquisa. Em decorrência, “hoje [anos 1980] os estudiosos redescobrem nos arquivos e cartórios os instrumentos necessários para o avanço do conhecimento a respeito da escravidão no Brasil”.³⁹⁴

Cumprir adicionar que as lutas do movimento negro ganhavam novas forças, em fins dos anos 1970, período em que enfraquecia o governo ditatorial comandado pelos militares desde 1964.³⁹⁵ Ademais, “[...] Ao que tudo indica, o centenário da abolição em 1988 foi o auge do interesse dos pesquisadores pela escravidão e pela cultura afro-brasileira”.³⁹⁶

Na esteira dessas mudanças vividas no contexto brasileiro, a historiografia que trata da escravidão ocorrida no Brasil se renovou. E tal renovação foi afetada e influenciada tanto por transformações em nível global quanto em nível local. Nesse cenário, a produção intelectual obrada nos centros acadêmicos propôs outras maneiras de enxergar a escravidão, de interpretá-la. Essa virada foi realizada a partir do diálogo desses pesquisadores com seu contexto historiográfico³⁹⁷ e com seus principais contendores intelectuais.³⁹⁸

³⁸⁹ ALVES, Miriam Fábria; OLIVEIRA, João Ferreira de. “Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais”. In: *RBPAAE* – Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Goiás, v. 30, n. 2, p. 351-376, mai./ago. 2014, p. 363-366.

³⁹⁰ MARQUESE, Rafael de Bivar. Op. cit., 2013, p. 228.

³⁹¹ LARA, Silvia H., Op. cit., 2005, p. 25.

³⁹² MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Op. cit., 2004, p. 35.

³⁹³ Robert Slenes chama a atenção, por exemplo, para as fontes demográficas e suas funções nas novas pesquisas sobre a família escrava. SLENES, Robert W. Op. cit., 1999, p. 43. Silvia Lara argumenta que os processos criminais e autos de inquirição de escravos fugidos correspondem a uma documentação que “[...] nos permite uma aproximação da fala escrava, ainda que filtrada pela pena do escrivão”. Conferir em: LARA, Silvia H. Op. cit., 1988. O trecho citado está na página 24.

³⁹⁴ MACHADO, Maria Helena P. T. Op. cit., 1988, p. 144.

³⁹⁵ Cf. DOMINGUES, Petrônio. “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”. In: *Tempo [online]*, 2007, vol.12, n.23, pp.100-122. ISSN 1413-7704. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>.

³⁹⁶ SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2009, p. 190.

³⁹⁷ Trata-se de uma referência clara à renovação dos estudos no campo da história das ideias, a partir dos anos 1960, com a Escola de Cambridge, conforme já pontuado na Introdução desta tese. Conferir em: PALTÍ, Elías. Op. cit., 2012.

³⁹⁸ Ao mencionar o diálogo que os intelectuais travam com outros contendores, pretendo chamar atenção para o fato de que o ponto de vista que adoto lastreia-se na noção de que as contendas intersubjetivas são elementos que também deixam marcas na produção do conhecimento de um autor. O que desejo ressaltar é que, na

A questão nodal que impulsionou essa virada foi a forma como a produção intelectual brasileira dos anos 1950/70 pensava teoricamente a escravidão e, por conseguinte, como essa mesma produção a interpretava. Em razão disso, a historiografia pós-1980 encaminhou suas pesquisas tendo como ponto de partida a crítica à posição teórica e interpretativa adotada pela historiografia dos anos 1950/70.³⁹⁹ E, nesse cenário, podemos incluir a Escola Paulista de Sociologia e os autores discutidos no capítulo anterior desta tese como primordiais.

A produção historiográfica pós-1980⁴⁰⁰ elegeu como um de seus grandes rivais, no plano intelectual, os trabalhos clássicos da sobredita Escola.⁴⁰¹ Segundo Lara,

[...] A partir da década de 1980, os estudos sobre a escravidão dos africanos e seus descendentes no Brasil passaram por transformações que redimensionaram a abordagem do tema. Questionando as amarras estruturais de paradigmas explicativos fixados na década de 1960, vários pesquisadores enfatizaram a necessidade de procurar outras perspectivas de análise [acerca da escravidão]. Ao criticar o enfoque estritamente macroeconômico e a ênfase no caráter violento e inexorável da escravidão, observaram que o resultado da maior parte da produção sobre o tema era uma história que, mesmo sem o desejar, apoiava-se numa óptica senhorial que era, inevitavelmente, excludente. Recuperando movimentos e ambigüidades que antes poderiam parecer surpreendentes, valorizaram a experiência escrava, que passou a ser analisada com base em outros parâmetros. Assim, os valores e ações dos escravos foram incorporados como elementos importantes para a compreensão da própria escravidão e suas transformações.⁴⁰²

A historiadora Maria H. P. T. Machado chama a atenção para algumas das relevantes características que fizeram parte das pesquisas realizadas no período pós-1980. Nessa fase de nossa historiografia da escravidão,

produção do conhecimento historiográfico, os elementos teórico-metodológicos e o contexto são cruciais, mas há que se atentar também para o fato de que as contendas intelectuais conferem um foco para as discussões entre os autores. Esse foco é primordial para se compreender o sentido inscrito na tese de um autor, pois a tese não fala solitariamente, dialoga, portanto, com um contexto geral e com contendores específicos, a quem os autores pretendem dar respostas. Meu argumento tem como ponto de partida: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014. Outra referência intelectual da qual me sirvo é: HOBBSAWM, Eric. Op. cit., 1984, pp. 9-23.

³⁹⁹ As críticas à célebre obra de Gilberto Freyre não cessaram, mas a produção historiográfica posterior aos anos 1980 elegeu fortemente o paradigma da Escola Paulista como algo a ser combatido. E isso acabou dando um cariz que pode ser apontado como compartilhado pelas pesquisas do período. À frente, vamos apontar outras perspectivas que tornaram o debate mais complexo ainda. Para maiores informações, ver: PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a.

⁴⁰⁰ É conveniente chamar a atenção para o fato de que, aqui, trato da historiografia pós-1980 de uma forma mais geral, o que remete a seus pontos de convergência. Stuart Schwartz tem uma visão mais complexa da historiografia da escravidão do período. Segundo ele, “A reação a esta interpretação estruturalista veio em duas fases”. Há uma primeira fase que corresponde aos estudos influenciados pela História Social da época. Estes estudos destacam-se por uma ênfase na resistência escrava e, por conseguinte, na observação atenta à sua volição. Segundo o autor, outra onda de estudos veio posteriormente, nos anos 1990, tendo um viés cultural forte e uma influência freyreana. Essa leva começou “a se voltar para temas como infância, corpo, sexualidades, linguagem, representações e identidades”. SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2009, pp. 180-182.

⁴⁰¹ Há, nessa frase, uma referência ao conceito de tradições eletivas, de Fernández Sebastián, conforme desenvolvido na Introdução dessa tese. A ideia remete ao mencionado autor voga porque mostra claramente a eleição de uma tradição para debate, de modo a inscrever-se nas contendas intelectuais que permitem achar um lugar na história da historiografia. Cf. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014.

⁴⁰² LARA, Silvia H., Op. cit., 2005, p. 25.

Conceitos com (sic.) os de resistência e autonomia entre os escravos têm sido reiteradamente apontados como núcleos centrais para a reconstituição de uma história preocupada em reverter as perspectivas [historiográficas] tradicionais e integrar os escravos em seus comportamentos históricos, como agentes efetivamente transformadores da instituição [escravista].

Baseados numa visão integracionista da sociedade escravista, alguns estudiosos têm sugerido que os grupos [de] escravos, na busca de forjar espaços de autonomia econômica, social e cultural, interagiram com o regime de trabalho [...] moldando [...] o sistema escravista que procurava reduzi-los a meros instrumentos de produção das riquezas coloniais.⁴⁰³

Nessa trilha, o historiador Stuart Schwartz analisa a produção da historiografia da escravidão posterior à década de 1980 como inscrita “numa fase de transição de um modelo cognitivo de apropriação do papel do escravo negro na sociedade brasileira”.⁴⁰⁴ Para o autor, uma das questões eleitas para essa historiografia como importante é a volição cativa, “o que foi apelidado de ‘agência’ de escravos”.⁴⁰⁵ Ele salienta que a historiografia em apreço procurou não deixar de dirigir seu olhar para as ações dos escravos, mesmo sabendo que tais ações devem ser vistas “frente às limitações estruturais e às assimetrias do poder”.⁴⁰⁶ Assim, “[...] Esses estudos mudaram o foco para as condições locais e os esforços individuais ou coletivos no Brasil e fora do sistema colonial, como um todo”.⁴⁰⁷

É pertinente iluminar que, em vista dessas configurações teórico-metodológicas, diversas pesquisas passaram a analisar a relação senhor-escravo com base em outros ângulos. Vale acrescentar que não somente a relação senhor-escravo, mas também a forma como os cativos lidavam com a sociedade como um todo. Foi assumida, deste então, uma posição política em prol do caráter mais complexo da escravidão. E essa postura pautou a produção do conhecimento histórico acerca do tema em análise.

Os trabalhos produzidos nesse período passaram a externar, destarte, preocupações diferentes das que haviam presidido a orientação teórica dos integrantes da Escola Paulista. Em vez de uma “oposição visceral entre senhores e escravos”,⁴⁰⁸ a historiografia pós-1980 fez emergir outras possibilidades de se conceber e enxergar essa relação. E essas possibilidades se abriram a pensar a relação senhor-escravo por meio de estudos sobre “[...] a família escrava, as fugas e revoltas [cativas], as irmandades, as relações dos escravos com as instituições senhoriais, e tantos outros aspectos [que] passaram a ser objeto de vários estudos, configurando

⁴⁰³ MACHADO, Maria Helena P. T. Op. cit., 1988. Trecho localizado na página 146.

⁴⁰⁴ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, p. 341.

⁴⁰⁵ SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2009, p. 181.

⁴⁰⁶ Idem, p. 181.

⁴⁰⁷ Idem, p. 181.

⁴⁰⁸ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, p. 333.

terrenos historiográficos com debates próprios”.⁴⁰⁹ Esses debates carregaram em seu bojo questões teóricas diferenciadas, incluindo, nesse rol, as novas possibilidades de se pensar a relação senhor-cativo.

Silvia H. Lara, por exemplo, norteia sua discussão a respeito da escravidão tendo por base o tema da violência, a fim de “[...] recuperar o modo como senhores e escravos viviam e percebiam sua prática”.⁴¹⁰ Essa pesquisa de Lara procura fazer uma imersão no cotidiano da relação senhor-escravo, com vistas a perscrutar os confrontos, as relações de luta e resistência cativa, bem como “acomodamentos e solidariedades vividos e experimentados por aqueles homens e mulheres coloniais”.⁴¹¹ A discussão sobre violência e paternalismo é uma pauta importante desse livro em apreço.

No transcurso da argumentação, percebe-se que um de seus objetivos é contrapor-se às duas visões clássicas acerca das interações entre senhores e cativos. A primeira representada por Gilberto Freyre, que, de acordo com a autora, enxergava essa relação pelo prisma da ideologia patriarcal que içou ao pódio a noção de brandura da escravidão.⁴¹² A segunda é figurada por pesquisadores que, nos anos 1950/70, estruturaram o debate em torno da relação senhor-escravo a partir da noção de violência no cativo, contrapondo-se à perspectiva freyreana.⁴¹³

Em sentido geral, pouco a pouco, a visão binomial que prevaleceu na produção da Escola Paulista – aquela visão que opunha paternalismo e violência –, foi sendo substituída pela visão integrativa, sobretudo a partir dos anos 1970. Segundo Lara, uma autora que acrescenta a esse debate é Maria Sylvia Carvalho Franco, na medida em que procurou escapar às determinações socioeconômicas e, por conseguinte, passou a propor que as relações estabelecidas num modelo escravista como o brasileiro favoreciam tanto as possibilidades de violência como de paternalismo.⁴¹⁴

Outro exemplo elucidativo das novas possibilidades de se conceber e pensar a relação senhor-escravo está no livro *Negociação e conflito* – a resistência negra no Brasil escravista.⁴¹⁵

⁴⁰⁹ LARA, Silvia H. Op. cit., 2005, p. 27.

⁴¹⁰ LARA, Silvia H. Op. cit., 1988, p. 21.

⁴¹¹ Idem, p. 21.

⁴¹² Silvia Lara trata Freyre como tendo enxergado fortemente o paternalismo e não a violência no cativo. O historiador e doutor em antropologia Ricardo Benzaquen de Araújo enxerga a relação senhor-escravo, em Gilberto Freyre, por outra perspectiva, pois procura, a partir do conceito de antagonismos em equilíbrio, salientar as possibilidades de pensar a relação senhor escravo como ora de afastamento, ora de aproximação. Depreende-se, então, que, para Araújo, paternalismo e violência estão inscritos no campo de possibilidades composto por “Guerra e Paz” (título de seu livro). Conferir em: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Op. cit., 1994.

⁴¹³ LARA, Silvia H. Op. cit., 1988, p. 100.

⁴¹⁴ Idem, p. 105.

⁴¹⁵ SILVA, Eduardo; REIS, João José. Op. cit., 1989.

Trata-se de um trabalho que congrega dois historiadores: João José Reis e Eduardo Silva. Neste texto, é possível identificar, em sentido geral, que os autores procuram pesquisar a escravidão contemplando a noção de que o escravo não deve ser visto como uma mera força de trabalho, mas como sujeito histórico.

O livro em análise preocupa-se em destacar a ação cativa e sua resistência permanente ao sistema. Mas não o faz com base numa noção de escravo rebelde o tempo todo, tampouco de escravo coisificado. Discute, destarte, “[...] as limitações dos estudos que vêem a escravidão como um sistema absolutamente rígido, quase um campo de concentração, em que o escravo aparece como vítima igualmente absoluta; ou, ao contrário, dos estudos que enfatizam o heroísmo épico da rebeldia”.⁴¹⁶

Uma expressão que define bem o norte analítico do presente livro é a seguinte: os escravos não foram nem Zumbi nem Pai João. Nesse sentido, o enredo do livro é a resistência cativa, haja vista que essa perspectiva remete às ações dos escravos como personagens principais que agiam resistindo ao controle de seus senhores ou ao sistema escravista que severamente lhes impunha uma condição de vida desumana.

O importante – para efeito da discussão a respeito da relação senhor-cativo – é evidenciar que os autores procuram se pautar numa linha de raciocínio que intenta sublinhar as atitudes dos cativos, às vezes, “paradoxais na aparência, mas atitudes concretas”.⁴¹⁷ Essas atitudes revelavam que “[...] No Brasil como em outras partes, os escravos negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema”.⁴¹⁸ Com isso, “[...] Os proprietários, e a sociedade como um todo, foram sempre obrigados a reconhecer um certo espaço de autonomia para os cativos”.⁴¹⁹ É nesse sentido que se pode afirmar que, “[...] Entre Zumbi e Pai João havia muitas combinações e possibilidades de luta contra a escravidão”.⁴²⁰

Como se pode observar pelos exemplos apresentados, a historiografia da escravidão em apreço abriu-se a questões teóricas novas. A consideração acerca das possibilidades complexas nas interações cativas – representada, não raramente, pela relação senhor-escravo – e, por conseguinte, uma sensibilidade intelectual com a agência cativa são duas chaves teóricas que

⁴¹⁶ Idem, p. 7.

⁴¹⁷ Idem, p. 11.

⁴¹⁸ Idem, p. 14.

⁴¹⁹ Idem, p. 21.

⁴²⁰ PEREIRA, Matheus Serva. “QUILOMBOS, REVOLTAS E FUGAS”. In: *Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF*. Rio de Janeiro/Niterói: Ed. ALTERNATIVA/EdUFF, 2013, pp. 87-95. Trecho localizado na página 87.

contribuíram para estimular ou impulsionar, em outro nível/proporção,⁴²¹ o surgimento de temas de pesquisa concernentes à escravidão. Porém, mais do que a ampliação de temas, o enfoque analítico que proponho recai na renovação teórico-metodológica, conforme delineado, sinopticamente, no excerto a seguir, por Silvia Lara.

Muitos estudos voltaram-se para a análise das práticas cotidianas, costumes, enfrentamentos, resistências, acomodações e solidariedades, modos de ver, viver, pensar e agir dos escravos. *Procurando incorporar as visões escravas da escravidão, as diversas monografias, teses e livros produzidos nas últimas décadas têm discutido os significados das lutas escravas e das muitas esferas da vida dos cativos que floresceram sob o domínio escravista. Além das relações entre senhores e seus escravos, enfocam-se também aquelas que mantinham com seus companheiros de cativo, com outros senhores, com ex-escravos e pessoas livres pobres, investigando laços familiares e de compadrio ou práticas econômicas que estiveram na base de muitas estratégias de so-brevivência (sic) e de projetos de liberdade durante a escravidão e depois dela.*⁴²²

3.1.1 A assunção de uma nova pauta teórica de pesquisa: a aposta na complexidade inscrita nas relações sociais e no poder de agência dos cativos

Numa perspectiva crítica à historiografia do período pós-1980, a historiadora Suely Robles Reis de Queiróz argumenta, fundamentada em Jacob Gorender, que as pesquisas dessa fase promoveram um retorno ao patriarcalismo de Gilberto Freyre, o que é conceituado por Gorender de “neopatriarcalismo”.⁴²³ Queiróz explica, sinteticamente, o que é o “neopatriarcalismo”.

Ela [a nova historiografia pós-1980] repensa o conceito de violência do sistema, admitindo a existência de espaço para o escravo negociar um cotidiano mais brando. Nesse cotidiano, ele iria lançando mão de ‘estratégias’ para sobreviver, ora curvando-se aos ditames do senhor, ora a eles resistindo.⁴²⁴

A preocupação de Queiróz dirige-se, primordialmente, ao deslocamento que a mencionada historiografia realizou a respeito da noção de violência do cativo. Segundo essa pesquisadora, em contraposição à tese dos integrantes da Escola Paulista de Sociologia sobre o caráter violento do cativo, os trabalhos sobre a escravidão teriam passado, nesse contexto de

⁴²¹ Essa ponderação “em outro nível/proporção” visa mostrar que essas chaves são novas em alguma medida, especialmente em contraposição à Escola Paulista de Sociologia. Afirma-se que são novas em alguma medida porque Gilberto Freyre já havia pautado suas pesquisas na relação senhor-escravo, não deixando também de enxergar os papéis dos cativos na sociedade brasileira. É evidente que Freyre o fez em outra proporção e em outro contexto, o que já confere uma marca distintiva entre o sociólogo pernambucano e a renovada historiografia pós-1980. Mas há que se reconhecer a importância teórica e analítica de Freyre.

⁴²² LARA, Silvia H. Op. cit., 2005, p. 25, grifos meus.

⁴²³ QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Op. cit., 1998, p. 108. Segundo a mencionada autora, Gorender analisa essa no livro intitulado *A escravidão reabilitada*. Esse livro mostra, de acordo com Queiróz, que o caráter consensual da escravidão teve o sentido de “justificar o passado escravista” brasileiro. Cf. Idem, ibidem.

⁴²⁴ Idem, p. 108, grifos no original.

fins do século XX, a valorizar, excessivamente, o que ela denominou de “caráter consensual [da escravidão] que nega a coisificação e seria aceita pela maioria dos cativos”.⁴²⁵

Parece que a ênfase de Queiróz recai menos nos aspectos teóricos das contendas entre os pesquisadores e mais no caráter interpretativo e ideológico desses debates, haja vista que sua preocupação nuclear está no que considera uma forma de produção de conhecimento que não prioriza a dominação violenta exercida por senhores sobre cativos. Em decorrência, essa historiadora perde de vista a possibilidade de discorrer sobre apropriações e recusas⁴²⁶ ocorridas entre as matrizes historiográficas. Refiro-me especificamente aos debates teóricos entre os intelectuais e pesquisadores.

Diferentemente do que Queiróz defende, compreendo que a historiografia da escravidão brasileira posterior aos anos 1980 não promoveu, necessariamente,⁴²⁷ um retorno ao alegado patriarcalismo freyreano. O argumento que desenvolvo baseia-se, conforme exposto acima, num ponto de vista epistemológico. Desse modo, é pertinente repisar que a historiografia pós-1980 buscou colocar em relevo as possibilidades complexas das interações estabelecidas pelos escravos (notadamente suas interações com os senhores) e, por conseguinte, a agência cativa.⁴²⁸

Essa guinada teórica se colocou frontalmente contra o paradigma teórico defendido por sociólogos da Escola Paulista. Ao realizar tal inflexão, o novo paradigma intentava favorecer a ampliação do conhecimento e “fugir das dicotomias que classicamente acompanham o tratamento do tema [relativo aos significados da liberdade]”.⁴²⁹ Fugir das dicotomias clássicas implicava, por exemplo, pensar a relação entre senhores e cativos por outras possibilidades, isto é, com base na noção de que tal relação poderia ser complexa, contemplando ora afastamentos, ora aproximações.

É precisamente nesse ponto que a historiografia pós-1980 se aproximou, em alguma medida, da concepção teórica de Gilberto Freyre, haja vista que incorporou – conforme

⁴²⁵ Idem, p. 108.

⁴²⁶ A expressão guarda inspiração na instigante tese de Daniel Pinha sobre Machado de Assis. A forma como Pinha analisa a complexidade da posição intelectual do nosso grande literato é instigante porque traz à tona também a recusa machadiana à euforia representada pelas ideias europeias importadas pela Geração de 1870. Em alguma medida, o movimento ou operação teórica que realizo para pensar a historiografia está calcada e inspirada nessa tese. Conferir em: PINHA, Daniel. Op. cit., 2012.

⁴²⁷ A ideia de que não necessariamente promoveu um retorno ao patriarcalismo tem o sentido de deixar em aberto para identificações de propostas que, eventualmente, pautaram-se nessa linha denominada de “neopatriarcalismo”. No entanto, meu argumento é que se trata de uma interpretação que não leva em conta fortemente aspectos teóricos relacionados à renovação do conhecimento do período pós-1980, tampouco se preocupa com aspectos teóricos presentes no livro de Gilberto Freyre.

⁴²⁸ Conferir também em: LARA, Silvia H. Op. cit., 2005. Na página 25 de seu texto, a autora frisa bem essas mudanças.

⁴²⁹ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 16.

discutido no primeiro capítulo desta tese – uma pauta de pesquisa similar à que foi lançada pelo sociólogo pernambucano, nos anos 1930, com o fito de compreender a escravidão brasileira por outra perspectiva, ou seja, diferente da que havia prevalecido nos anos 1950/70.⁴³⁰

Deliberadamente ou não⁴³¹, a historiografia pós-1980 retomou, de alguma forma, essa pauta teórica clássica freyreana de que a relação senhor-cativo é produtiva para se pesquisar a escravidão. Aliás, cumpre repisar que não se trata apenas da complexidade nas relações entre essas camadas ou grupos sociais supraditos, mas na consideração de que os cativos experimentaram, no regime escravista brasileiro, possibilidades de interações mais complexas do que a visão binomial e polarizada (senhor-cativo) poderia fornecer.

Parece-me que é essa aproximação – uma aproximação teórica, não necessariamente interpretativa ou ideológica – que criou um efeito perceptivo de que a historiografia pós-1980 estava recuperando um alegado patriarcalismo freyreano, conforme interpretação de Queiróz.⁴³² Ademais, deve ser reiterado que minha afirmação de que há uma aproximação com a pauta sociológica de Freyre não implica sustentar que houve uma influência direta desse pesquisador, mas, em alguns casos, uma influência indiretamente sofrida. Afirmando isso porque há pesquisadores que não irão concordar, decerto, com minha interpretação e se esquivarão de aceitar essa aproximação teórica que estabeleço aqui entre suas obras e a do sociólogo pernambucano.

De acordo com o que já foi apontado anteriormente, as mudanças na historiografia ocidental do período pós-1970/80 caminharam no sentido de se preocupar com a agência humana e com as questões de cunho antropológico.⁴³³ Ao realizar essa inflexão, muitas pesquisas do período⁴³⁴ passaram a enxergar a escravidão tendo como ponto de partida a relação

⁴³⁰ Beatriz Mamigonian destaca que as pesquisas da nova historiografia pós-1980, ao valorizarem a “diversidade das experiências históricas da população escravizada”, “[...] chegaram aos africanos e à sua experiência distinta”, o que permite à autora apontar uma remissão à pauta de pesquisa que havia sido proposta por Nina Rodrigues, ainda no século XIX. Trata-se de uma visão que busca remissões intelectuais que nos permitem pensar um aspecto de continuidade na historiografia que trata da vida dos africanos, no Brasil. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Op. cit., 2004, p. 36.

⁴³¹ Ratifico que meu argumento é que pesquisadores, no período pós-1980, pensaram a relação senhor-escravo como chave teórica que lhes permitia enxergar a complexidade inscrita nessa relação. Minha incerteza é se fizeram isso a partir de uma pauta sociológica claramente freyreana. Minha hipótese é que sim, logo, entendo que essa é, em alguma medida, uma permanência da teoria do sociólogo pernambucano na historiografia pós-1980. Afinal, todos (ou quase todos) os pesquisadores que estudaram a escravidão, nos anos 1980/90, foram afetados, em alguma medida, pela historiografia clássica, para o “bem” (seja em concordância) ou para o “mal” (seja em discordância). Porém, ao afirmar isso, não estou sustentando que a historiografia pós-1980 retornou a Freyre; apenas sugiro que há uma apropriação teórica do sobredito sociólogo pernambucano pela referida historiografia.

⁴³² QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Op. cit., 1998, p. 108.

⁴³³ BURKE, Peter. Op. cit., 1997, p. 93.

⁴³⁴ Conferir em: LARA, Silvia H. Op. cit., 1988; FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas – Famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro c.1790 – c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; SILVA, Eduardo; REIS, João José. Op. cit., 1989.

senhor-escravo (ou as interações dos escravos com outras parcelas da sociedade) como pauta fecunda para a ampliação do conhecimento acerca do tema em apreço.

Portanto, seja pela incorporação da pauta sociológica freyreana, seja pela incorporação das sementes teóricas que frutificavam no panorama historiográfico ocidental de fins do século XX, fato é que a historiografia da escravidão (pós-1980) passou a se preocupar com as relações complexas estabelecidas pelos cativos em nossa formação.⁴³⁵

Parece-me que a aposta subjacente às preocupações teóricas dessa historiografia é que a ênfase nas relações variegadas realizadas pelos cativos (incluindo a relação senhor-escravo como referência central) permitiriam às pesquisas conhecer mais detalhadamente a formação do Brasil, incluindo o regime escravista. E esse aparato teórico-metodológico trouxe consigo a possibilidade de enxergar que as mencionadas relações não devem ser enquadradas sob o ponto de vista normativo (das leis e normas sociais pré-estabelecidas), tampouco sob uma perspectiva que se preocupa, quase que exclusivamente, com a dominação.

Cumpre somar que, no âmago dessas mudanças, foram engendrados trabalhos cujos objetivos eram diversificar mais ainda essas propostas teóricas. Ao realizarem isso, enfatizaram mais contundentemente suas preocupações com o papel dos cativos como agentes sociais conscientes e ativos.⁴³⁶ Dessa forma, é preciso ressaltar que

[...] Enfoques historiográficos mais recentes, configurados sobretudo a partir da década de 1980, concentraram seus esforços na percepção dos cativos enquanto sujeitos das transformações históricas ao longo dos períodos de escravidão. [...] Contrapondo-se às teses clássicas, que ressaltam a anomia das populações escravas, esses pesquisadores enfatizam a relevância dos escravos como agentes históricos manifestados no plano da resistência social e da cultura. Chamam a atenção para reelaboração por parte dos cativos dos significados culturais e políticos a respeito das visões da liberdade e da conjuntura política em que estavam inseridos e a conseguinte percepção por parte deles mesmos quanto às mudanças sociais que ocorriam à sua volta.⁴³⁷

Portanto, ao se abrirem a essas possibilidades de enxergar as complexas interações estabelecidas pelos cativos com a sociedade (e com senhores), assim como de vislumbrar o papel ativo dos escravos, as pesquisas passaram

[...] a enxergar que os cativos também constituíam famílias, organizavam-se em quilombos (resistiam à escravidão), cultivavam um pedaço de terra nas fazendas onde

⁴³⁵ Cabe reiterar que Silvia H. Lara também chama a atenção para essa pauta. Conferir em: LARA, Silvia H. Op. cit., 1988, p. 25.

⁴³⁶ Conforme será apresentado e discutido, à frente, Sidney Chalhoub é um dos que representam essa ampliação em direção à agência cativa, pois, em seu trabalho, esse historiador adota uma angulação fortemente voltada para o ponto de vista dos escravos. Conferir em: CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990.

⁴³⁷ PROENÇA, Wander de Lara. "Escravidão no Brasil: Debates Historiográficos Contemporâneos". In: *Anais eletrônicos da XXIV Semana de História: "Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior"*, São Paulo, UNESP, 24 a 27 de setembro de 2007, pp. 1-10. Trecho localizado na página 4.

eram escravizados, conseguiam sua carta de alforria (e tornavam-se trabalhadores livres), possuíam vínculos de natureza diversa com seus senhores, tiveram (alguns desses escravos) acesso à justiça, participavam de cultos católicos etc.⁴³⁸

3.1.2 Uma nova concepção de tempo como ferramenta heurística para compreender as relações sociais escravistas

Nas discussões realizadas sobre a historiografia clássica da escravidão brasileira, de acordo com o que está disposto nos dois primeiros capítulos desta tese, vimos que Gilberto Freyre e a Escola Paulista de Sociologia usam concepções de tempo que, heurísticamente, exercem influência em suas interpretações e conclusões a respeito do tema aludido.

Em Freyre, conforme analisado no primeiro capítulo desta tese, a concepção de tempo sincrônico⁴³⁹ é uma medida usada com vistas a tentar compreender melhor as contribuições de cada povo para a formação do Brasil. Trata-se, pois, de uma perspectiva estrutural de tempo cuja operacionalização conduz o sociólogo pernambucano a vislumbrar, eminentemente, aspectos culturais que servem de matriz de compreensão acerca de nossa formação. Essa é uma das chaves que favorecem a interpretação da miscigenação como algo que teve um caráter positivo na nossa formação.

Em complemento, é pertinente assinalar que Freyre tem uma visão contextual da colonização. Essa perspectiva permite ao sociólogo entrever aspectos que remetem ao papel da colonização e sua influência nas relações entre senhores e cativos.⁴⁴⁰ É por meio dessa angulação que Freyre argumenta acerca do caráter deletério da produção monocultora para os papéis desempenhados pelos negros escravizados, no Brasil colonial.

Portanto, é na articulação desses dois níveis de tempo que o sociólogo interpreta as relações entre senhores e cativos, no Brasil. Por isso, pode-se afirmar que:

[A] originalidade metodológica de Gilberto residiu em aplicar ao estudo de uma sociedade histórica, a brasileira, a perspectiva sincrônica da nova Antropologia. Daí, entre outras características, o seu gosto pelas totalidades em detrimento das seqüências e da descrição em prejuízo da narração.⁴⁴¹

Os integrantes da Escola Paulista de Sociologia, de acordo com o que foi exposto no segundo capítulo desta tese, operacionalizaram uma concepção de tempo cuja mecânica intelectual articulou sincronia e diacronia. Em sentido geral, o objetivo de ambos foi analisar a

⁴³⁸ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, p. 339.

⁴³⁹ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Op. cit., 2001, p. 33.

⁴⁴⁰ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2014a, p. 184.

⁴⁴¹ MELLO, Evaldo Cabral de. Op. cit., 2001, p. 21.

situação do negro tanto no processo de formação do modo de produção escravista, no Brasil, quanto no período posterior à vigência do trabalho escravo.

A construção argumentativa se encontra em superposição. Os autores mostram, primeiramente, as condições de vida dos cativos em que prevaleciam a subalternidade e a desumanidade. Em seguida, apresentam a principal mudança derivada da condição de liberto pelo fim da escravidão como um regime.

Como consequência dessa visão de tempo, cabe frisar que um ponto forte da tese de ambos encontra-se em seguida, haja vista que discorrem sobre as permanências do trabalho servil na pele e na pessoa do negro, chamando a atenção, de forma primaz, para a transmutação da situação social subalterna para o racismo. Sendo assim, a concepção de tempo é a semente que permite germinar a crítica acerca da sociedade escravista e, nesse diapasão, sobre o lugar que foi destinado aos negros, em nossa formação.

Não obstante os ganhos teóricos e interpretativos que florescem de cada perspectiva destacada acima, é fundamental argumentar que a historiografia da escravidão brasileira pós-1980 trouxe à baila uma nova concepção de tempo para pensar as relações estabelecidas no regime servil do Brasil. Essa nova concepção correspondeu a uma visada que se abriu a enxergar, de forma mais detalhada, a temporalidade humana. Um dos principais motivos que explica a operacionalização dessa concepção é influência que a historiografia ocidental exerceu sobre esses pesquisadores.

Ora, se os *Annales* – especialmente com Fernand Braudel- trouxeram para a produção do conhecimento histórico uma visão de tempo plural,⁴⁴² não se deve negar o quanto a Terceira Geração⁴⁴³ dos *Annales* contribuiu para uma visão do tempo “como mestre regente das ações sociais, como meio concatenador da vida cultural, enfim, como um campo de existência efetivo em que as relações humanas se plasman”.⁴⁴⁴

Ao analisar a proeminência da autobiografia e do testemunho, nas últimas décadas do século XX e na primeira do século XXI, Leonor Arfuch nos ajuda a delinear a questão, afirmando que,

[...] Em los últimos años, y quizá confirmando que hay, em toda elaboración colectiva de um passado traumático, temporalidades de la memoria, fueran apareciendo em Argentina diversas narrativas em torno de la violencia política de los años setenta que

⁴⁴² Conferir em: TOMICH, Dale. Op. cit., 2011, p. 40. Outra referência importante é Marquese. Conferir em: MARQUESE, Rafael de B. Op. cit., 2013, p. 236. Outro texto que discute a importância de Braudel é: RIBEIRO, Guilherme. Op. cit., 2010.

⁴⁴³ BURKE, Peter. Op. cit., 1997, pp. 79-93.

⁴⁴⁴ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017b, p. 19.

daban cuenta de la terrible experiencia de la represión desatada por la última ditadura militar (1976-1983) [argentina].⁴⁴⁵

Além disso, Dale Tomich mostra o quanto a micro-história se colocou, nos anos 1980, como uma proposta de ampliação das possibilidades de se valorizar – de forma mais contundente – outras dimensões do tempo.⁴⁴⁶ “Ela [a micro-história] se desenvolveu como resposta à história serial praticada por Fernand Braudel e pela escola francesa dos *Annales*, com os quais manteve uma relação complexa, mesmo seguindo um caminho independente e, em certo sentido, oposto”.⁴⁴⁷

Pesquisadores que estudavam a escravidão brasileira, nesse cenário de ampliação teórico-metodológicas, foram aos arquivos e buscaram novos tipos de documentos sobre o tema em apreço. Derivou deste trabalho o uso “de fontes variadas, qualitativas e quantitativas, tais como: inventários *postmortem*, processos-crime; registros paroquiais, listas censitárias nominativas, cartas de alforria, contas de tutela, etc.”.⁴⁴⁸ Por esse caminho, segundo Maria H. P. T. Machado, “[...] A historiografia da escravidão esforça-se hoje [anos 1980] para superar as visões pessimistas a respeito do escravo e do liberto, mergulhando nas fontes documentais que permitem reconstruir a realidade da escravidão, não necessariamente sob um ponto de vista heroico, mas realista”.⁴⁴⁹

Essas novas fontes (e outras) deram sua contribuição, destarte, para um renovado olhar sobre a historiografia do tema. Além disso, propiciaram aos profissionais a possibilidade de colocarem em prática análises que tornaram factíveis a articulação entre as durações temporais.⁴⁵⁰ Hebe Mattos, por exemplo, explicita a questão por meio de sua reflexão

⁴⁴⁵ ARFUCH, Leonor. “V. Violencia política, autobiografía y testimonio”. In: ARFUCH, Leonor. *Memoria y autobiografía*. Exploraciones em los limites. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2013, pp. 105-117. Trecho localizado na página 105.

⁴⁴⁶ É preciso esclarecer que Dale Tomich não deixa de fazer sugestões (que se colocam como críticas também) à perspectiva de tempo conforme valorizado pela micro-história. A partir do autor, pode-se inferir que a perspectiva da longa duração, conforme cunhado por Braudel, permite ao pesquisador uma ferramenta metodológica pertinente que oferece a possibilidade de concatenar as temporalidades. Assim, “[...] A perspectiva da *longue durée* e da análise histórica global permite-nos sistematicamente oscila entre relações gerais e específicas e também [...] entre a inter-relação histórica, a interdependência e a mútua formação de específicos complexos de relações dentro do todo global”. Conferir em: TOMICH, Dale. Op. cit., 2011, p. 51, com grifos no original.

⁴⁴⁷ TOMICH, Dale. Op. cit., 2011, p. 48, grifos no original.

⁴⁴⁸ FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. Campinas, São Paulo. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009, p. 1.

⁴⁴⁹ MACHADO, Maria Helena P. T. Op. cit., 1988. Trecho localizado na página 160.

⁴⁵⁰ Vale remeter, de novo, ao artigo de Tomich que aborda as possibilidades de articulações entre a longa, a média e a curta duração. Ver: TOMICH, Dale. Op. cit., 2011. Além disso, cabe trazer à tona outro texto que aborda a força do paradigma de Braudel para a historiografia: RIBEIRO, Guilherme. Op. cit., 2010.

concernente à operacionalização de seu tema de pesquisa, conforme sintetizado no excerto a seguir:

Sem pretender aprofundar mais a questão, [...]tentou-se, nesta fase, uma abordagem integrada, na qual o tempo longo das estruturas culturais e sócio-econômicas se encontra com a imprevisibilidade da política (em sentido amplo) ao se enfatizar como problema o papel da experiência (e da liberdade) humana para o entendimento da dinâmica histórica e social.⁴⁵¹

O relato de Sílvia Lara acerca de algumas das principais fontes usadas em seu trabalho de pesquisa norteia, em alguma medida, o argumento desenvolvido aqui, tendo em vista que esse tipo de fonte fornece às pesquisas uma perspectiva inovadora sobre a temporalidade cativa e a possibilidade de apreendê-la.

Há, porém, outra fonte que permite uma aproximação da fala escrava, ainda que filtrada pela pena do escrivão: são os processos criminais e autos de inquirição de escravos fugidos. Uma documentação que, à revelia dos objetivos pelos quais foi produzida, traz até nós o registro do cotidiano colonial. Os primeiros [processos criminais] constituem uma fonte especialmente rica, pois não só oferecem o relato de senhores, agregados, negociantes e até mesmo dos escravos a respeito de um mesmo acontecimento como também revelam, aos olhos do historiador, o dia-a-dia das relações pessoais de dominação e exploração neste universo quase indecifrável das casas senhoriais e dos engenhos. Os segundos [autos de inquirição de escravos] registram depoimentos de fugitivos e dados sobre percurso e duração das fugas, além de outros detalhes a respeito da relação pessoal entre senhores e escravos.⁴⁵²

A base teórica que fundamenta a leitura dos processos criminais feita por Sidney Chalhoub está recheada de uma concepção de temporalidade que se colocava como combativa à perspectiva construída pela Escola Paulista de Sociologia. Contrapondo-se a uma concepção de tempo ancorada em referentes estruturais, o historiador em alusão se propôs a estudar o “processo de abolição da escravidão na Corte”,⁴⁵³ a partir dos indícios deixados pelos sujeitos históricos, dando especial atenção às ações de cativos e libertos. Logo, há, nessa construção uma visão de tempo que é matricialmente esposada com as ações dos cativos.

Uma concepção de tempo diferente foi crucial para a composição do livro *Visões da liberdade*, na medida em que opera com uma noção de processo que é pautada na construção dos sujeitos. Metodologicamente, essa concepção impõe ao pesquisador uma busca pelos indícios deixados pelos atores sociais, indícios estes presentes nos processos criminais e nos autos de inquirição de escravos.

Contudo, não basta a atenção a esses indícios para se conseguir ensejar uma visão sobre o processo de abolição da escravidão na Corte. É preciso dar movimento à reflexão, à análise.

⁴⁵¹ MATTOS, Hebe. Op. cit., 1995, p. 17.

⁴⁵² LARA, Sílvia H. Op. cit., 1988, p. 24.

⁴⁵³ CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990, p. 20.

Segundo o autor, “era preciso articular uma forma de ler as fontes tendo em vista o objetivo de entender as mudanças históricas que resultariam no fim da instituição escravista na Corte”.⁴⁵⁴ É dessa forma que Chalhoub propõe uma teoria da mudança, uma teoria explicativa a respeito do processo histórico que levou à abolição da escravidão, tendo como elemento central os papéis dos cativos e libertos.

O argumento desenvolvido, aqui nesta tese, é que, nesse cenário de renovação de paradigmas, o tempo se tornou uma ferramenta fecunda “para o entendimento e a análise histórica”,⁴⁵⁵ oferecendo, com isso, possibilidades mais detalhadas e amplas de se conhecer o passado escravista. “O tempo tornou-se, então,” uma chave que propiciou que os pesquisadores enxergassem “o ponto de vista da historicidade da vida humana em sociedade”.⁴⁵⁶

Conclui-se, que, na historiografia pós-1980, a agência cativa e a relação senhor-escravo não se dissociam de uma visão renovada e mais matizada sobre o tempo; aliás, uma noção de temporalidade cativa ou dos sujeitos históricos é a condição elementar para se enxergar novos ângulos, para se enxergar novas interações sociais, enfim, o poder de agência cativa. Por isso foi crucial para a historiografia em apreço um cuidado e sensibilidade com as temporalidades.⁴⁵⁷

Essa é uma chave heurística que diferencia potencialmente a visão da historiografia pós-1980 da que foi possível a Gilberto Freyre, a respeito da relação senhor-cativo. O mesmo pode ser inferido para o papel do escravo na formação do Brasil. Não se trata, por meio dos comentários contidos neste parágrafo, de fazer uma crítica ao sociólogo pernambucano, mas sim de reconhecer os limites presentes na historicidade da produção do conhecimento histórico.⁴⁵⁸ Em decorrência desse diálogo historiográfico com Freyre, cumpre reiterar que uma concepção de tempo renovada também foi fulcral para que se pudesse, no decurso dos anos 1980, ler as fontes de forma a explorar diferentes significados e dimensões contidos(as) nelas.

O tempo ganhou nova potencialidade na historiografia ocidental, sobretudo após os *Annales*;⁴⁵⁹ essa é uma potencialidade que permitiu às pesquisas o desenvolvimento de preocupações novas, acessando temporalidades produtoras de novos sentidos para uma alargada compreensão do conhecimento histórico. Nesse quadro de mudanças, a historiografia pós-1980 ampliou suas referências teórico-metodológicas; dentre as quais se destaca a operacionalização

⁴⁵⁴ Idem, p. 22.

⁴⁵⁵ TOMICH, Dale. Op. cit., 2011, p. 41.

⁴⁵⁶ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017b, p. 23. No artigo citado, essas assertivas foram feitas para fundamentar a passagem de uma concepção de tempo como eminentemente natural para uma noção de tempo percebido com base nas ações humanas. A passagem foi adaptada para uma reflexão sobre o tempo nos estudos ligados à historiografia da escravidão.

⁴⁵⁷ Conferir em PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017b.

⁴⁵⁸ Conferir em: ESCOSTEGUY FILHO, J. C. Op. cit., 2015, p. 104.

⁴⁵⁹ Sobre os *Annales*, conferir em: BURKE, Peter. Op. cit., 1997.

do tempo como uma chave heurística mais matizada e aberta às historicidades dos atores sociais.

3.2 Algumas das pesquisas que propuseram novas perspectivas para a historiografia da escravidão brasileira posterior aos anos 1980

Foram evidenciados, até este ponto, elementos que nos permitem propor que as pesquisas posteriores aos anos 1980 deram “numerosas e valiosas contribuições”,⁴⁶⁰ que representaram “grandes avanços realizados”⁴⁶¹ pela historiografia da escravidão brasileira. De forma mais presente, aponta-se que ocorreu a ampliação dos objetos de pesquisa,⁴⁶² assim como surgiram, a reboque, outras interpretações acerca de nosso passado escravista e de nossa formação.⁴⁶³ Ademais, é preciso colocar essas variáveis dentro de um quadro de renovação dos instrumentos e ferramentas de pesquisa que propiciaram e suscitaram a busca por fontes diversas, o uso de metodologias variadas e o aporte de novas teorias.

Rafael Marquese, ao tecer críticas à historiografia pós-1980, identifica “duas linhas historiográficas que, em seus desdobramentos, acabaram por levar ao abandono do que foi denominado de “‘interpretação estruturalista da escravidão’”.⁴⁶⁴ O autor destaca que a primeira, em síntese, inspira-se nas “formulações da categoria modo de produção escravista colonial”⁴⁶⁵ e a outra no “marxismo britânico (notadamente E. P. Thompson), que obteve ressonância em diferentes centros de pesquisa no Brasil, mas que encontrou sua mais forte aderência no programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas”.⁴⁶⁶

Nesse contexto, a historiografia da escravidão, no Brasil, “passou por diversas transformações, de sorte que alguns historiadores enxergaram neste período a ascensão de um

⁴⁶⁰ MARQUESE, Rafael de Bivar. Op. cit., 2013, pp. 252-253. Mesmo com sugestões críticas à historiografia da escravidão posterior aos anos 1980, esse historiador não deixa de reconhecer os méritos dessa produção, além de salientar que suas críticas e propostas não têm um caráter excludente em relação à historiografia mencionada.

⁴⁶¹ SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 22. A menção a Salles visa posicionar que sua visão crítica e propositiva – assim como a de Rafael Marquese – à historiografia da escravidão brasileira pós-1980 não deixa de reconhecer os avanços ocorridos no período.

⁴⁶² PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, p. 338.

⁴⁶³ Cf. SILVA FILHO, José Barbosa da. “História do Negro no Brasil”. In: *Cadernos Penesb*, v. 7, Rio de Janeiro/Niterói – EdUFF/Quartet, pp. 102-134, 2006.

⁴⁶⁴ MARQUESE, Rafael de Bivar. Op. cit., 2013, p. 228, grifos no original.

⁴⁶⁵ Idem, *ibidem*.

⁴⁶⁶ Idem, *ibidem*.

novo paradigma historiográfico”.⁴⁶⁷ Os trabalhos se ampliaram e se tornaram complexos, pois “a partir da década de 1980, pesquisadores passaram a interpretar o nosso passado escravista com base em outro aparato conceitual e teórico, pois estavam influenciados por mudanças contextuais (no campo político brasileiro e no campo da historiografia ocidental)”.⁴⁶⁸

Malgrado essa ampliação e complexidade, observa-se que, ao se tratar da historiografia da fase em apreço, os pesquisadores se fixam, não raramente, na reflexão acerca da questão teórica representada pela agência escrava, frisando fortemente sua contraposição a uma historiografia predominantemente marxista dos anos 1950/70,⁴⁶⁹ cuja ênfase privilegiava a perspectiva estrutural.⁴⁷⁰

Sem negar que as discussões a respeito da agência escrava se caracteriza como um solo comum que confere um cariz e uma posição político-intelectual à historiografia posterior aos anos 1980, é necessário problematizar, por outro ângulo, que se essa propalada homogeneidade – em sentido geral, é claro – concorre para obstar uma visão mais matizada (e problematizadora) do debate historiográfico que ocorreu nesses anos.⁴⁷¹

É preciso realçar que faz, relativamente, muito tempo que historiadores determinaram ou interpretaram que os anos 1980 representaram rupturas significativas acerca do tema em pauta. Sendo assim, parece ser importante que façamos uma avaliação exploratória dessa historiografia. É necessário propor que, no mínimo, o núcleo dessa historiografia seja mais bem cartografado, a fim de que possamos compreender melhor seu cerne, suas discussões, suas dissensões.

Em face do que foi posicionado, essa tese postula a problematização desse cenário historiográfico,⁴⁷² especialmente no campo da teoria (e metodologia), a fim de buscarmos

⁴⁶⁷ ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. “As transformações na historiografia da escravidão entre os anos de 1970 e 1980: uma reflexão teórica sobre possibilidades de abordagem do tema”. In: *Revista de Teoria da História*, Ano 6, Número 11, Maio de 2014, Universidade Federal de Goiás – ISSN: 2175-5892 –, pp. 110-125. Trecho localizado na página 111.

⁴⁶⁸ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, p. 339.

⁴⁶⁹ A operacionalização das referências teóricas é feita em relação a outros intelectuais. Assim é que os autores buscam se parametrizar e se inserir nas contendas dentro da história da historiografia. Cf. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014. Cabe mencionar também as ideias de Palti sobre o contexto metacritico como caminho para problematizar a história intelectual e conectá-la à história da historiografia. Cf. PALTÍ, Elías J. Op. cit., 2012.

⁴⁷⁰ Cf. LARA, Silvia H., Op. cit., 2005.

⁴⁷¹ Trata-se, precisamente, do problema discutido em recente artigo lançado por mim. PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2019. Nesse artigo, há uma ideia de que é importante termos um olhar que categoriza a historiografia pós-1980 em um quadro ou com um solo comum. Por outro lado, há a sugestão de que é uma historiografia rica e seminal, necessitando de ser mais bem matizada.

⁴⁷² À frente, serão discutidas as críticas à historiografia pós-1980 e as novas propostas que fazem parte de uma agenda teórica defendida por alguns pesquisadores, aqui representados notadamente por Rafael Marquese e Ricardo Salles. Conferir em: MARQUESE, Rafael de Bivar. Op. cit., 2013; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008. O trabalho desses historiadores, portanto, está numa trilha diferente da que se está propondo aqui no terceiro capítulo.

matizá-lo e, como desdobramento, a encontrarmos mais contendas, divergências ou, no mínimo, diferenças (teórico-metodológicas) do que tem sido apresentado pelo enquadramento geral que é reconhecidamente comum às obras desse período.

Intenta-se, com esse exercício analítico-comparativo, estabelecer uma discussão teórico-metodológica entre algumas pesquisas, com o intuito de sustentar que a nova historiografia da escravidão pós-1980 pode e deve ser mais bem cartografada, problematizada e explorada. Ao sugerir que essa historiografia da escravidão brasileira seja mais bem explorada, intenta-se, por derivação, propor que outras pesquisas se centrem mais profundamente sobre os trabalhos do período em referência. A princípio, aposta-se que a realização desse esforço pode (e deve) produzir análises que tragam à tona discussões horizontais e aprofundadas (no interior, no âmago da historiografia pós-1980), não somente verticais, ou seja, entre essa historiografia e os clássicos.⁴⁷³

O problema é que lidar com uma constelação de obras que comportam estilos, narrativas, referências teóricas, interpretações e posições político-ideológicas⁴⁷⁴ distintas não é uma empreitada simples nem fácil. Requer esforço coletivo. Ademais, não é interesse desta tese fazer uma relação extensiva de obras. Isso seria, segundo Caldas, uma espécie de alinhamento com a “astúcia positivista”.⁴⁷⁵ Segundo o autor, essa atitude é aquela “que se contenta em meramente enfileirar nomes de grandes historiadores representativos de escolas de temáticas inovadoras”, o que representa, “um lastimável e tosco objetivismo, que apresenta as ‘escolas históricas’ e se esquece dos problemas teóricos que elas trazem”.⁴⁷⁶

Diante dessas considerações, é mais interessante e seminal – aposta-se aqui, junto com Caldas – dirigir um olhar para a elucidação e discussão de questões teóricas que possam nos fazer, conforme já exposto antes, “considerara história da historiografia como ‘laboratório’, aliás, muito útil, do aperfeiçoamento da cientificidade da história”,⁴⁷⁷ ou pensar na história da

⁴⁷³ Ao sugerir que a historiografia da escravidão brasileira (pós-1980) seja mais bem explorada, intenta-se, aqui, propor que as pesquisas se centrem (com um esforço de concentração) mais profundamente sobre esses trabalhos, com vistas a produzir análises que contemplem seus lugares na historiografia atual, bem como suas remissões (e diálogos) em relação às tendências historiográficas clássicas.

⁴⁷⁴ Esses pontos elencados guardam inspiração na leitura de Keith Jenkins. A despeito de não concordar com a ênfase teórica que o autor propõe para os estudos historiográficos, ou seja, uma ênfase no ponto de vista ideológico, é preciso chamar a atenção para a qualidade geral do esforço analítico presente no trabalho deste autor. Conferir em: JENKINS, Keith. Op. cit., 2001. Especial atenção deve ser dada à parte intitulada “O que é a história?”, localizada no intervalo de páginas entre a 23 e a 52.

⁴⁷⁵ CALDAS, Pedro Spinola Pereira. “A nova história cultural (i)”. In: TEIXEIRA, Felipe Charbel; CALDAS, Pedro Spinola Pereira. *Historiografia contemporânea*. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012b, pp. 231-260. Trecho localizado na página 234.

⁴⁷⁶ Idem, p. 233.

⁴⁷⁷ WEHLING, Arno. Op. cit., 2006, pp. 175-190. Trecho encontrado na página 187.

historiografia como uma possibilidade de problematizar alguns “impasses do conhecimento histórico”.⁴⁷⁸

Por isso, foram selecionadas algumas dentre as pesquisas importantes que contribuem, em alguma medida, com questões teóricas candentes no âmbito da historiografia em pauta. De acordo com o que foi apontado, um elenco de trabalhos foi eleito como uma proposta adequada, havendo como norte uma busca pela qualidade, não pela quantidade. Evidentemente que outras importantes pesquisas não foram selecionadas, aqui; afinal, há muito trabalho de grande impacto, qualidade e peso historiográfico nesse período. Por isso, é importante esclarecer que as escolhas guardam uma relação estrita e direta com as leituras prévias mais aprofundadas realizadas por mim. Ora, se muitas pesquisas pujantes e reconhecidas não serão abordadas, há que se reconhecer que outras igualmente relevantes e notáveis o serão.

A proposta é, portanto, examinar pesquisas que evoquem perspectivas produtivas para um debate que possa nos fazer pensar tal historiografia pelo ângulo das disputas ou divergências internas, ou seja, pelo ângulo de uma determinada cultura política.⁴⁷⁹ Nesse sentido, a questão da agência cativa e da relação senhor-escravo (e outras interações cativas) serão vistas a partir do arcabouço teórico que lhes forneceu uma concepção arquitetural, um esqueleto.

3.2.1 Uma reação à perspectiva econômica presente na historiografia do período 1950/70: a ênfase no protagonismo político do escravo

Seguindo o que foi indicado anteriormente, novas pesquisas tiveram como norte e objetivo, nos anos 1980, a ampliação dos olhares e conhecimentos referentes ao passado escravista brasileiro. Nesse contexto, os pesquisadores trouxeram à tona uma perspectiva sobre a escravidão que dialogava, contundentemente, com a historiografia engendrada nos anos 1950/70. Uma característica geral desses trabalhos é a ênfase no poder de agência dos escravos como aposta num caminho teórico que poderia ser produtivo para fazer florescer outras interpretações sobre o passado escravista brasileiro. Dois trabalhos importantes, dentre outros, fizeram parte dessas pesquisas que renovaram os estudos sobre o tema em apreço.

⁴⁷⁸ CALDAS, Pedro Spinola Pereira. Op. cit., 2012b, p. 233.

⁴⁷⁹ Serge Bernstein, ao tratar do que seria a complexa noção de cultura política, chama a atenção para dois pontos primordiais: o primeiro remete à importância do papel das “representações na definição de uma cultura política”, o que faz dela um “conjunto de tradições”; o segundo trata do caráter plural das culturas políticas num dado momento da história, o que alude às possibilidades de disputas de poder, no campo da cultura política. Conferir em: BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre Rioux; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363. Trechos encontrados na página 350.

Um desses trabalhos deu origem ao livro *Visões da liberdade* - uma história das últimas décadas da escravidão na corte, lançado em 1990 como resultado da pesquisa de doutorado de Sidney Chalhoub. Este livro tem como ponto de partida claro o que ele denomina de “teoria do escravo-coisa”⁴⁸⁰. Seu objeto de estudo visa propor uma “história do processo de abolição da escravidão na Corte”,⁴⁸¹ tendo como ponto nodal as “lutas em torno de diferentes visões ou definições de liberdade, e de cativo”.⁴⁸²

O autor elege como perspectiva de pesquisa, de forma clara e primordial, o ponto de vista dos escravos e libertos. Essa é uma posição epistemológica que ganha um estatuto de contenda política na história da historiografia da escravidão. Dessa forma, o trabalho de pesquisa realizado é sempre uma visão sobre o que se quer investigar, mas é preciso ter em mente que é “uma visão [...] objetiva e verdadeira”,⁴⁸³ não a visão (no sentido de a única possível) sobre o processo de abolição da corte.

Em função dessa posição político-intelectual do autor, o livro é iniciado com a apresentação da história de Zadig, que é um personagem criado por Voltaire. Sinteticamente, cabe expor que esse personagem era um sábio da Babilônia. Ele tinha uma incomum capacidade de interpretação de vestígios com os quais ele havia tido contato. Mesmo que não tenha visto um acontecimento, Zadig era capaz de produzir interpretações coerentes e pertinentes a respeito do que tinha ocorrido, dada a sua magistral habilidade dedutiva, cujo principal mérito era derivado da investigação e interpretação das minúcias ou pequenos detalhes atinentes ao acontecimento observado.⁴⁸⁴

Chalhoub usa essa história como marco inicial para construir sua posição sobre a produção de conhecimento, notadamente no campo da escravidão. É essa forma de compreender o mundo – a partir de minúcias e com base em vestígios – que o conduz a postular a articulação entre teoria e posição (política) do pesquisador em seu campo de investigação e produção do conhecimento. Segundo esse historiador,

[...] o método utilizado é também uma tomada de posição a respeito do objetivo do esforço de produção do conhecimento. Ou seja, a explicitação de um método traz em seu bojo uma concepção a respeito de como construir o objeto a ser estudado.

⁴⁸⁰ CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990, p. 249.

⁴⁸¹ Idem, p. 20.

⁴⁸² Idem, p. 26.

⁴⁸³ Idem, p. 19.

⁴⁸⁴ Não há uma citação clara do autor nem a utilização dessa referência que será exposta, mas a história contada por Chalhoub tem claras conexões com o argumento de Ginzburg no texto: GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 143-180. Neste texto, Ginzburg procura desenvolver o quanto o paradigma indiciário não é uma criação da micro-história, mas esteve presente no desenvolvimento da humanidade. O exemplo de Sherlock Holmes – o notório detetive – visa ilustrar seu argumento.

Dependendo das opções tomadas neste nível, o objetivo do esforço intelectual passa a ser a produção de uma visão da ‘cadela da rainha’, ‘da cultura popular no norte da Itália no século XVI’ etc. – não qualquer visão que o estudioso for capaz de produzir a partir de suas escolhas teóricas e metodológicas.⁴⁸⁵

Uma vez apresentada a perspectiva inspirada em Zadig e a proficuidade teórico-política que reveste o lugar do pesquisador (ângulo escolhido) num determinado campo de conhecimento, o historiador em pauta desenvolve a postulação primordial de sua pesquisa: ele considera que o método utilizado por Zadig é insuficiente porque carece de movimento. A carência reside, precisamente, numa noção de processo histórico que poderia lhe possibilitar a compreensão da lógica da mudança. Por essa linha de raciocínio, é possível compreender os acontecimentos por meio de seus rastros. Contudo, o problema é que essa compreensão não dá conta dos movimentos da história, logo, não nos oferece uma perspectiva de processo.

Dois princípios teórico-metodológicos derivam dessas proposições. O primeiro é que as ações dos atores sociais são cruciais para uma apreensão mais alargada das interações que se estabelecem entre os sujeitos, assim como para se compreender o processo histórico por outro ângulo. O segundo é que uma visão de processo é significativamente prolífica no sentido de oferecer ao pesquisador a base para formular uma teoria da mudança.

Com isso, o historiador em apreço finca a fundação de sua tese cujo objetivo é compreender o processo de abolição da escravidão, na Corte, com base numa perspectiva que valoriza, de forma capital, o ponto de vista cativo, imergindo na temporalidade desses sujeitos históricos para construir, gradualmente, uma visão de processo. Em outros termos, a agência escrava – perscrutada como uma noção sensível às temporalidades sociais cativas – ganha importância como produtora ou propulsora de um processo histórico de mudança, ou seja, do tempo social, cultural, político e coletivo, que se constrói por meio da fusão de temporalidades dos sujeitos históricos.⁴⁸⁶

Sobre esse movimento de compreender o lado sensível das temporalidades humanas, é elucidativo dar luz à forma empregada por Thompson para enxergar a apreensão do tempo pelos atores sociais. Em artigo publicado, tive a oportunidade de descrever esse movimento, segundo o excerto a seguir:

⁴⁸⁵ CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990, p. 18.

⁴⁸⁶ A análise que remete à relação entre temporalidade social cativa e o tempo social/cultural/político guarda inspiração teórica em artigo que foi publicado por mim numa revista acadêmica. Neste texto, tive a oportunidade de discutir, escorado em eminentes intelectuais, que a modernidade contemplou, também, uma mudança na relação do ser humano com o tempo. Transitou-se, nesse período, de uma consideração/percepção de tempo vinculada à natureza para uma noção de tempo experimentada nos vínculos sociais, culturais, políticos, enfim, históricos. Essa perspectiva é “forjada, construída e inventada pela necessidade que os seres humanos têm de conviver com outros”. Conferir em: PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017b, p. 22.

É pertinente chamar a atenção que, segundo esse historiador, essas mudanças alteraram também a forma como as pessoas passaram a internalizar o tempo, produzindo uma gradativa inflexão no aparato cognitivo dos indivíduos, haja vista que “não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura”. Com isso, o gradual controle externo exercido sobre os seres humanos, com vistas a organizar a atividade produtiva, produziu, *pari passu*, uma nova forma de as pessoas perceberem o tempo.⁴⁸⁷

Cruzando os dois princípios formulados acima (ação e processo), pode-se depreender que Chalhoub usa uma ferramenta analítica cujo intento é compreender o processo histórico não a partir de condicionantes externos,⁴⁸⁸ mas sim com base em ações protagonizadas por sujeitos históricos em sua realidade concreta. É o que esse autor chama de “possibilidades de diálogo entre a história social e a antropologia social”,⁴⁸⁹ deixando evidente a inspiração em E. P. Thompson.⁴⁹⁰

Portanto, a perspectiva teórico-metodológica construída por Chalhoub segue a trilha do clássico debate no campo do marxismo britânico.⁴⁹¹ No caso do pesquisador brasileiro, essa perspectiva ganha contornos que aludem, claramente, a um debate travado com a tradição marxista do período entre os anos 1950 e 1970, que prevaleceu no campo dos estudos sobre a escravidão brasileira.⁴⁹²

Ao dialogar diretamente com o que chama de “teoria do escravo-coisa”, presente na produção acadêmica dos anos 1950 e 1970, Chalhoub se contrapõe severamente ao argumento que pregava que as condições extremamente duras da vida na escravidão teriam destituído os cativos da capacidade de pensar o mundo a partir de suas categorias e significados sociais.⁴⁹³

Esse autor se opôs igualmente à noção dualista identificada por ele na produção acadêmica referida acima. Tal noção é representada na alternância que a historiografia realizava entre uma visão do escravo como coisa – sem capacidade de ação – ou uma visão do escravo

⁴⁸⁷ Idem, p. 20. Trecho grifado em aspas corresponde a uma citação de Thompson colhida do livro “Costumes em comum”. Conferir em: THOMPSON, Edward Palmer. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”. In: *Costumes em comum* – estudo sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴⁸⁸ Neste caso, Chalhoub se escora nas contendas de E. P. Thompson com a “tradição economicista do marxismo”. Cf. CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990, p. 23.

⁴⁸⁹ CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990, p. 22.

⁴⁹⁰ Silvia Lara mostra a importância de Thompson para a renovação da historiografia da escravidão pós-1980. Conferir em: LARA, Silvia Hunold. Op. cit., 1995, p. 43-56.

⁴⁹¹ Uma parte dessas contendas pode ser flagrada em: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva – 2ª edição – Campinas: Editora da Unicamp, 2012. Um artigo que sintetiza os debates de Thompson em relação ao marxismo britânico pode ser encontrado em: SILVA, Ana Rosa Clochet da. Op. cit., 1998.

⁴⁹² A remissão é ao segundo capítulo desta tese e aos trabalhos da Escola Paulista de Sociologia. Cf. IANNI, Octavio. Op. cit., 1962; CARDOSO, Fernando Henrique. Op. cit., 1977.

⁴⁹³ CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990, p. 249.

como rebelde, o que pressupõe uma visão do herói. Nesse sentido, “[...] A teoria do escravo-coisa tem freqüentemente como contrapartida a idéia do escravo rebelde”.⁴⁹⁴

Em função do exposto, é preciso evidenciar que a aposta teórico-metodológica do autor é que a compreensão do processo histórico, a partir do protagonismo escravo, configura-se num caminho heurístico produtivo para a ampliação do conhecimento sobre a escravidão ocorrida no Brasil.

Sem negar que houve escravos que foram insistentemente rebeldes como Zumbi nem que houve cativos que se comportaram – pelo menos aparentemente – como passivos, o autor prefere investir na produção de conhecimento protagonizada por um

[...] sem-número de escravos que, longe de estarem passivos ou conformados com sua situação, procuraram mudar sua condição através de estratégia mais ou menos previstas na sociedade na qual viviam. Mais do que isto, pressionaram pela mudança, em seu benefício, de aspectos institucionais *daquela sociedade*.⁴⁹⁵

É essa perspectiva que presidiu a forma como o historiador em questão investigou muitos processos criminais (a principal fonte de sua pesquisa), com vistas a compreender as lutas em torno das visões de liberdade e de cativo, que estiveram presentes no processo de esmaecimento e abolição da escravidão, na Corte.

Vale acrescentar que, para dar luz a essas lutas, o autor apresenta e analisa, de forma bastante contundente, não somente as visões e ações dos cativos ou libertos, mas sobretudo em que medida a atuação desses sujeitos foi capaz de, no conjunto da sociedade escravista, exercer pressões que influenciaram, decisivamente, a abolição da escravidão.

O fio condutor da argumentação presente em *Visões da liberdade* é construído exatamente na mesma linha teórica que sustenta a perspectiva desse pesquisador. A primeira parte do argumento se constitui mostrando a força da ação cativa (uma valorização do tempo social desses sujeitos históricos), como, por exemplo, nas negociações de compra e venda envolvendo escravos. Neste caso, o historiador visa mostrar que esses não foram negócios exclusivamente protagonizados por donos de escravos ou seus compradores (lógica do lucro). Em razão dessa linha de pensamento, ele discute em que medida as negociações incorporaram, diversamente, as lógicas ou racionalidades dos escravos. Destarte, um ponto forte que o autor

⁴⁹⁴ Idem, p. 41.

⁴⁹⁵ Idem, pp. 252-253, grifos do autor.

registra, na parte inicial de sua tese, é que o poder de agência dos escravizados nem sempre confirmava as diretrizes normativas da escravidão.⁴⁹⁶

Uma vez que expôs a importância de se pensar as estratégias e ações dos cativos, no regime escravista, Chalhoub passou a incorporar a noção de processo para propor uma explicação acerca das mudanças históricas que, paulatinamente, conduziram à abolição da escravidão no Brasil.

Com isso, traz para sua análise, por exemplo, uma crônica de Machado de Assis na qual um senhor se vangloria de ter alforriado seu jovem cativo de 18 anos, antes do dia 13 de maio de 1888. Para o historiador em apreço, a crônica não é somente sobre a relação entre alforria e a abolição, pois ela permite interpretações acerca “[...] das descontinuidades do processo de abolição da escravidão, das mudanças ou rupturas efetivas que acontecimentos evidenciavam”.⁴⁹⁷

O autor faz essa interpretação com base numa colocação feita pelo senhor do escravo, na referida crônica, assinalando que o jovem cativo havia crescido imensamente, tendo, no momento de sua alforria, uma altura maior do que a dele própria (senhor). Na interpretação do historiador, essa é uma metáfora machadiana que exprimia o crescimento da força social – e, em alguma medida, política – dos cativos, no Brasil Império.

Em superposição ao que foi apresentado, é pertinente ilustrar que a argumentação de Chalhoub enviesa no sentido de contemplar “[...] a participação dos próprios negros nas lutas pela liberdade”.⁴⁹⁸ Ele chama a atenção, por exemplo, para as decisões judiciais que passaram a incorporar não somente o direito do senhor sobre o escravo, mas passaram a reconhecer o direito à liberdade para escravos que compravam sua alforria, ainda que seu senhor não fosse a favor dessa compra. Portanto,

Há alguns pontos a reter em toda essa discussão. O texto final da lei de 28 de setembro de 1870 [chamada de lei do ventre-livre] foi o reconhecimento legal de uma série de direitos que os escravos haviam adquirido pelo costume e a aceitação de alguns objetivos das lutas dos negros.⁴⁹⁹

⁴⁹⁶ Num importante livro que reúne pesquisas antropológicas, Veena Das e Deborah Poole mostram o quanto as ações das margens – esses estudos se centram nos Estados nacionais periféricos ou pós-coloniais – nas décadas de 1980 e 1990, contribuíram, dialógica e simbioticamente, para remodelar a normatividade inerente ao poder soberano. Conferir em: In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). Op. cit., 2004. Ainda que não seja igual ao paradigma utilizado por Chalhoub, trata-se de uma perspectiva teórica que guarda aproximações claras.

⁴⁹⁷ CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990, p. 98.

⁴⁹⁸ Idem, p. 151.

⁴⁹⁹ Idem, p. 159. É pertinente realçar que Ricardo Salles mantém diálogo crítico forte com Chalhoub, por conta dessa interpretação que Salles considera exagerada porque desconsidera as conexões com as mudanças políticas do período. Conferir em: SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008.

Por esse caminho, afirma o seguinte: “[...] Na verdade, a lei de 28 de setembro pode ser interpretada como exemplo de uma lei cujas disposições mais importantes foram ‘arrancadas’ pelos escravos às classes proprietárias”.⁵⁰⁰ O autor reconhece que 1871 não é algo simples de ser compreendido. Entretanto, ele reforça sua ideia de que a lei foi, em larga medida, uma “conquista dos escravos, e teve conseqüências importantes para o processo de abolição na Corte”, pois “[...] não havia como que os negros conseguissem dinheiro através de jornadas extras de trabalho, de empréstimos, ou então com a ajuda de amigos e familiares”.⁵⁰¹

Ora, se Chalhoub visou, inicialmente, apresentar o quanto as pressões dos escravos eram significativas na luta e resistência contra a escravidão, aos poucos, esse historiador foi argumentando que tais pressões se avolumaram e encontraram um cenário cada vez mais favorável a seu fortalecimento. Concatenando ação e processo – representados pela temporalidade social escrava e pelo tempo social coletivo –, é pertinente expor que a visão inicial construída mostrava indícios da participação ativa dos escravizados nos negócios de compra e venda, contrapondo, francamente, a teoria do escravo-coisa.

Em seguida, essa visão ganhou uma noção de tempo como processo histórico,⁵⁰² na medida em que estruturou sua argumentação com base na perspectiva das transformações ocorridas na escravidão. Em razão disso, ele se propôs a enxergar não somente mudanças concernentes à vida dos cativos, mas também a oferecer um princípio explicativo para tais mudanças. Ao propor esse princípio explicativo, desenvolveu seu argumento defendendo que a pressão cativa sobre a escravidão deve ser vista como uma perspectiva importante – e decisiva – no processo de abolição.

Chalhoub procurou compreender, destarte, “[...] a luta dos negros da Corte pela liberdade ao longo do século XIX”⁵⁰³ como parte essencial da própria história cidade do Rio de Janeiro. Em virtude disso, objetivou mostrar que foi essa mesma luta – tomada, por ele, como ações escravas concretas – que suscitou o crescimento da força negra entendida como processo histórico recheado de grande conotação política, assim como fez igualmente crescer, na esteira desse processo, o medo das elites. A luta dos negros demonstra, pois, que a ação política contempla a participação dos que não se encontravam em situação privilegiada no Brasil Império.

⁵⁰⁰ CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990, p. 160, com aspas no original.

⁵⁰¹ Idem, p. 161.

⁵⁰² O uso da visão de processo como ferramenta heurística não é algo unívoco, pois contempla possibilidades diferentes de sua operacionalização. Num artigo publicado em revista acadêmica, tive a oportunidade de discutir a noção de processo em dois autores importantes. Conferir em: PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017c.

⁵⁰³ CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990, p. 27.

A tese desse autor se caminha, então, no sentido de mostrar que a cidade negra teve sua força e seu papel na desarticulação da escravidão. Um exemplo disso é o que deriva das posturas (decretos) lançados na década de 1830, através das quais os administradores sinalizavam a possibilidade de “profundo abalo na nossa sociedade”,⁵⁰⁴ possibilidade essa presente no receio de “[...] um levante em massa dos cativos”.⁵⁰⁵ Tal receio ocorria em função tanto do volume de escravos que existia na Corte quanto em razão da quantidade de escravos (e libertos) que circulavam na cidade.

A tese é encerrada mostrando o lugar das discussões que o autor estabeleceu no âmbito da historiografia da escravidão ocorrida no Brasil. Um dos problemas mais fortes da teoria do escravo-coisa, segundo Chalhoub, é que ela está calcada num modelo excessivamente teórico e que se abre demasiadamente para o ponto de vista normativo acerca da escravidão.⁵⁰⁶ Isso gera problemas, segundo o historiador em apreço. O primeiro é a visão simplificada (não complexa) da escravidão; uma visão que captura apenas uma perspectiva dualista em que o escravo é tratado como vítima ou herói. O segundo é que ela não se abre às problematizações das fontes e, com isso, enxerga a escravidão mais pelo que é determinado pelo ponto de vista normativo.

É em função disso que Chalhoub usou o personagem Zadig para mostrar que sua perspectiva seria perseguir a experiência (e temporalidade) dos cativos, com vistas a pensar/interpretar a escravidão mais pelo ponto de vista da complexidade do que da normatividade, mais pelo ponto de vista das ações dos diversos atores (especialmente a dos cativos) do que do dualismo herói/vítima; dominados/dominadores etc.

Por isso, é importante expor que esse princípio teórico correspondeu ao fundamento que lhe permitiu tentar lograr êxito em se contrapor às explicações oferecidas pela historiografia das décadas de 1950/70, pois, diferentemente desta última, aquele intentou incorporar outras perspectivas sobre as mudanças históricas, trazendo à tona o ponto de vista cativo e sua força de ação no transcurso do século XIX.⁵⁰⁷

⁵⁰⁴ Idem, p. 199.

⁵⁰⁵ Idem, p. 201.

⁵⁰⁶ É essa a crítica que as antropólogas Veena Das e Deborah Poole (e outros) fazem a autores considerados clássicos, como Michel Foucault, por exemplo. Essas discussões encontram-se num conjunto de artigos que fazem parte do livro já mencionado anteriormente. Conferir em: DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). Op. cit., 2004.

⁵⁰⁷ Os historiadores Rafael de Bivar Marquese e Ricardo Salles tecem críticas a esse livro de Chalhoub, assim como às interpretações dele acerca do processo histórico de abolição da escravidão ter sido “arrancado” pelos cativos. Aliás, é pertinente destacar que esses autores têm, com efeito, visões críticas que se dirigem à parcela da historiografia da escravidão posterior aos anos 1980. Essas críticas serão apresentadas e discutidas à frente. Cf. MARQUESE, Rafael de Bivar. Op. cit., 2013; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008; MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (Orgs.). Op. cit., 2016.

Outro trabalho importante realizado no período pós-1980, que enfatiza o protagonismo político da ação escrava, foi lançado por Eduardo Silva e João José Reis, em 1989, com o seguinte título: *Negociação e conflito* – a resistência negra no Brasil escravista.⁵⁰⁸ Trata-se de uma obra que é composta de seis capítulos. Cada um deles corresponde a textos produzidos separadamente pelos autores, que são, por conseguinte, decorrentes de artigos ou trabalhos então publicados por cada um, porém com algumas modificações.

O importante a ser destacado, inicialmente, é que a referência teórica comum compartilhada pelos autores identifica e reconhece, assim como Chalhoub,⁵⁰⁹ o escravo como personagem central dessas pesquisas que, em *Negociação e conflito*, aparecem reunidas. O foco efetivo das preocupações de Silva e Reis é a diuturna resistência cativa ao sistema escravista. Trata-se de uma linha de raciocínio perseguida por ambos os pesquisadores para que pudessem apresentar e comprovar a importância das ações dos cativos, no Brasil. Nesse sentido, segundo esses dois autores, “o personagem central” da obra em pauta é o escravo. “O enredo é sua resistência permanente a ser um mero objeto nas malhas do sistema. É a história de homens e mulheres vivendo os seus limites”.⁵¹⁰

A força teórica que perpassa os capítulos é lastreada, em princípio, pela proposta lançada por Eduardo Silva de que o escravo não deve ser visto como uma mera força de trabalho, mas como sujeito histórico. Os autores expressam, em seus textos, contendas com a produção historiográfica da escravidão brasileira que foi concebida tanto por Gilberto Freyre – cuja obra é considerada por esses autores como tendo proposto uma linha suave da escravidão brasileira – quanto pela produção revisionista que teve maior destaque acadêmico nos anos 1950/70, período no qual a Escola Paulista de Sociologia representa uma grande força.⁵¹¹

As palavras de Wander Proença contribuem para esclarecer o panorama historiográfico a respeito da escravidão ocorrida no Brasil, considerando especialmente os anos entre 1950/70:

Nessa perspectiva revisionista [em relação a Gilberto Freyre], dois enfoques foram evidenciados. Em primeiro lugar, a idéia de coisificação do escravo, destacada especialmente pela chamada “escola paulista”, representada por Florestan Fernandes, Emília Viotti, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. Em segundo lugar, a ênfase na resistência e heroísmo dos cativos, como destacado, por exemplo, nas obras de Clóvis Moura, Luís Luna, José Alípio Goulart e Décio Freitas. Esses autores destacaram “os rigores terríficos da escravidão, com seus tormentos e suplícios, bem como a ação de quilombolas e a resistência permanente dos escravos contra os senhores”.⁵¹²

⁵⁰⁸ SILVA, Eduardo; REIS, João José. Op. cit., 1989.

⁵⁰⁹ CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990.

⁵¹⁰ SILVA, Eduardo; REIS, João José. Op. cit., 1989, p. 7.

⁵¹¹ De novo, vale a remissão ao trabalho teórico de Fernández Sebastián sobre as tradições eletivas. Cf. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014.

⁵¹² PROENÇA, Wander de Lara. Op. cit., 2007, pp. 2-3, grifos presentes no original.

É em função do exposto que Silva e Reis argumentam que os escravos não foram nem Zumbi nem Pai-João, isto é, nem rebelde o tempo todo nem conformados e submissos o tempo todo. Há, por essa linha de raciocínio, uma miríade de comportamentos sociais a ser encarada como desafio investigativo. Dessa forma, “[...] Zumbi, Mãe-Preta e Pai-João, são apenas ênfases historiográficas. Concretamente, na história real, cada cativo, segundo um destino que muito raramente podia controlar [...] teria sua porção de ambos, maior ou menor, segundo cada caso, cada oportunidade”.⁵¹³

Há que se considerar, por essa via teórica, a ação do escravo como crucial; uma ação concebida (e percebida) por uma visão concreta e associada, frequentemente, a um contexto histórico mais amplo.⁵¹⁴ Tal perspectiva guarda uma semelhança e uma diferença da que foi adotada por Chalhoub.

A semelhança é, conforme já apontado, a consideração do escravo como ponto de partida e a preocupação com seu poder de agência, com sua ação política. A diferença é que Chalhoub objetiva construir uma visão do processo, tendo as ações/visões cativas como premissa, ao passo que Silva e Reis usam o contexto como uma possibilidade de compreensão da ação escrava. Em síntese, aquele historiador tem como orientação primaz um caminho que se perfaz das ações ao processo; estes dois consideram que a relação entre ação e contexto pode se dar num duplo sentido, contemplando tanto a novidade presente nas brechas abertas pelas ações cativas como também o contexto como matriz frutífera de explicação para tais ações.

Com efeito, mesmo reconhecendo as limitações das fontes disponíveis para as pesquisas que se centram no poder de agência do escravo, os dois autores procuram – nas evidências empíricas descortinadas em vários âmbitos da vida (fugas, direito ao pecúlio, criminalidade, quilombos, rebeliões e alforria) – uma forma de refletir sobre a condição de vida dos escravos.

Essa reflexão intenta desvencilhar-seda perspectiva que concebe a existência social dos cativos pelos exageros, pelos extremos. Em função disso, procuram fugir da premissa de que aqueles sujeitos históricos de nosso passado tinham uma vida adocicada ou que eram simples instrumentos de trabalho homogeneizados.

Silva e Reis compreendem, da mesma forma que Maria Helena Pereira Toledo Machado,⁵¹⁵ que os proprietários e a sociedade escravista, como um todo, foram “obrigados a

⁵¹³ SILVA, Eduardo; REIS, João José. Op. cit., 1989, p. 78.

⁵¹⁴ Neste livro, uma das referências teóricas mencionadas é do marxismo renovado da esquerda britânica, representado por Edward P. Thompson e Eric Hobsbawm.

⁵¹⁵ Ao indicar essa pesquisadora, pretendo chamar a atenção para seu conceito de “autonomia escrava”. Segundo Machado, “Baseados numa visão integracionista da sociedade escravista, alguns estudiosos têm sugerido que os grupos [de] escravos, na busca de forjar espaços de autonomia econômica, social e cultural, interagiram com

reconhecer um certo espaço de autonomia para os cativos”.⁵¹⁶ É também em razão disso que perseguem, no livro em questão, a negociação cativa como algo importante para a ampliação dos estudos acerca da escravidão, em fins dos anos 1980.

Na linha teórica incorporada por esses historiadores, a importância do escravo como sujeito histórico floresce como uma plataforma de pesquisa cuja finalidade é explorar a escravidão em sua perspectiva empírica e mais realística do que a realizada pela historiografia anterior (anos 1950/70). Essa exploração se realiza com base na noção de escravo não como simplesmente um rebelde, tampouco como um ator meramente passivo. O paradigma se constrói fundamentado numa visão de complexidade inscrita nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais presentes no Brasil escravista.

Essa proposta fica patente no transcurso dos argumentos desenvolvidos no segundo capítulo de *Negociação e conflito*, intitulado “A função ideológica da brecha camponesa”. Nesta parte do livro, Eduardo Silva analisa a função da mencionada brecha, de acordo com o que se pode deduzir do trecho a seguir:

[...] O sistema escravista – como qualquer outro – não poderia, evidentemente, viabilizar-se apenas pela força. ‘O extremo aperreamento desseca-lhes o coração’, escreve o barão [de Paty de Alferes] justificando a economia própria dos escravos, ‘endurece-os e inclina-os para o mal. O senhor deve ser severo, justiceiro e humano’.⁵¹⁷

Compreende-se, a partir de Silva, que a função da “brecha camponesa” não é apenas um derivativo do paternalismo senhorial, mas também resultado do poder de negociação dos escravos. Assim sendo, dada a exiguidade de fontes que externam o ponto de vista cativo, Silva produz essa interpretação com base num documento sobre administração da fazenda, que foi lançado pelo barão de Paty.

Apesar de enfocarem substancialmente no poder de agência dos cativos, Silva e Reis não se atêm (ou não valorizam), tanto quanto Sidney Chalhoub,⁵¹⁸ à temporalidade dos próprios cativos. Enquanto este historiador se preocupa, mormente, com o papel desempenhado pelos escravos na sociedade escravista brasileira, iluminando a temporalidade desses sujeitos, aqueles dois pesquisadores adotam uma perspectiva mais preocupada com o aspecto relacional da escravidão; relacional tanto no sentido da interação entre senhor e escravo, quanto no que toca

o regime de trabalho [...] moldando [...] o sistema escravista que procurava reduzi-los a meros instrumentos de produção das riquezas coloniais”. Conferir em: MACHADO, Maria Helena P. T. Op. cit., 1988, p 146.

⁵¹⁶ SILVA, Eduardo; REIS, João José. Op. cit., 1989, p. 21.

⁵¹⁷ Idem, p. 31, com todos os grifos presentes no original.

⁵¹⁸ CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990.

às próprias conexões estabelecidas entre os próprios cativos (sejam eles africanos boçais, africanos ladinos ou crioulos) ou entre estes e os libertos.

Vale acrescentar e repisar que, não obstante o ponto de partida dos autores ser claramente o escravo como sujeito histórico principal, nota-se, nas reflexões dos dois pesquisadores mencionados, uma predileção ou uma chave de compreensão das ações dos cativos em diálogo constante com o contexto histórico e a estrutura escravista brasileira. Para fundamentar a assertiva, vale trazer à luz um trecho em que Reis afirma o seguinte: “Assim, a crise econômica parece ter realmente contribuído para a rebelião, ao contrário das previsões dos sociólogos do conflito de que as revoltas tendem a ocorrer ‘quando os tempos estão melhorando’”.⁵¹⁹

Outra preocupação intelectual dos autores – especialmente Reis – que nos permite evidenciar suas perspectivas complexas a respeito das relações entre os sujeitos históricos encontra-se nas discussões acerca das identidades. Tal preocupação em evocar as identidades denota uma referência teórica voltada para a compreensão da força social, política e cultural das ações relacionais que foram estabelecidas pelos sujeitos, notadamente os cativos.

Essa referência teórica pode ser flagrada no terceiro capítulo livro em apreço (“Nas malhas do poder escravista: a invasão do Candomblé do Accú”), mas fica ainda mais patente no sexto capítulo (“O levante dos malês: uma interpretação política”). Neste último capítulo mencionado, Reis sustenta que os crioulos podem ser considerados uma espécie de “aristocracia escrava”,⁵²⁰ tendo em vista que tinham maior poder de negociação do que os africanos libertos, ladinos ou boçais.

Mas o que é importante para efeito do que se discute aqui, nesta tese, é a identificação que o autor faz acerca da complexidade que assumiam as identidades étnicas, na Bahia, no período entre os séculos XVIII e XIX. Ao discutir as identidades, nessa região, Reis registra o quanto o levante dos malês se configurou numa insurreição não somente religiosa, como interpretam autores ligados à historiografia chamada por ele de tradicional, figurando dentre eles Nina Rodrigues. Enfatizando, portanto, uma visão política do referido levante, Reis considera que tanto o caráter étnico (os nagôs eram os escravos mais importados para a Bahia, a partir do século XVIII) quanto o religioso (muçulmano) e o de classe (ser escravo) são importantes nesse movimento ensejado por negros.

Cumprido colocar em realce outro elemento importante na construção analítica de Reis. Ao evocar uma identidade nagô que conferia sentido para os escravos que foram preponderantes

⁵¹⁹ SILVA, Eduardo; REIS, João José. Op. cit., 1989, p. 119, com aspas no original.

⁵²⁰ Idem, p. 105, com aspas no próprio original.

no levante dos malês, esse historiador explica que a “[...] Identidade étnica foi em grande parte uma elaboração local de materiais culturais velhos e novos, materiais trazidos e materiais aqui encontrados, todos eles reinventados sobre a experiência da escravidão”.⁵²¹

Essa interpretação não pode ser realizada sem que o autor empregue uma chave teórica que leva em consideração, de forma capital, os sentidos culturais pretéritos que norteavam as ações de africanos escravizados, no Brasil. Trata-se, pois, de uma clara referência à tradição africana como algo que penetra na vida dos escravos, fazendo-os produzir sentidos que concatenam/articulam passado (africano), presente (Brasil escravista) e futuro (que pode ser representado pela visão de que “queriam reconstruir a sociedade com as próprias mãos”⁵²²).

A importância da tradição para os africanos escravizados é valorizada por esse autor através de diversos exemplos, conforme excerto a seguir: “a celebração de deuses africanos, a vida lúdica de rua, a dança, a coroação de reis do congo e outras práticas dos negros [...]”. Essas práticas funcionavam como “rituais de reafirmação de suas diferenças étnicas, mas também como rituais de rebelião. Outras vezes elas foram antecipações de verdadeiros levantes, que terminaram por envolver diversos grupos étnicos africanos contra os brancos”.⁵²³

Seja como afirmação de uma identidade comum⁵²⁴ ou como denotador da heterogeneidade entre os grupos étnicos, fato é que o historiador em apreço incorpora em seu argumento o quanto a tradição africana pode (e deve) ser vista pelo pesquisador como uma perspectiva temporal prolífica para se analisar o presente dos negros escravizados, no Brasil.

Essa possibilidade reforça o argumento de que o paradigma mobilizado pela historiografia pós-1980 operacionalizou uma concepção de tempo diferenciada, ou seja, uma concepção que alcançava, com grande potencial, a temporalidade dos atores sociais. Neste caso referente ao texto de Reis, é importante destacar uma visada que remete à tradição como algo primordial para “potencializar as possibilidades do presente e do futuro”.⁵²⁵

⁵²¹ Idem, p. 107.

⁵²² Idem, p. 112. Essa é uma chave cara também ao historiador Robert Slenes, conforme se poderá observar à frente. Ademais, é pertinente chamar a atenção para uma análise que relaciona, em alguma medida, história e memória. Fernando Catroga, historiador português, chama a atenção para o fato de que tanto a história, quanto a memória operam articulando passado, presente e futuro, tendo o contexto como referência matricial. Afirmo isso porque a leitura de Reis permite pensar o quanto a vida dos africanos escravizados era tocada pela memória que articulava passado, presente e futuro. Conferir em: CATROGA, Fernando. Op. cit., 2001.

⁵²³ SILVA, Eduardo; REIS, João José. Op. cit., 1989, p. 101.

⁵²⁴ Reis chega a afirmar que as identidades étnicas de grupos diversos que vieram da África pode sugerir uma “identidade pan-africana embrionária”. Idem, p. 109.

⁵²⁵ PALERMO, Luis Claudio. “Apontamentos analíticos sobre a relação intelectual de Machado de Assis com o tempo”. In: Revista história, histórias, volume 5, número 9, jan.jul. 2017c, pp. 213-233. Trecho especificamente na página 231. Neste artigo, argumento, baseado em Daniel Pinha, que uma das forças intelectuais de Machado de Assis encontra-se na sua capacidade de usar a tradição como potencial para pensar o presente, com vistas a um futuro. O diálogo intelectual de Machado de Assis posiciona-se claramente em relação à Geração de 1870. Conferir debate mais ampliado também em: PINHA, Daniel. Op. cit., 2012.

Não se deve esquecer (nem negligenciar) que Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala*, já chamava a atenção tanto para a complexidade dos grupos étnicos africanos que vieram para o Brasil como também para a importância da tradição africana como fecunda, no sentido de potencializar nossa compreensão do papel dos negros escravizados.⁵²⁶

No entanto, há que se reconhecer e destacar que a operacionalização das noções de identidade e de tradição africana são sobejamente mais complexas em Reis, cabendo destaque, inclusive, para a maneira como este último operacionaliza as ações dos cativos e as coloca em outro nível de destaque, em sua obra. Complementando, vale somar, em termos de composição de um quadro comparativo, que os sociólogos da Escola Paulista em destaque no segundo capítulo desta tese, em função do caráter notadamente esquemático⁵²⁷ de sua perspectiva teórica, enxergaram os africanos eminentemente como unificados, homogêneos. Destarte, matizaram menos as africanidades.

Em acréscimo a esse debate historiográfico, é necessário ponderar que Silva e Reis mantiveram uma pauta teórica cuja orientação calcou-se na valorização das interações complexas entre senhores e cativos (ou entre a sociedade e os cativos). Com isso, a despeito das críticas nutridas pelos dois historiadores, a respeito do supracitado trabalho de Gilberto Freyre, sustento que essa forma de valorização das possibilidades complexas nas interações entre senhores e cativos corresponde a um elemento que permite aproximar as duas perspectivas teóricas ou, ao menos, assinalar, em alguma medida, a permanência daquele na historiografia pós-1980.⁵²⁸

Portanto, ao investirem num tipo de investigação acadêmica aberta às relações complexas que os escravos estabeleceram com a sociedade, os autores mencionados afastam-se do paradigma da Escola Paulista e avizinham-se, em alguma medida (é claro), da pauta sociológica concebida pelo referencial teórico do sociólogo pernambucano. Nesse sentido, segundo Reis, os senhores não combateram a “indisciplina escrava, no trabalho e fora dele” de forma violenta o tempo todo; ao contrário, eles o fizeram “através de uma combinação da violência com a negociação, do chicote com a recompensa”.⁵²⁹ Já os escravos, eles

[...] também não enfrentavam os senhores somente através da força, individual ou coletiva. As revoltas, a formação de quilombos e sua defesa, a violência pessoal, conviveram com estratégias ou tecnologias pacíficas de resistência. Os escravos

⁵²⁶ Conferir em: FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006. Para um trabalho que confirma essa interpretação acerca da valorização/reconhecimento dos grupos étnicos e da importância da tradição africana, ver minha dissertação de mestrado: PALERMO Luis Claudio. Op. cit., 2009.

⁵²⁷ SILVA, Eduardo; REIS, João José. Op. cit., 1989, p. 20.

⁵²⁸ Conforme já discutido anteriormente, é importante reiterar que essa é uma interpretação minha da leitura de Reis e Silva, assim como de parcela importante da historiografia pós-1980.

⁵²⁹ SILVA, Eduardo; REIS, João José. Op. cit., 1989, p. 32.

rompiam a dominação cotidiana por meio de pequenos atos de desobediência, manipulação pessoal e autonomia cultural. A própria acomodação escrava tinha um teor sempre ambíguo.⁵³⁰

3.2.2 A senzala e as famílias cativas sob outras perspectivas: os fundamentos político e cultural presentes na relação senhor-escravo

Um dos temas de estudo sobre a escravidão que se renovou bastante nos anos 1980 é o que trata das famílias cativas. Esse foi um dos temas que mais contribuiu para a produção do conhecimento sobre nosso passado escravista. Tal contribuição se deu, especialmente, por conta da utilização de novas fontes de pesquisa e do uso de outras ferramentas teóricas.

Não se pode deixar de lado que a renovação dos estudos sobre o tema contemplou a construção de um debate intelectual que os pesquisadores do período em tela travaram com as pesquisas atinentes aos anos 1950/70.⁵³¹ Nesse contexto, Manolo Florentino e José Roberto Góes foram dois dos historiadores que deram suas contribuições ao debate que ampliou olhares e conhecimentos sobre as famílias cativas. Eles publicaram o livro *A paz das senzalas – famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850*⁵³² como fruto de uma pesquisa realizada, substancialmente, em inventários *post-mortem* que podem ser encontrados no Arquivo Nacional.

O ponto de partida da argumentação é a conexão entre o incremento constante realizado pelo tráfico intercontinental de escravos e as condições sociais que se forjaram nas propriedades rurais cuja produção era assentada no trabalho de africanos escravizados. Pode-se notar que a linha de raciocínio dos autores visa concatenar as relações sociais e de poder instituídas no núcleo das propriedades rurais com o fluxo de chegada de africanos no porto do Rio de Janeiro.

Um dos principais elementos que embasa a tese desses autores é que o comércio de pessoas escravizadas servia não somente como fulcro econômico importante para as propriedades rurais (na qualidade de empresas). Assim, cumpre evidenciar que o interesse desses pesquisadores centra-se, mormente, nos aspectos políticos que se realizavam no cotidiano de uma propriedade rural, ou seja, nas relações de poder entre senhores e escravos, bem como entre os próprios cativos.

⁵³⁰ Idem, p. 32.

⁵³¹ Vale, mais uma vez, a referência teórica de Fernádes Sebastián, a fim de pensarmos o quanto as novas pesquisas constroem suas perspectivas visando deslocar paradigmas rivais. Cf. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014.

⁵³² FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. Op. cit., 1997.

Tendo por base não somente os inventários *post-mortem*, mas também processos criminais, relatos de viajantes estrangeiros, entre outras fontes, esses historiadores marcaram uma posição importante na historiografia do período pós-1980, cabendo destaques a dois pontos cruciais que fundamentam seus argumentos e contribuem para situar essa obra dentro da historiografia dessa fase.

O primeiro é intelectual e reside na recusa às explicações que enfatizavam a dimensão econômica da escravidão e, conseqüentemente, viam as relações sociais nas fazendas como determinadas por essa dimensão. Essa era, segundo os historiadores em pauta, a perspectiva cara à parcela eminente da historiografia produzida nos anos 1950/70, com a qual Florentino e Góes discutem.⁵³³ Deve-se evidenciar que a posição dos autores se contrapôs frontal e diretamente à de Jacob Gorender, uma vez que, segundo eles,

[Gorender] buscou no cálculo econômico empresarial escravista a origem de uma perversa lógica demográfica. A população cativa [na perspectiva desse autor em apreço] tenderia ao decréscimo absoluto, por ser este o resultado demográfico esperado do exercício de uma lógica empresarial baseada na busca da maximização dos lucros. A demografia da escravidão se pautaria pela preferência do sexo masculino, em tese mais adequados às rudes tarefas intrínsecas às grandes propriedades.⁵³⁴

Em superposição ao primeiro ponto, os referidos historiadores adotaram uma perspectiva teórica que intentava iluminar mais o ponto de vista das relações entre os atores sociais (senhores e escravos) do que enxergá-las como efeito da racionalidade econômica e/ou das determinações estruturais.

Deve-se notar que há, nesse sentido, uma contenda de cunho eminentemente teórica que Florentino e Góes tencionavam travar com a historiografia dos anos 1950/70. Primeiramente, sustentam que a lógica das relações, no período escravista, não deve ser analisada com base no arbítrio da dimensão econômica estrutural. Por conseguinte, os autores de *A paz das senzalas* procuraram não se ater somente à posição do senhor de escravos como um poderoso e rigoroso controlador do plantel de escravos.

⁵³³ Argumentação similar é desenvolvida por João Fragoso e Manolo Florentino num texto importante sobre História Econômica, em que discutem a perda de espaço da História Econômica, no período dos anos 1980. Claro está que o argumento visa deslocar o paradigma anterior (historiografia dos anos 1950/70) que se ancorada na força da dimensão econômica para explicar a colonização. Cf. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. "História Econômica". In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 15ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp. 27-44.

⁵³⁴ FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. Op. cit., 1997, p. 28.

Partindo, portanto, da ideia implícita de que o poder não se exerce de forma unívoca e de cima para baixo, referência teórica cara à antropologia política,⁵³⁵ buscaram compreender como as famílias escravas, que existiam nos empreendimentos econômicos e agrícolas da época escravista, conseguiu existir de forma relativamente organizada e estável (não anômica). E, na perspectiva construída por eles, tal pressuposto requeria uma visão além da coerção econômica e da dominação puramente física/material. Por isso,

[...] Transformar um fenômeno de natureza política (a má vontade do escravo) em uma variável econômica, de maneira simplista e apressada, significa a despolitização da política e não permite constituir legitimamente um problema teórico relevante, tornando impossível o conhecimento de seu exato significado para o funcionamento do sistema.⁵³⁶

Há, no livro em pauta, uma conexão entre a análise quantitativa (principal) e as qualitativas (relatos de viajantes, processos criminais, entre outros). A partir desse trabalho metodológico, os autores defendem que a vida social nas unidades produtivas não se configurou em pura lógica econômica nem meramente estrutural, tampouco em uma realidade monoliticamente presidida pela vontade coercitiva (e ambiciosa) do senhor. O ponto teórico nodal do livro está situado na preocupação com o jogo de forças entre os atores sociais, em suas inter-relações cotidianas, o que transformava o fenômeno da escravidão, nas fazendas produtoras e no cativeiro, como eminentemente político.⁵³⁷

A influência do tráfico transatlântico tem, nessa linha de raciocínio, um sentido de referência mais geral que orienta as tomadas de decisão de senhores e, *pari passu*, exerce influência nas ações dos cativos, em sua vida social nas senzalas e nas fazendas. No entanto, o mencionado tráfico não é enxergado, no livro em análise, como uma estrutura que rege de forma determinista a vida social nas fazendas e/ou nas senzalas, mas sim como um fator estrutural que cria ou oferece condições de possibilidade para a ação dos atores sociais.

É nesse sentido que a quantidade de africanos escravizados do sexo masculino, assim como a de jovens que eram trazidos nos navios para a comercialização e labuta, servem de referência para que eles pensem tanto nas estratégias senhoriais quanto nas dos cativos. Em

⁵³⁵ Os autores não assumem essa perspectiva para a obra como um todo. Minha interpretação tem como base a forma como eles analisam a relação entre senhores e escravos, assim como a maneira como se apropriaram, no início do livro, da fundamentação do antropólogo Marshall Sahlins sobre o regime de pacificação em sociedades tribais. Ao perseguir essa linha antropológica, afirmam que “[...] Os laços parentais, por sua vez, criavam [em sociedades tribais] uma sólida base para o relacionamento pacífico, assim como as cerimônias rituais”. Idem, p. 32. Tendo em vista que essa é uma linha de raciocínio que perpassa toda a obra em questão, eu proponho essa interpretação acerca do livro, notadamente no que toca às relações entre os sujeitos históricos.

⁵³⁶ Idem, p. 30.

⁵³⁷ Em artigo recente, produzi uma comparação entre o trabalho dos dois autores em mencionados e o de Robert Slenes. Algo muito parecido com o que se desenvolve aqui. Conferir: PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2019.

razão disso, sustentam que, diante desse cenário de alterações constantes no tráfico (conforme ocorreu entre o fim do século XVIII e início do XIX), a reiteração de trabalhadores escravizados impôs à vida social nas fazendas uma organização política que demandava ações complexas por parte de senhores e cativos.

Aos senhores, coube a responsabilidade na gestão e no comando do empreendimento econômico, assim como a exigência de trabalho, disciplina e obediência ao escravo. Aos cativos, coube o trabalho árduo, mas também formas de buscar negociar melhores condições de vida no cativeiro. Os autores aduzem que as ações dos senhores não se restringiam a essas mais visíveis. Coube a eles também avaliar as formas de negociação com os escravos, de modo a tornar o cativeiro, em alguma medida, organizado, pacificado, mesmo com a reiteração constante da mão de obra de pessoas estrangeiras pelo tráfico via oceano Atlântico. Portanto,

[...] deve-lhe ter sido difícil [aos senhores], muitas vezes, assumir a figura do *pater* e dissolver a dissimilitude que se encarnava em sua escravaria, transformando-a numa única prole de filhos/agregados. O tráfico talvez não tenha sido bom par do patriarcalismo. Mas o cativeiro tampouco deve ter sido a expressão datada de uma estranha esquizofrenia sociológica caracterizada pela disjunção entre duas culturas: uma senhorial e branca, a outra negra e escrava.⁵³⁸

É esse ângulo construído que leva os historiadores em pauta a enxergarem que as relações entre senhores e escravos não eram apenas de afastamento (violência), mas também de negociação, ainda que uma negociação, por vezes, velada. Trata-se de uma perspectiva que é, em alguma medida, devedora do caminho pavimentado por Gilberto Freyre⁵³⁹ através da noção de equilíbrio de antagonismos⁵⁴⁰ e que se opõe à da Escola Paulista de Sociologia que enfatizava, predominantemente, a face violenta da escravidão e o dissenso entre senhores e escravos.⁵⁴¹

A família escrava foi, na perspectiva de Florentino e Góes, um pilar importante na paz das senzalas, bem como “[...] na manutenção e reprodução do escravismo”.⁵⁴² Nessa linha, o matrimônio e incremento dos nascimentos configuraram-se, por exemplo, como algumas estratégias escravas estimuladas – ou, pelo menos, não negadas – pelos senhores.

⁵³⁸ FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. Op. cit., 1997, p. 36, grifos no original.

⁵³⁹ FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006.

⁵⁴⁰ Conforme já apontado no primeiro capítulo, Ricardo B. de Araújo sustenta que a escravidão, na pena de Freyre, ganhou um grau de complexidade especialmente no que toca à possibilidade de haver – para além do distanciamento e da tensão entre senhores e cativos – aproximação entre ambos. Conferir em: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Op. cit., 1994.

⁵⁴¹ Este parágrafo deixa bem clara a proposta de análise referenciada no conceito de tradições eletivas, de Fernández Sebastián, na medida em que nos mostra o quanto se pode fazer uma articulação entre os autores em apreço e outros pesquisadores considerados clássicos. Conferir a matriz conceitual em: Cf. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014. A quem se interessar também, sugiro um artigo que operacionaliza o conceito de forma mais sucinta. Cf: PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2019.

⁵⁴² SLENES, Robert W. Op. cit., 1999, p. 50.

Os autores destacam, nessa trilha, que os senhores objetivavam auferir, notadamente, um lucro político com estímulo às famílias cativas, pois, na medida em que fosse pacificadas as relações nas senzalas, o empreendimento econômico poderia seguir adiante com sucesso. Nesse sentido, enfrentando de frente o paradigma da produção historiográfica dos anos 1950/70, o argumento dos autores se edifica no sentido de compor uma outra interpretação sobre as relações senhor-escravo (assim como sobre as interações entre os próprios cativos).

Em vez de submetidos e regidos pela lógica econômica do empreendimento arquitetado nas unidades produtivas, esses pesquisadores procuraram dirigir suas atenções às interações sociais e políticas que foram desenvolvidas entre os sujeitos históricos, no interior das fazendas.⁵⁴³ Por isso, a partir da angulação construída, cumpre destacar que a “[...] recriação temporal da sociedade escravista era uma questão essencialmente política”⁵⁴⁴, não eminentemente econômica, conforme núcleo teórico adotado pela historiografia dos anos 1950/70.⁵⁴⁵

A posição de Florentino e Góes intenta deslocar a ênfase econômica (especialmente aquela conectada ao paradigma macro), posicionando um argumento centrado nas relações de poder (internas) como princípio explicativo primaz. O deslocamento realizado tem um sentido substancial de debater tanto com a historiografia sobre a formação e constituição do Brasil Colônia quanto com a historiografia da escravidão que prevaleceu no período entre os anos 1950 e 70.⁵⁴⁶ Há, portanto, uma contenda teórico-ideológica que reveste essa disputa intelectual.

Não obstante o deslocamento da força do argumento de viés econômico, os autores em pauta não deixam de entrelaçar questões econômicas estruturais (tráfico internacional de escravos no período que vai do fim do século XVIII à primeira metade do XIX) com a organização da vida nas unidades de produção agrícola. Pode-se propor, então, que o uso de uma determinada referência estrutural conectada ao mercado internacional é um eixo que não

⁵⁴³ É o núcleo da crítica de Fragoso e Florentino que apontam, por conta desse e de outros fatores, o enfraquecimento da História Econômica, algo que tem implicações no enfraquecimento das explicações de cunho econômico. Cf. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. Op. cit., 1997, pp. 27-44. Mas, no próximo capítulo, haverá o retorno dessas preocupações mais voltadas para a dimensão econômica. MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. “A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia”. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (Orgs.). Op. cit., 2016.

⁵⁴⁴ FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. Op. cit., 1997, p. 31.

⁵⁴⁵ Sobre a perspectiva eminentemente econômica da produção historiográfica dos anos 1950/70, conferir em: SLENES, Robert W. Op. cit., 1999, p. 30; ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni, Op. cit., 2014, p. 113.

⁵⁴⁶ Fundamento meu argumento na discussão que Rafael de B. Marquese trava com Manolo Florentino e João Fragoso, a respeito da interpretação que esses fazem sobre da formação do Brasil, o que marca perspectivas distintas acerca de nosso passado. Em síntese, o debate gira em torno - em sentido muito geral, reitero - da autonomia do Brasil em relação à demanda e produção internacional ou se nossa formação deve ser compreendida como um dos pontos que compuseram a formação do capitalismo global. Segundo Marquese, a linha defendida por Manolo Florentino e João Fragoso se centra mais no ponto de vista interno à colonização. Conferir em: MARQUESE, Rafael de B. Op. cit., 2013, pp. 238-246.

foi abandonado completamente pelos historiadores em pauta. Por isso, é preciso ratificar que não há, em *A paz das senzalas*, um afastamento total das questões econômicas estruturais, conforme propõe uma visão generalizante sobre a historiografia pós-1980,⁵⁴⁷ que, não raramente, frisa tal diferença entre esta historiografia e a que prevaleceu nos anos 1950/70.

A despeito desse eixo de aproximação estrutural, segundo o que foi exposto no parágrafo anterior, é importante evidenciar que o resultado interpretativo é deveras distante (e divergente), uma vez que, conforme visto, a matriz estrutural que Florentino e Góes acionam/empregam funciona como um eixo de referência analítica, ao passo que a historiografia das décadas de 1950-70 a usa como um princípio explicativo primaz. Conseqüentemente, esta última tendência historiográfica enxerga a escravidão sob um prisma mais geral, mais amplo, enquanto os autores de *A paz das senzalas* investem em refletir sobre as relações políticas (internas) que foram estabelecidas entre senhores e escravos, bem como entre os próprios cativos, não abandonando uma determinada referência estrutural em sua condição dialógica com as ações.

À medida que buscaram vislumbrar as inter-relações entre os sujeitos históricos, os autores do referido livro se aproximaram sobremaneira da tendência historiográfica pós-1980, uma vez que buscaram enxergar a volição dos sujeitos. Afastaram-se, dessa forma, de princípios estruturais esquemáticos⁵⁴⁸ que se tornaram caros à historiografia dos anos 1950-70. Em outros termos, a referência estrutural que se observa em *A paz das senzalas* não tem em vista produzir uma determinação sobre as ações dos atores, conforme prevaleceu na historiografia anterior. A referência estrutural serve como um dos elementos para que os autores possam enxergar a ação política desses sujeitos históricos no âmbito da vida nas fazendas. Trata-se, pois, de uma referência analítica, não de um determinante.

Outro trabalho de pesquisa que contribuiu com a ampliação do olhar e dos conhecimentos sobre as famílias cativas foi o do historiador Robert W. Slenes. Seu livro,

⁵⁴⁷ A colocação tem o sentido de propor que tratemos a historiografia posterior aos anos 1980 de forma mais matizada, a fim de que possamos produzir conhecimentos que esclareçam mais sua face. Meu argumento não se propõe a discutir se houve ou não a transição do olhar macro para o micro, na historiografia dessa fase. O argumento visa mostrar que o olhar mais voltado para as relações entre senhores e escravos não produziu o abandono definitivo da estrutura econômica global, pelo menos em alguns trabalhos, dentre os quais *A paz das senzalas* faz parte. Pode-se, objetar que o sentido de estrutura econômica empregado pelos autores circunscreva-se ao eixo África-Brasil, conforme ilustrado no argumento de Marquese. No entanto, como meu objeto de estudo e objetivo argumentativo são diferentes dos quais Marquese trabalha, reitero que há, do ponto de vista que adoto, um eixo estrutural que não foi abandonado de todo. Conferir em: MARQUESE, Rafael de B. Op. cit., 2013, p. 246.

⁵⁴⁸ Não obstante a afinidade teórica que Rafael de B. Marquese tem com a produção dos anos 1960/70, notadamente no que toca à herança intelectual que relaciona a escravidão a “[...] processos históricos de longa duração e [a]os quadros globais mais amplos”, é pertinente chamar a atenção que o historiador em apreço também faz críticas ao esquematismo presente em análise de autores desse período. Conferir em: MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2013. Trecho citado foi retirado da página 229.

intitulado “*Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*”,⁵⁴⁹ foi lançado em 1999. Esse texto foi publicado como resultado de pesquisas realizadas pelo historiador em momentos diferentes de sua trajetória.

Primeiramente, cabe destacar que essa pesquisa fez uso de fontes de natureza diversas que viabilizam o estudo sobre as famílias escravas formadas no sudeste brasileiro oitocentista. A assertiva se motiva pelo fato de que, nesse trabalho, o autor combina a utilização de fontes de natureza quantitativa⁵⁵⁰ e qualitativa, contando ainda com a incorporação de fontes de natureza secundária com uma força argumentativa que se pode ressaltar como não corriqueira nem trivial.⁵⁵¹

O ponto de partida explícito da argumentação é o olhar etnocêntrico dos viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil, no século XIX, merecendo especial destaque uma frase do francês Charles Ribeyrolles. Este afirmou jamais ter visto uma flor nos cubículos dos negros. Sua fundamentação e conclusão é que a ausência da flor denotava não existir, nas moradias dos negros, esperanças nem recordações, ou seja, tratavam-se, segundo o francês, de pessoas sem memória e sem projetos.

Cumprir somar outro interlocutor com o qual esse historiador em pauta debate: trata-se da visão construída sobre a família escrava pela historiografia do período entre os anos 1950 e 1970, incluída, neste caso, a Escola Paulista de Sociologia. Esse ponto de partida historiográfico pode ser sintetizado pelos conceitos de anomia e a de patologia social, que os historiadores do período citado enxergavam na vida familiar dos cativos.

Traçando uma conexão entre a historiografia produzida nos Estados Unidos e no Brasil, bem como sublinhando os aspectos que marcam a influência daquela sobre esta, esse historiador afirma que:

A imagem de escravos anômicos, “perdidos uns para os outros” em decorrência da destruição de suas normas familiares, e portanto sem vontade “política” conseqüente, não será estranha a leitores que tiveram algum contato com a bibliografia clássica sobre a escravidão na América do Norte. Lá, também, os escravos – aliás, os afro-americanos em geral – tendiam a ser representados no século XIX e nas primeiras décadas do XX como pessoas social e sexualmente sem regras.⁵⁵²

⁵⁴⁹ SLENES, Robert. W. Op. cit., 1999.

⁵⁵⁰ São mais utilizadas, no caso das fontes quantitativas, os Censos de 1801 e 1829, além da matrícula de escravos de 1872.

⁵⁵¹ Destaca-se, por exemplo, que a força argumentativa do capítulo 4 – ponto alto do livro, no que tange à sua ideia central – encontra-se substancialmente ancorada, também, no uso das fontes secundárias como base para a interpretação do papel da cultura africana como norteadora e provedora de sentido para a vida dos cativos em seus lares. Conferir em: SLENES, Robert W. Op. cit., 1999.

⁵⁵² Idem, p. 33, grifos do autor.

Para dialogar com os interlocutores elencados – viajantes estrangeiros e a historiografia dos anos 1950/70⁵⁵³ –, o livro em apreço é iniciado com a apresentação de um estudo sobre a demografia escrava, tendo Campinas como eixo nodal, visto que essa cidade é “bastante representativa dos municípios de grande lavoura no Centro-Oeste paulista”⁵⁵⁴. Desse modo, o argumento começa a ser estruturado com base numa pesquisa sobre as condições gerais a respeito da vida dos cativos nesse município, principalmente no que se refere à organização da família escrava.

Após serem apresentadas e discutidas questões atinentes aos padrões de casamento e à estabilidade da família conjugal (pais e filhos) dos cativos, entre outras, o argumento se move para o debate que considero nuclear na tese, que é examinar e avaliar os significados que as famílias formadas por cativos tiveram no Sudeste brasileiro, no século XIX, o que incorpora memória e projeto dos escravos. Portanto, tal como realizado por Florentino e Góes, em *A paz das senzalas*, o argumento de Slenes tem como ponto de partida uma referência estrutural. No caso deste último pesquisador, a estrutura se configura como a demografia escrava,⁵⁵⁵ haja vista que ele intenta, com esse ponto de partida, provar a existência e da relevância da família escrava, em Campinas.

Em adendo, vale ressaltar que a perspectiva teórica basilar do livro é tributária da referência de E. P. Thompson, uma vez que Slenes posiciona-se, de forma declarada, na “visão dos vencidos”⁵⁵⁶. O foco de *Na senzala, uma flor* se centra mesmo na “[...] luta entre grupos sociais [...] que ergue, mantém e constantemente solapa as ‘estruturas’ econômicas e sociais”⁵⁵⁷. Essa é uma escolha teórica que visa dialogar e, ao mesmo tempo, deslocar as primazes referências estrutural e econômica que se encontram tão arraigadas nos trabalhos da Escola Paulista de Sociologia, conforme discutido no segundo capítulo desta tese.

Vale acrescentar que, segundo Adolfo, “[...] Talvez o mais emblemático destes elementos [de transformação na historiografia do pós-1980] seja a mudança do foco econômico das pesquisas [referente à historiografia dos anos 1960/70], para a ênfase nos aspectos culturais [presente na historiografia pós-1980]”⁵⁵⁸. Continuando, esse autor afirma que, “[...] No caso da

⁵⁵³ Reitera-se que há uma forma de construção teórica que busca a inserção da pesquisa num lugar dentro da história da historiografia. Por isso, há uma operacionalização de um debate com as tradições eletivas. Cf. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014.

⁵⁵⁴ SLENES, Robert W. Op. cit., 1999. p. 70.

⁵⁵⁵ No caso de Florentino e Góes, o elemento estrutural é representado, conforme visto acima, pelo tráfico internacional de pessoas, que colocou, de acordo com os diferentes contextos analisados pelos autores, a necessidade de reelaborações nas estratégias políticas dos grupos sociais. Conferir em: FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. Op. cit., 1997.

⁵⁵⁶ SLENES, Robert. W. Op. cit., 1999, p. 133, aspas no original.

⁵⁵⁷ Idem, p. 134.

⁵⁵⁸ ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni, Op. cit., 2014, p. 114.

historiografia marxista este movimento se deu principalmente pelos trabalhos de E. P. Thompson que buscou superar o determinismo da base econômica em relação à superestrutura”.⁵⁵⁹

Como desdobramento dessa referência teórica cara, há, em *Na senzala, uma flor*, uma linha analítica que problematiza as relações de poder entre senhores e escravos, no âmbito da luta entre os grupos sociais, luta essa que se desenvolve na experiência do cotidiano. Contudo, cumpre reiterar que, diferentemente de Florentino e Góes,⁵⁶⁰ o enfoque de Slenes privilegia, primordialmente, a perspectiva do cativo, de modo a dar substância à tese que visa combater o que foi apontado como pilar da discussão do historiador em apreço: os relatos etnocêntricos de viajantes e a historiografia dos anos 1950/70.⁵⁶¹

Em razão do exposto, os capítulos 3 (“Esperanças e recordações: condições de cativo, cultura centro-africana e estratégias familiares”) e 4 (“Lares e linhagens: a flor na senzala”) correspondem ao esteio analítico que sustenta as discussões desse historiador com os interlocutores supramencionados. Uma vez que a existência da família escrava foi comprovada e, em seguida, posicionada como parte integrante (e importante) da vida social no sudeste brasileiro, no século XIX, o autor enviesa a lógica textual para apresentar sua tese acerca da importância social e cultural da família escrava na criação de uma vida compartilhada nas senzalas.

Dois pontos são cruciais no raciocínio presente nesse livro. O primeiro refere-se aos projetos de vida dos escravizados; o segundo remete à importância das recordações (as memórias)⁵⁶² deles para suas vidas cotidianas. Esses tópicos revelam, outrossim, a ênfase de Slenes na “abordagem *política* da escravidão”.⁵⁶³

Sobre o primeiro ponto, o autor não aborda os projetos dos cativos com o intento de mostrar o quanto a escravidão foi doce para esses sujeitos históricos. Sua proposta, ao tratar desses projetos, tem o sentido de buscar, na experiência vivida, uma possibilidade de enxergar as ações dos cativos, relacionando-as com suas esperanças em tornar suas vidas menos duras e, conseqüentemente, alcançar algumas finalidades materiais e/ou simbólicas, ainda que limitadas.

⁵⁵⁹ Idem, p. 114.

⁵⁶⁰ FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. Op. cit., 1997.

⁵⁶¹ SLENES, Robert W. Op. cit., 1999.

⁵⁶² Sobre a memória ser capaz de conferir sentido orientador e político para a vida cotidiana, sugere-se aprofundamento nos textos a seguir: POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” *Revista Estudos Históricos*, volume 2, número 3, ano de 1989. POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, ano de 1992.

⁵⁶³ SLENES, Robert W. Op. cit., 1999, p. 17, grifos do autor.

Como desdobramento do argumento supramencionado, Slenes enfatiza que o plano dos cativos não precisa “ajustar-se aos sonhos da classe média de hoje para receberem o nome de ‘projeto’”.⁵⁶⁴ Em síntese, “[...] o casar-se freqüentemente implicava para o escravo ganhar mais espaço construído; mas, sobretudo, significava apoderar-se do controle desse espaço, junto com o cônjuge, para implementação de seus próprios projetos”.⁵⁶⁵ Com efeito, a família emerge, nessa perspectiva, como algo central ao projeto de vida de muitos desses cativos.

O argumento de Enidelce Bertin é esclarecedor ao mostrar a órbita que, em *Na senzala, uma flor*, dá sentido à questão:

Tomando como princípio a condição de sujeito histórico do escravo, R. Slenes preocupa-se em observar a função ideológica da economia interna dos escravos, ou seja, o quanto os espaços de autonomia dos cativos serviram aos interesses dos senhores por maior controle social, bem como as estratégias dos escravos para obter ganhos – simbólicos ou efetivos – no cativeiro.⁵⁶⁶

O segundo ponto – as recordações dos cativos – ancora-se numa chave heurística bastante cara ao livro analisado. Nesse sentido, é preciso chamar a atenção que, nessa obra em discussão, há não somente postulações empírica e teórica em favor da valorização da experiência e do ponto de vista dos cativos (e seus espaços de autonomia) como importantes elementos para a compreensão de nossa história do período escravista, mas também – e, sobretudo, – um indicativo de que a herança africana precisa ser levada em conta (e valorizada) para que as pesquisas sejam capazes de compreender a vida dos escravizados de forma mais profunda e abalizada.

Portanto, uma importante referência teórica presente nesse texto é o tempo em sua dimensão cultural longa.⁵⁶⁷ Afirma-se isso porque esse historiador valoriza os elementos de continuidade temporal, a saber, a herança africana que permaneceu na memória das pessoas escravizadas. Seu intento é compreender, mais profundamente, aspectos importantes da vida dos cativos nas senzalas. Segundo artigo programático de Beatriz Mamigonian, escrito no início dos anos 2000, essa é, com efeito, uma pauta de pesquisa que é, crescentemente, valorizada, conforme trecho a seguir: “Os estudos sobre as práticas culturais e a resistência dos escravos têm revelado alguns padrões propriamente africanos”.⁵⁶⁸ Com isso, “[...] As referências aos

⁵⁶⁴ Idem, p. 179, com grifos no original.

⁵⁶⁵ Idem, p. 159.

⁵⁶⁶ BERTIN, Enidelce. “Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX”. Resenha publicada em: *Revista de História*, São Paulo, v. 1, nº 147, 2002, pp. 235-239. ISSN: 2316-9141. O trecho se localiza na página 238.

⁵⁶⁷ Para uma discussão sobre a importância do tempo em sua dimensão de longa duração, conferir: TOMICH, Dale. Op. cit., 2011.

⁵⁶⁸ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Op. cit., 2004, p. 44.

africanos se multiplicam na documentação; os novos estudos revelam que os historiadores estão agora dispostos a percebê-las e a interpretá-las”.⁵⁶⁹

Cumprido destacar que a valorização da herança africana segue a trilha, em alguma medida, de um dos princípios basilares da clássica tese de Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala*, visto que esse sociólogo pernambucano conferiu importância à cultura africana assim como ao papel do negro na sociedade brasileira (e na formação do Brasil); e fez isso também para o povo português. É o próprio autor de *Na senzala, uma flor* quem reconhece que a perspectiva que valoriza a cultura africana é devedora, em alguma medida, da influência do antropólogo Melville Herskovits e reiterada, na historiografia brasileira, por Gilberto Freyre.⁵⁷⁰

Saliento, contudo, que a valorização da cultura africana, no texto de Slenes, intenta assinalar e analisar como ela pode potencializar nossa compreensão dos símbolos usados, respeitados e reproduzidos pelos cativos nas senzalas, ou seja, uma abordagem bastante similar à que foi operacionalizada por João José Reis, em *Negociação e conflito* (no sexto capítulo, que trata do levante dos malês),⁵⁷¹ conforme já apontado acima.⁵⁷² Em Gilberto Freyre, diferentemente, a apreciação sobre a força da cultura africana se tornou eminentemente a base de um argumento antirracista, conforme contenda intelectual e política desse sociólogo nos anos 1930.

Em vista do que foi apresentado, pode-se sustentar que tanto o escravizado como um sujeito político quanto sua história e suas tradições africanas são valorizados(as) por Slenes como elementos incrementadores e potencializadores de uma construção analítica que pretendeu e planejou alargar sua visão acerca de aspectos primordiais da escravidão brasileira. Com isso:

[...] A constatação dessa permanência de práticas culturais africanas no cativeiro em muito contribuiu para o afastamento da tradicional visão de submissão e aculturação feita pelos relatos de viagens, justamente porque permitiu ver os projetos e estratégias dos escravos para formar e manter uma comunidade própria.⁵⁷³

No que se refere aos sentidos atribuídos às famílias escravas, Slenes faz questão de frisar que diverge de Florentino e Góes acerca do papel dessa instituição social. Segundo ele, a família escrava não deve ser “[...] considerada um fator estrutural na manutenção e reprodução do

⁵⁶⁹ Idem, p. 45.

⁵⁷⁰ SLENES, Robert W. Op. cit., 1999, p. 35.

⁵⁷¹ SILVA, Eduardo; REIS, João José. Op. cit., 1989.

⁵⁷² Entendo que a diferença entre os textos de João José Reis e Robert W. Slenes é que este último enfoca mais nas identidades dos cativos, enxergando ou buscando enxergar, mais do que aquele, um projeto de comunidade cativa. Reis enfoca, portanto, nas possibilidades de compreensão ou de identificação das diferenças étnicas.

⁵⁷³ BERTIN, Enidelce. Op. cit., 2002, pp. 238-239.

escravismo”,⁵⁷⁴ mas sim como algo que se tornou um dos pontos preciosos para o projeto de vida de africanos escravizados. Ele conseguiu enxergar isso porque a referência teórica usada em sua pesquisa o estimulou a valorizar precisamente a ação (e o ponto de vista) dos cativos, assim como as memórias destes sujeitos históricos.

Deve-se reiterar que a tradição africana é operacionalizada por esse historiador como uma chave heurística que posiciona a continuidade temporal como um elemento importantíssimo em suas interpretações a respeito da vida cativa. Cumpre ressaltar que essa chave fez o autor enxergar que a memória compartilhada da tradição africana conferiu um sentido de identidade (e comunidade) para muitos escravos que passaram suas duras vidas em senzalas do Sudeste brasileiro.⁵⁷⁵ Nota-se, pois, que Slenes enfoca efetivamente no ponto de vista cativo, mas usa referências estruturais (primeiro a estrutura demográfica e depois a temporal) para fortalecer sua construção argumentativa e sua tese acerca do papel da família nos projetos cativos.⁵⁷⁶

Por seu interesse em buscar conhecer o ponto de vista dos cativos, o historiador em apreço procurou enxergar, portanto, alguns dos projetos de vida dessas pessoas escravizadas, enfocando, desse modo, no poder de agência dos sujeitos. Além disso, ao buscar as heranças culturais africanas, conseguiu importante aporte analítico que contribuiu para sua compreensão acerca dos significados simbólicos implícitos em questões aparentemente simples do cotidiano vivido nas senzalas. Com isso, abriu um vetor de análise que mostrou o quanto à cultura africana reverberou na memória e prática dos negros escravizados que vieram para o Brasil. Alcançou, dessa forma, uma visão que enxergou a potencialidade política na ação social recheada de referências culturais pretéritas,⁵⁷⁷ procurando concatenar contexto e tempo longo.

Em função do exposto, *Na senzala, uma flor* marcou posição influente ao buscar a historicidade do sistema escravista,⁵⁷⁸ sobrelevando as ações de atores sociais que haviam, até então, desfrutado de parca visibilidade, sobretudo em se considerando a produção da Escola Paulista de Sociologia, conforme discutido no segundo capítulo desta tese.

⁵⁷⁴ SLENES, Robert W. Op. cit., 1999, p. 50.

⁵⁷⁵ A tese do autor se fundamenta em estudos que destacam, sobretudo, a importância do fogo doméstico e do papel simbólico da linhagem na vida cultural de “[...] alguns dos povos da África Central”, que correspondia à principal região de onde vinham pessoas escravizadas. Conferir em: SLENES, Robert W. Op. cit., 1999, p. 241.

⁵⁷⁶ Tanto quanto mostrado na análise do livro *A paz das senzalas*, de Florentino e Góes, é importante destacar que a estrutura temporal, na construção analítica de “Na senzala, uma flor”, de Robert Slenes, é tratada como uma referência, não como um determinante.

⁵⁷⁷ Cumpre reiterar o quanto essa linha de pesquisa tornou-se, cada vez mais, valorizada como perspectivas abertas na trilha da nova historiografia pós-1980. Cf. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Op. cit., 2004, p. 47.

⁵⁷⁸ Cf. BERTIN, Enidelce. Op. cit., 2002.

Destarte, esse livro mostrou que as uniões familiares, nos moldes como se configuraram, desmobilizam os argumentos que pregavam a anomia social nas senzalas. Demais, defendeu que o lar dos escravos não era desprovido de significados, uma vez que revelam a sobrevivência de herança africanas que reverberaram no Brasil. Trata-se, pois, de um lugar autoral e epistemológico importante que essa obra marca na historiografia sobre a escravidão posterior aos anos 1980.

3.2.3 Uma via alternativa ao biônimo violência-paternalismo: novas contendas em torno da complexa relação senhor-escravo

Em 1988, a historiadora Silvia Hunold Lara publicou o livro *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*.⁵⁷⁹ Trata-se de uma versão modificada da tese de doutorado dessa pesquisadora. O trabalho foi norteado, fortemente, pelo interesse dela em conhecer mais profundamente as relações entre senhores e escravos numa região do Brasil Colônia, qual seja, Campos dos Goitacazes.

De acordo com o que já foi pontuado, a preocupação com a relação senhor-cativo é uma pauta de pesquisa clássica, que foi semeada por Gilberto Freyre e reiterada, de outra forma, nos trabalhos dos intelectuais da Escola Paulista de Sociologia. A referência historiográfica de Lara posiciona-sena discussão clássica acerca do que ela considera o caráter brando ou violento da escravidão. Nesse sentido, “[...] Apesar de imagens tão variadas, ligadas a diferentes propostas políticas e ideológicas, podemos afirmar que o pano de fundo comum a todo o conjunto da bibliografia [historiografia da escravidão negra no Brasil] é a relação entre violência e escravidão”.⁵⁸⁰

Ao abordar essa relação, a autora tem como meta discutir tanto com Gilberto Freyre quanto com a produção historiográfica da escravidão dos anos 1950/70, a fim de se situar num lugar dentro da história da historiografia.⁵⁸¹ A crítica de Lara ao primeiro ocorre por considerá-lo o representante de uma ideologia patriarcal que assentou a noção de brandura da escravidão. Sobre a segunda tendência da historiografia da escravidão, ela sustenta que seus pesquisadores firmaram uma posição cuja ênfase foi presidida pela noção de violência no cativeiro. Nesse sentido, Lara argumenta que vários autores – dentre eles os que integram o que se chama de

⁵⁷⁹ LARA, Silvia H. Op. cit., 1988.

⁵⁸⁰ Idem, p. 19.

⁵⁸¹ Cf. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014. A ideia de tradições eletivas ajuda a compreender o deslocamento de paradigmas, buscando achar um lugar.

Escola Paulista de Sociologia –, em franco debate com Freyre, passaram a contestar o mito da “benignidade da escravidão brasileira, comparativamente às outras áreas escravistas”.⁵⁸² A linha da violência ou brandura do cativo acabou conferindo, segundo o que se depreende das considerações de Lara, uma face comum e importante para a historiografia da escravidão.

A despeito dessa referência crítica geral acerca de toda a historiografia da escravidão brasileira, é necessário evidenciar que Lara enfrenta – mais contundentemente neste livro – o paradigma teórico da Escola Paulista de Sociologia. Segundo a historiadora em pauta, esse paradigma escora-se numa noção de que o ponto central para a compreensão das relações escravistas era a violência do cativo, tendo em vista que esta reproduzia e reiterava a divergência de classes, reafirmando cotidianamente o lugar do escravo na formação brasileira, dentro do quadro global de expansão do capitalismo mercantil.

A autora pondera que alguns pesquisadores, nesse contexto dos anos 1950/70, até conseguiram empregar a noção de paternalismo para explicar a relação senhor-escravo. Contudo, essa possibilidade circunscrevia-se a contextos de crise ou de baixa produtividade econômica. Sendo assim, em tempos de alta produtividade das lavouras, a relação senhor-escravo voltava assumir, na historiografia dos anos 1950/70, uma perspectiva violenta. A crítica de Lara é que essas discussões historiográficas, ao operarem dessa forma, encontrar-se-iam na chave do condicionamento econômico.⁵⁸³

Nesse livro em questão, a historiadora visou penetrar no cotidiano de escravos e senhores, a fim de propor outra questão de pesquisa. Ela não investiu na análise a respeito do papel da violência ou do paternalismo como questões estruturais norteadoras da relação entre as duas camadas mencionadas. A autora visou, sobretudo, “recuperar o modo como senhores e escravos viviam e percebiam sua prática”.⁵⁸⁴ É nesse sentido que a pesquisa investiga, precisamente, o cotidiano da relação senhor-cativo, com o fito de compreender tal interação não

⁵⁸² Idem, p. 100.

⁵⁸³ Sem expor um condicionamento econômico, mas sim uma reflexão que vincula a produção brasileira ao mercado global, Rafael de B. Marquese desenvolve uma análise que concatena o crescimento da demanda por café, na economia-mundo industrial do século XIX, com mudanças que alteraram “por completo a paisagem natural e cultural do médio vale do rio Paraíba do Sul”. Com isso, esse historiador se contrapõe à visão de Lara e sustenta que há, efetivamente, alterações no panorama das fazendas, no período em que a demanda por aumento da produtividade se intensifica. Conferir em: MARQUESE, Rafael de B. “O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.18. n.1. p. 83-128. jan.- jul. 2010. Trecho citado está localizado na página 84. A crítica que, com efeito, Marquese faz não somente à Lara, mas também à historiografia pós-1980, será exposta mais à frente no quarto capítulo. Mas, à luz do que apresentou Lara em artigo publicado, Marquese sustenta que a leitura da obra de Thompson, feita pela referida historiografia, “limou seu fundo historiográfico mais amplo, qual seja o do problema da formação do capitalismo na Inglaterra”. Conferir em: MARQUESE, Rafael de B. Op. cit., 2013, p. 231.

⁵⁸⁴ LARA, Silvia H. Op. cit., 1988, p. 21.

a partir de uma visão binomial (violência versus paternalismo), mas com base, notadamente, no que a referida historiadora considera ser a complexidade inscrita nessa relação.

Para entrar nesse universo representado pelo cotidiano concreto da vida dessas camadas sociais, ela se serviu de fontes diversas, mas fez uso, mormente, de processos criminais e autos de inquirição de escravos fugidos, haja vista que esse tipo de documento dá acesso privilegiado à vida desses personagens. Sendo assim, a linha metodológica dela se baseia na ideia de que a documentação coligida pode fornecer, “o registro do cotidiano colonial”.⁵⁸⁵ Além disso, a aposta teórica é que a análise aprofundada desses tipos de fontes pode permitir o alcance de novas visões sobre a escravidão. Por isso, cumpre ilustrar que o caminho teórico da pesquisa foi percorrido no sentido “do particular ao geral”⁵⁸⁶, o que “[...] permite não só maior facilidade para generalizações possíveis ao conjunto da Colônia como o estudo específico de aproximações e divergências na prática da relação senhor-escravo em grandes e pequenas propriedades”.⁵⁸⁷

A análise das ações cotidianas dos sujeitos históricos permite, por essa perspectiva construída, uma visão mais concreta da relação entre as camadas. Essa é a aposta da autora. É a partir dessa construção que Lara visa ultrapassar a dicotomia formada pelo binômio paternalismo-violência, trazendo à tona a experiência concreta das camadas sociais. Essa perspectiva a leva a focar mais nos matizes inerentes às relações entre senhores e cativos do que nas âncoras dualista e normativa.

Destaco que essa é uma contenda teórica dela com a historiografia do período 1950/70 e que perpassa todo o texto em análise. Assim, *Campos da violência* é uma obra que propõe superar a visão dualista e considerada pela autora como simplificadora acerca das relações entre senhor e escravo. E, para tal empreitada, Lara afirma buscar as relações sociais concretas, ou seja, procura investigar as relações em situações reais, não em condições teóricas.

É nesse sentido que a historiadora vai incluir Edward P. Thompson como uma referência teórica de peso para discutir em que medida as condições dos “seres humanos concretos”,⁵⁸⁸ no regime escravista, podem ajudar as pesquisas históricas a compreender melhor as relações entre os grupos ou as camadas sociais mencionadas.

⁵⁸⁵ Idem, p. 24.

⁵⁸⁶ Idem, p. 24.

⁵⁸⁷ Idem, p. 25.

⁵⁸⁸ FORTES, Alexandre. “‘Miríades por toda a eternidade’ – A atualidade de E. P. Thompson”. In: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, pp. 197-215, v. 18, n. 1, 2006. Trecho localizado na página 208. O objetivo, ao trazer o excerto, é mostrar, por essa linha teórica, a importância da concretude das ações dos seres humanos, mesmo diante das pressões estruturais.

Seguindo esse percurso teórico, Lara considera que violência e paternalismo são conceitos abstratos demais e não dão conta da miríade de possibilidades que existiram na relação senhor e escravo. O livro propõe, portanto, a análise ou os estudos acerca da violência e do paternalismo, à luz de condições históricas específicas (e dadas).⁵⁸⁹ Em complemento, vale trazer à tona o que a autora afirmou em artigo publicado por ela:

Inspirados pelos desdobramentos teóricos e políticos das análises thompsonianas sobre o século XVIII inglês, alguns historiadores começaram a insistir na necessidade de incluir a experiência escrava na história da escravidão no Brasil. Não se trata apenas de simplesmente de passar a estudar o modo de vida dos escravos ou a visão escrava da escravidão. A ‘inclusão dos excluídos’ vem acompanhada, necessariamente, de uma nova abordagem na análise da relação senhor-escravo. Ao tratarmos da escravidão e das relações entre senhores e escravos, tanto quanto tratamos de qualquer outro tema histórico, lembramos, com Thompson, que as relações históricas são construídas por homens e mulheres num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambigüidades.⁵⁹⁰

Em vista do exposto, a obra em questão investiga temas concernentes à escravidão ocorrida em Campos dos Goitacazes – província do Rio de Janeiro –, com base nas condições concretas, ou seja, de como se desenhou a relação senhor-cativo nas diversas situações (reais) vividas no cotidiano do sistema escravista. É partir desse ponto de vista que ela se permite fazer generalizações ou dialogar com estas.

É assim, por exemplo, que o capítulo referente ao comércio de pessoas escravizadas pode ser entendido como uma fenda que permite à autora compreender que o negócio de compra e venda de gente era presidido pelo interesse senhorial, mas sofria, dialeticamente, a interferência dos cativos. Em franco desacordo com os pesquisadores da Escola Paulista de Sociologia, a historiadora em apreço afirma o seguinte:

[...] Esta participação do escravo no seu próprio comércio impede que continuemos a analisar a questão da escravidão em termos estritos de ‘coisificação do escravo’. Não é só preciso dar-mos conta de que os escravos eram sujeitos atuantes, como também de que os próprios senhores aceitavam esta sua condição, ao efetuarem seus tratos”.⁵⁹¹
[Portanto,] Neste comércio de escravos, havia três ‘partes contratantes’: o comprador, o vendedor e o próprio escravo.⁵⁹²

Em outro capítulo em que trata do trabalho escravo, o livro mostra que o cativo não era somente o braço produtivo para o senhor, sendo explorado e sofrendo com a violência. A autora chama a atenção para os escravos que formavam famílias dentro das fazendas em que viviam

⁵⁸⁹ A referência de Lara visa destacar a análise de Thompson acerca do “[...] modo como uma mesma experiência material é diferentemente assimilada por agentes inseridos em contextos diversos”. Conferir em: SILVA, Ana Rosa Cloquet da. Op. cit., 1998. O trecho citado está localizado na página 115.

⁵⁹⁰ LARA, Silvia H. Op. cit., 1995, p. 46, grifos no original.

⁵⁹¹ Idem, Op. cit., 1988, p. 162.

⁵⁹² Idem, p. 163.

ou até mesmo com os de outras fazendas (algo menos comum). Em adendo, cabe destacar que a historiadora também expõe que alguns cativos desfrutaram da possibilidade de contar com uma roça própria e seus rendimentos derivados dessa condição.

Convém adicionar, como exemplo, que há, em *Campos da violência*, registros de escravos que tinham posses e auferiam lucros em suas colheitas. Ademais, esses cativos tinham o “[...] poder de dispor de [outros escravos] alugados a seu serviço”,⁵⁹³ o que configurava uma prática permitida por senhores. Ao fazer isso, o livro intenta ilustrar as variegadas e complexas relações de aproximação entre cativos e senhores, assim como mostra a ação cativa como importante no Brasil Colonial.

Nas derradeiras páginas da obra em apreço, a historiadora retoma, de forma contundente, um aspecto teórico primordial do debate que travou com as pesquisas que privilegiaram a violência como tema crucial para compreender a escravidão. Na perspectiva dela, a circunscrição do debate sobre a relação senhor e escravo ao tema da violência implica o empobrecimento da discussão sobre as práticas de dominação no escravismo. *Campos da violência* contesta, em síntese, a caracterização dos escravos como coisas e também o caráter da violência como algo genericamente compreendido e como algo obviamente dado naquele contexto.

Portanto, se formos seguir as trilhas deixadas pelo livro, é possível afirmar que uma de suas mais fortes sugestões para as pesquisas que remetem à escravidão é a que alerta o (a) pesquisador (a) para que mantenha uma visão aberta sobre o tema. Nesse sentido, estará apto a compreender que as relações sociais – no regime escravista brasileiro – realizaram-se de forma complexa, não simplificadas.

Em decorrência, será possível compreender que entre senhor e escravo houve tanto aproximação como afastamento, pois, “[...] as relações entre senhores e escravos são fruto das ações de senhores e de escravos, enquanto sujeitos históricos, tecidas nas experiências destes homens e mulheres diversos, imersos em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração”.⁵⁹⁴

Acrescenta-se que, para tanto, o (a) pesquisador (a) não deve buscar informações apenas em normas ou teorias, mas mergulhar nas práticas dos agentes, a fim de compreender como elas se realizaram concretamente.⁵⁹⁵ Ao fazer isso, perceberá que a violência e/ou o paternalismo

⁵⁹³ Idem, p. 227.

⁵⁹⁴ LARA, Silvia H. Op. cit., 1995, p. 46.

⁵⁹⁵ Cf. DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004. Sob outro aparato teórico, Poole e Das também mostram-se preocupadas com

ganham outros carizes e tornam-se chaves explicativas de ações ancoradas na realidade. É a partir dessa pauta que as generalizações podem ser mais bem realizadas, ou seja, tendo como ponto de partida as práticas concretas das ações. Segundo a própria autora, ao propor esse movimento analítico,

[...] não significa que tenhamos que permanecer no nível de casos articulares, incapazes de elaborar generalizações a respeito das relações sociais existentes nessa sociedade. Ao contrário, tais conclusões evidenciam apenas que os conceitos e regras gerais devem ser suficientemente elásticos para abarcar essa dinâmica e esse movimento [de complexidade da leitura sobre a escravidão].⁵⁹⁶

as condições concretas da pesquisa, pois, segundo elas, as condições normativas são algo prévio que não contemplam o que geralmente ocorre na prática. A ênfase do livro *Antropologia nas margens do Estado* visa exatamente ver como o poder se realiza na prática, mas especialmente a partir da força das margens. Essa é a discordância das autoras em relação a Foucault. Cf. FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: _____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, pp. 15-38.

⁵⁹⁶ LARA, Sílvia H. Op. cit., 1988, p. 351.

4 DIVERGÊNCIAS TEÓRICAS NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XX PARA O XXI: PROPOSTAS CRÍTICAS À HISTORIOGRAFIA PÓS-1980

A produção acadêmica referente ao tema da escravidão passou, de acordo com o capítulo anterior, por uma reestruturação teórico-metodológica, a partir dos anos 1980. O emprego de novas ferramentas contribuiu para que os pesquisadores passassem a se interessar por outros objetos de estudo e para que as visões sobre a escravidão fossem ampliadas. Tais mudanças colaboraram, destarte, no sentido de ensejar propostas cujas ideias divergiam frontalmente das que haviam sido defendidas e operacionalizada nas teses publicadas nos anos entre 1950/70.

De acordo com o que foi proposto no capítulo anterior, essas renovações são decorrentes de mudanças graduais no campo da própria produção do conhecimento científico, assim como de alterações paulatinas que ocorreram na sociedade brasileira e mundial. Nesse sentido, Ilana Blaj argumenta que, especificamente no âmbito da historiografia do Brasil Colonial, a produção da década de 1970/80 protagonizou uma mudança em relação aos estudos anteriores. Segundo a autora, o paradigma anterior de estudo do Brasil Colonial (que vigorou entre 1930-1960) levava em conta excessivamente o ponto de vista externo e a integração do país ao mercado mundial, gerando uma visão voltada para os núcleos exportadores.

Traçando uma relação entre os estudos coloniais e o escravismo, a autora sustenta que, nessa perspectiva, o escravo foi visto como “mera força de trabalho” e as demais camadas sociais foram desprezadas, incluindo, nesse patamar, “outras formas de trabalho compulsório”.⁵⁹⁷ A mudança identificada por Blaj, no âmbito da historiografia do Brasil Colonial, situa-se no período posterior aos anos 1970, tendo em vista que essa produção passou a incorporar uma crítica à “ênfase estruturalista na História e o debate da História Social reintroduzindo o homem e os grupos sociais [...]”.⁵⁹⁸

A consequência dessas mudanças para a historiografia da escravidão foi a já mencionada renovação nas pesquisas posteriores aos anos 1980, consolidando, durante os anos 1990,⁵⁹⁹ um paradigma teórico cujo cerne tendia à valorização da pesquisa intensa das relações que foram estabelecidas concretamente no Brasil escravista.⁶⁰⁰ Por isso, é pertinente argumentar que a

⁵⁹⁷ BLAJ, Ilana. Op. cit., 1994, p. 153.

⁵⁹⁸ Idem, *ibidem*.

⁵⁹⁹ Stuart Schwartz aponta que, nos anos 1980, prevaleceram questões que remetem mais à História Social e, nos anos 1990, ampliaram-se as questões para o âmbito da História Cultural, sem abandonar as questões referentes à História Social. SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2009, p. 182.

⁶⁰⁰ Essa assertiva pode ser fundamentada pela ampla bibliografia sobre a escravidão que emergiu, nessa fase, contemplando uma constelação significativa de teses de doutorado que foram defendidas sob uma novas orientações teórico-metodológicas. Esse campo renovado pode ser conferido em trabalhos de síntese

supramencionada historiografia erigiu-se em contraposição ao paradigma teórico-metodológico vigente nos trabalhos do período anterior (anos 1950/70), que, nesta tese, foi discutido a partir de autores da Escola Paulista de Sociologia.

Em virtude do exposto, nos anos 1980/90, as pesquisas acadêmicas sobre o tema em apreço consolidaram, em suas propostas, uma preocupação teórica com a experiência escrava.⁶⁰¹ Nesse sentido, “[...] Essa produção destaca a ação dos escravos, sua resistência e volição, o que foi apelidado de “agência” de escravos, frente às limitações estruturais e às assimetrias do poder”.⁶⁰² Portanto, essa guinada historiográfica implicou a busca pelo conhecimento da escravidão, a partir das interações estabelecidas no Brasil, ganhando especial ênfase as propostas investigativas que se preocupavam, substancialmente, com as relações entre os sujeitos históricos.

Entretanto, mesmo no período de consolidação dessa tendência historiográfica, as críticas não cessaram.⁶⁰³ Além disso, cumpre realçar que tais críticas tornaram-se mais fortes ainda nos anos 2000. A partir de Queiróz,⁶⁰⁴ pode-se destacar que essas propostas críticas tomaram, pelo menos, contornos de dois tipos: o primeiro tem um cunho mais interpretativo e refere-se às rejeições ao que se convencionou chamar de caráter consensual e integracionista (e brando) da escravidão ocorrida, no Brasil; o segundo tipo tem uma conotação mais teórica (mas não deixa de ter um viés metodológico também) e se situa na ponderação acerca do caráter localista da produção historiográfica da escravidão que ocorreu no período posterior aos anos 1980.

Sobre o primeiro tipo, Queiróz explicita o quanto o historiador Jacob Gorender, na década de 1970, polemizava com críticas às pesquisas que, segundo ele, estavam promovendo um retorno ao patriarcalismo de Gilberto Freyre. De acordo com a autora mencionada, nesses

historiográfica, conforme exemplos a seguir: LARA, Silvia H. Op. cit., 2005; QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Op. cit., 1998; SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2009, especialmente pp. 182-183, em que o historiador em pauta sustenta que a história cultural ganhou força nos anos 1990, mas em ligação umbilical com a história social. Tal ligação teve impacto na produção historiográfica acerca do tema da escravidão brasileira.

⁶⁰¹ LARA, Silvia H. Op. cit., 2005, p. 25.

⁶⁰² SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2009, p. 181, com aspas no original. O autor menciona essa expressão para a historiografia pós-1980. Meu argumento é que ele está propondo um nível de consolidação dessa perspectiva nos anos 1990.

⁶⁰³ Ricardo Salles chama a atenção para o fato de que o livro de Dale Tomich (“Pelo Prisma da Escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial”), que aborda o conceito de segunda escravidão, ter ficado no esquecimento, diante de um período em que a historiografia (pós-1980) estava preocupada com questões mais voltadas ao micro. Apesar de publicado em 2004, o referido livro, segundo Salles, reúne artigos que foram lançados desde 1987 até 1997. O paradigma com o qual o livro de Tomich trabalha visa propor uma nova leitura para a escravidão, especialmente referenciando-se nas suas conexões com o mercado global. Conferir em: SALLES, Ricardo. Op. cit., 2013, p. 24.

⁶⁰⁴ A referência, aqui, é: QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Op. cit., 1998, p. 108.

novos estudos, “[...] A escravidão teria, pois, um caráter consensual que nega [ou negaria] a coisificação e seria aceita pela grande maioria dos cativos”.⁶⁰⁵

A autora em apreço expõe que um dos trabalhos mais contestados por Gorender é o de Silvia H. Lara, que deu origem ao livro *Campos da violência*.⁶⁰⁶ Segundo Queiróz, nessa pesquisa, o “neopatriarcalismo”⁶⁰⁷ estaria representado patentemente pelo deslocamento que Lara teria operado na noção de violência. A ênfase da crítica de Gorender gira em torno da negação de Lara no tocante à conexão entre castigo físico e violência.

Além do questionamento crítico concernente à reafirmação do sistema patriarcal da escravidão,⁶⁰⁸ Queiróz externa, complementarmente, suas discordâncias sobre alguns dos novos ângulos e interpretações presentes na historiografia da escravidão pós-1980. Um dos que merecem a atenção é a família escrava.

Sem deixar de reconhecer que as novas pesquisas provaram que as uniões entre os negros, com efeito, ocorreram e que tais uniões corresponderam a tentativas dos escravos em “estabelecer laços afetivos mais sólidos que os da simples promiscuidade sexual”, o que é importante ressaltar é o ponto crítico da autora. Segundo ela, “os dados de pesquisa trazidos pela nova historiografia pós-1980 não permitem referendar conclusões taxativas sobre a expressividade da família escrava estável no Brasil”.⁶⁰⁹

O segundo tipo de proposta crítica, decerto, interessa mais à discussão realizada aqui nesta tese, uma vez que se refere, precisamente, ao cerne da matriz teórica da historiografia pós-1980. Ora, conforme já mencionado, a referida historiografia promoveu uma guinada no campo de estudos da escravidão brasileira, ao se aproximar dos cativos e buscar concretamente investigar a diversidade e complexidade inscritas nas relações entre os sujeitos históricos. Por esse caminho, a relação senhor-escravo se tornou, substancialmente, voltada para as possibilidades tanto de aproximação quanto de distanciamento.

É efetivamente esse núcleo teórico que tem sofrido ponderações críticas por parte de alguns historiadores que propõem revisões acerca da forma como o conhecimento a respeito da escravidão tem sido produzido desde os anos 1980. Essa renovação vem na esteira de transformações no campo do conhecimento acadêmico-científico.

⁶⁰⁵ Idem, *ibidem*.

⁶⁰⁶ LARA, Silvia H. Op. cit., 1988.

⁶⁰⁷ Idem, p. 108.

⁶⁰⁸ Idem, *ibidem*.

⁶⁰⁹ Idem, p. 117.

David Christian ressalta aspectos concernentes ao que chama de história universal.⁶¹⁰ De acordo com este autor, a história universal nunca esteve totalmente ausente do panorama da produção historiográfica mundial. Mas, segundo o pesquisador em apreço, a história universal sofreu impacto especialmente na virada empírica do último quartel do século XIX.

Nesse período mencionado, Christian aponta três motivos básicos para a pouca evidência da história universal: (i) o crescimento de uma preocupação voltada para o rigor científico empírico; (ii) a força da história nacionalista, que encorajou um estreitamento do foco da história, dando a esta disciplina uma artificial noção de inteireza; (iii) a rápida institucionalização do método rankeano⁶¹¹ de ensinar e pesquisar em história. Segundo o autor em pauta, esse método confere uma ênfase no rigor dos fatos históricos, precedendo questões teóricas.

No entanto, a história universal não sumiu totalmente, não desapareceu das pesquisas. Ficou ofuscada durante um bom período, em função do isolamento do conhecimento em pequenas ilhas.⁶¹² Esse autor afirma que o reaparecimento da história universal está ocorrendo já há alguns anos, cabendo especial ênfase ao início do século XXI. E isso não está ocorrendo somente nos Estados Unidos,⁶¹³ que é seu lugar de fala. Com efeito, o reaparecimento de estudos que se norteiam no paradigma de uma história universal será acompanhado, segundo Christian, por seu avanço nos próximos cinquenta anos.⁶¹⁴

Se as predições do autor aludido estão plenamente corretas ou não, isso somente o futuro vai nos informar. Com efeito, nessa mesma linha, Gerog Iggers afirma que “[...] Uma clara mudança desse o fim da Guerra Fria consiste na crescente atenção na história global e universal”.⁶¹⁵ Essa mudança é tratada por Iggers como um dos principais desafios do século

⁶¹⁰ CHRISTIAN, David. “THE RETURN OF UNIVERSAL HISTORY”. In: *History and Theory*: Vol. 49, No. 4, December 2010, pp. 6-27.

⁶¹¹ Cf. RANKE, Leopold von. “O conceito de História Universal” In: MARTINS, Estevão Rezende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 202-215.

⁶¹² CHRISTIAN, David. Op. cit., 2010, p. 14.

⁶¹³ Idem, p. 15.

⁶¹⁴ Idem, p. 6. Trecho localizado no abstract do artigo. Cabe acrescentar que Timothy Brook discute, nesse linha de raciocínio, o quanto a globalização é um fenômeno cujas raízes podem ser encontradas na expansão comercial do século XVII, haja vista que tal expansão efetivamente desencadeou “contatos de pessoas e de culturas em escala nunca antes registrada na história da humanidade”. Ver: PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017c, pp. 313-314. O livro de Brook é: BROOK, Timothy. *O chapéu de Vermeer: O século XVII e o começo do mundo globalizado*. Tradução: Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2012. Trata-se de um livro cuja referência teórica é a noção de processo histórico identificado pelo crescimento de contatos de pessoas de lugares distantes, contatos esses mediados pelo empreendimento econômico. A visão do autor parte de questões pequenas, como quadros de Veermer, para chegar a uma tese que propõe outra visão sobre a globalização, ou seja, um paradigma sensível ao holístico.

⁶¹⁵ IGGERS, Georg. “Desafios do século XXI à historiografia”. In: *História da historiografia*, Ouro Preto, número 04, março de 2010, pp. 105-124 (p. 113).

XXI à historiografia, notadamente após as transformações que fizeram o mundo superar a bipolaridade no campo da geopolítica internacional e adentrar uma nova fase do processo de globalização.⁶¹⁶

Cabe lembrar, em adição, que essa é uma fase em que experimentamos um crescimento da globalização da comunicação, em função da proliferação da Internet.⁶¹⁷ Esse fenômeno acabou despertando nossa sensibilidade para uma percepção mais ampla dos acontecimentos. Segundo John B. Thompson,

[...] Um dos aspectos mais salientes da comunicação no mundo moderno é que ela acontece numa escala cada vez mais global. Mensagens são transmitidas através de grandes distancias com relativa facilidade, de tal maneira que indivíduos têm acesso à informação e comunicação provenientes de fontes distantes. Além disso, com a separação entre o espaço e o tempo trazida pelos meios eletrônicos, o acesso às mensagens provenientes das mais remotas fontes no espaço pode ser instantâneo ou virtualmente instantâneo. Distâncias foram eclipsadas pela proliferação de redes de comunicação eletrônica.⁶¹⁸

A questão que está sendo colocada indica que o global tem assumido importância cada vez mais acentuada, tanto no que se refere aos paradigmas teóricos da história⁶¹⁹ quanto no que toca às relações sociais, econômicas, políticas etc.⁶²⁰ Nessa linha de raciocínio, a historiografia da escravidão negra ocorrida no Brasil também foi tocada e afetada por tais transformações. Parcela dessa historiografia trouxe, a partir dos anos 2000, uma ponderação crítica e, complementarmente, uma proposta crucial em suas considerações teóricas.⁶²¹

A ponderação crítica gira em torno do caráter excessivamente localista da produção de conhecimento sobre a escravidão. Na leitura dessa perspectiva construída eminentemente no século XXI, a historiografia pós-1980 produziu trabalhos que, não raramente, enfatizaram demasiadamente tanto a dimensão da experiência escrava quanto o ponto de vista hiperlocalista.⁶²² Por essa linha de raciocínio, tal movimento teórico foi realizado por algumas

⁶¹⁶ Cf. HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁶¹⁷ LUCCHESI, Anita. “Histórias no Ciberespaço: Viagens sem Mapas, sem Referências e sem Paradeiros no Território Incógnito da Web”. In: *Cadernos do Tempo Presente* – ISSN: 2179-2143, edição n. 06 – 06 de janeiro de 2012, www.getempo.org; ALMEIDA, Fábio Chang. “O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas”. In: *Aedos* - ISSN 1984 - 5634. Num.8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011, pp. 9-30.

⁶¹⁸ THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução Wagner de Oliveira Brandão. 15ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p. 197.

⁶¹⁹ Cf. CHRISTIAN, David. Op. cit., 2010; IGGERS, Georg. Op. cit., 2010, pp. 105-124.

⁶²⁰ THOMPSON, John B. Op. cit., 2014; Cf. HOBSBAWM, Op. cit., 1995.

⁶²¹ Cf. MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016.

⁶²² Cabe observar que, em recente capítulo de livro, Marquese e Salles fazem competente e erudita discussão sobre o percurso da história da historiografia da escravidão, especialmente no período em que tais estudos se tornaram objeto de pesquisadores vinculados às principais universidades brasileiras. Os historiadores mencionados não usam a expressão hiperlocalista, mas preferem destacar que o “[...] retrato da escravidão brasileira que

pesquisas que perderam de vista a capacidade de produzir generalizações e de pensar suas questões de estudo em articulação com “uma moldura histórica abrangente, que dê conta dos diferentes aspectos da sociedade escravista brasileira entendida como uma totalidade complexa”.⁶²³

A principal dificuldade apontada por Ricardo Salles à historiografia pós-1980 encontra-se, em termos gerais, apresentada no trecho a seguir, que trata de uma proposta crítica indicadora de mudanças a serem realizadas no seio desse paradigma.

Não se trata de capricho ou tributo à tradição intelectual predominante em minha formação. A questão é buscar contribuir para avançar no ponto em que a produção atual – principalmente a dos anos mais recentes – apresenta uma debilidade, que é o ponto forte das análises gerais, marxistas ou não. A debilidade e a dificuldade, e eventualmente a recusa mesmo, de muitos estudos correntes em extrapolar os resultados de suas investigações para além do âmbito de seu objeto empírico de análise. O aspecto da relevância teórica dos trabalhos, que poderíamos resumir aos avanços experimentados em termos de nosso conhecimento do passado histórico, fica reduzido ao ineditismo das fontes e/ou do tema estudado.⁶²⁴

A proposta crucial dos pesquisadores que investem na crítica à historiografia pós-1980 é que as pesquisas devem estar abertas a pensar a escravidão – notadamente a que ocorreu no século XIX – a partir das conexões entre as regiões produtivas que utilizavam trabalho escravo e a estrutura capitalista global. O conhecimento das regiões escravistas não deve ser visto como desvinculado das condições (e transformações) em que se delinearam (e se desenvolveram) o mercado mundial e o capitalismo comercial. Há, pois, uma proposta cuja pauta é teórica e intenta trazer uma visão mais holística para a produção do conhecimento acerca da escravidão.

Trata-se, neste momento, de buscar análises que se voltem para as conexões, os nexos, e as contradições que compõem esses objetos [os que são escolhidos por pesquisadores e pesquisadoras que se ocupam do tema da escravidão] enquanto totalidades estruturadas, ou parte delas, produzidas pelas ações humanas ao mesmo tempo que as condicionam.⁶²⁵

Portanto, sinopticamente, a crítica é que a historiografia da escravidão pós-1980, ao investir na valorização da agência cativa, contrapondo-se à visão estruturalista esquemática presente em estudos lançados nos anos 1950/70, acabou perdendo de vista um sentido de totalidade estruturada, uma vez que se afastou do quadro global que deu sentido à escravidão como um todo e como um processo histórico.

começava a ser desenhado salientava diversidade regional”. Uso a expressão hiperlocalista por conta de uma leitura minha acerca do conjunto de críticas que Marquese e Salles apontam nessa historiografia pós-1980/90. Conferir em: MARQUESE, Rafael; SALLES Ricardo. Op. cit. 2016, p. 114.

⁶²³ SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008, p. 22.

⁶²⁴ Idem, p. 22.

⁶²⁵ MARQUESE, Rafael; SALLES Ricardo. Op. cit. 2016, p. 134.

João Carlos Escosteguy expõe os termos que definem a questão da estrutura para a proposta de renovação historiográfica.

Não podemos desconsiderar todo o avanço [promovido pela historiografia pós-1980] que a crítica ao estruturalismo provocou. [Por outro lado,] A questão central, aqui, é afirmar que não se pode *recusar* a ideia de estrutura, mas, sim, há uma necessidade de *refletir* sobre ela. É preciso reavaliar seus limites e reinserir a discussão no campo historiográfico, buscando o que ela pode oferecer de melhor para nosso conhecimento sobre o passado.⁶²⁶

Num artigo programático que visa discutir a historiografia da escravidão brasileira, Rafael Marquese faz uma análise com base na constituição da historiografia sobre o Brasil Colônia. Ele intenta fundamentar que, assim como a historiografia mundial sobre a crise do século XVII, a produção historiográfica brasileira do período entre as décadas de 1930 e 1970, em sua maior parte, lidou com “o problema da formação do capitalismo em nosso país”.⁶²⁷

Posteriormente, esse autor mostra algumas mudanças ocorridas no plano global e local que influenciaram a historiografia brasileira dos anos 1980, contribuindo para que, no interior dela, fossem operadas algumas mudanças. Ao executar essa reflexão, Marquese se propõe, logo em seguida, a avaliar a referida historiografia da escravidão brasileira, a fim de discutir em que medida essa produção acadêmica “acabou por conduzir a um descaso com os processos históricos de longa duração e os quadros globais mais amplos nos quais se inscreveu o sistema escravista brasileiro, isto é, a um descaso com as forças estruturais do capitalismo histórico”.⁶²⁸

As palavras desse historiador, conforme a seguir, explicam exatamente o ponto em que ele discute com a historiografia pós-1980 e reposiciona um conceito operacionalizado pela historiografia do período 1950/70.

Não obstante tudo o que se ganhou [o autor listou um conjunto de elementos que ele reconhece como mérito da historiografia pós-1980], houve uma perda inegável [...]. Trata-se do abandono do conceito de capitalismo, ora tomado como uma categoria abstrata, incapaz de conferir inteligibilidade a processos históricos reais vividos por sujeitos de carne e osso, ora tomado como equivalente à determinação externa dos destinos da sociedade escravista brasileira.⁶²⁹

Não obstante a historiografia da escravidão pós-1980 ter conseguido, efetivamente, lograr êxito em produzir maiores conhecimentos sobre “o escravo, o senhor e o homem pobre livre, esse êxito não necessariamente pode ser estendido ao conhecimento sobre a escravidão

⁶²⁶ ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Op. cit., 2015, p. 112, com grifos no original.

⁶²⁷ MARQUESE, Rafael de B. Op. cit., 2013, p. 226.

⁶²⁸ Idem, p. 229.

⁶²⁹ Idem, ibidem.

como um todo”,⁶³⁰ exatamente em função da perda em relação “às articulações [locais, brasileiras] com o quadro do capitalismo global”.⁶³¹

Marquese não deixa de reconhecer como pertinentes as severas restrições feitas pela historiografia pós-1980 ao modelo teórico e analítico rígido e esquemático que foi operacionalizado pela produção acadêmica dos anos 1950/70 sobre a escravidão.⁶³² Contudo, não se furta a fazer críticas de cunho teórico a uma parcela pujante dessa mesma historiografia que emergiu na década de 1980 em diante.

Muitos trabalhos dessa fase negligenciaram, segundo o referido autor, a noção de totalidade e valorizaram sobremaneira as explicações endógenas. “Com isso, muitas questões importantes sobre nosso passado escravista passaram a ser apreendidas como parte de uma dinâmica interna”.⁶³³ A crítica que ele faz é que tal movimento analítico perde de vista as inter-relações que as questões locais têm com “economia-mundo industrial sob a égide do capital britânico”.⁶³⁴

Em razão do exposto, cumpre ressaltar que uma referência teórica cara à proposta de renovação propugnada por alguns historiadores, nos anos 2000, é conceito de “segunda escravidão”.⁶³⁵ Trata-se de uma visão acerca da escravidão moderna, tomando-a não como algo homogêneo. Identificando que a escravidão moderna não foi a mesma desde o século XVI até o final do XIX, o argumento de Dale Tomich – que propôs o conceito – desenvolve-se no sentido de postular que houve uma mudança na economia global que ocorreu na passagem do século XVIII para o XIX, engendrando “reconfigurações profundas no mercado mundial”⁶³⁶ e impactando a escravidão praticada em diferentes regiões do Atlântico. Tal impacto está apresentado na análise que Marquese faz abaixo.

⁶³⁰ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, p. 342. O trecho se apoia, claramente, na afirmação de Marquese feita em seu artigo. Conferir em: MARQUESE, Rafael de B. Op. cit., 2013, p. 252.

⁶³¹ MARQUESE, Rafael de B. Op. cit., 2013, p. 248.

⁶³² Essa é uma posição que está presente também num texto recente lançado por Marquese e Salles. Cf. MARQUESE, Rafael; SALLES Ricardo. Op. cit. 2016, p. 134.

⁶³³ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, p. 343.

⁶³⁴ MARQUESE, Rafael de B. Op. cit., 2013, p. 236.

⁶³⁵ A perspectiva dessa linha de raciocínio teórico (norteadas pelo conceito de segunda escravidão) é estabelecer uma nova proposta teórica de estudo acerca da escravidão, discutindo com a historiografia pós-1980 e, ao mesmo tempo, recolocando (de forma requalificada) referenciais teóricos que fazem parte do paradigma presente na produção historiográfica do período entre os anos 1950-70. Trata-se de uma proposta teórica que é recolocada, de forma crítica, a fim de estabelecer uma discussão com o paradigma em pauta, ou seja, o paradigma da historiografia pós-1980. O conceito de tradições eletivas, cunhado por Fernández Sebastián, foi um referente importante que ajudou a organizar a visão sobre essa contenda, conforme explicitado na Introdução desta tese. Ver: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014.

⁶³⁶ SALLES, Ricardo. “A segunda escravidão”. Resenha do livro “Pelo prisma da escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial”. São Paulo: Edusp, 2013. In: *Revista Tempo*, vol. 19, nº 35, Jul-Dez, pp. 249-254. Trecho localizado na página 250.

Em um ensaio pioneiro publicado originalmente há vinte anos, Dale Tomich propôs a categoria “segunda escravidão”, para apreender em um quadro conjunto a novidade da escravidão atlântica oitocentista. De acordo com seu argumento, as modificações ocorridas com o advento da economia-mundo industrial do século XIX impuseram aos senhores de escravos americanos a necessidade do aumento constante da produtividade de seus cativos, sob o risco de se verem excluídos do mercado mundial.⁶³⁷

Nessa mesma trilha, Robin Blackburn aponta diversos motivos que fundamentam a visão de que, uma segunda escravidão floresceu “nas Américas no século XIX, sobretudo no Sul dos Estados Unidos, no Brasil e em Cuba entre 1800 e 1860, e que encontraram sua ruína pouco tempo depois (1865-1888)”.⁶³⁸

A primeira escravidão refere-se à escravidão colonial, tendo ocorrido no “Novo Mundo no período de 1520 a 1800”.⁶³⁹ Essa escravidão de tipo colonial desenvolveu-se numa fase em que “o capitalismo ainda estava em sua infância”, ao passo que a segunda escravidão estava “envolvida de forma intrincada num processo de industrialização de larga escala e de ‘acumulação primitiva’ prolongada”.⁶⁴⁰

A segunda escravidão colocou em conexão, portanto, mercados mais amplos e encontrou, no Brasil e nos Estados Unidos, uma conjuntura política de estruturação e desenvolvimento dos Estados Nacionais que deram fôlego e renovado incentivo à manutenção do trabalho escravo. Não à toa, Blackburn sustenta que “[...] O acontecimento fundador da segunda escravidão foi a Revolução Americana”,⁶⁴¹ além do gradual afrouxamento das restrições ao comércio que eram realizadas pelos “grandes sistemas de monopólio colonial”⁶⁴² e do caminho aberto pelo “fim da agricultura de plantation em São domingos, o maior produtor de açúcar, café e algodão em 1790”.⁶⁴³

A Revolução feita por escravizados, na região do Haiti, não trouxe somente questões ligadas à política. Trouxe, também, questões referentes à economia global. A demanda reprimida por produtos tropicais, após as dificuldades produtivas derivadas da mencionada Revolução, despertou interesses em outros mercados. E, nesse sentido, descobriu-se que a demanda por produtos tropicais poderia ser suprida por outros centros produtores.

⁶³⁷ MARQUESE, Rafael de B. Op. cit., 2010, pp. 83-84.

⁶³⁸ BLACKBURN, Robin. “Por que segunda escravidão?”. In: MARQUESE, Rafael; SALLES Ricardo. “A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia”. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit. 2016, pp. 13-55 (13).

⁶³⁹ Idem, p. 14.

⁶⁴⁰ Idem, p. 15, com aspas no original.

⁶⁴¹ Idem, p. 20.

⁶⁴² Idem, p. 44.

⁶⁴³ Idem, p. 53.

Em função disso, a escravidão foi “reinventada”,⁶⁴⁴ no Novo Mundo. Brasil, Cuba e Estados Unidos passaram a ser os novos polos de suprimento de *commodities* tropicais para o mercado global. É nesse caminho que o autor afirma que o período do século XIX caracteriza-se por ser uma “era essencialmente pós-mercantilista e pós-colonial”, o que fundamenta a interpretação de que se forjou, nesse cenário, “uma segunda escravidão”.⁶⁴⁵

Pontuando e postulando um fundamento teórico para a segunda escravidão, Dale Tomich sustenta que a ideia de segunda escravidão favorece um elemento heurístico importante para a pesquisa sobre o tema. A tese desse historiador é que a segunda escravidão permite a colocação dos estudos sobre o tema numa perspectiva histórica, possibilitando às pesquisas a operacionalização tanto das relações sociais como de seu diálogo com processos materiais mais complexos.⁶⁴⁶

Em recente trabalho publicado, o referido autor trava um seminal debate com o que chama de “Nova História Econômica”.⁶⁴⁷ Essa tendência propõe estudos fundados na história quantitativa econômica produzidos com base numa massa de informações quantificáveis, que são tratadas por recursos e métodos denominados de cliometria. Tais dados, no âmbito desse tratamento metodológico, são operacionalizados como informações primordiais que, colocadas em superposição, podem nos fornecer conhecimentos massivos sobre diversos temas.

Tomich reconhece que os dados e os números construídos pela cliometria são capazes de oferecer uma visão concreta das relações humanas, num determinado período e lugar. Nesse percurso, assente que o resultado dessa chave teórica permite a construção de uma perspectiva que fornece uma base de dados sólida e importante para a pesquisa histórica.

Entretanto, a crítica teórica do supradito autor se lastreia na ideia de que tais dados carecem de uma abertura analítica que permita a leitura mais abrangente dos processos históricos e que favoreça interpretações que coloquem os fenômenos históricos (contidos nos dados) em movimento. A crítica principal é que essa tendência historiográfica – Nova História Econômica – valoriza excessivamente o mercado e as trocas econômicas, uma vez que considera ambos como força matricial da explicação do mundo econômico e social. “Portanto, as relações e atividades que não são de mercado são desconsideradas ou tratadas como se fossem relações de mercado”.⁶⁴⁸ Assim, os estudos vinculados à Nova História Econômica não

⁶⁴⁴ Idem, *ibidem*.

⁶⁴⁵ Idem, *ibidem*.

⁶⁴⁶ TOMICH, Dale. “A escravidão no capitalismo histórico”. In: MARQUESE, Rafael; SALLES Ricardo. “A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia”. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit. 2016, pp. 58-100 (63).

⁶⁴⁷ Idem, *passim*.

⁶⁴⁸ Idem, p. 63.

ultrapassam, não vão além do campo quantitativo. Com isso, atêm-se às análises de dados de regiões, de forma isolada, tendo em vista que apostam, teoricamente, que seus dados lhes permitem conhecer melhor seus objetos de estudos, em seus recortes históricos.

Tomich não propõe o abandono da história quantitativa de matriz cliométrica. Sua crítica visa implementar seu uso adaptado, ou seja, como modelo de dados que favoreça interpretações mais abrangentes. E é nesse ponto que reside o cerne da contenda teórica realizada por esse autor em análise. A proposta é que os dados da Nova História Econômica sejam processados não em seu interior, com vistas a conhecer melhor tal ou qual região (ou tal ou qual objeto de estudo), mas, sim, que seus resultados empíricos sejam “incorporados a enquadramentos conceituais e históricos mais abrangentes”.⁶⁴⁹

Especificamente no que se refere aos estudos sobre a escravidão, a crítica reside na ausência de explicações que levem em conta o contexto histórico em que se inserem os objetos de estudo a respeito desse tema. A crítica é, destarte, que não há uma preocupação primordial de buscar a incidência de variáveis globais na construção analítica dos dados contidos nas pesquisas quantitativas sobre a escravidão. Logo, o modelo teórico fundado pela Nova História Econômica não se esmera em estabelecer conexões com as condições históricas do período e com o processo histórico de duração mais longa. As explicações passam a se fiar na leitura retirada da força dos dados.

Cumprir expor que a crítica de Tomich à Nova História Econômica está acentuadamente escorada no fato de ele entender que esta última desconsidera a construção histórica do mercado global e da escravidão em suas análises.⁶⁵⁰ Esse modelo da Nova História Econômica prescinde, pois, de “determinadas relações sociais fundamentais e das condições materiais de produção”.⁶⁵¹ A crítica teórica pode ser, sinteticamente, balizada a partir do trecho a seguir:

O mercado, a escravidão e o produto cultivado são tomados [pelos pesquisadores da Nova História Econômica] como entidades já determinadas, conceitualmente, independentes uma das outras. Esses elementos são inseridos no argumento como fatos determinados que ocorrem dentro de um determinado lugar e de uma cronologia – as propriedades de um lugar já determinado. Tais fatores servem para identificar o caso, mas continuam sendo externos, e desempenham um papel secundário na análise econômica. Assim, nessa abordagem, a sua inter-relação histórica e sua dependência mútua em conjunturas espaço-temporais específicas da economia-mundo não estão sujeitas a consideração teórica. Na falta de uma construção teórica rigorosa da escravidão americana como objeto da investigação histórica, ela continua sendo um subtipo do fenômeno mais geral – a escravidão moderna. Consequentemente, existe

⁶⁴⁹ Idem, p. 64.

⁶⁵⁰ Vale acrescentar que Blackburn chama a atenção para o que considera uma “primeira globalização”. Para a interpretação desse autor acerca desse fenômeno da globalização, a escravidão e o desenvolvimento do comércio em escala global são peças primordiais nessa chamada primeira globalização. Conferir em: BLACKBURN, Robin. Op. cit. 2016, pp. 13-55 (32).

⁶⁵¹ TOMICH, Dale. Op. cit. 2016, p. 67.

em toda a obra uma tensão permanente entre a análise econômica da escravidão nos Estados Unidos num determinado período e a escravidão moderna em geral.⁶⁵²

A perspectiva proposta pelo pesquisador americano é que os estudos relacionados à escravidão sejam vistos com base na historicidade de seus objetos e suas conexões com o processo histórico global que os revestem. Assim, a partir do conceito de segunda escravidão,⁶⁵³ é crucial que as pesquisas se orientem no sentido de pensar seus objetos em conexão com o mercado global que crescia em outra escala, no período do século XIX, impactando grandemente o escravismo como sistema. Não é à toa que, curiosa e paradoxalmente, a segunda escravidão emergiu num período em que a luta contra o escravismo, no mundo ocidental, fortificava-se e, gradualmente, ampliava-se, presidida pela Inglaterra e seus interesses comerciais que derivavam da condição de seu pioneirismo na Revolução Industrial.⁶⁵⁴

Ao discorrer sobre o livro em que Dale Tomich apresentou o conceito de segunda escravidão, Ricardo Salles aponta o crescimento da influência da perspectiva teórica proposta e sustentada pelo historiador americano. Se, nos anos 1988, o conceito não desfrutou tanta visibilidade, no século XXI ganhou fôlego e uma crescente força. Não por acaso, Salles faz algumas considerações acerca do futuro da historiografia da escravidão, colocando uma crítica cuja fundamentação tem, no referido conceito, uma linha forte de desenvolvimento, conforme excerto abaixo:

No campo da historiografia, as descrições densas do particular, do cotidiano e do miúdo, precedidas de rápidas pinceladas de contexto, acrescidas de duas ou três generalizações superficiais que eludem a necessidade da análise mais abrangente, aprofundada e concreta dos objetos históricos, cedem espaço. Se elas ajudaram a superar a antiga abordagem dos sistemas, de matriz sociológica abstrata e lógica, hoje, já não são suficientes. Trata-se, agora, de buscar análises que se voltem para as conexões, os nexos e as contradições que compõem esses objetos enquanto totalidades estruturadas, produzidas pelas ações humanas ao mesmo tempo em que as condicionam. Isso é o que Pelo Prisma da Escravidão [título do livro de Tomich analisado por Salles] busca, indicando caminhos para que seja feito e bem feito.⁶⁵⁵

Com base no conceito de segunda escravidão, as propostas defendidas por Marquese e Salles trazem à baila, cada um com suas ênfases, uma questão importante que foi

⁶⁵² Idem, *ibidem*.

⁶⁵³ O referencial à segunda escravidão como um conceito está pautada na resenha de Ricardo Salles sobre o livro de Dale Tomich. Conferir em: SALLES, Ricardo. “A segunda escravidão”. In: *Revista Tempo*, Vol. 19, n. 35, pp. 249-254.

⁶⁵⁴ Trecho interpretado a partir das discussões que Rafael Marquese faz acerca do “Escravidão da Ilustração: a administração antilhana dos escravos”, o que corresponde ao capítulo 3 de seu livro. Conferir em: MARQUESE, Rafael. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁶⁵⁵ SALLES, Ricardo. Op. cit., 2013, p. 254, com grifos no original. Trata-se de uma citação parecida com a que foi realizada anteriormente, pois Salles a utiliza, de forma levemente diferente, em dois textos de sua autoria, uma neste citado acima e outra no texto em parceria com Rafael Marquese, conforme indicado a seguir: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 134.

operacionalizada pela Escola Paulista de Sociologia. Trata-se do posicionamento heurístico de um sentido de globalidade para a produção do conhecimento sobre a escravidão, notadamente a escravidão ocorrida no período do século XIX. Essa proposta defende que o sentido deve, necessariamente, passar por uma articulação do local com o capitalismo global, conectando o micro com o macro, observando, com efeito, suas mútuas influências.⁶⁵⁶ Produzir conhecimento sobre a escravidão brasileira é, por esta perspectiva, não perder de vista suas conexões com o global.

Cabe reiterar, a título de exemplo, que a crítica de Tomich aos autores da Nova História Econômica é que estes não conseguem incluir a perspectiva do mercado global em suas explicações. Em decorrência disso, suas interpretações acabam, segundo o pesquisador americano, circunscrevendo-se a seu material empírico e, vagamente, a forças externas fortuitas, perdendo de vista a pujança das conexões globais, num período – notadamente o século XIX – em que o comércio mundial atingiu grandes proporções, configurando uma perspectiva conhecida como sistema-mundo.⁶⁵⁷

Como se pode observar nesses debates, emergiu, ainda no seio da historiografia pós-1980, uma proposta de renovação da forma como se pode produzir o conhecimento sobre a escravidão ou, pelo menos, uma proposta de ampliação das bases teóricas vigentes. É preciso realçar que tal proposta – que amadureceu aos poucos, florescendo nos anos 2000 – traz de volta elementos teóricos importantes que foram operacionalizados pela Escola Paulista de Sociologia.

Ora, a historiografia da escravidão produzida no período pós-1980 passou a estudar a escravidão visando colocar-se como um novo paradigma. A proposta desenvolvida nos capítulos anteriores desta tese foi mostrar que, em alguma medida, o paradigma propugnado por essa tendência, retomava, conscientemente ou não, uma pauta freyreana – conforme estudado no primeiro capítulo – que pensava a escravidão pela complexa relação entre os grupos

⁶⁵⁶ Dale Tomich faz uma discussão que visa pensar essa articulação num artigo em que se propõe a analisar a longa duração como produtora de sentido para a curta duração. Nesse artigo, o autor mostra também sua preocupação com uma chave analítica com alcance globais. Segundo ele, “A perspectiva da *longue durée* e da análise histórica global permite-nos sistematicamente oscilar entre relações gerais e específicas e também entre a inter-relação histórica, a interdependência e a mútua formação de específicos complexos de relações dentro do todo histórico global”. Conferir em: TOMICH, Dale. Op. cit., 2011, p. 51, com grifos no original. Trata-se de uma chave que nos permite compreender mais densamente sua proposta acerca da articulação global e local.

⁶⁵⁷ Idem, p. 85.

sociais.⁶⁵⁸ Conclusão: a novidade veio “borrada” de clássico.⁶⁵⁹ Mas não se deve negar que a ênfase da historiografia desse período fez aparecer um sentido de compreensão novo, ou seja, carregado de originalidade acerca da ação escrava ou de sua volição.⁶⁶⁰ Isso que contribuiu para potencializar – muito além de Freyre⁶⁶¹ – os estudos que remetem às interações entre senhores e cativos.

Pode-se notar que, sobretudo nos anos 2000, alguns historiadores – e aqui serão vistos especialmente Rafael Marquese e Ricardo Salles⁶⁶² – propõem uma reestruturação no paradigma da historiografia pós-1980. Ao fazerem isso, trazem de volta, em alguma medida, uma pauta teórica propugnada pela Escola Paulista de Sociologia, qual seja, a valorização das conexões entre a escravidão e o capitalismo global. “Nesse sentido, mais do que pares opostos sujeitos a uma escolha por parte do historiador, os níveis micro e macro deveriam ser interconectados”.⁶⁶³ Essa proposta de renovação do (ou crítica ao) paradigma pós-1980 consiste em evocar uma chave teórica usada pela Escola Paulista, conforme exposto no segundo capítulo desta tese. Ainda que de uma forma diferente e renovada, a proposta defendida nos anos 2000 é, precisamente, recolocar parte do aparato teórico caro à Escola Paulista.

Portanto, trata-se de uma nova proposta, mas que, ao mesmo tempo, guarda em si um fundamento teórico presente na historiografia clássica, conforme se pode observar no excerto abaixo:

[Trata-se de] Uma agenda que parta [ou que parte] dos avanços realizados nos últimos trinta anos [da historiografia dos anos 1980/90] e, ao mesmo tempo, retome alguns temas de discussão da historiografia dos anos 1960 e 1970, especialmente os referentes às relações entre a nova escravidão, a formação do Estado nacional, as transformações da sociedade imperial e o desenvolvimento do capitalismo global.

⁶⁵⁸ Pode ser realçado também outra influência de Freyre: a influência da cultura como possibilidade de produção de conhecimento sobre a formação do Brasil. Ver: ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni, Op. cit., 2014.

⁶⁵⁹ No âmbito da historiografia ocidental, Noiriell reconhece que a construção da história da historiografia nos legou alguns paradigmas científicos que nos permitem pensar novas questões que surgem no mundo em constante e acelerada transformação. O problema, para esse historiador francês, é que esses novos modelos geraram, num determinado momento, o que ele chama de crise de paradigmas. Olábarri, por outro lado, afirma que a ampliação de paradigmas não produziu especificamente uma crise, pois é possível compreender o que há de comum (continuidade e permanência) nos modelos/tendências, a partir da chave heurística da longa duração. Para esse autor, essas nomenclaturas de “nova” história (e há não somente uma nomenclatura de “nova” história) correspondem a posições políticas que se perpetuam na história da historiografia e visam colocar a “antiga” forma de fazer história como problemática. Conferir em: OLÁBARRI, Ignacio. “‘New’ New History: A Longue Durée Structure”. In: *History and Theory. Studies in the Philosophy of History*. Middletown, 34 (1), pp. 1-29, 1996; NOIRIEL, Gerard. Op. cit., 1996, pp. 123-171.

⁶⁶⁰ A discussão que Salles promove com Sidney Chalhoub sobre o papel dos escravos e libertos na Lei de 28 de setembro de 1871 é elucidativa nesse quesito. Conferir em: SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008.

⁶⁶¹ FREYRE, Gilberto. Op. Cit., 2006.

⁶⁶² Chamo a atenção para esses autores por conta de seus trabalhos e de uma proposta programática contida no recente livro que lançaram. Num dos trechos de um capítulo que escreveram juntos, os autores em apreço assumem que propõem “[...] a constituição de uma agenda renovada de pesquisas sobre a escravidão brasileira, se papel na formação do Estado e da nação no século XIX e suas articulações como economia mundial capitalista”. Conferir em: MARQUESE, Rafael; SALLES Ricardo. Op. cit., 2016, p. 154.

⁶⁶³ ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Op. cit., 2015, p. 114.

Esses temas foram praticamente eliminados do debate histórico devido ao fortalecimento do consenso neoliberal no âmbito da sociedade brasileira nos anos 1990 e, principalmente, ao teor acachapante e simplificador da crítica realizada pela nova historiografia da escravidão dos anos 1990 à historiografia anterior.⁶⁶⁴

Diante do exposto, este capítulo intenta trazer não somente questões e propostas teóricas formuladas na esteira do conceito de segunda escravidão, mas, também e especialmente, mostrar como dois dentre os principais historiadores dessa linha operacionalizaram essa(s) referência(s) teórica(s) em seus trabalhos.

Por isso, serão apresentados e discutidos, a partir deste ponto, trabalhos de Rafael Marquese e Ricardo Salles, a fim de elucidar como os autores lidaram com a escravidão em seus estudos, analisando o lugar de cada um na crítica feita ao paradigma da historiografia da escravidão brasileira que vigora desde os anos 1980/90.

Dois eixos de análise são escolhidos como matrizes que visam captar o prisma adotado por cada autor para construir conhecimento sobre a escravidão brasileira e dialogar com o paradigma historiográfico presente nos anos 1980/90. O primeiro é protagonizado por Marquese, que, em seus trabalhos, preocupa-se com o sentido comparativo de regiões escravistas que se erigiram como fundamentais para o mercado global, no período da segunda escravidão.⁶⁶⁵ O segundo prisma é desenvolvido por Salles em sua preocupação de refletir sobre o papel de senhores e escravos na escravidão brasileira, em conexão com as mudanças ocorridas nas questões políticas nacionais e em comunicação com o quadro global da economia-mundo.

4.1 A escravidão em perspectiva comparada e global: tecendo conexões que visam fundamentar um conhecimento sobre o escravismo

No artigo “O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate”,⁶⁶⁶ Rafael Marquese analisa imagens relacionadas à fazenda Resgate, em Bananal, São Paulo, com o objetivo de discutir como esse regime visual permite inferências acerca da forma como a escravidão se constituiu, no Vale do Paraíba, traçando um paralelo com as regiões algodoeira do baixo vale do rio Mississippi e ocidente cubano.

A referência teórica do autor é baseada na perspectiva que relaciona essas regiões indicadas acima com as mudanças na estrutura capitalista global. Nesse sentido, o conceito de “segunda escravidão” é crucial para tal empreitada. Segundo Marquese, o argumento de Dale

⁶⁶⁴ MARQUESE, Rafael; SALLES Ricardo. Op. cit., 2016, pp. 154-155.

⁶⁶⁵ Para este autor serão discutidos dois trabalhos. O primeiro é: MARQUESE, Rafael de B. Op. cit., 2010. O segundo trabalho desse historiador é: MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2004.

⁶⁶⁶ MARQUESE, Rafael de B. Op. cit., 2010.

Tomich, que formulou o conceito supracitado, sustenta que “[...] as modificações ocorridas com o advento da economia-mundo industrial do século XIX impuseram aos senhores de escravos americanos a necessidade do aumento constante da produtividade de seus cativos, sob o risco de se verem excluídos do mercado mundial”.⁶⁶⁷

De acordo com a resenha de Washington Santos Nascimento, o historiador Rafael Marquese seguiu a trilha aberta por Ciro Flamarion Cardoso, que chamou a atenção para “o fato de a historiografia brasileira sobre a escravidão” ignorar o que “era produzido no restante das Américas sobre o mesmo tema e alertava para a necessidade de utilização do chamado método comparativo nos estudos sobre escravidão”.⁶⁶⁸

Dois aspectos sobressaem na análise de Nascimento sobre o papel de Marquese na historiografia da escravidão: o primeiro é a relação que a escravidão tem com a “economia-mundo industrial”,⁶⁶⁹ o que nos deve levar à reflexão sobre o fenômeno da escravidão sob o prisma de suas conexões com o global, não privilegiando meramente o local. Compreender o fenômeno aludido requer, portanto, que o encaixemos numa perspectiva que privilegie a análise dos acontecimentos tendo por base o espectro global; o segundo reporta às pesquisas acerca da escravidão de forma comparada, o que pressupõe a inter-relação analítica entre áreas escravistas de grande porte.

É pertinente apresentar, em razão do que foi posto anteriormente, que Marquese, no artigo sobre o regime visual do Vale do Paraíba, desenvolve uma análise que concatena o crescimento da demanda por café, na economia-mundo industrial do século XIX, com mudanças que alteraram “por completo a paisagem natural e cultural do médio vale do rio Paraíba do Sul”.⁶⁷⁰ À necessidade de incremento da produção, com vistas à obtenção de mais e mais lucro, os senhores passaram a efetuar modificações na maneira como era produzido o café e na forma de exploração dos cativos utilizados para tal desiderato.

Como desdobramento dessas mudanças, o autor faz questão de frisar que ocorreram “[...] novas formas de controle espacial dos trabalhadores escravizados, assomando dentre elas a senzala quadra”.⁶⁷¹ Destarte, o regime visual em sua dinâmica social correspondeu ao ponto de partida para que o historiador em questão depreendesse que as mudanças no mercado mundial ocasionaram, por conseguinte, transformações na forma de exigência disciplinar dos

⁶⁶⁷ Idem, pp. 83-84.

⁶⁶⁸ NASCIMENTO, Washington Santos. Resenha do livro “*Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*”. In: *POLITEIA: Hist. e Soc.*, Vitória da Conquista, v.4, n. 1, p. 243-252, 2004. Ver página 243.

⁶⁶⁹ MARQUESE, Rafael de B. Op. cit., 2010, p. 83.

⁶⁷⁰ Idem, ibidem.

⁶⁷¹ Idem, p. 97.

cativos, bem como uma nova maneira de controlar o trabalho. Nesse sentido, tanto os edifícios eram dispostos de modo a facilitar o controle do trabalho quanto o investimento nas senzalas em forma de quadra objetivavam facilitar o controle da circulação dos trabalhadores escravizados em suas áreas de vivência.

O regime visual da fazenda resgate se transforma, no artigo em análise, em um ponto de partida para a compreensão de elementos de transformação nas lavouras de café, no Vale do Paraíba, o que permite, ao autor, uma visão comparativa com áreas conectadas, no século XIX, ao importante fluxo de alimentação da economia-mundo capitalista. Nesse percurso analítico, vale destacar que, além dos aspectos ligados ao controle dos cativos e à disciplina deles, o texto discute o refinamento da elite senhorial que era proprietária das grandes fazendas.

Partindo da fazenda em apreço, o autor argumenta que as imagens presentes na localidade sugerem que houve não somente uma mudança na arquitetura vigilante da unidade produtiva, mas também transformações interiores que remetem ao que chama de “cultura do refinamento”.⁶⁷² Essa definição evoca uma forma de atuação da elite senhorial que, pouco a pouco, expressou uma nova identidade formada nos quadros da segunda escravidão.

Nessa fase, ou seja, no transcurso do século XIX, o refinamento da elite senhorial expressou-se no uso de elementos de gosto diferentes. Tal refinamento evoca tanto o uso de objetos da cultura europeia (o piano, por exemplo) como a expressão de objetos que reportam à religião católica (pintura parietal que retrata a visita dos Três Reis Magos), uma vez que esta servia, também, de fator disciplinador do trabalho dos escravizados.

Portanto, novas classes senhoriais se formaram no período da segunda escravidão. Novas identidades senhoriais foram forjadas, à medida que as mudanças estruturais permitiam mais lucros e maior acesso à cultura europeia. Desse modo, o regime visual manifestou essas mudanças e, *pari passu*, deu base, em alguma medida, para a produção dessas identidades. Tais identidades se formaram, destarte, a partir do acesso a novos objetos de arte e cultura que vinham da Europa e eram provenientes de diferentes tradições estilísticas. Mas, conforme assinalado antes, o regime visual não se restringiu à arte; expandiu-se ao processo produtivo por meio de máquinas e arquitetura de produção.

Tendo em vista que a chave analítica de Marquese está fincada na ligação entre o regime visual e a ocorrência da segunda escravidão,⁶⁷³ o autor fecha o artigo mostrando que há pontos

⁶⁷² Idem, p. 120.

⁶⁷³ Ver a fundamentação de Robin BLACKBURN acerca da diferença entre a escravidão colonial (que pode ser considerada a “primeira escravidão” e a escravidão que se desenvolve no âmbito do quadro dos Estados Nacionais do século XIX, nas Américas. Conferir em: BLACKBURN, Robin. Op. cit., 2016, pp. 13-55.

de convergência entre a fazenda Resgate e as supramencionadas zonas de produção que se conectavam ao circuito mundial capitalista do século XIX. Destaca que há uma convergência, já assinalada no artigo, entre a fazenda Resgate (e o Vale do Paraíba) e a região algodoeira do Baixo Mississipi. Tal convergência reflete questões fulcrais no período em análise. Pode-se observar, por essa linha de raciocínio, tanto a cultura do refinamento que impregnou a elite senhorial dessas regiões quanto o aumento da exploração do trabalho cativo.

Cumprе acrescentar, a partir desse ponto, que um grande e importante trabalho de pesquisa do autor em apreço resultou no livro *“Feitores do corpo, missionários da mente—Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860”*.⁶⁷⁴ Washington Santos Nascimento realça que esse livro de Marquese tem enorme importância nos estudos sobre escravidão nas Américas, tendo em vista que “a sua forma de abordagem aponta para o fato de que a escravidão foi uma instituição atlântica e que, para melhor entendê-la, é preciso pensá-la de maneira global”.⁶⁷⁵

Nesse livro, o objeto de estudo de Marquese corresponde às ideias sobre o governo dos escravos. Essas ideias foram elaboradas no período entre os séculos XVII e XIX, no Brasil, nas Antilhas (francesa e inglesa), nos Estados Unidos e em Cuba. As fontes usadas para a pesquisa correspondem a textos “impressos coevos que trataram do tema da administração dos escravos nas *plantations* americanas e que prescreveram normas sobre o assunto”.⁶⁷⁶

Metodologicamente, o autor se preocupa com as ideias em sua diacronia. Em função disso, tem por baliza o tempo longo. Ele visa, nesse trabalho, mostrar a descontinuidade nas prescrições atinentes ao governo dos cativos, relacionando as mudanças nessas prescrições com a estrutura global representada pela economia-mundo. Assim, “[...] A análise dos textos prescritivos sobre administração de escravos permite examinar o quadro mental e material envolvido no ato de elaboração das idéias sobre o assunto”.⁶⁷⁷ Desse modo, os textos “[...] buscaram responder aos problemas das sociedades escravistas a que pertenciam seus autores”.⁶⁷⁸

Além disso, cabe mencionar que as noções de teoria que referenciavam as ideias de governo dos escravos devem ser contextualizadas, pois incrustadas nas premissas sobre a administração dos cativos estavam noções de teoria que não se desvinculavam da prática, tendo em vista que “[...] as teorias sobre a administração dos escravos são saberes voltados para a

⁶⁷⁴ MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2004.

⁶⁷⁵ NASCIMENTO, Washington Santos. Op. cit., 2004, p. 252.

⁶⁷⁶ MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2004, p. 11, grifos do autor.

⁶⁷⁷ Idem, p. 12.

⁶⁷⁸ Idem, ibidem.

ação; elas nascem de práticas gerenciais pretéritas, reelaboradas de acordo com as ferramentas mobilizadas, e buscam informar as práticas administrativas futuras”.⁶⁷⁹

É por conta dessas premissas que Quentin Skinner e John Pocock⁶⁸⁰ são referências mencionadas por Marquese, especialmente no que se refere à noção de “contextualismo linguístico”.⁶⁸¹ A noção de contexto social se torna bastante cara a Marquese, em razão de ser o lugar em que as ideias travam debate e tomam sentido. No entanto, esse historiador em apreço faz uma ponderação sobre a abrangência do contexto social. E essa ponderação esclarece muito de sua visão teórica e da proposta comparativa que faz em seu estudo.

Nessa pesquisa de Marquese, as ideias são compreendidas sob o revestimento do que ele chama de espaço atlântico, o que remete ao casamento entre escravidão e modernidade. Ademais, essa perspectiva permite também que se possa inserir o texto em diferentes sistemas escravistas no Novo Mundo, tanto na América portuguesa como na inglesa e francesa, incorporando também Estados Unidos e América espanhola, sobretudo em Cuba.

Nota-se, desde já, que a pesquisa tem uma predileção por chaves analíticas que conectam regiões e, destarte, tem preocupações com uma perspectiva macro. Além disso, tem predileção por estabelecer comparações entre unidades espaciais (em um mesmo período de tempo), de modo a que o autor possa extrair, dessas comparações, padrões e singularidades.

Marquese não deixa clara sua concepção teórica inspiradora ou, pelo menos, não a elege de forma patente. Mas se pode observar que, para este estudo em causa, as ideias de Foucault são uma referência presente, sobretudo no tocante ao modo de gestão moderno de controle material e educação mental das subjetividades/corpos para a obediência, o que vem expresso no conceito de governamentalidade.⁶⁸²

Por essa perspectiva, desde modernidade europeia, que contemplou o crescimento mais acentuado da urbanização, o progressivo aumento da densidade populacional nas grandes cidades, assim como o desenvolvimento de formas políticas com propostas mais participativas, “os modelos de gestão pública passaram a se organizar no sentido de produzir tecnologias de controle da população, com vistas à manutenção do poder com menos sobressaltos

⁶⁷⁹ Idem, p. 15.

⁶⁸⁰ Um artigo que contribui muito para a leitura sobre conceitos e história do pensamento político em sua perspectiva comparada e teórica é o que foi lançado por Marcelo Gantus Jasmin. Conferir em: JASMIN, Marcelo Gantus. Op. cit., 2005, pp. 27-37.

⁶⁸¹ Idem, p. 27.

⁶⁸² Cabe notar que uma referência foucaultiana também está presente no artigo do mesmo autor analisado anteriormente. Conferir em: MARQUESE, Rafael de B. Op. cit., 2010.

possíveis”.⁶⁸³ Nessa conjuntura, a vigilância e a punição, realizadas por micropoderes, foram empregadas, gradualmente, como elementos de controle de corpos incorporados por aos referidos modelos de gestão.⁶⁸⁴

Portanto, diante das transformações econômicas, sociais e políticas modernas, as novas gestões governamentais se esmeraram no sentido de produzir saberes sobre a população, com vistas a tentar tornar mais consistente o controle sobre pessoas (as subjetividades). Nesse sentido, “não se trata [mais] de uma exclusão, trata-se ao contrário de estabelecer, de fixar, de atribuir um lugar, de definir presenças controladas. Não rejeição, mas inclusão”.⁶⁸⁵ Um tipo de inclusão vigiada e controlada. O panóptico representa esse novo modelo de gestão porque “funciona como uma espécie de laboratório do poder”.⁶⁸⁶

Mas, a pedra de toque da ideia de governamentalidade reside na produção de subjetividades em consonância com o poder de governar. Segundo Bianca Freire-Medeiros, governamentalidade, para Foucault envolve três elementos primordiais: o governo da conduta; mentalidades que sustentam o governo; e práticas de governo que visavam controlar ou ordenar a vida das massas.⁶⁸⁷ Em outros termos, a governamentalidade não se erige pela imposição, mas no governo das condutas, isto é, com base na gestão das subjetividades, o que contempla, em alguma medida, a força das subjetividades incorporadas como um saber-poder.⁶⁸⁸

É nesse sentido que o texto de Marquese visa cumprir um de seus objetivos primordiais: examinar como os modos pelos quais senhores ou letrados objetivaram incrementar sua produção agrícola, com base nas “[...] ferramentas mentais da economia política”,⁶⁸⁹ a fim de que suas unidades produtivas pudessem se ligar “[...] ao mercado mundial”,⁶⁹⁰ utilizando da melhor forma possível a mão de obra escrava.

O livro é resultado de uma pesquisa extensa e reverbera a grande erudição do autor. Por isso, visando cumprir os objetivos analíticos que interessam à tese desenvolvida aqui, foi

⁶⁸³ PALERMO, Luis Claudio. “A partir da mídia impressa: os objetivos das unidades de polícia pacificadora sob uma perspectiva histórica”. In: *Revista Intratextos*, 2014b, vol 5, no1, p. 1-28. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2014.11440>.

⁶⁸⁴ Afirmação realizada a partir de alguns escritos de Foucault. Conferir, por exemplo em: FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. (Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes... et al.). Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

⁶⁸⁵ Idem, p. 57.

⁶⁸⁶ Idem, p. 194. Ver também: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 39. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

⁶⁸⁷ FREIRE-MEDEIROS, Bianca. “Governamentalidade e mobilização da pobreza urbana no Brasil e na África do Sul: favelas e townships como atrações turísticas”. In: BIRMAN, Patrícia [et. al...] *Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, pp. 187-197.

⁶⁸⁸ Cf. PALERMO, Luis Claudio. Op. cit. 2014.

⁶⁸⁹ MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2004, p. 13.

⁶⁹⁰ Idem, p. 14.

selecionada uma linha argumentativa importante de “*Feitores do corpo, missionários da mente*”, conforme delineado a seguir.

Os primeiros textos sobre administração de escravos, na América colonial, foram elaborados entre o final do século XVII e início do XVIII, com o intuito de propor prescrições fundamentais sobre a forma como uma *plantation* poderia melhor funcionar. Nesse sentido, é pertinente expor que, após analisar o contexto político francês e a administração do ministro Colbert, bem como a situação da América Central, Marquese sustenta que o padre dominicano Jean-Baptiste Du Tertre foi o responsável por lançar o primeiro texto sobre administração dos escravos, publicado entre 1667 e 1671. Nesse texto, são propostas prescrições cruciais sobre o governo dos escravos.

O segundo código originário da administração francesa nas Américas foi o *Code noir*, lançado em 1685. Este foi um edito real implementado com o fito de uniformizar as leis escravistas. O código intentava organizar um projeto de cristianização da colônia.⁶⁹¹ No que concerne à administração dos escravos, o código se aproximou das prescrições de Du Tertre, na medida em que permitia ao senhor ter a soberania quase ilimitada na relação com seus cativos.

O que pretendo sublinhar— a partir do autor em pauta — é que os códigos que visavam reger a administração dos cativos endossaram a soberania senhorial como princípio primaz. Dessa forma, os senhores tinham, na elaboração dos primeiros códigos, a autonomia de decisão sobre a forma de trabalho, tratamento e sustento de seus plantéis. Os objetivos desses códigos variavam desde o fortalecimento da administração absolutista dos Estados europeus até, conforme o caso brasileiro, a ênfase no controle das rebeliões escravas, devido à influência da experiência do quilombo dos Palmares.⁶⁹²

Cabe acrescentar que, na fase inicial de proposição e elaboração dos primeiros códigos sobre administração de escravos, prevaleceram ideias ancoradas na teoria cristã do governo cativo. Logo, as ideias tinham preocupações não somente voltadas para a produção, mas também com a conquista de almas.

Marquese argumenta que mudanças gradualmente aconteceram no transcurso do século XVIII. Essas transformações contextuais ocorridas na Europa reverberaram na administração dos escravos, nas colônias do Novo Mundo. A primeira obra que ele identifica conter a marca dessa transição paulatina é a do padre dominicano Jean Baptiste Labat.

⁶⁹¹ Idem, p. 15.

⁶⁹² Marquese traça uma relação entre o crescimento das revoltas cativas com o surgimento dos primeiros textos portugueses sobre administração escrava. MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2004, p. 48.

A obra desse dominicano é de 1722 e coincidiu, segundo o historiador brasileiro, com uma transformação contextual importante que acabou motivando a mudança nas prescrições relacionadas ao governo dos cativos. A obra coincidiu, portanto, com “[...] um novo arranque da economia de *plantation* das Antilhas francesas”.⁶⁹³

O importante a ser destacado é que a referida o texto do dominicano conseguiu tratar o tema de uma forma inovadora, porquanto não teve uma ênfase primaz nas questões religiosas, mas sim na técnica e racionalidade do controle da produção e no que concerne à administração dos cativos. Labat “[...] buscou compatibilizar os ideais do patriarcalismo cristão com a nascente linguagem dos interesses”.⁶⁹⁴

A linguagem dos interesses remete, segundo Marquese, a uma mudança no sentido da palavra, pois interesse passou, nesse período do século XVIII, a ser cada vez mais esposada à noção de lucro, à noção de interesse econômico, numa clara influência dos princípios Iluministas⁶⁹⁵ da época. Para Labat, cuidar do escravo era, em grande medida, cuidar do interesse do proprietário. Em razão do exposto, o padre dominicano propôs uma ruptura com uma forma de teoria do governo do escravo que era substancialmente cristã.

Tendo em vista que o objetivo de Marquese é compreender como grandes zonas produtoras de *commodities* se vinculavam ao mercado global e a influência derivada dessas conexões, cumpre acrescentar que ele investe em mostrar o quanto o escravismo da Ilustração também passou a influenciar a administração dos cativos nas Antilhas inglesas. Especialmente nessa região, o Iluminismo começou a ter um duplo papel: o de semente para a crítica à escravidão e o de base para uma teoria racional sobre a administração cativa cujos objetivos eram unir o binômio humanidade e interesse.

Pode-se concluir, então, que a Teoria Ilustrada trouxe possibilidades claras de incremento da produção colonial, por meio do aprimoramento técnico em vários sentidos e aspectos. Esse incremento emergiu como resposta não somente às pressões conjunturais econômicas (competição entre as diferentes regiões produtivas e o encarecimento dos cursos da produção das unidades escravistas), mas também como consequência da situação mental do período. Tais ideias sobrevieram, destarte, numa conjuntura em que o antiescravismo voltava suas forças argumentativas, primeiramente, para o fim do tráfico transatlântico. Nesse quadro,

[...] Fazia-se necessário [...] apresentar meios que facultassem a preservação da escravidão colonial ao longo do tempo sem o eventual concurso do tráfico de escravos.

⁶⁹³ Idem, p. 68, com grifos do autor.

⁶⁹⁴ Idem, p. 77.

⁶⁹⁵ Para um visão sobre os princípios Iluministas, ver: FALCON, Francisco. J. C. *O Iluminismo*. São Paulo, Ática, 2002.

O aumento da exploração do cativo com a preservação do seu corpo e a busca de sua reprodução natural foram, portanto, os objetivos principais da teoria coeva acerca do governo dos escravos.⁶⁹⁶

Um terceiro momento, conforme definido pelo autor em questão, trata da transição do século XVIII para o XIX, fase em que a Revolução Industrial imprimiu uma nova característica à economia-mundo. Nesse período, as transformações colocadas pelos efeitos da economia-mundo:

[...] impuseram aos senhores de escravos a necessidade do aumento constante da produtividade do trabalho de seus cativos, sob o risco de serem excluídos do mercado mundial. Isso levou, por um lado, à crise de antigas regiões produtoras como as Antilhas inglesas e francesas, acuadas por movimentos abolicionistas metropolitanos; por outro, à especialização produtiva das regiões escravistas das Américas que refundaram a instituição a partir de novos arranjos políticos.⁶⁹⁷

Outro acontecimento importante para a configuração do escravismo nas Américas e para a economia global foi a Revolução dos escravos de São Domingos. A partir desse acontecimento, o referido autor argumenta que ocorreu uma consequência sistêmica importante: no século XIX, a produção de *commodities* das Antilhas francesa e inglesa experimentou acentuado decréscimo, o que modificou, gradualmente, o quadro de forças na produção realizada nas Américas.

Nessa fase de “cisão entre a escravidão colonial e [a] escravidão nacional”,⁶⁹⁸ novas regiões brotaram como líderes na produção das Américas, ocorreu uma outra configuração de oferta no mercado. Novas regiões assumiram a liderança de produtos importantes para a economia global. Tratam-se, respectivamente, do café brasileiro, do açúcar cubano e do algodão produzido no sul dos Estados Unidos. As palavras de Marquese e Salles ajudam a esclarecer a situação:

[...] o verdadeiro empuxo para o crescimento da agroexportação da América portuguesa, com o concomitante arranque do tráfico negreiro transatlântico, decorreu tanto do início da revolução escrava na colônia francesa de São Domingos, até então a maior produtora mundial de açúcar e café, quanto da Revolução Industrial inglesa, com uma demanda insaciável por algodão e, em menor escala, couros.⁶⁹⁹

A partir desse cenário, Marquese desenvolve uma discussão sobre como houve alterações na teoria da administração de escravos, notadamente nas regiões que emergiram como fortes produtoras de *commodities* importantes para a economia-mundo. Vale ponderar que o autor em apreço mostra um quadro mais complexo ainda. As seleções feitas aqui visam compreender, sinteticamente, seus argumentos basilares. Além disso, é importante realçar que

⁶⁹⁶ MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2004, p. 164.

⁶⁹⁷ Idem, pp. 265-266.

⁶⁹⁸ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 134.

⁶⁹⁹ Idem, p. 135.

o historiador aludido discorre sobre as diferenças contextuais internas a cada região, tanto Brasil como Cuba e Estados Unidos. É a partir dessas inter-relações entre questões locais e globais que ele fundamenta seus argumentos.

No que toca às discussões eleitas por mim como importantes para esta tese, interessa sobremaneira pontuar que é no bojo das transformações da economia global, interconectada tanto às relações políticas locais (contemplando a especificidade de cada região) quanto às internacionais (contemplando, por exemplo, o crescimento do antiescravismo britânico), que as mudanças na teoria da administração cativa experimenta mudanças.

Nessa conjuntura, o Brasil, no período de 1820 até 1860, experimentou um crescimento sensível do tráfico de cativos, propulsionado pela abertura dos portos, ocorrida em 1810. Em função desse cenário, “[...] Pela primeira vez, os senhores de escravos [no Brasil] escreveram sobre o assunto [do governo dos cativos]”,⁷⁰⁰ pois, anteriormente, esse tipo de texto ficava sob a batuta de clérigos ou intelectuais. Segundo Marquese, no Brasil desse período, a administração dos escravos contemplava, *grosso modo*, uma premissa que conjugava disciplina e patriarcalismo.

Vale ressaltar também que a teoria sobre a administração cativa que foi publicada no Brasil sofreu influência da que havia sido produzida nas Antilhas, no final do século XVIII. Isso pode ser visto pela ênfase na disciplina e no interesse de controlar os cativos, com vistas ao crescimento da produção. Uma diferença substancial é que, no Brasil, prevaleceram ideais paternalistas, “inexistentes nos escritos antilhanos de fins do setecentos, e também [...] nos textos cubanos oitocentistas”.⁷⁰¹

Ao fim e ao cabo, o autor visa deixar claro que, além da preocupação com o preço do cativo e com sua produtividade, havia, no Brasil, o desejo de “civilizar” os escravos africanos. Devido a essa especificidade contextual brasileira (vinculadas a questões mundiais), a teoria dos escravos tomou um cariz paternalista, com o objetivo de perpetuação da escravidão e de conseguir evitar rebeliões, como a dos Malês (1835), por exemplo.

Nesse sentido, a preocupação brasileira revela os interesses dos proprietários de escravos, numa conjuntura em que a economia-mundo demandava, crescentemente, o café produzido aqui. Além disso, devido à pressão inglesa e às discussões (e contendas) que envolveram o fim do tráfico de escravos, as ideias de atendimento a interesses e/ou demandas cativas foram mantidas. Conclusão: não bastava manter a racionalidade Iluminista no controle do processo produtivo, era necessário manter – dada à situação global em conexão comas

⁷⁰⁰ MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2004, p. 267.

⁷⁰¹ Idem, p. 293.

circunstancias locais brasileira – um nível de negociação com os cativos, mesmo num período em que a demanda pelo café brasileiro era progressiva (século XIX).

Nos Estados Unidos, por exemplo, o crescimento da economia do algodão foi impulsionada pela invenção do descaroçador de Whitney. Com esse impulso produtivo, o século XIX, no referido Estado, foi permeado pelo debate em torno da pertinência de se manter o tráfico de escravos e a escravidão. Nesse cenário, os textos sobre administração cativa ganharam novos contornos. Os textos do período do início do século XIX, notadamente os que foram escritos após 1830, encarnaram um tom disciplinador e, ao mesmo tempo, paternalista.

Os Estados Unidos tiveram que lidar com as divergências nas discussões internas acerca da instituição escravista. Esses debates tornaram-se fortes o suficiente para catalisar forças de ambos os lados (pró e contra a escravidão). É importante chamar a atenção para o fato de que, nesse cenário, a defesa da instituição escravista floresceu com um tom de civilização do negro, a partir de argumentos fundados tanto na comparação com trabalhadores assalariados como na importância da cristianização.

Nessa linha de raciocínio, os senhores eram situados como capazes não somente de auferir lucro (vantagem sobre o controle tutelar dos escravos), mas também como “pais” que conduziriam os cativos de seus plantéis para uma vida melhor, mais civilizada até do que alguns operários ingleses. Por essa linha, a visão que se tinha do escravo, nos Estados Unidos, era de um dependente a ser tutelado.

Portanto, diante das discussões que figuravam no contexto estadunidense e das pressões da economia-mundo, pode-se afirmar, de forma sintética e geral, que “a tríade interesse-humanidade-religião foi um tema organizador de praticamente todos os textos que procuraram fornecer sistematização teórica para a administração de escravos”,⁷⁰² nos Estados Unidos, no período que vai dos anos 1831 até 1860. Se há algo em comum com o Brasil, além da produção de um tipo de *commodity* importante para a economia-mundo, é o fato de, nos Estados Unidos, ter sido desenvolvida uma discussão sobre a gestão de cativos num quadro contextual local de formação de um Estado Nacional.

O caso cubano é diferente e Marquese assinala o quanto a situação histórica dessa ilha influenciou as ideias que proliferaram nos manuais de gerenciamento dos escravos. O crescimento da produção de açúcar, nessa região, ocorreu significativamente na transição entre o século XVIII para o XIX. Essa é a fase em que, crescentemente, a elite da ilha passou a

⁷⁰² Idem, p. 356.

elaborar “[...] as reflexões cubanas sobre a gestão dos escravos no século XIX”.⁷⁰³ E esse movimento se avolumou depois de 1820.

É importante ressaltar que, segundo o supradito historiador, até os anos 1830, prevaleceram, nessa ilha, as publicações cujas propostas se lastreavam precisamente nos cuidados técnicos para produção do açúcar. Foi somente a partir dos anos 1840 que os textos começaram a abordar, de forma mais taxativa, a condição referente à produtividade cativa, pois, reitero, a preocupação principal era, inicialmente, com aspectos técnicos que poderiam incrementar o cultivo do açúcar.

O texto de Andres de Zayas é um desses. Ele procurou colocar em pauta, além dos aspectos técnicos que se voltavam ao aumento da produção do açúcar, elementos ligados ao cuidado com a saúde dos cativos. Nesse sentido, é preciso deixar claro que, nos anos 1840, houve permanências e mudanças na produção intelectual sobre a administração da produção e dos cativos. Se, por um lado, manteve-se a ênfase na extração do máximo que se podia do escravo e da produção agrícola,⁷⁰⁴ por outro lado, houve autores cuja preocupação com o tratamento cativo e com o fim do tráfico passaram a vigorar nos textos analisados por Marquese.

No entanto, as conclusões do autor mostram o quanto a produtividade do escravo desfrutou de uma preocupação mais enfática, em Cuba, denotando “relativo descaso com o governo dos escravos”.⁷⁰⁵ Derivada dessa identificação, Marquese afirma que os escritos cubanos não enfocaram numa perspectiva paternalista, tanto quanto Estados Unidos e Brasil, conforme visto acima. Em função disso, “os escritos cubanos sobre a gestão escravista podem ser tomados como um contraponto perfeito para a teoria de administração de escravos do Brasil e do Sul dos Estados Unidos”.⁷⁰⁶

Como se pode observar nas discussões protagonizadas pelo autor em debate, as ideias que circularam nos manuais de controle dos plantéis cativos dialogam com as mudanças ocorridas na conjuntura histórica global de transição do século XVIII para o XIX. Se, inicialmente, prevaleceram ideias de cunho religioso, aos poucos, à medida que crescia o comércio no mercado global de *commodities*, as ideias que circularam nos manuais passaram a ter objetivos voltados para o ideal de lucro. É claro que não prevaleceram somente essas ideias, havendo também questões de cunho interno que influenciaram nos manuais. Nesse sentido,

⁷⁰³ Idem, p. 305.

⁷⁰⁴ Cabe lembrar que a extração do máximo que os cativos podiam produzir tem relação com as mudanças ocorridas na escravidão, a partir de suas conexões com o quadro global da economia-mundo. Ver: BLACKBURN, Robin. Op. cit. 2016. Conferir também: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016.

⁷⁰⁵ MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2004, p. 329.

⁷⁰⁶ Idem, pp. 329-330.

autor registra e argumenta que o ideal paternalista foi uma resposta que emergiu no bojo das mudanças concernentes à afirmação dos Estados Nacionais, assim como foram derivadas das pressões antiescravistas que ocorreram em cada região.

Duas propostas teóricas essenciais podem ser destacadas, em “*Factores do corpo, missionários da mente*”. A primeira é que não se pode explicar as decisões realizadas em nível local apenas pelas vontades isoladas de senhores, letrados ou intelectuais. As decisões tomadas na colônia ou no quadro dos Estados Nacionais estão em constante diálogo com as pressões de uma totalidade que enforma e informa as decisões tomadas em nível local. Trata-se do que Tomich chama de condições e processos históricos que contribuem para explicar as relações que o local tem com o global.⁷⁰⁷

A segunda é que, ao se tratar regiões distintas, a historicidade de cada uma deve ser levada em conta, a fim de que não se perca de vista que as condições globais são tanto uma referência analítica para se pensar as regiões como também contribuem para que cada região se desenvolva e se organize de forma singular (específica), influenciando e sendo influenciada pela conjuntura global. Assim, cada região escravista das Américas deu respostas singulares às mudanças estruturais, mas não deixam de estar dentro desse circuito da economia-mundo.

No que se refere às discussões sobre a história da historiografia da escravidão e a relação entre estrutura e agência escrava, nota-se que o trabalho de Marquese não enfoca tão substancialmente nos sujeitos. Isso faz com que o resultado de seu trabalho reverbere discussões de nível mais amplo. Não se trata de afirmar que o autor desconsidera a agência cativa. O que se pontua é que esse historiador tem como foco mais forte o ponto de vista da administração cativa. Com isso, os escravos não são enfocados na maior parte dos argumentos do autor.

Os cativos entram mais substancialmente em cena quando o autor discute os limites da punição dos senhores, letrados, clérigos ou intelectuais na administração dos plantéis de escravos. Portanto, apesar de não ser um trabalho que coisifica os cativos, a pesquisa que deu origem a “*Factores do corpo, missionários da mente*” não teve como foco matricial a condição escrava. Por isso, as discussões se voltam menos para os papéis ativos dos escravos do que, por exemplo, a obra de Ricardo Salles, que será analisada a seguir.

Em tese recente sobre a produção da diferença dentro da escravidão brasileira, Marcelo Santos Matheus faz uma crítica à forma como Marquese operacionaliza suas leituras sobre o governo dos cativos. Segundo Matheus, “[...] achamos complicado tentar compreender como se produzia essa política de dominação apenas a partir de manuais produzidos pela elite

⁷⁰⁷ TOMICH, Dale. Op. cit., 2016, p. 92.

senhorial, do sudeste principalmente, como sugere Rafael Marquese [no livro *Feitores do corpo, missionários da mente*]⁷⁰⁸. A crítica de Matheus parece se situar no âmbito da normatividade dos procedimentos de gestão, o que atinge, por conseguinte, a escolha das fontes, o lugar de observação adotado por Marquese e, como ponto principal a ser observado nessa crítica, o papel dos cativos nesse processo.

4.2 A escravidão dentro de um quadro de articulação entre o Brasil e a economia global

O objeto de estudo de Ricardo Salles, no livro “*E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*”,⁷⁰⁹ corresponde às relações estabelecidas entre senhores e escravos em diversos níveis, sob o revestimento da constituição política e econômica do Império brasileiro (considerando sua relação com o global). O recorte espacial é a região de Vassouras. As balizas temporais que delimitam a pesquisa circunscrevem-se ao intervalo entre 1821 (em função do primeiro inventário *post-mortem* encontrado na região) e a década de 1880 (fase de efetivo declínio da instituição escravista).

As fontes usadas na pesquisa são de diversos tipos. Mas há que se ressaltar que os inventários *post-mortem* correspondem a um tipo de fonte que compõe uma base forte desse estudo que, em muitas partes, ancora-se em dados demográficos, seguindo uma senda aberta por Manolo Florentino e José Roberto Pinto de Góes.⁷¹⁰ A diferença é que Salles não visa abordar crucialmente as famílias escravas, mas diferentes aspectos que remetem à relação senhor e cativo, no que ele chama de coração do Império.

Um dos pontos altos do livro em questão – e que interessa sobremaneira esta tese – está na Introdução. Trata-se da discussão teórica cujo sentido é estabelecer um debate, uma contenda intelectual e teórica com a historiografia da escravidão ocorrida no Brasil que se manteve em voga no período posterior aos anos 1980/90. Em trabalho mais recente, Salles e Marquese chamam essa tendência como nova historiografia da escravidão.⁷¹¹

O autor em pauta propõe-se, claramente, em reconhecer os avanços da referida historiografia, mas esse reconhecimento não obsta suas críticas à debilidade dela⁷¹² e a acrescentar elementos que considera importantes para seu aprimoramento. A principal

⁷⁰⁸ MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro* (Bagé, c.1820-1870). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016, p. 26. A tese de Matheus será analisada mais à frente, no quinto e sexto capítulos.

⁷⁰⁹ SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008.

⁷¹⁰ FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. Op. cit., 1997.

⁷¹¹ MARQUESE, Rafael; SALLES Ricardo. Op. cit., 2016, p. 122.

⁷¹² SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008, p. 22.

debilidade a ser sublinhada é a incapacidade de os estudos da historiografia da escravidão posterior aos anos 1980/90 inserirem suas análises em processos históricos mais amplos e superar, destarte, os resultados empíricos de suas pesquisas.

Muitas pesquisas, segundo o historiador em pauta, acabam encontrando um grau de ineditismo na sua própria proposta de objeto de estudo ou no teor inovador de suas fontes, não ampliando sua capacidade interpretativa para além dos resultados de suas investigações.⁷¹³ A crítica teórica invoca a ideia de que é preciso interpretar os resultados das pesquisas estabelecendo conexões com totalidades estruturadas que contribuem para provocar sentidos às ações dos sujeitos históricos.

Ao desenvolver sua perspectiva teórica, Salles procura mostrar o quanto o “quadro histórico geral”⁷¹⁴ é crucial para que o pesquisador possa compreender seu objeto de estudo e operacionalizar a leitura de suas fontes. Trata-se de um valor heurístico que é posicionado como crítica a muitos trabalhos produzidos no período pós-1980. Com isso, os estudos com ênfases locais e que singularizam a experiência dos sujeitos históricos não são um mal em si, mas passam a apresentar grandes problemas de interpretação (e crítica) ao não incorporarem uma visão do quadro histórico e ao não empregarem uma visão que articule as experiências dos sujeitos a um sentido de totalidade representado pelo bloco ou conjunto histórico.⁷¹⁵

A discussão teórica de Salles intenta não somente posicionar sua crítica à historiografia pós-1980, mas também mostrar sua perspectiva acerca de como operacionalizou sua análise referentes às relações senhores e escravos. Tendo em vista que “[...] A ação humana [...] só acontece [...] a partir de uma situação histórica prévia dada”,⁷¹⁶ uma situação ao mesmo tempo, “condição e efeito da ação dos sujeitos”, Salles informa que interpreta as relações entre senhores e escravos em sua dimensão histórica, ou seja, a partir de um quadro de referência⁷¹⁷ ou “[...] de uma *situação histórica sempre dada* e que condiciona as práticas e as mudanças sociais”.⁷¹⁸

Portanto, “o ponto principal [de “*E o vale era o escravo*”] é a discussão da relação entre a região, com sua correlação demográfica de forças, e o Estado, como centro de hegemonia e ponto de mediação com o cenário nacional e internacional”.⁷¹⁹ Percebe-se, em vista do exposto, que a visão teórica empregada para a leitura das fontes e o posicionamento dos argumentos tem

⁷¹³ Idem, *ibidem*.

⁷¹⁴ Idem, p. 23.

⁷¹⁵ Idem, pp. 23-24.

⁷¹⁶ Idem, p. 24.

⁷¹⁷ TOMICH, Dale. Op. cit., 2016. Neste texto, o autor discute a importância de se avançar, ir além dos dados empíricos da localidade pesquisada. Há uma linha de conexão teórica clara com Salles.

⁷¹⁸ SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008, p. 26, com grifos no original.

⁷¹⁹ Idem, p. 28.

como base as relações entre o local (com suas forças políticas em jogo), o nacional (como uma arena de disputa entre as forças políticas) e o internacional (como uma referência analítica de sentido para a compreensão dos acontecimentos ocorridos em nível local e nacional).

O livro está dividido em duas partes. A lógica argumentativa e expositiva se assenta na ideia de que, na primeira parte, há a estruturação de uma sociedade escravista baseada em novos moldes.⁷²⁰ Nesse sentido, destaca-se a importância da constituição do Estado Nacional brasileiro e o caráter fundamental que a escravidão assume nessa formação, considerando tanto o ponto de vista do desenvolvimento da política (em nível institucional) quanto das discussões internacionais acerca da manutenção (ou do fim) do trabalho escravo no mundo.⁷²¹

A primeira parte do livro mostra, claramente, as relações entre escravidão, classe senhorial e Estado imperial. O autor discute a constituição da classe senhorial nos quadros de construção do Brasil como Estado Nacional. O ponto de partida é a passagem da crise do escravismo colonial (representado, no século XVIII, pelas independências escravas, nas Américas, bem como pelo projeto de emancipação política de regiões em que se formaram Estados nacionais) para o escravismo nacional no Brasil e nos Estados Unidos (representado pela formação do Estado nacional articulado ao desenvolvimento do mercado capitalista em nível global, no transcurso do século XIX).⁷²²

Nesse contexto, cabe colocar em tela, novamente, um paradoxo: no mundo todo, o escravismo recebia, desde fins do século XIX, duras críticas, mas, nos dois Estados mencionados acima, percebeu-se o crescimento da instituição. A formação do quadro da economia-mundo influenciou o cenário brasileiro, num período em que, politicamente, o país se tornou independente. Diante disso, a negociação pelo reconhecimento da independência e a estruturação dos debates políticos foram afetados pela força da escravidão. Dessa forma, não podem (ou não devem) ser compreendidos apenas em nível local, ou seja, sem que se leve em conta as injunções globais.

É nesse cenário que a classe senhorial se constitui em sua perspectiva de experiência coletiva, haja vista que ganhou um sentido de identidade comum. “Nesse momento, em articulação com a construção do Estado, as experiências dos senhores de escravos no Brasil passaram a ocorrer a partir de suas vivências na condição de classe senhorial”.⁷²³ Em

⁷²⁰ A referência aos novos moldes tem como base o conceito de segunda escravidão. Cf. TOMICH, Dale. Op. cit. 2016; BLACKBURN, Robin. Op. cit., 2016.

⁷²¹ MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2004, p. 164.

⁷²² Para uma visão sobre a passagem do escravismo colonial para o escravismo dentro dos quadros dos Estados Nacionais, ver o texto já indicado antes: BLACKBURN, Robin. Op. cit., 2016.

⁷²³ SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008, p. 46.

decorrência, a constituição do Estado Imperial trouxe, em seu âmago, sobretudo a partir da década de 1830, o fortalecimento dos conservadores. Assim, as condições históricas para a formação de uma classe senhorial, no Brasil, não vieram somente na esteira do processo produtivo, mas, também, pela via da política realizada em nível de Estado.

Essa é uma fase (anos 1830 em diante) em que o café desponta no cenário internacional com grande força. A Revolução Industrial inglesa colocou, cada vez mais, a exigência de trabalhos que demandavam muita atenção na operacionalização das máquinas. Nos centros urbanos ingleses, o novo estilo de vida trazia mudanças, com a criação de novos centros de consumo de cafés, por exemplo. Tais mudanças impulsionaram o consumo do café brasileiro, haja vista que a produção antilhana tinha sofrido pesado impacto no final do século XVIII.⁷²⁴

Nesse percurso, Salles argumenta que a classe senhorial brasileira, capitaneada pelos donos de escravos de Vassouras, ganhou uma consciência de que tinha potencialidades e, concomitantemente, um problema comum. As potencialidades correspondiam às condições da terra e do clima, na região, somadas às demandas constantes do mercado global pelo café.⁷²⁵ O problema comum era o crescimento das ideias antiescravistas capitaneadas pela Grã-Bretanha, tendo em vista que esta investia pesado na pressão para o fim do tráfico e da escravidão no Brasil.⁷²⁶

Seguindo a senda aberta pela tese de Ilmar R. de Mattos, Ricardo Salles propõe que a formação histórica da classe senhorial ocorreu, *pari passu*, com a formação nacional, pois este foi um momento em que as demandas individuais (antes difusamente colocadas) consubstanciaram-se num projeto político comum cujo objetivo era garantir, aos senhores, a manutenção das hierarquias sociais, a ordem política (e social) e, por conseguinte, o escravismo como meio de reprodução do processo produtivo que os beneficiava. Nessa fase em que a classe senhorial se impôs, a escravidão cresceu substancialmente, haja vista que tal classe tinha tanto a força política quanto a econômica para dar engrenagem à reprodução do escravismo.

Na primeira parte do livro, Salles visa, portanto, articular escravidão, classe senhorial e Império brasileiro. Faz isso apontando o quanto a continuação do escravismo foi, no século XIX, dependente de discussões e decisões tomadas no âmbito do Estado nacional que se formava. Ao mesmo tempo, pode-se interpretar que o autor mostra o quanto tais decisões eram caudatárias da força da escravidão e sua influência nos contornos que a política em nível de Estado ganhava. Nesse sentido, o autor afirma que “[...] se os estadistas tinham autonomia em

⁷²⁴ Cf. MARQUESE, Rafael de B. Op. cit., 2010; Cf. MARQUESE, Rafael de B. Op. cit., 2004.

⁷²⁵ Cf. MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2013.

⁷²⁶ Cf. BLACKBURN, Robin. Op. cit., 2016.

relação aos fazendeiros, era, no entanto, umbilicalmente ligados a eles, formando a classe senhorial”. Logo, “[...] os estadistas não representavam um projeto de nação que implicava a abolição da escravidão, mas, ao contrário, visavam à sua preservação”.⁷²⁷

Conforme visto acima, um dos argumentos basilares do autor, nesta primeira parte do livro, é que a escravidão, no período, sofreu ingerência primordial da classe senhorial no sentido de manutenção e crescimento do regime, numa fase em que o antiescravismo ganhava mais e mais força. Em razão disso, esse historiador procura mostrar o quanto a classe senhorial se organizou no âmbito das lutas e disputas em torno do projeto escravista que atendia a seus interesses de manutenção da ordem e de dominação sobre os cativos. Segundo Salles, não se tratavam mais de redes familiares que exerciam fortes influências e cujos objetivos eram atender a seus interesses visando a expansão de seus capitais. Tratavam-se de ações que se desenvolviam “a partir da perspectiva do Estado Imperial e da classe senhorial”, haja vista que sua atuação política objetivava, primordialmente, a “manutenção e expansão da ordem senhorial-escravista”.⁷²⁸

Cumprir reiterar e realçar que as discussões protagonizadas por Salles conectaram, nesta primeira parte de seu livro, política imperial, escravidão e quadro internacional dado pela “economia-mundo industrial”.⁷²⁹ É nesse sentido que o autor registra e analisa as relações estabelecidas pela classe senhorial que se forjava e passava a exercer forte influência política (institucional), diante de um quadro brasileiro modificado em duas dimensões: a primeira pela formação do Estado Nacional e a segunda pela maneira como a economia mundial passou a se conectar à produção de *commodities* das Américas.

Pode-se depreender, então, que a escravidão, nessa perspectiva, foi expandida como um projeto defendido pela classe senhorial cujas ações (e manobras) em nível político-institucional visavam o atendimento de seus interesses econômicos. Concomitantemente, a política estava tocada e afetada pela força que a escravidão exercia não só no nível local (Brasil), mas especialmente pelo impulso da demanda proveniente do mercado global.

Na segunda parte do livro, o autor discute, de forma mais focal e próxima, a relação senhor e escravo, na região de Vassouras. Ora, se na primeira parte do livro, houve uma prevalência para a constituição da classe senhorial em relação à política Imperial, nessa segunda

⁷²⁷ SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008, p. 130.

⁷²⁸ Idem, p. 132.

⁷²⁹ MARQUESE, Rafael de B. Op. cit., 2010, p. 83.

parte do livro, o autor preocupa-se, também, com as ações dos cativos em relação à sociedade escravista brasileira do século XIX.⁷³⁰

A segunda parte é aberta, no entanto, com uma análise que se mantém sobre a situação dos senhores de escravos, na região de Vassouras, com vistas a explicar a expansão da classe senhorial e a força da referida região, no Império Brasileiro. Registra, pois, que a classe senhorial se expandiu no rastro do café.⁷³¹ Em decorrência, discute o *ethos* senhorial-escravista que se forjou no século XIX. O *ethos* senhorial pode ser identificado pela conjunção de alguns fatores que abarcam um poder econômico (forte concentração de propriedade escrava e predomínio evidente na produção de café), combinado com o poder simbólico (representado pelos títulos honoríficos) e político (presença na política institucional brasileira).

Esses fatores propiciaram um estilo de vida que marcava presença na proeminência de senhores de terra não somente como poderes locais, mas, também, como fontes de poder na política do Império brasileiro. Portanto, além da influência na política em nível institucional, o poder dos senhores locais era lastreado (e reiterado) por uma grande capacidade de acumulação e de concentração da propriedade escrava, o que os tornava uma classe envolta num estilo de vida que guardava aspectos similares, comuns entre eles.⁷³² Por isso, “O Império é o café, e o café é o Vale”.⁷³³

Após identificar aspectos importantes da consolidação do Império brasileiro, sobretudo no tocante à política, à economia e aos valores sociais derivados da força político-econômica da classe senhorial, Salles envereda para a análise dos cativos como personagens importantes, a fim de mostrar que, ao mesmo tempo, o “Vale era o escravo”.⁷³⁴ Por isso, os capítulos finais do livro abordam temas como demografia, família, alforria, visões da liberdade, entre outros.

Ao fazer a abordagem da força social e o potencial que estava presente nos corpos e ações dos cativos, o historiador em apreço deixa-nos entrever seus objetivos de superar as determinações estruturais que marcaram a produção acadêmica sobre a escravidão nos anos

⁷³⁰ Este ponto traça uma diferença entre os trabalhos de Salles e Marquese. Conforme dito acima, o trabalho deste, apesar de não desvalorizar a ação cativa, mantém-se numa perspectiva mais macro, mais normativa, pois está mais ancorada nos manuais escravistas. Salles, uma vez que posiciona a força da classe senhorial, passa a discutir fortemente o papel de agência dos cativos. Cf. MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2004; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008.

⁷³¹ SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008, p. 141.

⁷³² Em uma linha bastante similar, Rafael Marquese, em artigo já analisado acima, aponta para um refinamento da classe senhorial. Um tipo de desenvolvimento marcado pela referência europeia e que guardava conexões com crescimento da economia do café, no vale do Paraíba. Cf. MARQUESE, Rafael de B. Op. cit., 2010.

⁷³³ SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008, p. 155, com aspas do autor.

⁷³⁴ Idem, *ibidem*. O trecho corresponde à parte principal do título do livro, o que denota a importância dos escravos na pesquisa de Salles.

1960/70.⁷³⁵ Por outro lado, não deixa de reafirmar seu lugar crítico em relação à historiografia pós-1980 e seu alinhamento, em alguma medida, com a interpretação geral da historiografia dos anos 1960/70 acerca do papel da escravidão na vida dos cativos.⁷³⁶ O trecho a seguir sugere o que foi descrito acima:

Se estamos longe da imagem do cativo como um ser anômico, quase totalmente esmagado em sua vontade e capacidade criativa e social [visão presente em alguns autores da década de 1960/70], não há como negar que o isolamento, a submissão forçada a rotinas, regras e padrões de comportamento impostos pela violência aberta ou pela ameaça de seu emprego, marcavam, na maior parte do tempo, a vida da maioria dos escravos [visão presente na historiografia de 1960/70].⁷³⁷

A abordagem do livro enfatizando a dura vida dos cativos, assinalando uma preocupação – que poderia ser apontada como uma posição política – com o que chama de “vida de um escravo médio”. Essa vida cativa mencionada acima corresponde a uma

[...] jornada de trabalho de quinze a dezoito horas por dia, iniciada antes do nascer do sol, com café e rapadura, inspeção e distribuição de tarefas; trabalho coletivo na roça, fiscalizado e vigiado pelo feitor, entremeado por uma ou duas refeições de meia hora [...]. Tal rotina só era quebrada nos domingos e nos dias santos, quando os cativos podiam se dedicar ao cultivo de roças familiares ou individuais, perambular pela fazenda e, mais raramente, pelas imediações.⁷³⁸

Nesse sentido, é pertinente acrescentar que, em nota de rodapé, Salles registra o quanto as análises das ações dos sujeitos históricos é devedora de Emília Viotti da Costa, cuja interpretação foi baseada “em testemunhos e documentos de época”,⁷³⁹ permanecendo válida. Ratificando sua posição crítica à historiografia pós-1980, o autor acrescenta, na mesma nota, que a interpretação de Viotti da Costa (e outras) permanece(m) válida(s), “mesmo depois dos trabalhos da recente historiografia [pós-1980] com sua ênfase nas experiências de sociabilidade escrava com a constituição de famílias e redes de compadrio, amizade e alianças, que não haviam sido tratadas ou mereceram pouca atenção da historiografia anterior [1980/90]”.⁷⁴⁰ Cabe

⁷³⁵ Cf. BLAJ, Ilana. Op. cit., 1994, p. 153; LARA, Silvia H. Op. cit., 2005. p. 24. Aqui, mais uma vez, cabe ressaltar a forma como o autor se situa na historiografia, deslocando um paradigma e situando-se diante do panorama de embates intelectuais. Cf. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014.

⁷³⁶ Retomo uma citação que já fiz de um capítulo de livro publicado conjuntamente entre Marquese e Salles. Nesse trecho, os autores mostram que vale retomar alguns temas de discussões presentes na historiografia da escravidão que vigorou no período entre 1960/70, especialmente “os referentes às relações entre a nova escravidão, a formação do Estado nacional, as transformações da sociedade imperial e o desenvolvimento do capitalismo global. Conferir em: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 154.

⁷³⁷ SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008, p. 179.

⁷³⁸ Idem, pp. 179-180.

⁷³⁹ Idem, p. 207. Essa abordagem visa mostrar, pelo menos no meu entendimento, o quanto as pesquisas de Viotti da Costa não se harmonizou, totalmente, com referências teóricas das pesquisas dos integrantes Escola Paulista de Sociologia que foram analisados no segundo capítulo desta tese. Nesse sentido, o autor intenta nos mostrar o quanto a pesquisadora valorizou a perspectiva dos sujeitos, sem abandonar uma visão de quadro histórico global.

⁷⁴⁰ Idem, *ibidem*.

reiterar que, ao fazer esses comentários, em *E o vale era o escravo*, Salles firma um lugar crítico em relação à historiografia pós-1980 e externa seu relativo alinhamento com alguns aspectos teóricos presentes na historiografia dos anos 1960/70.

O livro do historiador em apreço registra, nessa segunda parte, como a população escrava era grande, na região de Vassouras e o quanto esse fato guardava ligação entre a exploração da economia local e a crescente demanda realizada pelo capitalismo global.⁷⁴¹ Ele destaca, ainda, que a população cativa experimentou crescimento endógeno (pelo nascimento de filhos das pessoas escravizadas),⁷⁴² mesmo após a extinção do tráfico internacional de escravos (1850) e depois da liberdade do fruto do ventre da mulher escrava (1871). As palavras do autor ajudam a compreender o cenário: “[...] O que tudo isso mostra é a formação de uma tendência demográfica de estabilização, e eventualmente de crescimento, da população escrava em Vassouras já a partir do início da década de 1860”.⁷⁴³

Mesmo não havendo a reiteração da chegada de novos africanos escravizados pela via do comércio transatlântico, o livro em pauta explica que as motivações para o crescimento endógeno devem ser encontradas nas preocupações da classe senhorial com a reiteração de sua mão de obra, com vistas ao incremento da produção, o que nos permite traçar uma relação entre as fazendas de café do Vale do Paraíba e o mercado internacional de *commodities*. Não é à toa que o primeiro manual de controle do trabalho escravo é o de Miguel Calmon Du Pin e Almeida, publicado em 1834.⁷⁴⁴ A lógica do aumento da exploração do cativo vem acompanhada da visão de que a mecânica da economia das grandes fazendas era impulsionada pelo combustível do mercado internacional.⁷⁴⁵

Gradualmente, as condições de luta dos escravos – luta que sempre houve – ganharam novos cariz e impulso. Isso ocorreu porque, na década de 1860, a sociedade escravista de Vassouras estava presenciando uma nova relação entre senhor e escravo. Tratava-se de uma relação não mais preocupada vigorosamente com a reprodução de almas vindas do tráfico

⁷⁴¹ Segundo Marquese, “Deixando de apreendê-la como tal, torna-se viável aquilatar como a constelação das forças capitalistas mundiais nos séculos XVI-XVII, por exemplo, foram distintas das que vigoraram no século XIX. Compreender o capitalismo a partir de sua flexibilidade e alternância, enfim, pode ser uma ótima chave para compreender a dinâmica histórica da escravidão brasileira em suas articulações com o quadro do capitalismo global”. In: MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2013, p. 248.

⁷⁴² Trata-se do que o autor chama de crescimento num ritmo mais “natural”, “ditado fundamentalmente pela proporção entre nascimentos e mortes. No final da década de 1860, a escravidão em Vassouras tinha adquirido um novo perfil”. In: SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008, p. 232, com aspas do autor.

⁷⁴³ Idem, p. 206.

⁷⁴⁴ Idem, p. 240.

⁷⁴⁵ Cabe mencionar que Marquese também assinala Miguel Calmon como um dos primeiros produtores desses manuais e mostra o quanto suas orientações estavam envolvidas pelas demandas internacionais de açúcar e com o crescimento da produção dessa *commodity* em nível mundial. Cf. MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2004, p. 268.

internacional, mas, sim, de uma “comunidade escrava estável”,⁷⁴⁶ ou seja, na reprodução endógena. Por isso, essa comunidade assentava-se na “família, na crescente proporção de crioulos em relação aos africanos, no maior equilíbrio entre os sexos, resultando tudo isso em uma pirâmide etária mais equilibrada e no aumento do número de famílias e filhos”.⁷⁴⁷

Cabe ainda elucidar que os senhores, conscientes das mudanças estruturais da escravidão, mobilizaram esforços no sentido de promover uma maior concentração social e territorial da população cativa. Social porque a população cativa se concentrava cada vez mais em grandes plantéis, pois o preço do escravo havia subido e, nesse cenário, não havia muitos senhores que conseguiram manter fôlego para a compra de trabalhadores escravizados. Territorial porque se concentrava cada vez mais escravos em zonas de produção econômica mais dinâmicas ou de maior capacidade produtiva.

Em outros termos, uma nova sociedade escravista se configurou, na região do Vale do Paraíba, após 1860 porque haviam ocorrido mudanças na demografia escrava, no perfil dos plantéis de cativos de cada fazenda e na concentração de escravos em determinadas unidades produtivas. Em vista desse quadro, a constatação feita pelo autor é que a classe senhorial, efetivamente, relutava em abandonar as práticas escravistas, mesmo no período posterior ao fim do tráfico internacional de escravos (1850) e da assinatura da lei do Ventre Livre (1871).

Nesse período posterior aos anos 1860, ocorreram mudanças nas relações entre senhores e cativos. Por parte dos escravos, a luta pela escravidão ganhava cada vez mais força e espaço. Do lado dos senhores, passou a haver uma preocupação mais acentuada com a liberdade cativa. Em razão disso, Salles chama a atenção para a redução do número de alforrias, sobretudo pelo lado dos grandes senhores, posto que se vivia uma fase em que a reprodução dos cativos havia sofrido alterações derivadas da extinção do tráfico internacional (1850) e da libertação do ventre da mulher escrava (1871). Assim, “[...] De uma prática predominantemente vista como concessão senhorial, a alforria tornou-se mais e mais conquista cativa”.⁷⁴⁸

Conforme apontado, as ações dos escravizados, pouco a pouco, ganhavam mais poder de negociação, pois as condições em que se assentavam o sistema escravista haviam sofrido alterações estruturais. Dessa forma, “[...] A resistência dos escravizados e seu anseio por liberdade constituíam-se em uma permanente fonte de tensão e eram o outro lado dessa ordem social”.⁷⁴⁹ É por isso que o autor acompanha, ao final de *E o Vale era o escravo*, algumas

⁷⁴⁶ SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008, p. 254.

⁷⁴⁷ Idem, ibidem.

⁷⁴⁸ Idem, p. 256.

⁷⁴⁹ Idem, p. 275.

histórias de escravidão e liberdade, no sentido de compreender como as ações cativas⁷⁵⁰ eram realizadas num mundo em que a escravidão exercia um papel de grande força.

Por fim, vale mencionar que o trabalho de Salles, diferentemente da pesquisa de Marquese,⁷⁵¹ discute as relações entre senhores e escravos no quadro de formação do Estado nacional brasileiro, em conexão dialógica com a estruturação da economia-mundo industrial. Por isso, a referência teórica de Salles não se concentra num quadro comparativo entre regiões, mas visa ilustrar o quanto o olhar sobre a escravidão deve contemplar o local, a partir de suas comunicações com as dimensões político-econômicas nacionais e com o quadro global da economia capitalista. É assim que observamos, no livro desse historiador, uma perspectiva que valoriza a agência dos sujeitos históricos, mas a coloca, analiticamente, em inter-relação com as condições estruturais.

Passado, pois, mais de trinta anos da renovação da historiografia realizada nos anos 1980, estamos diante de novas discussões que recolocam chaves ou pautas que remetem aos clássicos do tema em questão, mas que, ao mesmo tempo, têm em vista uma produção historiográfica que, na atualidade, permite a discussão de novos paradigmas para hoje e amanhã.⁷⁵² Trata-se de um movimento cuja lógica opera com a noção de permanências e mudanças na história da historiografia e cujo cerne está recheado de debates com conotações políticas inscritas no campo intelectual.⁷⁵³

Diante dessas novas propostas, vale ressaltar que uma das principais questões que se colocava, para a historiografia ocidental, no período posterior à Segunda Guerra Mundial (notadamente após os anos 1970), era se os diferentes modelos que emergiam, à época, revelavam uma crise de paradigmas ou se significaria uma resposta epistemológica complexa

⁷⁵⁰ Cf. SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2009, p. 181. A citação de Schwartz visa mostrar uma das características primordial da historiografia pós-1980. Aqui, vemos, na prática, o ponto em que Salles valoriza as mudanças ocorridas na historiografia da escravidão brasileira escrita no período pós-1980, ou seja, a agência dos escravizados. O autor acompanha histórias de vida de escravizados que conquistaram sua liberdade, mostrando, empiricamente, sua volição. Mas, por outro lado, não deixa de mostrar seu lugar de fala ao afirmar que estruturalmente a liberdade não era para todos. O trecho a seguir ilustra o argumento: “Para os três libertos [cujas histórias foram expostas no livro], a liberdade era uma realidade. Para muitos dos demais, ela continuava um anseio individual e difícil de ser obtido”. Ver: SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008, p. 304.

⁷⁵¹ MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2004.

⁷⁵² De novo, é Fernando Catroga que permite elucidar as articulações temporais realizadas pela historiografia, concatenando passado, presente e futuro. Conferir em: CATROGA, Fernando. Op. cit., 2001.

⁷⁵³ Cf. PALTI, Elías J. Op. cit., 2012.

às transformações aceleradas que a humanidade vinha experimentando naquela fase; ou se era a resposta mais adequada à nova condição do sujeito, naquele período.⁷⁵⁴

O espanhol Ignacio Olábbarri⁷⁵⁵ afirma que a ampliação de paradigmas não produziu especificamente uma crise, pois é possível compreender o que há de comum (continuidade e permanência) nos modelos/tendências, a partir de uma visada mais ampla da história da historiografia, com base na chave heurística da longa duração. Para autor em apreço, essas denominações de “nova” história (e há não somente uma denominação de “nova” história, na historiografia) correspondem a posições que se perpetuam na história da historiografia e objetivam colocar a “antiga” forma de fazer história como problemática, como insuficiente.

Esse intelectual sustenta que a expressão “nova” história é empregada como uma espécie uso político que cada tendência faz para poder marcar um lugar na historiografia. Desse modo, o historiador espanhol se preocupa, substancialmente, em pensar como a superposição de modelos paradigmáticos pode ser produtiva para se compreender a história da historiografia como um todo e, por conseguinte, colaborar no desenvolvimento da epistemologia da história.

Em vista dessas considerações, Olábbarri prefere compreender o que há de continuidade e desenvolvimento na epistemologia da história que pode ser vislumbrada na história da historiografia. Nesse caminho, ele minimiza essa noção de crise de paradigmas, preferindo enxergar uma construção permanente de novas respostas às mudanças contextuais aceleradas⁷⁵⁶ experimentadas pela humanidade.

É por essa trilha que a proposta aqui realizada se substancializa, pois “[...] A historiografia não pode (ou melhor, não deveria poder) desenvolver-se por exclusões”.⁷⁵⁷ Nesse sentido, a história da historiografia pode ser usada em seus diferentes atributos e valências. Em função do exposto, a proposta que seduz esta pesquisa alinha-se mais com uma possibilidade de enxergar a historiografia como permanências e mudanças,⁷⁵⁸ permitindo ao historiador refletir, nesse processo, acerca de debates, contendas, enfim, sobre a possibilidade de “[...] pensar na complexidade que epistemologicamente envolve a produção do conhecimento histórico”,⁷⁵⁹ não deixando de atentar para suas conexões com o tempo presente.

No caso da proposta inscrita na fase inicial desta tese (Capítulos 1 e 2), cabe destaque às possibilidades de, ao analisarmos a historiografia clássica, podermos tanto problematizar a

⁷⁵⁴ Conforme se pode inferir dos trabalhos de vários autores, dentre os quais destaco: SARLO, Beatriz. Op. cit., 2007; WIEVIORKA, Annette. Op. cit., 2006.

⁷⁵⁵ OLÁBARRI, Ignacio. Op. cit., 1996.

⁷⁵⁶ Cf. KOSELLECK, Reinhart. Op. cit., 2006.

⁷⁵⁷ ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Op. cit., 2015, p. 104.

⁷⁵⁸ Já foi mencionado antes o artigo em que operacionalizo essa noção de permanências e mudanças para analisar duas obras da historiografia pós-1980. Cf. PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2019.

⁷⁵⁹ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, p. 343.

“historicidade do pensamento histórico”⁷⁶⁰ quanto discutir teoria e metodologia, a partir de propostas divergentes. Cumpre reiterar que esse caminho está sendo trilhado, nesta tese, com base numa visão que encarou a construção historiográfica a partir de suas mudanças, sem deixar de marcar as permanências.⁷⁶¹ Sendo assim,

O debate está em aberto e o futuro também. Mas, como há elementos de permanência no bojo das mudanças, pode-se afirmar que as tradições ainda estão em disputa. Destarte, tanto Gilberto Freyre conta Escola Paulista de Sociologia continuam fazendo parte, em alguma medida, de nossa produção intelectual, pois ainda estão presentes nesse campo de disputa.⁷⁶²

Finalizando este capítulo, é pertinente afirmar que a análise se encaminha no sentido de compreender como esses paradigmas discutidos ao longo dos primeiros capítulos da tese (do 1 ao 4) estão sendo operacionalizados na produção historiográfica atual sobre a escravidão brasileira. De acordo com o que foi visto até aqui, um caminho analítico-argumentativo se delineou, no sentido de compreender como os pesquisadores pensaram as relações estabelecidas entre os escravizados e a sociedade como um todo. Esse caminho remete, nesta tese, à relação entre agência e estrutura, o que nos permite situar os trabalhos estudados dentro de uma grade de inteligibilidade. Esse é o norte das discussões que serão realizadas nos próximos capítulos desta tese.

⁷⁶⁰ ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Op. cit., 2015, p. 104.

⁷⁶¹ Segundo o que se pode depreender do texto de Tiago Gomes, uma das questões mais importantes sobre a epistemologia do tempo que foi desenvolvida ao longo dos séculos XIX e XX, é a seguinte: “[...] A superação da dicotomia entre permanência e ruptura e a consideração da interação dialética entre esses elementos são fatores cruciais na tarefa (sic) do historiador”. Ver: GOMES, Tiago de Melo. Op. cit., 2006.

⁷⁶² PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, p. 344.

5 EM BUSCA DE UM LUGAR NA HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO NEGRA BRASILEIRA: DISCUSSÕES TEÓRICAS PRESENTES NA PRODUÇÃO ATUAL

O percurso analítico delineado assenta-se na lógica de que o conhecimento histórico renova-se à proporção que, na vida humana em sociedade, emergem novas questões, novos problemas, novas formas de relações sociais etc. As transformações que ocorrem no mundo provocam, em algum momento que nem sempre é possível precisar qual, mudanças na maneira como historiadores lidam com o passado. Nessas circunstâncias, os pesquisadores acionam um conjunto de referências teóricas que lhes servem de ferramentas para conhecer o mundo. E essas referências podem tanto ser novas como também podem ocorrer o emprego de renovadas chaves teóricas.

Ao discutir as seminais contribuições de Fernand Braudel para a historiografia, sem deixar de assinalar algumas das críticas que o notório historiador francês recebeu, Guilherme Ribeiro defende, pertinentemente, que “[...] não existe produção científica que possa ser analisada fora do enraizamento cultural que a animou”.⁷⁶³ Nesse caso, a interpretação que fica é que “enraizamento cultural” pode remeter tanto à influência do contexto histórico que deu esteio para novas propostas teóricas quanto pode estar ancorado na busca por propostas pretéritas que se façam pertinentes, afinal,

[...] a ciência existe porque há problemas sociais. Ela nunca tem a certeza de que vai esgotá-los, determiná-los por completo, a não ser que faça de seu saber a promoção da morte, além de já constituir a promoção do poder. Por isso, temos que defini-la como um processo inacabado de busca de ‘verdades’ provisórias.⁷⁶⁴

Em razão do exposto, este capítulo trata de duas questões que abrem caminho para a análise de teses recentes que tiveram como objeto de estudo a escravidão negra ocorrida no Brasil. Tendo em vista que já foi estabelecida uma discussão com a historiografia clássica do tema (capítulos 1 e 2 desta tese) e que foram ilustrados debates teóricos instigantes a respeito do tema (capítulos 3 e 4 desta tese), agora o foco dirige-se à produção mais recente, de modo a observar e refletir como tal produção tem se posicionado acerca do papel do negro, na formação do Brasil.

A primeira questão a ser elucidada, no atual capítulo, concerne às escolhas e às definições das teses selecionadas como fontes para esta pesquisa. A explicação é justificada

⁷⁶³ RIBEIRO, Guilherme. Op. cit., 2010, p. 138.

⁷⁶⁴ JAPIASSU, Hilton. *Questões epistemológicas*. Rio de Janeiro: Imago, 1981, p. 31.

pelo fato de estarmos diante de um universo de pesquisa evidentemente acima da capacidade de um empreendimento individual, que é algo característico de uma tese.

A segunda questão aborda a forma como a tese escolhida como fonte de análise situa-se, no que se refere ao tema em pauta. Será fundamental, nesse sentido, apresentar o lugar da tese diante dos estudos sobre a escravidão (história da historiografia), destacando aspectos de sua singularidade, e, conseqüentemente, elucidando em que medida os atributos dessa mesma tese dialogam com a grade de inteligibilidade que foi construída aqui no percurso desde o primeiro capítulo até o quarto.

5.1 A intrincada tarefa de selecionar “os peixes na tábua do peixeiro”: a escolha das teses como fontes de pesquisa

A produção de teses e dissertações que abordam o tema da escravidão negra ocorrida no Brasil é, na atualidade, bastante intensa e ampla.⁷⁶⁵ Em decorrência, é difícil a realização da tarefa que visa selecionar trabalhos historiográficos para compor o *corpus documental* de uma pesquisa que se propõe a investigar questões atinentes ao escravismo brasileiro. A produção de trabalhos em torno do referido tema é grande, em razão de tratar de questões deveras valorosas para o entendimento de quem somos nós. Trata-se, pois, de um campo de estudos sempre candente para a sociedade brasileira e para o mundo, haja vista que, recentemente, no dia 25 de maio de 2020, a indignante e lamentável morte do negro George Floyd por um policial branco, nos Estados Unidos, provocou o relançamento do movimento “*Black Lives Matter*”, alcançando força e potência por várias partes do mundo.⁷⁶⁶

Não obstante a ampla quantidade de trabalhos produzidos sobre o tema de pesquisa em questão, é imperiosa a tarefa de fazer escolhas dentre os inúmeros textos qualificados que se encontram à disposição. Dentro desse “oceano” de excelentes pesquisas, há que se selecionar “os peixes na tábua do peixeiro”.⁷⁶⁷ Por isso, há que se pensar caminhos e critérios que indiquem

⁷⁶⁵ Em recente estudo sobre aspectos concernentes à escravidão na região Sul do Brasil, Marcelo Santos Matheus aponta o grande número de estudos sobre o tema da escravidão ocorrida no Brasil. O argumento do autor não está posicionado em afirmar isso, mas deixar o indicativo que decorre do processo de pesquisa realizado por ele. Conferir em: MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016, nota de rodapé nº 9.

⁷⁶⁶ Conferir em: <https://istoe.com.br/movimento-black-lives-matter-tambem-abala-a-cultura/> Acesso em: 29 de junho, às 11h:05min.

⁷⁶⁷ A metáfora, usada também no título desta seção, faz alusão, claramente, à análise de Edward H. Carr. A diferença é que o autor discute com um modelo historiográfico que propunha que os fatos devem se impor às escolhas e à análise dos historiadores, assim como alude à perspectiva de valorização dos fatos em sua forma “bruta”, ou seja, com pouca ou quase nenhuma intervenção do pesquisador. O pagamento do tributo à análise de Carr visa mostrar a inevitável incidência do papel da subjetividade do pesquisador na construção de seu objeto de estudo.

possibilidades de problematizar como se está tratando a escravidão e os escravizados, na História do Brasil. Problematizações que sempre vão carregar consigo resultados analíticos que propõem considerações, provavelmente, limitadas, mas não infrutíferas nem desprezíveis.

Primeiramente, não é o caso de considerar que os critérios empregado nas seleções farão florescer um *corpus documental* totalmente bem abalizado; não se trata de afirmar que as escolhas realizadas conseguirão abarcar, perfeita e fidedignamente, um sentido de totalidade para o qual se possa afirmar ter uma amostragem digna de afirmações gerais irrefutáveis. Trata-se de trazer à tona um debate teórico recente, em cujo cerne encontra-se um percurso historiográfico que desfruta de algum grau de relevância para o campo acadêmico e, por conseguinte, para a sociedade. Cabe endossar, com grande veemência, que se trata de “um” debate teórico, não “o” debate.

Portanto, a investigação que impulsionou esta tese não objetivou dar conta de todos os trabalhos relevantes sobre o tema (nem da maior parte delas), até porque essa metodologia estaria fundada numa ingenuidade intelectual cuja trilha poderia remeter à perspectiva positivista.⁷⁶⁸ Por outro lado, é preciso reconhecer que, imperiosamente, a amostragem deve dar conta de uma base mínima de conteúdo para discussão. Esses aspectos teórico-metodológicos reportam, com efeito, à adequação mínima do *corpus documental*. Mas essa adequação, como bem salientou José D’Assunção Barros, é dependente do questionamento de pesquisa que fazemos aos documentos.⁷⁶⁹ Cabe adicionar que é dependente dos objetivos que a pesquisa se propõe a cumprir.

Ao pensar o *corpus documental* desta pesquisa, é clara, destarte, a proposta de que os argumentos se erigem como uma possibilidade de compreender um sentido de totalidade.⁷⁷⁰ E isso é realizado pensando a historiografia recente “através” do *corpus documental* selecionado,

Essa incidência não elimina, de todo, o grau de objetividade que pretende alcançar com sua construção analítica. Por isso, é importante deixar bem claro que as escolhas feitas para esta pesquisa e o percurso de análise construído não devem elidir o grau de subjetividade que está presente nas escolhas do pesquisador. Para acessar os argumentos do autor que causou a inspiração, conferir em: CARR, Edward H. Op. cit., 2011, pp. 43-66.

⁷⁶⁸ Pedro Caldas aborda, conforme já apontado em nota de rodapé anterior, a chamada Nova História Cultural sob um ponto de vista crítico. Segundo esse autor, a Nova História Cultural não pode ter a justificativa de nova apenas pela ampliação dos objetos de estudo. Essa é uma fundamentação que toca o que ele chama de astúcia positivista. A Nova História Cultural deve ser capaz de pensar novos problemas teóricos ou, ao menos, renovados problemas teóricos. Conferir em: CALDAS, Pedro Spinola Pereira. Op. cit., 2012b, pp. 231-260.

⁷⁶⁹ BARROS, José D’Assunção. “SOBRE A FEITURA DA MICRO-HISTÓRIA”. In: *OP SIS*, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007, pp. 167-185 (p. 170).

⁷⁷⁰ Tem-se em mente, aqui, que “tudo” é, ontologicamente, impossível de ser alcançado, mas o “todo” ou um sentido de “totalidade” é uma categoria de profícua na análise histórica, sociológica, antropológica etc. Essa analogia é tributária, fortemente, da proposta dos historiadores dos *Annales*, para quem, sumariamente, os eventos estão envoltos numa camada mais densa, cabendo aos pesquisadores capturá-las com sua interpretação. Conferir em: Burke, Peter. BURKE, Peter. Op. cit., 1997, *passim*; CALDAS, Pedro Spinola Pereira. Op. cit. 2012a; RIBEIRO, Guilherme. Op. cit., 2010.

o que implica a proposta de identificação de “algo” da realidade que envolve a historiografia estudada.⁷⁷¹

Nesse sentido, é primordial acrescentar que esse “algo”, essa compreensão está, inextricavelmente, ligada ao percurso analítico realizado pelo pesquisador em sua trajetória intelectual e de pesquisa. As escolhas das teses selecionadas têm claras conexões, conforme já pontuado na Introdução desta tese, com as leituras já realizadas pelo pesquisador, isto é, com a relativa intimidade que, de algum modo, eu tenho com determinados temas concernentes ao campo de estudos da escravidão. Em termos teóricos, essa decisão objetivou possibilitar o florescimento de uma compreensão mais adensada sobre as teses e, por conseguinte, fazer surgir interpretações que pudessem construir sentidos relacionais que favorecessem os debates intelectuais.

Em outros termos, trata-se de uma construção/seleção de uma grade de inteligibilidade historiográfica e de um *corpus documental* que são resultantes do entrecruzamento entre questões teóricas (e trabalhos de pesquisa) consideradas importantes na história da historiografia e a historicidade do pesquisador. É esse caminho metodológico que permite à pesquisa aqui realizada dialogar melhor com suas fontes, explorar os debates teóricos (o melhor possível) e, ao fim e ao cabo, identificar discussões teóricas seminais que estão fazendo parte de alguns dos importantes estudos sobre a escravidão negra ocorrida no Brasil.

Por isso, é primordial esclarecer que não se pretende, aqui, fazer afirmações gerais definitivas, mas sim organizar, ilustrar e evidenciar uma parcela importante das discussões que se realizam no âmago dos estudos a respeito do tema em pauta. Aposta-se que, através desse olhar, seja possível oferecer uma contribuição que contenha elementos caros aos debates em torno da relação agência e estrutura, no que se refere aos estudos sobre o tema. O restante é empreendimento coletivo, sendo necessário, decerto, mais pesquisas.

A rigor, o primeiro critério para a seleção do *corpus documental* foi se tratar de tese que tivesse abordado temas importantes na órbita das pesquisas sobre a escravidão ocorrida no Brasil. Para favorecer e facilitar o trabalho de leitura, a seleção também tentou contemplar e

⁷⁷¹ O trabalho realizado aqui, nesta pesquisa, não se enquadra na perspectiva da micro-história, mas as palavras de José D'Assunção Barros nos ajudam, comparativamente, no fundamento metodológico em que se erige esta pesquisa. Assim diz o autor: “É a partir de exemplos como este que podemos dizer que a Micro-História lida com o fragmento como meio através do qual se pretende enxergar uma questão social mais ampla ou um problema histórico ou cultural significativo”. Ver: BARROS, José D'Assunção. Op. cit., 2004, p. 160. Para outros trabalhos teóricos sobre a micro-história, ver: REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: Jacques Revel (Org.) Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, pp. 15-38; LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-história”. In: Peter Burke. A escrita da História. São Paulo: Unesp, 1992, pp. 133-161; GINZBURG, Carlo. Op. cit., 1989, pp. 143-180.

priorizar temas de estudo que fazem parte da experiência acumulada pelo pesquisador, em sua trajetória acadêmica e profissional.

Em razão do que foi delineado, não foi selecionada nenhuma dissertação, somente teses de doutorado. É evidente que há dissertações de grande qualidade. Sabe-se que muitos trabalhos de mestrado contaram com esforços de pesquisa que, por vezes, foram quase tão pesados e exaustivos quanto o realizado para algumas teses. A decisão foi, portanto, de cunho pragmático, tendo em vista que, em geral, pesquisadores (as) mantêm os temas do mestrado e dão continuidade à pesquisa em nível de doutorado, ampliando-a, adensando-a. A escolha de não operacionalizar dissertações é porque aposta-se que a pesquisa de mestrado está, precisamente, contemplada na de doutorado.⁷⁷²

Além disso, foi dada uma condição de preferência aos estudos cujos temas se encaixavam no repertório de leitura do pesquisador. Dessa forma, temas importantes, como, por exemplo, trabalho escravo, famílias cativas, alforrias e outros que enfatizam, acentuadamente, a relação senhor-escravo foram vistos de forma especial, no intrincado processo de seleção das fontes. Em decorrência, outros temas caríssimos à escravidão, como, por exemplo, tráfico transatlântico de africanos, identidades étnicas africanas, abolição da escravidão e pós-abolição acabaram não sendo claramente contemplados nesta pesquisa. Nessa trilha, cumpre, aqui, deixar essa sugestão para outras teses que pretendam problematizar a relação agência-estrutura na recente historiografia da escravidão negra ocorrida no Brasil.

Um segundo critério importante para a seleção está na filiação intelectual e historiográfica do autor (ou da autora) da tese. Isso se justifica pelo fato de a pesquisa realizada, por mim, ter um duplo interesse: investigar como a recente produção situa, teoricamente, as ações dos escravizados diante da estrutura, discutindo, em complemento, como se situa diante de uma tradição epistemológica. Cabe lembrar que esse critério foi usado de forma casada com o primeiro, especialmente o que diz respeito à questão temática. E isso ajuda a explicar o porquê de alguns dos (das) importantes autores (as) de nossa atual historiografia não figurarem mais fortemente em nosso radar seletivo.⁷⁷³

⁷⁷² Ao longo da leitura das teses escolhidas, ficou claro o acerto quanto essa hipótese. Um trabalho que pode ser evidenciado como exemplo patente dessa abordagem continuativa é o de Thiago Campos Pessoa. Na tese, a referência à dissertação e ao peso dela é, relativamente, grande. Isso mostra um processo de amadurecimento da pesquisa conduzida pelo mencionado autor. Conferir em: PESSOA, Thiago Campos. A INDISCRICÃO COMO OFÍCIO: O COMPLEXO CAFEEIRO REVISITADO (RIO DE JANEIRO C.1830-C.1888). 453 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense (UFF), 2015.

⁷⁷³ Dois exemplos elucidativos do que se argumenta referem-se ao autor e à autora, assim como a seus trabalhos que são mencionados a seguir. Flávio dos Santos Gomes tem uma pesquisa extremamente relevante sobre o desenvolvimento do campesinato negro, em território brasileiro. Beatriz Gallotti Mamigonian produziu

Face a essas explicações referentes à filiação intelectual e historiográfica, cabe esclarecer que a busca pelas teses teve como ponto de referência os orientadores, não os autores da tese (orientandos). Tendo em vista que a escravidão negra ocorrida no Brasil é um campo de pesquisa bastante extenso e relevante, o trabalho acabou sendo, preferencialmente, delimitado em função da minha trajetória intelectual e acadêmica, o que contempla, evidentemente, referências teóricas e debates acadêmicos previamente conhecidos.

Em razão disso, de forma esposada aos critérios anteriores, cumpre reiterar que a busca das teses ficou circunscrita aos autores (e temas) mais conhecidos por mim, de modo a que eu pudesse ter uma visão prévia das possibilidades analíticas a serem exploradas nas teses que seriam analisadas. Portanto, o material de pesquisa foi delimitado por um escopo de pesquisadores (as) cujos trabalhos mais tocaram minha trajetória intelectual, profissional e acadêmica, mas que, em alguma medida (para outros, em larga medida, depende do ponto de vista), podem ser considerados influentes na produção atual sobre a escravidão negra no Brasil.⁷⁷⁴

O panorama inicial de orientadores em meta era este: Beatriz Mamigonian, Eduardo Silva, Flávio Gomes, Hebe Mattos, João Fragoso, João José Reis, José Roberto Góes, Keila Grinberg, Manolo Florentino, Maria Helena P. T. Machado, Mariza de C. Soares, Rafael Marquese, Ricardo Henrique Salles, Sidney Chalhoub, Silvia Lara, Robert Slenes e Ronaldo Vainfas⁷⁷⁵. Mas, à medida que a pesquisa se desenrolou, houve mudanças forçadas por alguns problemas e questões que emergiram do cotidiano operacional de trabalho, o que é possível de ocorrer com qualquer pesquisa. Tais mudanças foram motivadas pelo intento de fazer uma adequação da proposta de estudo com as importantes discussões teóricas que estão ocorrendo na historiografia sobre o tema, assim como dar conta de problemas que surgiram no processo de escolha das teses.

trabalhos reconhecidamente relevantes no âmbito da historiografia da escravidão, tratando de temas importantes, como, por exemplo, pós-abolição e diáspora africana. Tratam-se de autores cujos temas de pesquisa são inegavelmente relevantes, mas acabaram ficando de fora da seleção, em função dos critérios que pragmaticamente tiveram que ser acionados, devido aos prazos desta pesquisa. Conferir em: GOMES, Flávio dos S. *Mocambos e Quilombos*. Uma história do Campesinato negro no Brasil. (1ª ed.). 235p. São Paulo: Editora Claro Enigma, 2015; MAMIGONIAN, Beatriz G. “O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872”. In: *Almanack*. Guarulhos, n.02, p. 20-37, 2º semestre de 2011.

⁷⁷⁴ Trata-se de um critério qualitativo e que carrega consigo um cariz subjetivo, evidentemente.

⁷⁷⁵ Chama-se a atenção para o caráter, evidentemente, arbitrário das escolhas, o que tem relação, cabe reiterar, com minha trajetória acadêmica e com minha bagagem intelectual. Trata-se de algo que, necessariamente, o projeto de pesquisa teve que incorporar, a fim de ser viável. Nesse sentido, reitera-se o fato de se ter deixando de lado, *a priori*, outros(as) pesquisadores cuja produção é relevante, certamente. Mas, trata-se de uma delimitação que visou, acima de tudo, orientar o acesso geral às fontes.

Uma ocorrência que ilustra a mudança mencionada tem relação com os debates vigorosos que Rafael Marquese e Ricardo Salles protagonizam com a historiografia da escravidão ocorrida no Brasil que foi produzida no período pós-1980 (especialmente com Sidney Chalhoub).⁷⁷⁶ Tratam-se de questões teóricas que considero, nesta pesquisa, importantes para os estudos sobre a escravidão. Dois pontos devem ser esclarecidos sobre essa inflexão no rumo da pesquisa.

O primeiro é que, ao longo da pesquisa, ficou evidente o crescimento do uso do conceito de segunda escravidão nos estudos sobre o tema, conforme visto no quarto capítulo desta tese.⁷⁷⁷ Nesse sentido, cabe esclarecer que um problema enfrentado foi que, no currículo *Lattes* de Ricardo Salles, no início de minha pesquisa, não havia a ocorrência de orientações de doutorado concluídas no tema da escravidão. O recurso usado, a fim de não perder de vista esse seminal debate na atualidade proposto a partir do conceito de segunda escravidão, foi incorporar, excepcionalmente, dois orientandos de Rafael Marquese, de modo a dar maior equilíbrio aos debates, contemplando melhor textos que abordam o tema em apreço pelo conceito de segunda escravidão.

O segundo foi que Sidney Chalhoub, alvo de críticas contundentes, por parte dos historiadores que operacionalizam o conceito de segunda escravidão, não tinha, em seu currículo *Lattes*, orientandos com doutorado completo, no que se refere ao tema da escravidão. Por isso, foram procurados outros caminhos, ou seja, outras teses que pudessem suprir a lacuna. De qualquer forma, com a continuidade da pesquisa nos currículos *Lattes* dos mencionados pesquisadores (e de outros que emergiram), descobri que, em 2018, um orientando de Chalhoub completou o doutorado e seu trabalho foi utilizado aqui,⁷⁷⁸ demonstrando grande potencialidade nas discussões sobre o problema de pesquisa que formulei, conforme será observado, claramente, à frente.

Em função do que foi colocado acima, cumpre frisar mais um critério que foi utilizado no sentido de selecionar (ou descartar) as teses que seriam usadas como fontes de pesquisa: a leitura do resumo e do sumário. O recurso foi usado porque essas partes da tese nos mostram um mapa geral que permite acesso a informações e referências teóricas que estão presentes no

⁷⁷⁶ Refiro-me, dentre outros textos, ao recente livro sobre a historiografia da escravidão publicado sob a organização desses dois historiadores. Cf. MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (Orgs.). Op. cit., 2016.

⁷⁷⁷ Vale reiterar que uma das teses que analisei tece fortes críticas ao conceito de segunda escravidão, mas não deixa de reconhecer seu crescimento na atualidade. E isso foi preciso dimensionar na minha pesquisa. É isso que o argumento está sustentando. Conferir em: Matheus, Marcelo Santos. Op. cit., 2016, p. 352.

⁷⁷⁸ SANTANA NETO, José Pereira. *Sociedade, indenização e liberdade precária: os meandros burocráticos do fundo de emancipação de escravos* (São Francisco do Conde-BA). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2018.

trabalho final a ser lido. A escolha do material contemplava, destarte, uma leitura inicial do que estaria por vir. E esta leitura, em geral, era iniciada pelo resumo e sumário da tese. Não registrei todas as teses cujos sumários e resumos foram lidos. Por isso, não indico aqui.

Para dar conta do que chamei de “leitura inicial” da tese, algumas vezes, procurei, nos trabalhos, palavras que pudessem também dar uma visão geral da potencialidade da pesquisa para as discussões que se realiza aqui. A busca por nomes de autores clássicos, como, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Jacob Gorender, entre outros, foi realizada no sentido de verificar a potencialidade das fontes de pesquisa, em relação à história da historiografia do tema e aos debates que minha tese pretendeu realizar. Outra pesquisa realizada por palavras foi a que contemplou o conceito de segunda escravidão. Ela nos fez encontrar e selecionar⁷⁷⁹ uma tese recente que incorpora produtivo debate com o mencionado conceito. A tese será, decerto, apresentada à frente e a potencialidade ficará aclarada para o (a) leitor (a).

Uma vez realizada a difícil e intrincada tarefa de escolha da tese⁷⁸⁰ a ser investigada, o passo seguinte foi definir quais elementos corresponderiam ao foco matricial da leitura do material selecionado. Toda leitura carrega um campo de possibilidades que não é orientado meramente pelo enunciado, pela empiria dos dados, mas contempla, substancialmente, as possibilidades de interpretação do que se está lendo. E a interpretação é acionada para além do intratexto, pois o leitor produz sentidos que são influenciados, pelo menos, por sua carga de leitura anterior (intertexto) e por sua posição no mundo (contexto).⁷⁸¹ Nesse sentido, o trabalho metodológico realizado por mim foi emoldurado por aspectos (tópicos) que constam de uma ficha de leitura contendo um foco diretivo cuja finalidade era não perder a orientação nuclear das discussões a serem realizadas pela tese.

A ficha de leitura foi composta com os seguintes aspectos, divididos em três grandes partes: (i) correspondente aos elementos de identificação da tese: título, autor, orientador, ano de publicação, universidade; (ii) correspondente a aspectos teórico gerais: tema, questão de

⁷⁷⁹ Trata-se da tese de Marcelo Santos Matheus que trava debate forte com o conceito de segunda escravidão. Cf. MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016.

⁷⁸⁰ Foi uma tarefa difícil, sobretudo pelo fato pela ansiedade de que a tese pudesse trazer o máximo de elementos que foram definidos como foco da leitura. Tratou-se até de uma atividade de pesquisa em que, por vezes, as investigações e as decisões tomaram uma aura de hesitação diante das incertezas, mesmo sabendo que o compromisso do trabalho final seria uma discussão sobre questões referentes aos debates atuais no campo teórico, não especificamente uma identificação cabal de como a historiografia da escravidão negra ocorrida no Brasil se encontra. Portanto, não foi uma tarefa que se ancorou na exatidão plena e precisão características de um valor de grandeza inteiro; foi uma tarefa em que as definições técnicas se escoraram em um caminho historiográfico, mas conjugado, também, com uma palavra-chave primordial: sopesar, ou seja, calcular o peso de algo pela sensibilidade (e intuição) das mãos, contemplando, em boa medida, os meus sentido.

⁷⁸¹ BARROS, José D'Assunção. Op. cit., 2004, pp. 136-137

pesquisa, metodologia, quadro teórico, tese desenvolvida; (iii) correspondente a aspectos diretamente ligados ao problema da pesquisa: lugar da tese na história da historiografia; como a tese se posiciona no tocante à relação indivíduo e sociedade (poder de agência dos escravos ou determinação estrutural); como a tese trabalha, operacionaliza ou discute a noção de tempo e/ou temporalidade.

Quase desnecessário informar que, nesta tese, dois tópicos da referida ficha de leitura desfrutam de maior importância e, em função disso, serão mais bem discutidos deste ponto até o final. Tratam-se dos tópicos que abordam o lugar da tese na história da historiografia e o poder de agência dos sujeitos. A partir deste ponto, então, a discussão dirige-se ao lugar da tese.

Cabe um comentário antes da apresentação da seção sobre o lugar das teses estudadas na historiografia referente ao tema em pauta. Ao definir que perscrutaria o lugar da tese (no tema da escravidão), intentava apenas escrutinar e expor aspectos fundamentais atinentes à tese desenvolvida pelo(a) autor(a) do trabalho, a fim de colocá-lo(a) numa grade de inteligibilidade.

Entretanto, à medida que as leituras eram realizadas, foi possível notar, com maior frequência, posicionamentos acadêmicos mais contundentes, em relação à história da historiografia. Os posicionamentos, em algumas teses, apresentavam contornos de acentuadas contendas intelectuais. Foi em razão disso que o tópico de meu fichamento intitulado “lugar da tese” foi sendo construído para ser discutido menos como exposição da tese central do(a) autor(a) e mais como uma espécie de posicionamento teórico de suas reflexões a respeito da relação agência e estrutura. Portanto, o referido tópico acabou se impondo como uma questão teórica importante de ser discutida nesta tese. A construção mencionada, com efeito, forneceu base adicional para o enriquecimento da grade de inteligibilidade que orienta a análise e a escrita desta tese desde os clássicos até agora, pois incorporou uma discussão vertical que vem da historiografia clássica à recente.

Feitas essas considerações, é o momento situar as teses estudadas em suas discussões gerais dentro das pesquisas referentes à historiografia da escravidão negra ocorrida no Brasil. O objetivo é compreendermos a construção analítica e teórica presente na tese, a fim de desvelarmos tanto os aspectos de sua singularidade quanto suas filiações historiográficas.

Cumprido, nesse sentido, uma menção: há, conforme se verificará a seguir, uma organização cognitiva que faço das teses. Essa organização não pretende formular um alinhamento fechado (ou uma definição fechada) das teses num mesmo “saco” ou “pote”. Visa, estritamente, mostrar o quanto as teses ajuntadas numa perspectiva constroem, a partir de seus referenciais, contadores comuns na história da historiografia, afinal, os autores e as autoras

produzem conhecimento histórico, a partir de diálogos intelectuais.⁷⁸² Logo, as fontes históricas não correspondem a uma matéria que se acessa de forma bruta, mas sim de maneira lapidada.⁷⁸³ E essa lapidação contempla um lugar de fala, uma perspectiva construída em diálogo com seu mundo e com outros pesquisadores.⁷⁸⁴

5.2 “No meio do caminho tinha uma pedra [...]”: situando a tese em debates sobre a historiografia da escravidão negra ocorrida no Brasil

A senda aberta por Gilberto Freyre, no tocante aos estudos sobre a escravidão ocorrida no Brasil, traça um caminho analítico que, ao enxergar negros e indígenas, permitiu-nos pensar a formação do povo brasileiro contemplando, sociologicamente, as inter-relações. Nessa linha, proximidade e distanciamento entre os grupos sociais passou a ser uma proposta teórica que, no seu contexto de escrita, teve o intento de trazer à tona as contribuições dos três povos (negro, indígena e português),⁷⁸⁵ contestando frontalmente a postura racista e expurgando a univocidade inscrita no paradigma da dissensão entre os grupos sociais.

A partir da segunda metade do século XX, pesquisadores, com base em outro aparato teórico e lastreados numa posição política que visava denunciar os males do racismo para a sociedade brasileira, passaram a estudar a escravidão com foco numa perspectiva estrutural econômica que fornecia o fundamento da interpretação a respeito das relações estabelecidas no sistema escravista brasileiro.

Não cabe, agora, retornar aos argumentos já desenvolvidos no percurso desta tese, mas grifar a relevância dessas contendas teóricas, com vistas a mostrar como elas servem de matéria-prima para a apresentação cognitivo-analítica dos debates teóricos que serão realizados a seguir. Por isso, é pertinente chamar a atenção para o fato de que as teses utilizadas como fontes estão organizadas com base no quadro analítico construído ao longo de toda a exposição feita até aqui.

⁷⁸² Cf. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014.

⁷⁸³ “Acho que foi um dos personagens de Pirandelo quem disse que um fato é como um saco – não ficará de pé até que se ponha algo dentro”. In: CARR, Edward H. Op. cit., 2011, p. 47.

⁷⁸⁴ Para fundamentar essa assertiva, há um conjunto de pesquisadores que podem ser acionados. Remeto, em síntese, a um artigo que publiquei analisando matérias de jornais impressos, mostrando o quanto há a incidência do lugar de fala do jornal e seu diálogo com o público-alvo em sua construção diária de um discurso sobre o mundo (notícias). Conferir em: PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2018.

⁷⁸⁵ A partir de estudos acadêmicos ancorados em forte base empírica, vale notar que essa perspectiva que contempla de forma geral as características dos três povos é, atualmente, deslocada e contestada. Isso será discutido mais à frente, a partir de Marcelo Matheus, que segue a renovada historiografia dos anos 1980 para postular uma ideia de complexidade hierárquica não binomial. Conferir em: MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016, passim.

Vale reiterar que não se objetiva, com essa construção/apresentação, um enquadramento forçado que retire os espaços de disputa interpretativa de cada vertente. Objetiva-se, sim, uma visão que nos permita pensar num quadro geral de diálogo travado por algumas pesquisas recentes com a história da historiografia; um quadro sobejamente consciente de seus limites, mas que visa sublinhar algumas possibilidades de análises feitas a partir de um conjunto, conferindo uma feição/aspecto aos trabalhos investigados.

O fundamento metodológico primaz é que – pedindo licença ao emérito poeta – “a pedra no meio do caminho”⁷⁸⁶ não é somente uma barreira que deve ser superada no transcurso de nossa vida; não configura apenas em algo cuja superação nos fornece, *pari passu*, o desejável fortalecimento que nos impulsiona à frente na caminhada.⁷⁸⁷ A “pedra no meio do caminho” remete, aqui, nesta tese, a um obstáculo que, metodologicamente, acaba por nos ajudar, na medida em que nos permite buscar um lugar no mundo (no caso, a história da historiografia). Ademais, ajuda-nos a encontrar um caminho que expresse detalhes de nossa trajetória (o lugar singular que a pessoa ocupa no mundo) frente às contendas que já se encontram colocadas diante de nós como um desafio intelectual dentro da produção do conhecimento (pois falamos junto com outros e para outros).

Foram estudadas um total de onze teses de doutorado⁷⁸⁸ cujos temas abordam a escravidão. Dentre elas, seis foram colocadas dentro do que se considerou como teses que dialogam criticamente com a historiografia clássica e se posicionam dentro de um quadro teórico aberto pela renovada historiografia da escravidão pós-1980 (trata-se do item 5.2.1); quatro foram enxergadas como teses que dialogam com o conceito de segunda escravidão e, em decorrência disso, desferem críticas à historiografia dos anos 1980 (trata-se do item 5.2.2); uma foi destinada à apresentação de um diálogo crítico com o conceito de segunda escravidão, visando evidenciar um debate que já está em gestação (trata-se do item 5.2.3). Por fim, é

⁷⁸⁶ Evidentemente, a expressão faz referência ao já clássico poema intitulado “No meio do caminho”, escrito por Carlos Drummond de Andrade. Rebeca Fuks, Doutora em Estudos da Cultura, ao fazer uma síntese sobre o poema, afirma que ele expressa, assim como a obra de Drummond de Andrade como um todo, “[...] as profundas inquietações que atormentam o ser humano”. Conforme desenvolvido um pouco mais à frente, as inquietações que norteiam a análise aqui realizada são de cunho metodológico. Conferir reflexão de Fuks em: “Poema No Meio do Caminho, de Carlos Drummond de Andrade”. In: <https://www.culturagenial.com/poema-no-meio-do-caminho-de-carlos-drummond-de-andrade/>. Consulta realizada em 17 de abril de 2020, às 13h:30min.

⁷⁸⁷ Argumento inspirado, fortemente, numa recente música intitulada “Trem bala”, composta Ana Vilela. A canção aborda nossa relação com o tempo fugaz da vida (moderna), algo tão importante como chave analítica para a compreensão da vida humana. Na letra, a autora nos ensina que a caminhada é árdua, mas, ao mesmo tempo, fortalece-nos. Vejamos o trecho: “[...] É sobre escalar e sentir que o caminho te fortaleceu [...]”. Conferir letra completa em: <https://www.youtube.com/watch?v=sWhy1VcvvgY>. Consulta realizada em 17 de abril de 2020, às 13h:35min.

⁷⁸⁸ Todas as teses pesquisadas estão na parte intitulada Fontes, que se encontra antes da Bibliografia.

pertinente informar que a relação agência e estrutura orientou a leitura e a seleção das discussões.

5.2.1 Teses que dialogam criticamente com a historiografia clássica

As teses que dialogam com a historiografia clássica⁷⁸⁹ formam a maior parte dos trabalhos analisados. Nesses trabalhos, foi encontrado um conjunto variado de discussões teóricas, mas que guardam algo que pode ser mensurado como comum: uma perspectiva crítica à historiografia clássica (conforme capítulos 1 e 2 desta tese), ora construída de forma mais fervorosa, ora se apresentando de forma subjacente.

A primeira tese a ser analisada neste bloco, sem nenhum critério hierárquico de importância na ordem de apresentação de cada uma, é a de Jonis Freire. Este pesquisador escreveu o trabalho intitulado “*Escravidão e família escrava na zona da mata mineira oitocentista*”,⁷⁹⁰ sob orientação de Robert W. A. Slenes. A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, tendo como data de conclusão o ano de 2009.

Trata-se de um estudo sobre famílias escravas e alforrias, no distrito de Santo Antônio do Juiz de Fora, no período do século XIX, região de *plantation* na Zona da Mata Mineira. A base do estudo corresponde a fontes documentais de três famílias de proprietários de terras que viviam na referida região: Dias Tostes, Paula Lima e Barbosa Lage. A pesquisa objetiva compreender as relações familiares, de parentesco e de casamento (entre outros pontos), estabelecidas por escravos pertencentes a posses de alguns senhores investigados, assim como a função das alforrias na vida desses cativos. O trabalho foi concebido no sentido de compreender o papel das famílias e da alforria para os cativos, com vistas a colocar em discussão questões relacionadas às estratégias políticas, ações sociais e identidades culturais dos escravizados.

⁷⁸⁹ A alocação de trabalhos de natureza teórica diferentes, aqui, visa compor um diálogo que, cognitivamente, expressa bem o quadro argumentativo da tese, em termos teóricos. Por isso, vale informar que essas teses guardam diferenças entre si, assim como há diferenças teóricas importantes na historiografia da escravidão nos anos 1980, mas, em geral, tendemos a tratá-las por uma chave comum, qual seja, a valorização do poder de agência dos escravizados. Cabe sublinhar que esse enquadramento geral da historiografia da escravidão que emerge nos anos 1980 tem sua validade interpretativa em relação à história da historiografia especialmente no que se refere à contenda que assume com os autores da historiografia clássica, porém esconde dentro dela matizes importantes em termos teóricos, sobretudo a respeito da ideia de estrutura, algo tão em voga agora com o conceito de segunda escravidão. Para o desenvolvimento desse argumento, sugiro um artigo recente: PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2019.

⁷⁹⁰ FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na zona da mata mineira oitocentista*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.

A tese discute com a historiografia dos anos 1950-70 sobre o tema da escravidão, contrapondo-se à consideração das famílias cativas como uma anomia presente na realidade dos indivíduos escravizados. O ponto de partida teórico da crítica realizada por Freire⁷⁹¹ é a construção analítica de Caio Prado Júnior, pesquisador eminente que influenciou a Escola Paulista de Sociologia.⁷⁹²

Segundo Jonis Freire, os trabalhos de pesquisadores da Escola Paulista de Sociologia construíram uma interpretação de família escrava associada à anomia das senzalas. Por essa perspectiva, o escravismo, como uma prática, produziu uma deformação na maneira em que se organizavam os escravos, o que derivou em famílias desprovidas de significados.

Como consequência, reinava uma espécie de devassidão nas senzalas. É por esse viés que se torna pertinente realçar que a tese em apreço se alinha à senda aberta por pesquisadores do período pós-1980, um caminho que passou a valorizar a importância da cultura africana na sociedade brasileira.

Robert Slenes – orientador de Jonis Freire – foi um pesquisador que marcou essa posição na historiografia brasileira do período pós-1980. A partir de Slenes, podemos chegar à conclusão que a compreensão dos significados das famílias escravas seria improdutivo e pouco relevante, caso não houvesse maiores investimentos nos estudos sobre a cultura africana e sua relação com a vida de pessoas escravizadas que vieram para o Brasil. Por isso, um dos fatores teóricos importantes para o autor pode ser elucidado com o trecho a seguir:

O segundo ponto [primordial no raciocínio de Slenes em “Na senzala, uma flor”] – as recordações dos cativos – ancora-se numa chave heurística bastante cara ao livro analisado. Nesse sentido, é preciso chamar a atenção que, nessa obra em discussão, há não somente postulações empírica e teórica em favor da valorização da experiência e do ponto de vista dos cativos (e seus espaços de autonomia) como importante elemento para a compreensão de nossa história do período escravista, mas também – e sobretudo – um indicativo de que a herança africana precisa ser levada em conta (e valorizada) para que possamos compreender a vida dos escravizados de forma mais profunda, abalizada.⁷⁹³

De acordo com o que já foi discutido no terceiro capítulo desta tese, trata-se de uma visão estrutural do tempo⁷⁹⁴ que remete a um passado mais longínquo e que propõe, no âmbito da historiografia pós-1980, novas alternativas para compreendermos mais densamente a vida

⁷⁹¹ Idem, p. 3.

⁷⁹² Sobre a influência de Prado Jr. nos trabalhos da Escola Paulista de Sociologia, ver: VAINFAS, Ronaldo. Op. cit., 1999, p. 9; SELENS, Robert W. Op. cit., 1999, p. 32. Conferir também: QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Op. cit., 1998.

⁷⁹³ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2019.

⁷⁹⁴ Para uma perspectiva que encara o tempo por uma perspectiva cultural, ver: ELIAS, Norbert. “Introdução”. In: Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. Em artigo acadêmico, tive a oportunidade de discutir a visão de Elias sobre o tempo, assim como de outros autores. Conferir em: PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017b, pp. 15-38.

de escravos e libertos no Brasil.⁷⁹⁵ Vejamos as palavras do autor sobre os estudos no período cuja parcela da historiografia está em crítica:

De fato, sua discussão [a de Fernando Henrique Cardoso] dos homens livres pobres na sociedade escravista, indica que seu objetivo era o de fazer uma análise *estrutural* das relações sociais no escravismo. Essa análise também devia muito à de Prado, mas não privilegiava como instrumento teórico o conceito de o conceito de “anomia” de [Florestan] Fernandes ou as intuições psicológicas de Bastide. Mesmo assim, os trabalhos destes últimos, apoiando conclusões em nada destoantes das suas, provavelmente ajudaram a criar um ambiente propício para colocações taxativas e igualmente desqualificadoras dos escravos (e de outros grupos populares) como agentes históricos.⁷⁹⁶

Jonis Freire assinala que, após os anos 1970, o panorama historiográfico se modificou. Para tal mudança, não somente os estudos de cunho demográficos contribuíram bastante, mas também a nova visão e os novos enfoques sobre os escravizados foram prolíficos porque passaram a enxergá-los como agentes históricos. Assim, notadamente os estudos pós-1980/90, procuraram “[...] compreender mais minuciosamente os laços de parentesco dentro dos limites do cativeiro”.⁷⁹⁷ Nesse sentido, “[...] Os debates sobre autonomia/dependência entraram mais detidamente nas discussões historiográficas”.⁷⁹⁸

Um ponto a ser sublinhado como relevante na tese em questão é o estudo da região de Juiz de Fora, área de *plantation* na Zona da Mata Mineira, tendo como referência três famílias importantes (Dias Tostes, Paula Lima e Barbosa Lage). O estudo intensivo de dados pessoais dessas famílias propiciou a Freire a oportunidade de travar um diálogo intenso com a historiografia sobre famílias cativas e alforrias, na região em pauta. Em decorrência, uma das singularidades de sua pesquisa, na historiografia, encontra-se no estudo da região escolhida, a partir de algumas das mais importantes famílias da localidade.

O trabalho de Freire contribui também no sentido de propor que ocorria a potencialização das possibilidades de alforria de um escravizado que tinha laços familiares com pessoas próximas (sejam eles de um mesmo plantel ou libertos) ou distantes (que viviam em outras fazendas como escravos ou em outras regiões como libertos). Sendo assim, destaca-se que o autor procura, num quadro teórico abrangente sobre alforrias, posicionar seu estudo com

⁷⁹⁵ Análise tributária de um artigo publicado recentemente por mim numa Revista Acadêmica de História. O argumento gira em torno da proposta de enfatizarmos, com maior frequência, a historiografia sobre o tema da escravidão que emergiu no período posterior aos 1980 não somente pela importância do que lhe é comum (a valorização da agência escrava é um desses pontos), mas também pela chave dos debates teóricos entre os autores. Conferir em: PALERMO, Luis Claudio. Op. cit. 2019.

⁷⁹⁶ SLENES, Robert W. Op. cit., 1999, p. 32, com todos os grifos do autor.

⁷⁹⁷ FREIRE, Jonis. Op. cit., 2009, p. 5.

⁷⁹⁸ Idem, *ibidem*.

foco na perspectiva dos cativos como agentes sociais que lutaram e lançaram mão de estratégias de vida em busca de sua liberdade.

Em razão disso, outro ponto capital na tese de Freire é mostrar como a luta por liberdade tem conexão com a ação dos cativos no cotidiano da vida social de Juiz de Fora. Ao formar laços familiares, os cativos estavam tanto trazendo para suas vidas espaços de autonomia como também uma possibilidade de vivenciar ou de colocar em prática elementos de sua cultura.⁷⁹⁹ Além disso, conforme já apontado, tais laços potencializavam a luta por alforria.

Como desdobramento das questões pontuadas acima, a tese se insere num campo de estudos bastante tributário do que é a historiografia pós-1980. Mostra e discute as ações e estratégias políticas dos escravizados, bem como valoriza suas identidades culturais. Distancia-se fortemente de parcela da historiografia sobre estudos concernentes à escravidão que predominou entre os anos 1950 e 1970, cabendo destaque, ainda, ao desprezo por um debate direto com Gilberto Freyre. Acompanha, vale acrescentar, a posição teórica de Robert Slenes no sentido de buscar a valorização da cultura africana e sua ressignificação nos lugares para onde os escravizados foram levados.

A segunda tese analisada nesta parte é a de Kátia Lorena Novais de Almeida, intitulada “*Escravos e libertos nas minas do Rio de Contas – Bahia, século XVIII*”.⁸⁰⁰ O trabalho, orientado por João José Reis, foi desenvolvido no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia e concluído em 2012.

A tese resulta de uma pesquisa sobre alforrias. A autora estudou como escravos, libertos e senhores lidaram com as alforrias, no período e lugar mencionado. Seu trabalho traz à tona as características da região, bem como o perfil dos escravizados, de senhores, das alforrias, entre outros elementos importantes. O ponto de partida é a especificidade da região de Rio das Contas, no que toca à escravidão.

Apesar de o objeto dessa mencionada pesquisa se posicionar na relação senhor/escravo, a tese tem enfoque mais voltado para o ponto de vista do cativo. Desse modo, o trabalho de Katia de Almeida tem como objetivo estudar as manumissões em sua complexidade. A partir dessa questão, a autora analisa a característica da escravidão em Rio das Contas, a fim de traçar uma relação entre as especificidades locais e a conquista da alforria em outras regiões. Ademais, ela se empenha em dialogar com a historiografia concernente ao tema das alforrias, esforçando-

⁷⁹⁹ Aqui, de novo, a referência a Robert W. Slenes é necessária. Cf. SLENES, Robert W. Op. cit., 1999.

⁸⁰⁰ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais de. *Escravos e libertos nas minas do Rio de Contas – Bahia, século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, 2012.

se em mostrar ora o quanto Rio das Contas apresenta resultados específicos, ora o quanto seus resultados se aproximam aos de outras regiões.

Não há a eleição clara de um debate com parcela da historiografia da escravidão que foi escrita nos anos 1950/70. Não há, pois, contendores intelectuais claramente dispostos, na tese em apreço. Contudo, percebe-se, na construção de alguns de seus argumentos basilares, o lugar da tese de Almeida na história da historiografia do tema. Duas características desse trabalho de pesquisa nos permitem pensar sua perspectiva de crítica à posição encarnada por parcela da historiografia dos anos 1950/70.

Primeiro porque Kátia Almeida tem uma perspectiva teórico-metodológica que segue no caminho da valorização das fontes e em suas descrições exaustivas.⁸⁰¹ E isso reverbera na tese. O que salta aos olhos na construção argumentativa da autora é que a descrição dos processos criminais encontrados e selecionados por ela revela detalhes das ações dos agentes históricos. Ela trata esses casos como exemplos que devem ser perseguidos pela pesquisa, a fim de que se possa, a partir das ações dos atores sociais, alcançar uma compreensão da escravidão.

É pertinente acrescentar que a descrição dos casos está relacionada à posição assumida pela autora diante dos estudos sobre alforria. São as palavras da própria autora que fundamentam sua leitura sobre o tema: “Lendo centenas de cartas de alforria registradas pelo tabelião de Rio de Contas, não creio que a alforria fosse apenas uma concessão do senhor ao seu escravo, embora dependesse de uma negociação entre sujeitos social e juridicamente desiguais”.⁸⁰²

Outra característica a ser destacada – a segunda característica – está no fato da tese se escorar na renovada historiografia posterior aos anos 1980, tendo por especial referência os

⁸⁰¹ Hebe Mattos aponta para o “crescente intercâmbio entre antropologia e história”, no período da renovações dos estudos atinentes à História Social, especialmente depois dos anos 1970. Uma das influências mais fortes, segundo a autora, é Clifford Geertz e sua proposta de descrição densa das fontes. A tese de Kátia L. N. de Almeida não menciona o antropólogo, nem entra nesse debate. Mesmo assim, vale expor, não somente para a tese de Almeida, como para outras que caminham nesse sentido, que há uma influência talvez não da descrição densa em si, mas, pelo menos, da forma como se encara os sentidos das ações dos sujeitos, frente aos referentes de sua cultura. Geertz pondera que devemos “ver as experiências de outros com relação à sua própria concepção do ‘eu’” (p. 91, aspas do autor), de modo a não encaixar a experiência das outras culturas na nossa própria experiência cultural. Por essa proposta teórica, temos que deixar um pouco de lado nossa “elogiada ‘empatia’”. Por essa linha, a preocupação mais forte do(a) pesquisador(a) deve centrar-se na produção de sentidos dando atenção aos símbolos que lhe são referentes. Logo, há que se ter atenção mais voltada para as ações dentro do que são os símbolos e valores de seu próprio mundo. É por esse caminho que a descrição densa se erige, porquanto visa evidenciar, com clareza e em primeiro plano, as ações dos sujeitos, para, em seguida, pensá-las dentro de sua órbita simbólica. Ver: MATTOS, Hebe. “História Social”. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 15ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp. 45-59 (p. 52); GEERTZ, Cliford. ““Do ponto de vista dos nativos”: a natureza do entendimento antropológico”. In: *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 2ª Ed. Petrópolis, Vozes, 1999, pp. 85-107 (trechos localizado na página 91, com aspas do autor).

⁸⁰² Conferir em: ALMEIDA, Kátia Lorena Novais de. Op. cit., 2012, p. 21.

trabalhos de seu orientador, João José Reis. A perspectiva construída tem um lugar que é tanto epistemológico quanto político, na medida em que intenta compreender, incessantemente, a diversidade existente na escravidão, considerando-se os diferentes contextos históricos. Nesse sentido, dois pontos podem ser sublinhados, na tese de Almeida: a diversidade assumida pela escravidão e as complexas relações estabelecidas pelos sujeitos históricos (senhores e escravos).

De acordo com o que já foi elucidado, *Escravos e libertos nas minas do Rio de Contas* tem como fundamento teórico uma visão que, precisamente, procura capturar a relação entre senhores e escravos. Ao fazer isso, coloca-se uma tarefa de afastamento em relação ao que considera como visão dicotômica que prevaleceu na historiografia das décadas de 1960/70 sobre a escravidão brasileira. O excerto selecionado abaixo esclarece bem a questão posta:

Essa historiografia já há algum tempo tem abordado as relações escravistas como produto das ações de senhores e escravos, construídas em suas experiências enquanto sujeitos históricos imersos em uma ampla rede de relações pessoais de dominação e exploração. As visões escravas da escravidão e da liberdade, cotejadas com as perspectivas senhoriais, têm sido pesquisadas com diferentes questionamentos às interpretações tradicionalmente aceitas sobre a escravidão. *Essa abordagem da história da escravidão contrapõe-se ao enfoque de um escravismo baseado na dicotomia entre senhores e escravos*, marcado pelo duo submissão versus resistência. Para esta nova historiografia, “os escravos não foram vítimas nem heróis o tempo todo. O escravo aparentemente acomodado e submisso de um dia, podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias”⁸⁰³.

Em face desse quadro analisado, pode-se propor que Kátia L. N. de Almeida compôs uma pesquisa cuja singularidade encontra-se, de forma primaz, na questão da alforria, no século XVIII e na região estudada. O caráter ímpar da tese está em sua análise e em sua discussão sobre as alforrias, na região de Rio das Contas, no século XVIII, pois, segundo Almeida, as alforrias correspondem a um tema explorado mais no século XIX do que no Setecentos.

O elemento fulcral na argumentação se centra na especificidade da localidade, que era uma região “[...] de fronteira e ponto de passagem de comerciantes de escravos que se dirigiam à capitania de Minas Gerais”.⁸⁰⁴ Tratava-se, pois, de uma região em que predominavam aspectos de área rural. Por isso, contribui com os estudos sobre as alforrias porque o estado da arte privilegiou, anteriormente, estudos em áreas urbanas.

⁸⁰³ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais de. Op. cit., 2012, pp. 17-18. As aspas da autora são para caracterizar uma apropriação que faz do texto “Negociação e conflito”, de João José Reis e Eduardo Silva, já citado anteriormente nesta tese. SILVA, Eduardo; REIS, João José. Op. cit., 1989, p. 20. O trecho em itálico refere-se a marcações que fiz para destacar a crítica da autora ao enfoque historiográfico pautado na dicotomia entre senhores e cativos.

⁸⁰⁴ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais de. Op. cit., 2012, p. 223.

A referência teórica de Almeida localiza-se numa linha, no mínimo, próxima da que foi considerada um dos fundamentos que lastrearam o que Hebe Mattos chamou de evolução da História social,⁸⁰⁵ qual seja, a descrição densa formulada por Clifford Geertz. Segundo Mattos, “[...] não apenas as representações, mas também as ações sociais são “textos”, passíveis de serem culturalmente interpretados, o que determina um especial interesse do ponto de vista da análise social”.⁸⁰⁶

Dessa perspectiva, as ações dos sujeitos é considerada como potência para a interpretação dos sentidos inscritos numa cultura. As ações são também uma forma de buscar mapear, ao máximo, os aspectos de uma cultura, devido às limitações culturais impostas pela “lente” do pesquisador em capturar plenamente o outro ou a cultura do outro. É precisamente nesse sentido que Mattos não se esquece de ponderar que, por outro ângulo, a perspectiva de Geertz encontra restrições teóricas na posição de historiadores vinculados à micro-história, tal como Giovanni Levi.

O mencionado historiador italiano reconhece a importância da descrição densa proposta pelo antropólogo Clifford Geertz. Esse tipo de descrição serve para registrar, por escrito, uma “série de acontecimentos ou fatos significativos que de outra forma seriam imperceptíveis”. No entanto, Levi não se furta a avançar e fazer críticas a essa postura epistemológica. Uma das mais fortes é o que chama de limitação autoimposta,⁸⁰⁷ que seria a incapacidade de transcender os limites do material coletado.

Diante dessa característica teórica do trabalho de Almeida, é pertinente afirmar que, de todos os onze trabalhos analisados em minha pesquisa, essa tese sobre Rio das Contas é a que mais se encaixa na crítica realizada por Salles e Marquese à historiografia pós-1980. Trata-se do caráter descritivo intenso de questões particulares que procuram o conhecimento em questões miúdas e, na visão crítica desses dois historiadores, acabam fugindo de análises mais abrangentes, mais profundas e concretas.⁸⁰⁸

A terceira tese em pauta, nesta parte, é a de Virginia Queiróz Barreto, intitulada “*Fronteiras entre a escravidão e a liberdade: história de mulheres pobres livres, escravas e forras no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)*”.⁸⁰⁹ O trabalho foi orientado por Maria Odila

⁸⁰⁵ MATTOS, Hebe. Op. cit., 1997, pp. 45-59.

⁸⁰⁶ Idem, p. 52, com grifos da autora.

⁸⁰⁷ LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história” In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 144.

⁸⁰⁸ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit. 2016, p. 134. À frente, será estabelecida uma proposta crítica ao conceito de segunda escravidão, de forma a tornar ainda mais complexo o cenário historiográfico atual.

⁸⁰⁹ BARRETO, Virginia Queiroz. *Fronteiras entre a escravidão e a liberdade: história de mulheres pobres livres, escravas e forras no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2016.

Leite da Silva Dia se concluiu em 2016. A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

A autora tem como foco de sua tese a história de vida de “[...] mulheres pobres livres, escravas e forras que viveram no recôncavo sul da Bahia, no limiar entre a escravidão e liberdade”;⁸¹⁰ no período relativo aos últimos anos da escravidão, no Brasil, mais precisamente no período entre 1850 e 1888. Essa é uma região que, segundo Barreto, não se enquadra no padrão estrutural brasileiro do período. Por isso, vale sublinhar que a questão de pesquisa é formulada no sentido de preencher duas lacunas na historiografia: a primeira é relativa às mulheres (incluindo escravas), que foram foco capital de seu trabalho; imbricada à anterior, a segunda questão remete à região do Recôncavo Sul da Bahia, mais especificamente Nazaré.

A tese investiga, portanto, a história de vida de algumas mulheres que viveram no limiar entre a escravidão e a liberdade, no Recôncavo Sul da Bahia. É a partir dessas histórias de vida, ou seja, do preciso acompanhamento da trajetória do cotidiano de mulheres pobres, escravas e forras, que a autora propõe discussões acerca da complexidade que assumiu a escravidão ocorrida no Brasil. É, pois, a partir dessa questão de pesquisa que ela discute as conquistas de algumas mulheres, seus laços de solidariedade, suas trajetórias em direção à liberdade, trajetória também de uma mulher que foi escravizada novamente e, em seguida, voltou a conquistar a alforria etc.

Em decorrência da questão de pesquisa de Barreto, as fontes qualitativas foram utilizadas no sentido de trazer à luz a trajetória de mulheres. Isso foi realizado cruzando dados que a autora encontrou em fontes de tipos variados. Ela cruzou, por exemplo, informações contidas em processos criminais com registros de batismo e inventários *post-mortem*. Com base nessa interconexão, a pesquisadora conseguiu descobrir que mulheres exerceram diferentes formas de trabalho, que requereram suas alforrias em circunstâncias sociais singulares, que tinham redes de solidariedade com escravos, forros, senhores etc.

Para a análise desse material, Barreto posiciona-se de forma patente e dura contra uma parcela da historiografia da escravidão que prevaleceu nos anos 1950-70. Sua contenda teórica é contra a perspectiva estrutural prevalente nessa historiografia,⁸¹¹ ou seja, uma perspectiva que homogeneizava a escravidão. A autora chega a definir tal historiografia como “[...] geração de Florestan Fernandes, adeptos do funcionalismo de Durkheim”.⁸¹²

⁸¹⁰ Idem, p. 26.

⁸¹¹ Analisando um quadro teórico-metodológico histórico referente à História Social, Hebe Mattos aponta que o ponto de partida para sua renovação, a partir dos anos 1970, foi a crise dos estruturalismos. É nessa senda que Barreto constrói o arcabouço teórico de sua pesquisa. Ver: MATTOS, Hebe. Op. cit., 1995, p. 50.

⁸¹² BARRETO, Virginia Queiroz. Op. cit., 2016, p. 25.

O quadro teórico da tese em pauta é constituído, destarte, com base na senda aberta pela historiografia da escravidão pós-1980, tendo especial ênfase e angulação na história do cotidiano, conforme proposto por Maria Odila Leite da Silva Dias. Essa ênfase permite, de acordo com a aposta da pesquisadora, enfatizar “[...] as múltiplas formas de resistência e estratégia de luta por sobrevivência”⁸¹³ empregadas por mulheres escravas, pobres e forras.

Por isso, a base da pesquisa se escora na renovação dos estudos posteriores ao fim dos anos 1970 e no decurso dos anos 1980, quando houve “[...] uma nova investida dos historiadores aos arquivos e o cruzamento de fontes de natureza diversa possibilitaram um número cada vez maior de estudos”⁸¹⁴ a respeito da escravidão. Esses são os sustentáculos que balizam o quadro teórico da autora, com vistas à ampliação do conhecimento sobre a trajetória de mulheres, a fim de descortinar novas perspectivas sobre a escravidão, fugindo da “interpretação estruturalista”⁸¹⁵ que prevaleceu nessa historiografia, nos anos 1960/70.

Outro ponto importante do trabalho em análise é que seu objeto de pesquisa baseia-se no fato de a autora considerar a região estudada (Vila de Nazaré) como um caso bom para se pensar sobre a escravidão no Brasil, tendo em vista que não reproduz o modelo de *plantation*.⁸¹⁶ Nesse sentido, segundo Barreto:

[...] durante décadas, os estudos sobre a sociedade brasileira deram atenção quase que exclusivamente a regiões onde predominou a grande propriedade monocultora que, por extensão, recebeu maiores levas de cativos. Como resultado, a vigorosa vida social e econômica que dominava o Brasil rural – principalmente em regiões onde a mão de obra escrava foi quase inexistente e as propriedades não passavam de algumas tarefas – foi negligenciada. Maria Odila Dias, defensora de uma história engajada, que possibilitasse a adesão à pluralidade e aos fenômenos sociais peculiares, em termos regionais e locais, enfatiza a importância de estudos que busquem “desvendar conjunturas parciais de grupos sociais em formação sem impor-lhes de antemão conceitos e categorias abstratas”.⁸¹⁷

⁸¹³ Idem, p. 21.

⁸¹⁴ Idem, p. 25.

⁸¹⁵ SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2001, p. 181. Para uma análise desse debate que gravita em torno dessa parcela da historiografia da escravidão que foi escrita nos anos 1950-70, conferir: PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, pp. 330-337. Conferir também: LARA, Silvia H., 2005.

⁸¹⁶ Ao se posicionar afirmando que a região estudada não reproduz o modelo de *plantation*, Barreto está, implicitamente, contrapondo-se aos estudos que vão na linha do conceito de segunda escravidão. Mais à frente, vamos analisar a tese de Thiago Campos Pessoa. Este autor postula exatamente que os estudos devem ter maior preocupação com o vale do paraíba, pois, na escravidão do século XIX, a região acabou tendo uma concentração maior de escravos em grandes propriedades. Muitos estudos sobre a escravidão ficaram mais voltados a regiões como Minas Gerais e São Paulo, perdendo de vista um polo forte da escravidão no oitocentos, que foi o vale do paraíba. Ver: PESSOA, Thiago Campos. Op. cit., 2015. Como dito, o argumento do autor será mais bem desenvolvido ainda neste capítulo.

⁸¹⁷ BARRETO, Virginia Queiroz. Op. cit., 2016., p. 20. As aspas indicam o texto de Maria Odila Silva que foi tomado por empréstimo para fundamentar a posição de Barreto. É importante frisar que essa contenda em torno das *plantations* como núcleo de uma análise sobre o sistema escravista brasileiro é retomada pelo conceito de segunda escravidão, conforme discussão proposta mais à frente, no próximo capítulo. Segundo Marquese e Salles, a nova escravidão, ou seja, a segunda escravidão que emerge no século XIX, está escorada na grande

Com o objetivo compreender em que bases foram construídas a escravidão, nessa parte do Recôncavo, Barreto mostra o quanto Nazaré é uma região singular, conforme desenvolvido na primeira parte do trabalho, intitulada “Sob o domínio do cativo”. Além disso, a tese da autora guarda como outra grande força o fato de estudar a vida de mulheres – objeto pouco apreciado nas pesquisas sobre a escravidão – numa região que, conforme dito, destoa da estrutura econômica e social brasileira. Em razão disso, ela discute como essa peculiar região (no que se refere aos estudos sobre a escravidão) propiciou às mulheres pobres, escravas e forras condições especiais para que se desenvolvessem, trabalhassem, ganhassem a vida, para tentassem a liberdade, enfim, para tentassem realizações diversas.

Ademais, a tese destaca que havia uma microeconomia, em Nazaré, que estava associada à experiência do cativo e isso potencializava a agência das diferentes mulheres estudadas. Essa região, pelo fato de ser singular, em relação a outros estudos sobre o tema, permitiu também contatos diversos entre escravos, libertos e pobres. As possibilidades de encontros e relacionamentos sociais geravam laços de solidariedade diversos, como famílias de escravos, participação de escravos em irmandades, laços de compadrio etc. Em função disso, a autora afirma que a região, sobretudo em sua área urbana, favoreceu sobremaneira a mobilidade possível entre os cativos, pessoas pobres e as libertas.

Diante do quadro exposto, pode-se propor que a tese de Barreto pega um gancho na historiografia pós-1980, notadamente no que concerne às possibilidades de pensar a escravidão em sua complexidade, oferecida pela concretude do cotidiano.⁸¹⁸ Em decorrência, contrapõe-se à noção de estrutura (abstrata) que orientou a historiografia dos anos 1960/70. Em função disso, a pesquisadora em questão, na esteira da ampliação dos objetos de estudo e analisando fontes sistematicamente, propõe uma tese que pormenoriza histórias de vida de mulheres, com vistas

propriedade como um “polo dinâmico” da escravidão. MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (Orgs.). Op. cit., 2016, p. 132.

⁸¹⁸ Essa proposta presente em algumas pesquisas de historiadores da década de 1980 (que influenciam a trajetória de alguns trabalhos da recente historiografia da escravidão) remete à concepção de realidade aristotélica. Esse filósofo fez uma objeção à relação entre mundo inteligível (intelectual) e mundo sensível (experiência). A crítica dirigiu-se especificamente a seu mestre, Platão. Aristóteles criticava que o dualismo entre mundo inteligível e mundo sensível produzia, em Platão, uma prioridade às ideias, deixando em segundo plano o mundo material. Logo, para Aristóteles, a concepção de real de Platão é pautada numa relação externa à realidade material. Portanto, adotou um novo ponto de partida: a substância individual ou indivíduo concreto (mundo concreto). Nesse sentido, para Aristóteles, não existem formas ou ideias puras como essências. Elas são uma abstração, logo, devem ser vistas a partir das condições concretas. Conferir em: MARCONDES, Danilo. *Iniciação à História da Filosofia: Dos Pré-Socráticos a Wittgenstein*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, pp. 69-83. Um indício que ajuda a dar base para a afirmação realizada é que Thompson, ao discutir com outros autores sobre o papel dos trabalhadores na formação da classe operária inglesa, afirma que, as classes não existem como categorias platônicas. Conferir em: THOMPSON, Edward Palmer. Op. cit., 2012, p. 107.

a colocar em evidência a discussão sobre as possibilidades de enxergarmos a escravidão como um fenômeno complexo e que se realizou no cotidiano de forma multifacetada.

A quarta tese em apreço é a de Maíra Chinelatto Alves, intitulada “*Cativeiros em conflito – Crimes e comunidades escravas em Campinas*”.⁸¹⁹ O trabalho de pesquisa foi orientado por Maria Helena Pereira Toledo Machado e concluído em 2015. A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

A questão que norteia a pesquisa de Maíra C. Alves tem um grau de generalidade, pois a autora se propõe a investigar a vida de escravizados na região, com o intuito de perseguir as “[...] interações e experiências dos indivíduos que viviam sob o cativeiro”.⁸²⁰ Assim, “[...] o objetivo do presente estudo é analisar as diversas gamas de vivências partilhadas por esses atores sociais no contexto inescapável da escravidão”.⁸²¹

A proposta da autora é discutir um conjunto de aspectos concernentes à escravidão, como, por exemplo, famílias escravas, a condição feminina, as fronteiras entre liberdade e escravidão, os crimes cometidos por cativos, a relação entre senhor e cativos (e cativas), a violência no cativeiro, entre outros. Apesar de partir do ponto de vista dos escravizados, a tese procura dar conta de duas chaves cruciais: a relação dos cativos com os senhores e a conexão entre as ações dos sujeitos e o contexto histórico que recobriu a segunda metade do século XIX, fase em que a escravidão, pouco a pouco, foi se desestabilizando.

Há, nesta pesquisa, uma ligação clara com a historiografia da escravidão brasileira escrita no período posterior aos anos 1980. O trabalho mantém uma pauta de diálogo constante com alguns autores importantes dessa historiografia. Em razão disso, Alves constrói uma perspectiva histórica (e teórica) sobre a escravidão que se fundamenta, sobretudo, em três referências teóricas matriciais.

A primeira remete aos autores que problematizam a coisificação dos cativos e buscam, nas ações dos sujeitos históricos, um substrato para análise das complexas relações que se estabeleceram no sistema escravista. Neste caso, o conceito de autonomia escrava de Maria Helena Machado⁸²² é caro à pesquisa de Alves. De acordo com esta última historiadora, o conceito de autonomia remete claramente à agência do cativo num mundo escravista que visava explorar ao máximo essa mão de obra. Resistência cativa *versus* dominação senhorial corresponde a uma base teórica que interessa e afeta a análise de Alves. Nesse caso, a referência

⁸¹⁹ ALVES, Maíra Chinelatto. *Cativeiros em conflito – Crimes e comunidades escravas em Campinas*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2015.

⁸²⁰ Idem, p. 15.

⁸²¹ Idem, p. 24.

⁸²² MACHADO, Maria Helena P. T. Op. cit., 1988.

de João José Reis⁸²³ está presente. Ademais, Chalhoub e sua contestação à teoria do escravo-coisa⁸²⁴ também serve de inspiração, na medida em que enfatizou a “[...] agência dos cativos não apenas em busca do alargamento de margens de autonomia, como no próprio processo mais amplo da abolição”.⁸²⁵

A segunda referência é Maria Sylvia de Carvalho Franco, cujos trabalhos floresceram na década de 1960. Sua referência é importante, para Alves, especificamente porque tratou de pobres livres que não viveram somente da cooperação, mas também tiveram relações conflituosas. Tais relações (de cooperação ou de conflito) remetem, claramente, à complexidade do cotidiano escravista, na medida em que contempla tanto aproximação quanto afastamento entre os sujeitos históricos.

A terceira referência é dada por vários autores que estudaram a escravidão nos Estados Unidos da América. Cabe destaque também à influência – não constantemente acionada – de Rafael Marquese, tanto no que concerne à perspectiva comparada entre escravidão brasileira e das Américas quanto no que se refere à relação entre escravidão e panorama global.

Dentre as três referências assinaladas acima, cumpre frisar que Alves aciona, constantemente, o conceito de autonomia escrava, de Maria Helena Machado, e outros autores que contribuem em sua interpretação acerca das complexas relações tecidas no Brasil escravista, o que remete também, a João José Reis e Sidney Chalhoub, conforme já mencionado antes.

Além dos debates trazidos à baila, Alves também dialoga – às vezes claramente, outras de forma subentendida – com alguns pontos da clássica historiografia brasileira. Um desses pontos alude ao papel da violência presente nas relações senhor e escravo. A autora elege Gilberto Freyre como antagonista, neste caso, apontando a descrição que o sociólogo pernambucano fez a respeito da doçura que estaria presente nas relações estabelecidas entre senhores e, especificamente, escravos domésticos. De acordo com Alves, “[...] Grande parte da interpretação de Freyre sobre a escravidão transparece não através de afirmações ou análises contundentes, mas da própria prosa sedutora do autor e que revela, à revelia, uma visão distorcida da realidade das interações sociais do Brasil escravista”.⁸²⁶

Em razão dessa posição contrária ao que chama de “visão distorcida da realidade”, a historiadora em apreço procura, efetivamente, realçar que a abordagem presente em sua tese

⁸²³ SILVA, Eduardo; REIS, João José. Op. cit., 1989.

⁸²⁴ CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990.

⁸²⁵ ALVES, Máira Chinelatto. Op. cit., 2015, pp. 28-29.

⁸²⁶ Idem, pp. 191-192, referente à nota de rodapé 11.

(intitulada *Cativeiros em conflito*) enfoca sistematicamente na força violenta que o sistema tinha sobre os escravizados. No entanto, a autora sublinha que, mesmo diante da violência presente no sistema escravista, a dominação senhorial não foi capaz de retirar dos cativos o poder de autonomia.

É em face desse quadro teórico que Alves estuda, eminentemente, os processos criminais que pertencem a Campinas, no século XIX, de sorte a descortinar relações sociais complexas. Com base nessas fontes e em uma gama diversa de estudos históricos, a autora intenta compreender as redes de relações que foram tecidas pelos escravos e escravas. Mais do que perceber as alianças, propõe-se a discutir que os cativos não apenas viviam relações de proximidade, mas também de afastamento, ódio e desavenças entre si.

A autora se posiciona, dessa forma, no sentido enxergar a agência dos cativos e, por esse caminho, reforça uma posição estabelecida pela historiografia da escravidão pós-1980, no sentido de dar luz à perspectiva dos cativos, mostrando suas ações, trajetórias, projetos de vida etc., a fim de valorizar a agência dos sujeitos escravizados, mesmo diante de uma sociedade escravista violenta. Ao lançar essa tese, Alves coloca-se, duplamente, em contraposição às posições freyreanas de um cativeiro considerado brando e às posições da Escola Paulista de Sociologia consideradas como reificadoras do papel escravo.

Ademais, a despeito de não ser o ponto central da tese de Alves, é preciso reconhecer que a autora não deixa de dialogar com as propostas de Marquese e outros que sugerem a importância de estudarmos a escravidão a partir dos quadros globais da época e enxergando também a relação presente entre as escravidões ocorridas no Brasil, na América Central e nos Estados Unidos. Não se trata da força motriz da tese, mas há que se reconhecer e registrar o diálogo.

A quinta tese em discussão, neste tópico, é a de Robério Santos Souza, intitulada “‘*Se eles são livres ou escravos*’: escravidão e trabalho livre nos canteiros da estrada de ferro de São Francisco. Bahia, 1858-1863”.⁸²⁷ O trabalho de pesquisa foi orientado por Silvia Hunold Lara e concluído em 2013. A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas.

A tese de Robério Santos Souza tem como ponto central as relações sociais e de trabalho que se realizaram no processo de construção de uma ferrovia que foi projetada para fazer a

⁸²⁷ SOUZA, Robério Santos. “‘*Se eles são livres ou escravos*’: escravidão e trabalho livre nos canteiros da estrada de ferro de São Francisco. Bahia, 1858-1863. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2013.

ligação entre Salvador e Alagoinhas, tendo como construtora a empresa *Bahia and San Francisco Railway Company*, no período entre 1858-1863.

A questão de pesquisa tentou compreender as relações de trabalho que se estabeleceram entre os operários (imigrantes ou brasileiros) e os gestores da empresa inglesa contratada para construir a ferrovia. Em função desse processo, Souza discute as relações sociais que tecidas nas regiões por onde a construção foi colocada em prática.

Duas linhas temáticas são mais bem desenvolvidas por Souza: a primeira remete às relações de trabalho que se construíram para a construção da ferrovia; a segunda corresponde às interações sociais que derivam dessa construção, uma vez que tal empreitada necessitava de muitos trabalhadores, o que alterou a paisagem social das regiões por onde passou a construção.

A pesquisa em análise se insere, portanto, no debate historiográfico em torno das relações entre trabalho livre e escravidão, em um período histórico em que a chegada de imigrantes tinha objetivos de substituir, paulatinamente, a modalidade de trabalho escravo. Assim,

A presente tese se insere nesse debate, ao enfatizar as conexões em torno das experiências dos trabalhadores livres, libertos e escravos e ao analisar as relações de trabalho na construção da primeira ferrovia baiana, entre 1858 e 1863, para tentar compreender os dilemas mais amplos das ambiguidades e indefinições em torno da escravidão e da liberdade, na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX.⁸²⁸

Conforme apontado acima, o autor tem uma preocupação fundamental com as relações entre os sujeitos históricos, relações essas que eram tecidas no cotidiano da experiência de trabalho dessas pessoas. Por isso, o aporte teórico do historiador inglês Edward P. Thompson⁸²⁹ é valorizado por Souza, conforme excerto delineado a seguir:

O conceito de experiência entendido como aspecto mediador do processo histórico de formação de identidade classista de E. P. Thompson foi fundamental para pensar as relações entre os trabalhadores imigrantes, nacionais, livres, libertos sob o mundo da escravidão na segunda metade do século XIX. Suas reflexões acerca das experiências dos trabalhadores ingleses no século XVIII ajudaram a pensar as experiências de exploração e opressão compartilhadas por homens pobres ao mesmo tempo diferentes e semelhantes.⁸³⁰

O conceito de experiência mostra a escolha de um olhar que visa compreender a mediação entre a ação (ponto de partida do autor) e o processo histórico representado pela permanência das relações escravistas. Esse é o caminho teórico que Souza percorreu. Tal trajeto é flagrado na visão dele sobre os documentos consultados para a pesquisa. Segundo esse

⁸²⁸ Idem, p. 7.

⁸²⁹ Silvia Lara evidencia a importância dos trabalhos de E. P. Thompson nas pesquisas de historiadores brasileiros do período posterior aos anos 1980 que estudaram a escravidão. Conferir em: LARA, Silvia H., Op. cit., 1995.

⁸³⁰ Idem, p. 12, com grifos no original.

historiador em apreço, suas fontes o levaram a interpretar que a análise das relações de trabalho e sociais estabelecidas na construção da estrada de ferro podem ser “[...] uma pequena porta de entrada que venha a contribuir para o debate sobre as relações entre o trabalho escravo e o trabalho livre na sociedade escravista brasileira, mostrando suas conexões e não uma “oposição irreconciliável”.⁸³¹

Três dos principais autores que apoiam teoricamente a tese em questão são: Silvia Lara, Henrique Espada Lima e Sidney Chalhoub. Todos dentro da perspectiva já mencionada que trata a experiência como mediadora entre os sujeitos e o processo histórico. Souza, com base em Lara e Chalhoub, por exemplo, discute com uma leitura tradicional – representada pelos abolicionistas do século XIX – que opunha escravidão e liberdade. Tal leitura foi incorporada, segundo Souza, pela historiografia brasileira que tratou do tema, notadamente os autores ligados ao que chamamos de Escola Paulista de Sociologia.⁸³² Vejamos as palavras do próprio pesquisador:

Há, de fato, problemas em considerar as estradas de ferro como um núcleo exclusivo do trabalho livre assalariado, uma vez que estudos realizados há já algum tempo vêm apontando o uso de mão de obra escrava em empreendimentos ferroviários. No entanto, a problemática que envolve o debate é mais complexa, sobretudo porque expressa uma questão mais geral e de fundo, na tradição historiográfica brasileira, qual seja, a de reafirmar uma suposta oposição entre a escravidão e a liberdade no século XIX e, de outro modo, conceber o trabalho escravo e o trabalho livre como experiências antagônicas.⁸³³

No que concerne às relações trabalhistas, Souza, ao discutir com a leitura tradicional dos abolicionistas incorporadas por Ianni⁸³⁴ e Cardoso,⁸³⁵ mostra-nos o quanto o trabalho livre não substituiu o trabalho escravo de modo pleno, cabal e imediato. A posição do historiador é sustentada na tentativa de mostrar que, ao longo do século XIX, essas modalidades de trabalho (livre e escravo) conviveram e influenciaram uma a outra.

Por isso, pode-se propor que a tese de Robério Santos Souza se localiza na historiografia seguindo de perto os renovados estudos sobre a escravidão, sobretudo no que concerne à relação entre trabalho livre e escravo. De acordo com Souza, superando a visão de pesquisadores da Escola Paulista de Sociologia de que o trabalho livre substituiu o trabalho escravo, alguns historiadores dessa renovada historiografia pós-1980 têm enfatizado “o campo fluido de

⁸³¹ SOUZA, Robério Santos. Op. cit., 2013, p. 13.

⁸³² Idem, p. 6. Ver nota de rodapé número 16.

⁸³³ Idem, ibidem.

⁸³⁴ Cf. IANNI, Octavio. Op. cit., 1962.

⁸³⁵ Cf. CARDOSO, Fernando Henrique. Op. cit., 1977.

indefinições ou de ambiguidades entre a escravidão e a liberdade predominante na sociedade escravista oitocentista”.⁸³⁶

Essa nova visão da historiografia pós-1980 é incorporada pela tese de Souza, na medida em que evidencia as fronteiras tênues entre trabalho livre e o trabalho escravo, ambos praticados na construção da ferrovia. Ainda que não houvesse uma constatação juridicamente formal do tipo de trabalho escravo nas ferrovias, o autor interpreta tal condição por conta da forma com a qual alguns trabalhadores eram tratados.

Nessa mesma trilha, o historiador em análise postulou tanto questões comuns que criavam um sentimento de identidade⁸³⁷ entre tais trabalhadores quanto outras questões que os afastavam, posto que eram criadoras de rixas entre eles. Dessa forma, o autor enfatiza não somente elementos referentes à identidade de classe presente nas relações estabelecidas entre esses trabalhadores. Ele ilumina também as questões referentes às identidades étnicas e raciais que foram “preponderantes na experiência social dos trabalhadores tanto para unificá-los quanto para afastá-los”.⁸³⁸

Portanto, ora a aproximação entre os trabalhadores se dava por motivo de trabalho, o que remetia às questões de classe, ora a aproximação ocorria pelo lazer e/ou pelas sociabilidades construídas no dia a dia. Da mesma forma, as dissensões ocorriam ora por questões de trabalho (situação jurídica de cada trabalhador), ora por questões ligadas à nacionalidade de cada um. Robério Souza se propôs a analisar essa complexidade e, em razão dessa perspectiva teórica, acionou princípios presentes na renovada historiografia da escravidão que floresceu no período pós-1980.

A sexta tese em apreço, neste tópico, é a de Vanessa Gomes Ramos Sanches, intitulada “*Pelos caminhos da liberdade. Alforrias no Rio de Janeiro Imperial (1840-1888)*”.⁸³⁹ O trabalho de pesquisa foi orientado por Manolo Garcia Florentino, no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A data de conclusão é 2017.

Essa tese tem como problema de pesquisa os caminhos da liberdade trilhados por escravos. Trata-se de um trabalho cujo objetivo é compreender as relações entre senhores e

⁸³⁶ SOUZA, Robério Santos. Op. cit., 2013, p. 83.

⁸³⁷ Conforme mencionado em nota de rodapé que está no capítulo 3, tópico 3.1, uma das mudanças na historiografia posterior aos anos 1990, segundo Stuart Schwartz, é a incorporação de temas como, por exemplo, as identidades. Por isso, ratifica-se que a posição de Robério Souza encontra-se fortemente escorada por princípios do que tenho chamado, em sentido geral, de historiografia da escravidão posterior aos anos 1980. Conferir em: SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2009, pp. 180-182.

⁸³⁸ Idem, p. 197, em nota de rodapé.

⁸³⁹ SANCHES, Vanessa Gomes Ramos. *Pelos caminhos da liberdade. Alforrias no Rio de Janeiro Imperial (1840-1888)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

cativos, a partir do estudo sobre liberdade e tendo as cartas de alforria como documento principal.

Uma característica importante de “*Pelos caminhos da liberdade*” é o volume de documentos que a autora estudou, o que a propiciou discutir com a historiografia sobre o tema, conferindo um bom fundamento empírico para a tese. Outro elemento marcante é a forma como a autora se posiciona, em termos teóricos, frente à historiografia. A perspectiva teórica que a norteia a tese é a de que “a sociedade” é o “resultado da interação simbólica entre seus integrantes”.⁸⁴⁰

Em função dessas duas características – o volume de documentos e sua perspectiva que valoriza a interação entre os sujeitos –, a tese apreciada agora debate com parcela a historiografia dos anos 1950/70, apresentando, pelo menos, dois questionamentos que objetivam marcar seu lugar nos debates em torno da escravidão ocorrida no Brasil.

O primeiro gira em torno da discussão realizada com Jacob Gorender. A autora tece críticas ao “viés econômico”⁸⁴¹ presente na dimensão que ela considera predileta do autor. Além disso, chama a atenção para a perspectiva teórica do referido historiador, sublinhando que ele pensou a escravidão sob um ponto de vista estrutural. Em função disso, pode-se afirmar que a crítica de Sanches segue, pois, na mesma linha de um importante trabalho publicado por Manolo Florentino, em pareceria com José Roberto Góes, qual seja, o livro “*A paz das senzalas*”.

Nesse texto, os autores aludidos fazem críticas a Gorender, salientando que este enfatizou a lógica econômico-empresarial na demografia atinente à população cativa.⁸⁴² Destarte, Sanches, com o objetivo de sustentar suas discordâncias com Gorender, pondera que a revisão historiográfica ocorrida nas últimas décadas do século XX operaram mudanças que contestaram o paradigma macroestrutural e também o caráter meramente econômico das alforrias.⁸⁴³

Sanches segue na linha de Manolo Florentino – seu orientador – que, apesar de não negar a importância do aspecto econômico na alforria, acentuava a ação política do escravo na

⁸⁴⁰ Idem, p. 68.

⁸⁴¹ Idem, p. 132.

⁸⁴² Conferir em: PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2019, p. 221. A referência visa enfatizar que a construção de uma perspectiva está alicerçada numa grade de inteligibilidade que contempla contendas na historiografia. A autora está, neste caso, encontrando uma posição, uma perspectiva teórica, que visa orientar a leitura do material de pesquisa (fontes).

⁸⁴³ Cumpre salientar que não é somente no que toca às alforrias, mas, conforme vem sendo reiteradamente colocado, a historiografia da escravidão ocorrida no Brasil que foi escrita nos anos 1980 e 1990 primou por tecer essas críticas à parcela das pesquisas publicadas nos anos 1950-70. Conferir em: PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a; LARA, Silvia H. Op. cit., 2005; ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. “As transformações na historiografia da escravidão entre os anos de 1970 e 1980: uma reflexão teórica sobre possibilidades de abordagem do tema”. In: *Revista de Teoria da História*, Ano 6, Número 11, Maio/2014 Universidade Federal de Goiás, pp. 110-125. ISSN: 2175-5892.

negociação por sua liberdade.⁸⁴⁴ Ademais, a autora chama a atenção para o papel sentimental de algumas cartas de alforria. “Não por outra razão, este trabalho segue com a ideia de que, neste rico terreno, não se deve trilhar um caminho generalizante, de modo a conferir hegemonia à concessão ou à conquista”.⁸⁴⁵

O segundo questionamento é que toda sociedade é dotada de uma vasta complexidade e, nesse sentido, o (a) historiador (a) não pode fixar seu olhar na estrutura porque, deste ponto de vista, alcança uma visão generalizante que pouco matiza as relações sociais.⁸⁴⁶ “Daí a minha busca pela valorização dessas histórias como pequenos retalhos que, se por um lado causam estranheza, inquietação e dúvida, não deixam dúvida quanto à sua riqueza historiográfica”.⁸⁴⁷

Há, de acordo com essa linha, uma relação social complexa que ora tende à proximidade entre cativo e senhor, ora ao afastamento entre eles.⁸⁴⁸ Por isso, a tese discute com autores que enfatizam, primordialmente, o ponto de vista da concessão da alforria pelo senhor. Sanches até reconhece que há um peso da “concessão senhorial existente em qualquer manumissão”, mas prefere frisar que “não se pode negligenciar os aspectos que conferiam ao escravo um papel para além de um espectador das ocorrências que definiriam o rumo de sua trajetória”.⁸⁴⁹ Destarte, chama a atenção para o fato de que “[...] A alforria podia ser resultado de questões puramente econômicas ou puramente sentimentais”.⁸⁵⁰

No final das contas, a autora não nega que, em síntese, o senhor tinha essa prerrogativa da alforria, mas, segundo ela, situar-se nesse ângulo é empobrecer a análise, perder de vista a ação dos cativos e, conseqüentemente, as complexas interações entre senhores e escravos. Um trecho que sintetiza bem como a leitura teórica da autora contribui para seu argumento é o seguinte: “o senhor formava o escravo e este formava o senhor”.⁸⁵¹

Pode-se propor que Sanches debate com a historiografia da escravidão, tanto no sentido de postular que senhor e cativo não eram opostos quanto na sustentação de que a escravidão não deve ser vista somente pelo ângulo da economia exploradora do trabalho. Para ela, a manumissão, que consistia num primeiro passo para a mobilidade ascendente de um liberto,

⁸⁴⁴ Cabe reiterar que a discussão sobre o caráter político da ação do escravo encontra-se também no trabalho de Florentino com José Roberto Góes. Conferir em: PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2019.

⁸⁴⁵ SANCHES, Vanessa Gomes Ramos. Op. cit., 2017, pp. 38-39.

⁸⁴⁶ Estamos analisando a última tese deste tópico. Por isso, cabe chamar a atenção para o fato de que as teses que virão no próximo tópico encaram de frente essa crítica e recolocam a estrutura do capitalismo global como esteio analítico crucial para se compreender a escravidão como um sistema. Conferir em: MARQUES, Rafael. Op. cit., 2013.

⁸⁴⁷ SANCHES, Vanessa Gomes Ramos. Op. cit., 2017, p. 235.

⁸⁴⁸ Esse é um paradigma com o qual Gilberto Freyre operava em sua análise sobre a formação do Brasil, tendo a escravidão como fundamento. Conferir capítulo 1 desta tese e o clássico livro desse sociólogo pernambucano. FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006.

⁸⁴⁹ SANCHES, Vanessa Gomes Ramos. Op. cit., 2017, p. 38.

⁸⁵⁰ Idem, *ibidem*.

⁸⁵¹ Idem, p. 71.

deveria ser vista sob o enfoque da complexidade das situações existentes. Além de relacional, afirma que a alforria “extrapolava a bilateralidade, envolvendo múltiplos arranjos”.⁸⁵²

Cumpram evidenciar, ao finalizar esta seção, que as teses analisadas nesta parte apresentam, apesar de suas diferenças, algo comum em seus quadros teóricos: todas se posicionam criticamente em relação à parcela da produção historiográfica sobre o tema da escravidão que foi erigida no período compreendido entre 1950 e 1970. As críticas enfatizam ora a perspectiva estruturalista de tal produção, ora o caráter economicista, ora o emprego de uma visão generalizante pouco produtiva, ora ao caráter dualista da análise.

Postulam, ainda que não univocamente, o investimento em pesquisa intensa nos arquivos, com base em outro aparato teórico-metodológico, enfatizando, em acréscimo, novas dimensões da vida humana em sociedade. A fim de que se possa alcançar uma visão mais realista das relações escravistas estabelecidas na formação do Brasil, essas teses estudadas, seguindo a linha aberta por pesquisadores nos anos 1980 e 90, desenvolvem estudos intensos de realidades concretas,⁸⁵³ abrindo-se às dimensões social, cultural⁸⁵⁴ e política,⁸⁵⁵ investindo na compreensão da escravidão em sua complexidade.⁸⁵⁶ A crítica de Edward P. Thompson dirigida tanto a Perry Anderson quanto a Tom Nairn deixa um tom de sintetização dessas propostas: “A história real revelar-se-á somente depois de pesquisa muito árdua e não irá aparecer ao estalar de dedos esquemáticos”.⁸⁵⁷

Entretanto, mais contundentemente a partir do século XXI, outros estudos vêm tecendo críticas à forma como a historiografia da escravidão no período pós-1980 fundamentou-se, em

⁸⁵² Idem, p. 112.

⁸⁵³ Ao acionar a ideia de uma realidade concreta, chamo a atenção para o fato de que a experiência derivada das fontes históricas ganha importância tão grande quanto a teoria. Mesmo Rafael Marquese, que tem uma posição crítica à parcela da historiografia da escravidão posterior aos anos 1980, admite que, ao se aproximar dos cativos, essa historiografia teve papel importante em produzir conhecimentos que colocaram os escravos em cena e puderam valorizar suas experiências, bem como a de senhores e de homens livres pobres no Brasil, trazendo à tona novos conhecimentos. Esses argumentos estão adaptados de um artigo escrito por mim. Conferir em: PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, p. 342.

⁸⁵⁴ Sobre a abertura às dimensões cultural e social, conferir argumentos de Stuart Schwartz, a partir do qual o autor afirma que os anos 1980 viram emergir uma historiografia da escravidão baseada na História Social e, nos anos 1990, a História Cultural encontrou, na senda aberta pela História Social, possibilidades de “combinações e hibridizações”. Ver: SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2001, p. 182.

⁸⁵⁵ Chamo a atenção para o caráter político porque os anos 1980 trouxeram, nos estudos sociais e culturais, a perspectiva dos sujeitos em suas ações políticas. Conferir em: PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2019, especialmente na seção intitulada “A paz das senzalas: o fundamento político da escravidão presente na relação senhor-escravo”.

⁸⁵⁶ No que toca à complexidade da escravidão, ver: LARA, Silvia H. Op. cit., 2005; MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016.

⁸⁵⁷ THOMPSON, E. P. Op. cit., 2012, p. 135. Adolfo recupera também este debate, afirmando que “[...] Um exemplo disto pode ser encontrado na discussão travada entre E. P. Thompson e o filósofo marxista e estruturalista Louis Althusser, sendo que o primeiro autor dedicou uma obra – A Miséria da Teoria ou um planetário de erros – para rebater o determinismo estrutural de Althusser que, segundo Thompson, enxergaria a história de modo mecanicista, negaria as evidências empíricas e retiraria a capacidade de agência dos sujeitos históricos”. Conferir em: ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. Op. cit., 2014, p. 115.

termos teóricos. Essas discussões foram analisadas no quarto capítulo desta tese. Agora, nesta parte, é hora de escrutinar como algumas teses recentes se posicionaram, criticamente, em relação à historiografia pós-1980.

Não é excessivo lembrar que as teses analisadas a seguir guardam consigo suas singularidades, mas o que interessa é que travam, em alguma medida, debate crítico com a historiografia posterior aos anos 1980, a partir de um quadro teórico lastreado no conceito de segunda escravidão. Buscam retomar, destarte, “as sólidas perspectivas de análise estrutural da escravidão brasileira construídas no período anterior”,⁸⁵⁸ enfatizando, outrossim, a força dos “processos históricos de longa duração”,⁸⁵⁹ sem deixar de reconhecer os “méritos da nova historiografia da escravidão”.⁸⁶⁰ Portanto, a ideia de operacionalizar o quadro histórico global representado pelas “forças estruturais do capitalismo histórico”⁸⁶¹ é retomada, de modo a que se possa buscar conhecer mais sobre a escravidão. É com base nessa nova chave teórica que as propostas de estudos sobre a escravidão ocorrida no Brasil se erigem. E esse é um caminho seguido, crescentemente, por pesquisas atuais.⁸⁶²

5.2.2 Teses que dialogam criticamente com a historiografia da escravidão pós-1980

Serão analisadas, nesta parte, as teses que, de alguma forma, posicionam-se teoricamente no sentido de pensar a escravidão como parte integrada aos processo de longa duração e ao mercado global de *commodities*. Algo comum a esses trabalhos – evidentemente contemplando maior ênfase para uns e menor para outros – é o posicionamento num eixo de análise que contempla as pressões mútuas (ou a interconexão) entre a dimensão local da escravidão e o quadro global que lhe confere sentido. As palavras de Marquese, ajudam a sintetizar a visão geral que perpassa, em minha interpretação, as quatro teses analisadas nesta parte:

Em outras palavras, pela própria natureza do objeto em questão [a escravidão brasileira], desconsiderar o mercado mundial como uma dimensão central de sua formação conduz a uma compreensão reduzida e, portanto, incompleta do fenômeno observado. Preciso ser explícito: não estou afirmando que a economia-mundo capitalista determinou o que foi a escravidão negra nas Américas, mas sim que a formou, tal como, reversivamente, a escravidão negra formou essa economia-mundo.⁸⁶³

⁸⁵⁸ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 133.

⁸⁵⁹ MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2013, p. 229.

⁸⁶⁰ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 122. Para o reconhecimento do mérito da historiografia pós-1980, ver também: MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2013.

⁸⁶¹ MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2013, p. 229.

⁸⁶² MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016, p. 352. O autor faz críticas ao conceito de segunda escravidão, mas não deixa de reconhecer que teses baseadas nessa linha vêm crescendo.

⁸⁶³ MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2013, p. 251.

Assim como as teses analisadas no item anterior, a ordem das exposições é aleatória, não cabendo nenhum tipo de importância hierárquica. Nesse sentido, convém expor que a primeira tese a ser analisada nesta parte, é a de Tâmis Peixoto Parron. Este pesquisador escreveu o trabalho intitulado “*A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*”,⁸⁶⁴ sob orientação de Rafael de Bivar Marquese. A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, tendo como data de conclusão o ano de 2015.

Trata-se de um estudo que discute a política da escravidão num período em que prevalecia a expansão do abolicionismo. Na passagem do século XVIII para o XIX, Brasil, Cuba e Estados Unidos mantiveram suas lutas para dar continuidade a seus regimes escravistas porque essa modalidade de trabalho facilitava suas produções e conferiam lucros imensos ao se conectarem, cada vez mais, aos mercados globais.

A questão do autor é compreender a política da escravidão em três dos espaços importantes para o escravismo do século XIX, conforme assinalado parágrafo anterior. Ele procura compreender essa política com base não somente em sua perspectiva nacional (EUA e Brasil, pois Cuba ainda era ligada à Espanha), mas mostrando suas inter-relações com a economia global e com a política internacional que vigorava no período estudado.

A política da escravidão em nível nacional pode, na proposta da pesquisa de Parron, tomar feição de discussões constitucionais, discussões parlamentares para a elaboração de decretos, de cartas, de publicação de ideias (manuais escravistas, por exemplo) abolicionistas ou antiabolicionistas etc. Mas o ponto teórico importante é que tal política não pode ser vista apenas como fruto dos interesses econômico-sociais circunscritos à parte interna desses espaços.

O século XIX correspondeu a uma fase em que as trocas econômicas amadureceram e a economia recebeu outra dimensão. Com isso, a divisão internacional do trabalho ganhou outro cariz e, conseqüentemente, os regimes escravistas nas Américas adentraram uma nova fase de oferta de seus produtos, haja vista que a produção desses espaços estava estimulada e provocada por outro nível de demanda, isto é, uma demanda em nível global e mais intensa.

É sob essa moldura e sob essa perspectiva de análise que a política da escravidão desperta o interesse de Parron. A tese em apreço pega um gancho na proposta geral formulada por Dale Tomich, na medida em que este propôs “[...] a análise integrada da escravidão

⁸⁶⁴ PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2015.

brasileira, cubana e norte-americana nos quadros da economia-mundo capitalista do século XIX”.⁸⁶⁵

O princípio teórico que norteia a visão de Parron é a noção de sistema-mundo de Wallerstein. Nas palavras de Parron:

O que a define [a perspectiva sistema-mundo] não é o objeto particular estudado (unidade de observação), e sim a perspectiva (unidade de análise). Ela olha para os eventos específicos buscando a interação do processo histórico e da ação social em espaços amplos e em tempos dilatados, a fim de iluminar pontos cegos criados por estudos que adotam escalas menores de observação.⁸⁶⁶

Cabe acrescentar que a ideia de escala, capitaneada por Fernand Braudel, também é usada por Parron como referência teórica importante na leitura de seu material de pesquisa. Este autor afirma que, segundo Braudel, “a escala que o historiador adota determina tudo”.⁸⁶⁷

Outra referência analítica importante, na tese em pauta, é o conceito de segunda escravidão, cunhado por Dale Tomich. As mudanças no padrão de acumulação ocorridas no século XVIII, com a liderança da Grã-Bretanha, geraram um tipo de economia de padrão mais sistêmico. A forma de organização da escravidão, nessa fase – mais ou menos – posterior a 1780, modificou-se, tendo em vista que os produtos tropicais passaram a ser, crescentemente, requeridos por outras nações. Tais produtos tornaram-se importantes naquela conjuntura. A Revolução Industrial foi responsável, então, por fazer crescer, acentuadamente, a demanda por produtos tropicais, o que gerou mudanças na forma de organização da escravidão, em um período de liberdade.

No período da segunda escravidão os produtos tropicais conectaram-se às demandas derivadas da Revolução Industrial, o que inseriu a produção de *commodities* das Américas numa rede de livre mercado e livre concorrência. Com isso, ocorre uma mudança no escravismo dessa fase. Esse escravismo se diferenciou do escravismo colonial em volume, organização e sistema de produção. A segunda escravidão inseriu, pois, o escravismo num sistema interestatal que gerou trocas e interdependências. Nessa perspectiva, a segunda escravidão ganhou sentidos diferentes e diferenciados que são primordiais para se compreender como o escravismo se reorganizou nas diferentes partes.⁸⁶⁸

No decorrer da leitura do trabalho em pauta, nota-se que o autor mobiliza constantemente uma operação de análise que visa relacionar a parte e o todo, o evento e a

⁸⁶⁵ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 133.

⁸⁶⁶ PARRON, Tâmis Peixoto. Op. cit., 2015, p. 12.

⁸⁶⁷ Idem, ibidem.

⁸⁶⁸ Conferir também o texto de Robin Blackburn sobre a diferenciação entre o escravismo de tipo colonial e o que e organizou no decurso do século XIX. BLACKBURN, Robin. Op. cit. 2016, pp. 13-55.

estrutura, com vistas a pensar o objeto estudado e produzir interpretações. Adota uma perspectiva que tem os eventos como ponto de partida, em seguida conecta-os à conjuntura global, de forma que possa tentar alcançar, teoricamente, uma inter-relação entre ambas as escalas.

Trata-se de uma forma de o autor intentar estabelecer uma comunicação entre as ações dos atores, a conjuntura global e a estrutura. Nesse sentido, pode-se elucidar sua indicação/predileção teórica com uma análise que ele faz acerca das políticas escravistas, conforme excerto a seguir:

As políticas nacionais produzem transformações no sistema mundial e, numa sequência imprevisível de bate e rebate, são transformadas pelas transformações que elas produzem no sistema mundial. Por sua vez, o sistema mundial faz o mesmo: produz transformações nos espaços nacionais e é transformado pelas transformações que ele produz nos espaços nacionais. Há aí uma trinca interativa que muda no tempo: a arena global, as jurisdições políticas e o modo por que ambos se relacionam.⁸⁶⁹

É assim que floresce sua interpretação sobre a importância das discussões e disputas, no âmbito da política, como pilares que contribuíram para sustentar o crescimento da escravidão. Isso ocorreu num período em que a liberdade era defendida no mundo como algo a ser ampliado para todos, ou seja, numa fase em que os ideais Iluministas atingiram grande proporção.⁸⁷⁰

Nessa conjuntura pós-napoleônica, segundo o autor em apreço, a questão escravista se tornou primordial no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos, haja vista que correspondia a interesses de grupos econômicos fortes e permitia a esses grupos e aos Estados (ou ao Império espanhol) manterem uma oferta que atendessem às demandas do mercado mundial.

A escravidão não foi mantida somente como um sistema cuja prática dependia de fatores econômicos (lucro) ou sociais (dominação). A tese desenvolvida pelo autor visa nos mostrar que, nesse cenário, a escravidão ganhou, na arena política, um campo de luta. E isso contemplou, fortemente, as Constituições dos Estados que se formaram nas Américas (EUA e Brasil), além de Cuba.

Nesse sentido, cumpre elucidar que estes espaços, cada qual à sua maneira, não encararam de frente o escravismo nem o tráfico de cativos. Evitou-se, com essa estratégia, dar subsídios para que os subalternos se unissem contra o sistema, como foi o caso do Haiti. Então, pode-se concluir, a partir de Parron, que esses espaços apostaram no prolongamento da escravidão com base nas realizações que ocorrem na vida prática, nas soluções cotidianas e não normativas (no texto da Constituição).

⁸⁶⁹ PARRON, Tâmis Peixoto. Op. cit., 2015, p. 208.

⁸⁷⁰ Conferir em: RÉMOND, René. *O século XIX (1815-1914)*: Introdução à história de nosso tempo. São Paulo: Editora Cultrix, 2010; ver também: FALCON, Francisco. J. C. Op. cit., 2002.

Por essa linha de raciocínio, a escravidão foi se prolongando a partir de decisões locais que estavam em constante conexão com o quadro global da economia, seja no fomento da produção local (gerando interesse em mais lucro), seja no sentido de dar aos espaços indicados um formato de trinca que se uniu na arena política internacional em prol do escravismo.

Num mundo que não contava com órgãos internacionais claros e bem representativos, os Estados Unidos foram a força responsável por articular, politicamente, com outras jurisdições. Por isso, teve papel de liderança no que Parron chama de “G3 da escravidão”.⁸⁷¹ A expressão visa subsidiar a tese de que esses espaços escravistas mais dinâmicos e potentes tornaram-se, ao longo do século XIX, uma espécie de “subsistema do sistema mundial”,⁸⁷² o que mostra a importância da ideia de segunda escravidão como algo capital na tese de Parron.

Diante do que foi exposto, percebe-se a diferença de abordagem e de perspectiva teórica que a tese em questão apresenta. Sua abordagem, que visa cobrir três espaços distantes, e sua perspectiva teórica, que se assenta nas inter-relações entre o local e o global, produzem um afastamento e um diferencial de sua tese em relação à historiografia da escravidão posterior aos anos 1980.

O autor segue na mesma trilha de Rafael Marquese⁸⁷³ e Ricardo Salles,⁸⁷⁴ caminhando em busca de conhecer a escravidão não apenas em sua perspectiva local nem somente da relação senhor-cativo, mas, sobretudo, na articulação e comunicação que houve entre essa dimensão e o mercado integrado de *commodities* da periferia.

O texto traz, para a historiografia da escravidão, uma perspectiva cujo objetivo central é tratar o escravismo como uma prática que encontra seu sentido na moldura da política e economia globais, sem deixar de buscar as interferências que as localidades exercem nesse processo. Por esse caminho, “[...] o exame do triunfo e da derrota do escravismo no Novo Mundo solicita uma abordagem que ultrapasse o estudo individualizado de áreas específicas como o Sul dos Estados Unidos, Cuba, Brasil e até mesmo Brasil-África”.⁸⁷⁵

Dessa forma, o autor discute a política da escravidão tendo por base as ações dos sujeitos históricos em nível local, buscando articular essas vivências, debates, discursos, entre outros, com o que ocorria no mundo. Para tanto, leva em consideração a conjuntura política europeia e as conjunturas econômicas que atravessaram o fim do século XVIII e primeira metade do século XIX, especialmente o mercado integrado de *commodities* da periferia (1815-1837).

⁸⁷¹ PARRON, Tâmis Peixoto. Op. cit., 2015, p. 429.

⁸⁷² Idem, p. 460.

⁸⁷³ MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2004.

⁸⁷⁴ SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008.

⁸⁷⁵ PARRON, Tâmis Peixoto. Op. cit., 2015, p. 12.

A aposta implícita contida na tese é que a política local ganha outros sentidos, ganha outro nível de problematização e interpretação, se articulada à escala global. É nesse sentido que Parron se esmera em mostrar, na primeira parte da sua tese, o quanto, nos três territórios supramencionados, o tráfico de pessoas escravizadas e o sistema escravista foram dois elementos cruciais nas discussões e decisões políticas. Algumas vezes, ambos – tráfico e escravidão – não figuram nas discussões de forma dita, clara e patentemente colocadas, mas estavam propositalmente deslocadas, subtendidas, ou seja, estavam como coisas não ditas, objetivando não tocar em feridas.

É por isso que as discussões pós-constitucionais, nos EUA do período da Crise do Mississippi, apostaram nos valores ilocutórios⁸⁷⁶ (não verbais, não dito, não escrito) a respeito da escravidão e do tráfico, como meio de não remexer em problemas. Hispano-cubanos e brasileiros mantiveram essa experiência americana e se afastaram da experiência francesa que apostou nos atos locutórios (o dito) e viram uma de suas colônias (Haiti) ser revirada totalmente pela revolução escrava. Neste caso do Haiti colonizado pela França, uma experiência local foi possível de ser usada por outros territórios, ou seja, foi exportada, de alguma forma, pois acabou influenciando decisões ou pontos de vista que se situavam em perspectiva mais ampla ou em outras regiões.

Além disso, pode-se evidenciar, na segunda parte da sua tese, o quanto o abolicionismo internacional ganhou força nos anos 1830, período em que o mercado internacional de *commodities* da periferia (mercado entre as colônias e suas metrópoles) perdia fôlego e a potência hegemônica do período (Grã-Bretanha) pressionava pela reorganização do mercado global e na nova divisão internacional do trabalho.

Nessa conjuntura de expansão do antiescravismo, os Estados Unidos estavam em franca expansão para Oeste, fato que trouxe à tona debates em torno da autonomia estadunidense (ou não) na escolha da permanência da escravidão em seus domínios, sem a interferência inglesa. Além disso, a abertura do mercado do Sul dos Estados Unidos às taxações consideradas mais adequadas, em nível nacional, gerou uma maior negociação dos Estados Unidos com os territórios escravistas de Cuba e Brasil. Sob a proteção e liderança dos Estados Unidos, esses

⁸⁷⁶ O ato ilocutório é derivado da teoria dos atos da fala, que foi proposta, conforme já apontado na Introdução desta tese, por John Langshaw Austin (1911-1960). Austin passou a analisar e considerar a fala como ato performativo que exerce influência efetiva na vida humana em sociedade. De acordo com esta proposta, a fala carrega consigo três atos: locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Trata-se de uma das bases da teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas. Para esclarecer melhor essas informações, ver: PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2013. O trecho é retirado da página 6 desse texto e levemente adaptado para essa nota de rodapé. Ver também: HABERMAS, Jürgen. *Teoria do Agir Comunicativo I: Racionalidade da ação e racionalização social*. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

três espaços formaram, conforme dito acima, o que Parron chamou de G3 do escravismo, disputando na arena internacional o direito de protelar o fim da escravidão em seus domínios.

Não se trata, portanto, de uma tese que segue a linha de trabalhos sobre escravidão realizados no período dos anos 1980 em diante.⁸⁷⁷ Ao contrário, trata-se de um trabalho que revigora, em parte, é claro, alguns princípios colocados em prática pela Escola Paulista de Sociologia, ainda que sem citar tal debate historiográfico, pois retoma, de alguma forma, a estrutura como chave heurística que pode favorecer interpretações e composições de análises mais amplas.⁸⁷⁸ A tese de Parron se esmera em buscar articulações mútuas entre local e global; busca outra angulação para a escravidão, fugindo das perspectivas mais centradas na produção de conhecimento local sobre os escravos, seus senhores e suas inter-relações.

A segunda tese a ser analisada é a de Thiago Campos Pessoa. Este pesquisador escreveu o trabalho intitulado “*A indiscrição como ofício: o complexo cafeeiro revisitado (Rio de Janeiro, c.1830-c.1888)*”,⁸⁷⁹ sob orientação de Hebe Mattos. A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, tendo como data de conclusão o ano de 2015.

A tese é resultado da participação desse historiador em pesquisas referentes ao Vale do Paraíba que se desenvolveram desde sua dissertação de mestrado. O tema envolve a escravidão ocorrida na referida região. Dentro desse cenário, as relações sociais tecidas entre senhores, cativos, libertandos, libertos, entre outros, tornam-se em grandes preocupações do autor, num período em que a escravidão foi se tornando cada vez mais forte, ou seja, a partir de 1830. O estudo se centra nas grandes fazendas dos irmãos Breves e as concebe como uma parte do processo de reestruturação da escravidão. Por isso, as preocupações do autor com a articulação entre o complexo cafeeiro dos Breves e a escravidão na região como um todo.

Tendo como ponto de partida o estudo das fazendas dos Breves, Pessoa analisa um conjunto de relações sociais, econômicas, culturais e políticas estabelecidas entre sujeitos históricos que passaram pela vida desses importantes senhores de escravos. Cumpre acrescentar que este trabalho em apreço não se restringe em pensar o extenso complexo de fazendas dos

⁸⁷⁷ Neste ponto, vale o retorno às críticas que Salles e Marquese fizeram à historiografia da escravidão em alusão. MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016. Cabe também recolocar o texto de Escosteguy Filho: ESCOSTEGUY FILHO, J. C. Op. cit., 2015. Este texto também traz críticas à historiografia em pauta.

⁸⁷⁸ Escosteguy Filho mostra o quanto “Essa “escola” [a Escola Paulista de Sociologia], fortemente influenciada pela obra de Florestan Fernandes, desenvolveu uma visão sistêmica da escravidão, realçando seu caráter estrutural e sua integração aos quadros do Antigo Sistema Colonial”. Conferir em ESCOSTEGUY FILHO, J. C. Op. cit., 2015, pp. 102-117 (p. 105). Com base na referência teórica do conceito de segunda escravidão, Parron, diferentemente, destaca que a escravidão estava associada, nessa fase do século XIX, à economia-mundo. Não obstante a diferença, cabe marcar a operacionalização da ideia de estrutura.

⁸⁷⁹ PESSOA, Thiago Campos. Op. cit., 2015.

Breves. Algo importante na tese é a busca de conexões entre o que ocorria nessas fazendas e o panorama produtivo do vale do paraíba fluminense. Para tanto, são discutidas questões que remetem à organização do trabalho nas fazendas, às organizações familiares dos cativos, ao governo dos escravos, às revoltas (ou possíveis revoltas) dos cativos etc. Esses temas são estudados a partir do material empírico que o pesquisador tem sobre os Breves e colocados em perspectiva analítica mais geral, a fim de discutir como esse complexo cafeeiro pode nos permitir, ao ser revisitado, repensar aspectos importantes sobre o recrudescimento da escravidão no século XIX.

Um dos pontos teóricos importantes que está presente na tese em pauta remete ao uso do conceito de segunda escravidão e, por extensão, tem implicações no diálogo crítico que o Pessoa trava com parte da historiografia da escravidão que emergiu nos anos posteriores a 1980. Uma das discussões matriciais é realizada com João Fragoso e sua tese de que a grande lavoura escravista, no Brasil, seguia uma lógica pré-industrial, logo, operava mais influenciada por valores tradicionais relacionados às sociedades do Antigo Regime europeu.⁸⁸⁰ Nesse sentido, em contraposição à historiografia dos anos 1960/70, que enfatizava o papel das unidades produtivas no enriquecimento do senhor, o argumento de Fragoso é que os senhores reproduziam mais uma lógica de hierarquia social do mesmo tipo que ocorreu no Antigo Regime europeu, ou seja, procuravam investir capitais mais em prédios, aplicações rentistas etc. Ao fim e ao cabo, a lógica com a qual operavam os senhores estava mais conectada a uma economia de característica pré-industrial do que a uma economia de tipo capitalista. A lógica dos senhores operaria, por essa perspectiva, mais no sentido de acúmulo de terras e escravos do que no desenvolvimento fomentador da economia de mercado, pois a preocupação com prestígio era algo primordial para esses senhores.⁸⁸¹

Diferentemente da visão exposta acima, Pessoa não considera que a montagem e expansão do complexo cafeeiro representasse uma escolha fora do âmbito da “racionalidade econômica, produtora de esterilização da riqueza, orientada apenas na criação e reprodução das hierarquias e lugares sociais, ainda que essa dimensão fosse fundamental e indissociável das práticas sociais do universo oitocentista”.⁸⁸² Para o ator da tese em pauta, “[...] em que pesem

⁸⁸⁰ Uma das referências importantes nas teses que sustentam a influência dos valores do Antigo Regime europeu para compreensão de aspectos ultramarinos é António Manuel Hespanha. Para maiores informações sobre a influência de Hespanha nos estudos de História Moderna, especialmente no que toca as “repercussões diversas na análise das monarquias europeias de Antigo Regime ou nos impérios ultramarinos construídos pela expansão europeia”, ver: COSENTINO, Francisco Carlos. “Uma leitura de António Manuel Hespanha”. In: *Cultura Histórica & Patrimônio*. Volume 2, número 1, 2013, ISSN 2316-5014, pp. 72-88 (página 73).

⁸⁸¹ Cf. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. Op. cit., 1997, p. 42.

⁸⁸² PESSOA, Thiago Campos. Op. cit., 2015, p. 15.

as determinações sociais e políticas, para essa nova elite do café a “escravidão”, antes de se tornar o “cancro roedor do império”, era um investimento viável, racional e há quem diga até bastante lucrativo, pelo menos até o final da década de 1870”.⁸⁸³

Por isso, a tese de Pessoa encontra no conceito de segunda escravidão uma matriz teórica importante para explorar aspectos primordiais da lógica econômica que permeava as ações de senhores, cativos, libertos e libertandos. O próprio recorte da pesquisa se encaixa nessa lógica, pois o desenvolvimento da produção do café, no vale do paraíba, ocorreu a partir dos anos 1820/30, em função do crescimento das demandas globais pela referida *commodity*. Essa é uma fase em que a escravidão, na região do vale do paraíba, tornou-se cada vez mais forte, mesmo num período em que o tráfico (principal reprodutor da mão de obra escrava até 1831) foi decretado ilegal pela lei de 1831 negociada com a intermediação dos ingleses.⁸⁸⁴

O conceito de segunda escravidão configura-se, portanto, como uma potência analítica, no trabalho em pauta, na medida em que forneceu uma base para pensar e explicar o fortalecimento da escravidão, no vale do paraíba, num período em que o tráfico se tornou ilegal e o sistema escravista passou a ter, conforme afirmado acima, sua moral fortemente criticada, sobretudo em âmbito internacional. Sendo assim, “[...] O reconhecimento dessa reestruturação [da escravidão] em um novo tempo, marcado, igualmente, pelas condições de sua expansão e fortalecimento de sua crítica encontra na ideia de segunda escravidão sua melhor definição”.⁸⁸⁵ Tal conceito fornece subsídios para que o autor compreenda, por conseguinte, a lógica da montagem e expansão da escravidão nos complexo cafeeiros dos Breves, no século XIX, algo que abre janelas para que ele possa pensar o vale do paraíba como um todo.

Há outro debate importante com a historiografia dos anos 1980: trata-se da ênfase que esses estudos deram para um modelo de escravidão cuja análise é caudatária da prevalência de pequenas e médias propriedades. Segundo Pessoa, nessa historiografia,

[...] as densas populações cativas, evidenciadas pelos trabalhos de clássicos de Freyre e Prado Jr. cederam lugar à pulverização do escravismo na colônia e no Império. Assim, a propriedade cativa, signo do status, ascensão e poder, estava não só diluída naquelas sociedades, como também se organizava, majoritariamente, em pequenas escravarias, propriedades de sujeitos de poucas posses, mas, ainda sim, senhores de outros homens.⁸⁸⁶

⁸⁸³ Idem, p. 19, com aspas no original.

⁸⁸⁴ Escosteguy Filho expõe a relação entre “[...] a inspiração no já mencionado historiador Dale Tomich, ao analisar os elos entre a formação do mundo capitalista e as novas características do escravismo no século XIX”. Conferir em: ESCOSTEGUY FILHO, J. C. Op. cit., 2015, p. 115.

⁸⁸⁵ PESSOA, Thiago Campos. Op. cit., 2015, p. 25.

⁸⁸⁶ Idem, p. 146.

O problema dessa análise, na perspectiva do autor em apreço, é precisamente o fato de que os dados que constam dessas pesquisas se baseiam em regiões como São Paulo e Minas Gerais, não contemplando, portanto, a grande lavoura do vale do paraíba e sua importância para se compreender a força da escravidão no século XIX brasileiro. Por isso, ele critica essas propostas sustentando que “[...] A ausência de dados da grande lavoura fluminense em seu momento de grandeza acaba por reduzir sua importância e dimensão no quadro geral da economia da escravidão no Império”.⁸⁸⁷

Propõe, adicionalmente, que se amplie a visão sobre a posse de escravos, no século XIX, contemplando, destarte, estudos mais intensos sobre a região do vale do paraíba. Ampliando o quadro de referência analítico e inserindo a região supradita, a visão geral sobre a escravidão no século XIX se modifica, pois “[...] O desenvolvimento da grande lavoura na primeira metade do oitocentos alteraria paulatinamente esse quadro, embora não a ponto de revertê-lo”.⁸⁸⁸ Nesse sentido, não devemos esquecer que, para Rafael Marquese e Ricardo Salles, a escravidão oitocentista encontrou nas grandes propriedades um “polo dinâmico e estruturador”⁸⁸⁹ da nova escravidão do século XIX.

Lastreada nessa perspectiva, a proposta de Pessoa é que as pesquisas tenham uma visão mais voltada ao “quadro geral da economia da escravidão no Império”,⁸⁹⁰ o que incluiu, decerto, estudos voltados ao vale do paraíba. Ampliando o quadro e incluindo os dados referentes ao vale do paraíba, no período da segunda escravidão, percebe-se, na perspectiva do autor, que há o crescimento do número de grandes propriedades produtivas que concentram grandes plantéis de cativos nas mãos de poucos senhores.⁸⁹¹

A partir de suas fontes, o historiador em pauta sustenta que as grandes unidades produtivas, baseadas em trabalho executado por extensa escravaria, era uma realidade presente e relevante no vale do paraíba fluminense, especialmente no período pós-1830. Acrescenta, também, com base em consulta às fontes históricas sobre os Breves, que o tráfico de cativos foi primordial para o funcionamento dessas grandes unidades produtivas, num período em que prevaleceu a segunda escravidão, ou seja, no século XIX. Mostra, ainda, discussões fortes sobre a ilegalidade do tráfico (a partir de 1831), acentuando a forma como os Breves mantiveram e agenciaram o crescimento da escravidão no vale do paraíba, mesmo na fase em que prevaleceu a ilegalidade do tráfico. Além disso, chama a atenção para aspectos voltados à política

⁸⁸⁷ Idem, p. 149.

⁸⁸⁸ Idem, p. 153.

⁸⁸⁹ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 132.

⁸⁹⁰ PESSOA, Thiago Campos. Op. cit., 2015, p. 149.

⁸⁹¹ Cf. Idem, p. 156.

institucional, pois os breves atuaram fortemente nesse campo, a fim de viabilizar seus negócios escravagistas.⁸⁹²

Portanto, ancorado numa visão voltada à relação entre crescimento da economia-mundo e intensificação da escravidão, no Brasil (e em outras regiões, como Cuba e Estados Unidos da América, por exemplo), o autor da tese em apreço procura mostrar o quanto a “[...] tendência à concentração [de escravos nas mãos de um senhor] aumentou nas décadas seguintes, quando [a partir de 1830] da consolidação da economia cafeeira nas zonas de plantation”.⁸⁹³ Assim, “[...] O lado fluminense do vale parece antecipar a concentração da estrutura de posse da escravidão oitocentista”.⁸⁹⁴ O excerto a seguir mostra, sinteticamente, o ponto de vista do autor:

[...] Se os estudos dos últimos 30 anos procuraram romper com a identificação da escravidão brasileira como sinônimo de grandes propriedades, concentradas por senhores de densas escravarias, a discussão é retomada dimensionando a importância e o lugar daquelas escravarias nas áreas tradicionais de implementação e expansão cafeeira na província do Rio de Janeiro.⁸⁹⁵

A terceira tese a ser analisada nesta parte é a de José Pereira de Santana Neto. Este pesquisador escreveu o trabalho intitulado “*Sociedade, indenização e liberdade precária: os meandros burocráticos do fundo de emancipação de escravos (São Francisco do Conde-BA)*”,⁸⁹⁶ sob orientação de Sidney Chalhoub. A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas. A data conclusão é 2018.

O trabalho de José Santana Neto é resultado de pesquisas do autor sobre o Fundo de Emancipação dos Escravos, que foi colocado em prática com a publicação da Lei de 28 de setembro de 1871, a conhecida Lei do Ventre Livre. O estudo se concentra na burocracia que faz parte do Fundo e, por conseguinte, analisa as atuações de senhores e cativos na implementação da alforria, dentro dos trâmites e das engrenagens do Fundo.

A pesquisa tem como foco, portanto, compreender a burocracia do Fundo de Emancipação de São Francisco do Conde, na Bahia, assim como as ações de senhores e cativos dentro desse sistema de concessão de alforrias, num período em que a escravidão se enfraquecia fortemente. Tendo como ponto de partida o estudo da burocracia do referido Fundo (o autor estuda três cotas do Fundo), o trabalho em apreço se preocupou em investigar como “ocorreu a

⁸⁹² A tese de Salles vista acima também opera com esse argumento, só que Salles está numa linha mais ampla do que somente a família dos Breves. Cf. SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008.

⁸⁹³ PESSOA, Thiago Campos. Op. cit., 2015, p. 153, com grifos do autor.

⁸⁹⁴ Idem, p. 156.

⁸⁹⁵ Idem, ibidem.

⁸⁹⁶ SANTANA NETO, José Pereira. Op. cit., 2018.

trajetória da indenização aos senhores e em contraste radical também visualiza a falta de reparação aos libertos nas emancipações”.⁸⁹⁷

Cumprе acrescentar que a pesquisa em pauta não se restringe ao Fundo, haja vista que o autor busca fazer conexões entre o seu trabalho e outros estudos que possibilitam uma visão estrutural da escravidão. Nota-se, no transcurso da apresentação da tese, uma preocupação em estabelecer um diálogo entre as condições locais de S. Francisco do Conde, a situação do Brasil e as condições globais da escravidão.

O quadro teórico construído se posiciona criticamente em relação à historiografia dos anos 1960/70, ou seja, contrapõe-se a autores que estudaram precisamente o Fundo de Emancipação, como Emília Viotti da Costa e Robert Edgar Conrad. Segundo Santana Neto, os supramencionados autores falharam ao pensar o Fundo com base em fontes que fornecem apenas um ponto de vista da sociedade, qual seja, o dos senhores. Além disso, a crítica de Santana Neto se erige contra o fato de considerar que os autores mencionados acima não enxergarem as disputas sociais inscritas na sociedade escravista brasileira, tampouco o ponto de vista cativo.

Em razão disso, invoca a tese de Edward P. Thompson, postulando sua influência e importância na historiografia renovada dos anos 1980.⁸⁹⁸ Em adendo, Santana Neto traz à tona a tese de seu orientador, Sidney Chalhoub. No livro “*Visões da Liberdade*”, esse historiador valorizou o ponto de vista dos cativos, ou seja, a liberdade como conquista derivada da pressão dos escravos feita sobre a sociedade.

No entanto, Santana Neto informa que Chalhoub passou a pensar a escravidão por outro ângulo. Em função disso, Santana Neto baseia-se na atualização que Chalhoub fez em sua tese, haja vista que este último passou a entender que os cativos encontraram fortes limites impostos pelas articulações senhoriais. Desse modo, Santana Neto afirma que “[...] As regras paternalistas continuavam a funcionar dando legitimidade ao domínio senhorial e a força deles em sociedade”.⁸⁹⁹

Cabia aos cativos, nesse cenário construído pelo autor de *Sociedade, indenização e liberdade precária*, agir dentro das circunstâncias dadas. “Neste sentido, emerge nesta tese uma análise que visualiza a ação cativa, mas com autonomia limitada – cerceada – pelas redes de

⁸⁹⁷ Idem, p. 15.

⁸⁹⁸ Conforme já mencionado, o artigo de Silvia Lara aponta essa influência em parcela significativa da historiografia da escravidão brasileira que foi escrita a partir dos anos 1980. Conferir em: LARA, Silvia H. Op. cit., 2005.

⁸⁹⁹ SANTANA NETO, José Pereira. Op. cit., 2018, p. 30.

poder e favor que marcavam parcelas significativas das alforrias oriundas do Fundo de Emancipação”.⁹⁰⁰

Diante do quadro teórico exposto, é importante chamar a atenção para três argumentos capitais desenvolvidos na tese em pauta. O primeiro é que a escravidão tinha uma força grande na sociedade brasileira e das Américas, mesmo no período estudado pelo autor, ou seja, fins do século XIX. Por isso, os papéis de senhores e cativos, assim como dos funcionários que trabalharam na aplicação do Fundo, estavam premidos por um sistema escravista que criava uma situação que, em alguma medida, controlava o ritmo do fim da escravidão.⁹⁰¹

Apesar de a instituição escravista estar em processo de contestação, sobretudo na segunda metade do século XIX, a elite senhorial brasileira, que controlava parcela significativa da atividade econômica e influenciava a burocracia estatal (quando não a controlava também), teve força para fazer o que Santana Neto chamou de transformações moderadas.⁹⁰² Por isso, na mesma linha de Parron⁹⁰³ e Salles,⁹⁰⁴ Santana Neto afirma que o fim do sistema escravista, no Brasil e no mundo ocidental, foi sendo protelado pela ação de senhores que visavam manter seus lucros diante das mudanças na demanda global de *commodities*.⁹⁰⁵ O Fundo de Emancipação faz parte dessa lógica de transformar a realidade social, sem causar danos pesados à estrutura que a sustentava, sem causar prejuízos às pessoas consideradas notáveis, leia-se, aquelas que tinham posição social, política e econômica respeitada na sociedade Oitocentista brasileira.

O segundo argumento é que a burocracia que fazia parte do Fundo era problemática porque a estrutura funcional do Estado brasileiro não conseguia dar velocidade à aplicação da lei referente ao Fundo de Emancipação. Ademais, dentro dos trâmites burocráticos, os grandes senhores de escravos tinham influência na aplicação da lei. Por isso, “[...] No caso dos proprietários de São Francisco do Conde, a prioridade dada aos seus escravos pelas autoridades gestoras do Fundo de Emancipação privou os senhores sem prestígio de receber a indenização do Estado pela alforria de seus cativos”.⁹⁰⁶

⁹⁰⁰ Idem, *ibidem*.

⁹⁰¹ Trata-se de uma tese que, neste ponto, é bastante tributária dos estudos dos de historiadores que operam com o conceito de segunda escravidão. Conferir em: SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008.

⁹⁰² Tanto quanto a tese anterior analisada, ou seja, a de Thiago Campos Pessoa, Santana Neto mostra a atuação política dos escravistas no sentido de protelar o fim da instituição. Conferir em: PESSOA, Thiago Campos. Op. cit., 2015.

⁹⁰³ PARRON, Tâmis Peixoto. Op. cit., 2015.

⁹⁰⁴ SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008.

⁹⁰⁵ Aqui cabe também a referência à tese de Tâmis P. Parron, que aborda as articulações para protelar o fim da escravidão não somente em nível local, mas contemplando em outros espaços de atuação política. Conferir em: PARRON, Tâmis Peixoto. Op. cit., 2015.

⁹⁰⁶ SANTANA NETO, José Pereira. Op. cit., 2018, p. 99.

A terceira linha de argumento está alicerçada no poder de agência dos escravos. De acordo com o autor, estes tomaram conhecimento e entenderam a lógica de libertação operada no âmbito do Fundo de Emancipação. Sabiam que havia critérios que priorizavam uns cativos em detrimento de outros. Em razão disso, aceitaram a relação paternalista dos senhores e “jogaram” estrategicamente com elas, com o objetivo de conseguir a liberdade.

Em outros termos, os escravizados aceitaram a negociação com seus senhores, no sentido de se enquadrarem nos principais critérios que foram determinados pela lei que instituiu o Fundo de Emancipação (a lei conhecida como do Ventre Livre). É por isso que, na tese, Santana Neto discorre sobre as famílias escravas e sobre o pecúlio acumulado por cativos, pois ambos eram critérios de priorização para a liberdade, via Fundo de Emancipação. O exemplo presente no excerto a seguir ilustra o argumento sobre os usos da instituição familiar pelos atores sociais, com vistas a facilitar o processo de libertação via Fundo:

[...] Idades diferentes em documentos distintos e casamentos em cima da hora feitos com o conhecimento senhorial e combinados com os agentes públicos estão presentes nas fontes da vila e compunham as estratégias que alguns escravos usaram para superar o cativo através do Fundo.⁹⁰⁷

Em face do que foi exposto, pode-se propor que a tese de Santana Neto procura um duplo espaço de localização na história da historiografia. Primeiro porque se afasta das interpretações de parcela da produção que vigorou no período dos anos 1960/70, notadamente Viotti da Costa e Robert Conrad. Nesse caso, a crítica de Santana Neto é que esses pesquisadores citados enfocavam excessivamente na normatividade do Fundo de Emancipação e, conjugado a isso, entendiam o Fundo como fruto da dominação senhorial sobre os cativos. O trecho a seguir fundamenta o que está colocado:

Além dos limites interpretativos impostos em decorrência da questão documental, as concepções de história e de legislação que fundamentavam as reflexões de Conrad e Costa também não permitiam que ambos apostassem na possibilidade de as instâncias do Estado imperial serem alvos de disputas dos diversos grupos da sociedade, inclusive dos escravos.⁹⁰⁸

Ao se afastar de parcela da historiografia dos anos 1960/70, conforme delineado acima, o historiador em questão acaba, por conseguinte, aproximando-se da produção historiográfica sobre a escravidão que emergiu a partir dos anos 1980, fundamentalmente em sua preocupação por encontrar a margem de ação dos cativos e, por conseguinte, enxergar as possibilidades de interação entre senhores e seus escravos.

⁹⁰⁷ Idem, p. 121.

⁹⁰⁸ Idem, p. 28.

Não obstante, há que se destacar que o autor discute com outros pesquisadores da renovada historiografia pós-1980, principalmente no que concerne à demasiada valorização da força dos escravos na composição das normas relacionada ao Fundo. Ao posicionar essa ponderação ou discordância, Santana Neto deseja colocar, precisamente, os limites da ação escrava. E esses limites estavam cercados pelos interesses e articulações estabelecidas pelos senhores, que detinham influência e certo poder de mando em várias instâncias governamentais, incluindo o Fundo de Emancipação. Por isso, “[...] As regras paternalistas continuavam a funcionar dando legitimidade ao domínio senhorial e a força deles em sociedade”.⁹⁰⁹

Ao criticar, conforme descrito acima, parcelada historiografia dos anos 1960/70 sobre a escravidão brasileira e se afastar de uma certa apropriação thompsoniana que influenciou parcela das pesquisas dos anos 1980 (Santana Neto pontua especialmente os limites da ação dos sujeitos),⁹¹⁰ o autor da tese em pauta se alinha a uma perspectiva teórica atual que se baseia no conceito de segunda escravidão.

Essa perspectiva atual, malgrado o fato de reconhecer os avanços da historiografia pós-1980,⁹¹¹ teceu críticas a uma parcela dessa mesma historiografia, frisando que seus estudos enfocaram excessivamente no ponto de vista local e na agência escrava, desconsiderando o papel das estruturas.⁹¹² Em decorrência, a historiografia hiperlocalizou sua visão sobre a escravidão, perdendo de vista as conexões (e influências) que o local tem com o global.

A quarta tese a ser analisada nesta parte é a de Marco Aurélio dos Santos. Este pesquisador escreveu o trabalho intitulado “*Geografia da escravidão na crise do Império: Bananal, 1850-1888.*”,⁹¹³ sob orientação de Rafael de Bivar Marquese. A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo. A data de conclusão é 2014.

⁹⁰⁹ Idem, p. 30.

⁹¹⁰ Sobre a forma de apropriação da teoria de Thompson por parcela da historiografia da escravidão dos anos 1980, ver crítica que Marquese teceu à forma como a mencionada historiografia lidou com a teoria do historiador inglês, representada mais especificamente numa forma como Silvia Lara se apropriou da teoria thompsoniana. Vejamos o trecho em que Marquese mostra sua posição: “[...] Mais do que desconhecimento ou deslize de citação, o descompasso entre as duas passagens revela a natureza da recepção do trabalho de Thompson no Brasil, em uma leitura que limou seu fundo historiográfico mais amplo, qual seja o do problema da formação do capitalismo na Inglaterra”. Conferir em: MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2013, p. 231. Meu argumento é que Santana Neto segue nessa seara crítica de Marquese.

⁹¹¹ Rafael Marquese reconhece a “notável renovação para a historiografia sobre a escravidão brasileira” presente em duas linhas de pesquisa que se erigiram neste período. Conferir em: MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2013, p. 229.

⁹¹² Aqui vale a referência à crítica de Ricardo Salles à pouca preocupação teórica com a estrutura de trabalhos de pesquisas realizados no período pós-1980. Conferir em: SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008, p. 254.

⁹¹³ SANTOS, Marco Aurélio dos. *Geografia da escravidão na crise do Império: Bananal, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2014.

Trata-se de uma tese que não usa constantemente nem se preocupa em desenvolver, de forma aprofundada, a referência do conceito de segunda escravidão. Dentre os trabalhos analisados nesta seção, a pesquisa de Santos é a que menos enfatiza o mencionado conceito. Contudo, seu enquadramento nesta seção é realizado pelo fato de estudar o espaço agrário como chave de compreensão das relações entre senhores e escravos, a partir da ideia de uma construção da geografia da escravidão que pode ser vista como um processo histórico que foi engendrado no âmbito da estruturação do Estado Nacional. Nesse sentido, trata-se de uma geografia em que a expansão do café é vista como um elemento econômico (e político) de acentuada influência em sua composição, o que remete às pesquisas que se norteiam no conceito de segunda escravidão.⁹¹⁴

De forma complementar, cumpre mencionar que um dos trabalhos que referenciam teoricamente Santos, no que se refere à noção de espaço, é a pesquisa de Rafael Marquese, seu orientador e um dos que defendem o uso do conceito de segunda escravidão.⁹¹⁵ Essas são, destarte, as razões que fazem com que a pesquisa de Santos esteja encaixada nesta seção.

Feitas as considerações atinentes às escolhas teóricas de Santos e seus encaixes (ou filiações teóricas), cabe mencionar que a tese em pauta tem como ponto de partida o crescimento da escravidão na cidade de Bananal – que fica em São Paulo –, sobretudo após aumento da importação de africanos (início do século XIX) e da crescente produção de café na região apontada (a partir dos anos 1850, tendo seu ápice na década de 1860).⁹¹⁶ O pano de fundo que dá sentido ao objeto de estudo se situa no período entre 1850 e 1888, que corresponde à fase em que, segundo o autor, o Império Brasileiro se enfraquece, além de ser um período afetado pela entrada das ideias abolicionistas no país.

O objeto da pesquisa se posiciona na relação senhor-escravo, principalmente no que concerne à geografia da escravidão, tendo como preocupação a relação contida no binômio dominação-resistência. O que isso significa, na tese de Santos? O espaço agrário é estudado como algo entre os mecanismos de dominação senhorial e, ao mesmo tempo, de estratégias de resistência escrava. Desse modo, cabe chamar a atenção para o fato de que o espaço é uma

⁹¹⁴ Ver: BLACKBURN, Robin. Op. cit., 2016. Conferir tópico intitulado “Refazendo a escravidão no Novo Mundo”; Cf. SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008; PESSOA, Thiago Campos. Op. cit., 2015..

⁹¹⁵ Ver: MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2010. Trata-se de um trabalho já citado aqui nesta tese. O artigo analisa imagens da Resgate, em Bananal, São Paulo, com o intento de colocar em evidência as relações entre as imagens e a forma como a escravidão foi erigida no Vale do Paraíba, o que permite ao autor traçar conexões com outros espaços escravistas no período do século XIX, fase em que a escravidão era constantemente contestada. Portanto, um trabalho que tem forte âncora no conceito de segunda escravidão.

⁹¹⁶ Reiterando o argumento sobre o quadro de referência histórico do autor, vale destacar que este se baseia numa moldura bem próxima ao que foi operacionalizada por Thiago Campos Pessoa e José Pereira de Santana Neto. Conferir na análise acima realizada sobre as sobreditas teses: PESSOA, Thiago Campos. Op. cit., 2015; SANTANA NETO, José Pereira. Op. cit., 2018.

referência analítica importante para este autor. Por isso, a tese investiga como o espaço foi importante na produção de sentidos inter-relacionais.

Tendo em vista a preocupação em deslindar a geografia da escravidão, é mister evidenciar as discussões do autor em torno dos conceitos de espaço e espacialidade. Por isso, convém evidenciar que Santos tem como fundamento basilar o geógrafo Edward W. Soja, especialmente no que se refere à proposta de que o conhecimento, na área de estudos das humanidades, deve estar aberto à operacionalização da proximidade entre história e geografia.

De acordo com Santos, E. W. Soja “sugeriu o estudo das realidades a partir de uma dialética tríplice que se fundamentaria no espaço, no tempo e no ser social”.⁹¹⁷ Em decorrência, uma das singularidades do estudo de Santos é a conexão entre geografia e história, a fim de compreender as relações estabelecidas na escravidão ocorrida no Brasil, sobretudo no espaço estudado.

O conceito de espaço que é usado pelo autor está vinculado à ideia de que os sujeitos “constroem, em uma determinada realidade, conexões com três níveis do espaço: espaço material, espaço social e o espaço cognitivo”.⁹¹⁸ O ponto de partida é o espaço material que tem relação com a forma como o homem delimita e cria o espaço natural, incluindo seres vivos (animais). A partir disso, o ser humano forma uma paisagem cultural que corresponde à adaptação do espaço natural ao seu modo de vida. O espaço social é decorrente da referida adaptação, ou seja, é o que contempla as relações entre sujeitos, vivenciadas no espaço material. E o espaço cognitivo corresponde à interpretação das pessoas sobre o que ocorre no espaço material e no social.

É por esse caminho que, na tese em análise, a espacialidade é pensada, conforme palavras do próprio autor, no excerto abaixo:

O conceito de espacialidade [que vai além do conceito de espaço] permite compreender os sujeitos em uma realidade dinâmica e entender como os escravos atribuíam determinados valores aos espaços e como eles usavam os espaços de dentro e de fora das propriedades de seus senhores. Permite ainda observar como esses sujeitos utilizavam a geografia senhorial de uma forma alternativa atribuindo à espacialidade um conteúdo social próprio (pp. 23-24).⁹¹⁹

O conceito de espacialidade⁹²⁰ dá acesso, com efeito, a duas perspectivas importantes e complementares: a que permite inter-relacionar espaços materiais e culturais; a que faz

⁹¹⁷ SANTOS, Marco Aurélio dos. Op. cit., 2014, p. 22.

⁹¹⁸ Idem, p. 23.

⁹¹⁹ Idem, pp. 23-24.

⁹²⁰ Agregando valor ao debate, pode-se indicar que o geógrafo Milton Santos admoesta que a composição do espaço geográfico deve levar em conta a relação híbrida entre ação humana e o condicionamento exercido pelo

associações simbólicas e sociais que remetem aos espaços materiais. O que o autor pretende com essa discussão é “apresentar o espaço como um elemento que não é estático e neutro, mas sim como um componente importante das relações entre senhores, homens livres de diferentes categorias e escravos”.⁹²¹

Santos valoriza a relação entre senhor e escravo, conforme observado acima. É preciso frisar que o autor faz isso a partir do binômio dominação-resistência, procurando compreender como as ações dos indivíduos foram importantes, bem como as suas redes de relacionamentos lhes permitiram uma conexão ampla com a sociedade que lhes favoreceu de alguma forma. Destarte, a importância da geografia está contida no uso que Santos faz da relação entre os atores sociais e como interpreta as visões desses atores numa espacialidade que não é neutra, é conflitiva e, portanto, envolve tanto as relações de poder quanto os interesses diversos.

Outro fator teórico importante no quadro composto por Santos remete às transformações ocorridas no período após 1850. O autor aborda tanto as transformações políticas quanto as que ocorreram no campo das ideias. Após o Primeiro Reinado de D. Pedro I, “correntes políticas lutaram para reorganizar os fundamentos institucionais do Estado Imperial”.⁹²² Esse campo de disputas prosseguiu e, gradualmente, ganhou um sentido de articulação entre lideranças locais (notadamente proprietários de terras e de escravos), lideranças políticas Provinciais e a Corte.

É nesse quadro que esse pesquisador posiciona seu objeto de estudo, com o fito de argumentar que a geografia da escravidão se modificou, de acordo com as transformações que ocorriam no cenário político. Por isso, defende que, à medida que a crise do Império se impõe, principalmente no que se refere à escravidão, então, avançaram e se ampliaram, *pari passu*, a geografia dos senhores e dos escravos.

Há, nesse sentido, um redimensionamento da geografia da escravidão, no Brasil, sobretudo após o fim dos anos 1860. Nessa fase, as articulações políticas em torno dos interesses dos proprietários de terras de Bananal caminharam no sentido do engajamento nos “jogos” políticos ocorridos no nível Provincial e no âmbito do poder central, fundamentalmente no que concerne à questão escravista. A Lei de 1871 (Ventre Livre) foi importante para isso, mas as reorganizações do poder, no nível dos debates legislativos, também. Com isso, senhores de escravos de Bananal expandiram seus negócios e contatos para um espaço geográfico mais

espaço nesta relação. Para Milton Santos: “[...] um não pode ser compreendido sem o outro, e, de fato, um não existe sem o outro. Não há como vê-los separadamente”. Conferir em: SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo / razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 83.

⁹²¹ SANTOS, Marco Aurélio dos. Op. cit., 2014, p. 25.

⁹²² Idem, p. 240.

amplo. Tal como já apresentado por Ricardo Salles,⁹²³ as disputas em torno da escravidão, mormente na fase em que o sistema escravista passou a ser mais contestado, passaram a ser realizadas em nível político, ampliando a geografia senhorial para outros espaços, o que lhes permitiu lutar contra ou a favor do sistema, em outras trincheiras.

Em síntese, na fase em que o sistema escravista passou a ser mais contestado, “os embates oriundos da dialética existente entre a geografia senhorial e a geografia dos escravos ganharam uma nova dinâmica”.⁹²⁴ Ora, se os senhores conseguiram ampliar sua luta em prol da escravidão, é conveniente evidenciar, por outro lado, que

[...] esse contexto histórico permitiu aos escravos que dinamizassem seu espaço de atuação, fazendo com que eles aumentassem o trânsito entre o mundo da fazenda e as instituições do Estado através, por exemplo, da procura pelos juizes, delegados, escrivães ou também pelo recurso às Ações de Liberdade.⁹²⁵

Em face do exposto, Marco Aurélio dos Santos compôs uma pesquisa cuja singularidade é se colocar diante da escravidão com ênfase na perspectiva geográfica que reveste e dá sentido às ações de senhores e escravos, pensando tal geografia a partir de um processo histórico. Pode-se propor, portanto, que a tese de Santos tem o espaço como conceito e preocupação central para a compreensão das relações humanas que se estabelecem no regime escravista brasileiro.

Ao pesquisar as fontes relativas à escravidão negra ocorrida no Brasil e olhá-las sob o ponto de vista da espacialidade (além da temporalidade dos atores sociais), o autor nos apresenta seus argumentos sobre a importância da geografia senhorial como controladora da produção e tempo do escravo. Santos também nos convida, dialeticamente, a enxergar como os escravos “[...] agiam em relação a uma geografia construída pelos senhores que estava inscrita na arquitetura das grandes fazendas e na paisagem rural com a disposição de edifícios em quadra”.⁹²⁶ A principal aposta contida na pesquisa em análise é que o campo de observação adotado, qual seja, a geografia da escravidão, favoreceu a visualização das diretrizes contidas nas ações dos sujeitos.

Ao construir uma perspectiva acerca da geografia senhorial, Santos intentou mostrar as duras condições em que tal geografia colocava para a vida de escravizados, no Brasil,

⁹²³ SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008. Este autor nos mostra o quanto a classe senhorial se forjou no âmbito da estruturação do Estado Imperial brasileiro. Além disso, mostra-nos que a formação dessa classe objetivava defender seus interesses – especialmente os econômicos – em âmbito político.

⁹²⁴ SANTOS, Marco Aurélio dos. Op. cit., 2014, p. 242.

⁹²⁵ Idem, pp. 242-243.

⁹²⁶ Idem, p. 20.

principalmente no período em que cresceu a instituição escravista.⁹²⁷ Assim, ao ancorar-se na geografia da escravidão, a partir do ponto de vista dos senhores, este pesquisador visou mostrar que, nessa perspectiva, as ações escravas de resistência apareceriam, mesmo diante das limitações do sistema. Portanto, ao mostrar a geografia senhorial como delimitadora das ações dos escravos (ou uma geografia que tentava delimitar as ações dos escravos), esse autor buscou colocar, por outro lado, como os cativos se esmeraram em buscar transpassar esses limites e negociar com tais limites. E fizeram isso com base em seus conhecimentos do espaço, em seus conhecimentos do tempo de produção e do tempo do controle de seus corpos realizado pelo empreendimento comandado por senhores.

É chegada a hora de finalizar esta seção, não sem fundamentar que os trabalhos analisados, apesar de suas diferenças, guardam algo comum em suas referências teóricas: todas se posicionam, em alguma medida, dentro de um quadro de referência mais amplo ou, ao menos, preocupam-se com tal quadro como possibilidade interpretativa de seus objetos de estudo. Em todas essas quatro teses discutidas, de certa forma – algumas mais, outras menos – o conceito de segunda escravidão é um referente analítico operado.

Nesse sentido, os autores analisados propõem, mesmo guardando suas especificidades, a importância de se pensar a escravidão dentro de (ou a partir de) quadros mais amplos. Desse modo, a aposta contida nessa pesquisa é que a análise do local e o global, de forma inter-relacionada, favorece as interpretações sobre o tema em questão.

Por isso, coadunam, em alguma medida, com a visão de que as agências dos sujeitos históricos não podem ser enxergadas de forma desprezada de estruturas mais amplas que as circundam. Nesse sentido, partem do princípio de que a escravidão se tornou mais forte no decurso do século XIX, pois se conectou à economia-mundo. E essa mudança, nos quadros da segunda escravidão, provocou alterações nas relações sociais, econômicas e políticas, no âmbito da escravidão que foi prorrogada nos principais espaços associados à produção de *commodities* para o mercado global.

Não obstante o crescimento recente das interpretações fundamentadas no conceito de segunda escravidão, há, no conjunto de teses analisadas no escopo de minha pesquisa, uma que posiciona um debate frontal com o referido conceito. É por isso que essa tese será analisada a seguir, tendo um tópico somente para ela. Visa-se, com isso, indicar que o crescimento do conceito de segunda escravidão encontra, como contrapartida, respostas teóricas imediatas e

⁹²⁷ Refiro-me à tese de Salles sobre paradoxo ocorrido em Cuba e no Brasil. No mundo todo, o escravismo ganhava duros golpes, desde fins do século XIX, duras críticas, mas, nos dois espaços mencionados, o que ocorreu foi o crescimento da instituição. SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008. Ver especialmente capítulo 1 do livro.

contundentes. Em razão disso, o cenário atual parece, com efeito, tornar-se mais complexo ainda.

Como última observação, cabe mencionar que a tese que será analisada a seguir poderia ter sido enquadrada no âmbito das que lidam, criticamente, com a historiografia clássica. Em outras palavras, poderia se perfilar junto com as que foram discutidas no tópico sobre a produção recente que critica os clássicos, ou seja, o tópico 5.2.1. No entanto, a tese está sendo despregada das outras para que se possa, conforme já elucidado, ilustrar e evidenciar o reposicionamento de um debate dentro da historiografia recente que se ocupa do tema da escravidão negra ocorrida no Brasil.

5.2.3 Tese que critica a historiografia baseada no conceito de segunda escravidão

A tese Marcelo Santos Matheus será analisada, nesta parte, em razão do fato de ter sido a única, no escopo de pesquisa realizado, a ter um posicionamento aberta e claramente crítico em relação ao conceito de segunda escravidão. A aposta nessa forma de exposição, conforme afirmado antes, é que os debates sobre o tema devem se intensificar. Isso deve ocorrer por dois motivos: porque tem ocorrido o crescimento do uso do sobredito conceito e por conta do lançamento do recente livro organizado por Marquese e Salles sobre a historiografia da escravidão, que visa organizar, programaticamente, as relações entre escravidão e capitalismo histórico, no século XIX.⁹²⁸ Em função desses elementos, a aposta é que o debate em torno da escravidão está sendo reposicionado.

O trabalho em pauta, agora, é intitulado “*A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*”.⁹²⁹ Foi realizado sob a orientação de João Fragoso e sob a coorientação de Roberto Guedes. A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O ano de conclusão foi 2016.

O trabalho em apreço analisa questões referentes à escravidão, como, por exemplo, batismo, alforria e mobilidade social, com o objetivo de discutir como se deu a produção da diferença e o processo de estabelecimento de hierarquias na região de Bagé, atual Rio Grande do Sul, no período compreendido entre as primeiras décadas do século XIX até 1871.

O estudo tem como fontes os registros de batismo, inventários *post-mortem*, processos-crime, entre outras. A partir da análise da vida dos sujeitos, o autor procura compreender o

⁹²⁸ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016

⁹²⁹ MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016.

enredamento social tecido na região de Bagé, a fim de colocar em discussão premissas caras ao estudo da escravidão no Brasil do século XIX, principalmente as questões que se referem à produção da diferença e desigualdade social entre sujeitos históricos, o que remete a uma hierarquia que legitimava posições sociais e, ao mesmo tempo, a escravidão como um todo.

Com base em questões de interesse geral, Matheus lança, pelo menos, dois questionamentos de pesquisa: o primeiro remete à forma como a região estudada se constituiu. Isso tem relação com a característica populacional, a imigração para a região o papel do catolicismo na formação da região etc. O segundo visa problematizar como se constituiu a escravidão, na localidade estudada, durante o século XIX. Desse modo, interessa ao autor, o perfil da escravaria, os senhores que mais libertavam cativos, as pessoas que mais batizavam crianças na região, os escravos que conseguiram maiores diferenciações etc.

Ambas as questões requerem da pesquisa um estudo massivo das condições em que se realizaram a escravidão e a produção pecuária da região, interligando esse conhecimento com as condições gerais da escravidão no Brasil Oitocentista. São essas perguntas feitas que levam o autor a se colocar nos debates historiográficos sobre a escravidão e postular interpretações sobre o tema.

Matheus constrói a estrutura de sua tese a partir de seus dados empíricos, pois declara que tem como inspiração teórica a referência micro-história.⁹³⁰ Nesse sentido, a relação entre agência e estrutura é um ponto forte da tese do autor. Mas cabe enfatizar que o ponto de partida é, necessariamente, o empírico, isto é, as ações dos sujeitos. É a partir dessa perspectiva que ele tece o diálogo com o geral, ou seja, com a escravidão brasileira Oitocentista. Os dados coletados são, destarte, primordiais como base da construção analítica. É importante realçar que os dados são analisados não a partir de perguntas locais ou micro, mas, de acordo com o autor, com base em perguntas que se situam no âmbito geral.

A lógica do raciocínio teórico é a seguinte: Matheus busca nos dados respostas a perguntas relacionadas à escravidão no oitocentos. Essas respostas oferecem elementos para que possa pensar as condições em que se realizaram a escravidão em nível local. No entanto, como as perguntas são de interesse ou de natureza geral, o passo seguinte é a comparação com outras regiões do Brasil, de modo a se conseguir pensar a estrutura escravista brasileira. É por esse caminho teórico que a tese de Matheus visa dar conta da relação entre agência e estrutura;

⁹³⁰ Nesse sentido, é claro quadro de referência da renovada historiografia pós-1980, no Brasil. Dentre vários, ver, por exemplo, um que aborda a investida massiva em arquivos feita por historiadores, a partir dos anos 1980. Conferir em: MACHADO, Maria Helena P. T. Op. cit., 1988; outro texto que aborda isso é o de Jonis Freire, analisado neste quinto capítulo, conforme acima.

local e geral. Assim sendo, cabe destacar que uma posição teórica forte que está presente na tese é a seguinte: a realidade deve ser apreendida “[...] a partir de uma forte empiria, e não *a priori*, com base em uma teoria”.⁹³¹

Em função do exposto, uma característica que marca sobremaneira esse trabalho em pauta é que a base nos dados empíricos corresponde a um ponto de apoio para se contestar as generalizações e as oposições binárias que estão presentes em parcela da historiografia da escravidão negra ocorrida no Brasil. Nesse sentido, cumpre realçar que o autor discute fortemente com duas linhas historiográficas:⁹³² (i) com os pesquisadores clássicos (notadamente Gilberto Freyre e Caio Prado Jr.) que pensavam a escravidão sob o ponto de vista da “divisão”⁹³³ entre senhores e cativos; (ii) com pesquisadores que analisam a escravidão com base no conceito de segunda escravidão.

A tese de Marcelo Santos Matheus, inicialmente, posiciona-se criticamente em relação à parcela da historiografia dos anos 1930/40 que tratou da escravidão.⁹³⁴ Sua discussão gira em torno de dois pontos fulcrais: (a) do fato dessa historiografia conceber a formação do Brasil a partir de uma noção de divisão entre senhores e escravos; (b) pela forma como tal historiografia enxergava a formação do Brasil, considerando a perspectiva da *plantation* como um caminho para se pensar uma formação mais homogênea do que matizada.

Segundo o autor, seu trabalho intenta, por outro caminho, compreender a complexidade inscrita na formação do Brasil. Discute, portanto, com Caio Prado Júnior e com Gilberto Freyre, no sentido de propor que a historiografia recente – posterior aos anos 1980 – tem focado naquela que pode ser uma das mais relevantes características da escravidão, no período Oitocentista brasileiro: “[...] a ampla disseminação da posse de cativos pelos diversos estratos sociais”.⁹³⁵ Em adendo, postula que a noção de senhor e escravo como algo dado *a priori* se torna um problema teórico. O trecho a seguir ilustra, em boa medida, a reflexão feita acima:

Por isso, a hipótese defendida é à (sic) de que a hierarquia social não era um *continuum*, onde todos os escravos estavam de um lado (o lado inferior) e todos os livres de outro. Muito menos que a divisão, enfatizada por Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., entre “senhores” e “escravos” a explica na sua totalidade. Pelo contrário, acredita-se,

⁹³¹ MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016, p. 21, com grifos no original.

⁹³² A tese do autor vai além, mas estou selecionando, aqui, elementos que interessam mais aos debates teóricos que tocam mais o percurso analítico que tenho realizado.

⁹³³ Idem, p. 21.

⁹³⁴ Trata-se, em sentido geral, do que chamei, nesta tese, de historiografia clássica da escravidão negra ocorrida no Brasil. Ver capítulos 1 e 2 desta tese.

⁹³⁵ Idem, p. 18. Vale notar que, por extensão, Matheus está também discutindo com os autores que propõe a análise da escravidão, a partir do conceito de segunda escravidão. Ver: PESSOA, Thiago Campos. Op. cit., 2015, p. 146, especialmente na parte em que o autor discute com a ideia de que as grandes unidades produtivas foram deixadas de lado pela historiografia pós-1980 que preferiu enfatizar na “pulverização do escravismo na colônia e no Império”.

primeiro, que havia uma forte hierarquia interna à escravidão, o que não nega a formação de grupos sociais entre os cativos, mas que eles devem ser apreendidos a partir de uma forte empiria, e não a priori, com base em uma teoria.⁹³⁶

Duas referências teóricas são posicionadas, no que se refere às discussões realizadas acima: a primeira tem relação com o problema de pesquisa que faz parte da historiografia clássica da escravidão brasileira. O problema remete à forma como se enxergava a escravidão, ou seja, considerava senhores e escravos de forma homogênea, enfatizando o ponto de vista generalizante e, por conseguinte, situando senhores de um lado e escravos de outro. A questão de Matheus é qualificar tais diferenças, de modo a compreender as diversas posições que os sujeitos podiam assumir naquela sociedade escravista brasileira do século XIX. Daí surge a segunda questão posicionada: qualificar os sujeitos históricos requer investimento massivo em pesquisa empírica.

A premissa com a qual o historiador em pauta trabalha se sustenta, portanto, da seguinte forma: “De fato, a micro-história social italiana foi a maior influência teórica e metodológica de nosso estudo”.⁹³⁷ Assim, na mencionada tese, o quadro teórico se baseia na noção de que a produção da hierarquia diferenciadora é a base que sustentou e legitimou a escravidão, até a passagem da década de 1860 para a de 1870.⁹³⁸ Por isso, a constante produção da diferenciação foi peça basilar na manutenção e reprodução do escravismo, na região de Bagé. Em decorrência disso e influenciado pela micro-história italiana, o autor defende a ideia de que o conhecimento histórico deve estar lastreado em pesquisas empíricas que nos forneçam dados concretos.⁹³⁹ As palavras a seguir ajudam-nos nessa compreensão:

Portanto, aqui, não partimos da ideia de que todo tipo de relação engebrada (sic) entre atores situados em diferentes posições sociais geravam conflitos – como, ao mesmo tempo, não entendemos que as mesmas redundavam em uma relação harmoniosa. cremos que este seria um posicionamento teórico-científico errático. Pelo contrário, o pensamento é de que as relações sociais eram eivadas de conflitos, lealdades, etc., cabendo ao pesquisador empiricamente apreendê-las em seu devido contexto.⁹⁴⁰

⁹³⁶ MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016, p. 21, com grifos no original.

⁹³⁷ Idem, p. 40.

⁹³⁸ De acordo com o que vimos nas teses que operam com uma referência mais global, ou seja, baseadas no conceito de segunda escravidão, a produção da hierarquia diferenciadora não é capaz de fornecer uma matriz de explicação plena, haja vista que não insere a escravidão no quadro mais amplo, logo, não é sensível à consideração de a demanda por *commodities*, de forma constante e crescente, alterou as relações entre senhores e cativos. Conferir, por exemplo: PESSOA, Thiago Campos. Op. cit., 2015, p. 25. Parron também mostra transformações no âmbito das discussões políticas, tanto nos Estados Unidos como em Cuba e no Brasil. Ver: PARRON, Tâmis P. Op. cit., 2015.

⁹³⁹ Cabe aqui retomar o debate entre Giovanni Levi e Clifford Geertz, de modo a aquilatar a posição teórica de Matheus. O ponto a ser destacada na tese de Matheus é a ponderação de Levi em favor da micro-história, sobretudo no tocante à não limitação autoimposta da pesquisa, ou seja, a não restrição dos dados pelos dados. Conferir em: LEVI, Giovanni. Op. cit., 1992, p. 144. No transcurso da discussão sobre a tese de Matheus vai ficar mais clara essa posição.

⁹⁴⁰ MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016, p. 24.

Diante desse quadro teórico, os sujeitos podem ser vistos a partir da noção de que as negociações por novos lugares sociais (ou as ações dos subordinados para chegar a posições sociais mais elevadas) podem ser entendidas como uma busca por posições sociais diferenciadas. Isso remete a uma noção de liberdade como algo também relacionado à melhoria das condições de existência, não somente a uma ideia de liberdade como conquista da alforria em si. Essa seria uma das mecânicas acionadas pelos sujeitos, a fim de conseguirem nova situação de vida. E essa mecânica seria estruturadora da sociedade de Bagé.⁹⁴¹

Completando o quadro teórico basilar do autor— dentro do que interessa aqui à minha tese —, cabe informar que, além de não acreditar na premissa da polarização entre os sujeitos históricos,⁹⁴² Matheus entende que os escravos (assim como libertos e pessoas consideradas pardas ou pretas livres), não formavam uma população homogênea.

Por essa linha, as redes de relacionamento dessas pessoas e suas estratégias de vida devem ser valorizadas e perseguidas nas fontes históricas, a fim de que se possa capturar a diferentes nuances que existiram nas ações dos atores sociais. É por esse caminho teórico que o referido historiador intenta compreender as diferenciações que se estabeleciam dentro de um sistema hierarquizado como a escravidão brasileira.

Destarte, com base nessa linha de raciocínio, Matheus tece suas críticas ao conceito de segunda escravidão. É seguindo essa trilha que lança restrições ao estudo de Rafael Marquese⁹⁴³ acerca do governo dos cativos, a partir de manuais produzidos por senhores de escravos. Para Matheus, a escolha de pesquisa de Marquese só consegue capturar a normatividade das premissas dos senhores, perdendo de vista a riqueza interativa que se encontra nas diversas fontes que podem ser utilizadas para se compreender aquele mundo escravista. Em função disso, Matheus posiciona-se criticamente frente às questões postuladas pelos historiadores cujo quadro teórico está lastreado no conceito de segunda escravidão. Cumpre registrar, neste momento, que essas críticas serão mais bem aquilatadas no próximo capítulo desta tese.

A tese de Matheus apresenta, portanto, resultados de pesquisa importantes para se compreender seu lugar na historiografia. O trabalho massivo com as fontes revela uma realidade

⁹⁴¹ Idem, pp. 38-39.

⁹⁴² Para elucidar um pouco mais do diálogo que o autor em pauta trava com historiadores que se norteiam pelo conceito de segunda escravidão, vale trazer à tona um trecho em que Matheus tece críticas a uma análise de Ricardo Salles: “Da mesma forma que não se parte do pressuposto de que a sociedade era fortemente “polarizada”, também não cremos que a “população cativa”, bem como “pardos e pretos” livres em geral, não tinham uma “capilaridade social profunda”, como postula Ricardo Salles. Pelo contrário, pensa-se que os escravos não representavam um bloco homogêneo e que, por isso, suas redes de relacionamento e os grupos sociais em que estavam inseridos devem ser buscados nas fontes, daí a proposta de investigação a partir, principalmente, dos batismos”. Idem, pp. 25-26, com grifos no original.

⁹⁴³ MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2004.

pouco conhecida para outras pesquisas sobre o tema, especialmente no que se refere à complexidade das relações estabelecidas por escravos e forros, naquela sociedade da região da Campanha rio-grandense.

Os registros de batismo forneceram ao autor a possibilidade de mapear a ampla rede de relações nas quais os cativos e forros estavam enredados. Tais registros mostram detalhes incríveis que o autor conseguiu alcançar. Ao perseguir os nomes dos indivíduos por meio dos dados provenientes dos batismos, ele conseguiu enxergar e assinalar uma inserção social extremamente complexa por parte de cativos, forros e livres pobres.

É fundamentado nesse trabalho com os documentos que afirma: “a escravidão (luso-brasileira) não excluía”.⁹⁴⁴ Apesar dessa não exclusão, enfatiza que a possibilidade de inserção social já constituía, em si mesma, uma forma de assimilação assimétrica dos que traziam consigo as marcas da escravidão, pois “pardos e pretos”⁹⁴⁵ foram assimilados numa “posição hierárquica inferior”.⁹⁴⁶ O trecho a seguir nos mostra o que foi apontado antes:

[...] o fato de serem entendidos como seres portadores de alma forneceu aos escravos amplas oportunidades de se inserirem socialmente. Uma destas oportunidades era justamente via batismo, onde se consumava uma primeira, e importante, relação: a de compadrio – e não apenas entre o batizando e seus padrinhos, mas também entre os pais do primeiro e os pais espirituais de seu filho, o que conectava toda aquela sociedade (escravos, forros e livres) em malhas de parentesco e relações outras bastante complexas, que precisam ser mais bem entendidas para que a escravidão brasileira no oitocentos seja melhor compreendida.

Os processos de hierarquização que se forjaram no Brasil Colonial e Imperial não apenas tornavam a diferença algo – cognitiva e politicamente – aceito no cotidiano, mas também “fornecia[m] a legitimidade e a estabilidade que o sistema [escravista] conheceu até a virada da década de 1860 para a de 1870”.⁹⁴⁷ Dessa forma, a tese que Matheus defende ancora-se na ideia de que a escravidão encontrada por ele, na região da Campanha rio-grandense, coaduna-se com outras tantas regiões brasileiras, conforme pesquisas desenvolvidas desde os anos 1980.

Face ao que foi desenvolvido, a escravidão, na perspectiva desse historiador, não teria rompido com os valores que incentivavam a integração dos sujeitos históricos como forma de dar sustentação ao sistema escravista como um todo. Por isso, prevaleceu, segundo ele, um modelo de escravidão de tipo colonial, em que os valores lusitanos e africanos exerceram influência moldando um mundo em que a diferença hierarquizadora, por oferecer possibilidades

⁹⁴⁴ MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016, p. 367.

⁹⁴⁵ Idem, *ibidem*.

⁹⁴⁶ Idem, *ibidem*.

⁹⁴⁷ Idem, p. 22.

de mobilidade, animava o horizonte de expectativa⁹⁴⁸ dos sujeitos. Em razão disso, os sujeitos históricos subalternizados acabavam pensando em estratégias de sobrevivência cujos ganhos não podem ser vistos de forma anacrônica.⁹⁴⁹

A proposta deste quinto capítulo da tese não foi fazer um comparativo em termos de quantidade de teses que assumem uma posição teórica ou de outra perspectiva. Não é essa a leitura que deve ser realizada, pois não há um viés quantitativo na análise operacionalizada, ou seja, não se tentou avaliar o material pela quantidade de teses ligadas a uma linha ou a outra.

O objetivo foi, conforme já apontado no início do capítulo, escrutinar como as teses, em sentido geral, posicionam-se em termos teóricos, o que nos permite pensar o lugar delas dentro de uma trajetória que foi elaborada para pensar a história da historiografia da escravidão ocorrida no Brasil. Por isso, a discussão foi direcionada com foco no posicionamento teórico de cada pesquisa, explicitando suas conexões dentro da grade de inteligibilidade que foi erigida nesta tese, tendo a relação agência e estrutura como um referente nuclear.

A referência teórica que permeia essa discussão lastreia-se na ideia de que a construção do conhecimento, nas ciências sociais e humanas, é realizada com base em, pelo menos, dois movimentos: inserção intelectual nas discussões teóricas (tomando conhecimento dos debates) e, por conseguinte, eleição de contendores. Afinal, não produzimos conhecimentos sobre algo de forma pura nem monológica. Fazemos isso a partir de referências teóricas, que são perspectivas construídas para que tentemos melhor conhecer o mundo. Ademais, produzimos conhecimentos com o fito de dialogar com a tese de outros intelectuais, tentando argumentar

⁹⁴⁸ Termo aplicado por Reinhart Koselleck em outras circunstâncias, mas adaptado aqui para que se compreenda a visão que o autor propõe sobre as expectativas dos escravizados. Conferir em: KOSELLECK, Reinhart. Op. cit., 2006, pp. 268-305.

⁹⁴⁹ A remissão intelectual acerca do anacronismo é a Lucien Febvre. Marcos Antônio Lopes nos mostra o quanto o historiador dos *Annales* foi importante na consideração da história como um campo de conhecimento que deve lidar com a diferença do tempo histórico que se coloca entre o historiador e seu objeto de estudo. Por isso, Febvre tinha uma preocupação em estudar muito e conhecer bem o universo mental de seus personagens históricos, de modo a não analisá-los pelas lentes de nosso tempo ou pelo que aconteceu depois da vida desses personagens estudados. Por isso, Lopes enfatiza os problemas linguísticos que foram levantados por Febvre, pois compreender o universo social e cultural de personagens do passado remete, antes, à compreensão de aspectos inerentes às construções de linguagem. Portanto, o historiador deve ficar atento às construções conceituais que distanciam o pesquisador de seu objeto. Deve, pois, inserir seus personagens históricos em um universo cultural e social propício ao seu tempo, sem cair no anacronismo. Conferir em: LOPES, Marcos Antônio. “Lucien Febvre reformador: notas em torno de *O problema da descrença no século XVI*”. In: *história da historiografia*, ouro preto, número 10, dezembro, 2012, pp. 229-246. Apesar de não mencionar Febvre, Matheus demonstra essa preocupação de não cair no anacronismo quando o assunto é o escravismo e as conquistas auferidas por sujeitos históricos hierarquicamente situados na parte mais baixa da pirâmide social. Essa é uma lógica que está por trás – entre outras – de sua ênfase no material de pesquisa.

que elas são menos pertinente do que a nossa (divergências) ou tão pertinentes quanto a nossa (convergência), afinal o conhecimento histórico é necessariamente caudatário da construção de uma perspectiva.

Nesse sentido, adentramos o terreno que nos permite problematizar nossa própria condição de produção e recepção de textos. A crítica “se vuelve entonces doblemente reflexiva y se convierte em uma metacrítica”.⁹⁵⁰ Portanto, a história da historiografia é considerada, aqui nesta tese, como uma “modalidade da história intelectual”,⁹⁵¹ mas uma história intelectual voltada para as discussões no “contexto epistémico-institucional”,⁹⁵² que são travadas como tradições eletivas.⁹⁵³ Em razão disso,

[...] O conceito [de tradições eletivas] do autor nos oferece, pois, a possibilidade de problematizar a historiografia como um campo que produz um diálogo permanente com suas tradições, a partir das contendas que são substancialmente oferecidas pelas condições de possibilidade do tempo presente.⁹⁵⁴

É imperioso, nesse sentido, informar que o próximo capítulo mantém essa linha. A diferença é que o foco se volta mais acentuadamente no sentido de enxergar como as teses recentes operacionalizaram a relação entre agência e estrutura. Trata-se, pois, de uma discussão complementar à que foi feita no quinto capítulo.

Ora, ao analisar o lugar das teses na história da historiografia, o quinto capítulo trouxe à baila as discussões que cada trabalho travou com outros pesquisadores ou outras pesquisas. Nesse percurso, a operacionalização da relação agência e estrutura emergiu no bojo da crítica a outros autores, em busca de um lugar teórico na história da historiografia. No sexto capítulo, a relação agência e estrutura é discutida dentro dos referenciais teóricos empregados por cada pesquisa, ou seja, mostrando como cada autor ou cada autora sustenta seus próprios fundamentos teóricos e como operacionaliza tais fundamentos, com vistas à construção de suas interpretações.

⁹⁵⁰ PALTÍ, Elías J. Op. cit., 2012, p. 48.

⁹⁵¹ NICOLAZZI, Fernando. Op. cit., 2014, p. 31.

⁹⁵² PALTÍ, Elías J. Op. cit., 2012, p. 49.

⁹⁵³ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014.

⁹⁵⁴ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, p. 326.

6 UM DEBATE SOBRE AGÊNCIA E ESTRUTURA NA HISTORIOGRAFIA RECENTE DA ESCRAVIDÃO NEGRA OCORRIDA NO BRASIL

A grade de inteligibilidade desta tese é formulada, segundo o que já exposto, a partir de um percurso analítico caudatário da historicidade do pesquisador, mas contemplando, também, referências teóricas que considero nucleares e capitais na história da historiografia da escravidão negra ocorrida no Brasil. Na análise do material de pesquisa selecionado, de acordo com o capítulo anterior, observamos o quanto os trabalhos recentes se situam diante de pesquisas importantes que fazem parte da historiografia a respeito do tema em apreço.

O que ficou evidente, na análise do material de pesquisa, é que parcela dos trabalhos emprega, claramente, uma perspectiva teórica erigida pela historiografia pós-1980, com vistas a posicionarem-se nas discussões sobre o tema. Vimos, por outro lado, que outros autores se posicionaram criticamente frente à historiografia pós-1980, ao invocarem um ponto de vista teórico que aciona referenciais que são tributários das pesquisas que, notadamente no século XXI, passaram a pensar a escravidão com base num quadro de referência que se fundamenta numa noção de estrutura⁹⁵⁵ que é parametrizada no desenvolvimento do capitalismo histórico,⁹⁵⁶ especialmente considerando a passagem do século XVIII para o XIX.⁹⁵⁷

Posicionando-se frente à historiografia pós-1980, as pesquisas referenciadas no conceito de segunda escravidão trouxeram à baila a discussão sobre agência e estrutura, redimensionando essa relação. Ora, se a historiografia pós-1980 trouxe ganhos ao posicionar as ações dos sujeitos históricos – em especial as ações dos escravizados – como uma questão que não pode ser negligenciada,⁹⁵⁸ a historiografia que opera sob o paradigma da segunda escravidão passou a discutir que a escravidão do século XIX se apresenta de uma nova forma, logo, “teve seu polo dinâmico e estruturador na grande propriedade rural produtora de *commodities* para o

⁹⁵⁵ Cabe reiterar que a concepção de estrutura se apresenta de forma polissêmica. Hebe Mattos afirma que a História social teve como ponto de partida, nos anos 70, a crise dos “estruturalismos – seja de matriz braudeliana, marxista ou funcionalista”, o que nos permite sustentar a ideia de concepções distintas de estrutura. Conferir em: MATTOS, Hebe. Op. cit., 1997, p. 50.

⁹⁵⁶ Ao escrever um artigo sobre a relação entre capitalismo histórico e a produção historiográfica brasileira sobre a escravidão, Rafael Marquese mostra sua preocupação com o estudo da escravidão que não negligencie ou não faça pouco caso dos “[...] processos históricos de longa duração e os quadros globais mais amplos nos quais se inscreveu o sistema escravista brasileiro”. Esse é um dos fulcros analíticos das pesquisas que criticam a historiografia pós-1980. Conferir em: MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2013, p. 229.

⁹⁵⁷ Ver, por exemplo, a discussão de Dale Tomich acerca da perspectiva de transição para a segunda escravidão, a partir da configuração de “terra, trabalho escravo e capital”. TOMICH, Dale. Op. cit., 2016, p. 86. Outro autor que mostra essa nova configuração dada pela segunda escravidão é: BLACKBURN, Robin. Op. cit., 2016.

⁹⁵⁸ Marquese e Salles não deixam de reconhecer os ganhos auferidos pela historiografia pós-1980, especialmente pelo fato de “ter evidenciado esse cotidiano de negociações, conflitos, conquistas e concessões, por meio de muita pesquisa documental”. Ver: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 122.

mercado mundial capitalista em expansão. Portanto, tratou-se de um sistema travejado pela *plantation*”.⁹⁵⁹

Nessa linha de raciocínio, invocam uma noção de processo histórico e quadro estrutural dado pela economia-mundo que não se encontra operacionalizada em várias pesquisas desenvolvidas a partir dos anos 1980, o que marca uma diferença de perspectiva construída que produz divergências na forma de se compreender a escravidão. Isso foi visto no quarto capítulo desta tese e também será observado, a seguir, nos debates que serão apresentados e analisados nas pesquisas recentes sobre o tema da escravidão.

Em sentido geral, o argumento que permeia o capítulo está escorado na ideia de que a relação entre agência e estrutura é redimensionada e requalificada no decurso do século XXI. A proposta analítica é que isso ocorreu como consequência das propostas teóricas que emergiram das pesquisas de historiadores preocupados com a longa duração⁹⁶⁰ e com quadros globais vinculados à economia-mundo,⁹⁶¹ elementos que interferiram na escravidão praticada no Brasil, no século XIX.

A relação entre agência e estrutura é redimensionada porque ganha uma proposta que valoriza, teoricamente, a força da estrutura como condição cognitiva para se pensar o Brasil do século XIX. Em decorrência, retoma um paradigma mobilizado, em alguma medida, por parcela significativa da historiografia da escravidão que foi escrita nos anos 1950-70.⁹⁶² Além disso, a referida relação é requalificada porque a agência, por esse caminho, ganha novas leituras, novas possibilidades de produzir explicações sobre a escravidão e, em alguma medida, alimenta mudanças que podem afetar o quadro global.⁹⁶³

Mas o argumento não se detém nessa perspectiva, uma vez que serão apresentadas propostas críticas ao conceito de segunda escravidão. Cumpre mencionar que tais críticas reafirmam, de forma patente ou subjacente, o posicionamento da historiografia pós-1980. Um

⁹⁵⁹ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 132, com grifos no original.

⁹⁶⁰ Chamo a atenção para o fato de que Dale Tomich – formulador da proposta de que, no século XIX, a escravidão ganha outra dimensão – sugere caminhos de conexão entre a longa duração e o episódico. Ver: TOMICH, Dale. Op. cit., 2011, p. 38.

⁹⁶¹ Cf. MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2013.

⁹⁶² Rafael Marquese e Ricardo Salles afirmam que precisamos ir além do que alguns autores fizeram nos anos 1970, referindo-se, fortemente, a Florestan Fernandes e João Manuel Cardoso de Melo, mas sem “descartar as sólidas perspectivas de análise estrutural da escravidão brasileira construídas no período anterior”. Nesse sentido, pode-se interpretar que importância da perspectiva de análise estrutural é um aspecto que deve ser retomado agora, pois a historiografia pós-1980 não o fez. Conferir em: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, pp. 132-133.

⁹⁶³ Um dos exemplos dessa possibilidade está na tese de Tâmis Parron, especialmente ao mostrar as discussões políticas, nos Estados Unidos, e seu potencial de influência na esfera global da economia-mundo. Conferir em: PARRON, Tâmis Peixoto. Op. cit., 2015.

trabalho, que é o de Marcelo S. Matheus,⁹⁶⁴ faz esse movimento de reafirmação tecendo, ao mesmo tempo, críticas às propostas dos historiadores que operam com o conceito de segunda escravidão. Portanto, a partir do que será desenvolvido neste capítulo, pode-se propor que o contexto atual de produção está, de acordo com o que foi observado nas teses pesquisadas, incorporando renovados debates sobre a relação agência-estrutura; a produção tornou-se, pois, mais complexa ainda.

É em função disso que este capítulo está estruturado para organizar, ao final, uma discussão que remete à relação agência-estrutura, na historiografia recente acerca do tema em questão. Essa discussão tem como ponto de partida uma noção que permanece como conquista da historiografia pós-1980: a preocupação com a agência dos sujeitos históricos, especialmente dos escravizados. A rigor, esta pode ser destacada como algo que permanece como uma proposta teórica da historiografia pós-1980 que se inscreve num lugar categórico na produção do conhecimento recente sobre a escravidão.

Por outro lado, tendo em vista que esta é uma questão que suscita sempre discussão e disputa, há que se realçar que, mesmo reconhecendo a agência dos sujeitos, os pesquisadores que operam com o conceito de segunda escravidão colocam-na em outro nível de perspectiva crítica.

São esses debates que serão apresentados e discutidos a seguir, não com o objetivo de mostrar soluções plenas de pesquisadores(as) para essa aporia, mas, certamente, tendo por intento o esforço de destacar, nas pesquisas investigadas, seus posicionamentos frente a esse problema teórico. Por isso, é pertinente sublinhar que as teses investigadas não são lidas sob o ponto de vista da crítica às suas interpretações (e seus argumentos) sobre a escravidão, mas, sim, sob a perspectiva de seu posicionamento – explícito ou subjacente – teórico referente ao problema da relação agência-estrutura, que é algo que contribui para a composição de suas interpretações sobre a escravidão negra ocorrida no Brasil.

6.1 Seguindo a trilha da historiografia pós-1980: diferentes formas de operacionalizar a relação agência-estrutura

Já faz muitos anos que pesquisadores(as) investiram em trabalho incessante realizados nos arquivos, a partir de referenciais teóricos diferentes de parcela significativa da historiografia dos anos 1950-70, com vistas a problematizar interpretações sobre a escravidão negra ocorrida

⁹⁶⁴ MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016.

no Brasil. De acordo com o que foi apresentado no terceiro capítulo desta tese, a historiografia a respeito do tema em pauta se renovou a partir dos anos 1980. E cabe acrescentar que tal mudança também foi provocada, conforme já apontado, por transformações vividas na conjuntura global do segundo pós-Guerra, assim como no contexto brasileiro de transição para a democracia, entre outros fatores. Nessa esteira, a historiografia da escravidão ocorrida no Brasil, com efeito, renovou-se.⁹⁶⁵

Dois pontos capitais que nos permitem falar numa historiografia pós-1980 acerca da escravidão negra ocorrida no Brasil são: (i) valorização da agência escrava;⁹⁶⁶ (ii) uma crítica geral ao esquematismo⁹⁶⁷ presente na operacionalização que muitas pesquisas (realizadas entre os anos 1950-70) faziam das estruturas⁹⁶⁸ como chave teórica para compreender o mencionado tema.⁹⁶⁹ Diante disso, pode-se afirmar que

[...] a historiografia da escravidão brasileira produzida no período pós-1980 é abordada e enxergada, de forma frequente, em sua perspectiva panorâmica. Nesse sentido, ao se caracterizar essa historiografia, são valorizados, não raramente, os elementos gerais e comuns que estão presentes na grande maioria das obras produzidas no período.⁹⁷⁰

Mesmo reconhecendo o valor dessa visão panorâmica, dessa visão não matizada da historiografia pós-1980, é necessário irmos além e reconhecermos que, nesse período, há um movimento um pouco mais complexo, em termos de renovação teórica, conforme já apontado e discutido no terceiro capítulo. Por isso, na esteira desses debates, dois dos principais objetivos presentes nesta seção são: (i) apresentar as propostas que se alinham à historiografia pós-1980; (ii) matizá-las, no sentido de percebermos possibilidades teórico-metodológicas.

Portanto, em função do foi posicionado, postulo que, mais do que repisarmos o que é comum ao novo paradigma da historiografia da escravidão pós-1980, é preciso seguirmos novos caminhos e enfocarmos nos seus matizes, na diversidade de seus paradigmas (e referências teóricas) e também na problematização de suas conexões com o nosso mundo, especialmente no que toca às dimensões sociais, culturais e políticas que revestem esse contexto de produção. Menos monocromia e mais policromia. Essa é uma sugestão (e uma aposta) que visa auferir ganhos de diversos tipos: teórico-metodológico, de conhecimentos sobre a História do Brasil, novos

⁹⁶⁵ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2019, p. 215; Cf. QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Op. cit., 1998; LARA, Sílvia H. Op. cit., 2005.

⁹⁶⁶ SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2009, p. 181. Ver também: QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Op. cit., 1998; CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990, p. 20; SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2009; LARA, Sílvia H., Op. cit., 2005; entre outras fontes.

⁹⁶⁷ Crítica inspirada em: MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2013, p. 246.

⁹⁶⁸ Basicamente a crítica era realizada apontando a supervalorização da estrutura econômica como determinante na formação do Brasil e, especialmente no campo da escravidão, como determinante nas relações entre senhores e escravos. Análise inspirada em: SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2009, p. 180-181.

⁹⁶⁹ Caberia acrescentar, ainda, uma preocupação forte com a pesquisa documental como forma de acesso à complexidade da realidade histórica analisada. Conferir em: SLENES, Robert W. Op. cit., 1999, p. 43; LARA, Sílvia H. Op. cit., 1988, p. 24.

⁹⁷⁰ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2019, p. 230.

debates sobre os usos do passado escravista para a identidade negra e outros que, modestamente, não consigo enxergar.⁹⁷¹

O trecho acima fundamenta, em alguma medida, o objetivo a ser perseguido nesta seção, ou seja, compreender a relação agência-estrutura, com base numa visão que procure enxergar as diferenças nos paradigmas teóricos empregados. Quase desnecessário expor que não se intenta afirmar que cada pesquisa é uma ilha e que, com isso, aciona sua forma de ver o tema. Se fosse desse modo, cairíamos no campo da opinião, não na órbita da perspectiva e da análise.

Em razão disso, a exposição desta atual seção se fincará em quatro conjuntos de questões: teses que evidenciam a importância da cultura africana para a compreensão da vida de cativos na formação do Brasil; teses que valorizam o cotidiano como meio de compreender a vida dos sujeitos; teses que orbitam em torno da referência teórica da micro-história; teses que têm o ponto de vista escravo como forte referente.

É imperioso assinalar que uma tese pode ser – e, efetivamente, será – encaixada em mais de uma questão, aparecendo em duas seções. Afirma-se isso porque não foi a intenção manter um enquadramento fechado nem com uma ideia de perfeição. As teses analisadas foram encaixadas em questões que foram consideradas importantes e, cognitivamente, articuladas às discussões de outras teses. O objetivo foi pensar, portanto, em certas homologias que nos permitam considerar conjuntos de pesquisas que acionam referenciais teóricos correlatos.

Nesta seção, serão abordadas possibilidades teóricas comuns entre as pesquisas investigadas, mas o que se deseja sublinhar, agora, é que há possibilidades diferentes de acesso ao conhecimento sobre o tema em pauta (assim como sobre outros temas). E essas diferentes possibilidades estão em disputa⁹⁷² e pode-se dizer que, em alguma medida, enriquecem nossa forma de pensar o passado como um todo.⁹⁷³

6.1.1 A longa duração que confere sentidos culturais e políticos para as ações dos sujeitos histórico

⁹⁷¹ Idem, *ibidem*.

⁹⁷² Sobre as disputas na história da historiografia, ver: PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a.

⁹⁷³ A escritora e intelectual Chimamanda Adichie alerta-nos para o perigo da história única. A autora se refere mais fortemente à influência da literatura em nossas representações sobre o outro. Não obstante, sua análise é inspiradora da ideia de que a diversidade de paradigmas é algo que faz parte dos valores de nosso mundo, logo, deve ser incorporado pelos estudos historiográficos como uma conquista. Ver o vídeo em que a autora aborda a questão em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt. Consulta realizada em 29 de junho, às 23h:02min.

Já foi discutido, anteriormente, que a historiografia da escravidão pós-1980 não deve ser vista apenas por questões teóricas homólogas que são compartilhadas por seus (suas) pesquisadores (as), mas também a partir de diferentes paradigmas que as variadas pesquisas assumem. Um dos paradigmas tributários da historiografia pós-1980 que emergiram na pesquisa do material investigado é o que concerne à estrutura temporal oferecida por valores culturais e políticos africanos ou europeus que são acionados pelos sujeitos históricos que vieram viver no Brasil.

Por essa trilha, convém destacar a pesquisa de Jonis Freire,⁹⁷⁴ cujo objeto de estudo se concentrou nas famílias escravas e nas alforrias. A pesquisa circunscreve-se ao distrito de Santo Antônio do Juiz de Fora (século XIX), que fica na Zona da Mata Mineira. O foco do trabalho é compreender o papel das famílias e da alforria para os cativos, com vistas a colocar em discussão questões relacionadas às estratégias políticas, ações sociais e identidades culturais dos escravos.

Os dois primeiros capítulos dessa tese se detiveram em abordar a demografia e a estrutura das posses das três famílias estudadas. Cumpre ressaltar, dessa forma, que a relação conjuntura e estrutura perfizeram a maior parte das análises e descrições realizadas nesta parte do trabalho de Freire. Uma vez estabelecida a condição estrutural da região, o autor investe, a partir do terceiro capítulo, na análise da importância das famílias escravas na Zona da Mata mineira.⁹⁷⁵

É nesse sentido que se pode destacar que a tese evidencia as ações dos indivíduos escravizados, assim como suas estratégias de atuação na sociedade escravista brasileira, tendo como ênfase os elementos identitários e a valorização da cultura africana como norteadora da vida dessas pessoas.

Essa perspectiva está ancorada substancialmente na teoria de pesquisadores que consideram crucial a compreensão do papel da cultura africana ressignificada pelos indivíduos

⁹⁷⁴ FREIRE, Jonis. Op. cit., 2009.

⁹⁷⁵ Numa análise realizada em artigo acadêmico, procurei frisar o quanto outras pesquisas realizadas no período posterior aos anos 1980 tiveram, inicialmente, a preocupação em fincar as bases estruturais da região que estudaram. O objetivo, no artigo e agora na tese, é mostrar que um nível de preocupação estrutural estava presente em autores considerados importantes no seio de tal historiografia. O argumento desenvolvido no artigo (e agora) é que esses autores criticaram duramente a historiografia dos anos 1950-70, apresentando-se como uma forma de rompimento com o paradigma anterior. No entanto, o argumento é que o trabalho historiográfico não se faz por exclusão total. Logo, a referência estrutural como campo de possibilidade de explicação das ações dos sujeitos foi mantida. A diferença é que a historiografia pós-1980 combateu a ênfase no referente estrutural econômico. No caso do artigo, foram analisados os trabalhos de Robert W. Slenes, “Na senzala, uma flor”, assim como o trabalho de Manolo Florentino e José Roberto Góes, “A paz das senzalas”. No trabalho de Jonis Freire, essa linha de raciocínio pode ser mantida.

escravizados que vieram para o Brasil.⁹⁷⁶ Assim, pode-se afirmar que um dos pontos importantes do trabalho é sua preocupação – nuclear, diga-se de passagem – em abordar os escravos como agentes históricos. Além disso, o trabalho assenta-se numa perspectiva não generalista e que leva em conta o papel importante da cultura africana no empréstimo de significados acionados por escravizados no Brasil.⁹⁷⁷

A tese de Freire caminha no sentido de mostrar que a vivência na nova terra fez com que os escravizados estabelecessem uma rearticulação da cultura africana, no Brasil, o que os permitiu constituírem uma identidade étnica comum que se pautava em recordações (reminiscências) de sua terra e na colocação em prática de valores de seu mundo de origem, em um novo mundo em que passaram a viver. Houve, por essa linha teórica, a construção de uma identidade africana – ainda que em sentido geral – que ocorreu em função de uma memória compartilhada, haja vista que boa parte dos africanos que vieram para o sudeste brasileiro era proveniente da África Central.⁹⁷⁸

Nesse caminho analítico, a formação das famílias escravas conferia elementos que permitiam aos africanos e afrodescendentes colocarem em prática suas memórias culturais, o que favoreceu a produção de uma cultura que mesclava elementos africanos com outras culturas. O importante a ser ressaltado é que os africanos e afrodescendentes não foram, segundo Freire, subjugados pela cultura europeia, mas, sim, tornaram-se “[...] participantes ativos na evolução de uma cultura afrobrasileira, criando conteúdos e significados culturais originais nas senzalas que continuam presentes na sociedade brasileira contemporânea”.⁹⁷⁹ Como desdobramento, “[...] Traços de permanências culturais podem ser observados na formação de seus lares, no emprego de uma memória genealógica, por meio dos nomes atribuídos aos descendentes, na formação de sua economia interna, nas línguas empregadas por seus componentes”.⁹⁸⁰

O poder de agência dos escravizados é valorizado pelo autor mencionado, pois ele enxergou nas famílias escravas algumas questões que revelam as ações dos cativos em busca de seu espaço de autonomia e de constituição de suas práticas culturais. O excerto a seguir fundamenta a assertiva:

⁹⁷⁶ SLENS, Robert W. Op. cit., 1999; SILVA, Eduardo; REIS, João José. Op. cit., 1989.

⁹⁷⁷ FREIRE, Jonis. Op. cit., 2009, pp. 1-2.

⁹⁷⁸ Uma referência importante para o autor é: SLENES, Robert W. ““Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil”. In: *Revista da USP*, São Paulo, n. 12 (1992), pp. 48-67. Além disso, vale acrescentar que Beatriz Mamigonian já havia apontado a importância dessa pauta de pesquisa e sua potencialidade no âmbito da historiografia pós-1980. Cf. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Op. cit., 2004, p. 47.

⁹⁷⁹ FREIRE, Jonis. Op. cit., 2009, p. 153.

⁹⁸⁰ Idem, p. 156

Mantendo seus padrões culturais ou reelaborando, em terras brasileiras, os traços que lhes permitiam pertencer a uma identidade africana, não há dúvidas que a experiência dos cativos africanos, bem como seu legado cultural, influenciaram fortemente as comunidades escravas. Seja no interior das fazendas e sítios, na área rural ou urbana, no nordeste ou no sudeste brasileiro. Os traços da herança africana constantemente renovados pelo tráfico se fizeram sentir cotidianamente entre os escravos. Isto ocorreu por meio do casamento, das práticas de nomeação dos filhos, do apadrinhamento de seus filhos, em sua religiosidade, nas lutas contra a opressão senhorial e em tantas outras atitudes tomadas por eles na busca pela conquista de um espaço de autonomia, mesmo que restrito, dentro do sistema escravista.⁹⁸¹

A família escrava foi, nessa linha de análise, crucial para a vida cotidiana do cativo, bem como para as conexões estabelecidas com suas raízes africanas. Ao discutir importantes aspectos da família escrava, Freire assinala que esses sujeitos não estavam submetidos totalmente ao poder senhorial, porquanto suas ações criavam espaços de autonomia e também faziam com que os senhores buscassem negociações com os cativos, a fim de manter o controle da escravaria. Assim, a vida dos escravos era controlada pelos senhores, mas não totalmente da forma como eles queriam, visto que os cativos eram agentes históricos e impunham, em alguma ou em grande medida (dependendo da situação), seu poder de negociação.

Superposto ao argumento sobre as famílias escravas, o pesquisador em questão argumenta que as alforrias não foram um projeto meramente de controle senhorial sobre a escravaria, segundo a compreensão de parte da historiografia sobre o tema. Cumpre frisar, desse modo, que Freire se alinha à corrente que enxerga o papel dos escravos no processo de negociação, ainda que reconheça o direito de alforriar como uma prerrogativa senhorial. O argumento desse historiador fundamenta-se no sentido de concatenar a importância da família escrava com um projeto que contribuiu, em boa medida, para a conquista da alforria dos escravos. É por isso que é afirmado na tese que as alforrias não foram um projeto somente individual, mas, muitas vezes, “foi um projeto coletivo”.⁹⁸² O trecho a seguir sustenta melhor a e com maior detalhes a análise do autor sobre essa expressão:

A família escrava foi importante para os projetos de liberdade daqueles escravos. Pudemos perceber que de diversas formas aqueles escravizados buscaram para si e seus entes a tão sonhada carta de liberdade. Com muita astúcia e perspicácia, sempre aproveitando as oportunidades, muitos deles puderam retirar-se e aos seus do cativeiro. A alforria muitas vezes foi um projeto coletivo. Não que não tenha havido, como constatamos, projetos —individuais. Adquirindo pecúlio, recorrendo à justiça, cuidando de seus senhores, foram várias as estratégias rumo à liberdade. No que diz respeito às maneiras como as alforrias foram dadas por aqueles senhores, observamos que a maior parte veio por meio dos testamentos e ao longo dos inventários, quando da última vontade de seus senhores. Portanto, não foi apenas via cartas de alforria registradas em cartório que se deram as liberdades desses cativos.⁹⁸³

⁹⁸¹ Idem, pp. 160-161.

⁹⁸² Idem, p. 329.

⁹⁸³ Idem, pp. 328-329, com grifos no original.

De acordo com o que foi selecionado acima como importante, pode-se propor que a tese de Freire, em contraposição à historiografia dos anos 1950-70, procura valorizar a agência escrava como algo primordial na compreensão das relações estabelecidas entre estes e seus senhores (e a sociedade como um todo).

Em acréscimo, cabe destacar que a visão do autor acerca da agência escrava não obscureceu a estrutura como norte analítico. Por isso, vale lembrar que, antes de discutir questões atinentes à agência dos sujeitos, Freire apresentou e analisou a base da estrutura que conformava a região estudada por ele, sobretudo em termos da posse de cativos e da população. Além disso, cabe destaque à cultura africana como uma das chaves heurísticas⁹⁸⁴ operacionalizadas pelo autor, com vistas à interpretação dos papéis desempenhados por africanos e afrodescendentes. O trecho a seguir contribui para elucidar a última assertiva e foi extraído das considerações finais da tese:

Os africanos escravizados trazidos para o Brasil trouxeram consigo suas culturas, experiências e recordações, que eram muitas das vezes ressignificadas. Neste aspecto o papel da família foi fundamental para a manutenção dessas culturas. Foi por meio delas que muitas das tradições africanas foram mantidas. Outrossim, os laços familiares e de parentesco desses cativos garantiu-lhes um espaço de autonomia e resistência. Os africanos muitas vezes se reconheciam em um grupo de parentesco, —pouco importandol o local onde estavam. Era essa memória familiar intergeracional ancorada na família que lhes permitiu manter suas tradições fora da África.⁹⁸⁵

A tese de Marcelo Santos Matheus⁹⁸⁶ é outro trabalho que cabe destaque, aqui, tendo em vista que aciona o referencial do tempo cultural longo como forma de compreender as ações (sociais, culturais e políticas) dos sujeitos históricos. O trabalho tem como núcleo analítico as questões referentes à escravidão, na região de Bagé. Ele objetiva discutir a produção da diferença que ocorria não somente entre os diferentes grupos sociais, mas as diferenças que se produziam dentro de um próprio grupo. Por isso, a agência dos sujeitos é algo capital na tese do autor.

A principal questão da tese é compreender a produção da diferença, na região de Bagé, no decurso do século XIX, notadamente no período entre 1820 e 1870. Um dos argumentos fulcrais é que os processos de hierarquização ocorridos em várias instâncias, na formação do Brasil, não apenas tornavam a diferença algo, cognitivamente, aceito no cotidiano, mas também

⁹⁸⁴ É bom reiterar que, aqui, Freire paga tributo à tese de seu orientador, Robert Slenes. Conferir em: SLENES, Robert W. Op. cit., 1999.

⁹⁸⁵ FREIRE, Jonis. Op. cit., 2009, p. 327.

⁹⁸⁶ MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016.

faziam com que a escravidão ganhasse legitimidade e uma estabilidade perante as pessoas que viviam naquele mundo.⁹⁸⁷

Uma das principais conclusões do trabalho de Matheus é que a escravidão praticada no Brasil tinha um viés mais voltado à inserção. Tratava-se de uma forma de inserção que contemplava, evidentemente, hierarquias desiguais. Essa inserção ocorria, sinteticamente, pelo fato de os atores sociais perceberem que havia espaço para a mobilidade social. Tendo em vista que a mobilidade não era totalmente negada, as pessoas conseguiam, como consequência, vislumbrar possibilidades de mudar sua condição social, uma vez que, cabe reiterar, o sistema se abria às (e permitia as) inserções.

O ponto a ser realçado, nesta seção, é que a mecânica organizadora desse modelo de escravidão (ou que deu base para tal modelo) deve ser buscada, de acordo com o referido autor, tanto na influência da experiência portuguesa do Antigo Regime, incluindo a força do catolicismo, quanto na influência da cultura africana, incluindo as *pawnship* (uma espécie de servidão temporária).

O sistema de valores que fundamentava a escravidão brasileira não deve, por essa perspectiva, ser pensado somente sob o ângulo das relações entre senhores e cativos ou na órbita das relações sociais como um todo. Deve-se, destarte, levar em conta precedentes do Antigo Regime europeu e/ou da cultura africana.

No caso da influência do Antigo Regime, é pertinente destacar, pelo menos, a aceitação das hierarquias como forma de legitimação de uma ordem social de tipo absolutista. Nesse sentido, a hierarquia não era apenas uma forma de posicionamento social que cada um ocupava, mas servia como um tipo de “*status* procurado por indivíduos de diferentes estratos sociais”.⁹⁸⁸

As *pawnships* correspondiam a uma experiência de servidão por dívida, não tendo o mesmo estatuto que a escravidão. “Portanto, a *pawnship* era uma espécie de servidão voluntária, mas sobretudo transitória (caso a dívida e/ou o crédito fossem pagos), que sobreviveu, inclusive, até o século XX”.⁹⁸⁹ Neste caso, o autor visa chamar a atenção para o fato de que tal transitoriedade levava o servo a ter um horizonte de possibilidade que, em alguma medida, fazia com que africanos e seus descendentes vislumbrassem outras posições na hierarquizada sociedade escravista brasileira.

⁹⁸⁷ Idem, p. 22.

⁹⁸⁸ MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016, trecho encontrado no Resumo da tese. Cabe lembrar a tese de Espanha aborda a importância de se levar em conta os valores do Antigo Regime europeu, na expansão do projeto colonial. Conferir em: ver: COSENTINO, Francisco Carlos. Op. cit., 2013, pp. 72-88.

⁹⁸⁹ Idem, p. 30, grifo no original.

São esses elementos que nos permitem compreender, segundo Matheus, a lógica da escravidão não como um sistema meramente de exclusão, mas de busca de inserção, ainda que uma inserção hierarquicamente desigual, na medida em que a produção da diferença se forjava até mesmo entre as pessoas de condição jurídica igual. “[...] Enfim, aquela não era uma sociedade segregacionista. Por isso, mesmo escravos e libertos participavam da construção do arcabouço social”,⁹⁹⁰ produzindo diferenças entre si e sancionando tais diferenças.

Em vista do que foi delineado, há um princípio comum às teorias acionadas por Jonis Freire e Marcelo S. Matheus. Ambos analisam a sociedade escravista que se forjou no Brasil tendo o cuidado teórico de levar em conta, dentre outros aspectos, algo comum, ou seja, a referência matricial africana (Freire e Matheus) e do Antigo Regime lusitano (Matheus) como fundamentos balizadores das interpretações a respeito da vida dos africanos e afrodescendentes, na formação do Brasil. Ao procederem dessa forma, os mencionados autores também dão uma contribuição no sentido de mostrar a pluralidade inscrita na formação do Brasil. Segundo Beatriz Mamigonian, “[...] Trata-se, antes de tudo, de resgatar a multiplicidade das culturas que compuseram a população brasileira e de rejeitar a idéia da convergência para a formação de uma só cultura, de raiz (ou alma) branca”.⁹⁹¹

Vimos, nesta seção, que algumas das teses investigadas acionaram uma noção de tempo construído na longa duração, a fim de melhor pensar sentidos culturais e políticos presentes nas ações dos sujeitos. Trata-se de uma forma de operacionalizar uma chave estrutural, com vistas a explicar as ações dos sujeitos no novo cenário que se formou no Brasil Colônia e Império. Conforme delineado também nesta seção, essa é uma perspectiva acionada por alguns historiadores que fazem parte da renovada historiografia da escravidão que foi escrita no período pós-1980,⁹⁹² afinal, conforme Mamigonian, “[...] O resgate da história dos africanos permite, antes de mais nada, mostrá-los como agente da própria história”.⁹⁹³

Quer os atores concordem ou não, considero que essa chave analítica é tributária, de alguma forma, da obra de Gilberto Freyre, na medida em que o sociólogo pernambucano valoriza, tanto na formação do povo português quanto na força da cultura africana, elementos que lhes permitiram pensar a formação do Brasil. Essa assertiva pode ser fundamentada, inclusive, pela forma como “*Casa-Grande & Senzala*” está disposto em capítulos, tendo em

⁹⁹⁰ Idem, p. 367.

⁹⁹¹ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Op. cit., 2004, p. 47.

⁹⁹² Cf. SLENS, Robert W. Op. cit., 1999; SILVA, Eduardo; REIS, João José. Op. cit., 1989.

⁹⁹³ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Op. cit., 2004, p. 46.

vista que cada capítulo investe na análise da contribuição de cada povo na construção do Brasil.⁹⁹⁴

6.1.2 O cotidiano como meio de analisar as ações dos sujeitos históricos

Na qualidade de uma reação, a historiografia da escravidão que foi escrita no período posterior aos anos 1980 se esmerou em combater claramente a “interpretação estruturalista”,⁹⁹⁵ que fazia parte de parcela substancial das pesquisas dos anos 1950-70. Por esse movimento combativo, em termos intelectuais,⁹⁹⁶ pode-se afirmar que as pesquisas passaram a transferir seu “foco para a colônia e a agência para grupos e indivíduos locais”.⁹⁹⁷

Um dos paradigmas que robusteceu as fileiras dessa virada foi o que passou a pensar o Brasil a partir do que Lara chamou de “registro do cotidiano colonial”.⁹⁹⁸ Nessa trilha, segundo Beatriz Mamigonian,

Depois de uma geração de historiadores engajada em desmontar o mito da escravidão benevolente, através de estudos sobre a violência no sistema e sobre a resistência escrava, sobretudo violenta, *assumiu o debate uma nova geração preocupada com o cotidiano dos escravos e com a variedade de relações dentro do sistema escravista.*⁹⁹⁹

Essa mudança teve, outrossim, um sentido de valorização teórica do material empírico. Há, no bojo dessa proposta, uma aposta na concretude da vida cotidiana como potência para a produção do conhecimento histórico. No caso de Lara, a aposta na mudança de paradigma teórico visava a superação do que ela considera como dualismos, especialmente no que concerne à “dicotomia entre paternalismo e violência”.¹⁰⁰⁰

Ao trazer o cotidiano, promove-se, quase que automaticamente, a oportunidade de se vislumbrar, nas fontes históricas, as ações dos sujeitos, de forma mais patente. Nesse sentido, o caminho sugerido por Lara, por exemplo, segue do particular (local ou cotidiano) ao geral, de sorte a se tentar atingir a profundidade dos relacionamentos sociais inscritos no dia a dia. No

⁹⁹⁴ FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006. Vale lembrar o que já disse acima: Robert W. Slenes também reconhece que a valorização da cultura africana é uma referência tributária, em alguma medida, é claro, da influência do antropólogo Melville Herskovits e reiterada Freyre. Ver: SLENES, Robert W. Op. cit., 1999, p. 35.

⁹⁹⁵ SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2009, p. 181.

⁹⁹⁶ Remete-se ao conceito de tradições eletivas. Cf. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014

⁹⁹⁷ SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2009, p. 181.

⁹⁹⁸ LARA, Silvia Hunold. Op. cit., 1988, p. 24.

⁹⁹⁹ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Op. cit., 2004, p. 35, com grifos meus para destacar o ponto em discussão agora na tese.

¹⁰⁰⁰ LARA, Silvia Hunold. Op. cit., 1988, p. 26.

caso do objeto de estudo da autora, a aposta é que o estudo do local, do particular permite, por conseguinte, pensar no conjunto da colônia, produzindo generalizações.¹⁰⁰¹

No material pesquisado aqui nesta tese, foram identificados trabalhos que se inspiram no cotidiano como um caminho analítico considerado prolífico para pensar seus objetos de estudo. É o caso, por exemplo, da pesquisa de Virginia Queiroz Barreto,¹⁰⁰² que trata do tema atinente às fronteiras entre a escravidão e a liberdade, a partir de histórias de mulheres pobres livres, escravas e forras no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888).

Esse trabalho mencionado acima investiga a história de mulheres cujas vidas orbitaram no limite entre a escravidão e a liberdade. É precisamente a partir dos caminhos percorridos por mulheres pobres livres, forras e escravas que a autora busca “uma maior aproximação das relações cotidianas vivenciadas por essas mulheres” ao “contexto da escravidão e no imediato pós-abolição”.¹⁰⁰³

Dialogando com parcela da historiografia da escravidão escrita nos anos 1950-70, Barreto tem como ponto de partida dois alicerces: o primeiro é a crítica aos estudos massivos sobre as *plantations*, no Brasil; o segundo é a perspectiva da escravidão como estrutura. Já se pode ver o quanto a referência teórica da autora bate de frente com as pesquisas balizadas no conceito de segunda escravidão, ainda que Queiroz não explicita claramente as referências ao conceito.

Em vista dessas discordâncias da autora em relação à parcela da historiografia dos anos 1950-70, cabe lembrar que a base teórica que ela mobiliza para pensar a importância do cotidiano decorre da influência de sua orientadora, Maria Odila Leite da Silva Dias. Segundo Queiroz, sua orientadora argumenta que “[...] Sempre relegado ao terreno das rotinas obscuras, o cotidiano tem se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais e novos de potencialidade e de conflitos e confrontos, onde se multiplicam formas peculiares de resistência e luta”.¹⁰⁰⁴ Complementando as palavras de Dias, Queiroz afirma: “[...] Esse foi, portanto, um caminho árduo que a historiografia social da cultura e do cotidiano enfrentou para interpretar fenômenos sociais impossíveis de serem captados a partir de enfoques estruturais e homogeneizantes, como salientou Maria Odila Dias”.¹⁰⁰⁵

Portanto, a tese de Virginia Queiroz Barreto é enfática em buscar, nas fontes, as histórias de vida de mulheres pobres, forras e escravas. O trabalho é iniciado com apontamentos

¹⁰⁰¹ Idem, pp. 24-25.

¹⁰⁰² BARRETO, Virgínia Queiróz. Op. cit., 2016.

¹⁰⁰³ Idem, trecho selecionado e construído a partir do Resumo da tese.

¹⁰⁰⁴ Idem, p. 16, nota de rodapé nº 1.

¹⁰⁰⁵ Idem, p. 20.

estruturais ligados à economia e sociedade. Essa é uma forma da autora posicionar seu objeto de estudo. Parece que ela visa, com isso, dar mais força à sua tese sobre as histórias de vida das mulheres.

O ponto forte da autora é discutir que as histórias de tais mulheres nos permitem um contato com uma escravidão que, cotidianamente, era tecida por pessoas que viviam sob o jugo do cativo e de uma estrutura que as revestia. No entanto, os sujeitos (as mencionadas mulheres) tinham o poder de construir suas vidas. Com isso, a autora quer nos mostrar que não se pode fixar o olhar nas determinações estruturais.

Em vista do que foi exposto, atônica da tese de Barreto recai no poder de agência das cativas. A agência faz parte tanto do arcabouço teórico quanto argumentativo da tese dessa pesquisadora, pois o trabalho em apreço operacionaliza, de forma capital, uma noção de tempo que é dada pela trajetória do cativo. A estrutura social aparece como “pano de fundo” que encobre a vida dos sujeitos.

Ao perscrutar a história de vida de Maria da Conceição,¹⁰⁰⁶ conforme se pode ver no capítulo final da tese de Barreto, fica clara a perspectiva temporal e narrativa da autora, no sentido de trazer à baila a temporalidade que fazia parte da vida dessa cativa que nasceu livre, foi escravizada e buscava voltar à sua condição de livre. São externados, pela historiadora, momentos importantes da vida de Conceição, de sua relação familiar (nascimento de filhos etc.), suas investidas na justiça, entre outros momentos caros à cativa que reverberam nas preocupações da pesquisadora em apreço.

Nesse sentido, chamo a atenção para o fato de que a própria narrativa da tese de Barreto se imiscui na história de Conceição e vai tecendo acontecimentos da vida privada dentro de seu cotidiano, escrutinando o caminho no seguinte sentido: nascida livre, feita cativa e, por fim, forra. Portanto, esse é um recurso não somente teórico mobilizado pela autora, mas também retórico, na medida em que usa da descrição do cotidiano para fazer florescer, para nós, sujeitos do século XXI, a vida cotidiana das personagens, a fim de destacar “a mulher como alvo privilegiado de análise”.¹⁰⁰⁷

¹⁰⁰⁶ Segundo artigo programático de Beatriz Mamigonian, as trajetórias de vida têm se tornado, crescentemente, pauta de pesquisa que contribui, deveras, para enriquecimento dos estudos sobre os africanos e afrodescendentes. Assim, “[...] Na fronteira dos estudos sobre os africanos na diáspora estão as reconstituições de trajetórias de vida. Ao contrário das biografias de pessoas que deixaram registros escritos e cuja memória passou para a história, estas reconstituições buscam as trajetórias de africanos escravizados que ficaram muitas vezes anônimos. Suas vidas ilustram as vidas de tantos outros que são em geral vistos só coletivamente, seja como números do tráfico, ou como massa de escravizados”. Conferir em: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Op. cit., 2004, pp. 45-46.

¹⁰⁰⁷ BARRETO, Virgínia Queiróz. Op. cit., 2016, p. 30.

A rigor, a impressão geral da leitura nos permite apontar uma certa sedução empirista na descrição das histórias de vida. A tese favorece a agência, de uma forma um pouco exagerada, conferindo menor importância para os referentes estruturais. Parece que o mais relevante é o que brota das trajetórias das mulheres estudadas em seus cotidianos. Logo, pode-se concluir que a análise enverga, de fato, para a agência em sua proposta teórica de discussão, conforme se pode observar no último parágrafo da tese:

Ao fim e ao cabo, nem todas elas [as mulheres investigadas na pesquisa] tiveram sucesso em suas trajetórias. Muitas permaneceram no anonimato, suas histórias se perderam no tempo e nunca serão contadas. No entanto, foi através dos fragmentos deixados nos documentos localizados nas caixas que se iniciou esta pesquisa – ao oferecerem o vislumbre das suas escolhas, do que fizeram, de como viveram – que algumas histórias foram tecidas. *Enfim, a trama de suas vidas pôde ser contada.*¹⁰⁰⁸

Outro trabalho de pesquisa investigado, que também inspira-se no cotidiano como chave importante para pensar seu objeto de estudo, é a tese de Robério Santos Souza.¹⁰⁰⁹ Trata-se de uma tese cujo objeto centra-se nas relações entre escravidão e trabalho livre, no âmbito dos canteiros da estrada de ferro de São Francisco, na Bahia, entre 1858-1863. As preocupações centrais são tanto as relações de trabalho quanto as interações sociais que se desenvolveram em decorrência da construção da mencionada ferrovia.

Dois procedimentos metodológicos são mais claramente operacionalizados por Souza, no seu percurso de análise das fontes. O primeiro é o cruzamento da documentação oficial do governo

[...] com manuscritos da polícia e judiciário, a exemplo de processos judiciais criminais, o que possibilitou conhecer melhor as políticas de recrutamento de mão de obra nacional e estrangeira mais as preocupações das autoridades políticas e policiais em relação aos trabalhadores.¹⁰¹⁰

Outro – mais importante para a análise que se desenvolve nesta seção – é a incorporação da vida cotidiana dos trabalhadores da ferrovia, por meio da documentação policial. Nesse sentido, o autor argumenta que leu os autos policiais não pelo que é sua função primordial, ou seja, ele visou enxergar não o crime em si, mas sim as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, numa leitura claramente enviesada dos autos. O excerto a seguir ajuda na fundamentação:

Mais do que uma reconstituição dos crimes ou de supostos criminosos, as fontes policiais nos informaram sobre a experiência de vida e a exploração do trabalho, a precariedade de condições e revelaram como as autoridades baianas acionaram

¹⁰⁰⁸ Idem, p. 233, com grifos meus para elucidar a preocupação da autora com a trama da vida dos sujeitos.

¹⁰⁰⁹ SOUZA, Robério, Santos. Op. cit., 2013.

¹⁰¹⁰ Idem, p. 12.

medidas repressivas e coercitivas, típicas de relações escravistas, para forçar os trabalhadores livres ao trabalho.¹⁰¹¹

A tese de Souza, conforme já registrado, é dotada de uma preocupação fulcral em discutir as relações de trabalho e sociais, tendo como ponto de partida o cotidiano dos trabalhadores. Nesse sentido, duas referências teóricas contribuem para a leitura das fontes.

A primeira refere-se ao conceito de experiência de Edward P. Thompson,¹⁰¹² com sua potencialidade em mediar o processo histórico de formação de identidades dos trabalhadores.¹⁰¹³ Este conceito, segundo Souza, ajuda a pensar a experiência de vida dos trabalhadores que, cotidianamente, experimentavam a exploração de sua mão de obra. Além disso, contribui para a compreensão de aspectos do processo histórico escravista brasileiro, a partir das ações realizadas pelo sujeitos.

A segunda concerne à noção de “‘precariedade’ de Sidney Chalhoub e de Henrique Espada”.¹⁰¹⁴ Essa noção contribui para a compreensão dos “[...] imprecisos limites entre escravidão e liberdade no século XIX”.¹⁰¹⁵ O uso da noção de “precariedade” favoreceu a análise e as discussões realizadas por Souza no sentido de dar conta das “[...] relações entre o trabalho escravo e o trabalho livre na sociedade escravista brasileira, mostrando suas conexões e não uma ‘oposição irreconciliável’”.¹⁰¹⁶

É a partir desse quadro teórico que o historiador em pauta investe na análise das relações sociais que recheavam o cotidiano da vida dos trabalhadores. As fontes foram lidas com base nessa perspectiva, ou seja, com o objetivo trazer à tona as interações tecidas pelos trabalhadores, articulando-as às condições sociais e de trabalho, naquele mundo escravista brasileiro do século XIX.

Com base no que foi apresentado, é notório que a tese intitulada “‘SE ELES SÃO LIVRES OU ESCRAVOS’” tem como ponto de partida os acontecimentos em que os sujeitos históricos estão envolvidos. Há uma clara valorização das ações dos atores em suas relações e experiências cotidianas, tendo em vista que Souza declara que espera ter encontrado, “na análise

¹⁰¹¹ Idem, *ibidem*.

¹⁰¹² Não podemos esquecer, conforme já exposto no capítulo três desta tese, que Silvia Lara, que foi a orientadora de Souza, considera primordial a contribuição de Thompson na renovação dos estudos sobre a escravidão ocorrida no Brasil. Conferir em: LARA, Silvia H., *Op. cit.*, 1995. A força do conceito de experiência pode ser compreendida, ainda que de forma básica, a partir do excerto a seguir: “Classes não existem como categorias abstratas – platônicas –, mas apenas à medida que os homens vêm *desempenhar* papéis determinado por objetivos de classe, sentindo-se *pertencentes* a classes, definindo seus interesse tanto entre sim mesmo contra outras classes”. Cf. THOMPSON, Edward Palmer. *Op. cit.*, 2012, p. 107, com grifos no original.

¹⁰¹³ Cf. SOUZA, Robério, Santos. *Op. cit.*, 2013, p. 12.

¹⁰¹⁴ Idem, p. 13, com grifos no original.

¹⁰¹⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁰¹⁶ Idem, *ibidem*, com grifos no original.

das relações de trabalho dos canteiros da estrada de ferro, uma pequena porta de entrada que venha a contribuir para o debate”¹⁰¹⁷ acerca das relações entre trabalho escravo e livre, no Brasil Oitocentista.

Uma vez que adotou o ponto de vista cotidiano das relações de trabalho dos supracitados trabalhadores como ponto de partida, o autor da tese em análise relaciona tais histórias de vida ao contexto brasileiro escravista do período, pouco ou quase nada se referindo à conjuntura global.¹⁰¹⁸ Em outros termos, ao conhecer o cotidiano da vida dos sujeitos históricos através de suas experiências, Robério Souza investe no conhecimento das ações interativas dos sujeitos, a fim de compreender o cotidiano a partir de sua relação com o contexto brasileiro mais amplo.

Ainda que não tenha deixado claro, em sua tese, pode-se concluir que a visão teórica de Souza segue relativamente próxima à que foi formulada por sua orientadora, Sílvia H. Lara, em “*Campos da violência*”. Neste livro, a autora declara, de acordo com o que foi visto acima (no terceiro capítulo desta tese), que “o tratamento em profundidade da temática em uma região específica” favorece a possibilidade de traçar um “caminho que vai do particular ao geral”.¹⁰¹⁹

Nesse sentido, o trabalho de Souza, ao chegar ao nível geral (que, neste caso, representa a conjuntura brasileira), discute com interpretações arraigadas que defendem os afastamentos patentes e unívocos entre trabalho escravo e livre. O autor argumenta, a partir de outra linha teórica, que houve diferenças (afastamentos) e proximidades entre trabalho livre e escravo, conforme trecho a seguir:

A multidão formada por diferentes trabalhadores estrangeiros e nacionais livres, libertos e escravos continuou compartilhando experiências em comum de opressão, exploração, sociabilidade e conflitos. Se, por um lado, as diferenças incentivavam os seus conflitos e as rivalidades internas, comprometendo o reconhecimento comum, por outro lado, as suas experiências de exploração poderiam suprimir as diferenças e moldar a formação de identidades entre os trabalhadores.¹⁰²⁰

As referências teóricas de Souza foram, portanto, primordiais para que ele pudesse chegar a essas conclusões a respeito das possibilidades ora de afastamento, ora de proximidade entre os trabalhadores livres e os escravizados ou entre as formas de trabalho livre e escravo. Ao se aproximar do cotidiano dessas pessoas, a lente empregada por Souza favoreceu e

¹⁰¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁰¹⁸ Ao assinalar que o autor não tem como foco transcender o contexto, intenta-se mostrar, claramente, que ele não está referenciado em conjunturas globais. Logo, não tem vínculos teóricos claros com o conceito de segunda escravidão, tal como as teses de Parron e Pessoa, por exemplo. Conferir em: PARRON, Tâmis Peixoto. Op. cit., 2015; PESSOA, Thiago Campos. Op. cit., 2015.

¹⁰¹⁹ LARA, Sílvia H. Op. cit., 1988, p. 24.

¹⁰²⁰ SOUZA, Robério, Santos. Op. cit., 2013, p. 214.

potencializou a compreensão da concretude das ações sociais.¹⁰²¹ O trecho a seguir ajuda a fundamentar o que foi afirmado:

Comumente vista como um bando de homens desprovidos de elos sociais e desconexos, a multidão de trabalhadores, em suas ações, nas rivalidades ou nas solidariedades horizontais, expressou suas lógicas internas, suas próprias visões de mundo e, também, apontou como suas diferentes experiências mediaram o processo histórico de construção de classe no contexto da sociedade escravista oitocentista.¹⁰²²

6.1.3 Em torno da referência teórica da micro-história: em busca da complexidade inscrita na relação entre senhores e escravos

Todas as teses que se comunicam com o paradigma operacionalizado pela historiografia pós-1980 poderiam ser mencionados, de alguma forma, nesta seção que se inicia. Isso porque a noção de “complexas relações” entre os sujeitos remete, claramente, a uma pauta teórica dessa historiografia¹⁰²³ que foi posta em prática com o objetivo de ampliação das possibilidades de conhecimento do tema em pauta.

Essa referência é, de algum modo, fruto da incorporação de um aspecto relevante do paradigma freyreano, ou seja, caminha numa senda aberta por Gilberto Freyre no sentido de valorizar a participação do negro, na formação do Brasil. Por isso, cabe um debate em termos teóricos. Marcelo Santos Matheus, em sua tese, argumenta que o sociólogo pernambucano – assim como Caio Prado Jr. – operou com uma visão que dividia escravos e senhores.¹⁰²⁴ Prefiro afirmar que a obra de Freyre tem caráter ensaístico e, em função disso, a visão de Matheus não se coloca totalmente fora de propósito, até porque a própria divisão de capítulos de *Casa-Grande & Senzala* opera com a noção de construção do Brasil pelos três povos formadores. Pesquisas recentes – e a de Matheus entra nesse rol – evidenciam o quanto a formação do Brasil apresentou um caráter mais complexo, no que se refere às relações estabelecidas entre grupos sociais. A própria produção da diferença, conforme sustenta Matheus, assenta-se nessa linha de raciocínio da complexidade, evocando aspectos importantes da escravidão brasileira como um todo.

Não obstante, cabe lembrar que Freyre, de acordo com o que discutido aqui, no primeiro capítulo desta tese, não deixou de pensar a formação do Brasil olhando as aproximações entre

¹⁰²¹ LARA, Sílvia H. Op. cit., 1988, pp. 21-24.

¹⁰²² SOUZA, Robério, Santos. Op. cit., 2013, p. 214.

¹⁰²³ Conforme já exposto em nota de rodapé anterior (acima), é importante frisar que Sílvia H. Lara é uma das pesquisadoras que chama a atenção para essa pauta. Conferir em: LARA, Sílvia H. Op. cit., 1988, p. 25.

¹⁰²⁴ MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., p. 21.

senhores e cativos. A tese desenvolvida, aqui, é que Freyre, sociologicamente, ora enxerga os grupos mencionados em oposição franca, ora procura evidenciar suas aproximações, tudo isso dentro da noção de “equilíbrio de antagonismos”.¹⁰²⁵ Por esse caminho, o sociólogo pernambucano enxerga as contribuições (e atuações) diversas desempenhadas e protagonizadas pelo negro, na formação do Brasil, lançando um olhar que valoriza as relações estabelecidas por africanos e afro-brasileiros. Além disso, Freyre não trata o negro apenas como escravo. O trecho a seguir ajuda a substancializar o argumento: “Muitos acrobatas de circo, sangradores, dentistas, barbeiros e até mestre de meninos – tudo isto foram os escravos do Brasil; e não apenas negros de enxada e de cozinha”.¹⁰²⁶ O excerto abaixo também contribui nesse sentido, mostrando que o autor reconhece as aproximações entre os grupos sociais e a complexidade presente nas relações sociais:

Sucedeu, porém, que a língua portuguesa nem se entregou de todo à corrupção das senzalas, no sentido de maior espontaneidade de expressão, nem se conservou acalafetada nas salas de aula das casas-grandes sob o olhar duro dos padres-mestres. A nossa língua nacional resulta da interpenetração das duas tendências. Devemo-la tanto às mães Bentas e às tias Rosas como aos padres Gamas e aos padres Pereiras. O português do Brasil, ligando as casas-grandes às senzalas, os escravos aos senhores, as mucamas aos sinhôs-moços, enriqueceu-se de uma variedade de antagonismos que falta ao português da Europa.¹⁰²⁷

Minha visão, operacionalizada aqui nesta tese, considera que a historiografia deve ser pensada não somente pelas substituições, mas, também, contemplando as penetrações das influências dos paradigmas clássicos na contemporaneidade, considerando-se o articulado jogo entre permanências e mudanças.¹⁰²⁸ Portanto, ratifico que considero que esse aspecto específico – marcante na teoria freyreana – está presente na historiografia pós-1980, na medida tal tendência assume a complexidade inscrita nas relações sociais como uma noção teórica importante.

Retomando o fio condutor da exposição, informo que as teses de Vanessa Gomes Ramos Sanches e Marcelo Santos Matheus são colocadas nesta seção porque seus argumentos e suas referências teóricas posicionam-se dentro de um eixo cujo norte é sempre a busca pela complexidade inscrita nas relações sociais. Cabe insistir e destacar que outros trabalhos poderiam figurar na atual seção, mas as escolhas feitas aqui não tiveram o sentido preciso e

¹⁰²⁵ FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006, p. 116.

¹⁰²⁶ Idem, p. 505.

¹⁰²⁷ Idem, p. 417. Aqui, os antagonismos claramente são posicionados como interpenetração. É por isso que o argumento desenvolvido vai no sentido de indicar ora as dissensões, ora os afastamentos, num jogo imperfeito e sem uma linearidade na condução da visão do autor sobre a relação senhor-escravo. A ambiguidade é uma característica que está presente na obra em apreço. Ver: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen Op. cit., 1994, pp. 53-57.

¹⁰²⁸ Cf. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014.

estrito de separar cabal e definitivamente os trabalhos. As escolhas tiveram o objetivo de, cognitivamente, organizar blocos de apresentação das discussões, a partir de algumas chaves comuns que nos permitem pensar os trabalhos, de alguma forma, conjuntamente. Enfim, parece-me que os trabalhos do autor e da autora em apreço nos remetem a claras reflexões e conclusões que enfatizam a complexidade inscrita nas relações escravistas, tanto quanto a referência teórica que gravita em torno da micro-história.

A tese de Vanessa Gomes Ramos Sanches¹⁰²⁹ resulta de um trabalho de pesquisa cujo objetivo matricial é compreender as relações estabelecidas entre senhores e cativos, com base, especialmente, nas cartas de alforria. Dessa forma, pode-se propor que os caminhos da liberdade no Rio de Janeiro Imperial é o objeto de estudo da autora.

O trabalho enfatiza as interações entre senhores e cativos como algo importante para a compreensão das alforrias, mostrando as diversas situações que compuseram o caminho em direção à liberdade. “Neste sentido, compreendo a manumissão como resultado de uma relação de poder”¹⁰³⁰ entre os sujeitos históricos representados por senhores e escravos. “Esta [a manumissão], não obstante desigual em sua estrutura, traduzia acima de tudo a resultante de um processo relacional, com atores e seus respectivos interesses bem definidos e visceralmente vinculados”.¹⁰³¹ Por isso,

Abordar um tema envolvendo afetividade na relação senhor-escravo, portanto, mostra-se árdua tarefa que apenas se inicia. Ainda conforme Góes, a despeito da impiedade da escravidão, laços múltiplos e complexos foram estabelecidos entre os senhores e seus escravos, laços afetivos. Ter um olhar maniqueísta acerca das relações humanas, compreender a escravidão como pautada apenas na opressão, a meu ver, empobrece a análise, subestimando-se a riqueza inerente às relações afetivas entre senhores e escravos.¹⁰³²

Seu quadro teórico coloca em destaque os sujeitos históricos. Sem negar o peso da estrutura na análise do objeto de estudo, Sanches se apoia em Michel Bertrand para afirmar que sua ênfase recai “nos processos e interações e não nas estruturas”.¹⁰³³ Outro teórico que contribui na construção da perspectiva de Sanches é Giovanni Levi, historiador cuja pesquisa se insere nos estudos caracterizados como vinculados à micro-história.¹⁰³⁴ Segundo o historiador italiano, a observação intensiva de uma situação singular tem o objetivo de procurar fenômenos que

¹⁰²⁹ SANCHES, Vanessa Gomes Ramos. Op. cit., 2017.

¹⁰³⁰ Idem, p. 71.

¹⁰³¹ Idem, Ibidem.

¹⁰³² Idem, Ibidem.

¹⁰³³ Idem, p. 115.

¹⁰³⁴ BARROS, José D’Assunção. Op. cit., 2004, p. 160. Ver também: REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. Op. cit., 1998, pp. 15-38; LEVI, Giovanni. Op. cit., 1992, pp. 133-161; GINZBURG, Carlo. Op. cit., 1989, pp. 143-180.

podem assumir significados novos diante da visão homogênea que é propiciada pela dimensão macroestrutural assumida.¹⁰³⁵ Em decorrência disso, ao analisar a noção de rede que foi mobilizada e colocada em prática por este teórico, Sanches afirma que “[...] o pressuposto de que as estruturas sociais são, na verdade, um conjunto de redes estabelecidas pelos indivíduos a partir, até certo ponto, de seus próprios desejos e interesses, é essencial para o trabalho [de Levi e sua ideia de redes]”.¹⁰³⁶

As referências teóricas mencionadas acima (Bertrand e Levi) – e outras que caminham nessa linha – orientam toda a tese de Sanches. Não é à toa que sua visão sobre alforria está orientada, eminentemente, para o relacional. A autora não deixa de levar em conta a influência da estrutura (especialmente a força da dimensão econômica), mas procura valorizar sobremaneira as relações entre os sujeitos, recusando, precisamente, uma visão que prega tanto a determinação da dimensão estrutural quanto a da economia.

Sobre o tema da manumissão, ela segue o ponto de vista de seu orientador, conforme se observa no trecho a seguir:

A liberdade conquistada por meio da alforria era o resultado de um processo relacional, processo este que não se resumia à relação senhor / libertando, constituído também em seus meandros por uma infinidade de relações estabelecidas entre indivíduos e instituições, uma extensa gama de possibilidades, como afirmou Manolo Florentino.¹⁰³⁷

Diante dos argumentos delineados, é importante lembrar que um dos contendores eleitos pela autora é Jacob Gorender ou, dito de outro modo, parcela da produção historiográfica sobre a escravidão que teve grande força nos anos 1950/70. Com o mencionado autor (e com tal produção), Sanches trava um debate sobre o papel de agência dos cativos, de modo a posicionar sua perspectiva sobre o que ela considera ser a melhor forma de se pensar a escravidão ocorrida no Brasil. Segundo a autora,

[...] Na década de [19]70, Jacob Gorender deixou ainda mais marcado o viés economicista em suas reflexões sobre a escravidão no Brasil. A violência foi entendida por Gorender como a mais expressiva forma de reprodução deste escravismo, que trazia consigo a marca da identidade de “peça” nas bases das relações sociais do cativo. Como resultado da violência e opressão, o cativo caracterizava-se pela incapacidade em permitir interações. O cativo subtraía-lhe a humanidade e imputava-lhe uma condição anômica. Ou seja, o conceito subjacente à obra de Gorender é o da anomia.¹⁰³⁸

¹⁰³⁵ LEVI, Giovanni. Op. cit., 1992, pp. 133-161.

¹⁰³⁶ SANCHES, Vanessa Gomes Ramos. Op. cit., 2017, p. 114.

¹⁰³⁷ Idem, p. 112.

¹⁰³⁸ Idem, p. 192, com grifos no original.

Na perspectiva adotada por essa historiadora, as relações entre senhores e cativos não podem ser vistas pela generalização, tampouco por uma imposição de uns sobre outros. O escravismo deve ser visto, segundo ela, como uma relação entre desiguais, mas uma relação que, necessariamente, deve estar atenta às complexidades. Em decorrência dessa posição teórica, ela contesta a visão de que a violência seria a única base constituinte da relação senhor-escravo.¹⁰³⁹

Sanches defende, destarte, que as relações entre esses sujeitos são, de acordo com os documentos consultados por ela, de complexidade. Logo, contemplam possibilidades de aproximações e de distanciamentos; contemplam, portanto, uma formação mútua, isto é, uma formação em que a constituição do senhor é engendrada na interação com o escravo e vice-versa.¹⁰⁴⁰

Ao se posicionar num ponto de vista estrutural e com uma preocupação eminentemente econômica, Gorender não foi capaz, segundo Sanches, de enxergar a agência dos sujeitos contida nos documentos históricos. Em razão disso, interpretou o papel dos cativos como sujeitos em estado de anomia social, o que foi fartamente combatido pela historiografia dos anos 1980, incluindo Manolo Florentino, que é orientador de Sanches e uma das referências teóricas caras para a pesquisa dela. É por esse caminho que a autora considera que “[...] Os escravos foram agentes históricos, capazes de criar estratégias e inserir-se em redes sociais que o ajudavam a viver melhor no regime escravista ou, até mesmo, concorriam para o alcance da esperada liberdade”.¹⁰⁴¹

A tese de Marcelo Santos Matheus,¹⁰⁴² além de acionar uma chave explicativa que valoriza o tempo longo, conforme analisado anteriormente, lastreia-se, fortemente, em sua base empírica e, em boa medida, na referência teórica provida pela micro-história. Trata-se de uma tese que se preocupa em investigar questões atinentes à escravidão (alforria, batismo e mobilidade social), com o objetivo de discutir a produção da diferença e a hierarquização engendrada a partir das relações sociais inscritas na região de Bagé, atual Rio Grande do Sul, no decurso século XIX.

Conforme apontado anteriormente, uma base teórica acionada pelo autor da tese é a micro-história de matriz italiana. Matheus mostra o quanto que, em seu trabalho, o micro ou

¹⁰³⁹ Silvia H. Lara, de acordo com o que foi exposto anteriormente, é uma das pioneiras, senão a primeira mesmo, a estabelecer essa discussão que procura enxergar a relação senhor-escravo não a partir de uma visão dualista orientada pelo binômio violência versus paternalismo. Lara propõe que os pesquisadores se esmerem a fim de enxergar complexidade dessa relação. Ver: LARA, Silvia H. Op. cit., 1988.

¹⁰⁴⁰ SANCHES, Vanessa Gomes Ramos. Op. cit., 2017, p. 71.

¹⁰⁴¹ Idem, p. 116.

¹⁰⁴² MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016.

local é estudado a partir de questões gerais. Nesse sentido, duas questões gerais que norteiam sua pesquisa remetem à natureza da escravidão no século XIX brasileiro e aos motivos pelos quais a escravidão alcançou grande grau de legitimidade social e estabilidade espaço-temporal. Essas são questões orientadoras da análise da localidade de Bagé, pois tornam produtivas, na perspectiva teórica do autor, a compreensão da escravidão como um todo, uma vez que permitem um diálogo dos estudos sobre a localidade mencionada com outras regiões do Brasil.

Há, nessa perspectiva, uma preocupação especial como que o autor chama de processo de individualização dos sujeitos históricos, de forma a não encaixar tais sujeitos em categorias preexistentes, mas, efetivamente, dentro de situações contextuais (e realistas), em que o conhecimento intenso da vida prática pode fornecer base para se pensar a diversidade e complexidade inscritas nas ações dos sujeitos.

Não obstante, Matheus faz questão de ressaltar que tais ações são investigadas e observadas sob o revestimento da sociedade escravista como um todo.¹⁰⁴³ Vejamos as palavras do próprio autor para explicar a relação indivíduo e sociedade, em sua perspectiva teórica:

A partir deste arcabouço teórico, pretendeu-se respeitar o processo de individualização dos sujeitos históricos que conformavam aquela sociedade, tentando capturar as características daqueles escravos e egressos do cativerio (sic) situados no topo da hierarquia (os quais, no caso dos escravos, provavelmente foram aqueles que tiveram sua vida melhor documentada) para apreender que atributos os diferenciavam (bem como suas escolhas) dos demais. Todavia, temos consciência de que a “configuração” social em que um indivíduos se encontrava condicionava (sic) em grande medida suas decisões.¹⁰⁴⁴

Matheus apoia-se bastante em Edoardo Grendi. De acordo com Jacques Revel, a proposta analítica de Grendi é baseada, sinteticamente, na formulação de um oxímoro: “excepcional normal”.¹⁰⁴⁵ A proposta de Grendi, ao final das contas, visa integrar, analiticamente, o desvio ou a anormalidade ao modelo estável. Enfoca, pois, na ideia de que os percursos e histórias individuais podem ser contempladas numa gama maior de questões. Logo, “poder-se-ia dizer que o ‘excepcional’ se tornaria ‘normal’”.¹⁰⁴⁶

A tese de Matheus guarda consigo, portanto, uma “abordagem relacional”.¹⁰⁴⁷ Desse modo, considera, de forma crucial, os indivíduos ou as situações concretas como ponto de partida da produção de conhecimento. No caso dos escravos, a perspectiva de análise que se tem com essa referência teórica fundamenta-se na possibilidade de compreender não somente

¹⁰⁴³ Cf. REVEL, Jacques. Op. cit., 1998, pp. 21-22. Cumpre realçar que, para este historiador francês, não há, a partir do trabalho de microanálise, um abandono da ideia de totalidade.

¹⁰⁴⁴ MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016, pp. 42-43, com aspas no original.

¹⁰⁴⁵ REVEL, Jacques. Op. cit., 1998, p. 32.

¹⁰⁴⁶ Idem, p. 33.

¹⁰⁴⁷ MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016, p. 43.

como esses sujeitos se integraram à hierarquia social presente naquele contexto, mas, também, em que medida suas ações ilustram ou exemplificam que “eles também participaram da produção daquela hierarquia”.¹⁰⁴⁸ Em função disso, pode-se afirmar que, para o trabalho em apreço, os escravos são enxergados como sujeitos histórico se “não somente como vítimas”.¹⁰⁴⁹ O autor faz uma ressalva ao afirmar que os escravos não são vistos simplesmente como vítimas, “contudo, sem perder de vista que eles atuavam em meio a uma sociedade extremamente hierarquizada e, conseqüentemente, dispunham, em geral, de menos ferramentas para alcançar seus projetos”¹⁰⁵⁰.

Após apresentar, em sua tese, a estrutura produtiva e populacional da região de Bagé, o historiador em questão, na terceira parte de seu trabalho, passa a analisar as ações dos indivíduos, sejam eles escravos, libertos ou livres (incluindo os senhores). Trata-se de uma parte da tese em que centraliza sua análise substancialmente nas ações dos sujeitos históricos. Emergem desses casos ou dessas histórias de vida um conjunto de situações que ilustram, na perspectiva do autor em pauta, o quanto a região em apreço permite a apresentação de uma base de informações que ajudam na compreensão de questões gerais sobre a escravidão brasileira ocorrida no século XIX.

A partir das situações concretas contidas no material empírico e com base em seu arcabouço teórico, o autor analisa as ações dos atores sociais, entrelaçando-as com questões referentes às limitações estruturais que faziam parte daquele mundo escravista. “Neste sentido, objetivamos compreender como escravos e libertos contribuía, dentro das limitações inerentes às suas condições sociais (e jurídicas), para moldar aquela sociedade e sua hierarquia”.¹⁰⁵¹

Portanto, a tese de Matheus se apoia nas relações estabelecidas entre os sujeitos. Essa é a base para análise do autor. Nesse sentido, não há uma premissa apriorística e centrada apenas nas abstrações teóricas. Todos os capítulos são fartos em apresentação de dados empíricos. A realidade é reconstruída – analítica e cognitivamente – tendo esses dados como ponto de partida evidente. As ações dos sujeitos são deveras importantes para o autor, até porque essa é uma das contendas que ele trava com parcela da historiografia dos anos 1950-70. Conforme visto, dentro da referência teórica com a qual trabalha, não se pode pensar o conhecimento histórico, senão tendo o material empírico como ponto de partida, funcionando como base e como semente. É

¹⁰⁴⁸ Idem, p. 44.

¹⁰⁴⁹ Idem, p. 44. Matheus faz remissão a um comentário de João Fragoso, seu orientador, no prefácio do livro de Roberto Guedes, seu coorientador.

¹⁰⁵⁰ Idem, p. 44.

¹⁰⁵¹ Idem, p. 224.

esse o fundamento que vai conferir força à produção do conhecimento e fazer emergir uma visão sobre a sociedade como um todo.

Como fator derivativo dessa linha teórica que sustenta a pesquisa, é pertinente acrescentar, por fim, que a tese de Matheus faz uma discussão historiográfica bastante importante para o campo dos estudos sobre a escravidão, no Brasil. Trata-se do debate que trava com pesquisadores ancorados no conceito de segunda escravidão¹⁰⁵² e outros autores clássicos (Gilberto Freyre e Caio Prado Jr).

Nesses debates travados no âmbito da historiografia, o que vale ressaltar – no tocante à relação agência e estrutura – é o fato de fixar como ponto de partida a predileção pelo “processo de individualização dos sujeitos históricos”.¹⁰⁵³ Essa referência teórica faz com que o autor não conceba generalizações que sejam dadas *a priori* ou que operem com uma categoria de entendimento no sentido de totalidade fora das bases contidas na empiria. Essa é uma discussão forte que ele trava com os pesquisadores clássicos supraditos.

Em decorrência desse quadro teórico, a generalização operada no processo de pesquisa tem como ponto de partida eminente a base empírica de análise que constitui a semente analítica de uma sociedade. É a partir dessa operacionalização teórica que o autor visa dar uma resposta às questões gerais que foram formuladas sobre a escravidão; é a partir disso que ele procura comparar seus estudos com outros, a fim de buscar a composição de um quadro mais geral etc.

6.1.4 Acompanhando a trajetória dos escravizados e priorizando a agência

Há algo que tem perpassado muitas das páginas aqui escritas e que confere uma referência homóloga às pesquisas que se posicionam na órbita da historiografia da escravidão que foi escrita nos anos posteriores a 1980: trata-se da “ênfase nas questões ligadas ao poder de agência dos escravos”.¹⁰⁵⁴ De acordo com o que tem sido colocado em tela, constantemente, a agência dos sujeitos, em especial a dos escravizados, é um paradigma que fortemente foi

¹⁰⁵² O debate dá especial atenção ao livro já citado aqui: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016. Esse debate será mais bem desenvolvido à frente, no item 6.3.

¹⁰⁵³ MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016, p. 42.

¹⁰⁵⁴ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2017a, p. 342. Usamos, em notas de rodapé anterior, autores do quilate dos citados a seguir, com vistas a fundamentar a apreensão: QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Op. cit., 1998; CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990, p. 20; SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2009; LARA, Silvia H., Op. cit., 2005

defendido por essa historiografia, em franco e aberto debate com parcela das pesquisas que grassaram no período entre 1950-70.¹⁰⁵⁵

Evidentemente, as teses recentes guardam, em seu aparato teórico, uma especial atenção para a agência cativa. No entanto, há que se ressaltar que há pesquisas que se esmeram em acompanhar ainda mais de perto essa perspectiva, quase que negligenciando (ou, às vezes, negligenciando mesmo) os referentes mais amplos como contexto e estrutura.

No escopo desta minha pesquisa, três teses podem ser evidenciadas pelo fato de apresentarem, de uma forma mais destacada, preocupações nucleares com o acompanhamento imerso no ponto de vista cativo. São as teses de Maíra Chinelatto Alves, Kátia Lorena N. Almeida e a o já abordado(acima) trabalho de Virgínia Queiróz Barreto.

A tese de Maíra Chinellato Alves¹⁰⁵⁶ discute um conjunto de aspectos concernentes à escravidão, baseada em consulta a processos criminais instaurados em Campinas, na segunda metade do século XIX. A tese busca, a partir da perspectiva cativa que aparece nos autos criminais, compreender diversos aspectos que fizeram parte da vida de comunidades escravas da região mencionada, como, por exemplo, famílias escravas, a condição feminina, as fronteiras entre liberdade e escravidão, os crimes cometidos por escravos, a relação entre senhor e cativos (e cativas) e a violência no cativo.

Diferentemente de algumas outras pesquisas analisadas anteriormente, o *corpus* documental da pesquisa de Maíra Alves não é extenso, uma vez que se apoia eminentemente em processos criminais. Segundo a autora,

[...] A centralidade do trabalho na vida destes indivíduos [escravizados] pode ser observada constantemente nos autos criminais; era neste ambiente que conviviam socialmente, desenvolviam amizades, desenrolavam-se zangas e confusões, faziam e executavam planos, viviam enfim.¹⁰⁵⁷

O uso de processos criminais favorece a consecução do objetivo primaz da autora, que é investigar aspectos da vida dos escravos, tendo em vista que tais fontes encontram-se recheadas de participações, de depoimentos e de visões dos cativos sobre seus cotidianos. Tais

¹⁰⁵⁵ Conforme já apontado, Marquese e Salles também são críticos das análises esquemáticas que prevaleceram em parcela das pesquisas do período citado, mas fazem questão de pontuar que “[...] Em muitos sentidos, seu livro *Da senzala à colônia* [de Emília Viotti da Costa] pode ser considerado a melhor obra de história sobre a escravidão brasileira do século XIX redigida sob a perspectiva de análise estrutural corrente na década de 1960”. Não obstante o elogio, os autores fazem questão de situar a obra em seu tempo, especialmente no que concerne à sua consideração sobre o lugar ocupado pela escravidão negra na dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, no século XIX, pois, sinteticamente abordando, a autora enxerga uma crise e os autores veem um grande impulso na escravidão ocorrida no período. Conferir em: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, pp. 126-127.

¹⁰⁵⁶ ALVES, Maíra Chinelatto. Op. cit., 2015.

¹⁰⁵⁷ Idem, p. 54.

documentos possibilitam, dessa forma, “[...] alcançar diferentes aspectos das vidas de pessoas que podem ser apreendidos através das informações prestadas quando da ocorrência de crimes”.¹⁰⁵⁸

Por essa perspectiva teórica, a leitura das fontes tem uma função de evidenciar aspectos da escravidão, mas enfocando, substancialmente, no ponto de vista cativo, haja vista que a autora se interessa por perscrutar aspectos concernentes à autonomia cativa¹⁰⁵⁹ frente às determinações estruturais e à dominação senhorial. É por isso que os autos criminais são a base informativa para a análise de Alves.

Em razão do que foi apresentado acima, pode-se propor que a tese de Alves é enfática em buscar, nos processos criminais, a perspectiva dos cativos, tendo como referência suas relações de amizade, solidariedade ou, por vezes, suas desavenças, inimizades etc. Como prova da ênfase na perspectiva cativa, a autora realiza, no decurso do trabalho, inúmeras alusões à autonomia dos escravizados, às possibilidades deles desfrutarem de sua agência própria,¹⁰⁶⁰ mesmo diante de um sistema escravista que os dominava e os submetia a uma vida de trabalho dura, intensa e constante.

O ponto de partida da análise é centrado, principalmente, na vida dos escravos. Aliás, a própria estrutura narrativa da tese é contundente em se manter como se fosse um holofote que ilumina o passado, funcionando, metaforicamente, como uma espécie de luz presa no topo da cabeça dos sujeitos. É esse o tom e o caminho que a narrativa toma em grande parte da exposição. O último parágrafo da tese de Alves contribui, sobremaneira, para fundamentar a assertiva feita acima e para nos informar sobre o caminho teórico que a autora perseguiu ao longo de todo o texto. Vejamos o excerto:

Dialogando com uma rica historiografia que tem sido bem sucedida em reafirmar a agência exercida por homens e mulheres escravizados no Brasil, este estudo procurou desvendar as perspectivas dos próprios sujeitos sobre esta agência, *mergulhando em suas narrativas* sobre si mesmos e alcançando, assim, novas interpretações sobre as realidades e cotidianos da escravidão no Império.¹⁰⁶¹

¹⁰⁵⁸ Idem, p. 26.

¹⁰⁵⁹ Trata-se de um ponto primordial na tese de Alves e que é tributário das pesquisas que mostram o lugar intelectual de sua orientadora, Maria Helena Pereira Toledo Machado. Conferir em: MACHADO, Maria Helena P. T. Op. cit., 1988.

¹⁰⁶⁰ Duas são as referências teóricas que balizam mais incisivamente a tese da autora são sua orientadora, Maria H. P. T. Machado, conforme nota de rodapé anterior, e Sidney Chalhoub. Para este último ver: CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990.

¹⁰⁶¹ ALVES, Maíra Chinelatto. Op. cit., 2015, p. 296, com grifos meus para realçar o modo de apresentação dos resultados da pesquisa e elucidar a metáfora do holofote preso à cabeça dos cativos. Essa forma de construção narrativa se espousa com a valorização da agência dos sujeitos. Aliás, cabe acrescentar que reverbera essa produção teórica e, até mesmo, política da autora.

Tais elementos destacados acima não obstam o esclarecimento de uma característica importante da tese de Alves. Essa autora lê os documentos, prioritariamente, buscando o cotidiano dos cativos, mas, concomitantemente, em variadas passagens e análises, ela se esforça em produzir uma relação entre a vida cotidiana dos escravizados e o contexto maior que revestia suas vidas. Dessa forma, a pesquisadora procura conectar os acontecimentos presentes nos autos criminais – e que conduzem sua narrativa na maior parte do trabalho-com o sentido contextual dessas ações. Em outros termos e usando uma analogia empregada por Tâmis Parron, a autora não se atém exclusivamente à unidade de observação e busca a unidade de análise.¹⁰⁶²

Cumpra assinalar que Alves não realiza esse movimento ao longo de todo o seu trabalho. No entanto, há partes em que fica clara essa concepção articuladora entre unidade de observação e unidade de análise, tornando a discussão proposta por ela mais densa, em algumas situações, como a que está exposta a seguir:

Era, porém, naquele ambiente [hostil e violento] que eles viviam juntos a escravidão, formando assim profundos laços com seus parceiros e parceiras. Tentavam fugir ou proteger-se uns aos outros de demasiados e imerecidos castigos, auxiliavam-se mutuamente em suas pequenas roças, decidiam quais as estratégias mais interessantes para alcançar melhorias nas próprias condições, sobreviviam às agruras do cativo e tentavam dizimá-las. Algumas vezes, acreditavam ser vantajoso manterem-se unidos, fosse estrategicamente ou pela formação de fortes ligações afetivas. Noutras, a depender de circunstâncias bastante específicas, buscavam alcançar individualmente situações melhores, à revelia de seus companheiros de escravidão. Era no dia-a-dia do trabalho, no entanto, que tais dinâmicas se desenvolviam e para entender melhor as vivências possíveis experienciadas por cativos e cativas é necessário jamais perder de vista o sentido máximo da instituição a que estavam submetidos.¹⁰⁶³

Já a autora Kátia Lorena Novais de Almeida,¹⁰⁶⁴ em sua pesquisa, aborda o tema das alforrias que foram executadas na localidade de Rio das Contas, Bahia, século XVIII. O interesse da pesquisadora se concentra em compreender como senhores, escravos e libertos relacionaram-se, por conta da questão da alforria. Procura compreender, pois, em que medida a alforria permite pensar o escravismo, na área estudada. Por isso,

Neste trabalho, busco compreender a manumissão com base em uma série de cartas de alforria registradas em cartório, cruzando-as com variadas fontes documentais, que possibilitam analisar, em determinadas circunstâncias, o papel ativo dos escravos na sua obtenção e, em outras, o fato de serem doações.¹⁰⁶⁵

A pesquisa em pauta é contundente em buscar, nas fontes, os caminhos percorridos por escravos e senhores. O excerto abaixo ajuda a compreender o argumento:

¹⁰⁶² PARRON, Tâmis Peixoto. Op. cit., 2015, p. 12.

¹⁰⁶³ ALVES, Máira Chinelatto. Op. cit., 2015, pp. 92-93.

¹⁰⁶⁴ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais de. Op. cit., 2012.

¹⁰⁶⁵ Idem, p. 21.

A mão-de-obra escrava constituiu a principal força de trabalho nas Minas do Rio de Contas desde a descoberta das lavras auríferas, e quiçá antes, como sugere o testemunho de vida do pai de Anna Mendes Ribeiro, *personagem que abriu esta tese e nos guiou pelas serras, montanhas e riachos onde o nobre metal luziu, e nos apresentou a sua experiência como escravista no alvorecer da formação daquela sociedade*.¹⁰⁶⁶

Tendo em conta o que foi destacado no trecho acima, é importante frisar que a visão voltada para a agência dos sujeitos tem predileção e implicações evidentes na narrativa da autora. A tese tem, dessa forma, um recurso narrativo que, não raramente, parte dos eventos (em que se pode visualizar a agência dos atores) para compor a análise, discussão ou, até mesmo, aspectos estruturais da sociedade escravista de Rio das Contas.

No seu percurso argumentativo, a autora começa ilustrando a base que compõe a sociedade de Rio das Contas, apresentando aspectos políticos, econômicos e sociais, especialmente os que se relacionam à composição de uma sociedade escravista. Essa forma de apresentação da tese tem um sentido geral de fincar as bases de uma estrutura escravista, sobretudo no que se refere à demografia e sua ligação com o tráfico transatlântico de cativos.

A partir desses fundamentos, a tese entra, em seguida, nas discussões que se referem, precisamente, ao objeto de estudo formulado pela autora. Desse momento em diante, Almeida adota o ponto de vista narrativo das fontes. Comesse movimento, passa a trazer à tona, em sua narrativa, as relações entre os sujeitos históricos, evidenciando as temporalidades dos cativos, libertos, senhores etc.

Um recurso mobilizado francamente, a partir dessa mudança, é o uso expositivo farto de exemplos, de casos reais. Ela passa a descrevê-los intensamente, a fim de fundamentar seus argumentos referentes à leitura de mundo dos sujeitos históricos e conectá-las aos estudos sobre a escravidão. A realidade (ou os acontecimentos em ação) é um princípio que move a escrita da autora e que delinea (e orienta) sua visão teórica sobre o tema.

O estudo é, por outro lado, tão contundente nesta perspectiva que exagera no sentido de produzir descrições, por vezes, excessivas e extensas sobre histórias ocorridas no século XVIII, em Rio das Contas. Essa foi a forma encontrada pela autora, segundo já descrito anteriormente, para buscar o ponto de vista e as ações de personagens reais, a fim de vislumbrar, nessas ações, o poder de agência dos sujeitos, sobretudo dos cativos.¹⁰⁶⁷

¹⁰⁶⁶ Idem, p. 220, com grifos meus para elucidar que o percurso narrativo e analítico realizado na tese está orientado por uma epistemologia que valoriza o “objeto particular estudado”. A expressão com aspas é tomada de empréstimo de: PARRON, Tâmis Peixoto. Op. cit., 2015, p. 12.

¹⁰⁶⁷ Em nota de rodapé anterior (em algum ponto acima), por ocasião da discussão do lugar da tese de Kátia Almeida nas discussões ligadas à historiografia, foram assinaladas as referências a um debate que remete à relação entre história e antropologia, tendo Geertz e a descrição densa como importantes. Portanto, a questão

A descrição exaustiva e o referente teórico focado no “objeto particular estudado”¹⁰⁶⁸ abrem espaço para que se possa fazer brotar as críticas que Ricardo Salles tece à historiografia da escravidão negra que foi escrita no período pós-1980. As críticas posicionam-se no sentido de apresentar, não obstante os avanços conseguidos,¹⁰⁶⁹ as limitações da mencionada historiografia, especialmente no tocante às “descrições densas do particular, do cotidiano e do miúdo, precedidas de rápidas pinceladas de contexto”.¹⁰⁷⁰ De acordo com o referido autor,

[...] A questão é buscar contribuir para avançar no ponto que a produção atual [historiografia pós-1980] – principalmente a dos anos mais recentes – apresenta uma debilidade, que [por outro lado,] é o ponto forte das análises gerais, marxistas ou não. A debilidade é a dificuldade, e eventualmente a recusa mesmo, de muitos estudos correntes em extrapolar os resultados de suas investigações para além do âmbito de seu objeto empírico de análise. O aspecto de relevância teórica dos trabalhos, que poderíamos resumir aos avanços experimentados em termos de nosso conhecimento do passado histórico, fica reduzido ao ineditismo das fontes e/ou do tema estudado.¹⁰⁷¹

Os apontamentos críticos de Salles podem ser mais bem aplicados ao quinto capítulo da tese de Kátia Lorena N. de Almeida. Nesta parte do trabalho, a autora parece privilegiar, *funesicamente*,¹⁰⁷² uma leitura dos acontecimentos que perde o sentido de totalidade, ou seja, perde (ou reduz demasiadamente) a capacidade de enxergar os eventos sob uma perspectiva (unidade de análise).¹⁰⁷³

Em outras palavras, parece haver uma excessiva preocupação com as descrições das histórias contidas nos processos criminais investigados pela autora. Claro que Alves não faz isso como se pegasse dos processos apenas os acontecimentos. Há, de certo modo, um corpo

da descrição como recurso não somente narrativo, mas também um referente epistemológico se coloca claramente aqui. Conferir em: MATTOS, Hebe. Op. cit., 1997, p. 52; GEERTZ, Clifford. Op. cit., 1999, pp. 85-107.

¹⁰⁶⁸ PARRON, Tâmis Peixoto. Op. cit., 2015, p. 12.

¹⁰⁶⁹ SALLES, Ricardo, Op. cit., 2008, p. 22.

¹⁰⁷⁰ SALLES, Ricardo, Op. cit., 2013, p. 254.

¹⁰⁷¹ SALLES, Ricardo, Op. cit., 2008, p. 22. O trecho aparece de forma bastante similar em outra publicação do autor. Por isso, a citação já fora feita, em parte, anteriormente, mas foi importante retomá-la, a fim de situar claramente a crítica do autor que atinge não somente o trabalho em questão. O outro trabalho do autor em que aparece parcela dessa citação é: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit. 2016, p. 134.

¹⁰⁷² A expressão tem inspiração no personagem icônico de Jorge Luis Borges. O personagem se chama Funes. Trata-se de um conto em que Funes, após um acidente, desenvolve uma habilidade incrível de memorizar os detalhes contidos em todos os acontecimentos que entram em contato com sua visão. Funes, então, passa a colecionar acontecimentos em sua memória, incluindo seus detalhes insólitos. Conferir em: BORGES, Jorge Luis. *Funes, el memorioso*. Petrotecnia, v. 1, 2004. Segundo Rayane Ribeiro, “Funes era capaz de memorizar e recordar de absolutamente tudo. Ocupava seu tempo aprendendo idiomas com uma inimaginável rapidez e eficácia. Era capaz de se recordar de todos os sonhos que teve e até mesmo de reconstruir dias inteiros, em seus mais detalhados pormenores”. Em função disso, conclui a autora: “Funes era praticamente incapaz de ter ideias gerais e platônicas”. Conferir em: RIBEIRO, Rayane Lorena Soares de Araújo. Op. cit., 2018, p. 25. O grifo é meu.

¹⁰⁷³ Cf. PARRON, Tâmis Peixoto. Op. cit., 2015, p. 12.

analítico e uma discussão historiográfica de fundo que está ligada ao tema das alforrias e da escravidão. Mas, parece que a tese, não raramente, perde-se nos acontecimentos e na temporalidade dos eventos, não visualizando, de forma mais constante e pujante, a relação entre a parte e o todo. Retomando a crítica de Salles à historiografia pós-1980, o autor enfatiza o quanto, algumas pesquisas, limitam-se às “rápidas pinceladas de contexto”, com “duas ou três generalizações superficiais que eludem a necessidade da análise mais abrangente”.¹⁰⁷⁴

Ademais, cumpre mencionar que a tese de Alves entra, em seu quinto capítulo, numa perspectiva que resvala no positivismo, algo que nos remete à discussão entre história e a memória contida nos diversos tipos de documentos históricos. Ao assumir que a descrição dos acontecimentos é importante e reveladora da perspectiva dos sujeitos, a autora consegue capturar “as leituras que escravos, libertos, senhores e advogados fizeram da alforria e como usaram a Justiça, fosse em defesa da liberdade ou da escravidão”.¹⁰⁷⁵ Consegue capturar, pois, a agência dos sujeitos. Entretanto, como a descrição acaba sendo excessiva, ela perde de vista, de algum modo, a unidade de análise porque se mantém, não raramente, na unidade de observação.¹⁰⁷⁶ Fundamenta-se, portanto, num conceito de história que se aproxima da memória.¹⁰⁷⁷

Além das teses de Almeida¹⁰⁷⁸ e Alves,¹⁰⁷⁹ de acordo com o que visto acima, vale acrescentar que o trabalho de Virgínia Queiróz Barreto¹⁰⁸⁰ – que já foi abordado antes, por conta das teses que enfocam no cotidiano – também tem uma perspectiva que acentua frequente e taxativamente a perspectiva dos escravos. A partir da história de mulheres pobres livres, escravas e forras no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888), Barreto analisa a relação entre senhores e escravos, adotando como foco substancial o ponto de vista cativo. A agência e autonomia cativas são, portanto, pontos capitais para refletirmos sobre a tese da autora. Tratam-

¹⁰⁷⁴ SALLES, Ricardo, Op. cit., 2013, p. 254.

¹⁰⁷⁵ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais de. Op. cit., 2012, trecho contido no Resumo da tese.

¹⁰⁷⁶ Cf. PARRON, Tâmis Peixoto. Op. cit., 2015, p. 12.

¹⁰⁷⁷ Um dos autores importantes, nesse debate, é Pierre Nora. Conferir em: NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, volume 10, 1993. Em seu texto, o autor francês procura mostrar o quanto a história e a memória são campos de conhecimento distintos. Segundo Ribeiro, Nora tem como horizonte o fato de que “[...] o desenvolvimento da consciência historiográfica, no decurso do século XX, é mais um fator que potencializou a desidentificação da história com a memória, fazendo emergir uma história crítica”. Ver: RIBEIRO, Rayane. Op. cit., 2018, p. 23. Vale chamar a atenção, também, para o fato de que um autor recente posiciona as proximidades entre história e memória, discutindo com Nora. Fernando Catroga é um dos que criticam o projeto puramente racionalista de Nora. Sua perspectiva é desenvolvida no sentido de mostrar que história e memória também têm suas aproximações. Cf. CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Vol. 1. Universidade de Wisconsin – Madison: Quarteto, 2001.

¹⁰⁷⁸ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais de. Op. cit., 2012.

¹⁰⁷⁹ ALVES, Máira Chinelatto. Op. cit., 2015.

¹⁰⁸⁰ BARRETO, Virgínia Queiroz. Op. cit., 2016.

se de elementos primordiais para pensarmos, teórica e expositivamente, a forma como Barreto se preparou para acessar o conhecimento sobre os escravos.

Ainda que ela não desconsidere o poder e a força dos senhores, é no papel de agência dos cativos que Barreto tece suas histórias e constrói sua análise. O trecho a seguir contribui para fundamentar a posição da autora:

[...] A documentação judicial produzida a partir das investidas dos escravizados – ilegalmente ou não – em busca de suas liberdades, forneceram importante material para pesquisas que, apoiadas em tais documentos, colocaram em foco suas agências, revelaram todo tipo de redes de solidariedade e deixaram entrever as mais variadas relações sociais nas quais se apoiaram para legitimar suas demandas.¹⁰⁸¹

A tese dessa pesquisadora talvez seja a que mais contundentemente operacionaliza, entre todas as que foram investigadas por mim, uma noção de tempo que é norteada fortemente pela trajetória do cativo. Evidentemente que isso fica mais forte na segunda parte da tese, na qual a autora expõe as histórias de vida de mulheres cativas, forras e/ou pobres.

Nessa parte do trabalho, o ponto de partida, em geral, é dado pelos processos criminais. É esse o caminho pelo qual a autora vai em busca das trajetórias que as mulheres tiveram. O importante é ressaltar que, na busca por tais trajetórias de vida, Barreto vai cruzando dados de fontes diversas e tem como foco primordial, prioritário, a temporalidade cativa e a agência desses sujeitos. É como se, conforme dito metaforicamente acima, ela buscasse uma espécie de luz exalada de cima da cabeça dos sujeitos como um holofote para compreender aquele mundo escravista.

A trajetória de uma de suas personagens mais fortes, Maria da Conceição, ilustra o quanto a perspectiva temporal e narrativa de Barreto enfoca na agência das cativas. A história de vida dessa mulher é olhada por Barreto com as minúcias que as fontes permitiram enxergar. São evidenciadas partes importantes da vida de Conceição, como, por exemplo, momentos de suas relações familiares (nascimento de filhos etc.), suas investidas na justiça a fim de postular sua liberdade, entre outros momentos caros na vida da cativa.

Assim como no caso das autoras acima – Maíra Alves e Kátia Almeida –, a narrativa de Virginia Barreto se imiscui na história de Conceição e de outros personagens históricos, com o intento de perscrutar acontecimentos importantes da vida privada dessas pessoas. Essa forma de descrição narrativa é um recurso retórico acionado por Barreto, no sentido de perseguir as trajetórias de vida de suas personagens e torná-las importantes na exposição da agência dos escravizados.

¹⁰⁸¹ Idem, nota de rodapé 369, que consta na página 192 da tese de Barreto.

Cabe ressaltar que, das três autoras mencionadas no parágrafo acima, Virgínia Barreto e Kátia L. N. Almeida fazem um movimento parecido ao analisarem história de cativos em busca de liberdade. Em razão disso, ambas – Barreto e Almeida –, poderiam ser mais bem enquadradas no que Salles e Marquese apontam como limites ou debilidades da historiografia pós-1980,¹⁰⁸² ou seja, o olhar densamente descritivo do cotidiano, do particular, perdendo de vista um sentido de totalidade dado por quadros globais.¹⁰⁸³

A diferença entre as historiadoras supracitadas é que Barreto mantém uma conexão um pouco mais forte entre as histórias de vida e o escravismo. Minha interpretação é que Barreto¹⁰⁸⁴ tem uma narrativa e uma noção de temporalidade menos focada no factual do que Almeida.¹⁰⁸⁵ A questão a ser realçada é que ambas seguem essa perspectiva de acesso e discussão – na trilha aberta por Chalhoub,¹⁰⁸⁶ por exemplo –, pois produzem, acentuadamente, uma entonação na temporalidade cativa, privilegiando uma narrativa dos acontecimentos que se ancora no relato, na narração de acontecimentos como chave heurística cujos contornos derivam de uma perspectiva epistemológica.

Diante do que foi analisado nesta seção, podemos perceber que a agência escrava é algo bastante valorizado nas pesquisas avaliadas. Apesar de algumas diferenças teóricas mobilizadas, a agência se apresenta como um dos pilares importantes para a produção de conhecimento sobre a escravidão, nos referidos trabalhos. Nota-se uma preocupação com a base concreta de conhecimentos e, dessa forma, a valorização da agência é algo perseguido nas fontes históricas problematizadas pelos(as) pesquisadores(as) analisados antes.

Cumprido acrescentar que, para muitas das pesquisas mencionadas nesta seção, a procura da ação dos sujeitos visa escapar a um duplo problema teórico: (i) o que se refere ao dualismo presente em parcela da historiografia clássica sobre o tema, que torna o conhecimento mais

¹⁰⁸² Cf. MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 134.

¹⁰⁸³ Cf. MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2013; Cf. SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008.

¹⁰⁸⁴ BARRETO, Virginia Queiroz. Op. cit., 2016.

¹⁰⁸⁵ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais de. Op. cit., 2012.

¹⁰⁸⁶ Cf. CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990. A diferença, na minha interpretação, é que este autor, diferentemente das pesquisadoras em análise, visou construir, a partir da perseguição às histórias dos sujeitos, uma outra interpretação do processo histórico sobre a liberdade. Logo, sua perspectiva teórica visava a construção de uma análise, não se atendo ao valor positivo do acontecimento.

homogêneo do que heterogêneo; (ii) o que se relaciona à teleologia¹⁰⁸⁷ que figura em pesquisas cuja operacionalização da referência estrutural ocasionou numa visão que enquadrava as ações num determinismo histórico.¹⁰⁸⁸

Ao fim e ao cabo, o que estão em jogo não são somente formas de narrar ou formas de apresentar um conhecimento, mas concepções acerca de como construímos o conhecimento histórico. E, evidentemente, a discussão que se estabelece, aqui, gira em torno de um problema teórico caro para a historiografia recente que tratou da escravidão negra no Brasil: a relação agência e estrutura. Tal problema teórico ganha, conforme já visto no percurso analítico desta tese, outra dimensão e outra qualificação, a partir de pesquisas que operacionalizam o conceito de segunda escravidão. É isso que será apresentado a seguir.

6.2 Pesquisas que se baseiam no conceito de segunda escravidão: uma nova posição sobre a relação agência e estrutura

Na senda aberta pelo conceito de segunda escravidão, pesquisas recentes têm trazido à tona novas interpretações sobre a escravidão brasileira. O ponto de partida, conforme já evidenciado, é o argumento que prega uma mudança na lógica global, na passagem do século

¹⁰⁸⁷ Stuart Schwartz, ao fazer apontamentos críticos a uma parcela da historiografia da escravidão negra que foi escrita entre os anos 1960-70, afirma que: “Esta interpretação, enfatizando a situação do Brasil colonial, orientou grande parte do trabalho realizado a partir da década de 1960 até a década de 1980, e continua influenciando o conhecimento nos dias atuais, mas a sua ênfase nas estruturas econômicas e na natureza comercial da colônia parece representar um determinado tipo de teleologia que fez da Europa ou da metrópole a protagonista da história colonial. Ela também excluiu ou subestimou grandes segmentos da população e quase não tocou em questões como sexualidade, gênero, sistemas de crença, ritual, identidade e formas de representação, todos eles temas e tópicos que eram importantes para a nova História Cultural. A reação a esta interpretação estruturalista veio em duas fases”. SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2009, pp. 180-181.

¹⁰⁸⁸ Ricardo Salles faz uma abordagem crítica a determinadas leituras que historiografia pós-1980 fez acerca de parcela da historiografia dos anos 1950/70, cabendo destaque, aqui, ao apontamento para a teleologia presente em parcela desta última historiografia. O apontamento é o seguinte: “E, de forma indireta, a críticas [da historiografia pós-1980 à parcela da historiografia dos anos 1950/70], feitas de passagem, quando não de forma simplista e em segunda mão, aos pecados de uma historiografia ultrapassada, na maioria dos casos, marxista, afeita apenas às questões e explicações gerais, esquemáticas e – palavra – encantada, teleológicas”. SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008, pp. 22-23. Parece-me que a posição de Salles tem um sentido de mostrar o quanto, muitas vezes, a crítica à teleologia é feita sem um posicionamento mais detido dos problemas teóricos implicados na relação agência e estrutura. Nesse sentido, haveria a ocorrência de uma espécie de simplismo explicativo. Por isso, cabe mencionar que, na visão acionada por mim, o ponto de partida é a reflexão de Thompson sobre o conceito. A menção ao termo teleologia tem o sentido de trazer à tona uma determinada visão sobre a escravidão que está impregnada da perspectiva do historiador (ou da historiadora), que, de posse da consciência de como se desenrolou o processo histórico, tem sua visão dirigida e condicionada pelo que ocorreu. Cumpre lembrar e chamar a atenção para fato de que, o que ocorreu, no ponto de vista dos sujeitos históricos, estava mais no âmbito do porvir dos acontecimentos, ou seja, não estava determinado em seus horizontes de luta e de suas ações como sujeitos. Conferir debate de Thompson com Tom Nairn e Perry Anderson em: THOMPSON, Edward Palmer. Op. cit., 2012, pp. 75-173. Em função disso, vale trazer o que Thiago C. Pessoa afirma sobre a teleologia: “No nível macro, olhar para o que deu errado, despido de uma visão teleológica, significa recuperar a imprevisibilidade das lutas travadas por cativos e libertos, a fim de incendiarem seu próprio cativeiro”. PESSOA, Thiago Campos. Op. cit., 2016, p. 363.

XVIII para o XIX, seja no ponto de vista da economia, seja no que concerne às mudanças políticas ocorridas em diversas partes.

Essas transformações fizeram com que espaços, antes vinculados à escravidão de tipo colonial, passassem a uma forma de escravidão pós-colonial, em função de se encontrarem, à época, vinculadas às trajetórias de independências e também à ampliação do comércio para além das amarras mercantilistas das metrópoles.¹⁰⁸⁹ Serão discutidas, no rastro dessa proposta, como algumas teses recentes têm operacionalizado, teoricamente, o conceito. A partir disso, será observado como tais pesquisas têm, cognitivamente, proposto novas interpretações para a escravidão brasileira.

Tâmis Parron¹⁰⁹⁰ é um dos autores cuja pesquisa opera com base na ideia de que a escravidão deve ser vista como uma totalidade estruturada.¹⁰⁹¹ Com efeito, o autor adentra as discussões políticas em nível local (Brasil, Cuba e Sul dos Estados Unidos), com o fito de buscar seus nexos com as transformações globais operadas na transição do século XVIII para o XIX. As discussões políticas em nível parlamentar local são ilustrativas dessa forma de construção analítica, uma vez que a tese em apreço mostra as propostas de figuras representativas do Parlamento ou do Executivo e, em seguida, intenta encontrar sentidos comunicativos (dialógicos) entre suas propostas (suas discussões) e o quadro global que as emoldurava. É preciso ressaltar que o autor não negligencia o quanto as decisões locais podem buscar uma forma de autonomia, mas não desconsidera o quadro global, ou seja, há uma via de mão dupla (uma comunicação) entre o local e o global.

O estudo de Parron tem como foco, portanto, uma visão que conecta a política de alguns espaços escravistas com uma realidade mais ampla. Trata-se de um caminho que aposta na produção de sentidos derivados da articulação mútua entre local e global. Por essa trilha, a tese busca o conhecimento da escravidão não pelas relações senhores e cativos, mas sim pelas disputas (e ações) políticas em nível local, articulando-as ao nível macro, numa perspectiva de comunicação e diálogo entre essas dimensões. Assim, a tese em pauta visa compreender a relação entre o micro e o macro, o específico e o todo etc.

Há que se ressaltar que a construção do autor tem como ponto de partida narrativo e analítico, não raramente, os eventos políticos, intelectuais, jurídicos etc., que são protagonizados por personagens históricos concretos ou por figuras que são selecionadas como importantes na argumentação da tese. A partir disso, a análise se volta aos sentidos que esses

¹⁰⁸⁹ Cf. BLACKBURN, Robin. Op. cit., 2016, pp. 13-17.

¹⁰⁹⁰ PARRON, Tâmis Peixoto. Op. cit., 2015.

¹⁰⁹¹ MARQUESE, Rafael; SALLES Ricardo. Op. cit. 2016, p. 134.

acontecimentos ou essas ações apresentam, em relação à conjuntura global ou à estrutura que enforma os acontecimentos ou ações.

Trata-se de uma forma de análise que intenta compreender os sentidos dos acontecimentos locais, dialogicamente em relação a questões mais amplas. Com isso, visa concatenar mutuamente ação e estrutura, parte e todo. É sintomático que, no “Prólogo: leitura matricial”, Parron deixe claro o seguinte: “[o que discute] a seguir são histórias consecutivas (influenciadas por constrangimentos locais), simultâneas (influenciadas por constrangimentos globais, comuns a todos os espaços) e sincrônicas (*interinfluenciadas*)”.¹⁰⁹² Segundo o autor, a construção analítica do trabalho pode ser percebida “numa leitura matricial”,¹⁰⁹³ ou seja, numa matriz de sentidos que conecta pontos que se influenciam mutuamente. Por isso, o objeto de estudo se centra empiricamente nas discussões políticas em torno da escravidão, mas guarda como matriz dialógica e explicativa o panorama global integrado da economia.

Por esse caminho teórico-metodológico, o historiador em questão mostra, em sua tese, o quanto os debates políticos locais estavam articulados ao que ele considera como o período de consolidação do mercado integrado de commodities da periferia (1815-1846).¹⁰⁹⁴ Assim, não obstante o avanço dos ideais liberais, prevaleceu, nessa fase indicada, a manutenção ou o crescimento da escravidão em algumas regiões das Américas. Como compreender esse paradoxo, então? A partir da investigação dos interesses de proprietários de escravos, na medida em que estes lucravam, crescentemente, com o mercado global de commodities que estava integrado, cada vez mais, aos robustos espaços escravistas, notadamente, Brasil, Cuba e sul dos Estados Unidos da América. Rafael Marquese chama de liberalismo escravista o crescimento das ideias escravistas nesse período, em determinados espaços. Segundo este autor:

O que tudo isso demonstra é a possibilidade de se falar na existência de um liberalismo escravista, plenamente compatível com as ordens nacionais escravistas que foram erigidas a partir da crise do sistema colonial, e que representaria um caminho alternativo para a modernidade, contraposto ao liberalismo antiescravista – capitaneado pela Inglaterra e pelo norte dos Estados Unidos – que acabou por se impor na economia-mundo capitalista ao longo do século XIX.¹⁰⁹⁵

É esse quadro teórico que faz com que Parron discuta a substituição do protecionismo econômico nacional pela política do livre-cambismo, nos Estados Unidos, como fruto da pressão política do Estado da Carolina do Sul. Com efeito, a política econômica protecionista

¹⁰⁹² PARRON, Tâmis Peixoto. Op. cit., 2015, p. 5, com grifos meus para acentuar o que venho argumentando.

¹⁰⁹³ Idem, ibidem.

¹⁰⁹⁴ Cf. Idem, p. 434.

¹⁰⁹⁵ MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2004, p. 382.

(e nacionalista) dos Estados Unidos, chamada de *American System*,¹⁰⁹⁶ durou até o início dos 1830.

Nesse período, agricultores da Carolina do Sul mostraram suas insatisfações com os aumentos ocorridos nas tarifas alfandegárias protecionistas, praticadas pelos Estados Unidos desde 1816 até 1828, pois o protecionismo dificultava suas negociações em nível global. Por isso, em outubro de 1832, os deputados da Carolina do Sul convocaram “[...] uma Convenção estadual na cidade de Colúmbia, [...], que aprovou uma ordenança nulificando as leis federais tarifárias a partir de 1º de fevereiro do ano seguinte”.¹⁰⁹⁷

Como desdobramento da questão tarifária referente às importações, emergiu o problema da escravidão nos EUA. A revisão das tarifas colocou a Carolina do Sul como uma força que havia arrancado “[...] do governo, sozinha e de repente, o que muitos Estados não tinham obtido juntos e em dez anos de batalha fiscal no Congresso: o radicalismo se tornara uma opção política”.¹⁰⁹⁸ Consequentemente, essa pauta ganhou força nos países escravistas como Cuba e Brasil, dada a referência que os Estados Unidos representavam como uma das grandes forças políticas e econômicas do mundo, à época.

A apresentação desse caso analisado por Parron objetiva mostrar algo caro à proposta teórica do autor. No caso da implementação do livre-cambismo, nos Estados Unidos, podemos perceber as questões e demandas locais que estavam presentes no Congresso Nacional do país em apreço. Essas questões e demandas estavam, cumpre mencionar, influenciadas e guiadas por interesses do Estado da Carolina do Sul no sentido de conquistar um acesso mais competitivo aos mercados globais.

A rigor, o que importa mencionar é que, ao final da contenda, ocorreu a vitória da postulação da Carolina do Sul. Na interpretação de Parron, ficou estabelecida, a partir desse evento paradigmático, uma pauta antiescravista estadunidense que influenciou os outros países escravistas das Américas que estavam na arena econômica global, como, por exemplo, Cuba e Brasil.¹⁰⁹⁹

Quase desnecessário externar que pouco importa se outros pesquisadores concordam ou não com a análise estabelecida na tese em apreço. O que vale é registrar o quanto, na perspectiva

¹⁰⁹⁶ PARRON, Tâmis Peixoto. Op. cit., 2015, p. 232, com grifos no original.

¹⁰⁹⁷ Idem, p. 252.

¹⁰⁹⁸ Idem, p. 254.

¹⁰⁹⁹ Estes espaços formavam a base da oferta no mercado global de *commodities*, no período da segunda escravidão. Conferir em: BLACKBURN, Robin. Op. cit., 2016, p. 24. Marquese estuda o regime visual da segunda escravidão, a partir da fazenda Resgate, em Bananal, São Paulo, a fim de colocar em evidência como esse regime visual permite pensar como a escravidão se constituiu, no Vale do Paraíba, traçando um paralelo com as regiões algodoeira do baixo vale do rio Mississipi e ocidente cubano. Conferir em: MARQUESE, Rafael de B. Op. cit., 2010.

de Parron, as discussões locais estavam influenciadas por expectativas que envolviam o mercado global. Concomitantemente, é pertinente sublinhar, de forma contundente, como o desenrolar histórico desses acontecimentos locais influenciaram outros espaços escravistas das Américas (Brasil e Cuba).

Podemos perceber, portanto, que a referência teórica oferecida por um quadro global referenciado na economia-mundo capitalista é deveras importante na forma como o referido pesquisador constrói não somente seu objeto de estudo que cobre três espaços distintos, mas, também, sua interpretação e argumentação a respeito da política da escravidão nestes três espaços.

Tanto quanto o trabalho referencial do seu orientador, Rafael Marquese,¹¹⁰⁰ a tese de Parron se baseia numa linha que leva em conta o fato de a escravidão ter se esposado com mercados globais. Em função disso, destaca que as ideias políticas empregadas nas disputas locais traziam à tona interesses que se ligavam, também, mercados mais amplos. Em decorrência, o mercado global, inexoravelmente, exerceu influência direta na produção baseada no trabalho escravo e, por conseguinte, nas ideias políticas colocadas em cena, em prol da manutenção dessa modalidade de trabalho.

A tese de Thiago Campos Pessoa¹¹⁰¹ também tem como referente nuclear o panorama de mudança da escravidão de cariz colonial para o que se convencionou¹¹⁰² chamar de segunda escravidão. Tanto quanto Parron,¹¹⁰³ a pesquisa de Pessoa encontra, no conceito em pauta, uma referência estrutural para compreender a constituição e o crescimento da escravidão no Vale do Paraíba.

Uma diferença importante a ser iluminada entre os dois autores – Parron e Pessoa – é que a pesquisa deste último centra-se na constituição e expansão do complexo cafeeiro dos irmãos Breves, a partir do qual procura compreender a escravidão brasileira ocorrida no século XIX. Nesse percurso, as discussões centram-se nas relações entre senhores e escravos, com vistas a levantar questões e propor respostas que possam ajudar a compreender melhor o recrudescimento da escravidão brasileira no período mencionado. Portanto,

[...] Nessa perspectiva, encaramos o complexo de fazendas em tela nesse estudo. Senhores e trabalhadores como um todo integrado, permeado por conflitos e visões de mundo antagônicas, em disputa na tessitura social da grande lavoura durante o processo de recrudescimento e crise da escravidão nos maiores espaços da América escravista.¹¹⁰⁴

¹¹⁰⁰ MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2004.

¹¹⁰¹ PESSOA, Thiago Campos. Op. cit., 2015.

¹¹⁰² Conferir a defesa de Blackburn para o uso do conceito. Cf. BLACKBURN, Robin. Op. cit., 2016.

¹¹⁰³ PARRON, Tâmis Peixoto. Op. cit., 2015.

¹¹⁰⁴ PESSOA, Thiago Campos. Op. cit., 2015, p. 28

A “porta de entrada” para o oitocentos corresponde, destarte, às fazendas dos irmãos Breves. Em razão do exposto, a tese em questão não transita numa espacialidade tão ampla quanto a de Parron. É a partir da análise massiva de documentos diversos relacionados aos referidos irmãos que Pessoa procura interpretar as ações dos sujeitos (senhores, escravos, libertandos, libertos, entre outros) enlaçando-as à estrutura, que, na tese agora em pauta, corresponde fortemente ao “capitalismo industrial no plano da economia-mundo”,¹¹⁰⁵ no século XIX.

A base analítica da pesquisa de Pessoa são os documentos relativos às fazendas dos irmãos Breves. Ao fazer a investigação desses documentos, o autor concentra sua análise na reconstituição de eventos que ocorreram no século XIX, à luz das ações (agência) dos sujeitos. Mas a análise das ações não se esgota em si mesma, pois Pessoa procura sentidos que estejam além do evento. Desse modo, as ações são explicadas, não raramente, em conexão com questões estruturais referentes ao quadro da economia-mundo.

Ao mesmo tempo, o mencionado quadro global que dá sentido às ações é visto como algo a ser alimentado pela intervenção dos sujeitos históricos em suas ações. É por essa lógica que a visão presente na tese em questão procura compreender as conexões entre ação e estrutura. O trecho a seguir ajuda a alicerçar a perspectiva teórica do autor em questão:

Assim, quando afirmamos que os irmãos Breves personificavam a força da escravidão, estamos dizendo que ambos traziam em suas trajetórias traços dos processos históricos que os conformavam, e, dialeticamente, eles próprios ajudavam a costurar na constituição do que Elias definiu como “sociedade dos indivíduos”. Sendo assim, muitas dimensões das experiências individuais analisadas configuram, antes de tudo, marcas de seu próprio tempo, capazes de evidenciar suas amarras, contradições e incertezas.¹¹⁰⁶

Pode-se afirmar, então, que a tese articula agência e estrutura, tendo como ponto de partida as ações dos sujeitos e, em seguida, relacionando-as às questões estruturais. “No lastro de sua proposta [a de Robert Slenes], procuraremos enfatizar a relação conflituosa entre agências e estruturas, resgatando suas contradições inseridas nas incoerências do tempo vivido”.¹¹⁰⁷ Assim, a análise das ações tem o sentido de uma redução da escala, com o fito de “encarar as escolhas de seus agentes e dos processos que levaram a cabo, para então, só depois, ampliá-la, a fim de perceber que o “erro” pode trazer ao presente, de forma bastante clarividente, as incongruências de uma época”.¹¹⁰⁸

¹¹⁰⁵ Idem, p. 32.

¹¹⁰⁶ Idem, p. 89, com aspas do autor para dar crédito ao trecho que ele pegou de empréstimo a Norbert Elias.

¹¹⁰⁷ Idem, ibidem.

¹¹⁰⁸ Idem, p. 32, com aspas do autor.

O trabalho de Pessoa – assim como o de Ricardo Salles e Marquese¹¹⁰⁹ – tem como premissa o fato de que a escravidão, no século XIX, não pode ser enxergada sem que se considerem as condições globais que incidiram sobre sua reestruturação. Nesse sentido, segundo Pessoa, “[...] O investimento em tão vasto complexo escravista [o complexo cafeeiro escravista dos irmãos Breves], concomitante ao pleno funcionamento do capitalismo industrial no plano da economia-mundo, nos indicou que a escravidão, infelizmente, estava longe de ser uma instituição *moribunda* no mundo ocidental, em grande parte do século XIX”.¹¹¹⁰

Por essa linha de raciocínio, pensar temas ligados à escravidão, notadamente no século XIX, é compreendê-los sob um novo quadro global. Um quadro que não é mais da escravidão colonial, conforme apontou Blackburn,¹¹¹¹ mas, sim, de um sistema que se alimenta ou se reproduz pela via do mercado internacional de *commodities*, não mais pelos interesses coloniais.

O que se deseja pontuar, em síntese, é que a referência estrutural que foi posicionada pelos pesquisadores citados acima gera outras perspectivas analíticas sobre a composição da escravidão nos espaços produtores de *commodities*, notadamente Brasil, Cuba e Sul dos Estados Unidos. O argumento é que há mudanças significativas na esfera econômica global. Em complemento, tais mudanças têm impactos claros na manutenção e ampliação da escravidão nos espaços supraditos.

Essa chave analítica tem consequências evidentes na pesquisa de Pessoa. Ao acionar a chave de compreensão provida pela segunda escravidão, com vistas a entender a reestruturação do sistema escravista, no Brasil do século XIX, Pessoa trava uma discussão com a historiografia sobre o tema que foi produzida (escrita) a partir dos anos 1980.

Na mesma linha de Marquese e Salles, a tese de Pessoa tem como base a ideia de que as grandes propriedades e concentração da posse, nesse tipo de propriedade, correspondiam a pilares importantes que podem abrir caminho para uma melhor compreensão do oitocentos escravista como um todo.¹¹¹² É a abertura analítica provida pelo conceito de segunda escravidão que fornece ao autor em apreço a visão de que, no quadro geral da escravidão brasileira oitocentista, as grandes propriedades ocupam um lugar de força. Assim,

[...] O lado fluminense do vale parece antecipar a concentração da estrutura de posse da escravidão oitocentista. [...] Se os estudos dos últimos 30 anos [historiadores

¹¹⁰⁹ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016. Ver também: SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008.

¹¹¹⁰ PESSOA, Thiago Campos. Op. cit., 2015, p. 32, com grifos no original.

¹¹¹¹ BLACKBURN, Robin. Op. cit., 2016.

¹¹¹² Vale lembrar a citação através da qual Marquese e Salles afirmam que a escravidão teve a grande propriedade como um “polo dinâmico e estruturador”. Conferir em: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 132.

ligados à historiografia da escravidão pós-1980] procuraram romper com a identificação da escravidão brasileira como sinônimo de grandes propriedades, concentradas por senhores de densas escravarias, a discussão é retomada dimensionando a importância e o lugar daquelas escravarias nas áreas tradicionais de implementação e expansão cafeeira na província do Rio de Janeiro. Muito embora a ampliação do domínio dos grandes proprietários seja mais nítida no período de expansão da economia cafeeira, em áreas como Vassouras a marca da hegemonia e do monopólio da escravidão nas mãos de poucos caminhou junto com o processo de formação da cafeicultura local.¹¹¹³

Portanto, diferentemente do foco da historiografia dos anos 1980, que se concentrou em pequenas e médias propriedades, Pessoa mostra o quanto, no vale do paraíba (século XIX), houve a concentração de terra e de escravos em grandes propriedades, o que configura um período de força da escravidão, apesar de ser uma fase em que o tráfico se tornara ilegal. É com base nessa matriz teórica que o autor analisa a relação agência e estrutura.

Trata-se de um caminho analítico que coaduna com a pesquisa de Ricardo Salles, pois, segundo este último, o vale do paraíba tornou-se o coração do Império, especialmente no que toca a um *éthos* senhorial-escravista. Essa região foi, segundo Salles, uma das mais importantes que incentivaram a expansão do café, afirmando-se

[...] como o principal centro urbano irradiador da cultura e do modo de vida senhorial. Como parte da afirmação desse estilo de vida, quase todos os grandes proprietários vassourenses possuíam casas e propriedades, e muitas vezes interesses comerciais, na Corte, onde buscavam modelos de civilidade ao mesmo tempo que ostentavam sua própria pujança e refinamento.¹¹¹⁴

No entanto, é importante assinalar que a pesquisa de Pessoa discute com a historiografia pós-1980, requalificando a noção de *plantation*, uma vez que a problematiza contestando a ideia de que estava somente vinculada à monocultura. A partir de sua massiva base documental, o referido historiador argumenta que as fazendas dos irmãos Breves não se pautavam apenas na produção de café, tendo em vista que tinham uma base produtiva relativamente bem diversificada, pois outras culturas faziam parte da produção.

O fundamento dessa reflexão assenta-se na redefinição de outra noção, a de complexo cafeeiro escravista, na medida em que as unidades produtivas (fazendas) dos Breves mantinham uma conexão sistêmica entre elas. Conseqüentemente, algumas tinham especialização em tipos de produtos que visavam manter o todo – ou seja, o complexo – em bom funcionamento. Vejamos as palavras do autor:

Caso passemos a operar com essa ideia [de complexo cafeeiro escravista], pressupondo que as unidades agrárias de um mesmo senhor se definem na complementariedade entre elas, veremos que, por exemplo, a produção de

¹¹¹³ PESSOA, Thiago Campos. Op. cit., 2015, p. 156.

¹¹¹⁴ SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 146.

subsistência estava presente em unidades menores de maneira acessória às demais, ou interligada ao mercado local e da Corte não só pela via da dependência. Em síntese, a identificação de proprietários com centenas e, por vezes, milhares de cativos, com um número considerável de unidades agrícolas, contando, por sua vez, com diferentes faixas de escravarias, transforma-se em um fator analítico complicador do simples modelo de plantation. Portanto, o funcionamento dessas fazendas, inseridas em uma rede complexa de relações sociais e produtivas, provavelmente era menos esquemático do que se enfatizou até o momento [pela historiografia].¹¹¹⁵

Outro trabalho que também opera com o conceito de segunda escravidão é o de José Pereira de Santana Neto.¹¹¹⁶ A tese desse historiador procura um lugar no campo de estudos sobre a historiografia da escravidão dialogando criticamente não somente com as pesquisas dos anos 1960/70, mas, também, com os trabalhos que fazem parte da renovada historiografia dos anos 1980. Esses debates produzidos pelo autor nos mostram uma preocupação teórica fulcral que remete, claramente, às concepções historiográficas acerca da relação agência e estrutura.

No que se refere às discussões com a historiografia dos anos 1960/70, o historiador em questão tem duas linhas de crítica. A primeira centra-se no fato de tal historiografia ter focado, basicamente, num tipo de fonte para compreender o Fundo de Emancipação de escravos, o que ocasionou uma leitura do escravismo pelo ponto de vista normativo. O trecho a seguir confere substância ao argumento:

Os historiadores [dos anos 1960/70] utilizaram em suas pesquisas os relatórios ministeriais e os de presidentes de província. Esta documentação permite uma compreensão pormenorizada dos problemas de cunho administrativo que marcaram a aplicação do Fundo em todo o Brasil. Por meio apenas dessas fontes, porém, não é possível visualizar a intervenção dos escravos e seus familiares, como fez Lucinda e Lino. Como também a ingerência de senhores com o objetivo de receberem as suas indenizações, a exemplo de dona Benta, em S. Francisco do Conde, mostrados mais adiante. Essas fontes também não permitem acessar informações qualitativas sobre os libertos. Para perceber esses embates e montar os perfis dos forros, é preciso recorrer à documentação produzida nas localidades pelas juntas de emancipação.¹¹¹⁷

A segunda crítica é que esses pesquisadores dos anos 1960/70 não conseguiram explorar as disputas sociais que estavam presentes no funcionamento burocrático do Fundo de Emancipação. Não fizeram isso porque, em termos teóricos, estavam mais preocupados em produzir uma crítica geral aos Fundos e, por conseguinte, apresentarem as feridas da estrutura escravista como um todo. De acordo com Santana Neto, em razão disso, tais pesquisas não foram capazes de notar que a burocracia do referido Fundo poderia revelar as complexidades inscritas nas relações entre os sujeitos históricos, no caso os senhores e cativos.

¹¹¹⁵ PESSOA, Thiago Campos. Op. cit., 2015, p. 258.

¹¹¹⁶ SANTANA NETO, José Pereira. Op. cit. 2018.

¹¹¹⁷ Idem, p. 28.

Além disso, cumpre adicionar que Santana Neto tece críticas à historiografia da escravidão posterior aos anos 1980. A crítica gira em torno da supervalorização da agência cativa, deixando de considerar os constrangimentos e a força social exercida pelos senhores, bem como pela sociedade escravista como um todo. “Essas pessoas [Santana Neto se refere aos escravos] fizeram sua própria história não como queriam, nem na arena de luta por elas escolhidas, mas dentro das condicionantes herdadas do passado e atualizadas reiteradamente pelas relações sociais”.¹¹¹⁸

A crítica à historiografia posterior aos anos 1980 segue uma pauta de pesquisa postulada por historiadores que defendem que os condicionantes estruturais são primordiais para se compreender a escravidão, especialmente num período em que prevaleceu o que chamam de segunda escravidão.¹¹¹⁹ Segundo Santana Neto,

A segunda escravidão é a que sobreviveu à primeira onda global antiescravista surgida com a crise dos sistemas coloniais. Ela estava vinculada diretamente à economia mundial industrializada. Com exceção de Cuba, que permaneceu sob a jurisdição da Espanha até os finais do século XIX, trata-se de uma escravidão sancionada por Estados Nacionais, de economias abertas e regidas por governos liberais com divisão de poderes e instituições representativas para um coletivo de cidadãos. Ela prosperou para atender a demanda de produtos tropicais abertos com a expansão do consumo de café do sudeste brasileiro e açúcar de Cuba pelas classes trabalhadoras europeias.¹¹²⁰

Diante do que foi delineado, convém chamar a atenção para o fato de que Santana Neto incorpora, em suas escolhas teóricas, as críticas que seu orientador – Sidney Chalhoub – recebeu de historiadores cujas publicações são originárias do século XXI. E essas críticas foram feitas, notadamente, por Ricardo Salles e Rafael Marquese,¹¹²¹ baseados no conceito de segunda escravidão, que foi cunhado por Dale Tomich.¹¹²²

Santana Neto assinala que Chalhoub reformulou seu referencial teórico e fez concessões às críticas que lhes foram feitas por supervalorizar o lugar dos cativos nas mudanças sociais e políticas ocorridas no Brasil Oitocentista. O trecho a seguir explica melhor a questão:

Essas publicações mais recentes do historiador Sidney Chalhoub fortalecem a perspectiva de analisar a agência escrava casada às condicionantes do sistema escravista, as quais impunham limites ao acesso à alforria (mesmo que praticada em maior escala no Brasil quando comparada com outros sistemas escravistas) e

¹¹¹⁸ *Idem*, p. 266.

¹¹¹⁹ Conferir algumas pesquisas que sustentam essa crítica. MARQUESE, Rafael. *Op. cit.*, 2004; SALLES, Ricardo. *Op. cit.*, 2008; ESCOSTEGUY FILHO, J. C. *Op. cit.*, 2015; BLACKBURN, Robin. *Op. cit.*, 2016; MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. *Op. cit.*, 2016.

¹¹²⁰ SANTANA NETO, José Pereira. *Op. cit.* 2018, p. 28.

¹¹²¹ Não devemos deixar de registrar o reconhecimento que os dois autores fazem aos méritos das pesquisas de Chalhoub como um dos trabalhos mais importantes da historiografia pós-1980. As críticas não eliminaram, portanto, o reconhecimento ao valor da obra de Chalhoub. Conferir em: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. *Op. cit.*, 2016, p. 122.

¹¹²² Ver: BLACKBURN, Robin. *Op. cit.*, 2016; TOMICH, Dale. *Op. cit.*, 2016.

tornavam a vida em liberdade permeada de restrições. Tal vertente incorpora as críticas de que faltavam essa dimensão na história social da escravidão produzida nessas quase quatro décadas no Brasil. A acusação central, dentre outras, é a de que a ênfase na agência escrava desembocou numa interpretação que desconsiderava (ou não a tomava com a devida atenção) as estruturas econômica e política das sociedades e o peso delas nas relações sociais, dando peso em demasia à ação cativa e retirando poder dos senhores de escravos e dos agentes públicos.¹¹²³

Em razão do que foi colocado, Santana Neto afirma que passou a se basear mais acentuadamente nas publicações mais recentes de Chalhoub, não tanto nas antigas.¹¹²⁴ Por conta disso, Santana Neto elege o conceito de “precariedade estrutural”, cunhado por Chalhoub mais recentemente, com o fito de orientar seu olhar a respeito do Fundo de Emancipação. O conceito favorece, segundo Santana Neto, um diálogo com o panorama da segunda escravidão, uma vez que permite compreender não apenas a agência dos sujeitos, mas também os condicionantes exercidos pela força da escravidão ocorrida na sociedade brasileira, da segunda metade do século XIX. A ideia contida no supramencionado conceito corresponde, sinteticamente, a um conjunto de restrições que faziam parte da vida das pessoas, no Brasil Império, especialmente as que eram alforriadas. Todas essas restrições estão posicionadas no nível estrutural da sociedade escravista brasileira do século XIX, conforme exemplos citados pelo autor:

1) Impossibilidade de assumir cargos públicos; 2) Acesso diminuto de libertos e negros livres à instrução primária; 3) Negação de direitos políticos e sociais; 4) Liberdade condicional; 5) Prisões arbitrárias; 6) Possibilidade de revogação das alforrias; 7) e escravização ilegal. Todos eles [elas] tornavam a vida em liberdade precária.¹¹²⁵

Portanto, a tese de Santana Neto caracteriza-se por se preocupar com as ações dos senhores e dos cativos, assim como com suas inter-relações. Nesse sentido, é pertinente destacar que o autor procura sublinhar tanto os afastamentos entre senhores e cativos quanto suas aproximações.

Sobre os afastamentos, pode-se destacar que o autor realça a força dos senhores, a fim de fazer prevalecer a realização de seus interesses. Com efeito, os senhores buscavam, via Fundo de Emancipação, uma indenização. E essa indenização era conseguida a partir do exercício do controle sobre os libertos, posto que eram os senhores quem definiam os que participariam da listagem que seria entregue ao Fundo de Emancipação. A rigor, era uma prerrogativa deles.

¹¹²³ SANTANA NETO, José Pereira. Op. cit. 2018, p. 36.

¹¹²⁴ De acordo com Santana Neto, o texto do Chalhoub que contempla essa visão que concatena a ação cativa com as estruturas escravistas é o seguinte: “*A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*”, cuja publicação é de 2012. Cf. SANTANA NETO, José Pereira. Op. cit. 2018, p. 34.

¹¹²⁵ Idem, ibidem.

Aqui reside um dos pontos fulcrais da apropriação que Santana Neto fez do conceito de “precariedade estrutural”, ou melhor, das mudanças operadas na posição teórica de seu orientador.¹¹²⁶ Ao reconhecer a força dos senhores sobre a determinação da vida dos cativos, Santana Neto enxerga o poder da escravidão ou da estrutura escravista sobre os indivíduos. Para tanto, considera que a escravidão, no período do século XIX, ainda estava sob controle dos senhores ou, pelo menos, estava tocada pelos interesses destes em procrastiná-la.

No que se refere às aproximações entre senhores e cativos, a tese registra que os escravos mais frequentemente escolhidos e indicados pelos senhores para a alforria – via Fundo de Emancipação – eram, em geral, os que atuavam no interior da casa-grande. Tratavam-se de escravos que, não raras vezes, casavam-se contando com a ajuda de seus próprios senhores. Isso ocorria porque o casamento abria, efetivamente, maiores chances de libertação através do referido Fundo. Nessa relação de troca de interesses e de aproximações, Santana Neto nos mostra o quanto a alforria, através do Fundo, favorecia os senhores. Favorecia a estes porque recebiam os recursos indenizatórios e, por isso, incentivavam alguns casamentos. Porém, favorecia também os escravos, na medida em que essa era uma forma deles conseguirem a liberdade. E, aqui, percebe-se o quanto, na senda aberta por Chalhoub,¹¹²⁷ a agência dos cativos foi um fator importante na conquista da liberdade.

Por essa linha de raciocínio, nota-se que a tese de Santana Neto se aproxima da historiografia dos anos 1980 que tratou da escravidão brasileira, especialmente no que toca à sensibilidade para enxergar a ação cativa. Mas, conforme apontado acima, não deixa de buscar analisar as ações dos sujeitos dentro de uma moldura mais ampla que conforma um “quadro histórico geral”.¹¹²⁸ Por isso, em termos teóricos, é importante ressaltar dois elementos: no transcurso de suas análises, o autor em tela se esforça por concatenar as ações dos sujeitos com dados referentes à estrutura escravista. Além disso, ele tem como norte que a agência cativa era constrangida e limitada pela perspectiva senhorial e pela estrutura escravista.

Para finalizar esta seção, cumpre trazer à baila a referência teórica de Marco Aurélio dos Santos,¹¹²⁹ no que concerne à relação agência e estrutura. Conforme já discutido no capítulo anterior, o trabalho desse pesquisador não aciona, de forma constante, a referência provida pelo

¹¹²⁶ Neste ponto, reside uma das influências mais fortes do conceito de segunda escravidão na tese de Santana Neto, uma vez que reflete um reposicionamento teórico de seu orientador que reverbera na leitura da tese sobre o papel da estrutura como condicionante da vida dos indivíduos. Cf. SALLES, Ricardo. *Op. cit.*, 2008, p. 80. Este autor, por exemplo, discute, em seu livro, o quanto a Lei do Ventre Livre (1871) não deve ser vista exclusivamente pelo ponto de vista dos cativos. Salles traz mudanças estruturais que, segundo ele, contribuem melhor para entender a aprovação da Lei.

¹¹²⁷ CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*, 1990.

¹¹²⁸ SALLES, Ricardo. *Op. cit.*, 2008, p. 23.

¹¹²⁹ SANTOS, Marco Aurélio dos. *Op. cit.*, 2014.

conceito de segunda escravidão. Mas seu uso é importante porque tem como referência a geografia da escravidão como processo histórico cujo “pano de fundo” foi o crescimento do mercado mundial de *commodities*, fruto da “aceleração do capitalismo industrial”.¹¹³⁰

Em razão disso, a geografia da escravidão é o grande foco do trabalho de Santos. De acordo com o que já foi desenvolvido no capítulo precedente, a geografia da escravidão vem associada, umbilicalmente, à construção de espacialidades arquitetadas por senhores e escravos, o que remete às disputas ou acordos feitos pelos sujeitos, num período em que a escravidão ganhava outro cariz, na medida em que se conectava aos mercados globais de forma mais forte.¹¹³¹

A partir desse cenário delineado em termos globais, Santos defende que a tentativa de exploração máxima para a obtenção de lucro nas unidades produtivas gerou uma lógica de organização e produção das fazendas baseada na disciplina (ordem), trabalho intenso (e escravo) e produção e riqueza (advindas da vigilância e punição dos corpos escravizados).

Nesse contexto, “[...] “O espaço disciplinar” escravista de uma fazenda de café visava a promover um controle rigoroso sobre os escravos”.¹¹³² Assim como observado por Rafael Marquese,¹¹³³ a lógica das fazendas se fundamentava num modelo que objetivava um controle rigoroso do trabalho, com vistas, efetivamente, ao aumento da produtividade da unidade.

Um dos pontos mais reiterados por Santos é a organização dos arranjos produtivos em quadras (quadrilátero), de modo a que o proprietário pudesse ter uma visão mais clara das senzalas e do terreiro (como um espaço centralizador da produção). O controle espacial e do tempo eram realizados também por pessoas de confiança dos senhores, como os administradores e os feitores, por exemplo. O autor ainda destaca, para além do controle espacial e do tempo do trabalho, o paternalismo como meio de controle e gestão da escravaria. Nesse sentido,

[...] O controle senhorial sem dúvida investiu diretamente sobre o corpo e a movimentação dos cativos e utilizou-se, para tanto, de instrumentos e tortura e de uma espacialidade de controle. Os espaços de produção, a arquitetura das fazendas de café, a disposição dos edifícios, as regulamentações municipais e a ação senhorial visível com os instrumentos de punição tiveram um papel fundamental no controle sobre a escravaria e, conseqüentemente, na contenção das revoltas dos escravos.¹¹³⁴

¹¹³⁰ BLACKBURN, Robin. Op. cit., 2016, p. 19.

¹¹³¹ Ricardo Salles afirma que a fase pós-18950, na região de Vassouras, correspondeu ao auge da expansão do café e o apogeu da *plantation* escravista. Conferir em: SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008, pp. 150-154.

¹¹³² SANTOS, Marco Aurélio dos. Op. cit., 2014, p. 39, com aspas no original.

¹¹³³ Rafael Marquese mostra, conforme já tratado anteriormente, o quanto desenvolve uma análise que mostra as relações umbilicais entre a demanda por café no mundo e a reorganização das fazendas no vale do paraíba. Ver: MARQUESE, Rafael. Op. cit., 2010, p. 84.

¹¹³⁴ SANTOS, Marco Aurélio dos. Op. cit., 2014, p. 85.

Não obstante a existência do controle senhorial, Santos coloca em destaque, no segundo capítulo, a resistência escrava através da mobilidade, do conhecimento da vizinhança e das redes de relacionamentos (próximas ou distantes), construindo uma perspectiva que ele denomina de geografia escrava. Com isso, registra que os escravizados, ao se deslocarem espacialmente (com autorização dos senhores ou não), ao se relacionarem socialmente com vizinhos (escravos, libertos ou senhores) e ao estabelecerem redes de relacionamentos (próximas ou distantes), foram capazes de construir o que ele chama de geografia escrava. O trecho a seguir ilustra, em parte, essa realidade.

Os depoimentos revelam que escravos de senhores diferentes se conheciam e mantinham diversas relações, sendo mesmo possível que uns escravos visitassem outros, circulando por diferentes propriedades. Mais ainda, evidencia-se que os domingos eram dias de relativa mobilidade para os escravos. Tal mobilidade produziu, portanto, a elaboração de um espaço social que foi sendo, aos poucos, construído pelos cativos de diferentes proprietários. Nesse espaço, os sujeitos vivenciaram seus momentos de lazer e de trabalho e puderam namorar e, possivelmente, constituir famílias, além de realizar cultos religiosos e negócios. Nesse espaço, os sujeitos vivenciaram seus momentos de lazer e de trabalho.¹¹³⁵

Os senhores visaram controlar e conter a escravaria, mas as ações dos escravizados criaram uma reação dialética “[...] aos controles impostos pela dinâmica de trabalho que servia para atender às exigências de produção e aos interesses senhoriais”.¹¹³⁶ Portanto, o pesquisador em questão que a “[...] construção dessas redes de relacionamentos e o conhecimento adquirido dos espaços e dos tempos permitidos e proibidos foram fatores fundamentais para as estratégias de resistência dos escravos”.¹¹³⁷ Em razão disso, argumenta que os escravos construíram suas espacialidades e suas temporalidades, a partir de um conhecimento sobre o espaço e o tempo da produção, sobre a vizinhança, entre outros fatores.¹¹³⁸ Logo, os escravos eram sujeitos históricos conscientes das limitações estruturais, mas, ao mesmo tempo, capazes de produzir repostas a tais limitações.

O ponto do autor é deveras importante porque afirma a ação dos escravizados como cruciais na construção de uma geografia escrava, ou seja, de um espaço de ação que não era meramente doado pelo senhor, mas construído, elaborado pelos escravizados, com base em suas vivências, estratégias, interesses etc. Os conhecimentos adquiridos pelo escravo do espaço interno da fazenda (e também o conhecimento do tempo da produção), aliado às redes de

¹¹³⁵ Idem, p. 117.

¹¹³⁶ Idem, p. 130.

¹¹³⁷ Idem, *ibidem*.

¹¹³⁸ Trata-se de um caminho analítico que francamente se coloca em sentido oposto à ideia de falsa consciência dos sujeitos históricos; um caminho cujo sentido bate de frente com interpretações da Escola Paulista de Sociologia. Cf. IANNI, Octavio. *Op. cit.*, 1962; CARDOSO, Fernando Henrique. *Op. cit.*, 1977.

relacionamentos (conhecimento dos espaços externos à fazenda e de pessoas também de fora da fazenda), conduziram os cativos a construir uma geografia própria. Essa construção poderia levá-los a alcançar objetivos, como, por exemplo, o casamento, o apadrinhamento, a liberdade, entre outros. Ao agirem, os escravos desafiaram o poder senhorial e também resistiram às imposições desse poder.¹¹³⁹ Por isso, é importante ressaltar que

[...] a agência escrava pode ser compreendida em termos de uma geografia construída pelos escravos porque diz respeito às práticas de espaço que efetivavam apropriações dos objetos, das técnicas, das construções, da natureza, do tempo, enfim, do mundo que cercava a vida dos sujeitos escravizados em uma realidade marcada pelo controle e pela coação. Os escravos agiam sob circunstâncias diretamente presentes em suas vidas e que foram, na grande maioria das vezes, desfavoráveis a eles.¹¹⁴⁰

No que se refere à agência cativa, Santos trava uma discussão com o conceito “autonomia escrava”,¹¹⁴¹ cunhado por Maria Helena P. T. Machado. Este conceito, que já foi apresentado no terceiro capítulo desta tese, ilustra, na perspectiva de Santos, as possibilidades de o (a) pesquisador (a) enxergar as ações cativas, mas num quadro de abertura de brechas concedidas aos escravizados por seus senhores. Nesse sentido, o domingo e os dias santos corresponderiam, por exemplo, a espaços de autonomia desfrutados pelos escravizados, mas a partir de uma fenda deixada em aberto por seu senhor.

Caminhando noutro sentido, Santos prefere enfatizar que muitos desses espaços foram construídos pelos escravizados, a partir de seus conhecimentos concernentes à espacialidade das fazendas ou das vizinhanças, ou melhor, a partir de suas consciências em relação às limitações estruturais. Teoricamente colocando, o afastamento de Santos se posiciona no tocante à ação escrava e, muito especialmente, às aberturas de brechas que os escravizados conseguem, com base em seu conhecimento espacial – algo que lhes foi permitido por senhores ou não (conseguido por desobediência).

O que ficou evidenciado com essa discussão realizada com base nas pesquisas que se baseiam no conceito de segunda escravidão é que há uma renovada preocupação com a estrutura econômica global como fator explicativo que deve ser posicionada na produção de conhecimento sobre a escravidão ocorrida no Novo Mundo, notadamente no período do oitocentos. Além disso, a partir do supramencionado conceito, emergiu dessas pesquisas uma ideia de que a escravidão se tornou mais forte ainda, mesmo no transcurso do século XIX, em que as ideias Iluministas pregavam o fim do sistema escravista. Por essa linha teórica, há que se ter cuidado com a operacionalização da agência escrava.

¹¹³⁹ Cf. SANTOS, Marco Aurélio dos. Op. cit., 2014, p. 135.

¹¹⁴⁰ Idem, p. 177.

¹¹⁴¹ Cf. MACHADO, Maria Helena P. T. Op. cit., 1988.

A afirmação de que as preocupações estão renovadas se deve ao fato de os trabalhos analisados pensarem o quadro da economia-mundo não como um determinante nem como mera abstração teórica, mas como uma totalidade que também sofre pressões das agências dos sujeitos, agências essas colocadas em prática no nível local. Salles nos ajuda a expor a dinâmica presente, pelo menos, na referência teórica balizadora dessas teses.

Os fatos não são coisas, e sim sua posição em um processo de relações. Os fatos são construções mentais articulados pelo historiador para dar conta das múltiplas e interdependentes relações que ligam os dados entre si. Conhecer a realidade história é tornar inteligível as relações entre as partes e o todo, nesses conjuntos que são o objeto da história. Nosso conhecimento não revela nunca fatos absolutamente objetivos, mas processos de observação, que alteram os próprios fatos por meio de uma teoria interpretativa.¹¹⁴²

Para além das críticas que se poderia formular a cada uma das teses, cabe informar que, nesta seção, o que orientou o interesse na análise desses trabalhos foi a organização de suas ideias, no que concerne à relação entre agência e estrutura. O objetivo foi compreender como os autores operacionalizaram seus aparatos teóricos, a fim de pensar os objetos de estudo.

Ao final da análise, foi possível chegar a duas conclusões gerais: (i) todos mobilizaram uma perspectiva que levou em conta, de alguma forma, o cenário global, especialmente no que tange às questões econômicas e/ou geopolíticas.¹¹⁴³ Afinal, essa chave é nuclear na crítica que historiadores que operacionalizam o conceito de segunda escravidão fazem à historiografia pós-1980, ou seja, apontam “a perda crescente de seu valor heurístico para compreensões mais abrangentes”;¹¹⁴⁴(ii) mas, concomitantemente, não deixaram de expressar preocupação com a agência dos sujeitos como ingrediente de indeterminação inserido no processo histórico. E este é um dos elementos mais caros no que se refere à renovação da historiografia da escravidão que foi escrita no período dos anos 1980 em diante.

Portanto, cumpre realçar que a preocupação com a agência dos sujeitos históricos é uma conquista que permanece na historiografia recente da escravidão, mesmo por parte dos operacionalizam o conceito de segunda escravidão. Então, pode-se afirmar que o problema teórico atinente à relação entre agência e estrutura está em vias de ser resolvido, pois, de alguma forma, as pesquisas – tanto as que se baseiam no paradigma da historiografia pós-1980 quanto as que se fundamentam no conceito de segunda escravidão – estão conscientes da necessidade de se pensar tal relação? É evidente que não.

¹¹⁴² SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008, p. 25.

¹¹⁴³ A menção à geopolítica visa dar conta da complexidade da análise realizada por Tâmis Parron. Conferir em: PARRON, Tâmis Peixoto. Op. cit., 2015.

¹¹⁴⁴ SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008, p. 23.

Esse é precisamente o sentido de tratarmos, aqui nesta tese, a história da historiografia da escravidão com base nesse problema teórico de grande peso na produção do conhecimento sobre esse tema tão importante para a sociedade brasileira. É nesse sentido que a seção seguinte complementa as discussões, feitas aqui nesta tese, propondo alguns pontos que, na historiografia recente, permitem-nos pensar ainda nessa aporia – relação agência e estrutura – como referente teórico importante para se construir conhecimento histórico sobre o tema em pauta (e a respeito de outros temas).

6.3 A relação agência-estrutura: uma discussão realizada no cenário atual

Estamos chegando ao final da trajetória analítica construída. É o momento de consolidarmos as discussões referentes ao principal ponto do capítulo e da tese – a relação agência-estrutura –, apresentando um dos novos debates teóricos que brotam das pesquisas investigadas. O argumento final assenta-se na constatação feita pela pesquisa: a historiografia da escravidão pós-1980 redimensionou e requalificou o problema teórico da agência, assim como a historiografia baseada no conceito de segunda escravidão redimensionou e requalificou, no século XXI, o problema teórico que remete à importância da estrutura.

É nessa esfera que estão gravitando as referências teóricas mobilizadas pelas pesquisas que foram investigadas para esta tese, com vistas a produzir conhecimentos sobre a escravidão negra ocorrida no Brasil. Aparentemente, nenhuma novidade. Só aparentemente. Na prática, há novidade, sim. A novidade é que as pesquisas realizadas nos mostram uma revitalização dos embates entre tendências historiográficas distintas.

A palavra revitalização alude à ideia de que os debates em torno desse problema teórico – relação agência-estrutura – sempre existiram, desde os clássicos, mas, atualmente, os debates em torno desse problema teórico estão recolocados, tendo em vista que paradigmas teóricos distintos estão travando uma disputa, cada vez mais forte, numa mesma arena. O debate está efervescente e revitalizado. Assim, as divergências estão convivendo, por enquanto, num mesmo cenário historiográfico. Portanto, o cenário se tornou mais complexo ainda, em termos teóricos.

Em função disso, pode-se propor, a partir do material analisado na pesquisa que realizei, que estamos diante de um cenário em que o paradigma da historiografia pós-1980, ainda vigente, disputa espaço com o crescimento das pesquisas fundamentadas no conceito de

segunda escravidão.¹¹⁴⁵ Ao fim e ao cabo, há o reconhecimento, na atualidade, de que a relação agência e a estrutura são primordiais. Novamente, não há grande novidade nessa afirmação; o que há de novo é o reposicionamento do debate em um novo contexto,¹¹⁴⁶ gerando renovados argumentos e a recolocação de paradigmas clássicos.

Decorridos, em 2020, quase cem anos do lançamento da obra de Gilberto Freyre¹¹⁴⁷ e quase sessenta anos do lançamento do livro de Octavio Ianni,¹¹⁴⁸ os embates historiográficos em torno da escravidão ainda estão afetados por um problema teórico que, de alguma maneira, paga tributo a esses clássicos (e outros). Claro que o problema teórico se renovou bastante, mas ainda é tocado por questões formuladas no âmbito dos debates clássicos. A historiografia da escravidão (ou sobre quaisquer outros temas ou problemas históricos) raramente se desenvolve sem que problemas teóricos clássicos sejam recolocados e reformulados, o que nos convoca a manter o atento olhar para as permanências e mudanças.¹¹⁴⁹

Ora, o argumento é que, nos anos 1980, o problema teórico da agência deslocou, gradualmente, uma determinada chave teórica mobilizada por parcela da historiografia dos anos 1950-70, criticando, contundentemente, a ênfase “nas estruturas econômicas e na natureza comercial da colônia”, além de excluir ou subestimar “grandes segmentos da população”. Em complemento, a crítica se desenvolvia no sentido de pontuar que as pesquisas realizadas nos

¹¹⁴⁵ Aliás, parece que há mesmo uma retomada do paradigma voltado perspectivas mais holísticas. David Christian, em artigo publicado na revista *History and Theory* aponta o retorno do que ele chama de “história universal”, nos próximos cinco anos, a contar da escrita de seu artigo. Verificar em: CHRISTIAN, David. Op. cit., 2010, pp. 6-27. Como foi escrito em 2010, a previsão pode estar se concretizando. Não sei se o autor tem razão, mas há dossiês, em revistas acadêmicas, cujos temas centram-se em discussões sobre paradigmas mais holísticos. Um desses exemplos pode ser conferido no periódico *Esboços*, revista da Universidade Federal de Santa Catarina, que, no volume 26, em 2019, apresentou o dossiê intitulado “História da historiografia em perspectiva global”, contando com pesquisadores reconhecidos que participam desse debate.

Ver em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/issue/view/2747/showToc> Consulta realizada em 20 de abril, às 19:10min.

¹¹⁴⁶ A importância do contexto histórico do pesquisador é algo que faz parte da consciência moderna de tempo. Segundo Koselleck, com o fim da história *magistra vitae*, o espaço de experiência se descola do horizonte de expectativa, pois o futuro se abre como progresso. Assim, “[...] O futuro portador de progresso modifica também o valor histórico do passado”. Sucedeu, pois, que, desde a transição do século XVIII-XIX a história, como acrescentou Creuzer, tem que “ser considerada e explicada novamente por cada geração da humanidade”. Conferir em: KOSELLECK, Reinhart. Op. cit., 2006, p. 319. Outro texto que nos ajuda a pensar nessa questão é: KOSELLECK, Reinhart [et. al]. Op. cit., 2016. Nesse desenvolvimento de nossa consciência sobre o tempo, Guilherme Ribeiro posiciona Fernand Braudel, que, já no século XX, apresenta-se como autor importante para se pensar o tempo como cumulativo, incluindo o lugar do pesquisador no processo histórico de produção do conhecimento. Nesse sentido, segundo Ribeiro, não existe “produção científica que possa ser analisada fora do enraizamento cultural que a animou”. Conferir em: RIBEIRO, Guilherme. Op. cit., 2010, p. 138.

¹¹⁴⁷ FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006. A obra foi lançada em 1933.

¹¹⁴⁸ IANNI, Octavio, Op. cit., 1962.

¹¹⁴⁹ Cf. PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2019. Ver também artigo de João Carlos Escosteguy Filho, que, em passagem já indicada anteriormente, defende a ideia de que historiografia não se faz por exclusão. Cf. ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Op. cit., 2015, p. 104. Em seminal artigo, Thiago Gomes mostra o quanto a obra de Bloch guarda permanências em relação ao que Burke denominou de Antigo Regime historiográfico, representado pela Escola Metódica, cujos principais historiadores ocupavam importantes cátedras francesas. Cf. GOMES, Tiago de Melo. Op. cit., 2006; BURKE, Peter. Op. cit., 1997.

anos 1950-70 quase não tocavam “em questões como sexualidade, gênero, sistemas de crença, ritual, identidade e formas de representação”.¹¹⁵⁰

Nessa fase pós-1980, malgrado as diferenças teóricas e interpretativas entre as pesquisas,¹¹⁵¹ ocorreram poucas contestações contundentes a respeito da forma como se operacionalizava a agência escrava. Apesar das diferenças inscritas na historiografia da referida fase, não havia uma crítica que repusesse, de forma patente, a estrutura do capitalismo global como uma moldura analítica. Seria difícil pensar nessa possibilidade, pois, conforme visto antes, a base da crítica teórica da historiografia pós-1980 se erigia e se desenvolvia precisamente como resposta a tal paradigma prevalecente na produção dos anos 1950-70.¹¹⁵² Esse paradigma do período 1950-70 correspondia ao “adversário” cuja perspectiva teórica deveria ser combatida, logo, tal “adversário” acabou conformando uma trilha teórica norteadora para as pesquisas dessa historiografia.¹¹⁵³

Já no século XXI, outros pesquisadores investiram, criticamente, num dos núcleos fortes da historiografia pós-1980. A crítica desses novos estudos centra-se, taxativamente, no abandono de uma visão totalizante. Esse é um dos pilares mais robustos das contendas erigidas, por exemplo, por Rafael Marquese e Ricardo Salles, no livro programático lançado recentemente sobre a historiografia da escravidão no Brasil oitocentista, no âmbito do desenvolvimento do capitalismo histórico, no mesmo século.¹¹⁵⁴

Neste livro, os autores, dentre outras discussões, reposicionam a ideia de estrutura, endereçando uma crítica à “guinada subjetiva”.¹¹⁵⁵ Não obstante o fato de reconhecerem os

¹¹⁵⁰ SCHWARTZ, Stuart. Op. cit., 2009, pp. 180-181. Todo os trechos neste parágrafo que estão entre aspas pertencem ao autor citado.

¹¹⁵¹ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2019. Neste artigo, procuro desenvolver o argumento de que a historiografia da escravidão que foi escrita no período pós-1980 deve ser mais bem explorada, em termos de perspectivas teóricas, pois parece que é mais acionada para indicarmos seus paradigmas em comum.

¹¹⁵² Cumpre lembrar que Salles mostra que o texto de Tomich sobre a segunda escravidão foi produzido nos anos 1980, mas não conseguiu emergir porque prevalecia um paradigma que valorizava outra perspectiva. A análise de Salles é mais ampla. Segundo ele, “[...] Em 1988, no auge da voga da micro-história, da virada linguística, do individualismo metodológico e de tudo mais que, no apogeu do neoliberalismo, prometia sepultar o marxismo e outras visões totalizantes da história, o texto de Tomich passou despercebido”. Cf. SALLES, Ricardo. Op. cit., 2013, pp. 253-254.

¹¹⁵³ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Op. cit., 2014.

¹¹⁵⁴ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016.

¹¹⁵⁵ A expressão não é dos autores, mas de Beatriz Sarlo. Em seu livro Sarlo afirma que essa guinada pode ser vista a partir dos anos 1970/80 e contempla, uma visibilidade forte ao particular, ao cotidiano, e também ao que pode ser chamado de exceção. Conferir em: SARLO, Beatriz. *Tempo passado: Cultura da memória e guinada e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Sarlo, ao apontar a guinada subjetiva, não está acriticamente se juntando à corrente. A autora nos convoca a pensar criticamente a posição do indivíduo. Segundo Rayane Ribeiro, “[...] A historiadora argentina [...] centraliza sua discussão nos limites e possibilidades da memória para a história e em uma crítica ao estatuto de verdade atribuído ao testemunho e à experiência massificados pela história oral”. Conferir em: RIBEIRO, Rayane. Op. cit., p. 31.

ganhos que a historiografia dos anos 1980 promoveu,¹¹⁵⁶ posicionam-se, teoricamente, assinalando a fragilidade que substancializa o paradigma teórico da referida historiografia. Essa fraqueza refere-se, de acordo com o que já foi registrado precedentemente, a uma falta de interesse em avançar para além do que faz parte dos seus estudos, permanecendo num nível de análise circunscrita aos resultados da pesquisa e à dinâmica local de seus objetos.

A crítica remete à forma como a historiografia pós-1980 enxerga a escravidão. Por essa leitura, as pesquisas desse período enxergariam a escravidão a partir de um paradigma cujo cerne é o valor do conhecimento massivo de algo, o que resultaria, por uma forte base empírica, no conhecimento intenso sobre algo particular.

É evidente que muitas das pesquisas do período pós-1980 sustentaram que os resultados de seus árduos trabalhos em arquivos resultariam em novos conhecimentos sobre o todo. Um exemplo que pode ser apontado para ilustrar o paradigma da historiografia pós-1980 é a referência da micro-história. Assim, cabe lembrar que não há motivo, segundo Levi, de se sacrificar o particular, nem de se concentrar apenas na singularidade do particular. Há que se “elaborar um paradigma que dependa do conhecimento particular, embora não rejeitando a descrição formal e o conhecimento científico do próprio particular¹¹⁵⁷”, pois, para Levi, devemos atentar ao particular, sem que esse movimento implique fazer oposição ao social.

Outra referência pode ser encontrada no paradigma indiciário, formulado por Carlo Ginzburg. Segundo o autor, a construção gradativa do paradigma indiciário não é uma total novidade trazida pela micro-história. Em termos históricos e espaciais, o historiador italiano mostra como, em vários contextos do século XIX, esse paradigma pode ser observado como um dos fundamentos que balizaram a construção de conhecimento, em disciplinas diferentes. Nesse período emerge “silenciosamente no âmbito das ciências humanas um modelo epistemológico ao qual até agora não se prestou suficiente atenção”.¹¹⁵⁸ Trata-se do modelo indiciário. Por essa linha, “pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível”.¹¹⁵⁹

Por outro lado, a concentração intensa no micro cenário pode levar – na prática das pesquisas – à perda de um valor ou de um sentido de totalidade. Esse é, portanto, um dos problemas teóricos tão criticados pelos historiadores que empregam o conceito de segunda escravidão. Dale Tomich, ao tratar das relações entre teoria econômica, escravidão e História,

¹¹⁵⁶ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 114.

¹¹⁵⁷ LEVI, Giovanni. *Op. Cit.*, 1992, p. 159.

¹¹⁵⁸ GINZBURG, Carlo. Op. cit., 1989, p. 143.

¹¹⁵⁹ Idem, p. 150.

assinala que a Nova História Econômica, que se baseia em dados quantitativos intensos e massivos, enfatiza excessivamente suas conclusões na leitura de seus dados, perdendo de vista a moldura oferecida pelo quadro histórico. Na leitura de Tomich, os pesquisadores da Nova História Econômica estariam deixando de historicizar suas análises, uma vez que estariam se preocupando demais com a descrição da realidade que emerge dos dados estudados em zonas, teoricamente, vistas como isoladas uma das outras.

A crítica precisa do autor é que os formuladores da Nova História Econômica, não obstante o ganho de conhecimento de realidades específicas que efetivamente conseguiram, terminaram por não levar em consideração o escravismo em suas relações com a conjuntura histórica do seu tempo.

Dois grandes problemas derivam da proposta da Nova História Econômica, de acordo com o supracitado autor. O primeiro é que seus pesquisadores se atêm às explicações isoladas, negligenciando as características históricas globais de cada zona; o segundo é que, em consequência, as unidades de observação (as zonas escravistas) são vistas isoladamente uma das outras.¹¹⁶⁰ Com isso, a escravidão, na perspectiva da Nova História Econômica, “é tratada não como uma categoria geral e universal, mas como uma forma específica de produção social que é continuamente feita e refeita traves da relação historicamente cambiante entre terra, trabalho e mercado”.¹¹⁶¹

As discordâncias teóricas formuladas por Rafael Marquese e Ricardo Salles correm na mesma calha das análises erigidas pelo mencionado pesquisador americano. Os historiadores brasileiros indicados acima consideram que a perspectiva da qual se servem João Fragoso e Manolo Florentino recaem, em alguma medida, no mesmo problema da Nova História Econômica, uma vez que a economia colonial tardia, na passagem do século XVIII para o XIX, teria demonstrado, para Fragoso e Florentino, elevado grau de autonomia. Nesse sentido, Marquese e Salles afirmam que, na pena de Fragoso e Florentino, prevalece uma visão que valoriza mais as questões internas do que as que remetem aos “influxos externos”.¹¹⁶²

A análise de Fragoso e Florentino¹¹⁶³ visa, com efeito, registrar o que os autores consideram como estado agonizante da História Econômica, desde os anos 1970. Um dos pontos que mais contribuíram para a agonia da História Econômica em direção à sua morte refere-se a “seus delírios oniscientes”, na medida em que “ela dizia tudo explicar e

¹¹⁶⁰ TOMICH, Dale. Op. cit., 2016, p. 83.

¹¹⁶¹ Idem, p. 85.

¹¹⁶² MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 117.

¹¹⁶³ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. Op. cit., 1997, pp. 27-44.

determinar”.¹¹⁶⁴ Assim continuam os pesquisadores em pauta: “Era quando assumia as vestes de cientista para, talvez em recônditos laboratórios imaginários, montar sofisticados modelos matemáticos. Elitista como uma deusa crepuscular, afastava-se, progressivamente, da história, dos historiadores e dos homens”.¹¹⁶⁵

Dois argumentos são usados como pilares da tese dos autores apreciados aqui. O primeiro é que o mercado interno brasileiro funcionava não totalmente orientado por interesses de cunho econômico, ou melhor, voltado para a acumulação de capital. Depois de “duas gerações de contínua acumulação no mercado”, parcela expressiva da elite empresarial mercantil, no Brasil, “tende a abandonar os seus negócios, passando a investir em atividades rurais e rentistas, em geral, bem menos lucrativas do que o comércio”.¹¹⁶⁶ Essa ação é derivada de interesses por prestígio. Ao fazerem isso, acionam uma lógica que não é puramente racional ou baseada em valores econômicos, mas escorada em prestígio, algo que é referencial no Antigo Regime europeu, o que marca uma influência desses valores no Brasil.¹¹⁶⁷

O segundo argumento é que os escravos não tinham seu valor de mercado calculado apenas por variáveis materiais ligadas à economia, como idade, sexo etc. Seus preços eram influenciados, também, pelas “relações sociais [...] que contribuiriam para o arrefecimento dos graus de tensão no interior da comunidade escrava, reproduzindo e alargando as possibilidades sociais de vida no cativeiro”.¹¹⁶⁸

Diante desse cenário de contendas teóricas que remetem à história da historiografia, desde os clássicos, a recente tese de Marcelo Santos Matheus¹¹⁶⁹ – analisada no escopo da

¹¹⁶⁴ Idem, p. 36.

¹¹⁶⁵ Idem, ibidem.

¹¹⁶⁶ Idem, p. 42.

¹¹⁶⁷ Já foi pontuado que Cosentino mostra o quanto a obra de Antônio Manuel Hespanha é importante no sentido de abrir condições de possibilidades para se enxergar a influência do Antigo Regime europeu no Império Ultramarino. Ver: COSENTINO, Francisco Carlos. Op. cit., 2013, pp. 72-88. Mesmo tendo perspectiva teórica diferente de Frago e Florentino, vale acrescentar que Perry Anderson enfatiza a permanência da importância dos valores nobres no Antigo Regime europeu, mesmo no período em que o comércio ganhou grande força e a burguesia ganhava mais prestígio. Ver: ANDERSON, Perry. “Prefácio”; “O Estado Absolutista do Ocidente”. In: ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995, pp. 7-41. Cabe, por fim, acrescentar que Elias nos instiga, sociologicamente, a olhar o rei não somente como um raio de luz a iluminar toda a corte de valores nobres, pois Elias nos mostra o quanto o rei era, por outro lado, prisioneiro da etiqueta, das encenações realizadas no âmbito do poder incrustado na corte. Ver: ELIAS, Norbert. “O rei prisioneiro da etiqueta e das chances de prestígio”. In: ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, pp. 132-159. O sentido de apresentar Elias é alertar para que fato de que as possibilidades teóricas nos ajudam a pensar o mundo e explorar melhor o conhecimento sobre ele.

¹¹⁶⁸ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. Op. cit., 1997, p. 43. Trata-se de uma tese que faz parte também do livro que Manolo Florentino publicou com José Roberto Góes. De acordo com o que foi visto antes, a *Paz das senzalas* também aciona o valor político presente nas relações sociais como importante nas relações entre senhores e cativos, assim como nas relações entre os próprios escravos. Ver: FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. Op. cit., 1997.

¹¹⁶⁹ MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016.

pesquisa que realizei – convoca referências importantes da historiografia pós-1980, a fim de travar diálogo crítico com o referencial teórico que permeia o programático livro organizado por Marquese e Salles. Em razão disso, recoloca o problema teórico referente à relação entre agência e estrutura. Como assinalado acima, podemos notar que esse problema se encontra sincronicamente posto na atualidade, haja vista que está recolocado na arena de debate correspondente à historiografia recente da escravidão, o que revela uma clivagem.

Nesse sentido, vale destacar o caráter de disputa presente no bojo de uma produção historiográfica que está em processo de discussão sobre seus arranjos teóricos. Ora, se o conceito de segunda escravidão tem ganhado espaço, no que se refere às produções acadêmicas, sua ampliação de terreno não está isenta de críticas que acionam e reposicionam paradigmas teóricos da historiografia pós-1980, representado, aqui, pela recente pesquisa de Matheus.

Em razão desses pontos mencionados, cabe destaque às discussões que Matheus estabelece, em sua tese, com Dale Tomich, Ricardo Salles e Rafael Marquese, protagonistas de uma abordagem da escravidão que se lastreia no conceito de segunda escravidão. Dois pontos fortes¹¹⁷⁰ desse debate que o autor faz com os outros historiadores podem ser sintetizados, de acordo com o que se coloca a seguir.

O primeiro ponto corresponde ao fulcro da tese da segunda escravidão. De acordo com o conceito, o século XIX, com as revoluções, as ideias Iluministas e uma nova perspectiva política nas Américas (com o enfrentamento do projeto colonial europeu), ocorreu uma mudança no mundo que impactou a escravidão em tempos de estruturação de Estados nacionais nas Américas. “A ordem pós-napoleônica marcou o fim de uma conjuntura, a da integração complementar dos mercados imperiais, e o início de outra, a do mercado integrado mundial de commodities da periferia”.¹¹⁷¹

A ideia que perpassa o argumento de Tomich é que a escravidão não é mais de tipo colonial, exclusivista, nem voltada à exploração da terra com o intuito de enriquecimento da política econômica mercantilista dos Estados europeus. Agora, na passagem para o século XIX (e no decurso desse mencionado século), a escravidão apresenta-se de forma diferente. No mundo todo, o projeto escravista estava em falência, mas dada a força dos mercados globais e seus interesses por *commodities*, a escravidão no vale do paraíba brasileiro, em Cuba e ao sul

¹¹⁷⁰ O autor discute alguns pontos importantes. Aqui, foram selecionados dois para efeito de interesse nos debates feitos ao longo do trabalho.

¹¹⁷¹ PARRON, Tâmis Peixoto. Op. cit., 2015, p. 93.

dos Estados Unidos ganhou uma nova dimensão.¹¹⁷² E essa nova dimensão é chamada de segunda escravidão. Portanto,

[...] diferentemente das zonas mais antigas da produção de mercadorias escravistas, as novas fronteiras de mercadoria organizaram a produção numa escala sem precedentes e combinaram terra, trabalho e os instrumentos de produção de novas maneiras. Em cada uma das zonas, as relações sociais de escravidão foram reformadas em torno de novas relações e processos de produção. Em cada zona de fronteira, o espaço produtivo da *plantation* foi reorganizado em formas que facilitaram a gestão da terra e do trabalho e a máxima produção de cada cultivo.¹¹⁷³

O conhecimento formulado acima dá base para que se enseje novos olhares sobre a escravidão ocorrida no período do século XIX. Uma escravidão renovada e redimensionada. Neste caso, o predomínio da força das *plantations*¹¹⁷⁴ passou a ser fazer mais forte e a exploração dos cativos se tornou ainda mais acentuada, crescendo, outrossim, as unidades produtivas baseadas em grandes plantéis de cativos concentrados em posse de grandes proprietários. Segundo Salles,

[...] Na verdade, a propriedade escrava em Vassouras nasceu concentrada, e seu desenvolvimento histórico indica um padrão também de *concentração temporal*. Quer dizer, a implantação da cultura cafeeira foi acompanhada de uma maciça e concentrada importação de escravos africanos num curto período de tempo. Essa importação foi realizada fundamentalmente pelos grandes e megaproprietários.¹¹⁷⁵

No entanto, Marcelo Santos Matheus discorda desse ponto de vista teórico e desse cenário construído, a partir da referência do conceito de segunda escravidão. O autor em apreço afirma que esse cenário só tem base a partir de uma perspectiva específica que enxergue a escravidão pelo viés das *plantations*,¹¹⁷⁶ pois, se o pesquisador olhar o Brasil oitocentista com base nos estudos intensivos relativos às diferentes regiões, verá que a escravidão manteve os mesmos fundamentos gerais do período anterior. Permaneceu, segundo o referido autor, um modelo de escravidão, mesmo no século XIX, atravessado pujantemente pelas pequenas propriedades e nos pequenos senhores de cativos. Prevaleceu, pois, uma escravidão em que os

¹¹⁷² Rafael Marquese pontua há, nessa fase da transição do século XVIII para o XIX, um envolvimento, um enlace entre modernidade e escravidão, tema forte na historiografia recente. Nesse sentido, ele visa discutir o quanto, no período pós-Revolução Industrial, ou seja, depois dos anos 1780, uma teoria liberal antiescravista foi estruturada. Mas, por outro lado, nesse mesmo período, uma teoria escravista se desenhou. E ela estava baseada na ideia de que seria compatível a escravidão com o liberalismo. Cf. MARQUESE, Op. cit., 2004, Considerações finais do livro. Salles também endossa esse paradoxo, especialmente no capítulo primeiro de sua tese. Conferir em: SALLES, Ricardo. Op. cit., 2008.

¹¹⁷³ TOMICH, Dale. Op. cit., 2016, p. 90, com grifo do autor.

¹¹⁷⁴ Já foi afirmado antes, mas dada a pujança e importância do debate, cabe destacar que Marquese e Salles consideram a *plantation* como o polo dinâmico estruturador da escravidão oitocentista. MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (Orgs.). Op. cit., 2016, p. 132.

¹¹⁷⁵ SALLES, Ricardo. Op. cit., 2009, p. 166, grifos do autor.

¹¹⁷⁶ Cumpre acrescentar que Matheus afirma que: “A referência às *plantations* não é aleatória e, talvez, seja um dos problemas (ou pontos fracos) da tese de Dale Tomich”. MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016, p. 353.

cativos mantiveram relações sociais e possibilidades imensas de mobilidade social, inclusive alforrias, ainda que se considere o período depois do fim do tráfico de cativos (1850).

Esse pesquisador defende que, no século XIX, continuou, portanto, um tipo de escravidão colonial, em que a influência luso-brasileira foi a premissa, junto com a força da influência africana. Para essa linha de raciocínio, não houve uma “cisão [...] entre a escravidão colonial e a escravidão nacional”,¹¹⁷⁷ especialmente do ponto de vista do cotidiano das relações escravistas. Portanto, a sociedade escravista continuou desigual e hierarquizada. Nesse diapasão, escravos e libertos lutavam por se diferenciar dentro do sistema e os senhores mantinham a permissão para que ocorressem essas diferenciações, tendo em vista que elas atendiam a seus interesses políticos e sociais. Nesse sentido,

[...] Como já foi aventado, o pressuposto do estudo aqui proposto é outro. Parte-se da premissa de que todas as pessoas que conformavam a sociedade imperial brasileira (assim como no período colonial), seja os que migraram (europeus ou africanos – no segundo caso, em uma migração forçada), seja os nela nascidos (indígenas, cativos, libertos e livres em geral), vieram de (ou nasceram em) sociedades também hierarquizadas. Ou como lembra João Fragoso, eram “sujeitos portadores de orientações valorativas próprias”. E estas diferenciações, também produzidas por e entre escravos e egressos do cativo, continuaram a ser reproduzidas no Brasil, seja em irmandades religiosas ou mesmo em revoltas, muitas vezes através de clivagens étnicas, mas principalmente no dia a dia, ou seja, na rotina diária de trabalho e de produção de laços sociais diversos.¹¹⁷⁸

Consequentemente, o segundo ponto de discussão de Matheus que seleciono é que a escravidão se afigurou de forma complexa e que as relações pessoais, ainda no período do oitocentos, são capazes de fornecer respostas importantes para o governo dos cativos ou para que compreendamos as estratégias destes últimos em se diferenciar.

Tratam-se, pois, de questões não frequentemente tocadas ou afetadas pela engrenagem da economia-mundo. A dimensão dos acontecimentos grassados no contexto Colonial ou Imperial brasileiro é que contribuiria fortemente para explicar, segundo essa linha de raciocínio, as complexas relações estabelecidas aqui, no Brasil, claro que levando em conta a incidência das referências pretéritas que influenciariam nessas relações, sejam as incidências de matriz lusa, de matrizes africanas ou ambas ao mesmo tempo.

Uma das críticas assinaladas por Matheus é que os autores que defendem a ideia de uma segunda escravidão procuram uma visão mais economicista do fenômeno,¹¹⁷⁹ buscando no

¹¹⁷⁷ Idem, p. 361.

¹¹⁷⁸ Idem, pp. 23-24, com aspas para indicar texto que Matheus se apropriou de João Fragoso.

¹¹⁷⁹ Apesar de somente Matheus ter encarado uma discussão direta com o conceito de segunda escravidão, é importante realçar que outra pesquisa investigada teceu críticas ao paradigma estrutural global e criticou o que entendeu como economicismo presente nas teses da historiografia dos anos 1950-70. Uma dessas autoras é: SANCHES, Vanessa Gomes Ramos. Op. cit., 2017, p. 192.

cálculo monetário e no lucro sentidos explicativos que poderiam nos fazer compreender melhor o sistema escravista.¹¹⁸⁰ Contudo, na visão de Matheus, o cálculo econômico, por si só, não explica as complexidades inscritas numa sociedade em que as hierarquias eram aceitas pelos sujeitos da época.

O autor vai além: as hierarquias legitimavam a escravidão como sistema. Legitimavam-na porque propiciavam aos próprios escravos e aos libertos operarem nessa chave, nessa lógica de buscar a diferenciação horizontal (em relação a seus pares) através de conquistas que, não raras vezes, eram derivadas de seus contatos e relações sociais complexas. Em outras palavras, “[...] eis aqui um bom exemplo dos limites do puro diagnóstico econômico da análise de uma situação que, ainda quando “econômica”, traduz-se em paradigmas tais como dotes, relações de parentesco, alianças políticas etc.”¹¹⁸¹

Em função do que foi delineado, cumpre chamar a atenção para o fato de que, na historiografia recente que trata da escravidão negra ocorrida no Brasil, agência e estrutura aparecem como um problema teórico remodelado. A afirmação tem o sentido de registrar que a estrutura foi retomada não simplesmente como um operador analítico de valor para a produção do conhecimento, mas, sobretudo, como um fundamento teórico que confere um sentido crítico à parcela da produção historiográfica que prevaleceu no período pós-1980.¹¹⁸² Conforme observado neste capítulo, a crítica se abriu mais contundentemente no século XXI e foi feita, eminentemente, por pesquisadores que estão na chave teórica do conceito de segunda escravidão. Por isso, observou-se que algumas das teses recentemente publicadas estão seguindo nesse caminho, mas, por outro lado, vimos que há autores que estão se posicionando criticamente contra os princípios teóricos posicionados pelos (as) pesquisadores que se baseiam no conceito de segunda escravidão.

O questionamento derradeiro que fica é se estamos vendo o alvorecer ou o amadurecimento do que Escosteguy Filho admite ser o “quarto momento” da historiografia da

¹¹⁸⁰ Trata-se de uma crítica presente no trabalho de Manolo Florentino e José Roberto Góes. Ver: FLORENTINO, Manolo; José Roberto Góes. Op. cit., 1997, p. 28.

¹¹⁸¹ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. Op. cit., 1997, pp. 34-35, aspas dos autores.

¹¹⁸² O uso da expressão parcela da historiografia pós-1980 se justifica pelo fato de Rafael Marquese e Ricardo Salles reconhecerem que um livro de João José Reis, por exemplo, “[...] pode ser tomado como um ele entre a herança das formas anteriores de análise estrutural e quantitativa da escravidão e as potencialidades de uma agenda muito promissora, fundada na nova história social”. Conferir em: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 115.

escravidão. Vejamos as palavras dele sobre esse momento de nossa história da historiografia da escravidão negra:

[...] em que situação estariam os debates históricos sobre a escravidão, hoje? Talvez possamos afirmar que, após um “primeiro momento” com Gilberto Freyre, um “segundo momento” com a Escola Paulista e um “terceiro momento” com a historiografia dos anos 80, começamos a viver com mais intensidade um “quarto momento” dos estudos históricos sobre a escravidão. Um momento em que as relações entre o segundo momento e o terceiro são dialeticamente sintetizadas, aproveitando-se as conquistas da historiografia pós-1980 sem abandonar a discussão conceitual e o olhar macroscópico em que a geração do segundo momento se baseava. Um momento, enfim, em que trabalhos como os de Florestan Fernandes e Emília Viotti começam a ser retomados, menos pelo que oferecem em termos de documentação e informação – disto a historiografia dos anos 80 ofereceu manancial quase inesgotável – e mais pelas questões que levantavam, articulando questões sobre o escravismo a macro questões que atravessam, inclusive, nossa contemporaneidade.¹¹⁸³

Esta pesquisa que se encerra aqui, expressando quase as suas derradeiras palavras, não teve como questão pensar o estatuto de continuidade ou descontinuidade da historiografia recente sobre o tema da escravidão. A questão que moveu o interesse desta pesquisa sempre esteve centrada na curiosidade em fazer uma investigação cuja finalidade era analisar como a referida historiografia tem pensado e discutido, em termos teóricos, a relação entre estrutura e agência dos sujeitos. Ademais, visou-se sempre pensar as pesquisas recentes dentro de um espectro vinculado à história da historiografia, conferindo um sentido analítico que leva em conta os debates teóricos no âmbito intelectual.

Entretanto, as leituras realizadas – não somente as que remetem às teses recentes, mas as que se referem ao conjunto da pesquisa – permitem-nos formular uma resposta ao problema colocado acima, pertinentemente, por Escosteguy Filho. Podemos identificar uma mudança na historiografia atual. E essa mudança nos permite apontar, conforme o referido autor, um “quarto momento”.¹¹⁸⁴ Não dá para afirmar se o corte ocorreu precisamente no século XXI; parece que sim, mas esse nível de precisão é um empreendimento para o futuro.¹¹⁸⁵

O fundamento analítico para substancializar a ideia de mudança – de um “quarto momento” – está no fato de que, atualmente, as discussões reencenam as disputas entre os paradigmas rivais. E reencenam em outro palco de disputa, um palco em que as discussões ocorrem sincronicamente, não havendo como perceber um paradigma que sairá prevalecente desses debates teóricos ou se a tendência será a pluralidade. Aposto mais na segunda hipótese.

¹¹⁸³ ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Op. cit., 2015, p. 115.

¹¹⁸⁴ Idem, p. 115.

¹¹⁸⁵ Aqui, cabe uma clara referência à inspiração em Koselleck, pois este afirma que há, na modernidade do conceito de História, a consciência de que cada geração constrói sua perspectiva histórica. KOSELLECK, Reinhart. Op. cit., 2006. Ver especificamente “Capítulo 9 – Ponto de vista, perspectiva e temporalidade – contribuição à apreensão historiográfica da história”.

O que se deseja realçar é que foi observado o seguinte cenário: de um lado, há pesquisas que sustentam a importância de se recolocar (redimensionando e requalificando) um aspecto teórico importante da historiografia dos anos 1950-70, qual seja, a estrutura global econômica; de outro lado, há pesquisas que se mantêm no mesmo registro da crítica que a historiografia pós-1980 fez ao fundamento estrutural e econômico presente em parcela substancial dos trabalhos produzidos nos anos 1950-70.

Nesta contenda atual ou dentro do cenário que se afigurou no material pesquisado, nenhuma das duas linhas desconsidera a agência. No entanto, convém realçar e reiterar que a recolocação do debate, a partir dos anos 2000, problematiza a forma como a agência é operacionalizada. Não somente a agência, mas também a forma como o local é, heurísticamente, pesquisado e como as fontes são operacionalizadas no processo de pesquisa.

O que vale realçar é que algumas das novas pesquisas – notadamente as que se ancoram no conceito de segunda escravidão – criticam o grau de ineditismo de alguns trabalhos. Entendem que o ineditismo das pesquisas não deve estar circunscrito meramente às singularidades do objeto de estudo proposto, mas tem que fazer parte da proposta analítica da pesquisa como um todo. Além disso, externam suas restrições à supervalorização do local e, também, à excessiva descrição das fontes. Ao fazerem essas críticas, reposicionam, decerto, a relação entre agência e a estrutura (compreendida aqui pela capacidade analítica de se pensar um sentido de totalidade dado por uma visão geral da conjuntura e/ou uma visão cumulativa do processo histórico).

Na atualidade, os debates ganharam, portanto, contornos de grandes disputas no campo teórico. E são debates que se apresentam num mesmo e novo cenário. Não são mais *diferenças* teóricas colocadas em debate,¹¹⁸⁶ mas, sim, *disputas* que recolocam elementos do paradigma teórico das décadas de 1950-70 que ainda são sobejamente criticados pela historiografia pós-1980.¹¹⁸⁷ Por isso, cabe acrescentar que as disputas que se observam agora – na historiografia recente – tomam uma feição de severas divergências. E tais divergências posicionam as

¹¹⁸⁶ Refiro-me, neste caso, às diferenças de paradigmas que se colocam dentro do que chamamos de historiografia pós-1980. Nessa historiografia, havia diferenças entre formas teóricas de se pensar a história. Mas havia um paradigma comum que se desenhava contrário à visão estruturalista da historiografia dos anos 1950-70. Agora, no cenário atual, não são diferenças, mas sim disputas, ou seja, há uma rivalidade que coloca o conhecimento num outro patamar de complexidade. Sobre as diferenças teóricas no interior da historiografia pós-1980, ver: PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2019.

¹¹⁸⁷ O capítulo quinto desta tese serve de fundamento. Aliás, o percurso analítico da tese visou exatamente mostrar que ainda permanece, de forma incisiva, críticas à historiografia da escravidão que resultou de pesquisas feita nos anos 1950-70. Vale, a título de fundamentação, citar pelo menos uma: BARRETO, Virginia Queiroz. Op. cit., 2016.

pesquisas em polos bem distanciados.¹¹⁸⁸ Não se trata, agora, no atual contexto, somente de diferenças interpretativas sobre a escravidão, mas, antes e, sobretudo, de modelos teóricos rivais que conduzem a compreensão e interpretação da escravidão para caminhos divergentes.

Por isso, não considero adequada a afirmação de Escosteguy Filho no sentido de propor que as referências teóricas, atualmente, neste “quarto momento”, estão “dialeticamente sintetizadas”¹¹⁸⁹ através da conjugação entre a agência dos sujeitos – “aproveitando-se as conquistas da historiografia pós-1980”¹¹⁹⁰ – e a estrutura – “sem abandonar a discussão conceitual e o olhar macroscópico em que a geração do segundo momento se baseava”.¹¹⁹¹

O contexto observado não revela essa síntese. Parece que o autor, ao fazer tal afirmação, teve como base somente as pesquisas que se lastreiam no conceito de segunda escravidão. No entanto, não é esse cenário que se observa nas pesquisas investigadas na recente historiografia da escravidão, ou seja, não é possível identificar a prevalência de um ou outro paradigma como síntese. Ao contrário, o que se observa, de forma geral, é uma rivalidade teórica que está sendo recolocada, de forma categórica e de forma sincrônica.

É preciso ponderar, ainda, que a indicação de que há uma mudança no cenário da historiografia da escravidão não implica assinalar uma predição sobre o futuro. Na atualidade, há, com efeito, o crescimento das pesquisas escoradas na chave que valoriza as “relações estruturais mais amplas e contextos históricos mais largos, sem deixar de cuidar da documentação empírica e da reprodução da vida escravista em nível local”.¹¹⁹²

No entanto, convém destacar que tal crescimento não parece indicar uma ampla retração das pesquisas que se baseiam nos paradigmas que fundamentaram a historiografia pós-1980. O que há, ao fim e ao cabo, é um cenário em que prevalece a “diversidade das respostas teóricas”,¹¹⁹³ mas que podem ser agrupadas, pelo menos, em dois tipos de paradigmas rivais que estão retomados e colocados num mesmo cenário de disputa, ou seja, no âmbito do que Elías Palti chamou de dimensão epistêmico-institucional.¹¹⁹⁴

Destarte, trata-se de um novo cenário, de uma nova historiografia. Evidentemente, a qualificação deste cenário precisa ser mais bem realizada à frente por novos estudos que terão

¹¹⁸⁸ O programático livro organizado por Marquese e Salles, lançado em 2016, e a resposta crítica de Marcelo Santos Matheus ilustram o argumento. Cf. MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016; MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016.

¹¹⁸⁹ ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Op. cit., 2015, p. 115.

¹¹⁹⁰ Idem, ibidem.

¹¹⁹¹ Idem, ibidem.

¹¹⁹² Idem, ibidem.

¹¹⁹³ Ao mostrar os três tipos de deslocamentos que a historiografia ocidental dos anos 1970/80 promoveu, Roger Chartier escreveu essas palavras para aferir as possibilidades existentes entre a estrutura e a ação são diversas. CHARTIER, Roger. Op. cit., 1991, p. 177.

¹¹⁹⁴ PALTÍ, Elías J. Op. cit., 2012, p. 60.

a historiografia da escravidão negra como objeto, mas não podemos deixar de registrar e reiterar que se trata de um novo cenário, em que trabalhos fundamentados em paradigmas da historiografia pós-1980 convivem com outros que recolocam aspectos teóricos tão criticados por essa mencionada historiografia. Além disso, vimos, no material de pesquisa investigado, uma resposta clara e direta de Marcelo Matheus¹¹⁹⁵ (e uma proposta cuja defesa está subjacentemente colocada)¹¹⁹⁶ às críticas direcionadas pelos historiadores que se baseiam no conceito de segunda escravidão à historiografia pós-1980. Trata-se de uma resposta cristalina e rápida ao conteúdo e às propostas teóricas contidas no programático livro lançado recentemente por Marquese e Salles, intitulado “*A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia*”.¹¹⁹⁷ Ao fim e ao cabo, o que veio à tona corresponde a disputas teóricas que estão em cena, sem que possamos, ainda, predizer o que resultará desses debates.

¹¹⁹⁵ MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016.

¹¹⁹⁶ SANCHES, Vanessa Gomes Ramos. Op. cit., 2017.

¹¹⁹⁷ MARQUES, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia que trata do tema concernente à escravidão negra ocorrida no Brasil é, reconhecidamente, ampla e recheada por diferentes possibilidades de pesquisa. Ademais, é seminal, em matéria de discussão teórica. Em razão disso, a pesquisa – que ora inicia suas derradeiras palavras – teve como foco investigar e refletir sobre como as teses recentes têm operacionalizado a relação agência-estrutura. O objetivo foi compreender como esses trabalhos de pesquisa pensaram (e compreenderam) não somente a escravidão, mas, também, o papel do negro em nossa formação.

Tendo em vista a variedade e quantidade de trabalhos de pesquisa qualificados sobre o tema em pauta, alguns dilemas apresentaram-se para a escolha do material que seria investigado. Dentre eles, cabem destaque aos seguintes: a delimitação de qual caminho seguir e a circunscrição de quais textos seriam lidos. Uma resposta que se colocou como adequada foi a manutenção do caminho trilhado na pesquisa anterior de mestrado. A questão de pesquisa a ser investigada foi operacionalizada a partir do percurso do pesquisador, contemplando incorporações provenientes das novas leituras realizadas e das críticas somadas (e incorporadas) ao longo da trajetória. Assim, tanto as teses selecionadas para a investigação, nesta pesquisa, quanto o percurso analítico desenvolvido são caudatários do encontro entre a subjetividade do pesquisador e questões consideradas pertinentes e relevantes para a historiografia sobre o tema.

Devido ao fato de o problema formulado para esta pesquisa guardar, em si, uma feição de disputa teórica, a historiografia foi enxergada em conexão com a história intelectual. Desse modo, elementos heurísticas como contexto (de enunciação e recepção) e processo histórico foram empregadas no sentido de pensar as disputas no intelectuais que ocorreram no âmbito da historiografia da escravidão. Vale lembrar que todo aparato teórico-metodológico contribuiu, outrossim, como fio condutor da exposição da pesquisa.

Face ao que foi exposto, o caminho analítico foi erigido a partir da senda aberta por Gilberto Freyre e seu debate com intelectuais do início do século XX. À noção de racismo como fator degenerativo presente na sociedade brasileira, o sociólogo pernambucano construiu sua leitura da formação do Brasil com base num aparato cultural cujas lentes permitem acessar um nível de complexidade inscrita nas relações sociais. Ele propôs, portanto, não somente uma interpretação para nossa formação, mas, sobretudo, forneceu uma base teórica – aportada da antropologia cultural – que nos permitia pensar a sociedade brasileira pelo prisma tanto do afastamento (conflitos) quanto da aproximação (integração).

Na segunda metade do século XX, envolvidos por um novo contexto político (mais sensível às participações sociais diversas e mais democrático) e com base no desenvolvimento de projeto de pesquisas acadêmicas, historiadores da Universidade de São Paulo (USP) estudaram a escravidão a partir de teorias que enfatizavam as lutas entre classes sociais opostas dentro de um quadro estrutural que lhes impunha forte grau de determinação. Em razão disso, foram capazes de enxergar e denunciar tanto o racismo quanto as perversas assimetrias econômico-sociais que atingiam a população negra que vivia escravizada neste território. Ao se posicionarem teoricamente nesse ângulo, distaram-se, de forma quilométrica, da perspectiva freyreana. Os clássicos apresentados nos dois primeiros capítulos desta tese colocam-se, teoricamente, em posições realmente assaz divergentes.

Como consequência da expansão das Universidades brasileiras, ocorreram a criação e ampliação dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais e História, a partir da década de 1970.¹¹⁹⁸ Na esteira dessas pesquisas (e também das transformações conjunturais globais¹¹⁹⁹ e das mudanças na historiografia ocidental)¹²⁰⁰, a historiografia da escravidão renovou-se. A nova historiografia da escravidão veio acompanhada por propostas teóricas de diferentes matizes. Nesta tese, coube destaque, substancialmente, a duas: a crítica à determinação estrutural que retirava dos indivíduos a possibilidade ação, tratando-os como mero reflexos das condições estruturais; uma apreensão binomial da sociedade brasileira, opondo, inexoravelmente, os grupos sociais, não enxergando o nível de complexidade inscrito nessas relações.

Diante do quadro teórico mobilizado por parcela relevante da historiografia da escravidão que teve vigência nos anos 1950-70, a chamada nova historiografia dos anos 1980 valorizou a agência dos escravizados, conferindo forte atenção para dois pontos que podem ser enxergados como uma espécie de síntese das contentas intelectuais, teóricas e políticas do período. O primeiro refere-se à atenção dada para a volição escrava. Essa atenção colocava em evidência a consciência dos sujeitos, retirando-os de uma perspectiva meramente coisificada. O segundo remete, por extensão, à valorização das ações dos escravizados como meio de

¹¹⁹⁸ Marquese e Salles afirmam que, nos anos 1970, “[...] verificou-se a profissionalização definitiva do ofício da história por meio da criação dos primeiros programas nacionais de pós-graduação, cujos perfis são bem semelhantes ao que ainda hoje se tem”. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 102.

¹¹⁹⁹ Vários fatores conjunturais globais podem ser apontados, mas vale destaque a um deles que é apontado como valoroso por Burke, uma vez que teve grande impacto na escrita da história. Tratou-se do movimento estudantil ocorrida na França, no ano de 1968. Cf. BURKE, Peter. Op. cit., 1997, p. 80. Cumpre acrescentar que Gerog Iggers afirma que “[...] Dos anos turbulentos dos movimentos de protestos dos anos sessenta até o fim da Guerra Fria em 1991, a escrita e o pensamento históricos vivenciaram mudanças profundas nos anos setenta e oitenta”. Cf. IGGERS, Georg. Op. cit., 2010, p. 107.

¹²⁰⁰ Cf. CHARTIER, Roger. Op. cit., 1991, pp. 173-177.

aclarara complexa atuação desses sujeitos na formação do Brasil e, conseqüentemente, como forma de perceber, em termos teóricos, as indeterminações que fazem parte do processo histórico.

Conforme observado ao longo do percurso analítico desta tese (especialmente no terceiro capítulo), diferentes propostas teóricas referenciaram a produção do conhecimento histórico sobre a escravidão, no período posterior aos anos 1980. Estudos baseados em dados demográficos, pesquisas focadas no cotidiano como possibilidade de trazer à tona registros da vida dos homens e mulheres comuns, trabalhos que enfocaram na sobrevivência de valores africanos ou do Antigo Regime português no Brasil etc. Por essa linha de raciocínio, não obstante a importância da agência dos sujeitos como algo comum à referida historiografia, há que se realçar que a mencionada historiografia tornou-se mais complexa, em matéria de teoria, haja vista que buscou se situar numa via entre ação e estrutura.¹²⁰¹

Ainda que reconhecendo os avanços teóricos que foram implementados pela historiografia da escravidão pós-1980 – especialmente o manuseio e leitura de diversos tipos de documentos históricos e o conhecimento massivo sobre a vida dos escravizados –, novas pesquisas sobre o tema, lançadas no século XXI, têm operado a partir de outros referenciais e, por isso, tecem críticas à historiografia pós-1980. As novas pesquisas defendem que a escravidão, especialmente a praticada no século XIX, deve ser vista a partir de suas articulações com um quadro histórico global de transformações do capitalismo. Nesse período, a escravidão no Novo Mundo foi reinventada,¹²⁰² a fim de atender à demanda internacional por *commodities*. Nessa era pós-mercantilista e pós-colonial,¹²⁰³ três regiões assumiram a ponta nas exportações de produtos para o mercado global: o Sul dos Estados Unidos da América, o Brasil e Cuba.

Em termos teóricos, essas mudanças assinaladas acima estão dentro de um quadro orientado pelo conceito de segunda escravidão. Em vez de uma escravidão de exploração

¹²⁰¹ Essa é a tese que desenvolvo num artigo publicado recentemente. Neste trabalho, procuro mostrar que, apesar de a historiografia da escravidão pós-1980 ter como paradigma comum a valorização dos sujeitos, ela não abandonou do horizonte de análise a referência estrutural. O que mudou e se ampliou foi a ideia de estrutura que ela mobiliza em suas análises, ou seja, não mais uma estrutura econômica, mas outras referências, como, por exemplo, a estrutura cultural dada pela influência africana na vida dos escravizados. Um dos trabalhos que operam com essa forma de análise é o de Robert Slenes. Cf. PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2019. Rafael Marquese e Ricardo Salles tecem críticas a essa historiografia, conforme já apontado antes, exatamente pelo fato de considerar que ela se aproximou do miúdo, do particular, muitas vezes acionando a referência estrutural através de umas rápidas remissões ao contexto. Mas, os autores citados têm consciência de que tal apontamento feito por eles tem exceção. “O livro de João José Reis [Rebelião escrava no Brasil], em resumo, pode ser tomado como um elo entre a herança das formas anteriores de análise estrutural e quantitativa da escravidão e as potencialidades de uma agenda muito promissora, fundada na nova história social”. Cf. MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 115.

¹²⁰² BLACKBURN, Robin. Op. cit., 2016, p. 53.

¹²⁰³ Idem, *ibidem*.

mercantil, com vistas aos lucros metropolitanos, essa vertente teórica salienta que ocorreu uma escravidão que passava a se conectar a mercados globais. As mencionadas mudanças engendraram, por essa perspectiva, a reconfiguração da produção brasileira de *commodities*. Com isso, além da cisão entre escravidão colonial e a escravidão nacional, o Vale do Paraíba Fluminense passou a ganhar cada vez mais força no cenário produtivo nacional baseado na mão de obra escrava, tornando-se “o centro da escravidão negra oitocentista”.¹²⁰⁴ A escravidão tendeu, nesse período, a concentrar-se em grandes propriedades rurais voltadas para a produção de *commodities* para o mercado internacional.

A partir do conceito de segunda escravidão, portanto, novas pesquisas, no século XXI, tecem críticas teóricas à historiografia pós-1980. O núcleo da crítica está na ênfase excessiva no conhecimento das condições de vida local e, por conseguinte, no desprezo ou na pouca importância conferida ao quadro de referência econômico global contemporâneo que impulsionou a escravidão brasileira no século XIX, redimensionando a produção econômica, as relações sociais e as lutas em nível político institucional.

A preocupação com a agência não é, especificamente, a crítica dessa linha historiográfica. A crítica dessa perspectiva se dirige à excessiva ênfase na agência e no local, desconsiderando (ou se levando pouco em conta) as pressões e interferências que o quadro histórico exerceu sobre a agência ou o local. A proposta dessa linha teórica de pesquisa ancorada no conceito de segunda escravidão é que o quadro histórico de referência exerce limitações, condicionamentos às ações e ao desenvolvimento da vida local, mas, ao mesmo tempo, as ações e o local alimentam o quadro geral.

A trajetória historiográfica acima delineada foi analisada com base numa referência conceitual que favorece a problematização dos diálogos intelectuais, sob o quadro da história da historiografia. As propostas teóricas foram enxergadas a partir do lugar da tese dos autores. E tal lugar contempla, portanto, a forma como cada autor ou autora recebeu (interpretou) textos que fazem parte da história da historiografia e como se posicionou, teoricamente, diante dessas pesquisas anteriores.

Outro recurso teórico-metodológico importante que foi empregado visou enxergar a historiografia não somente pelos posicionamentos concernentes às mudanças, mas, também, contemplando uma visão de permanências. Nesse sentido, percebe-se o quanto a nova historiografia pós-1980 recupera (ou pega um gancho), conscientemente ou não, o paradigma sociológico de Gilberto Freyre. Ao se posicionarem em franco afastamento em relação ao

¹²⁰⁴ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 134.

paradigma da Escola Paulista de Sociologia, muitas pesquisas do período pós-1980, valorizaram a agência escrava, os estudos concretos da vida cotidiana (baseados em fontes históricas de natureza diversa) e o nível de complexidade inscrito na vida dos sujeitos históricos. Ao fazerem esse movimento, o aporte teórico floresceu de diferentes matrizes – Edward P. Thompson foi um dos mais influentes.¹²⁰⁵

Porém, é pertinente destacar que os resultados das pesquisas implementadas nos anos 1980/90 apontaram, em sentido geral, não somente para o conflito entre senhores e escravos, mas também para relações de aproximação, de fidelidade, de acordos e de apadrinhamento. Por isso, é pertinente reiterar que algumas dessas interações entre senhores e escravos estavam presentes na pena de Gilberto Freyre, pois sua visada sociológica lhe permitiu flagrar o desenvolvimento de relações sociais que ora tendiam à aproximação, ora ao afastamento entre senhores e escravos.

Ademais, muitas das pesquisas de pós-graduação dos anos 1980 postularam a importância da cultura africana para a compreensão dos significados presentes nos atos simbólicos dos escravizados que vieram para o Brasil. Acentuaram, ainda, identidades africanas que foram reconfiguradas aqui. Tratam-se de referenciais que já haviam sido operacionalizados por Freyre como importantes para compreender o papel do negro na formação do Brasil.¹²⁰⁶

Cabe lembrar que a própria crítica à nova historiografia da escravidão pós-1980, conforme realizada por historiadores do século XXI, que se baseiam no conceito de segunda escravidão,¹²⁰⁷ guarda em seu seio elementos conscientes de permanências e mudanças. As permanências encontram-se no reconhecimento de que a nova historiografia pós-1980, ao valorizar a agência escrava, conseguiu ganhos claros ao conhecer mais sobre a vida dos escravos e outros sujeitos históricos. Tal conquista foi lograda em decorrência de massivo trabalho em arquivos e com os documentos, visando conhecer melhor a realidade histórica a partir das fontes de natureza diversa.

Mas as mudanças teóricas postuladas por esses pesquisadores, no século XXI, conscientemente trazem à baila, novamente, questões clássicas. Reivindicam, teoricamente, a re colocação da estrutura econômica global como quadro de referência sem o qual, segundo eles, torna-se pouco produtivo estudar a escravidão no século XIX. A ideia é que houve mudanças

¹²⁰⁵ LARA, Silvia H. Op. cit., 2005.

¹²⁰⁶ Um trecho que elucida o argumento é o seguinte: “Deve-se, porém, salientar que a colonização africana do Brasil realizou-se principalmente com elementos bantos e sudaneses. Gente de áreas agrícolas da área ocidental, senhores de valiosos elementos de cultura material e moral próprios, uns e outros adquiridos e assimilados dos maometanos”. FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006, p. 393.

¹²⁰⁷ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016.

significativas ocorridas no padrão de acumulação, na transição do século XVIII para o XIX, incluindo as transformações no cenário político internacional, com a força cada vez maior da Grã-Bretanha. Além disso, cumpre destaque para as “oportunidades abertas pelo fim da agricultura de *plantation* em São Domingos, o maior produtor colonial de açúcar, café e algodão em 1790”.¹²⁰⁸ Esses fatores – entre outros – trouxeram novas configurações para os padrões produtivos das Américas que não devem ser negligenciados. Os pesquisadores que trabalham com essa lógica teórica argumentam, em síntese, que a reconfiguração da escravidão ocorreu no sentido de dar conta das demandas crescentes por açúcar, em Cuba, café, no Brasil, e algodão, no Sul dos Estados Unidos. No caso brasileiro, esses fatores estruturais contribuíram, destarte, para que a *plantation* se tornasse a “espinha dorsal”¹²⁰⁹ do sistema escravista.

Nesse sentido, a escravidão deve ser vista a partir de outra configuração e também outra angulação teórica, na medida em que a agência escrava (ou dos sujeito históricos) é recolocada sob o influxo da perspectiva conflitiva. Os autores não negam, de todo, as possibilidades de aproximação entre senhores e cativos, mas frisam que “os conflitos entre senhores e escravos faziam parte do “normal” cotidiano”.¹²¹⁰ Trata-se, claramente, da recolocação de uma chave teórica mobilizada por pesquisas na década de 1970,¹²¹¹ pesquisas essas tão combatidas por historiadores da nova historiografia pós-1980.

Em vista das discussões teóricas posicionadas com base nessa grade de inteligibilidade proposta, cumpre assinalar que as teses recentes analisadas, nesta pesquisa, mostraram-nos um cenário em que reverberam as referidas disputas. Com isso, as teses recentes estudadas iluminam intensos debates intelectuais que ocorreram no seio da historiografia da escravidão ocorrida no Brasil. E fazem isso a partir de uma trajetória sensível e preocupada comum posicionamento – conscientemente ou não – em relação à historiografia clássicas ou a uma linha mais canônica.¹²¹² Diante do que foi exposto, cumpre registrar que um conjunto de três considerações emerge da análise das fontes selecionadas (que correspondem às teses recentes que foram estudadas).

A primeira consideração é que, desde a nova historiografia pós-1980, percebe-se uma crescente complexidade nas referências teóricas que norteiam as pesquisas e as escolhas dos objetos de estudos. As recentes pesquisas demonstram o pluralismo de objetos e a presença de

¹²⁰⁸ BLACKBURN, Robin. Op. cit., 2016, p. 53.

¹²⁰⁹ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 132.

¹²¹⁰ Idem, p. 121, aspas no original.

¹²¹¹ Idem, pp. 132-133.

¹²¹² O diálogo aqui, ao utilizar a expressão “uma linha mais canônica”, é com a crítica que Pereira faz à produção intelectual cuja matriz teórica está calcada numa referência de cariz europeu e estadunidense. Cf. PEREIRA, Ana Carolina Barreto. Op. cit., 2018.

diferentes paradigmas operacionalizados no sentido de construir conhecimento histórico.¹²¹³ Observa-se, ao longo dos capítulos quinto e sexto, teses que se alinham ao paradigma da nova historiografia pós-1980 e pesquisas que operam sob a referência do conceito de segunda escravidão. Mesmo dentro de cada linha, percebe-se que a forma de inserção da pesquisa posiciona-se diferentemente em relação à historiografia sobre o tema.

No caso das teses que estão na linha da historiografia pós-1980, pode-se ver como cada autor (a), ao se inserir no debate historiográfico, seleciona questões teóricas presentes na história da historiografia, a fim de travar um diálogo crítico com outros intelectuais (autores). Nesse diálogo, a rejeição à perspectiva estrutural é um fundamento comum a todos os trabalhos (ou quase todos) dessa linha. Estes valorizam as ações dos sujeitos e buscam nelas uma forma de superação dos problemas colocados por uma história vista mais pelas determinações e influências de questões estruturais que precedem a vida dos indivíduos (e renunciam a pensar na força e importância de suas ações).

Para além do fundamento comum, convém esclarecer que as referidas pesquisas se posicionam de forma relativamente plural, mesmo em se considerando os limites do material que foi estudado. Há pesquisas, como as de Vanessa Sanches e Marcelo Matheus, que desenvolvem suas críticas pontuando, mais enfaticamente, que a historiografia clássica enxergou somente o dualismo nas relações estabelecidas entre senhores e escravos. Outras, incluindo as de Maíra Alves e Jonis Freire, apontam, de maneira mais taxativa, para a coisificação dos sujeitos como um problema que não permite um conhecimento histórico mais complexo, tampouco permite que os pesquisadores vislumbrem referências culturais africanas reelaboradas no Brasil. Cumpre lembrar o estudo de Virgínia Barreto que, contundentemente, registra a falta de consideração e sensibilidade com a história das mulheres (questões de gênero). Além disso, muitas dessas teses investigadas (algumas já citadas logo acima) criticam uma visão macro que negligencia as possibilidades amplas oferecidas pela vida cotidiana, como o trabalho de Robério Souza, por exemplo.

As teses que operam a partir do conceito de segunda escravidão também apresentaram um fundamento comum. Esse fundamento corresponde à preocupação em enxergar as ações, as vida dos sujeitos e/ou as condições locais em conexão dialógica com a economia-mundo,

¹²¹³ Ao discutir os rumos da historiografia mundial no período posterior aos anos 1990, Georg Iggers aponta que há uma diversidade de paradigmas no bojo dessa historiografia. Segundo ele, “[...] Um pluralismo de estratégias de pesquisa pode ser muito frutífero, mas essas estratégias não são criadas por uma imaginação poética, como alguns pós-modernistas ainda gostaria de afirmar. Estas estratégias deveriam ser conduzidas, antes, por padrões de investigação racional, e se submeterem à comprovação de sua validade”. Conferir em: IGGERS, Georg. Op. cit., 2010, p. 122.

especialmente no século XIX, período em que a escravidão se tornou diferente da que foi praticada no período anterior. Ainda assim, ao longo dos capítulos quinto e sexto, observamos diferenças não somente de objetos, mas também de operacionalização de paradigmas teóricos entre essas mesmas teses. Essas diferenças conferem, decerto, um nível de complexidade aos trabalhos que se baseiam no conceito de segunda escravidão.

A tese de Parron, por exemplo, articula as divergências políticas locais estadunidenses (escravista *versus* abolicionismo) dialogicamente com as transformações globais ocorridas na economia e no âmbito da política. Vale ressaltar, nesse sentido, que a tese de Santana Neto faz uma junção entre pressupostos teóricos do conceito de segunda escravidão (a partir da noção de “precariedade estrutural”,¹²¹⁴ que evidencia as dificuldades dos escravos diante da força dos senhores na sociedade escravista brasileira) e elementos caros à nova historiografia pós-1980, como no caso das considerações analíticas sobre as fortes alianças entre senhores e cativos, visando mostrar, especialmente, as estratégias destes últimos no processo de alforria. Além disso, é pertinente evidenciar que Thiago Pessoa fundamenta-se no conceito de segunda escravidão, notadamente no sentido de pensar a força e importância dos grandes complexos produtivos (que contêm grandes propriedades de terras e de cativos). Mas, concomitantemente, esmera-se em desenvolver um trabalho exaustivo com as fontes históricas, apontando para a agência dos sujeitos com um vigor que se aproxima bastante dos trabalhos da nova historiografia pós-1980.

A segunda consideração é que houve um posicionamento crítico, a partir do século XXI, que se dirige à nova historiografia da escravidão produzida no período pós-1980. O fundamento da crítica encontra-se, precisamente, na excessiva valorização da agência cativa e do conhecimento local, do micro, do particular. Por essa linha crítica, parcela das pesquisas da historiografia pós-1980 estaria pouco observando e pouco levando em consideração as transformações ocorridas em nível global e seus impactos na escravidão do século XIX.

O pecado principal da historiografia pós-1980 seria, por essa linha teórica, a ênfase excessiva no local, no particular, no miúdo e, até mesmo (em alguns casos), na agência, desconsiderando (ou pouco observando) suas comunicações, suas articulações com o cenário global da economia-mundo e os aspectos políticos que permeiam esse cenário (ou que estão dentro das mudanças ocorridas nele, no século XIX). O desdobramento dessa crítica é uma posição que reafirma a dimensão do conflito entre classes, a partir da lógica de incremento da

¹²¹⁴ SANTANA NETO, José Pereira. Op. cit., 2018, p. 36.

produção e reconfiguração do cenário econômico e político nacional. Nesse cenário, novas contendas emergem e a exploração do trabalho do escravizado se torna mais acirrada.

Esse posicionamento crítico marcou a pesquisa que ora se encerra, haja vista que foi capaz de reconfigurar a principal hipótese que apontava para a compreensão de como a historiografia recente estava lidando com a historiografia clássica. Ao verificar o crescimento ocorrido na operacionalização do conceito de segunda escravidão – o livro *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*¹²¹⁵ contribuiu deveras para essa mudança –, a hipótese de pesquisa requalificou-se no sentido de incluir uma avaliação, um aferimento acerca da magnitude das contendas intelectuais que estão ocorrendo no âmbito da historiografia da escravidão, atualmente.

O mencionado posicionamento crítico decorrente dos estudos que operam com o conceito de segunda escravidão também fez com que esta pesquisa – que ora se encerra – reorientasse seu olhar para as escolhas das teses que seriam estudadas. O objetivo da mudança foi posicionar melhor o olhar para que pudesse cobrir parte dessas novas contendas que estão ocorrendo na historiografia recente sobre a escravidão. É por esse caminho que se pode afirmar que os debates apontam para um novo cenário na historiografia do tema. Um cenário em que elementos da historiografia dos anos 1950-1970 são recolocados, de forma requalificada. Trata-se da reutilização, por parte das pesquisas que operam com o conceito de segunda escravidão, de questões globais que são postas como críticas à historiografia pós-1980.

Essas disputas reverberaram na amostragem de teses estudadas. Ao longo do quinto e sexto capítulos, vimos pesquisas atuais que se apoiam no conceito de segunda escravidão; pesquisas que postulam outras interpretações para a escravidão ocorrida no Brasil oitocentista. Vale especial destaque para a postulação que fazem em relação à reconfiguração do processo produtivo que, nesse período, passou a se concentrar mais nas grandes unidades produtivas que tinham grandes plantéis de escravos.¹²¹⁶

Mas também vimos, por outro lado, uma tese recente que, claramente, desfere fortes críticas ao conceito de segunda escravidão, afirmando que a escravidão no século XIX não demonstra ter as características de um modelo escorado em grandes propriedades que concentravam grandes plantéis. Ao se colocar criticamente diante das pesquisas que operam

¹²¹⁵ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016.

¹²¹⁶ Cf. PESSOA, Thiago Campos. Op. cit., 2015.

com o conceito de segunda escravidão, Marcelo Matheus¹²¹⁷ reafirma alguns dos paradigmas teóricos que foram operacionalizados pela nova historiografia pós-1980.¹²¹⁸

A terceira e última consideração é que, malgrado todas as discussões e posicionamentos teóricos divergentes que podemos identificar no material estudado, é importante afirmar um elemento geral comum: a agência escrava (e a consideração das ações dos sujeitos históricos, em geral) permanece, taxativamente, como uma conquista valorizada pela historiografia da escravidão recente. Portanto, há um ponto comum entre a nova historiografia pós-1980 e as pesquisas que operacionalizam o conceito de segunda escravidão. Esse ponto é a consideração e a sensibilidade para o poder de agência dos sujeitos. E, cumpre reiterar, tal consideração reverberou nas pesquisas recentes sobre o tema da escravidão.

A agência escrava sobrevive como um elemento comum às pesquisas recentes, mas não se apresenta com uma operacionalização unívoca. A busca por um espaço para pensar as ações dos sujeitos levou a nova historiografia pós-1980 a enxergar a escravidão (e a formação do Brasil) não como determinação de fatores preexistentes, mas, sim, como uma forma de recuperar as possibilidades complexas inscritas nas ações dos sujeitos em seus contextos históricos.¹²¹⁹ Foi um movimento teórico que carregou, em seu âmago, uma crítica à forma estrutural mecanicista de pensar a formação do Brasil, presente em parcela significativa das pesquisas dos anos 1950-70.

Nesse sentido, deslocou-se ou se deu pouca importância, na historiografia pós-1980, à economia-mundo como possibilidade de comunicação com a realidade escravista brasileira. As injunções econômicas de cunho macro que foram acionadas por essa historiografia posicionaram-se mais no âmbito do tráfico transatlântico de cativos e suas relações com a escravidão brasileira. Assim sendo, postulo que não houve um abandono da estrutura como referência, mas sim uma contestação em relação à força da estrutura econômica global como referente capaz de fornecer as bases de estudo sobre a escravidão no Brasil.

Por isso, mesmo afirmando que a agência escrava sobrevive, é preciso aferir e qualificar sua sobrevivência, uma vez que os estudos ancorados no conceito de segunda escravidão trazem, desde o alvorecer do século XXI, novas luzes sobre a relação agência-estrutura. Repisam a necessidade de se operacionalizar nexos intercomunicativos entre ação e estrutura, entre local e global, de modo a pensar que a ação humana não ocorre fora das condições dadas;

¹²¹⁷ MATHEUS, Marcelo Santos. Op. cit., 2016.

¹²¹⁸ PALERMO, Luis Claudio. Op. cit., 2019.

¹²¹⁹ Apesar dessa afirmação, cumpre recuperar, aqui, a crítica de Marquese e Salles à parcela da historiografia pós-1980 no que tange à sua pouca atenção às articulações contextuais. Cf. MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 134.

dialoga, pois, com totalidades estruturadas, notadamente no âmbito da economia global, algo que foi deslocado pela historiografia pós-1980.

Além disso, o valor da estrutura global, para os que operam com o conceito de segunda escravidão, também é reposicionado, mas não no sentido de se produzir sistemas esquemáticos, meramente abstratos, como parcela da historiografia clássica dos anos 1950-70 o fez. Na relação agência-estrutura, a ação humana é vista, nessa perspectiva, como alimentadora das totalidades estruturadas e, sincronicamente, constrangida, limitada ou influenciada por tais totalidades. Há, pois, uma busca pela operacionalização da comunicação entre ação e agência. Ora, se a estrutura se forja a partir das ações, as ações, por outro lado, são delimitadas, influenciadas e norteadas pelas estruturas que as recobrem. A ação humana não se dá fora desse quadro de referência.

Ao fim e ao cabo, apesar de a agência escrava (ou dos sujeitos históricos) permanecer como uma conquista fortemente protagonizada pela nova historiografia pós-1980, o que ainda está em jogo é o dilema teórico que tenta lidar com a operacionalização entre agência e estrutura. Nessas tentativas, estão inscritas possibilidades de produção de conhecimento. Por isso, o fato de afirmar que a agência dos sujeitos históricos permanece como uma conquista teórica, não implica sustentar, evidentemente, que agência é vista da mesma forma, tampouco que é operacionalizada de maneira unívoca; ao contrário, pois esse é um dos núcleos teóricos tão criticados pelas pesquisas que se baseiam no conceito de segunda escravidão.

Um exemplo que elucida a análise realizada é forma como algumas teses estudadas, nesta pesquisa, operacionalizaram a agência cativa e, ao mesmo tempo, a crítica que recebem dos historiadores que se apoiam no conceito de segunda escravidão. Conforme observado no sexto capítulo deste trabalho, Maíra Chinelatto Alves¹²²⁰ constrói uma visão sobre a escravidão no século XIX que deriva de uma operacionalização teórica cujo fundamento é fazer um “mergulho” na perspectiva dos sujeitos históricos escravizados, no sentido de propor outras/novas interpretações. Enfatiza e valoriza, destarte, a realidade dos sujeitos e as lutas (e conquistas) travadas em seus cotidianos. É precisamente essa imersão que é tão criticada por Marquese e Salles, na medida em que estes afirmam que muitos trabalhos da nova historiografia pós-1980 se atêm a estudos do particular, do miúdo, fazendo algumas abordagens contextuais e trazendo algumas “generalizações que eludem a necessidade da análise mais abrangente”.¹²²¹

¹²²⁰ Cf. ALVES, Maíra Chinelatto. Op. cit., 2015, p. 296. Poderíamos citar, ainda, outras teses, como a de Kátia Lorena Novais Almeida. Cf. ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Op. cit., 2012.

¹²²¹ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 134.

É por esse caminho que os autores citados criticam Sidney Chalhoub e sua tese de que a Lei do Ventre Livre foi “arrancada”¹²²² pelos escravos à classe proprietária. Marquese e Salles, em outra perspectiva, salientam que houve injunções conjunturais mais amplas que contribuíram para que a referida Lei fosse aprovada, como, por exemplo, o “isolamento do Império [brasileiro], aberta[o] com a abolição da escravidão nos Estados Unidos e os eventos em Cuba”.¹²²³ Nesse sentido, a referida lei “[...] Respondia também às dificuldades internas da mobilização militar moral, humana e material trazidas pela escravidão para a guerra contra o Paraguai, bem como o perigo potencial representado pela libertação e mobilização de escravos para o serviço na guerra”.¹²²⁴

Como se pode observar, uma operacionalização diferente acerca da consideração da agência gera interpretações discordantes. É esse o ponto a ser, imperativamente, destacado: a agência permanece como uma conquista teórica na historiografia recente, porquanto nos permite pensar o processo histórico a partir de suas indeterminações e de suas complexas nuances. No entanto, a consideração qualificadora da força da agência está em disputa e nos permite pensar não somente numa problematização da relação entre indivíduo e sociedade, mas também sobre as relações entre temporalidades e processos históricos de média e longa durações. Mas essa é uma linha de raciocínio que não coube desenvolvimento nesta tese que ora se encaminha para o fim, cabendo uma sugestão de caminho teórico-analítico a ser seguido por outros trabalhos de pesquisa.

De forma derradeira, cumpre frisar que a análise da historiografia recente, a partir do material coligido, mostrou-nos que há um campo de disputa teórico entre pesquisas que se orientam por referências ligadas a princípios vinculados à nova historiografia pós-1980 e outras que se norteiam no conceito de segunda escravidão. Ainda que sabendo da diversidade inscrita tanto num paradigma quanto noutra, é mister assinalar que se pode identificar um quadro de mudança na historiografia da escravidão, notadamente no que tange às disputas teóricas que se (re)colocam em torno da relação agência-estrutura.

Mas, conforme já afirmado, essas mudanças não correspondem a cortes plenos, totais, haja vista que operacionalizam elementos construídos pelos clássicos da literatura sobre o campo de estudos em pauta. Reposicionam, conscientemente ou não, valores teóricos assentados por pesquisadores clássicos que merecem luz, em razão da potencialidade e da coragem em propor questões candentes em seu tempo, numa perspectiva crítica.

¹²²² CHALHOUB, Sidney. Op. cit., 1990, p. 160.

¹²²³ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit., 2016, p. 123.

¹²²⁴ Idem, ibidem.

Portanto, esta tese que vai se esvaindo em suas últimas palavras organizou-se no sentido de pensar a historiografia com base em suas continuidades e mudanças. O conceito de historiografia presente, nesta tese, esmerou-se em enxergar as pesquisas analisadas dentro do escopo da história da historiografia da escravidão negra ocorrida no Brasil. Retornando à canção que abriu este trabalho, o objetivo de pensar a pesquisa com base na história da historiografia foi buscar perceber se, “apesar de termos feito tudo o que fizemos, ainda somos os mesmos, ainda somos os mesmos e vivemos como os nossos pais”.¹²²⁵

Dialogando com a primorosa canção, é possível afirmar, como resposta final, que, em alguma medida, não, não somos mais os mesmos, pois vivemos, crescentemente desde o século XXI, uma nova fase na historiografia em tela. No entanto, a pesquisa indicou que ainda mantemos uma ligação com nossos intelectuais fundadores. Essa ligação com nossos fundadores nos fornecem, de alguma forma, base para a formulação de problemas teóricos sobre os quais ainda precisamos pensar. Por isso, alguns dos embates intelectuais importantes do nosso atual século reacenderam as discussões em torno do papel da estrutura na produção do conhecimento sobre a escravidão negra ocorrida no Brasil. Essa é uma perspectiva que se apresenta em alguns dos textos que foram analisados nos capítulos anteriores, reverberando, evidentemente, parcela dos importantes debates e das relevantes contendas teóricas no âmbito da recente historiografia em questão.

Ainda assim, é preciso fazer uma ponderação autocrítica, de maneira reiterada: essa tese adotou um percurso intelectual que é caudatário também da trajetória do pesquisador. Isso nos faz indicar que parte igualmente importante dessa recente historiografia precisa ser mais bem estudada, a fim de que possamos aclarar e aquilatar melhor o que foi apontado como nova fase vivida pela mencionada historiografia, assim como evidenciar e refletir sobre seus diálogos teóricos com os textos fundadores. Nesse sentido, é pertinente trazer, novamente, a sugestão de investimento em pesquisas com temas (e autores) mais diversificados, o que possibilitará a escolha de outros percursos intelectuais tão importantes quanto os que foram selecionados e abordados nesta tese. A sugestão é que o investimento em pesquisas relevantes sobre temas relacionados ao tráfico transatlântico,¹²²⁶ às identidades étnicas dentro do escopo da experiência

¹²²⁵ Conferir a letra da música na íntegra em: <https://www.lettras.mus.br/elis-regina/45670/>. Consulta realizada em 1º de junho, às 15h:29min.

¹²²⁶ Cf. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

africana no Brasil,¹²²⁷ à abolição da escravidão¹²²⁸ e ao pós-abolição¹²²⁹ podem fazer emergir – e, certamente, o fará – novas possibilidades analíticas a respeito dos embates teóricos candentes em nossa recente historiografia da escravidão.

Concluindo, uma janela foi aberta e, por ela, conseguiu-se observar novas possibilidades. Contudo, o cenário é mais complexo e precisa de esforço coletivo para compreendê-lo de forma mais ampla, tendo em vista que estamos tratando de um tema caríssimo e importantíssimo para a formação do Brasil. Cumpre destacar, nessas últimas palavras, que esta tese apontou algumas considerações analíticas sobre a historiografia recente e ofereceu respostas acerca da situação atual, mas é preciso novas pesquisas para qualificar o cenário, pois “vejo vir vindo no vento, cheiro de nova estação”.¹²³⁰

¹²²⁷ Conforme já apontado acima, Beatriz G. Mamigonian, em importante e programático artigo, escrito no início do século XXI, apontou para uma área de estudos que estava em formação e que, hoje, está mais bem desenvolvida. Trata-se da área que se preocupa com a vida, com as relações e com as ações dos africanos e afrodescendentes, a partir de uma visada sensível à experiência africana reconfigurada no Brasil. Por essa trilha, as conexões entre o tráfico de transatlântico e o tráfico interno ocorrido no Brasil tornam-se importantes para conhecer a variegada gama de experiências dos africanos e de seus descendentes, no Brasil. Esse movimento analítico abre uma porta para pensar outras possibilidades referentes à relação agência-estrutura, pois, conforme apontado no terceiro capítulo desta tese, a herança africana que foi colocada em prática, no Brasil, também compõe uma estrutura. Neste caso, a estrutura é dada pela longa duração e por aspectos culturais que nos fornecem sentidos para compreender o papel de africanos e afrodescendentes em nosso passado. Fica a sugestão de investimento em pesquisas nessa trilha que pode nos fazer pensar sobre novas articulações entre agência e estrutura, na órbita da historiografia da escravidão e da historiografia que trata de outros campos de estudo. Cf. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Op. cit., 2004.

¹²²⁸ Cf. MACHADO, Maria Helena P. T. & CASTILHO, Celso Thomas (org.). *Tornando-se livre*. Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

¹²²⁹ Cf. RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. In: *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

¹²³⁰ Idem, *ibidem*.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. “O perigo da história única”. In: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt. Consulta realizada em 29 de junho, às 23h:02min.
- ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. “As transformações na historiografia da escravidão entre os anos de 1970 e 1980: uma reflexão teórica sobre possibilidades de abordagem do tema”. In: *Revista de Teoria da História*, Ano 6, Número 11, Maio de 2014, Universidade Federal de Goiás – ISSN: 2175-5892 –, pp. 110-125.
- AGUIAR, Leonel Azevedo de. “O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias”. In: *Alceu*, v. 7, n. 13, p. 73-84, 2006.
- ALMEIDA, Fábio Chang. “O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas”. In: *Aedos* – ISSN 1984 – 5634. Num.8, vol. 3, Janeiro – Junho 2011, pp. 9-30.
- ALMEIDA, Kátia Lorena Novais de. *Escravos e libertos nas minas do Rio de Contas – Bahia, século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, 2012.
- ALVES, Máira Chinelatto. *Cativeiros em conflito – Crimes e comunidades escravas em Campinas*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2015.
- ALVES, Miriam Fábria; OLIVEIRA, João Ferreira de. “Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais”. In: *RBPAAE* – Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Goiás, v. 30, n. 2, p. 351-376, mai./ago. 2014, p. 363-366.
- AMBROSINI, Diego Rafael. “As “viradas” lingüística, histórica e interpretativa: novos paradigmas teóricos em História das Idéias e a relação estrutura / agência”. In: *34º Encontro Anual da Anpocs*, setembro de 2010 (ST 34 - Teoria Política: instituição e ação política. Sessão 2 - Ação e Pensamento Políticos: entre o *telos* aristotélico e a teoria política sem *telos*).
- ANDERSON, Perry. “Prefácio”; “O Estado Absolutista do Ocidente”. In: ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995, pp. 7-4
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994,
- ARFUCH, Leonor. *Memoria y autobiografía*. Exploraciones en los limites. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2013; SARLO, Beatriz. Op. cit., 2007.
- _____. “V. Violencia política, autobiografía y testimonio”. In: ARFUCH, Leonor. *Memoria y autobiografía*. Exploraciones em los limites. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2013, pp. 105-11
- ARMANI, Carlos Henrique. “História intelectual e redes contextuais”. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 137-150, jul. 2013.

AVELAR, Alexandre de Sá; GONÇALVES, Márcia de Almeida. “Giro linguístico e escrita da história nos séculos XX e XXI – Elementos para um debate”. In: MEDEIROS, Bruno Franco; DE SOUZA, Francisco Gouvea; BELCHIOR, Luna Halabi; RANGEL, Marcelo de Melo; PEREIRA, Mateus H. F. *Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

BARRETO, Virginia Queiroz. *Fronteiras entre a escravidão e a liberdade: história de mulheres pobres livres, escravas e forras no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2016.

BARROS, José D’Assunção. *O campo da história – especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. “História Comparada– um novo modo de ver e fazer a História”. In: *Revista de História Comparada*, volume 1, número 1, jun./2007a. (www.hcomparada.ifcs.ufrj.br).

_____. “SOBRE A FEITURA DA MICRO-HISTÓRIA”. In: *OP SIS*, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007b, pp. 167-185.

BASTOS, Elide Rugai. “Gilberto Freyre – Casa-grande & senzala”. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. 3ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BECHARA, Evanildo. *Minidicionário da Língua Portuguesa Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre Rioux; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BERTIN, Enidelce. “Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX”. Resenha publicada em: *Revista de História*, São Paulo, v. 1, nº 147, 2002, pp. 235-239. ISSN: 2316-9141.

BLACKBURN, Robin. “Por que segunda escravidão?”. In: MARQUESE, Rafael; SALLES Ricardo. “A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia”. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Brasil, Cuba e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, pp. 13-55.

BLAJ, Ilana. “A escravidão colonial: algumas questões historiográficas”. In: *Rev. Inst. Est. Bras.*, São Paulo, vol. 37, pp. 145-159, 1994.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRANDÃO, Helena Nagamine. “I – Conceitos e Fundamentos: Enunciação e construção do sentido”. In: *Comunicação e análise do discurso*. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 19-43.

BROOK, Timothy. *O chapéu de Vermeer: O século XVII e o começo do mundo globalizado*. Tradução: Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2012.

BORGES, Jorge Luis. *Funes, el memorioso*. Petrotecnia, v. 1, 2004.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. “A cultura material na obra de Gilberto Freyre”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. Op. cit., 2001.

_____. *Uma História Social do Conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. “Teoria Social e Mudança Social”. In: *História e Teoria Social*. São Paulo: UNESP, 2002.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. “Os *Annales* (II): a escrita do tempo: Fernand Braudel e Jacques Le Goff”. In: TEIXEIRA, Felipe Charbel; CALDAS, Pedro Spinola Pereira. *Historiografia contemporânea*. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012a, pp. 71-102

_____. “A nova história cultural (i)”. In: TEIXEIRA, Felipe Charbel; CALDAS, Pedro Spinola Pereira. *Historiografia contemporânea*. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012b, pp. 231-260.

CARR, Edward H. *O que é história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Organizadores). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus (Elsevier), 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. “Um livro perene”. In: FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2006

CASTRO, Hebe M. M. de. *Das cores do silêncio (os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. “História Social”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Organizadores). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus (Elsevier), 1997, pp. 45-59.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Vol. 1. Universidade de Wisconsin – Madison: Quarteto, 2001.

CERTEAU, Michel. “A operação historiográfica”. In: _____. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CHARBEL, Felipe; CALDAS, Pedro Spinola Pereira. *Historiografia contemporânea*. (v. 1) Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012a.

_____. *Historiografia contemporânea*. (v. 2) Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012b.

CHARTIER, Roger. “O Mundo como Representação”. In: *ESTUDOS AVANÇADOS*, São Paulo, 11(5), 1991, pp. 173-191.

CHAUBET, François. “Enjeu - Histoire des intellectuels, histoire intellectuelle - Bilan provisoire et perspectives”. In: *Vingtième Siècle. Revue d'histoire* 2009/1 (n° 101), p. 179-190.

CHRISTIAN, David. “THE RETURN OF UNIVERSAL HISTORY”. In: *History and Theory*: Vol. 49, No. 4, December 2010, pp. 6-27.

COHN, Gabriel. “Florestan Fernandes: a revolução burguesa no Brasil”. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. 3ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 395-412.

COSENTINO, Francisco Carlos. “Uma leitura de António Manuel Hespanha”. In: *Cultura Histórica & Patrimônio*. Volume 2, número 1, 2013, ISSN 2316-5014, pp. 72-88.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ogs.). *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”. In: *Tempo [online]*, 2007, vol.12, n.23, pp.100-122. ISSN 1413-7704. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>.

DUBY, Georges. *A História Continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor / Editora UFRJ, 1993.

DURKHEIM, Émile. *DE LA DIVISION DU TRAVAIL SOCIAL*. Livre I, II et III. Une édition électronique réalisée à partir du livre d'Émile Durkheim (1893), De la division du travail social. Paris: Les Presses universitaires de France, 1967, huitième édition, 416 pp. Collection: Bibliothèque de philosophie contemporaine.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. “O rei prisioneiro da etiqueta e das chances de prestígio”. In: ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, pp. 132-159.

ESCOSTEGUY FILHO, J. C. “Reflexões sobre agência e estrutura na historiografia da escravidão”. *Revista Tessituras*, v. 6, p. 102-117, 2015.

FALCÃO, Joaquim. “A luta pelo trono: Gilberto Freyre *versus* USP”. In: FALCÃO, Joaquim & ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O imperador da idéias – Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2001, pp. 131-167.

FALCON, Francisco. “História das Idéias”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Organizadores). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus (Elsevier), 1997, pp. 91-125.

_____. *O Iluminismo*. São Paulo, Ática, 2002.

FAUSTO NETO, Antônio. *Comunicação e mídia impressa: estudo sobre a Aids*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. “Tradiciones electivas. Cambio, continuidade y ruptura en historia intelectual”. In: *Almanack*. Guarulhos, n.07, p.5-26, 1º semestre de 2014.

FIGARO, Roseli (Org.). *Comunicação e análise do discurso*. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2013.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas – Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro c.1790 – c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONTES, Virgínia. “História e Modelos”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Organizadores). In: *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus (Elsevier), 1997, pp. 355-373.

FORTES, Alexandre. “‘Miríades por toda a eternidade’ – A atualidade de E. P. Thompson”. In: *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, pp. 197-215.

FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”. In: _____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, pp. 15-38.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. (Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes... et al.). Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 39. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FONTELLA, Leandro Goya. FARINATTI, Luís Augusto Ebling. “Acomodação, negação e adaptação: debate historiográfico entre Gilberto Freyre, Jacob Gorender e a historiografia do escravo real (historiografia da escravidão no Brasil)”. In: *Disc. Scientia*. Série: Ciências Humanas, S. Maria, v. 9, n. 1, 2008.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. “História Econômica”. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 15ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp. 27-44.

FRANZINI, Fábio. “Inovação, tradição, historiografia: um breve diálogo com Javier Fernández Sebastián”. In: *Almanack. Guarulhos*, n.07, p.33-37, 1º semestre de 2014.

FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. Campinas, São Paulo. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. “Governamentalidade e mobilização da pobreza urbana no Brasil e na África do Sul: favelas e townships como atrações turísticas”. In: BIRMAN, Patrícia [et. al...] *Dispositivos urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, pp. 187-197.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

FUKS, Rebeca. “Poema No Meio do Caminho, de Carlos Drummond de Andrade”. In: <https://www.culturagenial.com/poema-no-meio-do-caminho-de-carlos-drummond-de-andrade/>. Consulta realizada em 17 de abril de 2020, às 13h:30min.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GAHYVA, Helga. “Tempos da Casa Grande: as primeiras críticas à obra inaugural de Gilberto Freyre”. In: *Revista de C. Humanas, Viçosa*, v. 10, n. 2, p. 245-255, jul./dez. 2010.

GEERTZ, Cliford. ““Do ponto de vista dos nativos”: a natureza do entendimento antropológico”. In: *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 2ª Ed. Petrópolis, Vozes, 1999, pp. 85-107.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 143-180.

GOMES, Flávio dos S. *Mocambos e Quilombos*. Uma história do Campesinato negro no Brasil. (1ª ed.). 235p. São Paulo: Editora Claro Enigma, 2015;

GOMES, Tiago. “A Força da Tradição a persistência do Antigo Regime historiográfico na obra de Marc Bloch”. In: *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.443-459, Jul/Dez 2006.

GOULD, Stephen Jay. *Seta do Tempo, Ciclo do Tempo: Mito e Metáfora na descoberta do tempo geológico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do Agir Comunicativo I: Racionalidade da ação e racionalização social*. Tradução: Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

HOBBSAWM, Eric. “Introdução”. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. pp. 9-23.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

IANNI, Otávio. *Metamorfoses do escravo*. São Paulo/Curitiba: Hucitec/Scientia et Labor, 1988.

IGGERS, Georg. “Desafios do século XXI à historiografia”. In: *História da historiografia*, Ouro Preto, número 04, março de 2010, pp. 105-124

IUMATTI, Paulo Teixeira. *Caio Prado Jr. Uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

JAPIASSU, Hilton. *Questões epistemológicas*. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

JASMIN, Marcelo Gantus. “História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares”. In: *RBCS*, vol. 20 nº 57, fevereiro de 2005, pp. 27-38.

JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Ediciones Paidés, 2001.

_____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. *O conceito de História*. Tradução René E. Gertz. 1ª Reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

LACAPRA, Dominick. “O queijo e os vermes: o cosmo de um historiador do século XX”. In: *TOPOI*(Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 293-312, jan./jun. 2015 | www.revistatopoi.org.

LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. “A busca dos documentos (Heurística)”. In: *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Renascença, 1946, pp. 15-31.

LAPA, José Roberto do Amaral. “Caio Prado Júnior – Formação do Brasil Contemporâneo”. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico. 3ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 257-272.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1815*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. “*BLOWIN’ IN THE WIND*”: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. In: *Proj. História*, São Paulo, (12), out. 1995, pp. 43-56. Trecho presente na página 46. Ver também em: LARA, Silvia H., Op. cit., 1995.

_____. “Conectando Historiografias: a escravidão africana e o antigo regime na América portuguesa”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia A. (Orgs.). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português*. (Séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

LEPETIT, Bernard. “Sobre a escala na história”. In: Jacques Revel (Org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, pp. 77-102.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. Tradução: Marie-Agnès Chauvel. 9ª impressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

LEGOFF, Jacques. “Documento / Monumento”. In: _____. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão[et al.]. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-história”. In: Peter Burke. *A escrita da História*. São Paulo: Unesp, 1992, pp. 133-161.

LOPES, Marcos Antônio. “Lucien Febvre reformador: notas em torno de *O problema da descrença no século XVI*”. In: *história da historiografia*, ouro preto, número 10, dezembro, 2012, pp. 229-246.

LUCCHESI, Anita. “Histórias no Ciberespaço: Viagens sem Mapas, sem Referências e sem Paradeiros no Território Incógnito da Web”. In: *Cadernos do Tempo Presente* – ISSN: 2179-2143, edição n. 06 – 06 de janeiro de 2012, www.getempo.org.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio; LEITE, Márcia Pereira. “Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?”. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, pp. 47-76.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Em Torno da Autonomia Escrava: Uma Nova Direção Para a História Social da Escravidão*. In: *REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA*: São Paulo, v 8, nº16, pp. 143-160, março a agosto, 1988.

MACHADO, Maria Helena P. T.; CASTILHO, Celso Thomas (org.). *Tornando-se livre. Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw. “Introdução: objeto, método e alcance desta investigação”. In: _____. *Os argonautas do pacífico Ocidental*. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p.17-37.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “África no Brasil: mapa de uma área em expansão”. In: *TOPOI*(Rio de Janeiro), vol.5 nº 9, Rio de Janeiro, July/Dec. 2004, pp. 33-53.

_____. “O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872”. In: *Almanack*. Guarulhos, n.02, p. 20-37, 2º semestre de 2011.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à História da Filosofia: Dos Pré-Socráticos a Wittgenstein*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, pp. 69-83.

MARQUESE, Rafael. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. “O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.18. n.1. p. 83-128. jan.-jul. 2010.

_____. “As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira”. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 169, p. 223-253, 2013.

_____; SALLES, Ricardo (Orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Brasil, Cuba e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARTINS, E. C. R. “Conhecimento histórico e historiografia brasileira contemporânea”. In: *Revista Portuguesa de História*, v. 42, p. 197-219, 2011.

MASTROGREGORI, Massimo. “Historiografia e tradição das lembranças”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995

MATTOS, Hebe. “História Social”. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 15ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp. 45-59.

MAUAD, Ana Maria. CAVALCANTE, Paulo. *História e Documento*. (v. 1) Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013a.

_____. *História e Documento*. (v. 2) Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013b.

MELLO, Evaldo Cabral de. “O ‘ovo de Colombo’ gilbertiano”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O imperador das Idéias*. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2001

MOTA, Carlos Guilherme. “A universidade brasileira e o pensamento de Gilberto Freyre”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O imperador das Idéias*. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2001, pp. 168-182.

NASCIMENTO, Washington Santos. Resenha do livro “*Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*”. In: *POLITEIA: Hist. e Soc.*, Vitória da Conquista, v.4, n. 1, p. 243-252, 2004. Ver página 243.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2008, p. 35-115. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13823>. Acesso em: 15 ago. 2014, às 09h e 47min.

NOIRIEL, Gerard. “La crise des paradigmes”. In: _____. *Sur la “crise” de l’histoire*. Paris Éditions: Belin, 1996, pp. 123-171.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*. São Paulo, PUC, n.10, dez. 1993.

NUNES, Benedito. “Experiências do tempo”. In: NOVAES, Adauto. *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 131-140.

OLÁBARRI, Ignacio. “‘New’ New History: A Longue Durée Structure”. In: *History and Theory*. Studies in the Philosophy of History. Middletown, 34 (1), pp. 1-29, 1996; NOIRIEL, Gerard. Op. cit., 1996, pp. 123-171.

PALERMO, Luis Claudio. “O embate de perspectivas entre as matrizes fundadoras do estudo da escravidão brasileira (Gilberto Freyre e a Escola Paulista de Sociologia), 2009. 147f. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo.

_____. “A importância da teoria do agir comunicativo na atualidade: racionalidade, mundo da vida e democracia deliberativa”. In: PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. <http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>. ISSN 1984-4352, Macapá, n. 6, p. 01-17, dez. 2013.

_____. “Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior: uma análise comparativa centrada no contexto de produção e nas referências teóricas dos autores”. In: *Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UnB*, volume 13 | 2 | 2014a.

_____. “A partir da mídia impressa: os objetivos das unidades de polícia pacificadora sob uma perspectiva histórica”. In: *Revista Intratextos*, 2014b, vol 5, no1, p. 1-28. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2014.11440>.

_____. “Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais”. In: *Dimensões*, v. 39, jul.-dez. 2017a, ISSN: 2179-8869.

_____. “Tempo e temporalidade: transformações semânticas modernas e alguns desdobramentos na produção do conhecimento histórico”. In: *Temporalidades – Revista de História*, ISSN 1984-6150, Edição 23, V. 9, N. 1, jan./abril, 2017b, pp. 15-38.

_____. “A aceleração do tempo e processo histórico em Reinhart Koselleck e Timothy Brook”. In: *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, n. 09, abr. 2017c, pp. 300-325.

_____. “Apontamentos analíticos sobre a relação intelectual de Machado de Assis com o tempo”. In: *Revista história, histórias*, volume 5, número 9, jan.jul. 2017d, pp. 213-233.

_____. “A cobertura da mídia impressa e o enquadramento das favelas cariocas na linguagem da violência urbana”. In: *Civitas*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 212-236, jan.-abr. 2018.

_____. “UMA ANÁLISE SOBRE ASPECTOS DA HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA PÓS-1980: permanências, mudanças e matizes no interior dessa tendência”. In: *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica – CLIO (Recife. Online)*, ISSN: 2525-5649, vol. 37, p. 214-235 (pp. 227-228), Jul-Dez, 2019.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. “Um método antimetódico: Werner Heisenberg e Gilberto Freyre”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O imperador das Idéias*. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2001

PALTI, Elías J. “La nueva historia intelectual y sus repercusiones em América Latina”. In: *História Unisinos*, 11(3):297-305, Setembro/Dezembro 2007.

_____. “‘Giro linguístico’ e historia intelectual”. In: _____. *Giro linguístico e historia intelectual*. 1ª ed. 1ª reimp. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012.

PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2015.

PEREIRA, Ana Carolina Barreto. “Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História”. In: *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88 - 114, abr/jun. 2018, pp. 88-114.

PEREIRA, Matheus Serva. “QUILOMBOS, REVOLTAS E FUGAS”. In: *Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF*. Rio de Janeiro/Niterói: Ed. ALTERNATIVA/EdUFF, 2013, pp. 87-95.

PESSOA, Thiago Campos. *A INDISCRICÃO COMO OFÍCIO: O COMPLEXO CAFEEIRO REVISITADO (RIO DE JANEIRO C.1830-C.1888)*. 453 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense (UFF), 2015.

PINHA, Daniel. *Apropriação e recusa: Machado de Assis e o debate sobre a modernidade brasileira na década de 1870*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1942.

PRIORE, Mary del. “Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador”. In <http://ahr.upf.br/download/TextoMaryDelPriore2.pdf>. Consulta realizada em 5 de maio, às 10h:25min.

PROENÇA, Wander de Lara. “Escravidão no Brasil: Debates Historiográficos Contemporâneos”. In: *Anais eletrônicos da XXIV Semana de História: "Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior"*, São Paulo, UNESP, 24 a 27 de setembro de 2007, pp. 1-10.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: *Estudos Histórico*. Rio de Janeiro: FGV, (10):200-212, 1992.

_____. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, (3):3-15, 1989.

QUEIROZ, Suelly Robles Reis de. “Escravidão negra em debate”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira e OLIVEIRA, Márcia Gardênia. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002

RANGEL, Marcelo de Mello; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. “Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político”. In: *hist. historiogr.*, Ouro Preto, n. 17, abril, 2015, p. 318-332.

RÊGO, Rubem Murilo Leão. “Caio Prado Jr.: sentimento do Brasil”. In: *Revista USP* (38), São Paulo, p. 78-87, jun.-ago. 1998.

RÉMOND, René. *O século XIX (1815-1914): Introdução à história de nosso tempo*. São Paulo: Editora Cultrix, 2010.

REIS, José Carlos. “História da História (1950/60) – História e Estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss”. *Revista história da historiografia*, número 01, agosto de 2008.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: Jacques Revel (Org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, pp. 15-38.

RIBEIRO, Guilherme. “A originalidade historiográfica de La méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II e a concepção braudeliana de história”. In: *história da historiografia*, ouro preto, número 04, março, 2010, 125-144.

RIBEIRO, Rayane Lorena Soares de Araújo. *Uma ponte entre conceitos: uma análise da relação entre memória e história na historiografia a partir de alguns autores contemporâneos*. Monografia de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2018.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. In: *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

RODRIGUES, Henrique Estrada. “Lévi-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 57, 2009, pp. 165-186.

SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

_____. “A segunda escravidão”. Resenha do livro “Pelo prisma da escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial”. São Paulo: Edusp, 2013. In: *Revista Tempo*, vol. 19, nº 35, Jul-Dez, pp. 249-254.

SANCHES, Vanessa Gomes Ramos. *Pelos caminhos da liberdade*. Alforrias no Rio de Janeiro Imperial (1840-1888). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

SANTANA NETO, José Pereira. *Sociedade, indenização e liberdade precária: os meandros burocráticos do fundo de emancipação de escravos (São Francisco do Conde-BA)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2018.

SANTOS, Marco Aurélio dos. *Geografia da escravidão na crise do Império: Bananal, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo / razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SARLO, Beatriz. “A crítica do testemunho: sujeito e experiência”. In: SARLO, Beatriz. *Tempo passado: Cultura da memória e guinada e guinada subjetiva*. Companhia das Letras, 2007, p. 23-44.

SILVA, Alberto da Costa e. “Quem fomos nós no século XX: as grandes interpretações do Brasil”. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. “Thompson e a Primeira Geração dos Annales: uma abordagem comparativa a partir das noções de Estrutura e Processo”. In: *História Social*, n. 4/5, p. 91-134, 1998.

SILVA, Edilson Márcio Almeida da. *Notícias da “violência urbana”*: um estudo antropológico. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Ricardo. “História intelectual e teoria política”. In: *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 301-318, out. 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. “A produção social da identidade e da diferença”. In SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 73-102.

SILVA FILHO, José Barbosa da. “História do Negro no Brasil”. In: *Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF*. Rio de Janeiro/Niterói: Quartet/EdUFF, 2006, pp. 102-134.

SIMMEL, Georg. “As grandes cidades e a vida do espírito”. In: *Mana: estudos de antropologia social*, vol. 11, n. 2, pp. 577-591, outubro, 2005

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão social no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart. “Gilberto Freyre e a História Colonial: uma visão otimista do Brasil”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O imperador das Idéias*. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001,

_____. “A historiografia dos primeiros tempos do Brasil moderno. Tendências e desafios das duas últimas décadas. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 175-216, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

SLENES, Robert W. “‘Malungu, ngoma vem!’: África coberta e descoberta do Brasil”. In: *Revista da USP*, São Paulo, n. 12 (1992), pp. 48-67.

SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Jessé de. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SOUZA, Maria Elena Viana. “Pluralismo Cultural e Multiculturalismo na Formação de Professores: Espaços para Discussões Étnicas de Alteridade” In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.19, pp.89-100, set. 2005.

_____. “A ideologia racial brasileira na educação escolar”. In: *Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF*. Rio de Janeiro/Niterói: Quartet/EdUFF, 2006, pp. 215-250.

SOUZA, Robério Santos. “*Se eles são livres ou escravos*”: escravidão e trabalho livre nos canteiros da estrada de ferro de São Francisco. Bahia, 1858-1863. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2013.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. “Novas possibilidades da história política”. In: TEIXEIRA, Felipe Charbel; CALDAS, Pedro Spinola Pereira. *Historiografia contemporânea*. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012, pp. 39-66.

TOMICH, Dale. “A Ordem do Tempo Histórico: a Longue Durée e a Micro-História”. In: *Almanack*. Guarulhos, n.02, p.38-51, 2º semestre de 2011.

_____. “A escravidão no capitalismo histórico”. In: MARQUESE, Rafael; SALLES Ricardo. “A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia”. In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. Op. cit. 2016, pp. 58-100.

THOMPSON, Edward Palmer. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”. In: *Costumes em comum* – estudo sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva – 2ª edição – Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução Wagner de Oliveira Brandão. 15ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014,

VAINFAS, Ronaldo. “Colonização, Miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira”. In: *Revista Tempo*, Niterói, v. 8, p. 7-22, 1999.

_____, Ronaldo. “História das Mentalidades e História Cultural”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Organizadores). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus (Elsevier), 1997, pp. 127-162.

VIANNA, Hermano. “A meta mitológica da democracia racial”. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *O imperador das Idéias*. Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p. 220, grifos no original.

WEHLING, Arno. “Historiografia e epistemologia histórica”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

WIEVIORKA, Annette. “The Witness in History”. In: *Poetics Today*, International Journal for Theory and Analysis of Literature and Communication, Tel Aviv University, Volume 27, Number 2, Summer 2006.

WOODWARD, Kathryn. “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In SILVA, Tomás Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 1-72.